

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MARISA VIRGINIA FORMOLO DALLA VECCHIA

**EDUCADORAS ELEITAS PARA MANDATOS PÚBLICOS EM CAXIAS DO SUL:
TRAJETÓRIAS DE RECONHECIMENTO**

**PORTO ALEGRE
MAIO DE 2021**

MARISA VIRGINIA FORMOLO DALLA VECCHIA

**EDUCADORAS ELEITAS PARA MANDATOS PÚBLICOS EM CAXIAS DO SUL:
TRAJETÓRIAS DE RECONHECIMENTO**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jaime José Zitkoski

Linha de Pesquisa: Educação, Culturas e Humanidades.

PORTO ALEGRE

MAIO DE 2021

CIP - Catalogação na Publicação

Dalla Vecchia, Marisa Virginia Formolo
Educadoras eleitas para mandatos públicos em Caxias
do Sul: trajetórias de reconhecimento / Marisa
Virginia Formolo Dalla Vecchia. -- 2021.
353 f.
Orientador: Jaime José Zitkoski.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Mulheres. 2. Política. 3. Educação. 4.
Feminismo. 5. Reconhecimento. I. Zitkoski, Jaime José,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARISA VIRGINIA FORMOLO DALLA VECCHIA

**EDUCADORAS ELEITAS PARA MANDATOS PÚBLICOS EM CAXIAS DO SUL:
TRAJETÓRIAS DE RECONHECIMENTO**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Linha de Pesquisa “Educação, Culturas e Humanidades”.

Aprovada em 19 de maio de 2021.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jaime José Zitkoski – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Jayme Paviani
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Maria do Rosário Nunes
Deputada Federal – Congresso Nacional

Prof. Dra. Maria Elly Genro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dra. Celia Caregnato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a generosidade das mulheres eleitas, a seus familiares, amigos, amigas e assessores, por abrirem memórias e recordações de suas trajetórias, para realizarmos esta pesquisa. O registro e a disponibilização de autobiografias, biografias e entrevistas devemos ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Agradeço, na pessoa da historiadora Sônia Storchi, a quem Caxias do Sul deve imensa gratidão, pelo trabalho rigoroso e democrático na organização e na manutenção da memória histórica. A ela, especial agradecimento, o qual estendo à então secretária da Cultura, Tadiane Tronca, ao historiador Juventino Dal Bó, às diretoras Liliana Alberti e Elenira Prux e à equipe do museu e do arquivo de Caxias.

À banca de seleção do Doutorado em Educação do PPGEdU/UFRGS, com os professores doutores Magali Menezes e Jaime Zitkoski, por ter acolhido o meu projeto. Sinto-me feliz por ter tido a oportunidade de fazer doutorado em uma das melhores universidades públicas do Brasil, segundo dados oficiais do Ministério da Educação, e também por ter tido a oportunidade de voltar a estudar em sala de aula, aos meus 70 anos, depois de duas décadas de trabalho em mandatos eletivos e cargos político-partidários.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador Jaime Zitkoski, por sua atitude dialógica, na política da epistemologia crítica e criadora de ciência comprometida com a humanização da vida, e pelos questionamentos e orientações durante a produção desta tese. Obrigada por estimular nossa autonomia intelectual e acompanhar bem de perto nosso estudo.

Às professoras, aos professores, às colegas e aos colegas do Doutorado de Educação na UFRGS, obrigada pelas parcerias, reflexões e aprofundamento crítico durante a formação no curso; à direção da Faculdade de Educação, à coordenação do programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, gratidão pelo estímulo à produção científica e à visão crítica. Também expresso, na pessoa da Roseli, agradecimento a quem trabalha na Secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de Educação, pela qualidade profissional e humana. Agradeço de forma especial à banca de qualificação do projeto da tese, aos professores Jayme Paviani, Maria Elly Hertz Genro, Célia Caregnato e Luiz Carlos Bombassaro, pelos desafios colocados na continuidade da pesquisa e pelas sugestões para delinear o caminho das análises do objeto de estudo.

À professora Jandira Formolo, minha professora do ensino primário na Escola Municipal Adelino Sassi; à pedagoga Ivone Cortelleti, à socióloga Vania Beatriz Merlotti Herédia, ao filósofo Jayme Paviani; às professoras Maria de Lourdes Lunardi e Elizabete Longhi Frantz, do Colégio Imigrante; ao Irmão Odylo Ignácio Steimetz, do Colégio La Salle;

à Irmã Lia, do Colégio São Carlos; à Irmã Bertha Sulzbach, do Colégio Madre Imilda; à Lúcia Camini, da UERGS; à Cláudia Schiedeck, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; e a Sérgio Augustin, da FSG. Em todos esses lugares, vivi com intensidade, estudei e trabalhei como educadora/educanda. Agradeço aos profissionais mencionados e a tantos outros que sempre confiaram e me apoiaram na construção da minha intersubjetividade, na minha trajetória de estudo e como profissional.

À professora doutora Neires Soldatelli Paviani, pela gentileza de reler e ajustar o texto ao que tentei explicitar nesta pesquisa. Agradecimento especial à mestra em Educação Vania Marta Espeiorin, sempre disponível para que as reflexões, relatos das trajetórias das eleitas e interpretações dos acontecimentos vividos em Caxias se tornassem textos claros e fidedignos. Agradecimentos, também, às minhas e aos meus companheiros de tantos anos de trabalho conjunto na Juventude Estudantil Católica (JEC), na pessoa do padre Júlio Giordani e Ivo Mauri; na Juventude Estudantil Universitária (JUC); no Movimento Nacional dos Direitos Humanos, ao Augustino Veit, à Marcia e ao Leonardo Boff; no Centro de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos de Caxias do Sul, na pessoa do padre Roque Grazziotin (*in memoriam*) e de José Pancotto.

Um agradecimento muito forte a três pessoas que estiveram em todos os mandatos desde 1966: Angelista Granja; a fundadora do PT presente nos mandatos desde sua partida, a querida amiga e gigantesca Geci Prates; e o padre Roque Grazziotin. Pela lealdade e pela capacidade política contínuas desde a candidatura a prefeita em 2004, agradeço ao presidente do PT à época, David Stival, também presente nos dois mandatos em que estive na Assembleia Legislativa (AL) do RS. E, na pessoa de Sinara Fajardo, agradecemos a todas e a todos os funcionários da AL que integraram o mandato, pela dedicação, competência e trabalho, destacando o mandato como um dos que mais produziram do ponto de vista intelectual.

Na pessoa do grande líder comunitário Gilmar Maschio e na pessoa da nossa querida vice-prefeita Justina Onzi, agradeço a cada militante, integrantes também de todos os mandatos tanto no Executivo quanto no Legislativo e amigos leais na luta cotidiana pelo direito à participação e à justiça para todas as pessoas desta cidade. Agradeço a duas mulheres que estiveram nos mandatos, representando todas as mulheres e militantes que nele participaram. Na Denise Pessôa, por aceitar a assumir a liderança político-partidária, representando os projetos de nosso mandato e os sonhos de transformação pelos direitos humanos como vereadora; e na Silvana Piroli, que, depois de toda sua trajetória, mesmo na aposentadoria, retornou à luta social como presidente do sindicato dos servidores públicos de Caxias do Sul. Gostaria que todas e todos se sentissem agradecidos porque não foi possível descrever todos os

nomes mas estou agradecendo a cada uma e a cada um por construirmos, juntos, tantas conquistas e lutas, sendo que muitas continuam fazendo seu movimento de transformação.

Aos meus familiares, em especial ao meu querido esposo Vilson Dalla Vecchia, às queridas filhas e ao querido filho, com suas respectivas famílias, Giovana (por ter me inscrito na seleção para o doutorado da UFRGS), Pablo e Veronica Formolo Beck Phule; Caroline, Eduardo e Manuela Gigante; Thiago Formolo Dalla Vecchia e Yael Prizant, pela compreensão, discussão temática e pelo apoio carinhoso que sempre demonstraram para que eu pudesse voltar a estudar. Obrigada pelo estímulo, pelo respeito e pelo afeto dedicados. Agradeço pelo cuidado e pela amorosidade com que a Fátima Dalla Vecchia teve ao morar em nossa casa e ser um pouco mãe para meus filhos. Também externo gratidão a quem trabalhou ou trabalha ainda em nossa casa: Leonilde de Jesus, Julia Hofman e Ida Lauxen. Deixo nesta produção meu reconhecimento a vocês.

Aos meus pais Thereza Vergani e Laurindo Formolo, às irmãs Celestina e Aldina, aos irmãos Armando, Velocino (*in memoriam*), Valduino e Jacir e às suas famílias; às cunhadas, aos cunhados, aos sobrinhos e às sobrinhas, pelo apoio que me deram em todas as etapas da vida. Aos meus pais, irmãs e irmãos, por terem aprendido a viver da terra, e pelos imensos horizontes que aprendi a reconhecer a partir de nossa casa e da Capela da Rocca; pela escola que fizeram na nossa terra para as crianças estudarem; pela dedicação da mãe que nos acompanhou na cidade e do pai, que ficou na colônia para nos sustentar; às irmãs e aos irmãos mais velhos, que renunciaram aos estudos pela família e, em especial, por nós.

Quero agradecer pelo cuidado permanente e, em especial, agradecer pelo apoio nas campanhas eleitorais, principalmente a Jacir e Cristina que, liberados pela família, coordenavam as campanhas. São momentos difíceis e complexos, mas o que nos ensinaram foi importantíssimo para podermos participar dos processos eleitorais com força, coragem, energia e confiança necessárias para esses enfrentamentos nas disputas eleitorais. Afinal, perdi o medo de representar e lutar pelo direito a estar na política institucional em cargos eletivos, pois meus pais insistiam que não precisávamos ter medo quando estávamos fazendo as coisas certas. Diziam, em dialeto, que “non toca gaver paúra, quando si fa le robe juste”. Com isso, ajudaram-me a compreender que devemos e podemos lutar e sonhar sem medo quando esse sonho é o sonho de uma coletividade, quando esse sonho faz parte da nossa e de muitas vidas com quem construímos cada dia a nossa e a história de todos.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - <i>Instinto Primeiro</i> : monumento em homenagem à Gígia Bandera.....	67
Fotografia 2 - Mulheres se mobilizam no Brasil.....	132
Fotografia 3 - Mulheres no Chile pedem o fim da violência de gênero.....	132
Fotografia 4 - Mães da Praça de Maio buscam filhos desaparecidos na ditadura argentina.....	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Prefeitos (as) e vice-prefeitas (os) de Caxias do Sul, de 1960 até 2014.....	94
Quadro 2 - Mulheres de Caxias do Sul que exerceram mandatos de 1960 a 2014.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Remuneração masculina e feminina, por hora contratada em Caxias do Sul: 2001 a 2011.....	68
Tabela 2 - Remuneração por hora contratada dos trabalhadores em Caxias do Sul: 2015 a 2018.....	69
Tabela 3 - Percepção da transgressão: moralidade privada e moralidade pública.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Vereadoras e vereadores eleitos em Caxias do Sul - 1892 a 2014.....	40
Gráfico 2 – Representatividade de 1960-2014 – Vereadoras e Vereadores.....	41
Gráfico 3 – Número de vereadoras e vereadores eleitos em outras cidades do entorno de Caxias do Sul em 2012 e 2016.....	42
Gráfico 4 – Número de deputados (as) estaduais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Rio Grande do Sul.....	43
Gráfico 5 – Representatividade de 1960-2014 – Deputadas Estaduais – Caxias do Sul.....	44
Gráfico 6 – Número de deputados (as) estaduais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Brasil.....	45
Gráfico 7 – Número de deputados (as) federais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Brasil.....	46
Gráfico 8 – Número de deputados (as) federais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Rio Grande do Sul.....	47
Gráfico 9 – Representatividade de 1960-2014 – Deputada Federal (suplente) – Caxias do Sul.....	47
Gráfico 10 – Representatividade de 1960-2014 – Vice-Prefeitas eleitas e Prefeitas em exercício, em Caxias do Sul.....	49
Gráfico 11 – Formação profissional das eleitas.....	59
Gráfico 12 – Local de nascimento das eleitas – Rural e Urbano.....	79
Gráfico 13 – Profissão do pai e da mãe.....	80
Gráfico 14 – Idade que as mulheres assumiram o primeiro mandato.....	106
Gráfico 15 – Estado civil das eleitas por ocasião da posse no primeiro mandato.....	107
Gráfico 16 – Tipos de mandatos no tempo (1960-2014)	153
Gráfico 17 – Partidos e mandatos das eleitas.....	195
Gráfico 18 – Número de vereadoras eleitas e partidos.....	196
Gráfico 19 – Vereadoras e número de mandatos e partidos.....	197

RESUMO

Esta tese é um exercício de produção de conhecimento, no processo de movimento dialético e na interpretação dos acontecimentos e das disposições encontradas na trajetória das mulheres eleitas, a fim de explicitar por que somos tão poucas as que participamos da disputa eleitoral e, em menor número ainda, as eleitas, bem como quanto avançou a luta feminina e feminista, através das ações dos mandatos. Partimos de um lugar: Caxias do Sul/RS; e de um tempo: 1960 a 2014. Os registros das trajetórias estudadas em autobiografias, biografias e entrevistas complementares estão no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA). Na interpretação dos acontecimentos vividos por nós, as mulheres eleitas, e no pensamento dos autores quer da sociologia, filosofia, história ou educação, construímos argumentos que dão significado às respostas a partir do vivido pelas eleitas, em nosso contexto. Guia-nos neste estudo a seguinte pergunta-problema: “Quais os acontecimentos (e os seus significados) que constituíram a nossa trajetória enquanto mulheres eleitas em Caxias do Sul, desde a esfera familiar ao reconhecimento na vida pública e no exercício dos mandatos, no período de 1960 a 2014?”. Esse questionamento ajudou a nortear o objetivo geral de interpretar, na trajetória das ‘poucas’ mulheres eleitas a mandatos político-partidários, os acontecimentos que nos constituíram para o reconhecimento à vida pública, em Caxias do Sul/RS. Também utilizamos fontes bibliográficas, entre as quais: Honneth (2009), Santos (2011), Caregnato (2013), Dussel (1990), Arendt (1998), Paviani (2013), Zitkoski (2013), Giron (2008), Menezes (2018), Machado (1998), Genro (2013), Ricoeur (1968), Freire (1974; 1982; 1996), Bourdieu (2015), Gutiérrez (1985), Fraser (2006; 2007), Scott (1994; 2005) e Butler (2018). Paralelamente à parte documental e bibliográfica, na metodologia, a produção de conhecimento ocorreu nas perspectivas dialética e hermenêutica. Como contribuição científica, é uma tese que deixa rastros históricos, sociais e pedagógicos, principalmente, por reconhecer a força da docência na conquista de mandatos eletivos, porque as mulheres eleitas, na sua maioria, são professoras ou educadoras sociais. É uma investigação que se torna oportuna a instituições públicas, partidos políticos e a mulheres que desejam ingressar ou já se encontram no universo político-eleitoral. Pois foi possível explicitar que há, para nós, mulheres, a necessidade contínua de participação na luta, a fim de superar a invisibilidade e constituir reconhecimento público. Fomos poucas as eleitas, pois vivemos em uma sociedade sem equidade de participação, de redistribuição e de reconhecimento como questão de justiça. A comunidade científica também fortalece essa discriminação por não dar visibilidade científica a essa luta desigual. Mas, então, a que devemos nossas vitórias eleitorais na desigualdade histórica e conjuntural vivida? A nossa identidade pública de educadoras em participação popular, marcada pelos acontecimentos e pela disposição de crer e agir; a força organizativa e articuladora dos partidos e das lutas sociais; e a correlação de forças políticas foram definidoras de nossas vitórias nos contextos eleitorais, mesmo em uma estrutura social patriarcal. Esta pesquisa é relevante e foi considerada pela banca original e inédita, mas tenho certeza que é incompleta, inacabada. Por isso, esperamos que outras se façam, contribuindo para explicitar ainda mais a participação feminina, a redistribuição e a luta pelo reconhecimento como questão de justiça, de democracia e liberdade, por uma humanização do mundo dentro de uma casa comum, preservando a mãe terra e se construindo num projeto de cuidado com a vida nos princípios do ecofeminismo como uma nova alternativa para a sociedade.

Palavras-chave: Mulheres. Política. Educação. Feminismo. Reconhecimento.

ABSTRACT

This thesis is an exercise in the production of knowledge, the ongoing process of a dialectic and the interpretation of events and inclinations found along the trajectories of elected women, with the goal of explaining why so few of us run for office and still fewer are elected, let alone further feminist and women's causes through mandates. We start from one place: Caxias do Sul/RS; and one time period: 1960 to 2014. The trajectories studied through autobiographies, biographies and complementary interviews are recorded in the Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA; Municipal Historical Archive João Spadari Adami). By interpreting the events that elected women have experienced, using ideas by theorists from sociology, philosophy, and the history of education, we construct arguments that contextualize and give meaning to their answers, based on the lived experiences of these elected women. The following question guides us through this study: What were the events (and their meanings) that constructed our trajectory as elected women in Caxias do Sul (from the family sphere to recognition in public life) and in the execution of our mandates, from 1960 to 2014? This question situates the general objective of interpreting, within the trajectories of the few women elected and given political mandates, the events that constituted our recognition in public life in Caxias do Sul/RS. We also used bibliographical sources, including: Honneth (2009), Santos (2011), Caregnato (2013), Dussel (1990), Arendt (1998), Paviani (2013), Zitkoski (2013), Giron (2008), Menezes (2018), Machado (1998), Genro (2013), Ricoeur (1968), Freire (1974; 1982; 1996), Bourdieu (2015), Gutiérrez (1985), Fraser (2006; 2007), Scott (1994; 2005) and Butler (2018). Along with these documentary and bibliographical elements, our methodology led to the production of knowledge within dialectical and hermeneutical perspectives. The principle scientific contributions of this thesis are its historical, social and pedagogical traces, mainly because it recognizes the strength of teaching in the triumph of election-based mandates because the elected women, in large part, are teachers or social educators. It is a useful investigation for public institutions, political parties, and women who wish to enter (or are already in) the political-electoral universe. This work made it possible to explain that there is, for us women, the ongoing need to participate in the struggle to overcome invisibility and achieve public recognition. Few of us were elected because we live in a society without equity in participation, where redistribution and recognition are matters of justice. The scientific community also strengthens this discrimination by not giving scientific visibility to this struggle against inequality. But then to what do we owe our electoral victories within historical inequality and short-term experience? Our public identity as educators in popular participation, marked by events and a willingness to believe and act; the organizing and articulating forces of parties and of social issues; and the correlation of political forces defined our victories in electoral contexts, as they occurred within a patriarchal social structure. This research is relevant and was considered original and unpublished by the panel, but I am certain that it is incomplete and unfinished. To this end, we are waiting for others' work, contributing to expose feminine participation even further, redistribution and the fight for recognition as questions of justice, of democracy and liberty, for a humanization of the world inside an ordinary home, preserving Mother Earth and building, within a project of caring for life, our principles of ecofeminism as a new alternative for society.

Keywords: Women. Politics. Education. Feminism. Recognition.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	18
1.2 OBJETIVOS.....	22
1.2.1 Objetivo geral.....	23
1.2.2 Objetivos específicos.....	23
1.3 JUSTIFICATIVA.....	23
1.4 CAMINHO METODOLÓGICO.....	29

PARTE 1 – Os cenários no contexto e os horizontes teóricos

2 OS ELEMENTOS PRINCIPAIS DO CONTEXTO DA PESQUISA.....	38
2.1 MULHERES ELEITAS NAS ESFERAS LOCAL, REGIONAL E NACIONAL.....	38
2.2 AS MULHERES DA PESQUISA EM SEU TEMPO E LUGAR.....	57
2.2.1 Comprovações do patriarcado e do racismo em Caxias do Sul.....	61
2.2.2 A moral no contexto regional e o patriarcado.....	70
2.2.3 Religiosidade no território das eleitas.....	72
3 MULHERES EM MANDATOS PÚBLICOS: CONDIÇÃO PARA A DEMOCRACIA.....	82
3.1 A POLÍTICA COMO A DIREÇÃO DADA A NOSSAS ESCOLHAS.....	85
3.2 O SENTIDO DA LIBERDADE E A DEMOCRACIA.....	96
3.3 A AÇÃO HUMANA É SEMPRE POLÍTICA.....	102
3.4 DEMOCRACIA E REDISTRIBUIÇÃO NO RECONHECIMENTO DA MULHER.....	112
4 RECONHECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS ELEITAS EM MANDATOS PÚBLICOS.....	116
4.1 DO RECONHECIMENTO MÚTUO À ALTERIDADE E AO RESPEITO.....	123
4.2 A ESPIRITUALIDADE E A PARTICIPAÇÃO CONTÍNUA NAS LUTAS.....	127
4.3 A MULHER E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELO FEMINISMO E PELO ECOFEMINISMO.....	131
4.4 DISPOSIÇÕES NA TRAJETÓRIA DAS MULHERES DESTA PESQUISA.....	139

4.5 RUPTURAS PARA A EMANCIPAÇÃO E A AUTONOMIA À VIDA PÚBLICA.....1

PARTE 2 - As educadoras eleitas para mandatos públicos em Caxias do Sul

5 ACONTECIMENTOS QUE NOS CONSTITUÍRAM MULHERES ELEITAS.....	150
5.1 AS ELEITAS EM CAXIAS DO SUL: DE 1960 A 2014.....	150
5.2 ALGUNS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO PERFIL DAS ELEITAS.....	153
5.2.1 Esther Troian Benvenuto.....	154
5.2.2 Iró Nabinger Chiaradia.....	158
5.2.3 Rachel Calliari Grazziotin.....	161
5.2.4 Geni Peteffi.....	165
5.2.5 Rosane Fátima Hamsch do Nascimento.....	169
5.2.6 Silvana Teresa Piroli.....	172
5.2.7 Ana Maria Corso.....	175
5.2.8 Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia.....	179
5.2.9 Justina Inez Onzi.....	183
5.2.10 Maria Helena Sartori.....	187
5.2.11 Denise da Silva Pessôa.....	190
5.2.12 Dados complementares aos perfis.....	194
6 DA VIDA PRIVADA À VIDA PÚBLICA DAS MULHERES ELEITAS.....	200
6.1 DA INVISIBILIDADE FEMININA À LUTA POR ESPAÇOS DE PODER PÚBLICO..	201
6.2 A PARTICIPAÇÃO E O RECONHECIMENTO PÚBLICO INSTITUCIONAL.....	217
7 CONCLUSÕES.....	238
7.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	238
7.2 ACONTECIMENTOS NA LUTA PELO RECONHECIMENTO.....	244
7.3 DA IDENTIDADE À VIDA NO MANDATO.....	246
7.4 O CONTEXTO ELEITORAL.....	254
7.5 A CRENÇA NA LUTA PARTICIPATIVA E CONTÍNUA.....	257
7.6 A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NAS OPORTUNIDADES CONJUNTURAIS.....	260
REFERÊNCIAS.....	268

ANEXO A – O que elas dizem do que viveram e sonharam.....	
ANEXO B – Síntese extraída das autobiografias.....	293
ANEXO C – Complemento.....	358
ANEXO D – Mulheres eleitas ou que assumiram como suplentes no Legislativo e no Executivo caxiense até janeiro de 2021.....	360
ANEXO E – Link da sessão de defesa do doutorado de Marisa Formolo Dalla Vecchia..	364

1 INTRODUÇÃO

“As educadoras eleitas a mandatos públicos” é um tema de pesquisa que está crescendo em produção nas universidades e centros de pesquisa, porém, a passos curtos. Ao lado de estudos estatísticos institucionais, estão sendo realizadas dissertações e teses para entender melhor a reduzida representação de mulheres em cargos legislativos e executivos em todas as instâncias de Estado.

A pequena produção científica em torno do tema, que tem gradativamente se ampliado, mas ainda num ritmo aquém do necessário, é também uma evidência da invisibilidade do poder das mulheres na sociedade. Um dos elementos que contribui para essa invisibilidade é a própria ausência da ciência de gênero, da ciência do feminismo na produção científica das universidades locais que ainda estão limitadas e não têm, na sua grande maioria, programas e linhas de pesquisa constituídos formalmente, tendo financiamento dos órgãos públicos ou não vinculados à produção científica.

Esta é uma tese de doutorado que, a exemplo de várias outras experiências no mundo, especialmente no âmbito latino-americano, no qual me concentro, destaca a importância da presença das mulheres na produção científica, embora o que se vê é uma reduzida produção científica feminista. Ao mesmo tempo em que começa a ter um aumento de mulheres pesquisadoras, ainda permanecem invisíveis os rostos/a autoria dessa produção científica. Também é um estudo que ressalta a importância da produção de pesquisas dentro das universidades e dos centros de pesquisa que explicitem e deem visibilidade à dominação patriarcal na produção da ciência e à reduzida visibilidade da ciência produzida por mulheres nas várias áreas do conhecimento científico e intelectual.

Temos algumas pesquisas, como a tese da mexicana Eva Raquel Güereca Torres (2015), que evidencia essa estrutura social desigual, conservadora e excludente da produção científica e do reconhecimento intelectual e científico das mulheres nas universidades. Temos também o avanço que o México conseguiu, que foi a aprovação de mudanças na constituição, garantindo a equidade de gênero na ocupação de cargos eletivos e não apenas na lista que compõe o processo eleitoral. Há avanços na Bolívia, onde o último governo não somente reconheceu a força das mulheres nas instâncias parlamentares, pois a sociedade elegeu um alto índice dessa representatividade, mas formalizou e deu a visibilidade do rosto feminino em uma gestão com mais de 50% das instâncias de poder dos ministérios chefiadas por mulheres. E, em território boliviano, entende-se melhor essa realidade pela história do matriarcado dentro da organização dos povos indígenas daquele país.

O Chile também progrediu por estar se propondo uma constituinte garantindo a equidade no processo de participação para a votação da nova constituinte. Vimos, ainda, em Cuba (2020), que 53% do Parlamento Nacional, neste último período eleitoral, foi formado por mulheres. É uma amostra de um movimento que vem ocorrendo e tem se fortalecido em vários países latino-americanos, mas, infelizmente, o Brasil não se encontra neste quadro de equidade, nem institucional e nem formal, em nenhuma instância de poder político partidário e nem institucional de Estado.

Verifica-se que, em nosso país e em outras nações, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, em termos de acessos, ainda se encontra distante. Nesse aspecto da discriminação, a ciência estaria contribuindo? A socióloga Nancy Fraser ajuda a tornar compreensível que há três grandes políticas que fazem parte de um processo de construção da contribuição social, econômica, científica e cultural. E a autora destaca a política da equidade de participação, a política da redistribuição enquanto uma condição material e a política do reconhecimento como questão de justiça. Deixa claro que a equidade é, ao mesmo tempo, determinante e condicionante da possibilidade para que se tenha o reconhecimento.

E é com esse compromisso que iniciamos a organização do projeto de pesquisa em torno do processo de compreensão da participação das mulheres na política. Esta pesquisa nasceu também do compromisso político de contribuir para a visibilidade das mulheres que tiveram uma trajetória não só político-partidária, mas que chegaram a cargos eletivos em Caxias do Sul. É uma investigação com vários olhares, mas destacamos dois principais.

Um deles é o de explicitar e buscar sentido dos acontecimentos na trajetória de mulheres eleitas que, de 1960 a 2014, compuseram o quadro das mulheres que ocuparam cargos eletivos e mandatos em Caxias do Sul e região. O outro olhar é o que nos fez derrubar as barreiras, passando da vida privada à vida pública pela eleição a esses mandatos públicos. Eu sou uma dessas mulheres e estou sempre tentando me separar de mim mesma para ser e ver todas as mulheres desta pesquisa, porém, sendo eu e elas ao mesmo tempo. É um exercício constante e acredito que a objetividade e a subjetividade acabam se fundindo dentro de mim porque não tenho como ter uma conduta neutra. Sendo que não são neutras as ações de pesquisa. A Ciência não é neutra. Sempre temos um olhar político em toda a ação, em toda a opção, na direção dada à escolha.

A relação das mulheres eleitas que apresentamos a seguir mostra que tivemos posição política enquanto uma direção dada e também opções político-partidárias que são um avanço e uma exigência para que se possa chegar a processos eleitorais. Aqui destacamos a lista das mulheres eleitas na sequência cronológica de seu processo eleitoral, seu partido e a função

ocupada: Esther Troian Benvenuti/PTB, Iró Nabinger Chiaradia/Arena, Rachel Calliari Grazziotin/PDT, Geni Peteffi/PMDB, Rosane Fátima Hamsch do Nascimento/PDT, Silvana Teresa Piroli/PT (ex-vereadoras); Ana Maria Corso/PT (ex-vereadora e ex-deputada federal/suplente); Denise da Silva Pessôa/PT (vereadora); Marisa Formolo Dalla Vecchia/PT (ex-deputada estadual e ex-vice-prefeita); Maria Helena Sartori/PMDB (ex-deputada estadual); e Justina Inez Onzi/PT (ex-vice-prefeita).

Com a tentativa de fazer análise e interpretação das informações presentes nas biografias e autobiografias das eleitas ou a partir de depoimentos de seus familiares e amigos, esperamos compreender melhor o que faz com que tão poucas mulheres busquem chegar a um poder de Estado através de cargos eletivos.

1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

O debate em torno da participação feminina na política partidária e nas instituições públicas é um tema que tem obtido vigor em alguns espaços do universo acadêmico, mas parece estar mais vinculado a alguns países que já têm uma luta feminina e feminista e com vínculo explícito ao processo de produção de conhecimento científico e sua comunicação para com a sociedade.

Verifica-se, contudo, que, em uma análise geral, algumas mulheres têm conseguido marcar presença por competência, conhecimento, desejo, persistência, autonomia. Se olharmos, novamente, a política partidária, que exige 30% de cota feminina nos quadros eleitorais, e colocarmos ao lado da educação, vemos que as mulheres têm ocupado esses espaços em proporções muito distintas – muitas estão na educação, apesar de ser uma das principais portas de entrada delas no campo político, e poucas eleitas a cargos político-partidários –, embora mantenham relações imbricadas entre um e outro, ao menos a partir de Caxias do Sul, maior cidade do interior do Rio Grande do Sul/Brasil e lócus central desta pesquisa. Na educação escolar, elas são maioria e essa realidade se repete no contexto aqui estudado em termos de habitantes e eleitorado. Na política partidária, alcançando cargos eletivos, a maioria é educadora, como já mencionamos, entretanto, as mulheres são minoria, e seu avanço vem sendo gradativo.

Nesta tese sobre “Educadoras eleitas para mandatos públicos em Caxias do Sul: trajetórias de reconhecimento”, percebe-se que o exercício da docência e o trabalho educativo serviram de passagem da vida de família (mundo privado) para as mulheres conquistarem as eleições e atuarem no espaço público. São professoras eleitas! O trabalho educativo nas escolas

ou em movimentos sociais serviu de grande estímulo para esta investigação, pois também sou educadora e percorri o caminho do processo eleitoral, exercendo alguns mandatos eletivos.

Muitas são as questões, mas escolhi como pergunta-problema para este estudo: “Quais os acontecimentos (e os seus significados) que constituíram a nossa trajetória enquanto mulheres eleitas em Caxias do Sul, desde a esfera familiar ao reconhecimento na vida pública e no exercício dos mandatos, no período de 1960 a 2014?”

Ao me inquietar diante desse questionamento e ao recordar algo do que vivi com mulheres eleitas de Caxias do Sul, verifico que a vida me possibilitou conhecer e conviver com todas elas. Nesse sentido, considero relevante nesta introdução dizer de que lugar falo, descrevendo um pouco do entrelaçar da minha história com a dessas mulheres corajosas, pois encarar o universo da política-partidária e alcançar espaços eletivos são ações que exigem coragem, assim como fez Dilma Rousseff/PT, a primeira presidenta mulher que o Brasil teve e que sofreu um golpe jurídico-parlamentar em 2016. Já em seu discurso de posse, no primeiro mandato (2011), mostrou-se preparada para enfrentar grandes desafios, o que foi expresso por ela a partir deste pensamento de Guimarães Rosa¹ (1986): “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Da convivência com as eleitas, lembro que **Esther Troian Benvenutti** foi, em 1952, a diretora de Ensino que, ao visitar a Escola Adelino Sassi, na colônia, onde eu e minha família morávamos, autorizou que eu estudasse sem matrícula, pois eu tinha seis anos e a legislação exigia sete anos para o ingresso no ensino primário. Recordo, também, que minha família votou nela para vereadora. Ela e seu marido visitavam minha família. Lembro de um jipe verde, pois o marido de Esther era militar.

No caso da **Iró Nabinger Chiaradia**, nossas famílias eram vizinhas no bairro de Lourdes, morando a uma quadra de distância. Também foi minha aluna na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e minha chefe, pois eu era professora na UCS e também na Rede de Ensino Estadual quando Iró respondeu pela Delegacia de Educação.

Rachel Calliari Grazziotin e eu lutamos juntas pela anistia desde 1978. Também fomos companheiras na defesa da criança e do adolescente na extinta Comissão Municipal de Amparo à Infância, juntamente com a comissária de menores There Gollo. Com Rachel e outros companheiros, fundamos o Centro de Direitos Humanos. Ainda fomos próximas na relação

¹ **João Guimarães Rosa** (1908-1967) nasceu em 27 de junho de 1908, em Cordisburgo, Minas Gerais. Em 1930, se formou médico na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais (UMG), hoje UFMG. Foi escritor e diplomata. Alguns de seus livros: *Primeiras Estórias*, *Campo Geral*, *Noites do Sertão* e *Grande Sertão: Veredas*.

entre famílias, através de seu irmão Mário Grazziotin, que concorreu a vice quando fui candidata ao cargo de prefeita, em 2004, e atuou como meu advogado de defesa quando fui demitida da UCS por perseguição ideológica e readmitida por sentença judicial.

Com **Rosane Fátima Hamsch do Nascimento**, convivi menos, mas participamos de lutas comuns. Também fiz parte da Igreja, nas comunidades eclesiais de base, na Teologia da Libertação e na luta pelos direitos humanos, a exemplo dela. Nos reuníamos no Centro de Orientação Missionária, onde davam cursos e onde era a sede do Centro de Direitos Humanos. Uma das pessoas que encabeçavam essas lutas era o padre Roque Grazziotin, que coordenava pastorais, atuava nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e na Teologia da Libertação. Era petista e foi candidato ao cargo de prefeito, agregando a formação da Frente Popular na eleição de 1988, com PT, PSB e PCdoB.

Maria Helena Sartori e eu trabalhamos juntas na organização da luta por uma educação transformadora. Eu era professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e ela professora da Rede Estadual de Ensino e presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS Sindicato). Empenhamo-nos pela vinda do educador Paulo Freire² a Caxias do Sul, por três dias, em 1984, e nas Semanas de Educação, em Caxias.

Geni Peteffi também era vizinha, prima em segundo grau e foi minha colega nos colégios Madre Imilda e São Carlos. Sempre foi uma pessoa generosa e solidária. Recordo que ela tinha carro e nos dava carona na volta do curso de Contabilidade, já que morávamos perto. Era colega de faculdade de meu marido Vilson e foi em uma de suas festas aos amigos que o conheci. Também trabalhou na coordenação da infraestrutura da Secretaria Municipal da Educação (Smed), na década de 1980. Juntamente com a secretária municipal Marta Gobatto, colaborou para a vinda de Paulo Freire a Caxias. Mas ela também liderou a tentativa de impeachment quando estive como vice-prefeita em missão na França, para conhecer os tecnopólios, pois queríamos implantar em Caxias uma política de desenvolvimento com uma incubadora tecnológica em parques tecnológicos.

Foi como liderança estudantil na UCS que tive meus primeiros contatos com **Ana Maria Corso**. A partir de 1984, convivemos muito na organização partidária e na disputa eleitoral. É esposa de Pepe Vargas, então prefeito com quem fui vice-prefeita na minha primeira disputa eleitoral, em 1996. Pepe também compôs o quadro de alunos da Escola Estadual

² **Paulo Freire** (1921-1997): educador, pedagogo, filósofo brasileiro de relevância internacional. Defendeu uma pedagogia crítica, na perspectiva da educação liberadora. Nasceu em 19 de setembro de 1921, em Recife (Pernambuco/Brasil) e morreu em 2 de maio de 1997, em São Paulo/SP. É considerado o Patrono da Educação Brasileira. Entre as suas principais obras, destacamos: *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança* e *Pedagogia da Autonomia*.

Imigrante, onde fui orientadora educacional. O primeiro emprego de Pepe, na década de 1970, foi na Prolar Imóveis, com meu marido. Depois, acompanhei sua liderança nas instituições estudantis, na Universidade. Lembro que entramos em greve, alunos, professores e funcionários da UCS, em 1986. Fizemos uma votação interna para reitor da UCS e foram escolhidos três professores e três professoras, para uma lista sêxtupla. Entre eles, estava o professor Jayme Paviani, que foi eleito nosso reitor. Também constavam eu, Marisa Formolo, a historiadora Loraine Slomp Giron, o professor e escritor José Clemente Pozenato, numa composição de força organizada pela comunidade universitária.

A vereadora **Silvana Tereza Piroli** foi quem me convidou para filiar-me ao PT e me defendeu como candidata a vice-prefeita em 1996. Estivemos juntas em lutas sociais, por direitos humanos e contra a violência, e nas Semanas de Educação, numa ação pedagógica envolvendo todas as redes e níveis de educação formal e popular. Conheci-a ainda na década de 1980, quando foi secretária do então chamado Centro de Ciências Humanas e Artes da UCS, onde eu era docente desse centro, que coordenava todas as grandes ações educacionais de Caxias e região. Silvana foi secretária municipal da Habitação enquanto eu estive como vice-prefeita, secretária da Educação e coordenadora do Orçamento Participativo, com pesquisa apresentada em Lyon, na França.

Justina Inez Onzi e eu éramos professoras e atuávamos em lutas comunitárias e educacionais. Nossa relação forte foi no Centro de Direitos Humanos, pois fomos fundadoras, companheiras nas Semanas de Educação e nas lutas populares, como na defesa do Arroio D'Ouro, que ela liderou. Vencemos a Coca-Cola, que queria se apropriar das nascentes para a produção de refrigerante. Fomos também parceiras na luta eleitoral, em 1996, reunindo as mulheres. Durante o primeiro mandato da Frente Popular em Caxias do Sul (1997-2000), período em que eu estava como vice-prefeita, ela foi secretária municipal da Saúde, implementando a gestão plena da saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade, entre tantas outras conquistas em prol das mulheres e da saúde da família. Como vice-prefeita e prefeita em exercício, trabalhamos muito juntas, enquanto ela estava à frente da Secretaria Municipal da Saúde. Como vice-prefeita, em 2001, foi grande articuladora de uma gestão interdisciplinar na administração municipal de Caxias do Sul. Como amiga, juntamente com o marido Delmir Portolan e as filhas, ainda estamos enfrentando a dor de sua partida, devido a um câncer recentemente, no ano de 2020.

Em relação à vereadora **Denise da Silva Pessôa**, até então a mais jovem mulher eleita para o cargo na história caxiense, no ano de 2008, pude conhecê-la como líder estudantil na juventude local na eleição em que concorri à prefeita do município, em 2004. Em 2006, fez

parte de minha campanha para deputada estadual. Conquistamos a eleição, e Denise passou a integrar a equipe de jovens do mandato. Além dela, fizeram parte Lucas Caregnato e Larissa Marin. Ela foi indicada para concorrer ao Legislativo em 2008 e tornou-se uma das eleitas. Foi reeleita (2008 e 2012) e mantém uma marca forte de luta pelos direitos humanos, agroecologia e em outros temas sociais, como os direitos das mulheres. Hoje, também é mãe. Tem, com seu companheiro, o pequeno Eduardo.

Interpretar a luta pelo reconhecimento na trajetória das mulheres eleitas é tão interligado, nesta simples e complexa teia de relações que construímos juntas... Sinto-me perpassando suas vidas e elas a minha. Juntas, estivemos em lutas sociais e nas fortes relações de amizade. Juntas, nos constituímos, participativamente, com a construção da nossa intersubjetividade e tendo a oportunidade de encontrar e estabelecer trocas de vida em lutas populares ou institucionais, com cada uma e com todas, em diferentes tempos e circunstâncias conjunturais.

Por meio dos acontecimentos que protagonizamos e que subsidiam esta tese, sinto minha objetividade presente, pois faço as interpretações a partir de dados extraídos de nossas entrevistas, autobiografias e demais fontes complementares. O sentido do vivido é muito marcado pelo significado do que juntas vivemos nas lutas sociais e institucionais, cada uma com sua trajetória, que merece forte reconhecimento coletivo, para o que esta pesquisa deve contribuir, reforçando a luta para o reconhecimento de mulheres pelo direito de disputar o poder na política partidária e nos espaços institucionais de Estado.

1.2 OBJETIVOS

Esta é uma investigação que propõe interpretar, na trajetória de vidas das mulheres eleitas, o significado dos acontecimentos que nos constituíram. Os objetivos delimitam a análise e as interpretações dos dados. Queremos compreender melhor as relações que sustentam as desigualdades nas eleições entre homens e mulheres, e como elas ultrapassaram as barreiras do patriarcado local, levando em conta que, na visão da sociologia empírica, o indivíduo é também a representação do coletivo em seu contexto.

Para Lahire³, compreendemos “melhor certos fenômenos macrosociológicos, observando de perto o comportamento de indivíduos” (LAHIRE, 2015, p. 293). Ao mesmo

³ **Bernard Lahire** é sociólogo francês e professor de Sociologia na École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines, em Lyon, na França. Também é investigador no Groupe de Recherche sur la Socialisation (CNRS). Entre suas publicações: *A cultura dos indivíduos* (2006) e *Retratos Sociológicos - Disposição e variações individuais* (2004).

tempo, o autor chama a atenção, ao alertar que pode-se dizer que um indivíduo ocupa uma posição em um universo, mas outra coisa é afirmar que é possível, através da análise de um indivíduo em determinado contexto, captar toda a lógica desse contexto.

1.2.1 Objetivo geral

Interpretar, na trajetória das ‘poucas’ mulheres eleitas a mandatos políticos, os acontecimentos que nos constituíram para o reconhecimento à vida pública, em Caxias do Sul/RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar os acontecimentos vividos nas esferas familiar, escolar e de trabalho que fortaleceram o empoderamento pessoal das mulheres eleitas para ir à esfera pública, a partir de entrevistas existentes no acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA);

- Analisar as ações de campanha das mulheres eleitas e os acontecimentos empoderadores que nos levaram à vitória;

- Analisar, a partir da política exercida pelas mulheres em seus mandatos, se fortaleceram a visão feminista nas instituições, evidenciando o que fizeram de diferente dos homens no sentido de priorizar a justiça para as mulheres em seu contexto;

- Interpretar os acontecimentos vividos na trajetória comunitária, nos movimentos sociais e nos partidos políticos que contribuíram para o nosso reconhecimento público.

1.3 JUSTIFICATIVA

As mulheres têm aumentado sua frequência em instituições de ensino superior, especialmente, após a criação do Prouni e da Lei de Cotas, principalmente, no Brasil, e havendo como consequência uma maior produção científica de conhecimento por parte do público feminino. Também é importante perceber o efeito social que vai dando uma nova forma de alteração da correlação de forças do patriarcado que é exercido hoje no mundo científico.

Podemos dizer que há o predomínio da reprodução da desigualdade de gênero dentro do próprio processo de produção científica. Mesmo que digamos que a ciência é neutra, ela não está fora dessa contradição, porque é produzida pela reflexão humana que, diante de uma escolha, dá uma direção e essa é uma posição política, é a política da produção da ciência por seus pesquisadores/cientistas. A justificativa, portanto, não se esgota somente na questão da presença feminina na política e nas instituições públicas.

A ciência, a filosofia, a religião e a política partidária estão marcadas de estereótipos que também fazem parte da estrutura familiar, social e educativa, e influem para as mulheres poderem estar em carreiras científicas, tecnológicas, partidárias... É exigido mais conhecimento de nós, para termos mais reconhecimento, muito mais do que dos homens. Vejamos: das 11 mulheres eleitas em Caxias do Sul, de 1960 a 2014, apenas uma não tem diploma superior, porque não havia universidade na cidade à época, enquanto que quase a metade dos homens eleitos neste período não possui formação superior.

Constatamos que, hoje, os centros universitários e as faculdades aqui situadas não têm programas de pesquisa específicos sobre a questão de gênero numa visão feminista, muito menos com pesquisas de mulheres eleitas para cargos eletivos. Pesquisadores têm feito excelentes estudos, entretanto, não há programas específicos para a questão de gênero e do feminismo. Essa ausência de políticas institucionais em torno de estudos que explicitem a relação de gênero e poder local faz com que o patriarcado fique fortalecido também a partir da ausência de produção intelectual e científica do mundo acadêmico local e regional. E, como demonstra Torres⁴: o “conhecimento representa uma luta histórica das mulheres para chegar aos espaços de produção científica e fazê-lo desde uma consciência de gênero que promove a emancipação das mulheres na sociedade em que vivem” (TORRES, 2015, p. 33).

A invisibilidade do sexo feminino para o olhar científico e a denúncia do androcentrismo (põe o masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva) são extensivos às demais ciências humanas, estando visivelmente presentes na ciência política.

No caso das eleitas estudadas nesta pesquisa, na sua maioria, somos da área rural, em busca de conhecimento (escola), ou seja, de estudos para lidar com a vida e ir além dos limites do mundo rural. Muitas famílias apostavam no estudo dos filhos para ajudar a garantir o sustento ou para que os filhos pudessem obter mais conhecimento e exercer uma profissão, para além da agricultura. Os meus pais, Laurindo e Thereza Formolo, queriam que estudássemos,

⁴ **Eva Raquel Güereca Torres** é doutora em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade Nacional Autônoma do México. É autora da tese *Mulheres, Conhecimento e Poder: feminismo no México diante da sociedade da informação e do conhecimento* (2015).

por isso, o pai ficou trabalhando na colônia enquanto a mãe veio conosco para a cidade, dando-nos sustentação para irmos à escola. Era uma decisão muito sensata que olhava para outro horizonte, além do espaço e mundo rural. Por outro lado, ia de encontro a quem entendia que “perder os filhos para a escola significava um certo prejuízo para as famílias que atribuíam valores distintos para a educação em confronto com as necessidades econômicas” (FORMOLO et al., 1998, p. 93). Por outro lado, havia quem pensasse na mesma linha do pai, a exemplo de Firmino Bonet, que, em entrevista para Esther Benvenuti, disse que “as crianças ganharão mais estudando que colhendo trigo”.

Na pesquisa "Mudanças em comunidades rurais: ações e tecnologia", Braga e Pozenato (2009) observam que, na segunda metade do século passado, na zona de minifúndio, ocorreram alterações na produção, nos hábitos e nos costumes a partir da chegada de novos aparatos tecnológicos, como a televisão e a internet, e do contato com o meio urbano, o que levou a muitas migrações até a cidade. É a nova geração, mais escolarizada que os pais, que se deslocou para a cidade para estudar em cursos que nem sempre mantinham relação com a agricultura, percebem as pesquisadoras. Elas verificam, ainda, que a mão de obra também se deslocou para a zona urbana, demonstrando interesse por outras culturas que não o tradicional cultivo da uva.

É exigido mais conhecimento científico e técnico para estarmos em lugar de poder e mesmo para sermos eleitas e estarmos em espaços do poder público do que as exigências para com os homens. Esperamos que as universidades passem a ter programas e linhas de pesquisa na perspectiva feminista de gênero. Se não há pesquisa que explicita essa discriminação, a invisibilidade fica naturalizada e assim prevalece o fortalecimento do *status quo*. Essa fragilidade científica favorece o patriarcado, pois se reproduz nas estruturas institucionais e do cotidiano a partir do próprio conhecimento que circula pela ciência, filosofia, religião, artes e nas diferentes manifestações culturais, econômicas, sociais, e pelo senso comum.

No olhar da Ciência, as mulheres têm aumentado sua frequência em instituição de ensino superior⁵ e também na produção do conhecimento⁶. Aqui se faz uma relação social que

⁵ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 com dados tachados em 8 de junho de 2018, observa-se uma trajetória escolar desigual, relacionada a papéis de gênero devido à entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, o que faz com que as mulheres tenham um maior nível de instrução, explica o instituto. Na faixa dos 25 a 44 anos de idade, 21,5% das mulheres tinham completado a graduação, contra 15,6% dos homens. Desagregando-se a população de 25 anos ou mais de idade com Ensino Superior completo por cor ou raça, as mulheres brancas estão à frente, com 23,5%, seguidas pelos homens brancos, com 20,7%; bem abaixo estão as mulheres pretas ou pardas, com 10,4% e, por fim, os homens pretos ou pardos, com 7,0%.

⁶ Em reportagem publicada pelo jornal "O Globo", em 11 de fevereiro de 2019, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e iniciativa da Parent in Science, constata-se que "entre os estudantes que ingressam no ensino superior, 57% são mulheres, mas os homens lideram na outra ponta: formam a maioria do corpo docente (54%) e têm mais bolsas de produtividade em pesquisa (64%)" (GRANDELLE, 2019).

toma forma dentro do patriarcado: assim pode reproduzir a desigualdade de gênero ou promover a transformação, pois a ciência não está fora dessa contradição. Como os valores de gênero são transversais, a ciência e os conhecimentos que a sociedade produz encarnam, assumem a visão patriarcal existente, mas, também, podem apresentar espaços novos de redução da desigualdade e/ou fortalecer uma visão antifeminista. Isso ocorre a partir das próprias escolas, em todos os níveis, através da escolha de diretores, nos órgãos de coordenação de estado, nas publicações intelectuais, científicas, filosóficas, teológicas, econômicas, nas ciências políticas, entre várias outras formas e suportes.

A estrutura patriarcal está, pois, no processo de produção e gestão do conhecimento na região. Isso é constatado observando que os homens, em relação às mulheres, são a maioria na hora de exercerem os cargos de coordenadores regionais de Educação, secretários de Educação, reitores ou diretores de centros universitários e faculdades e institutos de pesquisa – a única universidade que nasceu em Caxias do Sul tem mais de 50 anos e nunca elegeu uma mulher para a reitoria.

No âmbito histórico, esta pesquisa contribuirá para explicitar a trajetória e os acontecimentos na história das mulheres eleitas em seu contexto regional. No aspecto social, poderá contribuir explicitando o que levou essas mulheres, dentro de uma sociedade patriarcal e conservadora, a buscar um lugar de poder social, com vistas à sua emancipação e à sua contribuição na luta feminista. A contribuição pedagógica que este estudo busca oferecer é em torno da questão das mulheres professoras e a sua conquista de mandatos eletivos, porque as mulheres eleitas, na sua maioria, são professoras ou educadoras sociais.

Outros contributos desta pesquisa: organizar e expor dados bibliográficos do protagonismo das mulheres eleitas na esfera pública caxiense, inclusive servindo aos partidos políticos para avaliarem o apoio efetivo que é dado às mulheres para terem visibilidade social e reconhecimento a fim de alcançarem vitória nos processos eleitorais.

Entre as instituições que poderão utilizar os resultados desta pesquisa, estão os próprios partidos, pois está comprovada a inexistência de políticas que superem a desigualdade dentro das siglas partidárias, onde as relações internas também são marcadas pelo patriarcado, pois estão no mesmo contexto histórico e social das demais instituições. Um dos desafios é para os partidos conservadores criarem políticas de ações voltadas à superação da desigualdade de oportunidade para as mulheres e aos partidos de esquerda continuarem fortalecendo o incentivo para maior presença das mulheres no campo político-eleitoral, constituindo-se um dos caminhos de superação da opressão para a democracia partidária e social.

A justificativa, portanto, não se esgota somente na questão da presença feminina na política. Também não se esgota na relação entre formação escolar e movimentos e/ou pastorais sociais com a atuação profissional e nos mandatos. Faz-se necessária uma visão global da sociedade, pois as mulheres são em maior número de habitantes e em menor quantidade nos espaços de poder público em Caxias do Sul e no Brasil⁷. No mundo⁸, eles também são a maioria em habitantes e em representatividade política. Em outras palavras, as mulheres continuam invisíveis enquanto cidadãs, sujeitas de direitos em comparação com os homens. Pesquisas como esta que estamos desenvolvendo se justificam ainda porque procuram tornar visível essa discriminação e abrir novos espaços de justiça social e poder para a presença feminina na sociedade.

Romper com o preconceito que não deixa a mulher se abrir para espaços além da casa exige muita coragem, persistência e superação do patriarcado institucional, desde os próprios partidos. Mas, ao optar pela vida pública, a mulher, em geral, não exclui de sua vida o espaço privado, ou seja, do espaço da casa, para o público, vai carregando consigo os dois lugares. Reconhecer esse percurso é também uma tarefa educativa com a qual esta tese se dispõe colaborar.

Desde o lugar em que vivemos, aqui em Caxias do Sul, encontramos caminhos com pequenos espaços locais de superação do patriarcado. Há, entretanto, muito ainda a ser feito para o justo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e a equidade de participação no poder público.

Nesse sentido, esta investigação servirá de subsídio, além de instigar novas pesquisas e auxiliar na visibilidade aos distintos percursos das mulheres na construção de uma sociedade que é diversa, diferente e desigual em relação aos homens no exercício dos direitos. Há uma história local e global que não mostra a real situação feminina, muito menos na política partidária e no exercício dos mandatos. Explicitar parte dessa realidade é um movimento de luta

⁷ Para ilustrar, a população brasileira estimada pelo IBGE em 2017 foi de 207.660.929 pessoas, sendo 51% mulheres e 49% homens. Em termos de eleitorado, as estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam para um total de 146.470.266 votantes em dezembro de 2017, sendo a maioria, público feminino. São 76.792.285 (52,43%) mulheres eleitoras; 69.601.240 homens (47,52%); e 76.741 (0,05%) que não informaram o sexo.

⁸ O site "Index Mundo" traz dados sobre o número de habitantes no planeta tendo como fonte CIA World Factbook. A referência temporal indicada é julho de 2016, sendo o total de habitantes do mundo: 7.323.187.457. Desse número, 3.689.097.309 são homens e 3.634.090.148, mulheres. Dos 201 países existentes (sem contar aqueles que não são considerados independentes), 19 eram chefiados por mulheres no ano de 2015. São eles, com as respectivas governantes, segundo matéria divulgada pela BBC Brasil no referido ano: 1. Jamaica: Portia Simpson-Miller; 2. Trinidad e Tobago: Kamla Persad-Bissessar; 3. Brasil: Dilma Rousseff; 4. Chile: Michelle Bachelet; 5. Argentina: Cristina Fernandez de Kirchner; 6. Libéria: Ellen Johnson Sirleaf; 7. República Centro-Africana: Catherine Samba-Panza; 8. Noruega: Erna Solberg; 9. Escócia: Nicola Sturgeon; 10. Dinamarca: Helle Thorning-Schmidt; 11. Alemanha: Angela Merkel; 12. Croácia: Kolinda Grabar-Kitarovic; 13. Malta: Marie Louise Coleiro Preca; 14. Polônia: Ewa Kopacz; 15. Kosovo: Atifete Jahjaga; 16. Lituânia: Dalia Grybauskaitė; 17. Letônia: Laimdota Straujuma; 18. Bangladesh: Sheikh Hasina Wajed; 19. Coreia do Sul: Park Geun-hye.

pelo reconhecimento da mulher e é uma forma de se insurgir e de se integrar na transformação humanizadora da sociedade.

É um estudo planejado em duas partes gerais (PARTE 1 - *Os cenários no contexto e os horizontes teóricos* e PARTE 2 - *As educadoras eleitas para mandatos públicos em Caxias do Sul*). Está dividido em sete capítulos e tem como base teórica principalmente autoras e autores das áreas de educação, sociologia e filosofia, como Freire (1996), Arendt⁹ (1998), Gutiérrez¹⁰ (1985), Butler¹¹ (2018), Ricoeur¹² (1968), Fraser¹³ (2007) e Honneth (2009).

O primeiro capítulo inicia com a introdução, apresenta o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e o caminho metodológico percorrido para este estudo na intenção de analisar e interpretar os acontecimentos na trajetória das ‘poucas’ mulheres eleitas a mandatos.

Nos objetivos, buscamos identificar, analisar e interpretar os acontecimentos vividos nas esferas familiar, escolar, comunitária e profissional que fortaleceram o empoderamento pessoal das mulheres eleitas para ir à esfera pública, partindo das entrevistas existentes no acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). Também procura-se analisar os acontecimentos vividos na trajetória institucional, nos movimentos sociais e partidos políticos, que contribuíram para o seu reconhecimento público, e nas ações de campanha, com acontecimentos empoderadores que nos levaram à vitória.

A justificativa também consta na introdução. Aqui, ressalta-se a relevância científica da investigação por elucidar os acontecimentos que contribuíram para que as mulheres eleitas se comprometessem a ir além da vida familiar e comunitária, decidindo participar também na vida partidária e nos processos eleitorais como um espaço de reconhecimento público. É na introdução que apresentamos o caminho metodológico seguido nesta investigação.

⁹ **Hannah Arendt** (1906-1975) foi uma das maiores filósofas e vozes femininas do século XX, com fortes análises e reflexões em torno da política. Pelo pensamento crítico, recebeu várias distinções. Nasceu em 14 de outubro de 1906, no subúrbio de Linden, em Hannover (Alemanha), e morreu no dia 4 de dezembro de 1975, em Nova Iorque (EUA). Entre seus livros: *Verdade e Política*, *Sobre a Revolução*, *A Condição Humana* e *O Que é Política?*

¹⁰ **Rachel Gutiérrez** é filósofa e escritora brasileira. Nos anos de 1980, juntamente com outras militantes, fundou o Grupo de Reflexão Feminista Mulherando e, como representante do Movimento Feminista, foi a primeira mulher filósofa a participar de uma candidatura majoritária (vice-governadora) nas eleições cariocas de 1986. Nasceu em 27 de dezembro de 1935, em Sant’Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul/Brasil.

¹¹ **Judith Butler** é uma filósofa e professora norte-americana que se tornou uma referência nos estudos de gênero. Entre os livros que têm publicados: *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*; *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*; e *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*

¹² **Paul Ricoeur** (1913-2005) é um filósofo francês com vasta bibliografia. Entre os principais livros que escreveu: *A metáfora viva*, *Percurso do reconhecimento*, *Vivo até a morte seguido de fragmentos*, *História e verdade* e *A ideologia e a utopia*. Nasceu em Valence (Sul de França), no dia 27 de fevereiro de 1913, numa família protestante.

¹³ **Nancy Fraser** é uma filósofa norte-americana que estuda a Justiça sob as dimensões de distribuição, reconhecimento e representação. Com pesquisas que refletem em diversas áreas do conhecimento, é autora de alguns livros e artigos com temas feministas. Entre eles: *Políticas Feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero*.

Na Parte 1, temos os capítulos 2, 3 e 4. O segundo capítulo apresenta “Os elementos principais do contexto da pesquisa”, com um mapa eleitoral feminino, seguido da contextualização das mulheres da pesquisa em seu tempo e lugar, da lógica social que reproduz o patriarcado e o racismo entre as mulheres nessa sociedade local, e desse patriarcado na moral individual e coletiva e de gênero.

O capítulo 3 realça “Mulheres em mandatos públicos: condição para democracia”. Nesse contexto, estão inseridos a política como direção da escolha, o valor da liberdade e o caráter da ação humana, na política e na democracia. O quarto capítulo trata do “Reconhecimento e participação feminina em instituições”, depois vem a relação do reconhecimento com a alteridade. Ainda recebe atenção a força da espiritualidade da mulher, a relação do público feminino com a ecologia, questões de gênero e a luta feminina por liberdade, emancipação e autonomia.

A Parte II envolve os capítulos 5, 6 e 7. Os acontecimentos mais significativos que constituíram a trajetória das mulheres eleitas estão no quinto capítulo, com uma rápida apresentação de cada uma das mulheres eleitas. Já o capítulo 6 é composto por novas interpretações dos principais achados para as quais esta tese deixa portas abertas, bem como a discussão de desafios para a superação dessa opressão e discriminação das mulheres educadoras na política institucional a partir de Caxias do Sul.

As conclusões estão no capítulo 7, onde buscamos explicitar sínteses interpretadas da pesquisa, os limites, a relevância e a possibilidade de continuação deste estudo, através de novas pesquisas em torno das “Mulheres eleitas na política institucional pública”.

1.4 CAMINHO METODOLÓGICO

Encontrar um sentido à trajetória de vida das mulheres eleitas a partir de Caxias do Sul, analisando como narram suas próprias memórias e vivências individuais ou coletivas, integra o percurso desta tese. Em termos de originalidade científica, é uma investigação que torna explícito esse conjunto de trajetórias de vida, compondo uma relevante fonte primária na e para a sociedade. Ao mesmo tempo, é original porque faz uma interpretação que vai desde o lugar das eleitas e se integra à produção científica no mundo, a partir de temáticas vivenciadas por essas mulheres mas que são universais, como o patriarcado e o reflexo da cultura do norte do mundo nessa região que dizimou indígenas e negros para dar lugar aos imigrantes europeus, com hegemonia da cultura dos italianos, afim de constituir a política nacional de branqueamento populacional.

Na vida da humanidade, os acontecimentos ajudam a dar sentido e direção à existência. Quanto aos biográficos, Bourdieu (1996, p. 190) diz que se definem “como *colocações* e *descolamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado”.

Em outras palavras, a história de um pessoa depende do contexto em que está inserida e o capital que carrega ao longo dos anos. No caso deste trabalho, a investigação é sobre as trajetórias de vida das mulheres caxienses que assumiram cargos eletivos no Executivo e nos Legislativos municipal, estadual e federal, representando Caxias do Sul num período de 54 anos, de 1960 a 2014, a fim de identificar os acontecimentos que contribuíram para seu ingresso na vida pública institucional, atuando em cargos eletivos.

O conteúdo a ser visualizado e analisado corresponde a entrevistas que essas mulheres ou seus parentes e assessores concederam ao acervo oral do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) de Caxias do Sul a respeito de suas histórias; e a informações complementares que repassaram a esta pesquisadora ou extraídas de periódicos, audiovisuais, de outros documentos ou memoriais. O objetivo é sistematizar os acontecimentos que constituíram a trajetória e foram determinantes no momento histórico de nossa eleição, de nossas origens, formação e atuação profissional, social e político-partidária.

Tal análise, assim como toda a produção deste trabalho científico e intelectual, tem como base o pensamento de vários autores, predominantemente de uma mesma linha política, teórica e epistemológica. Algumas reflexões aparecem mais evidentes, outras menos. Entre tais estudiosos: Fraser (2006; 2007), Arendt (1998), Gutiérrez (1985), Butler (2018), Freire (1974;

1982; 1996), Honneth¹⁴ (2009), Dussel¹⁵ (1990), Ricoeur (1968), Bourdieu¹⁶ (2015), Fernet-Betancourt¹⁷ (2008), Paviani¹⁸ (2013), Giron¹⁹ (2008) e Machado²⁰ (1998).

A pesquisa em referência trabalha com a vida das eleitas, cujas narrativas compõem o acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) com suas biografias e, nesta investigação, também analiso e interpreto a minha trajetória de vida²¹ e eleitoral, em mandatos de vice-prefeita e deputada estadual. Passeggi²² (2006) chama de “escrita constitucional de si”. Pineau²³ (2006, p. 41) afirma que “a flutuação terminológica em torno das histórias e relatos de vida, biografias e autobiografias é indicativa da flutuação do sentido atribuído a essas tentativas de expressão da temporalidade vivida pessoalmente”.

Souza²⁴ (2008, p. 41) acrescenta que essa escrita de si remete às escritas dos memoriais, as quais:

¹⁴ **Axel Honneth** é um filósofo e sociólogo alemão cujas influências teóricas são provenientes principalmente de Jürgen Habermas, do qual foi assistente. Nasceu em 18 de julho de 1949, em Essen (Alemanha). Entre seus estudos: a luta pelo reconhecimento das diversas culturas e modos de vida expressa na teoria que sintetiza perspectivas sociológicas, psicanalíticas e filosóficas, apresentando uma visão original da realidade social. Atualmente, dirige o Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt e é professor de Filosofia Social.

¹⁵ **Enrique Dussel** é um filósofo argentino e doutor em Filosofia e História. Atualmente é professor no Departamento de Filosofia da Universidade Autônoma Metropolitana (UAM), na Cidade do México. Autor de diversos livros. Eis alguns deles: *Liberación de la mujer y erótica latinoamericana. Ensayo filosófico*, *Historia general de la Iglesia en América Latina*, *Introducción general a la Historia de la Iglesia en América Latina*, *Praxis latinoamericana y filosofía de la liberación*, *Filosofía de la producción* e *Ética comunitária*.

¹⁶ **Pierre Bourdieu** (1930-2002) foi um sociólogo francês que discorreu sobre vários temas ligados à sociedade, à educação e à comunicação. Foi docente na École de Sociologie du Collège de France e publicou muitos livros. Entre os quais: *A dominação masculina*, *O poder simbólico*, *A reprodução* e *A economia das trocas simbólicas*.

¹⁷ **Raúl Fernet-Betancourt** é um filósofo cubano que nasceu em 1946. Doutor em Filosofia e Letras e em Filosofia e Linguística, é um estudioso da cultura e da filosofia latino-americana. Estão entre suas publicações: *Introdução a Sartre*, *Estudos da Filosofia Latinoamericana* e *Filosofia Intercultural*.

¹⁸ **Jayne Paviani** é filósofo e escritor nascido em Flores da Cunha/RS. Pós-doutor em Filosofia, atualmente, é professor adjunto III da UCS. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Metafísica, atuando principalmente em tais temas: educação, filosofia, dialética, Platão e conhecimento. Entre os livros de sua autoria: *Platão e a República*, *O Professor, a Escola e a Educação*, *Epistemologia Prática* e *As Palavras e os Dias*.

¹⁹ **Lorraine Slomp Giron** (1937) é historiadora, professora e pesquisadora caxiense, nascida em 1937. Algumas de suas publicações: *A força das mulheres proprietárias*, *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul e Caxias do Sul: evolução histórica*.

²⁰ **Maria Conceição Abel Missel Machado** foi uma historiadora e professora brasileira nascida em Caxias do Sul, onde faleceu em 2004. Entre os livros que publicou: *Mulheres sem rosto* e *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul, 1875-1950*.

²¹ **Bourdieu** (1996, p. 189), no texto “A ilusão biográfica”, menciona história como sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida com relação ao espaço social no qual eles se realizam. E a noção de trajetória seria uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”.

²² **Maria da Conceição Passeggi** é doutora em Linguística pela Université Paul Valéry Montpellier 3 e professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

²³ **Gaston Pineau** é professor de Ciências da Educação na Universidade François Rabelais, de Tours. Entre os textos publicados: *Temporalidades na formação* e *Les histoires de vie*.

²⁴ **Elizeu Clementino de Souza** é doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2004), com pós-doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2012) e pós-doutorado/estágio sênior na Universidade de Paris 13-França (2018). É professor na Universidade do Estado da Bahia.

são marcadas pelas ambivalências do sentido reflexivo vinculado à escrita de si e às cobranças institucionais, quando disseminam-se práticas de formação centradas nas narrativas (auto)biográficas ou quando regulam-se institucionalmente, a partir de dispositivos legais que normatizam a progressão hermenêutica em que se compreendem os fenômenos sociais como textos e a interpretação como atribuição de sentidos e significados às experiências individuais e coletivas (SOUZA, 2008, p. 41).

Souza et al. (2006) explicam que a história de vida pode ultrapassar os limites da narrativa e tornar-se um estudo de caso da vida e da obra de uma pessoa, ou de um coletivo de pessoas. Isso pode ocorrer por meio de relatos ou de qualquer outro tipo de informações e/ou documentações, as quais tendem a enriquecer a pesquisa.

Os autores afirmam que as histórias de vida têm adotado uma variedade de fontes e procedimentos de coleta, agrupando-as em duas dimensões, ou seja, os diversos documentos pessoais (autobiografias, memoriais, diários, cartas, fotografias e objetos pessoais) e as entrevistas biográficas, que podem ser orais ou escritas, em que os memoriais acadêmicos e de formação assumem papel importante nos processos de aprendizagem e de formação.

No nosso caso, mulheres eleitas em Caxias do Sul de 1960 a 2014, descrevemos o caminho percorrido nesse conjunto de acontecimentos que foram se sucedendo na nossa trajetória. Aqui, aparece uma questão interessante: O que é a vida? Uma expressão unitária ou uma intenção subjetiva e objetiva de um projeto? Essa vida, diz Bourdieu (1996, p. 184), é organizada como uma história que transcorre segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, uma origem no duplo sentido do ponto de partida de início, mas também de princípio, de evasão, de ser causa primeira até seu término, que também é um objetivo.

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o das investigadas, pressupõe um investigador, que é a minha tarefa de pesquisadora, atuando junto com meu orientador, e envolve a análise de acontecimentos que tenham se desenrolado em uma sucessão cronológica com a tendência de se organizarem em sequências ordenadas seguindo relações inteligíveis. A nossa pesquisa fez todo um planilhamento de acontecimentos dentro de uma ordem cronológica da história de vida de cada uma das mulheres eleitas, caracterizando sua origem, família, infância, adolescência, juventude, formação para o trabalho, atuação profissional e alguns elementos da vida familiar, bem como sua trajetória partidária e o acesso aos processos eleitorais vitoriosos e mandatos.

Estando a sequência definida dentro de uma lógica da cronologia não significa que os acontecimentos estejam porque o elemento unificador, que é o sentido da existência narrada em um relato biográfico, leva o autor a se basear sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido razoável a uma lógica, que não necessariamente acompanha o ponteiro do relógio

– pois, na vida, muitas situações ocorrem ao mesmo tempo, compondo relações interdependentes e complexas.

Como o período de vida estudado em cada uma das eleitas é relativamente longo, conseguimos ir além dos acontecimentos. Foi possível, no estudo empírico, encontrar disposições e atitudes contínuas no tempo estudado. Esta confirmação amplia achados para além do problema, permitindo interpretação significativa e avanços nos resultados da tese. A isso equivale dizer que a presença de disposições e de atitudes que dão identidade gera maior segurança na universalização dos resultados, pois os acontecimentos têm constituído a individualidade. Já as disposições e as atitudes nos trazem a totalidade, que está também presente na trajetória através da atuação profissional das educadoras eleitas em mandatos públicos.

Na metodologia adotada nesta pesquisa, destaca-se a abordagem biográfica como pertinente, por ser considerada um meio de investigação. “O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emergem em um contexto intelectual de valorização da subjetividade e das experiências privadas” (SOUZA, 2008, p. 44-45). Nesse sentido, o conceito de “si mesmo” é uma proposta organizadora de determinado princípio de racionalidade. O falar de si hermenêutico “é muito diferente do falar de si movido por metafísica teológica ou pragmatista. A epistemologia da modernidade criticou a metafísica medieval e teológica deslocando a verdade de uma dogmática religiosa para a dogmática racionalista” (2008, p. 44-45).

O autor acrescenta que pressuposto principal da racionalidade moderna é a separação sujeito/objeto e a crença de que é passível de conhecimento apenas o que for possível ser medido, ordenado, comparado etc. Logo, sob esse entendimento, a subjetividade deveria ser exorcizada da ciência. “Os cientistas deveriam escrever sobre o que eles pesquisam e não sobre o que eles são, deveriam escrever sobre suas descobertas e não sobre suas crenças e valores”, interpreta Souza, mostrando um certo tom de ironia.

Reforçando, na pesquisa com trajetórias e autobiografias de vida, o ator parte da experiência de si, questiona os sentidos de suas vivências e aprendizagens [...]. “A construção da narração inscreve-se na subjetividade e estrutura-se num tempo, que não é linear, mas num tempo da consciência de si, das representações que o sujeito constrói de si mesmo” (SOUZA, 2008, p. 45).

Esse tipo de pesquisa tem contribuído para a compreensão da cultura e do cotidiano. Em Caxias do Sul, existem materiais esparsos, não reunidos numa fonte específica de consulta envolvendo as mulheres que registraram uma atuação protagonista na esfera pública caxiense. Ampliar e qualificar essa bibliografia é também uma das finalidades desta pesquisa.

O principal material a ser usado como fonte neste estudo, ou seja, as entrevistas que as sujeitas desta pesquisa (ou seus familiares) concederam ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), também é um acervo muito rico em conteúdo e é oportuno que seja valorizado e levado a um maior conhecimento da comunidade.

Ao reunir parte desse material nesta tese, estamos criando um nova fonte de consulta para profissionais, estudantes e pesquisadores que se interessam em saber da participação feminina em cargos eletivos. Paralelamente, poderá se tornar fonte de consulta por parte de órgãos públicos e privados que desejarem ter maior conhecimento em torno do assunto. Ou mesmo, aos partidos, a fim de criarem políticas e ações voltadas às mulheres e ao incentivo para a maior presença delas no campo político-eleitoral, constituindo caminhos de superação da mulher como ser oprimido. Também pode servir para discutir com as organizações comunitárias, movimentos sociais, feministas, para preparar lideranças femininas para os processos eleitorais.

Paralelamente à parte documental e bibliográfica, na metodologia, a proposta é produzir conhecimento numa perspectiva hermenêutica e dialética. O método é, em síntese, como o pesquisador executará sua investigação e quais caminhos percorrerá nesse processo de construção de determinados conhecimentos. Aqui pode ser entendido como o modo básico de articular os atos de conhecer, o discurso e o chamado acesso, ou a construção do real, como diz Paviani (2013), no livro *Epistemologia prática*. De acordo com o autor, “[...] nenhum modo de conhecer básico, como o dialético, o analítico e o hermenêutico, é absolutamente puro e completo em si mesmo. Há algo de analítico na argumentação dialética, algo de hermenêutico no processo analítico [...]” (2013).

Propõe-se usar a dialética, com análise das contradições e mediações manifestas pelas mulheres, a partir das entrevistas concedidas. Conforme Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete²⁵ (1977, p. 68), a dialética é um processo epistemológico crítico social que se situa no âmbito pré-teórico dos problemas que embasam a possibilidade da teoria. Ao visar o concreto, o projeto dialético passa pela prática científica, ressaltam os pesquisadores, considerando-a uma prática social particular. “A ligação entre teoria e prática é primordial, pois se o método dialético se esforça por descobrir eventuais contradições nos próprios fatos que ele

²⁵ **Paul De Bruyne, Jacques Herman e Marc De Schoutheete** são pesquisadores belgas que pensaram a dinâmica de investigação quadripolar para a área das Ciências Sociais. Nesse caso, o processo de investigação desenvolve-se a partir de um campo estruturado em quatro polos (epistemológico, teórico, técnico e morfológico) ou diferentes instâncias metodológicas, que o submetem a exigências próprias, sem se constituírem em momentos separados, antes articulando-se entre si em cada etapa de investigação alcançada (1977).

estuda, é na prática da própria dialética que será necessário procurar a verdade científica”, orientam Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 72).

Por estar associada aos processos históricos de mudança e à interação do sujeito com o objeto do conhecimento, a dialética torna-se condizente com o acervo a ser investigado nesta tese. É no contexto de vida e história, com suas idas e vindas, que vamos estudar a atividade e a prática social de sujeitas concretas que são as mulheres eleitas para cargos públicos em Caxias do Sul, interpretando os acontecimentos e as atitudes permanentes na trajetória de vida até o exercício dos mandatos. A planilha de dados (ANEXO A) confirma e explicita, a partir da prática de cada uma das eleitas, a crítica e a interpretação dos objetivos e do problema em estudo.

Por meio da interpretação hermenêutica, pretende-se obter uma compreensão mais ampla e complexa das relações existentes no estudo proposto e os sentidos que depreendem. Esse método, na avaliação de Jürgen Habermas²⁶, propõe um modelo processual de interpretação, a qual “tem início numa pré-compreensão valorativa que estabelece uma relação preliminar entre norma e estado de coisas, abrindo o horizonte para ulteriores relacionamentos” (HABERMAS, 1977, p. 247).

Considerada tradicional em metodologia, Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 77) explicam que a hermenêutica, como o aspecto mais radical do método fenomenológico, se manifesta “na vontade de explicitar constantemente as camadas de sentido mais originárias, as essências mais escondidas”. Assim, é considerada a ciência da interpretação. Ela “descobre, na análise dos tecidos que formam os saberes humanos, que estes se apoiam sobre um solo implícito, não formulado”.

A hermenêutica ajuda a olhar para o que não está explicitamente dito, para o que se encontra nas entrelinhas, pois, por vezes, o contexto contém mais do que o próprio texto. Nesse sentido, acrescentam os três autores, ela é, ao mesmo tempo, “uma forma de experiência e uma análise gramatical” (BRUYNE, HERMAN & SCHOUTHEETE, 1977, p. 77).

Ainda utilizamos componentes do processo apresentado por Lahire (2004), que, na análise das práticas ou comportamentos sociais, leva em conta o passado dos indivíduos pesquisados. Por isso, incluímos vários elementos pessoais e institucionais das eleitas, inclusive um rápido perfil. No caso desta investigação, ganharão destaque, para identificar os acontecimentos na vida das eleitas, as disposições para crer e agir. Para deixar o propósito mais esclarecedor, o autor lembra que uma disposição “só se revela por meio da interpretação de

²⁶ **Jürgen Habermas** é filósofo e sociólogo alemão nascido na cidade de Düsseldorf. É autor de mais de 50 livros. Entre os quais: *Teoria da ação comunicativa*, *Consciência moral e agir comunicativo* e *Inclusão do outro*.

múltiplos traços, mais ou menos coerentes ou contraditórios, da atividade do indivíduo estudado, sejam eles produtos da observação direta dos comportamentos, do recurso ao arquivo, ao questionário ou à entrevista sociológica” (2004, p. 22).

Entre as fontes bibliográficas, destacamos: Axel Honneth (2009), Boaventura de Sousa Santos²⁷ (2011), Celia Caregnato²⁸ (2013), Enrique Dussel (1990), Hannah Arendt (1998), Jayme Paviani (2013), Jaime Zitkoski²⁹ (2013), Loraine Giron (2008), Magali Menezes³⁰ (2018), Maria Abel Machado (1998), Maria Elly Genro³¹ (2013), Paul Ricoeur (1968), Paulo Freire (1974; 1982; 1996), Pierre Bourdieu (2015), Rachel Gutiérrez (1985) e Raúl Fornet-Betancourt (2008), Nancy Fraser (2006; 2007), Joan Scott³² (1994; 2005) e Judith Butler (2018).

Optamos por conceitos que sustentam a interpretação produzida no processo desta pesquisa. A análise segue o método crítico e recai sobre os achados a partir das trajetórias de vida das mulheres desta pesquisa. Para tanto, as entrevistas ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSa) e as autobiografias foram lidas e tiveram trechos selecionados a partir de uma lista de categorias que se encontra em anexo nesta tese (ANEXO A). Os excertos foram dispostos em tabelas para melhor visualização do conteúdo e posterior análise, que foi feita tendo o referencial teórico como sustentação.

No que tange à coleta de dados, em termos de fontes documentais, temos as narrativas de vida (biografias) das 11 mulheres que exerceram mandatos em Caxias do Sul entre 1960 e 2014 coletadas por meio de entrevistas individuais conduzidas por historiadores do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul. Também são consultados registros sobre a trajetória de vida dessas mulheres que foram publicados na imprensa; em impressos;

²⁷ **Boaventura de Sousa Santos** é um pesquisador português com doutorado de Sociologia em Direito. Tem publicações sobre globalização, sociologia do direito, epistemologia, democracia e direitos humanos. Atualmente, é diretor do projeto de investigação ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo. Nasceu em 15 de novembro de 1940, em Coimbra (Portugal). Entre seus livros: *Um Discurso Sobre as Ciências e A gramática do tempo: para uma nova cultura política*.

²⁸ **Celia Caregnato** é doutora em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Como pesquisadora, atua e orienta pesquisas a partir da Sociologia da Educação Superior, sobre temas da educação superior e da transição com a educação de nível médio.

²⁹ **Jaime José Zitkoski** é filósofo e doutor em Educação e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Como pesquisador, atua principalmente nos seguintes temas: Educação Popular, Paulo Freire e os desafios da Universidade na perspectiva da Emancipação Social na América Latina.

³⁰ **Magali Menezes** é doutora em Filosofia e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Tem experiência na área de Filosofia e Educação, com ênfase em ética, atuando principalmente nos seguintes temas: alteridade, gênero e filosofia francesa, latino-americana e intercultural.

³¹ **Maria Elly Genro** é doutora em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS.

³² **Joan Scott** é historiadora e pesquisadora das questões ligadas gênero. Nasceu em 18 de dezembro de 1941, no Brooklyn, nos Estados Unidos. É professora de Ciências Sociais no Instituto de Estudos Avançados em Princeton e militante feminista.

em memoriais da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa; em bibliografias e pesquisas regionais e nas redes sociais (sites, blog, fanpage, facebook, entre outros).

As fontes de pesquisa bibliográfica para este estudo são diversas, mas temos autores com posições políticas que seguem a compreensão de que o conhecimento é produzido a partir da realidade e é também fonte de transformação dessa mesma realidade. Há outros que não contextualizam essa relação epistemológica no contexto e os que o fazem com o objetivo de permanecer o *status quo* da desigualdade, da discriminação, da exclusão social, da concentração do capital e da renda e da massificação cultural, bem como a extração de todas as riquezas possíveis do planeta para o benefício de poucos. Esses autores não fazem parte do horizonte teórico desta tese.

Nós optamos por alguns autores que nos permitem compreender o papel transformador do conhecimento e da ciência, bem como as possibilidades de redução da desigualdade e da construção da justiça. Entre os teóricos estudados, explora-se algumas antíteses para poder confirmar minha própria tese na síntese. Sei também que muitos outros autores poderiam contribuir, mas a opção sempre tem limites e esses são os meus limites.

2 OS ELEMENTOS PRINCIPAIS DO CONTEXTO DA PESQUISA

Tanto o percurso metodológico quanto o suporte teórico são imprescindíveis em uma pesquisa científica. Neste estudo, buscou-se uma base teórica considerável para, juntamente com a coleta de dados, em especial as entrevistas com as mulheres eleitas, criar condições de crítica, análise e interpretação dos dados individuais, coletivos e de contexto. Esse horizonte teórico começa a ser mais detalhado neste segundo capítulo, que também retoma e salienta a pergunta-problema mobilizadora da investigação: “Quais os acontecimentos (e os seus significados) que constituíram a nossa trajetória enquanto mulheres eleitas em Caxias do Sul, desde a esfera familiar ao reconhecimento na vida pública e no exercício dos mandatos, no período de 1960 a 2014?” .

2.1 MULHERES ELEITAS NAS ESFERAS LOCAL, REGIONAL E NACIONAL

O mapa eleitoral feminino aqui exposto é um instrumento de organização de informações que ajuda a explicitar a desigualdade de homens e mulheres eleitos desde essa cidade, mas, também, uma visão mais ampla de muitos territórios. Apresentamos apenas alguns elementos dentre as possíveis variáveis de estudo. A desigualdade não se dá apenas nos diferentes lugares, mas, também, nos diferentes períodos da história, nas organizações e nos movimentos da sociedade, incluindo as instituições político-partidárias. “A política [partidária]³³ é a dimensão do social onde as mulheres estão mais ausentes”, constata Goldenberg³⁴, citada por Prá³⁵ (2016, p. 52).

A autora está se referindo à política enquanto política-partidária e nos processos eleitorais de representação em cargos eletivos porque, até pelo fato de sermos mais mulheres na sociedade, temos participação na política familiar, de vizinhança, comunitária e em outras tantas formas. Queremos destacar que o nosso trabalho analisa a representação política das eleitas. São dados desta natureza que compõem os quadros de participação representativa de mulheres na política institucional.

Iniciamos apresentando um conjunto de dados, a fim de comprovar a reduzida presença feminina em mandatos legislativos e em parte de cargos executivos institucionais de

³³ Grifo nosso.

³⁴ **Mirian Goldenberg** é pesquisadora na área de gênero e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³⁵ **Jussara Reis Prá** é doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Atualmente, é professora na UFRGS.

Estado. Ampliamos para cidades vizinhas de colonização de imigrantes europeus as informações sobre as mulheres eleitas nos legislativos estaduais e federais, bem como em outros países latino-americanos e alguns europeus. É um mapa que ajuda a observar a exclusão, a injustiça social e a situação anti-democrática existentes nas relações de gênero no universo de quem é eleita a cargos públicos e que não raras vezes ficam escondidas.

A partir dessa percepção, da invisibilidade da mulher, foi desenvolvido um estudo sobre as mulheres eleitas em Caxias do Sul/RS, na perspectiva da sociologia empírica e na visão da sociologia do indivíduo, percorrendo um caminho que vai do local ao global e do individual ao social (LAHIRE, 2004).

O território político das mulheres sujeitas desta pesquisa é a maior cidade do interior do Rio Grande do Sul/RS, com mais de 500 mil habitantes. Em Caxias do Sul³⁶, a ausência de produções científicas em torno do reconhecimento da mulher na política partidária deixa ainda mais acentuado o número de indagações sem respostas explícitas e sistematizadas no tema em estudo.

No caso das mulheres caxienses, nascidas ou que escolheram a cidade para viver, temos uma vida intensa de trabalho, religiosidade, fé, dedicação comunitária, atuação profissional na educação escolar e universitária, nas empresas, na produção rural, no comércio e nos serviços³⁷. A historiadora caxiense Maria Abel Machado (1998, p. 111), com base em livros de Impostos de Indústrias e Profissões, do acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSa), mostra que, de 1904 a 1929, Caxias tinha algumas mulheres como proprietárias de negócios, de pequenos estabelecimentos manufatureiros.

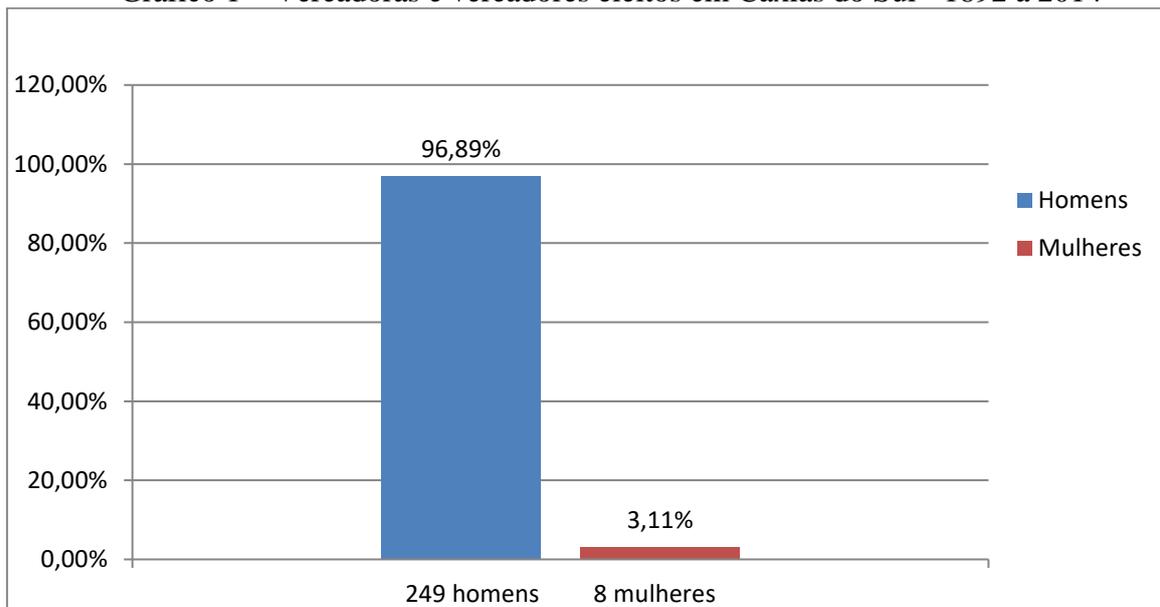
³⁶ Conhecida como a terra da uva ou da Festa Nacional da Uva (são cerca de 1,6 mil famílias que mantêm essa cultura, e a safra 2017/2018 gerou uma colheita de 70 mil toneladas, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Emater Caxias), Caxias do Sul fica na região Nordeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente na Serra gaúcha. É a maior produtora de hortifrutigranjeiros do Estado, além de ser o segundo polo metalmeccânico do país. A população atual (2019) estimada é de 510.906 pessoas, somente perdendo em quantidade para a capital, Porto Alegre (com população estimada em 1.483.771 pessoas no ano de 2019). É também o segundo maior colégio eleitoral do Estado, com 333.015 votantes, ficando atrás apenas de Porto Alegre, com seus 1.080.025 eleitores aptos. Em termos de urbanização, Caxias do Sul se antecipou a São Paulo na mudança de perfil, passando, em curto espaço de tempo, a ter mais habitantes na zona urbana do que na zona rural, na primeira metade do século XX. Conforme dados divulgados em *Retratos de Um Saber*, de autoria de Marisa Formolo Dalla Vecchia, Vania B. Merlotti Herédia e Felisbela Ramos (1998, p. 31), na década de 1930, de uma população total de 32.622 habitantes, 22.647 residiam na área rural, enquanto 9.975 viviam na cidade. Uma década depois, em 1940, esse cenário se inverteu: de um total de 39.677 habitantes, 20.123 passaram a residir na área urbana, enquanto a zona rural registrava a presença de 19.554 moradores.

³⁷ Para exemplificar essa força, vale lembrar a história de Luígia Carolina Zanrosso Eberle, a Gígia Bandeira. Ela desenvolveu a arte da funilaria quando veio da Itália para o Brasil, mais precisamente a Caxias do Sul, na segunda metade do século XIX. Foi Gígia que ajudou a alavancar o início da potência metalúrgica em que Caxias do Sul se transformou, por meio, especialmente, da Metalúrgica Abramo Eberle S/A (Maesa). Por isso, ela passou a ser conhecida como símbolo do empreendedorismo do setor industrial. Esse reconhecimento, entretanto, chegou somente na década de 1980, depois que pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul (UCS) constataram que foi Gígia, e não seu filho Abramo Eberle, a fundadora dessa indústria.

Entre as 10 citadas: Maria Guzzi, com uma fábrica de chapéus de palha; Luiza Zanol, com serraria; Amélia Gattermann, com selaria e curtume; Maria Marchante, com engenho de cana; e Josephina Conti, com uma fábrica de licores. Também havia agricultoras proprietárias de terras, conforme pesquisou Giron (2008). Porém, nenhuma mulher foi escolhida ou conduzida a cargos eletivos na cidade até 1960, mesmo tendo, as citadas e outras, uma autonomia financeira e um poder local constituído pela força econômica de seus empreendimentos.

Por outro lado, até hoje, poucas chegaram ou chegam à gestão industrial e comercial de grandes empresas da cidade e do campo, e a mandatos eletivos no espaço público de poder. Assim como no setor industrial e comercial, também na política partidária institucional poucas mulheres conseguiram ser eleitas a mandatos públicos, como podemos constatar, começando pelo percentual delas no **Legislativo municipal**, apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Vereadoras e vereadores eleitos em Caxias do Sul - 1892 a 2014



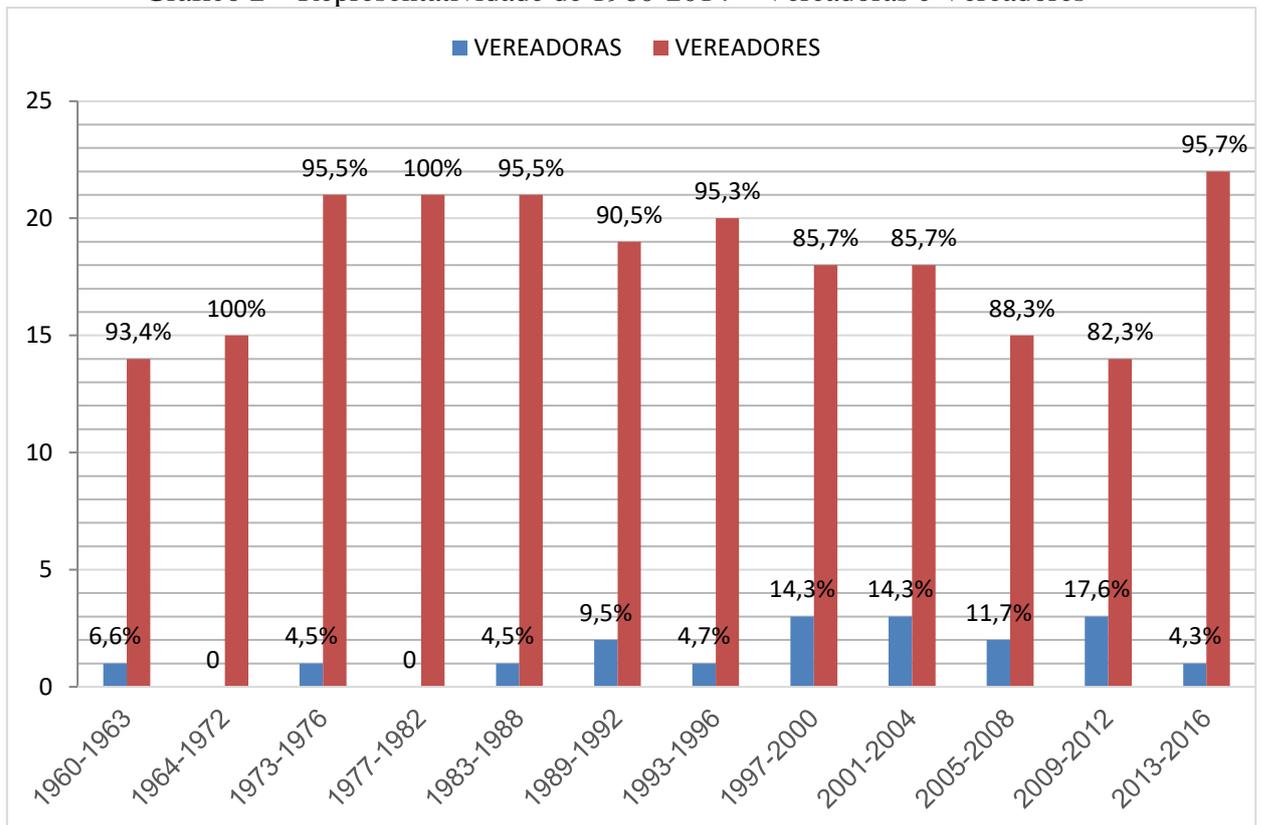
Fonte: livros *Palavra e Poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul*; e *Casa da Comunidade: história do Legislativo em Caxias do Sul*.

Em Caxias do Sul, região de colonização predominantemente italiana, até a década de 1970, nota-se que é muito pequena a representatividade de mulheres vereadoras comparando-se com a de homens. Desde o surgimento do Legislativo caxiense (1892) até o ano de 2014 – ano do recorte final deste estudo –, apenas oito mulheres³⁸ (3,11%) foram eleitas vereadoras em meio a um universo de 249 homens vereadores titulares (96,89%).

³⁸ São elas: Esther Troian Benvenutti/PTB, Iró Nabinger Chiaradia/Arena, Rachel Calliari Grazziotin/PDT, Geni Peteffi/PMDB, Rosane Fátima Hamsch do Nascimento/PDT, Silvana Teresa Piroli/PT, Ana Maria Corso/PT e Denise da Silva Pessôa/PT.

Como complemento do Gráfico 1, temos o desdobramento dos mandatos legislativos por período, a partir da década de 1960, quando a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul passou a contar com parlamentares mulheres. Esse desenho é detalhado no Gráfico 2, a seguir disposto.

Gráfico 2 – Representatividade de 1960-2014 – Vereadoras e Vereadores



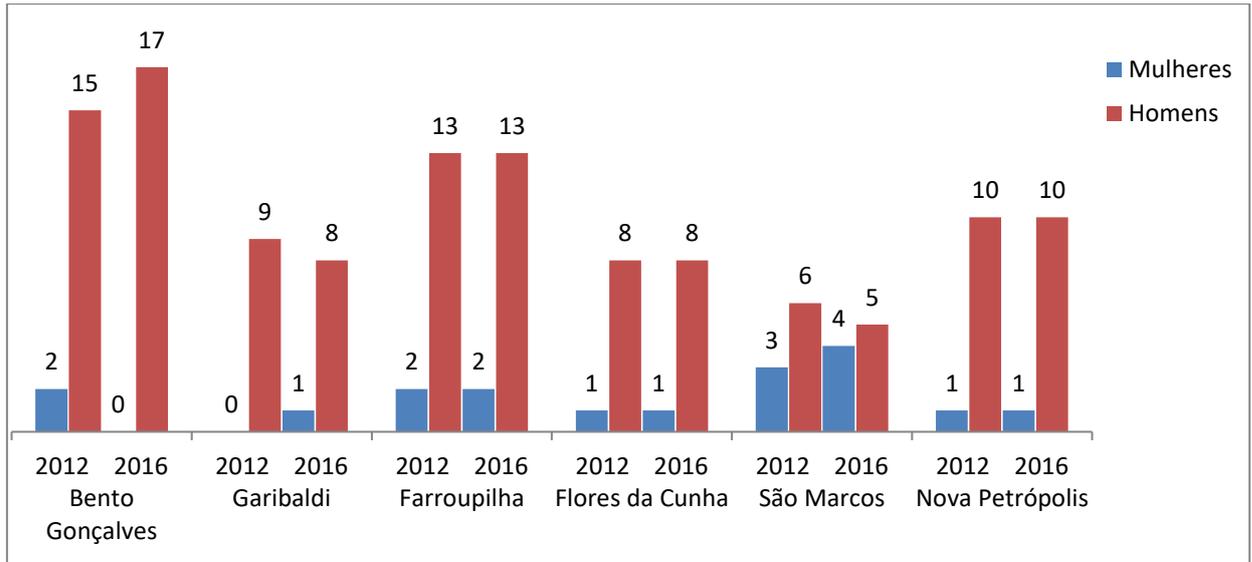
Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul; entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico João Spadari Adami (AHMJSa).

A primeira mulher assumiu mandato em 1960, porém, nos períodos de 1964 a 1972 e 1977 a 1982, nenhuma mulher foi eleita. E, por cinco mandatos, Caxias do Sul só elegeu uma mulher. Percebe-se que a porcentagem de mulheres na Câmara nunca chegou a 20%, sendo que a maior representação feminina foi entre os anos de 2009 e 2012, com três mulheres (17,6%) num total de 17 legisladores. E o menor índice ocupado por homens nesse período foi de 82,3%. A maioria dos mandatos teve mais de 90% de ocupação masculina, sendo por duas vezes 100%. Variou de 93% a 100% a ocupação masculina. A média nacional de vereadoras eleitas nos municípios é de 20%. Caxias está abaixo dessa média, registrando, atualmente (2020), cerca de 17%.

Os dados acima expostos não deixam evidência suficiente para confirmarmos alguma relação entre as características culturais, econômicas e sociais de Caxias do Sul. Por isso, investigamos a mesma representação feminina nos demais municípios da região. Alguns

fizeram parte da antiga colônia de Caxias e depois se desmembraram. Também observamos a representação de um município de origem alemã (Nova Petrópolis). Aqui, houve uma significativa participação dos alemães junto com os italianos no processo imigratório dentro do acordo que o império fez com os países europeus.

Gráfico 3 – Número de vereadoras e vereadores eleitos em cidades do entorno de Caxias do Sul em 2012 e 2016



Fonte: Câmaras de Vereadores de Bento Gonçalves, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha, São Marcos e Nova Petrópolis.

As informações presentes no Gráfico 3 mostram que, em algumas cidades, como Garibaldi (2012) e Bento Gonçalves (2016), não elegeram mulheres vereadoras. Nas cidades que se limitam com Caxias do Sul também é possível perceber que a representação masculina é muito maior que a feminina, em todos os municípios que têm semelhança histórica com Caxias do Sul.

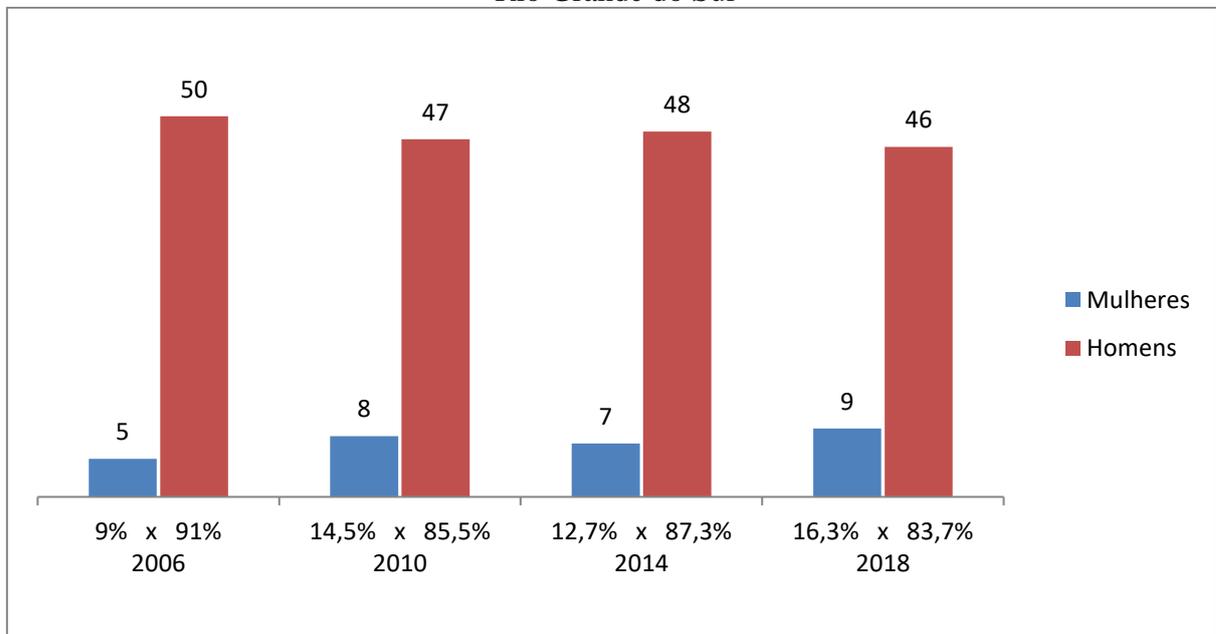
É importante destacar a diferença que há na cidade de São Marcos, que já foi distrito de Caxias (desanexado em 1963, lei estadual 4576-0/10/1963). É a cidade da região que, em 2012 e 2016, elegeu o maior número de mulheres em relação às demais cidades estudadas. Em 2012, foram três mulheres (33,3%) e seis homens (66,7%) e, em 2016, foram quatro mulheres (45%) e cinco homens (55%). Por que nessa cidade houve um crescimento tão significativo de mulheres eleitas? Cidade da agricultura familiar, com expansão na área industrial e comercial, também é chamada de cidade dos caminhoneiros. Isso significa a saída constante de muitos pais de família da cidade e a mulher tendo que assumir cotidianamente a chefia da casa.

No município, os homens se dedicam ao transporte nacional e internacional, ficando bastante tempo ausentes da família. Desde 2015, São Marcos tem o título de Capital Gaúcha

dos Caminhoneiros, tendo um caminhão a cada 13 habitantes e baseando sua economia no transporte de cargas (70%). Aqui se expressa uma contradição: é possível que a função de motorista de caminhão acaba por reduzir a desigualdade sociopolítica das mulheres, abrindo a oportunidade de elas construírem visibilidade pública, saindo do mundo privado e se contituírem como liderança. A ausência masculina da casa, contraditoriamente, cria espaço de formação de liderança pública feminina.

Em relação à **Assembleia gaúcha**, um dos levantamentos realizados por Rosângela Shultz e Maria Moritz, pesquisadoras da UFRGS, também mostra que a maior parte das deputadas estaduais, no mandato 2011-2014, era professora.

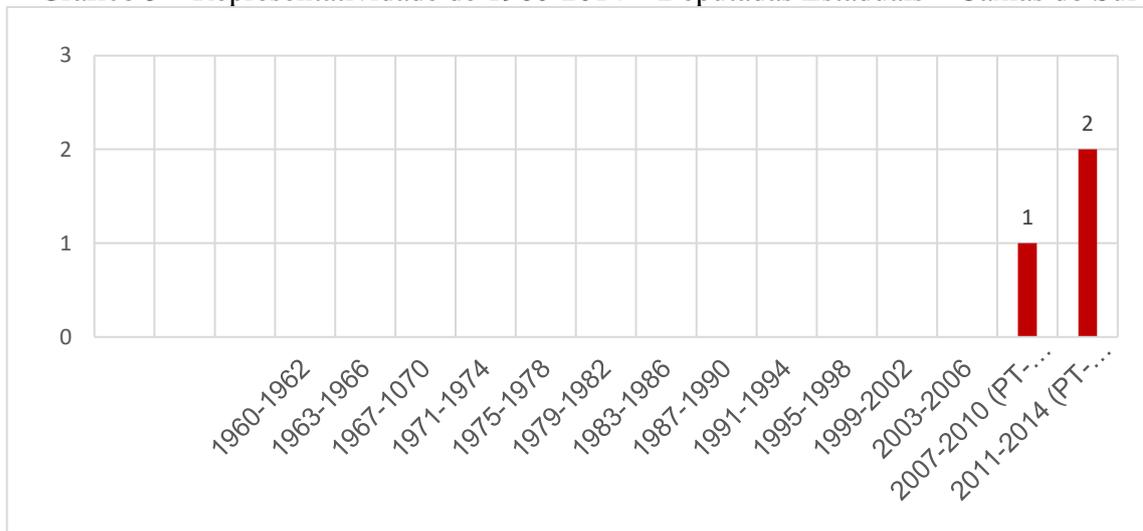
Gráfico 4 – Número de deputados (as) estaduais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Rio Grande do Sul



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Constatamos que o Rio Grande do Sul esteve com uma pequena vantagem percentual em relação aos demais estados do país nas eleições de 2010, 2014 e 2018. Dos 55 deputados(as) eleitos(as) para a Assembleia gaúcha em 2010, 47 eram homens e oito, mulheres. Numa análise da distribuição de gênero e profissão, a maioria dos homens era advogado (total de 13, correspondendo a 27,6%).

Gráfico 5 – Representatividade de 1960-2014 – Deputadas Estaduais – Caxias do Sul



Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul; entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA).

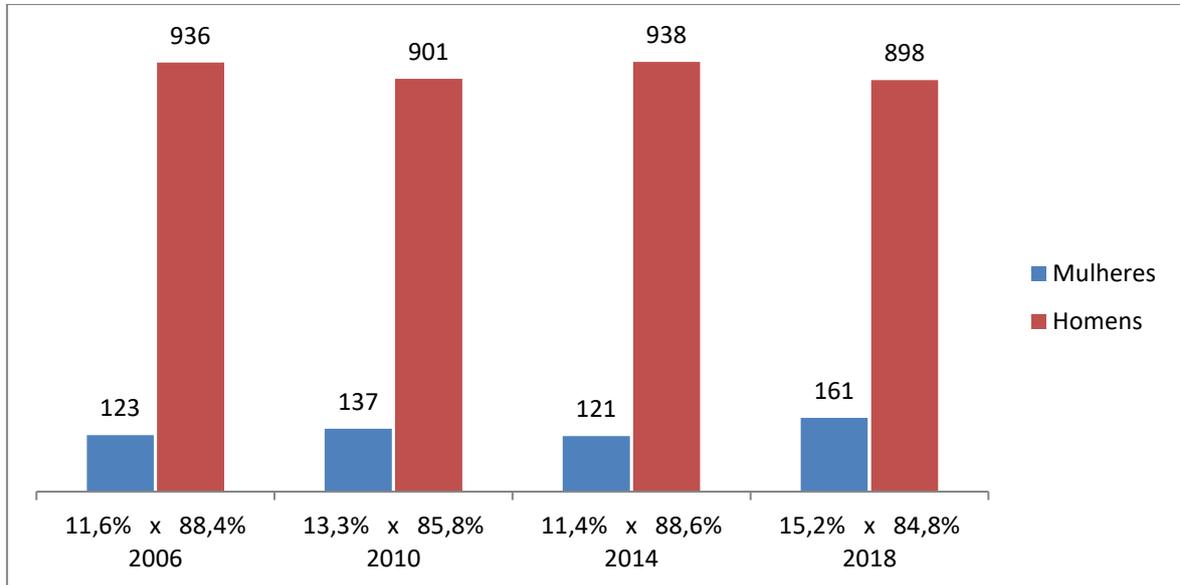
Não é apenas no período exposto no gráfico, mas desde o início, Caxias do Sul só elegeu a primeira deputada estadual 116 anos após sua existência como município. Apenas em 2007 assume o mandato na Assembleia gaúcha a primeira deputada estadual eleita, que também foi vice-prefeita de 1997 a 2000 e candidata a prefeita em 2006, a professora Marisa Formolo. Ainda concorreu a professora Maria Helena Sartori, ficando como suplente do PMDB, e ocupou o mandato de deputada por aproximadamente dois anos.

No período de 2011 a 2014, novamente, o PT e o PMDB são os que elegem, agora, duas mulheres, Marisa Formolo (PT) e Maria Helen Sartori (PMDB), e Caxias do Sul se torna a cidade com maior representação feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

No **âmbito regional dentro do contexto federal**³⁹, vemos que os **Estados brasileiros** têm, na instância legislativa de suas assembleias estaduais, o maior percentual proporcional à população de mulheres eleitas em relação às eleitas nas cidades, tanto no Legislativo quanto no Executivo.

³⁹ Apenas uma mulher foi eleita senadora pelo Rio Grande do Sul. Ana Amélia Lemos é filiada ao Partido Progressista e representou o Estado de 2011 a 2018. O senador eleito por mais mandatos foi Pedro Simon, representando os gaúchos de 1979 a 2010.

Gráfico 6 – Número de deputados (as) estaduais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Brasil

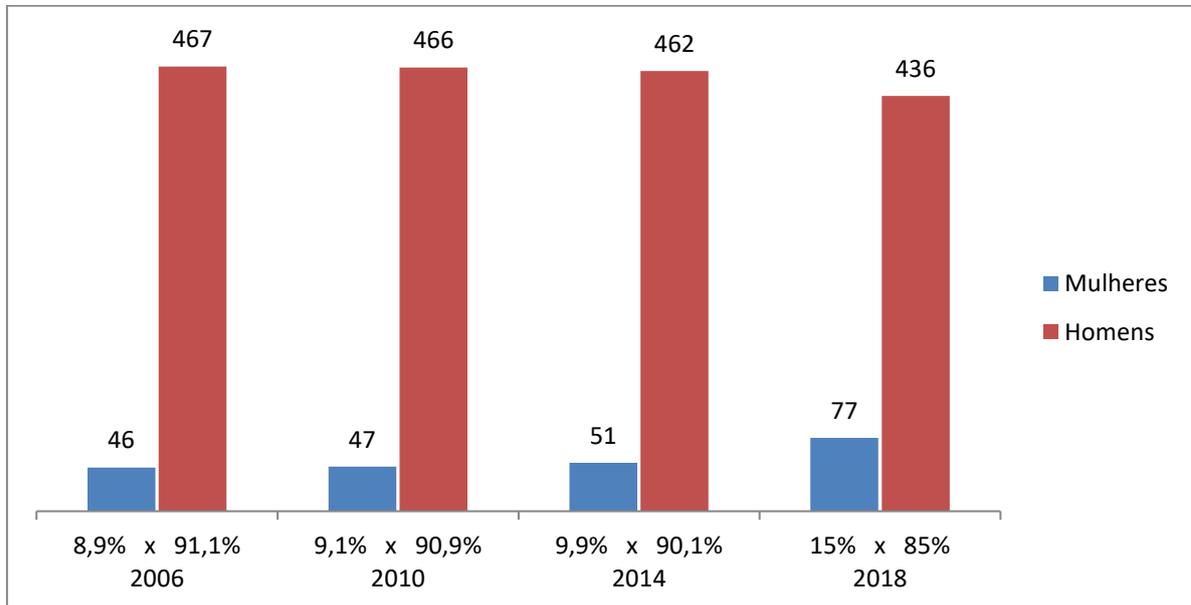


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

O número de deputadas e deputados estaduais eleitos no Brasil, nos períodos de 2006 (11,6% mulheres e 88,4% homens), 2010 (13,3% mulheres e 85,5% homens), 2014 (11,4% mulheres e 88,6% homens) e 2018 (15,2% mulheres e 84,8% homens), mostra que há pouca oscilação entre os anos citados em termos de eleições femininas. Considerando a eleição de 2018 para as assembleias no Brasil, houve um significativo crescimento, se comparado às eleições anteriores mencionadas, chegando ao maior percentual no país de mulheres eleitas: 15%. Foram 161 deputadas, um aumento de 35% em relação a 2014.

No caso das mulheres, a maioria era professora (total de 6, equivalente a 75% delas). “Quanto às profissões, encontramos uma concentração de mulheres dedicadas à educação, enquanto os homens se distribuem por diferentes ocupações profissionais [...]” (SHULTZ; MORITIZ, 2015, p. 391). Todas as mulheres deputadas eleitas nesse período tinham formação educacional universitária.

Gráfico 7 – Número de deputados (as) federais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Brasil



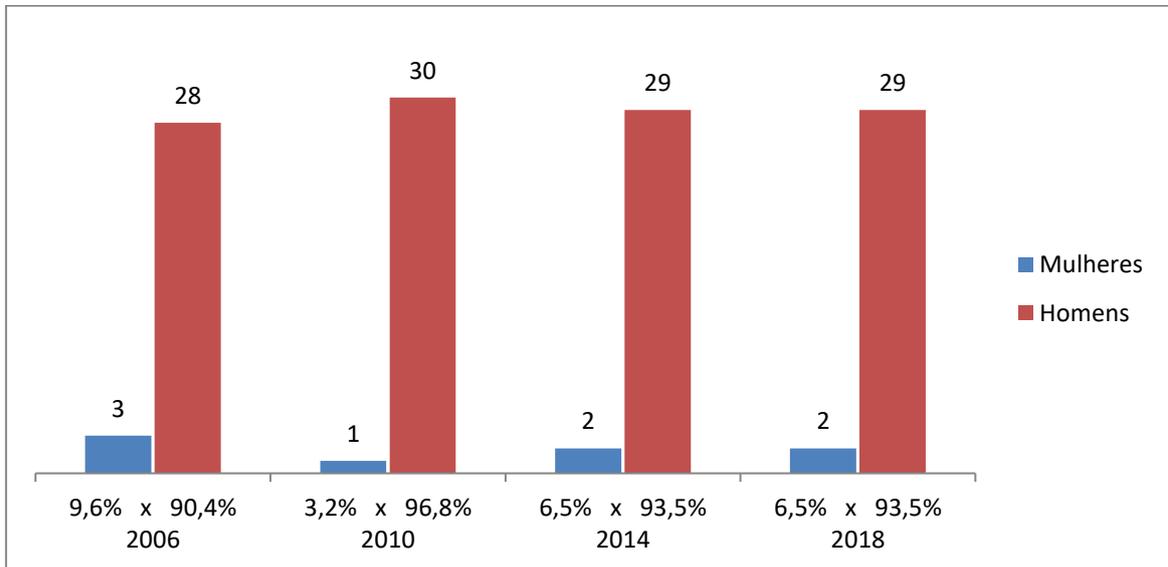
Fonte: Superior Tribunal Eleitoral.

Na Câmara Federal, em 2014, no Brasil, foram eleitas 51 mulheres (9,94%), num universo de 513 cadeiras. Ou seja, as demais 462 cadeiras (90,06%) estiveram ocupadas por homens. Na eleição anterior, em 2010, a bancada feminina foi menor ainda: 45 deputadas. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nessa época, a população brasileira era de 203,2 milhões de habitantes, sendo 98,419 milhões de homens (48,4% do total) e 104,772 milhões de mulheres (51,6%).

Duas décadas antes, em 1994, o total de deputadas federais eleitas foi mais reduzido: 33 mulheres. O número de habitantes no Brasil desse período, segundo estimativa do IBGE, era de 153.725.670 (a maioria, mulheres – 50,7%).

Segundo dados de 2016 do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Brasil ocupa a 115ª colocação no ranking mundial de presença feminina no Parlamento, dentre 138 países analisados, com apenas 10% de mulheres. Liderando o ranking está Ruanda, com 63,8% de representação feminina, seguida da Bolívia (53,1%), Cuba (48,9%), Islândia (47,6%), entre outras nações.

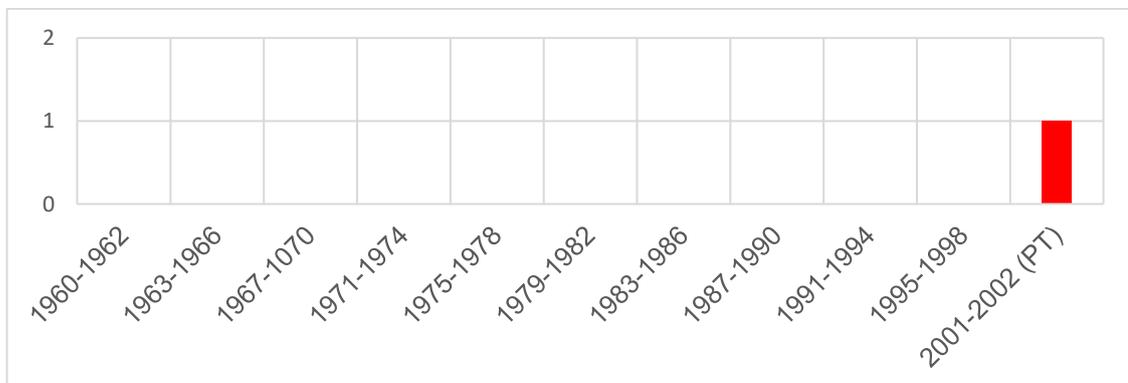
Gráfico 8 – Número de deputados (as) federais eleitos (as) em 2006, 2010, 2014 e 2018 no Rio Grande do Sul



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

O Brasil aproxima-se dos países do Oriente Médio, do norte da África e dos países Árabes, pois ainda não atingiu a média mundial de 1990, que era 12,7% de representação feminina no Parlamento. Caxias está fora de todos os parâmetros mínimos à representação federal, pois nunca elegeu uma mulher. Nesses últimos 20 anos, o Rio Grande do Sul só elegeu para a Câmara Federal uma mulher do PSDB, Yeda Crusius; uma do PSOL, Luciana Genro; uma do PCdoB, Manuela D'Ávila; e uma do PT, Maria do Rosário, sendo que as quatro são da capital, Porto Alegre.

Gráfico 9 – Representatividade de 1960-2014 – Deputada Federal (suplente) - Caxias do Sul



Fonte: Câmara Federal.

O período da pesquisa é de 1960 a 2014, porém, revendo a história política, nenhuma mulher da região foi eleita ou chegou à suplência de deputada federal até o ano 2000. Em 2000, Ana Corso (PT), como suplente, assumiu o mandato por quase dois anos (2001 e 2002).

No ano em que Ana Corso (PT) toma posse como suplente, seu esposo, Pepe Vargas (PT) é reeleito prefeito de Caxias do Sul, pela coligação Frente Popular.

A representação feminina no Congresso Nacional parece ter dificuldades de se efetivar, pois várias foram as mulheres caxienses que concorreram à Câmara Federal, porém o resultado nas urnas não foi suficiente para garantir a obtenção do mandato. É oportuno aqui fazer um questionamento: Será que a visão cultural da mulher junto à casa, junto à família, estaria refletindo-se em uma discriminação do papel da mulher na sociedade e, conseqüentemente, impedindo a eleição em funções que a distanciem do espaço privado?

No Brasil, uma condição é essa, mas percebe-se que, conforme dados do site “Parlamento Europeu”, por exemplo, nos resultados das eleições europeias de 2014, envolvendo 28 países, de um total de 2,8 mil integrantes escolhidos para o Parlamento, a maioria é masculina. São 1.768 homens (63,14%) e 1.032 mulheres (36,86%). Contudo, na América Central, algumas nações mostram o início de uma inversão nessa curva. No ano de 2018, em Cuba, dos 605 deputados eleitos, 53% foram mulheres⁴⁰.

Desvelar as diferenças de espaço no campo da política exige ações analíticas rigorosas e detalhadas e a explicitação de mecanismos que tornem visível essa masculinização da política e seus instrumentos de dominação. Ao mesmo tempo, instiga a analisar por que, em alguns países, mais da metade das eleitas são mulheres, como no território cubano.

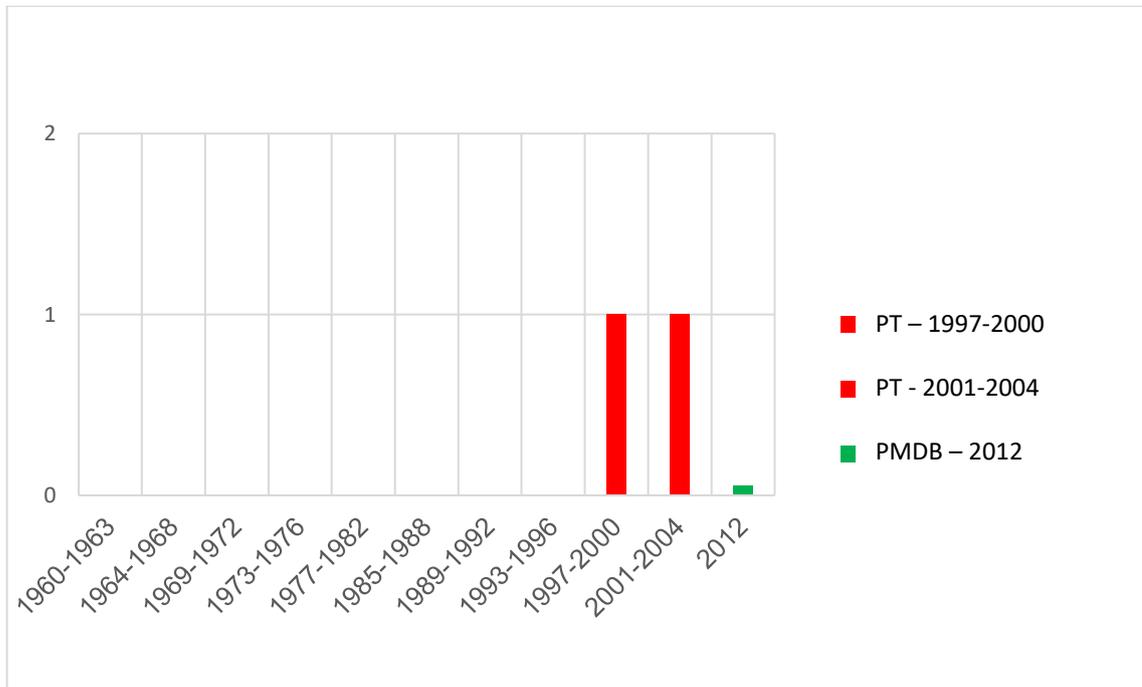
Os dados da história política institucional de Caxias do Sul mostram que ela é também marcada pela baixa participação e eleição de mulheres aos diferentes cargos desde o Legislativo local, estadual e federal, bem como para o **Executivo municipal**. Essa instituição política que é a prefeitura nunca elegeu uma mulher prefeita.

Quem esteve mais próxima, segundo os dados de Mansueto de Castro Serafini, foi a representante da Frente Popular em 2004, Marisa Formolo Dalla Vecchia, que chegou no final do primeiro turno com 25 mil votos de vantagem sobre o segundo mais votado, José Ivo Sartori. No segundo turno, porém, a unidade de todos os partidos conservadores e a criação de uma *fake news*, três dias antes da eleição, gerou dúvidas e reduziu sete votos por urna, levando à vitória o grupo de partidos produtor de todas as mentiras. A representatividade feminina no Executivo

⁴⁰ Fonte: Site Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/13/composicao-da-assembleia-nacional-de-cuba-e-uma-das-mais-democraticas-do-contidente>. Acessado em: 14 de março de 2018.

se dá também após 117 anos da existência do município, sendo duas eleitas a vice-prefeitas e uma assumindo como presidente da Câmara Municipal.

Gráfico 10 – Representatividade de 1960-2014 – Vice-prefeitas eleitas e prefeitas em exercício, em Caxias do Sul



Fonte: Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

Entre 1997 e 2004, Marisa Fomolo (PT) e Justina Onzi (PT), ambas eleitas como vice-prefeitas, exerceram por diferentes tempos o comando da prefeitura.

A vereadora Geni Peteffi (PMDB) assumiu o Executivo caxiense em diferentes momentos, no ano de 2012. Isso deveu-se ao fato de a peemedebista estar como presidente da Câmara e de que Caxias do Sul não possuía mais vice-prefeito. Alceu Barbosa Velho/PDT, vice no período, foi eleito deputado estadual, assumindo mandato na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Ao investigar a participação das mulheres no Executivo municipal e nacional, encontramos dados que explicitam e confirmam uma ainda menor participação das mulheres nesses espaços de poder institucional.

A primeira mulher eleita ao cargo de vice-prefeita concorre pela coligação Frente Popular, formada pelos partidos PT, PCdoB e PSB. É então eleita a vice-prefeita Marisa Formolo, junto com o prefeito Pepe Vargas. Ela assume pela primeira vez a função de prefeita em exercício e por várias vezes ocupa o cargo de prefeita, inclusive atuando de forma

continuada em 2000, de julho a dezembro, entregando o cargo ao prefeito reeleito Pepe Vargas em janeiro de 2001.

Pela primeira vez, quem ocupa o cargo de vice-prefeita (Marisa Formolo) exerce, também, paralelamente, outras funções: a de secretária municipal da Educação, a de secretária municipal de governo (geral) e a responsabilidade pela implantação do Orçamento Participativo na cidade.

Em 2001, assume a vice-prefeita eleita Justina Inez Onzi (PT), junto com Pepe Vargas (PT), e também dá continuidade ao trabalho que exerceu no primeiro mandato da Frente Popular como secretária da Saúde. Depois, ela assume diversas coordenações da gestão integrada de políticas públicas. É importante destacar que as duas mulheres eleitas permanecem durante todo o mandato na função e/ou exercem também dupla função entre a de vice-prefeita e de secretária ou funções de gestão estratégica de governo. É a primeira vez na história a cidade que a vice-prefeita também exerce a função de secretária

O Estado do Rio Grande do Sul tem algumas características peculiares em relação à forma de escolha de governadores. A eleição da primeira mulher governadora do Estado ocorreu em 2006. Um elemento interessante é que, após a possibilidade da reeleição, nunca reelegeu governador ou governadora. Além disso, pela primeira vez, elegeu uma mulher para o comando: Yeda Crusius/PSDB, que governou de 2006 a 2010. Mesmo sendo mulher, não significa que assumiu uma política transformadora do modelo de desenvolvimento neoliberal, pois pautou todo seu mandato pelas políticas e pelos princípios do estado mínimo.

Uma mulher que nasceu mineira, Dilma Rousseff, mas é considerada também gaúcha por viver muitos anos no Rio Grande do Sul, a primeira eleita a presidente do Brasil, diferentemente da governadora mencionada, elegeu-se para implementar no país condições de soberania nacional e o exercício e cidadania de todas e todos. Seu projeto foi de desenvolvimento social, integração da América Latina, manutenção e exploração do pré-sal e de riquezas naturais do solo brasileiro, como as águas e os minérios, e a integração do Brasil na ciência avançada no mundo e dar continuidade aos passos de estruturação de um país mais justo com pequenas reformas no sistema capitalista, através da distribuição de renda e inclusão social.

No Brasil, Dilma Rousseff foi eleita por dois mandatos, sendo que o segundo foi interrompido por um impeachment arquitetado pela direita e extrema direita nas diferentes instituições no país e fora dele. Desde a retomada das eleições diretas, o Brasil só teve sete candidatas mulheres à presidência e somente uma eleita.

A presidenta, logo no começo do seu mandato, afirmou que buscaria a inserção soberana do Brasil no cenário internacional, pautada pela ética, pela clareza nas informações e

pela busca de interesses comuns da sociedade e o combate à corrupção. Entretanto, a direita misógina e fascista não aceitou a vitória da presidenta Dilma no segundo mandato e nem seus posicionamentos na busca da soberania do país e na continuidade da inclusão dos mais pobres. Juntou forças, inclusive internacionais, para arquitetar um impeachment contra ela, com apoio do Congresso Nacional, do Judiciário e de grandes meios de comunicação.

Enquanto pôde, no comando do país, Dilma prezou pela democracia, defendendo que a transparência é fundamental para que se tenha uma democracia plena. Comprovando isso, a presidenta sancionou a Lei Anticorrupção, que trata da responsabilização objetiva, administrativa e civil de empresas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

A revista britânica *The Economist* elabora, anualmente, o Índice de Democracia. Em 2010, o Brasil estava em 47º lugar. Em 2013, três anos após a eleição de Dilma, o país apareceu na 44ª colocação. Foi também em seu governo que, em 18 de novembro de 2011, foram sancionados dois projetos de lei essenciais: o que criou a Comissão da Verdade – para apurar violações aos direitos humanos referentes ao período de 1946 a 1988, que inclui a ditadura militar – e o da Lei de Acesso à Informação, que permite à população ter conhecimento sobre documentos públicos que até então estavam em sigilo. Na oportunidade, a presidenta considerou um momento histórico por ser o dia “de comemorar a transparência e celebrar a verdade”, disse Dilma, que, na juventude, lutou contra a repressão da ditadura militar e foi torturada.

“Com a vigência das duas leis, o cidadão ganha mais perante o Estado: mais poder de controle de fiscalização, e o que reverter a um benefício para toda a sociedade e no fornecimento da cidadania”, complementou a presidenta, ao anunciar os atos à imprensa (CAMPANERUT, 2011, p. 1).

Ações firmes como essas lhe exigiram conhecimento e coragem, mesmo diante de enfrentamentos. Como já mencionamos na introdução desta tese, não à toa, em seu primeiro discurso de posse, em 2011, Dilma citou uma das mais conhecidas frases de Guimarães Rosa (1986), retirada de *Grande Sertão: Veredas*: “O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. Mesmo convicta de que estava no caminho certo, a presidenta não conseguiu impedir a ação corporativista do Congresso, que tem 90% de sua constituição formada por homens.

Diante do impeachment, declarou: “O destino sempre me reservou grandes desafios. A dor invisível da tortura; a dor aflitiva da doença; a dor inominável da injustiça. O que mais dói, neste momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma

farsa jurídica e política. Mas olho para mim mesma e vejo uma face que, mesmo marcada pelo tempo, ainda tem força para lutar pela democracia, porque a democracia é o lado certo da história” (ROUSSEFF, 2016, p. 1).

O primeiro país do mundo a ser governado por uma mulher foi a Argentina. María Estela Martínez de Perón era vice-presidente em 1974 quando seu marido, o presidente Juan Domingo Perón, morreu. Cristina Kirchner, outra presidente argentina, também foi casada com um ex-presidente, Néstor Kirchner, já falecido.

A propósito: a Argentina tem se mobilizado na luta pelas mulheres e torna-se oportuno aqui detalhar um pouco as iniciativas do país vizinho. Foi pioneiro na implementação de cotas e, em 2017, o Congresso argentino aprovou a lei de paridade de gênero na representação política. Além disso, recentemente, foi aprovada a lei que impõe a contratação de pessoas transexuais na administração pública argentina, reservando pelo menos 1% das vagas.

Em novembro de 2020, a Câmara de Deputados aprovou projeto de paridade de gênero nos meios de comunicação operados por prestadores de gestão estatal e prestadores privados com ou sem fins lucrativos (PAIXÃO, 2020). Eis uma conquista recente que veio no rastro de outras e da mobilização de tantas mulheres que foram importantes desde o nascimento da pátria Argentina. Entretanto, sempre foram colocadas como se fossem em um culto invisível (DI FAZIO, 2021).

Entre essas mulheres de destaque: Maria Madalena Dámaza Güemrs de Tejada. Junto com María Sánchez de Peón, formou a Liga de Mulheres e seguiu servindo a causa revolucionária; Maria Remédios Valle, que participou do grupo "Las mujeres de Ayohuma"; Mariquita Sánchez de Thompson, que ultrapassou as convenções sociais e casou com um primo, contrariando os pais. Depois, se transformou em uma das primeiras mulheres politicamente ativas a favor da Revolução de Maio e da Independência; e Elvira López, responsável por introduzir o feminismo no país, sendo a primeira filósofa argentina. Em julho de 1901, defendeu sua tese, que tratou sobre os primeiros passos do feminismo argentino (DI FAZIO, 2021):

Elvira López se convirtió en la primera mujer doctora en Filosofía de la Argentina. ya había sentado ciertas bases feministas para mejorar la vida de ellas con más derechos y equidad. Junto con otras tantas compañeras - como sus hermanas Virginia y Ernestina -, instaló en la agenda política del momento la ampliación en el acceso a la educación, las demandas para reformar el Código Civil y deconstruir aquel lugar que les tocaba por el simple hecho de ser mujeres.

Também compõem a história das mulheres argentinas Julieta Lantieri, que fundou, junto com Cecilia Grierson, a “Asociación de Mujeres Argentinas”, em 1904, e lutou por causas feministas; Amalia Celia Figueredo de Pietra (1895-1985), que foi a primeira mulher a pilotar

um avião na América do Sul, em 1914, e uma das pioneiras da aviação mundial; Emar Acosta, advogada e política que atuou como juíza e deputada provincial e foi a primeira mulher eleita a cargo eletivo na Argentina e na América Latina. Em julho de 1934, foi escolhida pelo distrito da cidade San Juan, pelo Partido Demócrata Nacional. Ainda vale destacar Alivia Moreau de Justo, que fundou o Centro Socialista Feminista, defendendo a luta das mulheres, pelos direitos humanos e contra a ditadura militar; Eva Perón, atriz e líder política argentina de forte atuação na primeira metade de 1900. Foi primeira-dama da Argentina quando o general Juan Domingo Perón se elegeu presidente (DI FAZIO, 2021).

A Argentina, como já mencionado, teve a primeira mulher presidente na América Latina: María Estela “Isabel” Martínez de Perón⁴¹. Esposa do ex-presidente Juan Domingo

⁴¹ Ela foi também a primeira mulher a ocupar esse cargo na América Latina, depois da morte do marido Juan Domingo Perón, que foi presidente do país por três mandatos. Os dois primeiros mandatos de Perón foram consecutivos, de 1946 a 1955, quando foi derrubado por um golpe. E o último, após um longo exílio, começou em 1973 e terminou com seu falecimento, em 1º de julho de 1974. Após ter ficado viúvo por duas vezes, Perón casou com Isabel. A verdade a respeito de como começaram o relacionamento é uma incógnita, escreve a repórter Llorente (2021) em reportagem especial sobre a vida de Isabel, publicada pela BBC Mundo. A jornalista conta que María Estela Martínez Cartas nasceu em 1931, em La Rioja, uma província do noroeste da Argentina. Teria perdido o pai aos 14 anos e criada por José Cresto e sua esposa Isabel Zoila. Por sua mãe adotiva, teria levado o apelido de "Isabelita" e depois o de Isabel. Com os pais adotivos, mudou-se na juventude para Buenos Aires, onde estudou dança, piano e francês. No documentário “Uma casa sem cortinas”, que trata da vida do ex-presidente, a atriz argentina Haydée Padilla diz que Juan Perón se conheceram em aulas de dança no ano de 1951, porém, várias versões perduram a respeito, escreve Llorente. Isabel e Juan Domingo Perón estiveram juntos por quase 20 anos. Viúvo duas vezes, Perón foi casado com Aurelia Tizón durante nove anos (1929-1938) e com María Eva Duarte "Evita", de 1945 a 1952, quando essa faleceu. Desde 1955, o casal nunca mais se separou. Primeiro, Isabel foi apresentada como sua secretária e depois o caso de amor acabou confirmado. Em 1961, eles se casaram em Madrid. O casamento durou 13 anos até a morte de Perón. No exílio e com a intenção de reagrupar o movimento político e somar apoios, Perón enviou Isabel como sua representante à Argentina em duas viagens, em 1966 e em 1971 (LLORENTE, 2021). Perón voltou ao país na chamada "Operação de Retorno" e centenas de milhares de pessoas o receberam em 17 de novembro de 1972. Pelos acordos feitos, conseguiu se tornar uma das figuras de maior apoio popular. O governo militar convocou eleições para 11 de março de 1973, mas impediu que Perón comparecesse, acusando não ter domicílio na Argentina.

Perón decidiu então regressar a Madrid, mas antes designou confidencialmente Héctor Cámpora para se candidatar às eleições para o Partido Justicialista numa campanha eleitoral cujo lema era: "Cámpora ao governo, Perón ao poder". Cámpora venceu as eleições em março. Perón voltou à Argentina em junho e Cámpora renunciou em julho. Novas eleições foram convocadas e Perón concorreu como candidato (LLORENTE, 2021).

Na reportagem, a repórter informa que, na época, com 78 anos e portador de cardiopatia isquêmica crônica, Perón escolheu sua esposa Isabel como companheira eleitoral. Essa fórmula Perón-Perón conquistou as eleições de 23 de setembro de 1973 com 62% dos votos, possibilitando que Perón chegasse ao comando argentino. O ambiente do país, tanto interno quanto externo, entretanto, estava em conflito. Grupos armados revolucionários e vigilantes exerceram violência em nível local, a Guerra Fria foi o palco global e houve governos militares na América do Sul, escreve a repórter. Doente e com frente política e social em crise, Juan Domingo Perón morreu em 1º de julho de 1974. Assim, Isabel Perón acabou se tornando viúva e primeira mulher presidente do país e da América Latina. “Que Deus me ilumine e fortaleça para cumprir o que Deus e Perón me deram como missão”, afirmou Isabel Perón ao anunciar a morte de seu marido em uma mensagem à nação. A nova presidente assumiu seu papel em meio a uma Argentina repleta de problemas e violência. E a situação estava longe de melhorar. Houve processo de repressão e militarização da sociedade com desaparecimento de pessoas e execuções. Já não bastasse, Isabel Perón passou por numerosas crises de saúde que a obrigaram a se ausentar da presidência em várias ocasiões. Mais um golpe acontece na Argentina e com o qual se desencadeou um período sangrento com 30 mil desaparecidos, ndo

Perón, com a morte do marido, na condição de vice-presidenta da Argentina, assumiu o comando do país em 1974. Ela não é reconhecida como fiel ao peronismo, pois participou inclusive da Aliança Anticomunista Argentina (AAA) e seu busto não está no museu dos presidentes, ou seja, na "Sala de Honra" ou "Galeria dos Bustos Presidenciais" da Argentina, onde se encontram as estátuas de mármore da maioria dos presidentes constitucionais que marcaram os 211 anos de país.

Mais tarde, veio outra presidente, que é a atual vice: Cristina Fernández de Kirchner. E diante da ditadura argentina, mulheres corajosas lutaram pela aparição dos filhos. Ficaram conhecidas como as "Mães da Praça de Maio". Entre elas: Azucena Villaflor, Esther Ballestrino, María Ponce de Bianco, e las religiosas católicas Sor Alice Domon y Sor Léonie Duquet (DI FAZIO, 2021).

A antropóloga argentina Rita Segato é uma das principais feministas da atualidade e, na sua opinião, no campo discursivo, a vitória das mulheres é notável. É a constatação da disposição feminina de crer na disputa, na seara discursiva; e na ação nas lutas nos meios de comunicação social e nas redes sociais.

Entretanto, quando o assunto é proteção, elas seguem desnudas, tornando-se, não raras vezes, vítimas por serem mulheres. "[...] la violencia contra las mujeres, no es un problema de las mujeres, es un problema de toda la sociedad", avalia Segato. Enquanto pesquisadora, nesse contexto, ela confia no pensamento e na teoria. "Si no hay un pie en el campo teórico, en la reflexión, se empieza a caminar en círculos, se da una repetición, de clichés, programas y formas de comprensión. El activismo sin reflexión da vueltas en el mismo lugar", afirma, defendendo ativismo qualificado. Por isso, entende que falta aprofundar a reflexão para compreender por que as vitórias não se incidem no campo da contenção da violência e nem nos espaços de gestão.

De acordo com a antropóloga, percebe-se grandes vitórias, por um lado, e por outro, não se chegou ao destino: "Talvez porque quando chegamos ao nosso destino nesse segundo aspecto, que é o da violência, aí muda toda a sociedade, muda a história". Ao mesmo tempo, a pesquisadora observa que, se nós, mulheres, seguirmos no caminho em que estamos,

organizações de direitos humanos. Diante disso, Isabel Perón acaba destituída da presidência em 24 de março de 1976. Em 24 de março de 1976, foi derrubada e presa. Assim, permaneceu presidente por menos de dois anos. Ela também foi a chefe de Estado que ficou presa por mais tempo, mais de cinco anos. Em julho de 1981, foi libertada sob a condição de exílio, partindo para a Espanha, onde mora até hoje. Ele visitou a Argentina algumas vezes e houve tentativas de extradição sob a acusação de participação em crimes contra a humanidade durante seu governo. Na atualidade, com 90 anos, Isabel Perón em Madrid quase isolada e dedicada à religião católica (LLORENTE, 2021).

mudaremos a história. Isso porque “não há discurso político, midiático ou literário em que as questões levantadas pelas mulheres não estejam presentes hoje de alguma forma”.

Portanto, na ótica de Segato, se trabalharmos e refletirmos bem nas vitórias que temos do lado da presença no discurso, poderemos ter progresso em direção ao bem-estar da paz de gênero, “em direção a uma paz social geral, que exige que não haja mais violência de gênero”. Mas a estrada ainda é longa, pois estamos muito menos presentes do que homens em cargos de chefia, em cargos de gestão em empresas, em universidades.

[...] Acho que o problema é a castração masculina. Ou seja, em um mundo marcado pela propriedade, -porque hoje falar em “desigualdade” é pouco, hoje devemos falar em propriedade, “senhorio” em inglês, senhorio-, há uma grande refeudalização do mundo, pois os donos do planeta e os donos da riqueza são muito menos proporcionais. A concentração nunca teve o ritmo que tem no presente. Então, é um momento de posse, e a posse de alguns homens leva à falta de posse de outros homens. Em outras palavras, os homens estão enganados. E “masculinidade” e “propriedade” são quase sinônimos (SEGATO, 2021, p. 2).

Segundo a estudiosa, o patriarcado é uma ordem de proprietários e soberania sobre corpos e territórios. Como as maiorias masculinas perderam essa soberania, pela própria fase do capital que estamos passando, a violência é o que lhes sobra como recurso para a posse de um mundo com poucos patrões. “Muitos homens usam a violência apenas como meio de proclamar sua posição masculina”, constata.

É um problema do contexto histórico e econômico que vivemos, que chamo de “fase apocalíptica do capital”, porque leva a formas tão extremas de violência, e a tamanho desprezo pela vida, que vemos chegar a morte como um slogan, como aconteceu na década de 40 do século passado. Estamos à beira de uma catástrofe, tanto ambiental quanto social. [...] Eles são vítimas. Eu realmente não quero ser um homem por um minuto da minha vida, deve ser absolutamente horrível. Mas sinto que há uma mudança. São inúmeros os homens que me agradecem na rua, que me escrevem. A desobediência ao mandato de masculinidade que estamos propondo é libertadora para os homens, e muitos estão começando a entendê-la.

Contudo, o homem tem de viver provando a masculinidade, o que dificulta um pouco essa consciência. Segato verifica que as mulheres do mundo têm objetivos de felicidade muito diferentes, entendimentos muito diferentes do que é feminino e masculino, porém, todas enfrentam as questões de violência que se relacionam diretamente com a desigualdade, as quais podem ser diferentes de acordo com cada país, com cada cultura: “desigualdade é violência e gênero é desigualdade”.

Paralelamente, algumas conquistas aparecem e ao estilo feminino, como a presença, mesmo que reduzida, das mulheres nos eixos econômico, político e militar. “Eu me pergunto se um pensamento feminista com episteme patriarcal é possível, ou seja, onde entramos, na

política, nos negócios, não o fazemos com os mesmos objetivos, estilos de ação e práticas com que os homens entram”, confere Segato, ressaltando que onde as mulheres ingressam fazem a diferença. Além disso, a antropóloga acena com bons horizontes, devido à união das mulheres, “que é festiva, ritual, afetiva e vinculativa, e que levará a uma transformação da história e a uma nova compreensão do que é e como fazer política”.

Essa nova compreensão já vem ocorrendo, percebe a doutora em economia e diretora nacional de Economia, Igualdade e Gênero do Ministério da Economia da Argentina, Mercedes D'Alessandro. Em uma entrevista para Natali Riso, da Página 12, ela avalia que a construção de sentidos desses anos de luta feminista pode ser traduzida em políticas públicas concretas, principalmente por conta do ingresso das mulheres nas gestões, embora ainda diminutivo em muitas nações. E cita como exemplo dessas políticas desde a inclusão da perspectiva de gênero em programas específicos de trabalho e renda à negociação com o Fundo Monetário Internacional.

A partir da vivência argentina, Mercedes diz que o atual governo nacional é um governo feminista, com mulheres em espaços onde podem debater, sugerir e implementar medidas. “No entanto, o Estado como ferramenta de trabalho do governo com suas instituições, burocracias, agências e projetos não é feminista. É natural, porque a perspectiva de gênero é nova para o Estado e para muitos de nossos colegas”, constata a diretora, acrescentando que, apesar desse contexto, sua postura é de ânimo:

[...] estou otimista no sentido de que estamos experimentando uma mudança de perspectiva, porque um grupo muito grande de mulheres entra que nos conhecemos e rapidamente nos contactamos e nos agrupamos, e temos nossa própria agenda para fazê-la crescer. Acho que é algo inédito e histórico. Não consigo imaginar como teria sido minha vida na administração pública, muito menos em uma pandemia, sem o espaço das mulheres no poder.

Em termos de América Latina, foi em 1990, que um dos países elegeu, pela primeira vez, uma mulher presidente. Violeta Barrios assumiu a presidência da Nicarágua. Ficou mais conhecida como Violeta Chamorro, sobrenome do marido, o jornalista Pedro Joaquín Chamorro, assassinado pela ditadura somozista.

Entre 1999 e 2004, foi a vez do Panamá ter uma mulher governando o país. Mireya Moscoso também foi casada com um ex-presidente, Arnulfo Arias Madrid, porém, nesse caso, já era viúva quando ganhou as eleições. Em 2006, o Chile é que elegeu Michelle Bachelet.

A exemplo de Dilma Rousseff, muitas mulheres precisaram se dispor a enfrentar grandes estruturas machistas patriarcais, coloniais, além de todas as discriminações no contexto eleitoral de cada país. Acabaram tendo que defender suas crenças e objetivos de vida,

principalmente as que se arriscaram e se arriscam a concorrer e assumir mandatos eletivos no poder Executivo. Mesmo com a mobilização delas, ainda são poucas as que chegam à eleição, como foi possível observar nesse mapa que elaboramos. O caminho a percorrer rumo à equidade ainda é extenso, mas necessário e possível.

2.2 AS MULHERES DA PESQUISA EM SEU TEMPO E LUGAR

A rápida descrição do mapa das eleitas possibilita estender a visão do contexto local ao universal e constatarmos que a desigualdade do poder feminino em cargos eletivos se aproxima na maioria dos dados coletados. No caso, esta pesquisa é inédita em Caxias do Sul. Com ela, iniciamos um processo de sistematização em torno das mulheres eleitas em seu tempo e em seu lugar, da casa à vida pública.

Dizemos isso, para reafirmar o quanto há de exclusão e não reconhecimento das mulheres no poder institucional de Estados em seus diferentes níveis. O estudo do tema, porém, iniciou no meu trajeto dentro da universidade (1994) como pesquisadora e professora de disciplinas sobre a luta das mulheres na sociedade. Juntamente com a historiadora Maria Conceição Abel, iniciamos um projeto com a finalidade de analisar a história das mulheres que representaram um rosto feminino na vida pública, em Caxias do Sul/RS, em 1998. Maria Conceição Abel escreveu *Mulheres sem rosto*, que narra a trajetória de operárias escondidas nas empresas e nos espaços privados, e me desafiou a dar sequência a essa investigação. Em razão da saúde fragilizada, não tinha mais condições de continuar o projeto – Disse-me à época: “Agora é contigo, Marisa, com a Angelista Granja, com a Geci Prates...” e com o trabalho e a vida de tantas mulheres⁴² que, com sua atuação política nas comunidades e nas instituições, criaram condições para que outras mulheres também ocupassem espaços de poder na vida pública, e na política partidária.

Após ter sido eleita vice-prefeita, em 1996, ocupando o cargo de prefeita em exercício por vários períodos (um deles na sequência por mais de 100 dias); concorri à prefeita de Caxias do Sul, em 2004, sendo eleito José Ivo Sartori, nos últimos dias. Produziram fake news na última semana. Conseguiram reverter o resultado final. Depois, fui a primeira mulher eleita deputada estadual (em 2006 e 2014). Em 2015, retornei à vida local e passei a retomar o projeto de pesquisa, pois não fui reeleita deputada porque mais três companheiros petistas quiseram

⁴² Em forma de reconhecimento, menciono aqui Angelista Granja, Geci Prates, Cremi Vitor, Silvana Piroli, Ana Corso, Tania Menezes, Gelci Sorgato, Justina Onzi, Rosita Bado, Terezinha Varreira, Janice Pedron, Cecília Berno, entre tantas outras amigas de luta...

concorrer e nenhum conseguiu eleger-se. Ao fazê-lo, constatei a necessidade de voltar a estudar a fim de produzir uma obra que desse visibilidade às mulheres com o rigor da ciência e com o reconhecimento dessa luta. Além disso, senti o desejo de rever o movimento intelectual e científico na área das humanidades, especialmente na educação e nas ciências políticas, afim de explicitar as nossas trajetórias e a nossa atuação na política partidária institucional e pública.

Ao construir a definição do problema e os objetivos deste trabalho, vieram-me à tona várias percepções empíricas e a própria prática política de 20 anos de mandatos e de 25 anos de docência universitária e na rede pública estadual. Também retomei memórias como militante de pastorais e dos direitos humanos. É preocupante, mas encontrei muitas mulheres e homens que entendem como natural e espontâneo, como se fosse o destino, a força dos astros ou a sorte e que definem o lugar da mulher na sociedade.

Muitos e muitas consideram como natural a subordinação, a opressão, a dependência e a inferioridade da mulher, não reconhecendo a existência da ideologia do patriarcado e do racismo como constituidores invisíveis. O próprio Rousseau, no Contrato Social, e também Augusto Conte afirmam que a mulher é tida, na sociedade e na história, como um ser em condições de inferioridade “natural”.

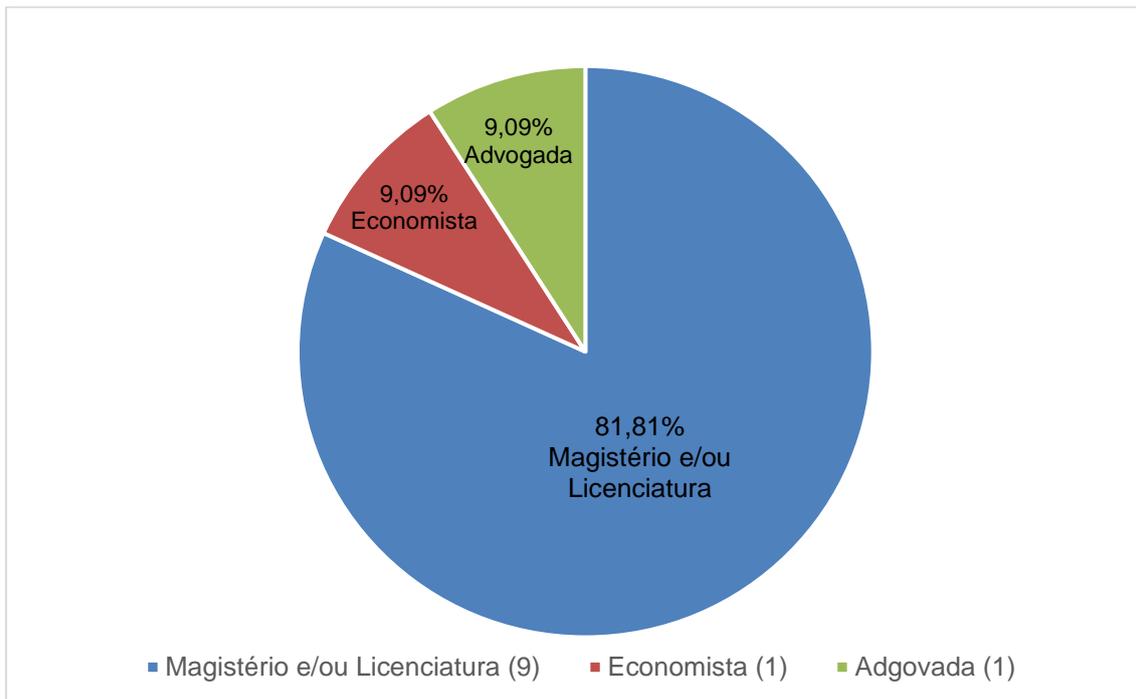
Agora, como doutoranda da UFRGS, pesquisando o que vivi, recordo meus seis anos, pois insisti que tinha o direito de estudar, apesar de a lei não permitir por causa da pouca idade. Entendia que estudar era justo, pois tinha vaga na sala de aula. É uma lembrança que me move e se configura em um dos acontecimentos que constituem minha crença, essa expressão que nasce no senso comum e mobiliza para a ciência – “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 1984) – porque é ela que dá partida ao conhecimento científico.

Mas falamos de uma crença como sinal da fé, da força dos saberes, da coragem, da esperança e do compromisso social com a justiça e a luta pelo reconhecimento das mulheres – enquanto pessoas diferentes, mas não desiguais em condições e capacidade de gerir e gerar a vida na sociedade e ter poder institucional. A organização da sociedade economicamente concentradora e excludente, massificadora da cultura – elitista nas relações sociais e de uma democracia em vertigem – permeou as diferentes etapas da minha vida. E também aparece na história das poucas mulheres que, como eu, foram eleitas e exerceram cargos públicos em Caxias do Sul num percurso de 54 anos (1960-2014).

A maioria das eleitas é professora, assim como eu. A professora foi a mulher que, também pela sua profissão, inaugura a legitimidade pública e a simbologia do trabalho feminino público, pela aceitação e pelo reconhecimento evidenciado nas comunidades e na história local. Das 11 mulheres que compõem o universo deste estudo (oito vereadoras; duas vice-prefeitas;

duas deputadas estaduais, sendo que uma delas foi também vice-prefeita; e uma deputada federal suplente, que também foi vereadora), 82% possuem licenciatura ou magistério. Apenas duas (18%) são bacharéis, mas uma teve atuação como educadora popular e outra na gestão pública da rede municipal de ensino. O gráfico abaixo nos ajuda a visualizar melhor essa informação.

Gráfico 11 – Formação profissional das eleitas



Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSJA).

Todas as 11 mulheres têm formação profissional, sendo apenas uma com Magistério de Ensino Médio, eleita em 1960, Esther Troian Benvenuti. As demais eleitas (10) completaram o curso superior, inclusive com diferentes níveis de pós-graduação.

Entre as vereadoras eleitas, predomina a formação em magistério ou licenciatura, quase 82%: Esther Troian Benvenuti, Iró Chiaradia (artes e administração escolar), Rachel Graziottin (licenciatura em história e bacharel em direito), Silvana Piroli (licenciatura em filosofia e bacharel em direito), Ana Corso (licenciatura em artes) e Denise Pessoa (magistério e bacharel em arquitetura). Rosane Hamsch possui bacharelado em direito e Geni Peteffi era economista.

As vice-prefeitas possuem licenciatura, Marisa Formolo nas áreas da filosofia e pedagogia, e Justina Onzi, magistério e serviço social.

As deputadas estaduais Maria Helena Sartori (licenciada em filosofia) e Marisa Formolo (licenciada em filosofia e pedagogia). E a suplente de deputada federal, Ana Corso, é licenciada em artes.

É possível constatar que a formação profissional das mulheres eleitas não reproduziu a ocupação ou a formação profissional de seus pais, a não ser o caso de Denise Pessôa, que a mãe é professora e a mesma fez magistério.

Chama a atenção o fato de uma profissão se destacar tanto em detrimento das demais, porém, ao mesmo tempo, se justifica pela proximidade do magistério à função maternal, que tradicionalmente a sociedade atribuiu mais à mulher do que ao homem, tendo em vista a capacidade natural delas gerarem filhas e filhos. Outra justificativa possível é a condição de desigualdade de gênero, que estabelece barreiras às mulheres, colocando-as, não raras vezes, distantes do território das decisões.

Scott (2005, p.14) escreveu sobre o enigma da igualdade para discutir desigualdade, diferença e outros conceitos, apontando um paradoxo: “é uma proposição que não pode ser resolvida e que é falsa e verdadeira, ao mesmo tempo”. Genro e Caregnato (2013) acrescentam não ser possível analisar a diversidade sem considerar sua relação com desigualdade e com as relações de poder inerentes: “diversidade, identidade, desigualdade e relações de poder andam juntas”.

No debate entre diferenças e igualdades, cabe perguntar: “Em quais circunstâncias a diferença entre os sexos importa para o tratamento das mulheres na política?” (SCOTT, 2005, p. 29). Conforme a autora, “gênero é, pois, um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é também uma forma primeira de dar o significado às relações de poder” (SCOTT, 1994, p. 115).

Diferença e igualdade não são opostas. Igualdade não é eliminação das diferenças. A igualdade evoca e repudia a diferença ao mesmo tempo. Scott (2005, p. 22) acrescenta:

Meu argumento tem sido que a tensão entre identidade de grupo e identidade individual não pode ser resolvida; ela é consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social pois, na sociedade, os indivíduos não são iguais; sua desigualdade repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como sendo categóricas.

A identidade de grupo é o resultado dessas (diferenças) distinções categóricas atribuídas (de raça, de gênero, de etnicidade, de religião, de sexualidade...). Atribuições a identidades de grupo tornam difícil a alguns indivíduos receber tratamento igual, mesmo

perante a lei, porque a sua presumida pertença a um grupo faz com que não sejam percebidos como indivíduos. É o caso das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos LGBTs, dos idosos, das crianças, dos desempregados...

Como base de reflexão, cabe repetir e ampliar a pergunta de Scott (2005): “Em quais circunstâncias a diferença entre os sexos importa para o tratamento dos sexos, importa para o tratamento das mulheres na política?”. Diante da indagação, a autora concluiu que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira engessada e dual. Se o corpo é entendido desde um ponto de vista social, o conceito de sexo está subsumido ao do gênero (SCOTT, 2005, p. 1).

Conforme a pesquisadora, é o universo simbólico que organiza socialmente aquilo que podemos enxergar nos corpos, nas relações sociais, entre outros. Parece que estudar a história das mulheres, afirma Scott, separada da história dos homens, é discutível. A visão pré-estruturalista, porém, mesmo constituindo a história das mulheres, o faz colocando-as em segundo plano, dando-lhes um lugar marginal em relação aos temas masculinos dominantes e universais.

2.2.1 Comprovações do patriarcado e do racismo em Caxias do Sul

A invisibilidade feminina também sustenta a desigualdade das relações na sociedade. Ambas são componentes estruturais do patriarcado nas relações locais. Como sistema de fácil reprodução, pois vai passando de geração em geração, a constituição familiar guiada pelo comando paterno sofre influência de diversos elementos, sendo dois deles a filosofia e os interesses capitalistas. Na região de Caxias do Sul e municípios próximos, o modelo patriarcal é ainda percebido, mesmo diante de avanços femininos.

Assim como o patriarcado, o racismo também é estrutural. Reconhecer o caráter estrutural do patriarcado e do racismo pode ser paralisante. Entretanto, a prática antirracista e de combate ao sistema patriarcal é urgente e se dá nas atitudes cotidianas da sociedade. O feminismo negro mostra a importância de nomear as opressões, já que não é possível combater o que não tem nome. Dessa forma, reconhecer o racismo já é um meio de combatê-lo. Silvio de Almeida⁴³, em *Racismo estrutural*, afirma que “a mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas

⁴³ **Silvio de Almeida** é advogado e doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP). É também presidente do Instituto Luiz Gama, organização não-governamental que tem sede em São Paulo e luta contra o preconceito e defende direitos e garantias fundamentais dos negros e das minorias no país.

e da adoção de políticas antirracistas” (2019, p. 52). Neste capítulo, alguns autores e pesquisas corroboram com essas constatações.

O racismo é um sistema de opressão que nega direitos e não um simples ato da vontade de um indivíduo, explica a filósofa Djamila Ribeiro⁴⁴ (2019, p. 6). E não ocorre apenas com a população negra, mas com diversas etnias. No caso do Brasil, falando da população negra e sua exploração pelos brancos, principalmente, traz uma herança árdua, que acaba ainda fechando portas a muitos, principalmente ao público feminino e aos menos favorecidos economicamente. Segundo a autora, as possibilidades de acesso e de condições melhores de vida tradicionalmente foram viabilizadas a quem tinha (ou tem) recursos.

Djamila apresenta o seguinte exemplo: mesmo que a constituição do império, de 1824, dissesse que educação era um direito de todos, aos escravos, não era permitida, e aos libertos, era dificultada. "A cidadania se estendia a portugueses e aos nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos. Mas esses direitos estavam condicionados a posses e rendimentos, justamente para dificultar a negros libertos o acesso à educação" (RIBEIRO, 2019, p. 7).

Ao aproximar essa história a universos mais locais, constata-se que se repete, mesmo depois da escravidão ter sido abolida no Brasil (1888). Em Caxias do Sul, por exemplo, um vídeo historiográfico intitulado "Questão de pele" (2013) expõe depoimentos de quem já sentiu as oportunidades se dissiparem por conta da cor. Produzido em parceria pelo Centro de Memória e TV Câmara do Legislativo caxiense com o Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul, essa pesquisa videodocumental se apoia na oralidade para mostrar que, mesmo tendo alguma posse e conseguindo colocar os filhos em escola privada, a hostilidade ainda era visível.

Uma das pessoas entrevistadas para essa produção, Vera Medeiros conta que, na escola particular confessional onde estava matriculada, toda vez que o assunto dizia respeito à história do país e ela se assumia como negra, vinha um discurso superior tentando modificar essa realidade nos seguintes termos: "Não, tu é morena". Vera lembra que ela era a única negra que frequentava essa escola enquanto que seus dois irmãos faziam as aulas em outro colégio, também privado, mas mais voltado a meninos.

Outro espaço que restringia o acesso de negros eram os clubes sociais tradicionais da cidade. Tanto nesse vídeo historiográfico quanto em *Do quilombo à Serra: migração*,

⁴⁴ **Djamila Ribeiro** é filósofa e escritora brasileira. Mestre em Filosofia Política, tem se destacado no ativismo negro no Brasil. Entre os títulos publicados: *O que é lugar de fala?*, *Quem tem medo do feminismo negro?* e *Lugar de fala*.

identidade e alteridade no RS, do antropólogo Cristiano Sobroza Monteiro⁴⁵ (2015), há menções a tal censura. "Não era permitida a entrada de negros nem no Juventude e nem no Juvenil. Eu lembro, em uma ocasião, que uma amiga de escola me convidou para irmos em um Carnaval no Juvenil e não me deixaram entrar", descreve Vera.

"A gente sentia porque era muito separado, né? Nego não dançava, por exemplo, num salão, com branco. Tinha aquela separação. Era um branco para um lado e um nego para outro, mas a gente viveu, passou também essa, né!?", complementa Dona Evolina, outra entrevistada no vídeo.

Diante de tais obstáculos, Caregnato⁴⁶ (2010) e Medeiros (2015) registram que surgiram locais que os negros passaram a frequentar, como o Clube do Gaúcho, que iniciou como clube de futebol e se transformou em um reduto de integração social e cultural. "Destacam-se o Clube das Margaridas e o Clube do Gaúcho, entidades sociais de negros, os quais, na época, não podiam frequentar os mesmos espaços dos brancos que compunham a elite local" (MEDEIROS, 2015, p. 207).

No campo da política, os negros também ficaram mais à margem, no âmbito de Caxias do Sul. Ao tomarmos como referência o Parlamento caxiense, especialmente a contar da data inicial desta pesquisa (1960), apenas um parlamentar assumidamente negro foi conduzido a uma cadeira no Legislativo caxiense (vereador Edson da Rosa/PP) e segue com mandatos consecutivos desde 2004 até hoje. De acordo com o Centro de Memória da instituição, outros dois (Assis Mello/PCdoB e Clauri Flores/PT, esse último *in memoriam*) ainda se enquadrariam na etnia, mas não se declarando assumidamente negros. Já não estão mais com mandato, embora tenham se mobilizado em defesa da população negra.

Em termos de representação feminina, apenas uma vereadora que se declara negra tomou posse até hoje na Câmara Municipal: Denise da Silva Pessôa/PT. Ela segue com mandato consecutivo desde 2009 e tem inserido as causas dos negros em sua plataforma de ação, especialmente com ações afirmativas capazes de tornar mais visível esse público e sua colaboração no desenvolvimento da cidade.

⁴⁵ **Cristiano Sobroza Monteiro** é graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, faz doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas-SP (UNICAMP) e é professor de Antropologia na Universidade de Caxias do Sul (UCS).

⁴⁶ **Lucas Caregnato** é mestre em História, professor, pesquisador e coordenador de Relações Universitárias da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Também preside o Conselho Municipal da Educação e é vereador eleito de Caxias do Sul para o mandato 2021-2024.

Tratando-se de invisibilidade, a mulher negra acaba sendo ainda mais afetada, devido à dupla, à tripla ou a até quadrupla jornada. Entretanto, em território tupiniquim, é um impacto sobre os dois lados: homem e mulher, conforme sinalizam Giron e Raduz (2014, p. 159):

A invisibilidade do negro nos registros dos brancos viajantes não tem como ser revista. São memórias que precisam ser problematizadas no sentido de se entender as razões dessa invisibilidade. Da mesma forma, grande parte da historiografia do Brasil meridional, em especial as que focam áreas de imigração do século XIX, esqueceram os negros que recentemente começaram a ter sua história rememorada.

Ao dar visibilidade, no contexto, a alguns acontecimentos que marcam e identificam o quadro de participação e a eleição das mulheres na política partidária, ficam explícitas a condição de desigualdade das mulheres e as relações de poder institucional público. Uma das explicações possíveis da desigualdade pode ser encontrada na tese do patriarcado como uma forma de exploração e opressão. Na sociedade pós-industrial, podemos refletir as relações de poder, baseadas na exclusão e na primazia da informação e do conhecimento como estruturantes das relações sociais, onde a ideologia atua.

Para entender a forma em que prevalece a desigualdade de gênero no contexto de uma sociedade que se percebe a si mesma em mudança e evolução em relação ao passado, é preciso olhar para a ideologia como o espaço em que se exerce uma forma brutal de domínio imaterial: é inconsciente e possui uma estrutura simbólica, sua manifestação concreta não está na violência ou coação física das pessoas, mas no quadro das visões de mundo (TORRES, 2015, p. 96).

Uma das visões de mundo, segundo Kate Millet⁴⁷, é de que, nas relações, se “exerce um efeito preciso sobre a psicologia de ambos os sexos, cujo principal resultado é a interiorização da ideologia patriarcal” (1970, p. 118). Essa ideologia interiorizada está integrada por categorias como: parentesco, relações de produção, classe e religião.

É possível, segundo Torres (2015), dizer que o patriarcado atua como uma organização social e uma ideologia que têm origens históricas e se materializam na vida social através do gênero e a consequente condição social da mulher. Para tanto, influem em todos os discursos e representações sociais, os quais se espalham através dos meios de comunicação e das estruturas científicas.

⁴⁷ **Katherine Murray Millett** (1934-2017) foi uma ativista feminina norte-americana. Educadora, artista e escritora, teve vários títulos publicados. Entre eles: *Política Sexual (Sexual Politics)*, *The Prostitution papers: A Candid Dialogue* e *Flying*.

Considerando o patriarcado uma construção histórica e como sistema social originado do lado da acumulação de excedentes agrícolas no período neolítico, bem como a origem da família nuclear e o monoteísmo como sistema religioso, vemos sua forte influência em Caxias do Sul. Mesmo em períodos históricos tão distantes, encontramos, na experiência de desenvolvimento socioeconômico e cultural caxiense, elementos similares na vida dos imigrantes europeus, especialmente italianos, alemães e poloneses que aqui se instalaram, em 1875, e trouxeram os elementos da cultura patriarcal do norte do mundo.

De acordo com Herédia⁴⁸ e Rela⁴⁹ (2017, p. 65), o êxito da colonização europeia na Serra Gaúcha, em fins do século XIX, é atribuído à cultura trazida de fora, que tem sua identidade fundamentada “na estrutura familiar e de parentesco, nos valores que deram vigor a toda iniciativa sustentada no trabalho individual e coletivo do grupo, na presença religiosa, no alicerce de suas condutas e comportamentos”, e na ação do Estado como incentivador da política de colonização e imigração articulada pelo Império. Esse contexto foi fazendo com que os centros urbanos crescessem, transformando a realidade de colônia a um centro urbano regional.

Assim, os núcleos familiares se tornaram reprodutores das condições materiais, seguindo a tradição: a figura paterna liderando as atividades. No caso da reprodução, ela se intensificava pelo fato de a família dos imigrantes ser numerosa, contando com muitos braços para o trabalho, porém com papéis definidos na produção e na reprodução. Conforme as autoras, é a demonstração de força dos vínculos da família, carregando o modelo patriarcal, comandada pelo homem e com atributos sustentados “no poder, na autoridade, na disciplina e na obediência ao pai” (HERÉDIA; RELA, 2017, p. 65).

Dessa forma, o modelo familiar tradicional era o dominante, com os filhos homens dando seqüência à casta e sempre com mais poderes e direitos, até mesmo materiais, que as filhas mulheres. Para exemplificar, as pesquisadoras lembram que, quando os filhos homens casavam, herdavam propriedades e empreendimentos da família. Já para as filhas mulheres, restava o que chamavam de dote, que se resumia a uma máquina de costura, enxoval e/ou louças:

⁴⁸ **Vania Beatriz Merlotti Herédia** é professora titular da Universidade de Caxias do Sul (UCS), atuando na graduação e na pós-graduação. Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, é também graduada em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (1973). Tem mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutorado em História das Américas pela Universidade de Gênova, sede descentralizada em Turim Itália, e pós-doutorado em História Econômica pela Universidade de Padova e em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴⁹ **Eliana Rela** é professora de graduação e pós-graduação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Licenciatura Plena em História pela UCS.

[...] o homem era responsável pelos negócios da família, o que representava os espaços externos, e a mulher os espaços internos. Mesmo que a mulher administrasse as questões do cotidiano e dividisse responsabilidades acerca da manutenção da casa, estava submissa às ordens do marido e do pai. Exercia muitos papéis que ficavam ocultos, mas eram imprescindíveis para o funcionamento do lar, o que envolvia desde a atenção aos filhos, a alimentação ao grupo, os cuidados com a casa, as vestimentas e os acessórios e ainda ajudava na roça, no plantio, na colheita. O domínio interno lhe dava poderes que estavam submissos aos externos. Nessa condição, a mulher legitimou seu território e referendou valores culturais que validaram essas práticas (HERÉDIA; RELA, 2017, p. 66).

Em Caxias do Sul, essa relação de controle patriarcal se acentuava ainda mais. Segundo uma das mais atuantes e longevas historiadoras da cidade, a professora Loraine Slomp Giron, aprofundando a desigualdade entre homens e mulheres, a eles competia a responsabilidade de definir deveres, os quais, em sua maioria, recaíam a elas:

Ao homem cabia a manutenção do sistema de deveres e de direitos tanto na família quanto na propriedade. Na divisão dos direitos e deveres, a maior parte dos primeiros ficava restrito ao próprio homem, e a maior parte dos deveres competia à mulher e aos filhos (GIRON, 2008, p. 34).

Os resultados da pesquisa sobre dominação e subordinação são muitos. Como foi possível constatar, os papéis eram definidos pelo sexo e não poderiam ser mudados. Por exemplo, mesmo que a mulher trabalhasse três turnos, ela nunca teria propriedade, a não ser na morte do marido. E os filhos homens, assim como o pai, não assumiam papéis na vida da organização familiar e cotidiana dentro de casa. Era o chefe de família e dono da propriedade que poderia ser o pai, o marido ou um filho e a mulher deveria estar subalterna a quem era proprietário.

O nascimento de uma filha mulher, por exemplo, representava uma perda na produção agrícola, porém também era entendido como um ganho nas tarefas infundáveis de casa e no cuidado dos irmãos menores junto à mãe. Essa desigualdade estava tão presente na sociedade que era motivo de orgulho pessoal a injusta distribuição dos bens.

Slomp (2008) também salienta que o patriarcado foi tão naturalizado, ao ponto que as filhas não participavam da partilha de bens. O sexo definia quem teria direito e essa decisão sempre passava pelo pai e chefe da propriedade. Conforme a historiadora, à época, “a adoção de uma espécie de lei sálica regional transfere a propriedade para os filhos, lesando dessa forma as filhas. **As filhas eram deserdadas pelo sexo**” (2008, p. 46).

Um exemplo é na área econômica, onde Gigia Bandera foi quem iniciou a indústria Eberle, em 1896, mas só lhe deram essa visibilidade e identidade depois de morta e também da morte de seu filho Abramo Eberle (a quem foram atribuídas, por diversos anos, a origem e a competência de ter sido fundador da metalúrgica), com uma pesquisa acadêmica desenvolvida pelas historiadoras Maria Conceição Abel Machado e Eloisa Eberle Bergamaschi (bisneta de Gigia).

Fotografia 1 - *Instinto Primeiro*: monumento em homenagem à Gigia Bandera



Fonte: Escultura de Bruno Segalla | Foto: Gisele de Oliveira Nozari.

Maria Conceição Abel Machado foi além e pesquisou sobre as mulheres operárias. Ao mesmo tempo em que a operária se sentia útil na empresa, como integrante de uma grande família, comportava-se de maneira dócil e submissa, transferindo para o emprego as mesmas condutas que tinha no grupo familiar. O pai e o marido são chefes na família, assim como o patrão é na empresa. E as mulheres mais habilidosas nas lides domésticas eram deslocadas para

a casa do patrão nos dias de festa e de recepção e não recebiam nenhuma remuneração extra por esse trabalho.

Outro elemento importante consolida a desigualdade de tratamento entre homens e mulheres no mundo do trabalho, segundo Maria Conceição Abel Machado:

Quando se tratava de trabalhadoras do sexo feminino os deveres eram mais pesados ou, pelo menos, as mulheres eram menos compensadas pelo seu trabalho. Ocupando as posições mais baixas na escala de tarefas dentro da fábrica, recebiam também salários inferiores aos dos trabalhadores do sexo masculino. [...] No caso das trabalhadoras de Caxias do Sul, acontecia exatamente o mesmo, salários menores para as mulheres, ou seja, o preço da força feminina era inferior ao da força de trabalho masculina (1998, p. 140).

Esta desigualdade que reforça as relações patriarcais no mundo do trabalho empresarial ainda permanece. Um estudo publicado em 2013, tratando das desigualdades de gênero: disparidade salarial⁵⁰ e segregação ocupacional, desenvolvido pelo Observatório do Trabalho⁵¹ da Universidade de Caxias do Sul, explicita conteúdo significativo em torno do tema e evidencia a estrutura patriarcal também expressa no mundo do trabalho urbano.

Inúmeras são as variáveis estudadas, mas destacamos aqui a relação entre o valor hora de trabalho pago às mulheres e aos homens, confirmando a existência da desigualdade de gênero e da disparidade salarial.

Tabela 1 – Remuneração masculina e feminina, por hora contratada em Caxias do Sul:
2001 a 2011

	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Masculino	R\$ 4,75	R\$ 6,39	R\$ 7,27	R\$ 8,28	R\$ 9,64	R\$ 11,50
Feminino	R\$ 3,27	R\$ 4,93	R\$ 5,49	R\$ 6,10	R\$ 7,22	R\$ 8,69
Disparidade	-21,7%	-22,9%	-24,5%	-26,4%	-25,2%	-24,4%

Fonte: RAIS / PDET / TEM. Observatório do Trabalho – UCS.

A tabela anterior mostra que, em todo esse período (2001-2011), a média de diferença entre os salários é de 24,2% a menos para as mulheres em relação aos salários dos homens. Em

⁵⁰ Os pesquisadores entendem por disparidade como a diferença de remuneração entre o trabalho feminino e masculino e por **segregação ocupacional** “a divisão do mundo do trabalho em ocupações ‘femininas’, de pouco prestígio e baixa remuneração, e ocupações ‘masculinas’, reconhecidas socialmente e com melhor remuneração” (2013, p. 1).

⁵¹ O Observatório do Trabalho faz parte do Núcleo de Inovação e Desenvolvimento (NID) da Universidade de Caxias do Sul e tem como principais objetivos promover pesquisa acerca do mercado formal de trabalho, através de dados disponibilizados pelo Ministério da Economia, com vistas a oferecer subsídios para a sociedade civil, aos empresários e aos investidores.

2011, os homens recebiam, em média, R\$ 11,50 por hora contratada, enquanto as mulheres recebiam R\$ 8,69 e a diferença era de 24,4%, pouco mais que a média.

Outros estudos posteriores reafirmam a continuidade da desigualdade de gênero e a disparidade salarial como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2 – Remuneração por hora contratada dos trabalhadores em Caxias do Sul:
2015 a 2018

Sexo trabalhador	2015	2016	2017	2018
Masculino	18,35	17,94	18,07	17,61
Feminino	14,76	14,80	15,13	15,67
Defasagem	19,55%	17,48%	16,31%	10,98%

Fonte: RAIS – ME. Observatório do Trabalho – UCS.

A Tabela 2 revela que a média de defasagem salarial entre homens e mulheres, entre os anos de 2015 e 2018, era de 16,1%. Em 2018, os homens recebiam R\$ 17,61, enquanto que as mulheres recebiam R\$ 15,67 por hora de trabalho.

Relacionando as Tabelas 1 e 2, percebemos que a média de diferença salarial entre homens e mulheres baixou significativamente sendo que, entre 2001 e 2011, a média era de 24,2%, e no período de 2015 a 2018, era de 16,1%.

Ao analisar dados mais atuais, podemos constatar que a diferença salarial vem diminuindo ao longo dos anos. O estudo anterior, com dados de 2011, mostrou que a defasagem do salário das mulheres era de 24,4% em relação ao dos homens. A nova pesquisa feita pelo mesmo Observatório da Universidade de Caxias do Sul apontou que, em 2015, essa diferença era de 19,5%, enquanto que, em 2018, a disparidade caiu para 10,98%.

Com esses dados, o estudo possibilita perceber que

Apesar das mulheres estarem gradativamente ocupando profissões mais valorizadas e que requerem maior escolaridade e qualificação, ainda se constata discrepâncias salariais em todos os setores econômicos, inclusive quando ocupam cargos de maior responsabilidade e mais elevados hierarquicamente (2013, p. 12 e 13).

Os autores da pesquisa, estudando outros elementos, além dos aqui expostos, nos permitem ver que existe um padrão histórico de baixa remuneração do trabalho feminino e que:

A partir dos dados apresentados, chega-se a uma amarga constatação: não é o setor da economia, nem o tipo de ocupação tampouco a escolaridade que explicam a disparidade salarial, porque a remuneração das mulheres é menor em todas as ocupações, em quase todos os setores econômicos e em todos os níveis de escolaridade. O que explica a disparidade salarial é o sexo do trabalhador (2013, p 13).

Os dados listados confirmam que as relações de dominação da mulher, de tratamento desigual, ocorrem quer seja no meio rural ou no meio urbano, e em diferentes tempos da história local. Tendem estar na cultura de reprodução patriarcal que, mesmo sofrendo pequenas alterações com o passar do tempo, infelizmente, ainda impera.

2.2.2 A moral no contexto regional e o patriarcado

A presença de relações patriarcais na estrutura familiar é também evidenciada através dos resultados de uma pesquisa sobre a cultura e o desenvolvimento na região de imigração italiana, incluindo Caxias do Sul e cidades ao redor, transcrita em *Cultura e Sviluppo [...]*⁵². O estudo evidenciou como a conduta moral privada prevalece sobre a moral pública, isto é, a ética individual prevalece sobre a ética do coletivo, e os atos que mais transgridem a moral individual são ações vinculadas à história local das mulheres.

Tabela 3 – Percepção da transgressão: moralidade privada e moralidade pública

	Conduta moralmente mais negativa	Conduta moralmente menos negativa
Adulterio Trair o próprio cônjuge com outra pessoa	60,8	11,0
Aborto Abortar voluntariamente	49,3	13,2
Falta de socorro Não prestar socorro a pessoa desconhecida, vítima de acidente rodoviário	40,7	15,3
Furto Roubar qualquer objeto de valor, se surgir ocasião	26,6	17,2
Falta educação religiosa Não educar os filhos nos valores religiosos	10,6	32,4

⁵² *Cultura e desenvolvimento: uma investigação sociológica sobre os imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil*, organizada por Renzo Gubert e Gabriele Pollini. Esse livro também foi publicado na Itália, sob o título *Cultura e sviluppo: Un'indagine sociologica sugli immigrati italiani e tedeschi nel Brasile meridionale*.

Corrupção Corromper um funcionário para obter um favor	8,8	40,5
Sonegação fiscal Sonegação dos impostos	6,0	68,6

Fonte: Bruno Bertelli (2005, p. 238), em artigo no livro *Cultura e desenvolvimento: uma investigação sociológica sobre os imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil*, organizada por Renzo Gubert e Gabriele Pollini. Esse livro também foi publicado na Itália, sob o título *Cultura e sviluppo: Un'indagine sociologica sugli immigrati italiani e tedeschi nel Brasile meridionale*.

Bertelli divide em dois grupos essas sete ações. O grupo 1 faz parte de modo exclusivo da esfera privada e individual de conduta (trair o próprio cônjuge, abortar voluntariamente e não educar os filhos aos valores religiosos); e o grupo 2 tem quatro ações referentes à esfera dos comportamentos públicos e coletivos (sonegar impostos, corromper um funcionário para obter um favor, não prestar ajuda a um desconhecido e roubar um objeto se aparecer a ocasião).

Os entrevistados, que foram homens e mulheres, polarizaram a gravidade moral, a esfera privada de pessoa, adultério e aborto. O aborto é um tema vinculado ao corpo e à opção da mulher. A ação do adultério é criminalizada prioritariamente quando parte da mulher. A outra ação pesquisada é a de não educar os filhos nos valores religiosos. Essas condutas morais são atribuídas ao mundo individual e privado e, assim, às mulheres que ocupam prioritariamente esse espaço: o privado.

O segundo grupo de ações no quadro que trata da moral pública e coletiva (furto, corrupção, sonegação fiscal e falta de socorro), para Bertelli, traz dados que mostram que “[...] tendem a justificar mais, ou seja, a julgar relativamente menos grave sob o perfil moral as condutas da esfera cívica (sonegação das taxas, impostos, e a corrupção de funcionários para obter um favor)”.

As transgressões descritas no segundo grupo (furto, corrupção, sonegação fiscal e falta de socorro) têm sido em Caxias do Sul um espaço de domínio dos homens. Sendo possível atribuir aos homens, por estarem nesse espaço de poder institucional, também a responsabilidade da naturalização das transgressões da moral pública e coletiva. Como estas condutas, chamadas menos graves, se naturalizam na conduta masculina, enquanto as atribuídas às mulheres são as mais transgressoras e estão no espectro da moral individual.

Uma outra pesquisa, agora feita pelos professores Nilda Stecanela e Pedro Moura Ferreira e que resultou no livro *Mulheres do campo e aprendizagens culturais de gênero* (2015), mostra a realidade de três gerações de mulheres de três etnias distintas: italiana, alemã e portuguesa, cujas imigrações influenciaram bastante a região da Serra Gaúcha. Entre os achados

desse trabalho: a influência da escolaridade na tomada de decisão das mulheres, principalmente na comparação entre a primeira e a terceira geração.

O recorte que queremos destacar, entretanto, é justamente a percepção do mando masculino reforçando a ação patriarcal. Entre as três etnias, os autores perceberam que, pelo relato das participantes do estudo, o poder da figura paterna predomina especialmente sobre as mulheres da primeira geração e com mais evidência no reduto italiano.

[...] esse controle parecia mais presente nas mulheres de origem italiana da primeira geração e manifestava-se através da participação na comunidade, do namoro ou dos estudos. As mulheres italo descendentes conviviam pouco fora do espaço doméstico e as filhas deixavam de estudar quando isso obrigava a viver longe do controle paterno. Também se observou mais relatos de violência conjugal nessas mulheres, as únicas que explicitamente consideraram os maridos rudes pelo uso frequente de agressões verbais, além de agressões físicas, expressando, por exemplo, que “a maior violência contra as mulheres do meio rural são os maridos” (STECANELA; FERREIRA, 2015, p. 159).

De acordo com os pesquisadores, tais características são evidentes na geração que teve menos acesso à escolarização. Nas duas seguintes, porém, não aparecem na narrativa das mulheres ouvidas. Nesse sentido, percebem que a renovação geracional provoca mudança social. Ao mesmo tempo, as mulheres da terceira geração, mesmo vivendo mais a urbanidade, não perdem o vínculo com o campo e com o que é da especificidade desse espaço, incluindo os marcadores culturais ali existentes, a exemplo da religião.

2.2.3 Religiosidade no território das eleitas

Uma pesquisa publicada por Gabriele Pollini (2005), que estuda os valores e as características religiosas de italianos e alemães, sob o título “Católicos e protestantes, italianos e alemães do Sul do Brasil: análise das conexões entre variáveis”, revela alguns interessantes resultados. Evidencia que, a partir dos valores da religiosidade, faz-se “atribuição de muita importância da parte do pai, importância à concepção de família entendida como assistência recíproca durante a doença e a velhice”. Também atribui maior relevância à família extensa com a presença de pais, sogros, irmãos... Destaca ainda a preferência ao trabalho autônomo, desempenhado individualmente, e também ao trabalho enquanto uma função de manter a família com o fim de honrar a Deus, atribuindo aos ditos ateus maior responsabilidade à desordem social.

A autora constata “a orientação ativista partilhada, ao invés, mais pelos italianos que pelos alemães, é, todavia, partilhada em medida maior pelos ‘religiosos’ e pelos ‘praticantes’, a respeito, respectivamente, aos não religiosos e aos não praticantes” (2005, p. 201). É interessante observar que essa força ‘ativista’ da religiosidade marca a organização social da região em toda a sua história por imensas formas organizativas integradas às igrejas. Por isso, a necessidade de investigar, na trajetória de vida das mulheres eleitas em Caxias do Sul, se há vínculo da vida ativista com a prática da sua religiosidade.

Ao mesmo tempo em que a força da religiosidade é conduzida pela presença masculina (pai, padre...), fortalecendo, portanto, uma relação de dominação sobre o feminino, é também na organização da prática da religiosidade católica que se constituem inúmeras organizações comunitárias de origem religiosa, desde a escola, hospitais, universidades, enquanto uma prática da solidariedade social. Por outro lado, mesmo sendo mais ativistas que os luteranos, os católicos atribuem aos ricos e aos políticos a maior causa do desemprego e da inflação, junto com os ateus. Ao mesmo tempo, observavam que os investimentos do desenvolvimento econômico são feitos pelo estímulo da produção individual de empreendedores.

Essa contradição entre o individual e o coletivo foi constituindo a sociedade local. Inclusive dentro das igrejas, o melhor pároco era um bom empreendedor que viabilizava construção da capela, do campanário e, quanto mais imponente, revelava um pouco a expressão de como Deus havia sido generoso, compensando o resultado do trabalho dos moradores da localidade. Para exemplificar, na lista 50 bens tombados como patrimônio histórico e cultural de Caxias do Sul, estão cinco capelas e um capitel. São eles (DIPPAHC, 2019): 1) Capitel de Mariana, de 1881 (bairro Santa Catarina); 2) Capela de Nossa Senhora do Rosário, de 1931 (em Mato Queimado); 3) Capela de São Roque (antiga Capela de Vila Oliva que, hoje, se encontra no distrito de Fazenda Souza), que foi construída em 1936 e remontada em 1948, em São Roque; 4) Capela Santo Sepulcro, de 1937 (Avenida Júlio de Castilhos, bairro Nossa Senhora de Lourdes); 5) Capela de Santa Lúcia, de 1914 (Rua Jacob Luchesi, bairro Santa Lúcia); e 6) Capela da Beata Virgem Maria da Rocca, de 1892 (VI Léguas – Travessão Hermínia).

Verifica-se que, embora a representação vista nesses ícones religiosos seja de referência a mulheres e mesmo sendo a população feminina que têm mantido a catequese, a liturgia, a cozinha e os serviços das comunidades católicas, o feminino acaba subalterno e o masculino é o condutor da liderança e do poder institucional.

A religiosidade enquanto estruturante da cultura ajuda a entender, como diz Herédia (2005, p. 240), o modelo de desenvolvimento social e de crescimento econômico. É esse modelo que também influencia peculiaridades e específicas identidades culturais.

A força da religiosidade na vida social é também observada por Lerner⁵³ (1990). A historiadora afirma que a religião serviu à opressão das mulheres, mostrando relações entre patriarcado e gênero:

[...] a bênção divina sobre a semente do varão, que seria plantada no receptáculo passivo que era o útero feminino definia de modo simbólico as relações entre gênero, patriarcado e religiosidade. Na religiosidade monoteísta se deu e se dá a desvalorização simbólica da figura feminina como divindade frente à masculina, bem como dá à mulher o papel de queda do paraíso na figura de Eva e da redenção por Maria, mãe de Jesus. Esse simbolismo religioso é a base da civilização ocidental.

Esta força simbólica também está presente na vida local e pode ser confirmada pela representação simbólica do número de templos, igrejas e capitéis feitos pelos imigrantes. Depois da casa, a primeira construção coletiva nas comunidades não eram escolas e, sim, igrejas. E as famílias com maiores condições faziam seu próprio capitel de frente às suas terras, com devoção aos santos da região da Europa de onde provinham (FORMOLO, 1998).

Ao rever o papel social da mulher dentre os imigrantes e seus descendentes na região, o resultado mostrado no quadro anterior é considerado uma ação relativamente grave não educar os filhos nos valores religiosos. Esse papel cabia fundamentalmente à mulher, mas que reproduzia a visão religiosa patriarcal que estrutura a igreja.

Segundo Lerner, no que se refere às “teologias judaico-cristãs e à tradução jurídica em que se levanta a civilização ocidental, os homens têm explicado o mundo com seus próprios termos e têm definido quais eram as questões de importância para converter-se assim no centro do discurso” (1990, p. 319).

A relação de ideologia do patriarcado se fortalece nessa visão de uma religiosidade onde o paradigma é o homem. Marcela Lagarde⁵⁴ (1955) reafirma o patriarcado como “uma ordem de poder, um modo de dominação, cujo paradigma é o homem. Está baseado na supremacia dos homens e do masculino sobre a inferioridade das mulheres e do feminino. É, em si mesma, uma ordem de domínio de uns sobre os outros e da alienação entre as mulheres” (p. 13).

Eva Torres, em sua tese, utiliza Michel Foucault, usando o livro *Miscrofísica do Poder*, para interpretar as dimensões do patriarcado: a da macro e das microestruturas, enquanto uma organização social complexa formadora de sujeitos sociais de instituições.

⁵³ **Guerda Lerner** (1920-2013) é historiadora, escritora e professora. Considerada docente emérita de História da Universidade de Wisconsin–Madison, foi acadêmica visitante da Universidade Duke.

⁵⁴ **Marcela Lagarde** é antropóloga e feminista mexicana.

A macroestrutura está ligada à ideologia, ou seja, à concepção patriarcal que está presente nas instituições que legitimam e naturalizam a subordinação, a discriminação e a opressão das mulheres. “Isto é, naquelas instituições sociais que tem uma ampla capacidade e recursos para socializar grandes grupos humanos através da criação e difusão dos códigos de gênero” (TORRES, 2015, p. 108).

A outra dimensão de análise é a da microestrutura patriarcal, que se dá na forma em que vivemos o mundo social, e a experiência cotidiana determinada pela macroestrutura patriarcal e assim se conduzindo de geração em geração, acontecendo nas diversas relações sociais, sejam intra ou intergenéricas. Podem ser vividas na família, no trabalho, nas relações eróticas afetivas, na sexualidade, na subjetividade, na moral individual e coletiva.

Essa identificação do patriarcado nas estruturas institucionais e na experiência social, na história da humanidade em diferentes tempos e sociedades diversas, também se manifesta nas instituições locais e nas experiências sociais vividas pelos imigrantes a partir da cultura que consigo trouxeram e nas novas relações constituídas na vida em sociedade que foram criando nas regiões da Serra gaúcha, incluindo Caxias do Sul.

É possível compreender por que tantas mulheres não são consideradas “sujeitas históricas” nesse contexto local. E por que tão poucas saíram do espaço privado, da microestrutura, para atuar no poder público, em mandatos eletivos.

Nós, que chegamos lá, o que fizemos, em que acreditamos para ultrapassar os limites da experiência patriarcal vivida? O que nos moveu, quais os acontecimentos marcantes na construção histórica de nossas vidas que contribuiriam para fazermos essa ruptura?

Essas indagações alargam a dimensão dos problemas das relações locais, fundadas na ideologia do patriarcado, ao mesmo tempo em que nos ajudam a entender a complexidade dos elementos invisíveis, que fortalecem a invisibilidade e o não reconhecimento das mulheres na sociedade.

As estatísticas mostram que as taxas de crescimento populacional, no Brasil, tem sido maior entre as mulheres totalizando 51% em Caxias, 51% no Estado do RS e 51%, em território brasileiro. A quantidade populacional ou a densidade demográfica de mulheres, todavia, não nos dá por si só condição de visibilidade e reconhecimento. Há entre as ideologias uma dominante, invisível em si mesma, mas que se expressa na prática das relações interpessoais e interinstitucionais, que é o patriarcado. Mesmo dentro dessas relações de dominação, opressão, subordinação, obediência, muitas mulheres, aqui e no mundo, rompem essas amarras, constroem seu espaço de autonomia e liberdade e cumprem um papel de sujeito histórico.

Entre as mulheres que saíram do mundo privado ao público, há as que trabalharam ou trabalham na ruptura deste modelo de sociedade e outras passaram do mundo privado para o público no compromisso de dar continuidade do seu papel social do espaço privado. Isso ocorreu entre mulheres do mundo rural e urbano, operárias ou empresárias, nas congregações religiosas ou na política partidária, como já foi anteriormente afirmado pelas pesquisas realizadas.

Neste estudo, o foco de análise está no tema das mulheres na política partidária e nos mandatos eletivos a que as eleitas se ocuparam. É instigador entender por que tão poucas ultrapassam a barreira do privado para o público, passando por processos eleitorais. Mesmo depois que a legislação eleitoral exigiu que, para os parlamentos, nas três esferas de Estado, deve-se cumprir uma cota de, no mínimo, 30% de candidatas mulheres, pequeno foi o avanço do número de eleitas. A ausência feminina teria um caráter mais de natureza pessoal, familiar, formação e atuação profissional, relações sociais, econômicas e culturais? A questão é complexa, muitas são as variáveis e suas redes de conexões para explicitar essas dúvidas.

Em entrevista para esta tese, o jornalista e escritor Guiomar Chies, que por anos acompanhou a desenvoltura de mandatos políticos na Câmara Municipal de Caxias do Sul e ter condensado muitas informações referentes aos mandatos em *Os poderes fazem história*, avalia que estabelecer cota de vagas para mulheres não é caminho suficiente para superar as desigualdades. “É preciso que não haja o envolvimento a cabresto de uma lei, mas, através da motivação, da convicção e da participação das pessoas na busca de espaços. Não só na busca de espaço para depois conquistar o poder, mas na busca de espaço por trabalho” (CHIES, 2016).

O voto feminino é uma lei recente, obtida a partir da década de 1930 (1932), e há todo o histórico nacional que prejudicou o desenvolvimento do voto feminino no país. Além do que, acrescenta Chies, na região de Caxias do Sul, a política partidária e nas instituições públicas sempre foi envolvida com conflitos muito sérios que afastaram as mulheres dessa atividade. Ao citar a intensidade desses conflitos, o entrevistado mencionou que, em locais caxienses como na Estação Férrea (bairro São Pelegrino) e em Ana Rech (bairro), existiam os chamados “Cantos da Degola”, espaços em que pessoas eram assassinadas em razão de disputas políticas, principalmente entre borgistas, que defendiam o então presidente do Estado, Borges de Medeiros, e assististas, que apoiavam o político Assis Brasil, o qual tentava tirar Borges do poder.

Mas, efetivamente, por que mulheres nem sempre conseguem chegar a espaços eletivos de poder político-partidário em Caxias do Sul e nas outras esferas? Por que poucas enfrentam esses desafios? Será que todas as que chegam aos mandatos fazem deles espaços de

constituição de justiça às mulheres e de fortalecimento do ethos feminino nas instituições? Observando o cenário caxiense, por que a maioria das eleitas é composta de professoras e todas atuaram na educação formal ou educação popular?

Entre tantas indagações possíveis, temos de dar direção e fazer escolhas. Um desses questionamentos passou a me inquietar significativamente a ponto de se transformar na questão central deste estudo. Ou seja, é um problema que move minha curiosidade epistemológica e assim se configura:

Quais os acontecimentos que constituíram a trajetória das mulheres eleitas em Caxias do Sul, desde a esfera familiar ao reconhecimento na vida pública e no exercício de seus mandatos, no período de 1960 a 2014?

Entendemos que o problema deste estudo faz parte de um processo de pesquisa que busca, na teoria e no método, a possibilidade de explicitar as disposições de crer e agir e a luta pelo justo reconhecimento da trajetória das mulheres sujeitas pesquisadas. Problema, teoria e método são partes de um processo em que um define o outro no percurso de investigação.

Dentre as várias concepções teóricas possíveis para fundamentarem a análise proposta nesta pesquisa, optamos pelas ideias de algumas autoras e autores, deixando de lado outras e outros, a fim de limitar a própria investigação. Por isso, acreditamos que não há neutralidade do pesquisador no sentido da escolha, afinal, “[...] não vemos as coisas como elas são, nós as vemos como nós somos” (Anais Nin⁵⁵).

Assim, para este estudo, entre os conceitos que compõem o problema, destacamos “acontecimentos” como sendo os elementos prioritários que levaram cada uma das mulheres a terem em sua trajetória marcas próprias e fortes da luta em que se envolveram. Significa, também, a vivência de cada mulher desde a sua construção na família, na escola, na igreja, na vida profissional, nos partidos e nos movimentos sociais, passando pelo processo eleitoral até o exercício em cargos eletivos. Nesse sentido, é Bourdieu (1996, p. 189) que nos auxilia no conceito de trajetória como “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir”, sujeito a constantes transformações. Para esclarecer a necessidade de pensar as histórias de vida como um sequência de acontecimentos, o autor observa:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem

⁵⁵ **Anais Nin** (1903 - 1977) foi uma escritora francesa de ideias feministas.

levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 1996, p. 189-190).

É na conexão de fatos que a vida acontece e não isoladamente. Por isso, na pergunta-problema acima mencionada, o verbo “constituir” vem conjugado em terceira pessoa do plural, trazendo um sentido de construção, que se faz interligada aos acontecimentos particulares e coletivos. O conjunto desses acontecimentos é que forma a vida (BOURDIEU, 1996, p. 183) e contribui para o reconhecimento e a distribuição acontecerem.

Fraser (2006, p. 233) explica que as lutas de reconhecimento costumam chamar a atenção para a especificidade de algum grupo, destacando seu valor. Assim, tendem a promover a diferenciação do grupo. Já as lutas de redistribuição, esclarece a autora, procuram abolir os arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo, tendendo a promover a desdiferenciação do grupo.

“O resultado é que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem ter com frequência objetivos mutuamente contraditórios. [...] os dois tipos de luta estão em tensão; um pode interferir no outro, ou mesmo agir contra o outro” (FRASER, 2006, p. 233). É o dilema da redistribuição-reconhecimento, acrescenta a filósofa, ressaltando, paradoxalmente, que os sujeitos à injustiça cultural e à injustiça econômica precisam de reconhecimento e redistribuição: “Necessitam de ambos para reivindicar e negar sua especificidade” (FRASER, 2006, p. 233).

Nessa linha, Fraser constata que a justiça, hoje, exige tanto redistribuição como reconhecimento (FRASER, 2006, p. 231). Tratando-se das questões de gênero, a autora considera seu caráter bivalente como fonte de um dilema. “Uma vez que as mulheres sofrem, no mínimo, de dois tipos de injustiça analiticamente distintos, elas necessariamente precisam, no mínimo, de dois tipos de remédios analiticamente distintos: redistribuição e reconhecimento”, avalia (FRASER, 2006, p. 235).

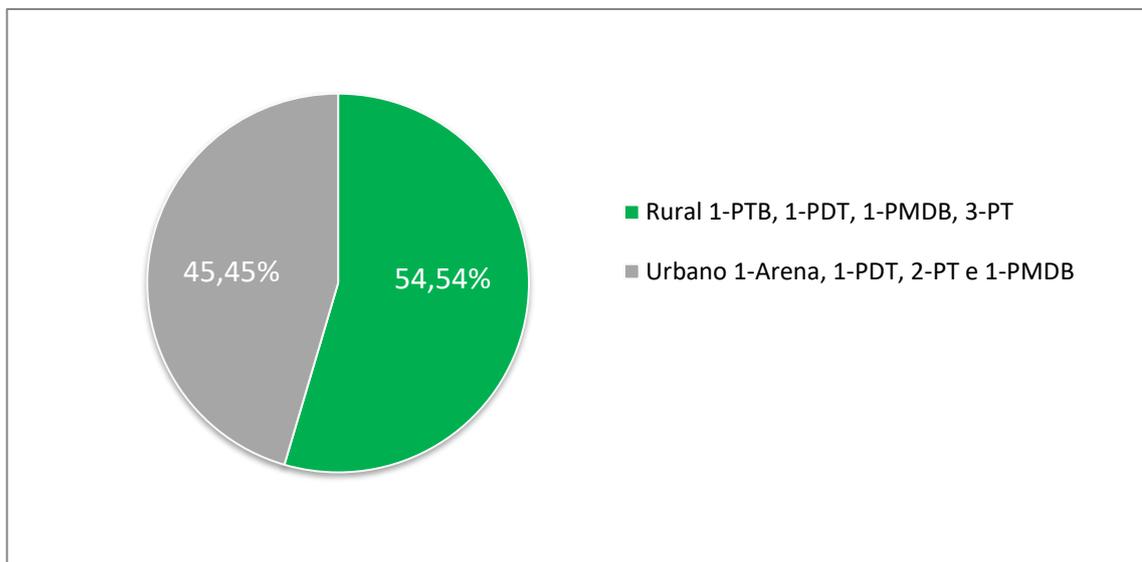
Como podemos entender a relação entre redistribuição e reconhecimento se a maioria provém de grupos sociais não pertencentes à elite econômica? Foi o fato de serem professoras e/ou educadora popular o mais determinante para o seu reconhecimento? O desejo de superação da sua própria condição social, com sua indignação perante as desigualdades, foi um estímulo para integrar-se a lutas sociais em busca da justiça, do bem comum?

Pelas condições socioeconômicas das famílias das mulheres eleitas, não pertenciam a uma classe social com uma condição de redistribuição de capital e renda que lhes permitisse justificar ser maior do que o reconhecimento de seu engajamento na luta social com vistas a uma sociedade mais justa. O sentimento vivido de injustiça na redistribuição foi um elemento

estimulador para participação em lutas organizadas buscando o reconhecimento das desigualdades e o engajamento numa luta pela redistribuição e maior igualdade entre todos na sociedade.

A condição de classe é de média a inferior, pois a maioria das mulheres eleitas provém do meio rural e pertencentes a famílias economicamente classificadas no quadro de agricultura familiar⁵⁶. E a parte que tem sua origem na zona urbana também provém de famílias economicamente pertencentes à classe média baixa.

Gráfico 12 – Local de nascimento das eleitas – Rural e Urbano



Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

⁵⁶ “A agricultura familiar é uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias no meio rural, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar. Na legislação brasileira, a agricultura familiar é uma atividade econômica prevista na lei nº 11.326/2004. Conforme a lei, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. A identidade da agricultura familiar brasileira tem uma relação diferente com a terra, uma relação mais próxima devido à tradição familiar. No país, a maioria dos municípios possui menos de 20 mil habitantes e a agricultura familiar faz parte da cultura local e corresponde à base econômica de 90% desses municípios. Mais de 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, que utilizam a terra para a agricultura familiar, ocupando uma área total de aproximadamente 80 milhões de hectares. O segmento da agricultura familiar é integrado por assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, piscicultores, silvicultores, extrativistas, entre outros. A identificação da agricultura familiar, para fins de acesso às políticas públicas, se dá pela obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). De posse da DAP, o agricultor familiar comprova a sua inserção do meio rural, com a declaração descritiva da propriedade e/ou suas atividades econômicas. A DAP permite o reconhecimento do agricultor familiar enquanto ator econômico que desenvolve atividade produtiva no campo. Em 2018 já são 4.366.267 milhões de agricultores familiares com DAP ativa e 6.209 organizações de agricultura familiar com DAP”. Fonte: Ministério da Agricultura - Site: <http://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/o-que-e-a-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 out. 2020.

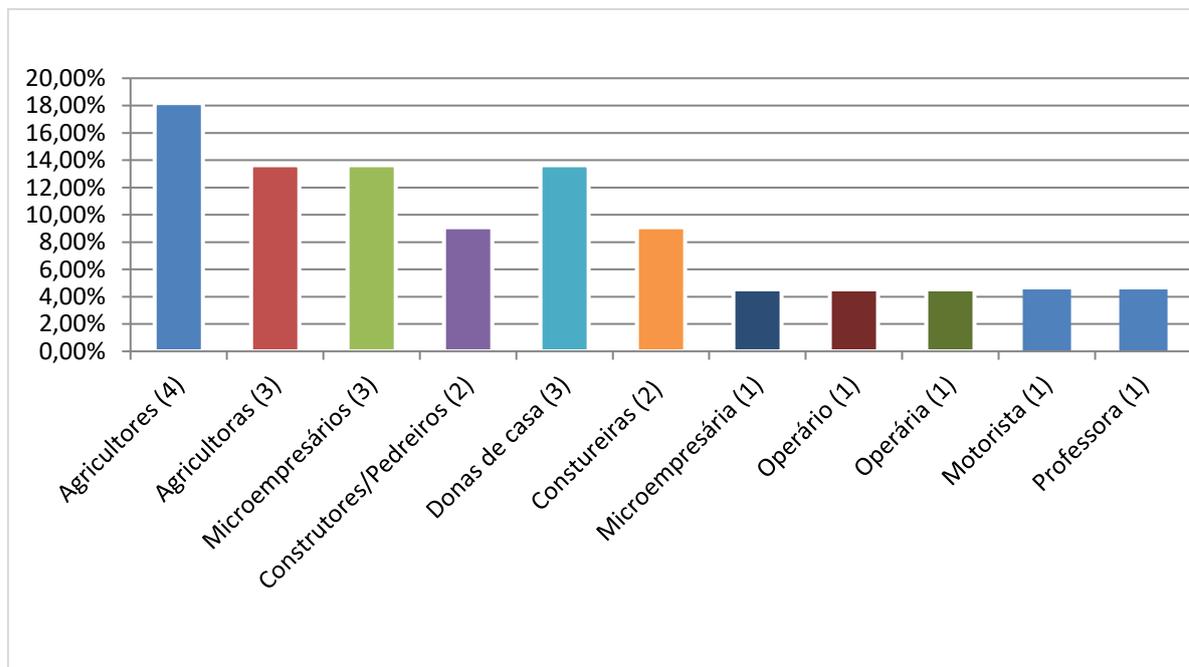
O local de nascimento das eleitas é 54,54% na área rural, ficando, para a área urbana, 45,45%. Destacamos que o PTB, o PDT e o PMDB, juntos, têm três mulheres de origem rural, mesmo número que o PT. A origem urbana das mulheres eleitas também está distribuída entre os partidos sendo Arena, PMDB e PDT com uma representante e o PT com duas.

A predominância da origem das mulheres eleitas na área rural pode ser um indicador de diferenças no perfil constitutivo de cada uma. A estrutura e o cotidiano da vida familiar, a força da religiosidade, o tipo de organização comunitária e religiosa, a relação com a natureza, a forma de sobrevivência advinda da produção na terra constituem relações e significados diferentes da vida no mundo urbano.

Parece que as mulheres que nasceram na área rural tiveram que enfrentar muito mais lutas para conseguir condições de redistribuição e estudarem na cidade, fazendo desta também uma luta para a afirmação da força do conhecimento para o reconhecimento social.

Estes elementos serão aprofundados na trajetória de vida de cada uma das eleitas nos próximos capítulos.

Gráfico 13 – Profissão do pai e da mãe



Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

É possível identificar que a profissão do pai e da mãe tem predominância na área agrícola, já que a maioria das eleitas tem sua origem vinculada à vida da família junto à produção na terra. Sendo pais agricultores, 18,18%, e mães agricultoras, 13,63%.

Apenas um pai e uma mãe são operários, o equivalente a 4,54%. Todas as demais são atuações profissionais autônomas, como construtor, costureira, motorista, professora. Dois pais que aparecem como construtores/pedreiros (9,09%), três microempresários (13,63%) e uma mãe microempresária (4,54%) são considerados pequenos empreendedores. Três mães intitulam-se donas de casa, correspondendo a 13,63%.

É possível identificar que a grande maioria das profissões e/ou ocupações no mundo do trabalho do pai e da mãe das eleitas não tinha exigência de alta escolaridade. Dentre as profissões e/ou ocupações, apenas uma mãe era professora, vivendo no meio urbano.

A caracterização dessas profissões/ocupações está na sua maioria entre a população economicamente ativa de classe baixa e/ou classe média baixa. Parece necessário indagar: as mulheres eleitas passaram por dificuldades socioeconômicas, especialmente as que moravam no interior e queriam estudar e, criaram o desejo de superação, emancipação, autonomia, que as levaram a buscar uma condição de trabalho e vida diferente da dos seus pais?

3 MULHERES EM MANDATOS PÚBLICOS: CONDIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

A trajetória teórica auxilia para explicitar conceitos e práticas, numa visão de sujeitas educadoras na história e na política partidária. Entre os eixos conceituais que orientaram a condução da pesquisa, estão: 1) As mulheres eleitas por Caxias do Sul e suas respectivas trajetórias; 2) A política como direção de escolha; 3) O reconhecimento no caminho da justiça social e a participação feminina; 4) Os fundamentos para a interpretação sobre as disposições de crer e agir das mulheres sujeitas da pesquisa; 5) A hora da ruptura, da liberdade, da emancipação e da autonomia que as levaram à vida pública. Além desses eixos, outros aspectos transversais a eles receberam a atenção nas análises.

O ponto de partida sobre a vida das eleitas é o acervo de entrevistas que elas ou seus familiares e amigos concederam ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). Na política como direção de escolha, Freire (1996), Arendt (1998) e Ricoeur (2004) contribuem com sua reflexão e articulação teórica. Fraser (2006), Torres (2015) e Honnet (2017) deixam mais clara a noção de reconhecimento. Já Butler (2018) ajuda a compreender as questões de gênero e do feminismo no cotidiano atual. Especificamente a respeito de participação, as reflexões que nos orientam são de Fraser (2002; 2007) e Freire (2001).

Como serão envolvidos conceitos e práticas de destaque neste capítulo, desde já, trazemos considerações desses três últimos autores em torno da participação. Freire (2002, p. 10) associa suas reflexões à atuação docente. Por isso, diz que a participação, “enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania se acha em relação direta, necessária, com a prática educativo-progressista, se os educadores e educadoras que a realizam são coerentes com seu discurso”. Além disso, o autor pontua que, para a participação acontecer, as estruturas precisam ser leves e menos burocratizantes. Sem essa condição, advinda de uma transformação, as estruturas “terminam por nos perfilar à sua maneira” e, portanto, não há como pensar em participação das camadas populares. “A democracia demanda estruturas democratizantes e não estruturas inibidoras da presença participativa da sociedade civil no comando da res-pública”, afirma Freire (2001, p. 7).

Fraser defende a paridade de participação e sustenta que é possível demonstrar que “uma sociedade cujas normas institucionalizadas impedem a paridade de participação é injusta mesmo que ela não inflija danos psíquicos àqueles que ela subordina”(FRASER, 2007, p. 114). E a autora deixa claro seu entendimento a respeito de paridade:

significa a condição de ser um par, de se estar em igual condição com os outros, de estar partindo do mesmo lugar. Eu deixo em aberto a pergunta de até que grau ou nível de igualdade é necessário para assegurar tal paridade. Na minha formulação, além disso, o requerimento moral é que aos membros da sociedade seja garantida a possibilidade de paridade, se e quando eles escolherem participar em uma dada atividade ou interação. Não há nenhuma solicitação para que todos realmente participem em qualquer atividade (FRASER, 2007, p. 118).

Fraser prossegue em seu raciocínio para esclarecer que há condições necessárias para a paridade de participação, que são tanto a condição objetiva quanto a condição intersubjetiva. Sozinhas não são suficientes, alerta Fraser, ao detalhar como se processam. De acordo com a teórica, a condição objetiva tem como foco “preocupações tradicionalmente associadas com a teoria da justiça distributiva, especialmente preocupações relacionadas à estrutura econômica da sociedade e às diferenciações de classes economicamente definidas” (FRASER, 2002, p. 118). Já a condição intersubjetiva centra atenção em preocupações abordadas pela filosofia do reconhecimento, como as relacionadas à ordem de status da sociedade, e às hierarquias de status culturalmente definidas.

Nesse sentido, enfatiza a autora, com uma concepção ampla da justiça, orientada pela paridade participativa, “inclui tanto redistribuição quanto reconhecimento, sem reduzir um ao outro”(FRASER, 2007, p. 120). Entretanto, ela salienta que não é fácil combinar redistribuição e reconhecimento porque exige que se submetam as duas dimensões de justiça a uma medida normativa comum, a qual propõe ser justamente a paridade de participação.

São necessárias pelo menos duas condições para que a paridade participativa seja possível. Primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e “voz” dos participantes. Esta condição impede a existência de formas e níveis de dependência e desigualdade econômicas que constituem obstáculos à paridade de participação. Estão excluídos, portanto, arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as flagrantes disparidades de riqueza, rendimento e tempo de lazer que negam a alguns os meios e as oportunidades de interagir com outros como pares. Em contraponto, a segunda condição para a paridade participativa requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social. Esta condição exclui padrões institucionalizados de valor que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as características a elas associadas. Portanto, excluem-se padrões institucionalizados de valor que negam a alguns o estatuto de parceiros plenos nas interações – quer ao imputar-lhes a carga de uma “diferença” excessiva, quer ao não reconhecer a sua particularidade (FRASER, 2002, p. 12-13).

Na ótica da filósofa, a paridade de participação é possível e deveria ser aplicada a toda a vida social. Nesse sentido, reflete que a justiça requereria paridade de participação numa multiplicidade de contextos de interação, como mercados de trabalho, relações sexuais, vida familiar, esfera pública e associações voluntárias da sociedade civil. Entretanto, apresenta “significados diferentes em cada um desses contextos[...]. No mercado de trabalho o seu sentido é qualitativamente diferente da participação nas relações sexuais ou na sociedade civil. Portanto, o significado de paridade deve ser ajustado ao tipo de participação em questão”, orienta Fraser (2002, p. 18-19)

O sociólogo italiano Giovanni Montironi⁵⁷ (2004 apud FORMOLO; NÚÑEZ, 2007, p. 5) defende a participação como instrumento transformador e a partir dos pobres e excluídos. Para isso, apresenta uma proposta metodológica que avaliamos como oportuna para o contexto brasileiro. Ela se caracteriza por um modelo estrutural preferencial em que a constituição de redes é a modalidade organizacional principal de cada atividade que pretende valorizar numerosos sujeitos diferentes.

É uma metodologia que se expressa em quatro pilares: participação, negociação, autodiagnóstico e trabalho com projetos:

1) A participação representa a aceitação de responsabilidade social ou coletiva em relação à própria terra ou destino;

2) A negociação dá-se horizontalmente entre os sujeitos de mesmo nível organizacional quanto vertical entre sujeitos de níveis diferentes. Termina com a formulação de acordos formais;

3) O autodiagnóstico é o pilar e que os sujeitos desenham as linhas do próprio crescimento. Aqui, a consciência se organiza e "toma competência dos vínculos", explica o autor;

4) O trabalhar por projetos é a modalidade técnico-organizacional das fases da ideação e da atuação. Garante o rigor dos processos e o emprego dos meios e recursos.

Eis uma sistemática que se apresenta oportuna, tendo em vista que modelos semelhantes foram aplicados, através do chamado Orçamento Participativo (OP), em governos petistas, a exemplo da prefeitura de Porto Alegre, no período de 1989 a 2005, e a de Caxias do Sul, de 1997 a 2004; e do comando do Rio Grande do Sul (1999 a 2002 e 2011 a 2014). O OP é um modelo de participação que serviu e serve de referência a muitas cidades e nações, além de ser fonte de estudos acadêmicos e de debates. Conforme Formolo e Núñez (2007, p. 6), no

⁵⁷ Giovanni Montironi é sociólogo italiano (2014).

campo político, uma gestão pública com participação popular organizada com vários instrumentos “tem no OP o mais relevante, pois interfere no destino do orçamento público, na conquista e exercícios de direitos e organiza as lutas territoriais e as conquistas temáticas numa visão de planejamento participativo”.

3.1 A POLÍTICA COMO A DIREÇÃO DADA A NOSSAS ESCOLHAS

As linhas postas por Bertold Brecht⁵⁸, no poema intitulado “O analfabeto político”, que registramos aqui, converge com a discussão proposta neste capítulo, a qual referencia a política como uma direção dada à escolha. Eis o texto: O pior analfabeto//É o analfabeto político,//Ele não ouve, não fala,// nem participa dos acontecimentos políticos.//Ele não sabe que o custo de vida,//o preço do feijão, do peixe, da farinha,//do aluguel, do sapato e do remédio /dependem das decisões políticas.// O analfabeto político//é tão burro que se orgulha//e estufa o peito dizendo//que odeia a política.//Não sabe o imbecil que,// da sua ignorância política.//nasce a prostituta, o menor abandonado,// e o pior de todos os bandidos,//que é o político vigarista,//pilantra, corrupto e o lacaio//das empresas nacionais e multinacionais.

Ao pesquisar o conceito de “política”, depois de tantos anos de experiência em mandatos e lutas sociais, senti a necessidade de contribuir, encontrando uma forma de, com outras palavras, reconstituir um sentido a ela. As leituras de Ricoeur (1968) em torno do reconhecimento me inspiram a reinterpretar “política”, seguindo seus procedimentos de análise semântica. Temos a pretensão de buscar um sentido à política em palavras simples e significativas que permitam descortinar a naturalização da ação política conservadora, que não parece política partidária, e dominadora como sendo o caminho certo e justo a ser constituído pela maioria na sociedade.

O *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Hamilcar de Garcia, traz, entre as tantas definições de política, a direção dada pelo indivíduo, pelo governo, pela sociedade, pela civilidade. Em outras palavras, é dar a algo a direção, um sentido; é “opção na escolha, posição na escolha”.

Queremos evidenciar a política como direção de escolha numa visão dialética. Essa direção de escolha serve para situarmos o que é política na tese, antítese e síntese. Permite

⁵⁸ Bertolt Brecht (1898-1956), poeta e dramaturgo de esquerda alemão, nasceu em 10 de fevereiro de 1898. Entre suas publicações, estão os livros *Vida de Galileu Galilei* e *Terror e miséria do Terceiro Reich*. Um dos poemas de sua autoria mais conhecidos é “O analfabeto político”, mencionado acima e que extraímos da Revista Fórum, em matéria disponível neste link: <https://revistaforum.com.br/noticias/119-anos-de-brecht-e-o-analfabeto-politico-continua-a-existir/>

explicitar a direção de escolha (como política) quando falamos direita e esquerda, conservadora e transformadora. A neutralidade também tem direção de escolha. Sempre se está a serviço de alguém ou de algo, como realça Freire (1984). Conforme o autor, no ato político, uma das questões fundamentais é ter conhecimento da intencionalidade e da diretividade do que se almeja. É preciso saber “[...] a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, desenvolvemos a atividade política” (FREIRE, 1984, p. 27), já que qualquer ação que realizamos tem “direção de escolha”. Ou seja: é sempre uma ação política.

Está presente no conceito de política a ampla dimensão da expressão “direção de escolha” para manter a divisão social em classes, segmentos étnicos, dominadores e oprimidos, concentração de renda, exclusão social. Também está presente no conceito de política a ampla dimensão da expressão “direção de escolha” para uma prática social e educativa, econômica, cultural, transformadora, buscando reconhecer as diferenças, a redistribuição de bens, o direito à inclusão e ao exercício de direitos a todos e a todas. A exigência da democracia, da participação e da liberdade, enquanto composição de uma ética não neutra, conforme Paulo Freire (2000), é pressuposto para a transformação da realidade.

Não raras vezes, o conceito da direção de escolha é visto no seguinte sentido: quando a prática social e educativa transformadora é uma prática encharcada de política, é uma prática de esquerda, comunista, partidarizada. A direção de escolha de conservar e aperfeiçoar o projeto neoliberal globalizado e imperialista parece ser neutra e aceita, parece não gerar conflitos e, por isso, parece não ter compromisso partidário e nem com o sistema capitalista e, mais do que tudo, parece justa. A visão da direção de escolha conservadora e opressora está neutralizada e naturalizada nas relações dominantes na sociedade e aparece, em grande parte da sociedade e também nas escolas, universidades, como escolha verdadeira, harmoniosa para com uma sociedade justa, com ordem e progresso.

Em ambas as direções de escolha – democrática ou totalitária (fascista, nazista, ou fatalista...), libertadora ou opressora, entre tantas outras –, há uma exigência de comprometimento da escolha, mas existe uma diferença de efeito das ações escolhidas. Uma incluem e libertam e outras excluem e desumanizam.

Muitos conceitos em torno da política foram sendo construídos atrelados a diferentes épocas, com enfoque a distintas áreas (filosofia, sociologia, antropologia...), estando presentes no individual e no coletivo, envolvendo o público, o privado, o poder e o Estado. Bobbio⁵⁹

⁵⁹ **Norberto Bobbio** (1989-2004) foi um estudioso da teoria política. Formado em filosofia e em direito, também atuou como professor universitário e jornalista. Importante intelectual italiano, deixou sua contribuição ao dissertar sobre a democracia e os direitos humanos.

(1998) destaca que a *Política*, de Aristóteles, deve ser considerada o primeiro tratado sobre a natureza, as funções e as divisões do Estado e sobre as várias formas de governo, com a significação mais comum de arte ou ciência de governo. O autor observa que, durante séculos, obras foram dedicadas ao estudo dessa esfera da atividade humana referindo-a às coisas de Estado.

Na época moderna, ressaltava Bobbio, o termo perdeu seu significado, sendo substituído por expressões como “ciência do Estado, doutrina do Estado, ciência política, filosofia política”, tendo como sujeitos ou objetos a polis e o Estado. Com o passar do tempo, foi entendida por atos como ordenar ou proibir, em grupos sociais, territórios, transferindo recursos de um setor da sociedade para outro, caracterizando a derrubada ou assunção de poder estatal (BOBBIO, 1998, p. 954). Citado por Bobbio, Croce (1925) trata o tema da atividade política como “elementos da filosofia política”. Entretanto, talvez não poderia ser compreendido da mesma forma como são os elementos para a história da física, da estética, da ética.

Embora o entendimento em torno da política venha sofrendo alterações, demonstrando que um conceito também se dinamiza e se adequa às fases da sociedade, Bobbio (1998, p. 957) explica que a política:

não tem fins perpetuamente estabelecidos e muito menos um fim que os compreenda a todos e que possa ser considerado como o seu verdadeiro fim: os fins da política são tantos quantos são as metas que um grupo organizado propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias (BOBBIO, 1998, p. 957).

Ao examinar as definições teleológicas (*argumento/explicação que relaciona um fato a uma causa*) tradicionais da política, o filósofo e historiador italiano verifica que não traz uma interpretação mais concreta sobre a palavra “política”, mas indicam como deveria ser para se ter uma boa política. Diante disso, vale o questionamento: se uma classe política oprime, ou seja, propaga uma má política, também não estaria fazendo política? Nesse contexto, entre outros teóricos, Bobbio busca no médico e psicólogo austríaco Sigmund Freud alguns fundamentos e traz a ligação dos conflitos, do poder e da força, ou seja, da guerra, à perspectiva política. Conforme ele, a relação amigo-inimigo está quase abraçada à prática política. Daí, a associação a adversários, a dicotomias e a antagonismos.

Por conta de tal oposição, sugerindo, por exemplo, que quaisquer universos possam estar imbuídos do fazer político, de uma intencionalidade, pode-se contrapor à ideia de Arendt (1998), de que a política implica liberdade. Num governo ditatorial, as liberdades são cerceadas, porém, quem age nele, age a partir de decisões políticas. Isto é: assume uma direção de escolha,

mesmo que não seja democrática ou não atenda aos anseios da maioria dos cidadãos de dada sociedade.

O poder coercitivo que, se por muito tempo esteve atrelado à política de Estado, por outro lado, pode também ser questionado em termos de eficácia, comenta o filósofo italiano. Ao discorrer sobre o político e o social, Bobbio constata que, por longo tempo, se coincidiram. Conforme ele, o tema fundamental da filosofia política moderna é o tema dos limites, umas vezes mais restritos, outras vezes mais amplos, seja sob influência do Estado como organização da esfera política, seja em relação à sociedade religiosa, seja em relação à sociedade civil (entendida como sociedade burguesa ou dos privados). Para essa reflexão, Bobbio traz a teoria política de Hobbes (1979), articulada em torno de três conceitos:

Estas partes são assim denominadas: libertas, potestas, religio. O problema fundamental do Estado e, por conseguinte, da Política é, para Hobbes, o problema das relações entre a potestas simbolizada no grande Leviatã, por um lado, e a libertas e a religio, por outro: a libertas designa o espaço das relações naturais, onde se desenvolve a atividade econômica dos indivíduos, estimulada pela incessante disputa pela posse dos bens materiais, o Estado de natureza (interpretado recentemente como prefiguração da sociedade de mercado); a religio indica o espaço reservado à formação e expansão da vida espiritual, cuja concretização histórica se dá na instituição da Igreja, isto é, numa sociedade que, por sua natureza, se distingue da sociedade política e não pode ser com ela confundida. Relacionados com esta dupla delimitação dos confins da Política, surgem na filosofia política moderna dois tipos ideais de Estado: o Estado absoluto e o Estado liberal, aquele com tendência a estender, este com tendência a limitar a própria ingerência em relação à sociedade econômica e à sociedade religiosa (BOBBIO, 1998, p. 970).

Seguindo o seu raciocínio em relação à política, Bobbio percebe que, na filosofia política do século XIX, ocorreu um avanço do processo de emancipação da sociedade quanto ao Estado. Nesse âmbito, o desaparecimento do Estado chegou a ser aventado, sugerindo o fim da política por causa da absorção do político pelo social.

De acordo com o estudioso italiano, tal fim da política não significa fim de uma sociedade “para cuja coesão sejam indispensáveis as relações de poder político” fundadas no uso da força. Também não significa o término da organização social. “Significa, pura e simplesmente, fim daquela forma de organização social que se rege pelo uso exclusivo do poder coativo” (BOBBIO, 1998, p. 970), ressalta o autor, considerando o efeito dinâmico da política, de acordo com os diferentes momentos da história. É um efeito que, independentemente da intensidade, movimentava gerações, direitos e processos educativos que conduzem ou não à participação de mulheres e de homens nas decisões da sociedade, que conduzem ou não o

público feminino, especialmente porque é o foco desta pesquisa, a ocupar espaços de comando em termos partidários e em cargos públicos eletivos.

Marilena Chaui⁶⁰ (2016) amplia nossa reflexão (política como direção de escolha) detalhando a relação entre política e ética, especialmente no contexto “meios e fins”. Sua posição expressa a direção de escolha de uma política democrática com uma visão ética e moral.

Diz a autora que a ética se realiza no campo da vida privada e a política vem para ajudar na medida que contribui para uma redefinição de liberdade, como o poder de criar o possível e inventar o novo. Chaui acrescenta a perspectiva da democracia nesse âmbito, considerando-a campo de criação dos direitos e a ética como afirmação dos direitos fundamentais. Conforme a autora, a compatibilidade entre ética e política existe na possibilidade de dar à ética um conteúdo público e dar à política um conteúdo moral, que ocorre na democracia. De acordo com a autora, moral consiste nas normas criadas em conformidade com as normas da sociedade e a ética é o agir em conformidade a partir de si mesmo. Assim, a ética existe na ação, em condições históricas da humanidade.

Chaui também lembra de conceitos gregos, os quais dizem que só na política a ética se realiza, sendo ambas (política e ética) campos de liberdade. Segundo a autora, o ideal ético se realiza na prática da democracia e, onde há privilégios, não existe democracia. Ela cita que alguns partidos políticos, por exemplo, são representantes de famílias ou de grupos sociais, em vez de espaços democráticos de representatividade e de objetivos coletivos. “A sociedade brasileira não percebe seu próprio estado de violência, por isso a sociedade brasileira tem dificuldade de produzir sua própria democracia”, afirma Chaui, no vídeo “Que democracia?” (2016).

O campo político, ressalta a filósofa, não é regido pelas virtudes do governante, mas pela lógica das relações de força. Sobre os conflitos, o indicativo é lidar de um modo que a política não seja a guerra, mas como um polo que simboliza e se realiza pela lei, pelo direito, pela justiça. Ao refletir sobre a política como ciência e como filosofia, Chaui afirma que somente a política é capaz de evitar a guerra e tornar a civilização mais civilizada. Nesse sentido, retoma-se a ideia da direção de escolha dada ao entendimento em torno da política. Pode-se pensá-la na política que caracteriza governos, sendo exercida por políticos; ou voltada à ação coletiva, como, por exemplo, desempenhada pelos movimentos estudantis; ou vê-la como um modo de organização institucional, sindical, profissional.

⁶⁰ **Marilena Chaui** (1941) é uma filósofa brasileira nascida em São Paulo. No acervo de suas produções, entre diversas publicações, estão: *O que é ideologia*, *O ser humano é um ser social*, *Política em Espinosa*, *Professoras na cozinha*, *Repressão sexual* e *Simulacro e poder: uma análise da mídia*.

Caso olharmos etimologicamente, Chaui ressalta que, em grego, o termo *politikos* vem de *polites*, que quer dizer “cidadão”, raiz também de pólis, que significa cidade. Em outras palavras, político é o homem/mulher enquanto cidadão/cidadã, que deveria ter liberdade para optar por sua direção de escolha.

Hannah Arendt também sugere uma “direção de escolha” em que a política é opção de liberdade e espontaneidade. Ela produziu reflexões que a distinguiram no seu tempo (1906-1975) e continua sendo referência pela força e pelo significado de suas produções. Entre as publicações dessa autora, *O que é política?* ajuda a fundamentar este estudo.

O tema da política no século XX foi marcante, pois ocorreram duas guerras mundiais, o totalitarismo e as ditaduras, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha, a criação do Estado de Israel, o Concílio Vaticano II, a chegada do homem à lua, o fim da guerra fria, o bloqueio econômico a Cuba, o ciclo das ditaduras na América Latina e a derrubada das mesmas. Esses foram alguns dos acontecimentos que marcaram a história do Ocidente e suas relações com políticas de Estado.

Refletir a questão da política nesse contexto apresentado por Arendt instiga porque permite elucidar acontecimentos e interpretá-los à luz de uma compreensão que entende a política enquanto liberdade e espontaneidade. A autora trata ainda da questão do preconceito, dos juízos, do boato, das necessidades dos indivíduos, das instituições e termina considerando a urgência de se estudar as guerras. Segundo ela, “a política surge não no homem, mas entre os homens e que a liberdade e espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política” (1998, p. 2).

O sentido da política é a liberdade, sinaliza Arendt (1998). Sua ideia do político nasceu da lembrança da antiga pólis grega, mas que, não obstante, sempre pode ser realizada a compreensão da política num outro aspecto. A filósofa quer abrir os olhos para isso. Ressalta que a política é vinculada com as ideias de liberdade e de espontaneidade, para as quais deve haver um espaço para o desenvolvimento da própria política.

É um espaço de organização das pessoas, não as iguais, mas as diferentes. E a autora levanta a grande dificuldade que temos de enfrentar a política do século XX, porque ela foi marcada por regimes totalitários que apagaram a liberdade como característica essencial do político. São afirmações muito sintéticas e consistentes sobre a política do século XX, momento em que havia o medo de que as guerras, o uso das tecnologias destrutivas e os Estados totalitários, nas diferentes formas de organização, se transformassem em totalitarismo expresso pelo comunismo de Estado ou pelo fascismo e pelo nazismo. Mesmo o estado totalitário, sob

diferentes formas, tem uma direção de escolha: realizar ou excluir a liberdade nas relações sociais.

Arendt diz que “a lembrança refletida levou à certeza de que o homem pode agir e sempre começar de novo e só quando se priva o recém-nascido de sua espontaneidade, de seu direito de começar algo novo, é que o curso do mundo pode ser estipulado, vaticinado, de maneira determinística” (ARENDR, 1998, p. 2). Essa foi uma posição considerada aniquiladora que ela fez ao totalitarismo tanto de direita, como de esquerda, mas também no suposto sistema livre, que espreita o perigo de que a coação e a violência sufoquem o livre agir do homem.

Vale considerar que livre agir e agir em público é o espaço original do político. Nele, o homem deve mostrar sua liberdade e espontaneidade e se afirmar no trato político com outros, pontua a filósofa. Essas ideias aparecem no prefácio do texto de Arendt (1998) e se sucedem com mais reflexões nos fragmentos 1 e 2.

O fragmento 1 levanta vários pontos e destacamos uma ideia básica de cada um deles:

1 - A política baseia-se na pluralidade dos homens.

2 - A política trata da convivência entre diferentes.

3 - A família, ou seja, a participação ativa na pluralidade, e, por isso, a família ganha importância inquestionável. É porque o mundo assim está organizado e porque nele não há nenhum abrigo para o indivíduo. É oportuno dizer que, para os mais diferentes, as famílias são fundadas como abrigos e castelos sólidos, nos quais se precisa ter parentesco.

4 - O homem, tal como a filosofia e a teologia o conhecem, existe na política apenas no tocante aos direitos iguais que os mais diferentes garantem a si próprios.

5 - A filosofia tem duas boas razões para não se limitar a encontrar o lugar onde surge a política.

6 - Torna-se difícil compreender que devemos ser livres de fato num campo, ou seja, nem movidos por nós mesmos, nem dependentes do material dado. Só existe liberdade no âmbito particular do conceito interior da política e nos salvamos dessa liberdade justamente na “necessidade” da História. “Um absurdo abominável”.

7 - Pode ser que a tarefa da política seja construir um mundo tão transparente para a verdade como a criação de Deus.

O fragmento 2 aborda o preconceito contra a política e o que é de fato política hoje. Para falar em política, é preciso começar a avaliar também os preconceitos que são comuns a todos nós, sugere Arendt. Não brotam da soberba das pessoas cultas e não são culpados do cinismo delas os que vivem demais e compreendem de menos. Os preconceitos se antecipam, observa.

O perigo do preconceito reside no fato de estar sempre ancorado no passado e, por causa disso, não apenas se antecipa ao juízo e o evita, mas também torna impossível uma experiência verdadeira no presente. Quando se quer difundir preconceito, é preciso sempre descobrir primeiro o juízo anterior nele contido, ou seja, identificar seu conteúdo original de verdade, para verificar onde se deu a direção de escolha.

Voltando à ideia do juízo apresentada por Arendt, observa-se que, entre os sentidos atribuídos a julgar, estão o de subordinar de um lado o indivíduo e o particular a algo geral e universal, e o de medir com os critérios nos quais se verifica o concreto e sobre os quais se decidirá prosseguir. A esta altura, estamos dizendo que, em toda a crise histórica, são sempre os preconceitos que cambaleiam primeiro. Passamos a não ter mais nenhuma confiança neles e, justamente, porque não podemos contar mais com o reconhecimento em seu caráter descomprometido.

[...] por trás dos preconceitos contra a política estão hoje em dia, ou seja, desde a invenção da bomba atômica, o medo de a Humanidade poder varrer-se da face da Terra por meio da política e dos meios de violência colocados à sua disposição e, estritamente ligada a esse medo, a esperança de a Humanidade ter juízo e, em vez de eliminar-se a si mesma, eliminar a política (ARENDR, 1998, p. 26).

A autora vai além e apresenta mais reflexões sobre preconceito e juízo: ao se falar de política, em nosso tempo, é preciso começar pelos preconceitos que todos nós temos contra a política, quando não somos políticos profissionais. Arendt diz que não existe a possibilidade de homem algum viver sem preconceitos, pois precisaria um estado de alerta sobre-humano para enfrentar a vida no dia a dia. Isto é: a sua dimensão e a abertura para o mundo determinam o nível político e o caráter geral de uma época, mas não se pode imaginar nenhuma época na qual os homens não pudessem ver, sentir e confiar em seus preconceitos para amplas áreas do juízo e da decisão.

É verdade que há um limite sobre a justificação do preconceito enquanto uma medida de juízo dentro da vida cotidiana e ela só vale para os verdadeiros preconceitos, aqueles que não afirmem ser juízos. “Os verdadeiros preconceitos podem ser reconhecidos, em geral, porque recorrem despreocupadamente a um 'dizem', 'acham', sem que, é claro, essa apelação precise ser apresentada de maneira expressa” (ARENDR, 1998, p. 4). A autora prossegue, detalhando a distinção entre preconceito e juízo:

O preconceito diferencia-se do juízo, de modo que o homem, dotado de preconceitos sempre pode ter certeza de um efeito, enquanto que o

idiosincrático quase nunca pode se realizar no espaço político-público, só revelando-se no privado-íntimo. Não julgar, em absoluto, dentro da sociedade e essa renúncia, essa substituição do juízo pelo preconceito só se torna perigosa quando se alastra para o âmbito político, onde não conseguimos nos mover sem juízo porque, como veremos, o pensamento político baseia-se, em essência, na capacidade da formação de opinião (ARENDDT, 1998, p. 5).

Vemos que o verdadeiro preconceito pode ser reconhecido porque nele se oculta um juízo, já formado e só se tornou preconceito porque foi arrastado, através dos tempos. Assim, o preconceito não apenas se antecipa ao juízo e o evita, mas torna impossível uma experiência verdadeira do presente com o juízo. O preconceito diferencia-se do boato porque esse não sobrevive a uma hora ou à hora do rumor.

A palavra julgar tem dois significados distintos, explica a autora: por um lado, é o subordinar do indivíduo e do particular a algo geral e universal, o medir normalizador, com critérios nos quais se verifica o concreto e sobre os quais se decidirá. Só se pode exigir juízos dos homens onde eles possuem parâmetros, se estiver certo, se pertencer à natureza do pensamento humano. “O fato de os homens só poderem julgar aquilo onde tem à mão critérios fixos e prontos, então de fato seria certo, como atualmente se supõe, que na crise do mundo moderno não é tanto o mundo, mas sim o próprio homem que saiu dos trilhos” (ARENDDT, 1998, p. 7-8).

Quando a filósofa afirma que o próprio homem que “saiu dos trilhos”, aqui pode ser entendida como uma conduta que se sustenta nas relações de poder, de competição, de individualismo e de uso do estado enquanto um ente público a serviço de minorias dominantes e para tanto constituindo relações de privatização do Estado. Diante do vínculo com a participação masculina nas instâncias de poder político, nós apresentamos um quadro como as eleitas têm a força masculina predominando também pela falta de juízo sobre a condição real da mulher e com isso o âmbito político se reproduz no preconceito. Todo movimento deve se basear na justiça.

O quadro social e político, que vem sendo demonstrado ao longo da análise e interpretação dos dados dessa pesquisa, está explícito e é possível confirmar a predominância da participação masculina nas instâncias de poder político. Quase na totalidade dos mandatos no poder Executivo, em todas as instâncias de Estado, são ocupadas por homens. O quadro a seguir reafirma, desde Caxias do Sul, o que se reproduz também nas demais instâncias dos entes federativos. Desde este lugar, nenhuma mulher foi eleita à função de prefeita em toda a sua história, Caxias apenas elegeu duas mulheres Vice-Prefeitas que ocuparam o cargo de Prefeitas em exercício.

Quadro 1 – Prefeitas (os) e vice-prefeitas (os) de Caxias do Sul, de 1960 até 2014

Nome	Partido	Início do mandato	Fim do mandato	Vice-prefeitos
Armando Alexandre Biazus	Partido Trabalhista Brasileiro PTB	31 de dezembro de 1959	31 de dezembro de 1963	<i>Durante o governo, licenciou-se várias vezes, sendo substituído na Prefeitura pelo então vice-prefeito Isidoro Moretto (PRP), entre 9 e 18 de julho de 1960 e, no ano de 1961, de 9 a 19 de janeiro, 5 a 13 de fevereiro, 9 a 14 de julho e 23 de julho a 14 de agosto.</i>
Hermes João Webber	Partido Social Democrático PSD	1º de janeiro de 1964	31 de dezembro de 1968	<i>O vice foi Idorly Zatti.</i>
Victório Trez	Movimento Democrático Brasileiro MDB	31 de janeiro de 1969	1972	<i>Na ocasião, o vice-prefeito era Mansueto Serafini Filho (MDB).</i>
Mário Bernardino Ramos	Aliança Renovadora Nacional ARENA	1973	1975	<i>O vice era Mário Vanin (Arena). Mário Bernardino Ramos renunciou em 1975 para assumir a Secretaria de Turismo do RS.</i>
Mário Vanin	Aliança Renovadora Nacional ARENA	1975	1976	<i>Assumiu a titularidade com a renúncia de Mário Bernardino Ramos (Arena), em 1975, (período sem vice-prefeito).</i>
Mansueto Serafini Filho	Movimento Democrático Brasileiro MDB	1977	1982	<i>O vice-prefeito eleito para o período foi Clóvis Drago (PMDB), porém o mesmo se exonerou na metade do mandato e deixou de fazer parte da administração municipal (período sem vice-prefeito).</i>
Victório Trez	Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB	1983	1º de janeiro de 1989	<i>Fernando Menegat</i>
Mansueto Serafini Filho	Partido da Frente Liberal PFL	1º de janeiro de 1989	1º de janeiro de 1993	<i>Mário Vanin (PFL) foi eleito como vice-prefeito para esse período.</i>
Mário Vanin	Partido Democrático Social PDS	1º de janeiro de 1993	1º de janeiro de 1997	<i>Francisco Spiandorello era o vice-prefeito. Ele talvez seja o vice que mais assumiu a prefeitura de Caxias, aproximadamente 50 vezes. Uma delas foi quando o prefeito viajou à Alemanha e permaneceu no país por 30 dias.</i>
Pepe Vargas	Partido dos Trabalhadores PT	1º de janeiro de 1997	1º de janeiro de 2001	<i>Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia (PT) foi a vice-prefeita que assumiu a prefeitura por inúmeras vezes, sendo uma delas de forma contínua, por licença temporária do prefeito durante período eleitoral. Repassou o cargo a Pepe Vargas, já reeleito, em 2001. Além de exercer a função de vice-prefeita, Marisa também foi secretária Geral e secretária da Educação.</i>
Pepe Vargas	Partido dos Trabalhadores PT	1º de janeiro de 2001	1º de janeiro de 2005	<i>Na ocasião, a vice-prefeita foi Justina Inez Onzi (PT), tendo, também, por inúmeras vezes, exercido o cargo de prefeita em exercício. Assim como</i>

				<i>Marisa, Justina se dedicou a outras funções. Nos dois primeiros anos do mandato, foi coordenadora de governo e, nos dois últimos, secretária da Saúde, cargo que ocupou na gestão anterior.</i>
José Ivo Sartori	Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB	1º de janeiro de 2005	1º de janeiro de 2009	<i>Alceu Barbosa Velho (PDT) foi o vice-prefeito. Alceu também desempenhou outras funções dentro do governo, além de prefeito em exercício, como a coordenação da Festa da Criança, a Semana Farroupilha, o Carnaval...</i>
José Ivo Sartori	Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB	1º de janeiro de 2009	1º de janeiro de 2013	<i>Novamente, Alceu Barbosa Velho (PDT) foi o vice-prefeito, renunciando ao cargo após ser eleito deputado estadual em 2010 (período sem vice-prefeito).</i>
Alceu Barbosa Velho	Partido Democrático Trabalhista PDT	1º de janeiro de 2013	1º de janeiro de 2017	<i>Para este período, Antonio Feldmann (PMDB) foi eleito o vice-prefeito. Em 2014, quando o então prefeito tirou férias, Feldmann não aceitou assumir a prefeitura porque tinha pretensões de candidatar-se.</i>

Fonte: Marisa Formolo Dalla Vecchia (2020).

É possível perceber que nem todos os prefeitos e vices trabalharam juntos durante todo o mandato a que foram eleitos. No caso da chefia do Executivo, dois prefeitos (Euclides Triches e Mário Bernardino Ramos) se exoneraram para assumir secretarias de Estado. Em seus lugares, respectivamente, assumiram os vices (Hermes João Webber e Mario David Vanin). Já em relação aos vices que se exoneraram porque decidiram deixar o cargo, há o caso de Clóvis Drago, que se desentendeu com o prefeito da época (Mansueto de Castro Serafini Filho); e de Alceu Barbosa Velho, que assumiu como deputado estadual. Houve vices que se tornaram prefeitos em mandatos posteriores, como Mansueto de Castro Serafini Filho (por dois mandatos intercalados) e Mario David Vanin.

Após a redemocratização do país e o término do bipartidarismo, o Partido dos Trabalhadores foi o único que elegeu o prefeito e vice da mesma sigla – Pepe Vargas prefeito e Marisa Formolo como vice (1997-2000); e Pepe Vargas como prefeito e Justina Onzi como vice (2001-2004). As mulheres vice-prefeitas foram as que mais ocuparam cargos concomitantes à função de vice e prefeitas em exercício – no caso de Marisa Formolo, acumulou também os cargos de secretária geral de Governo e da Educação, em momentos distintos, além de prefeita em exercício (por quase 100 dias seguidos, em 2000); Justina Onzi acumulou a secretaria municipal da Saúde e a coordenação do Sistema de Gestão por áreas das secretarias municipais.

No ponto central da política está a preocupação com o mundo e não com o homem e, na verdade, a preocupação com um mundo assim ou com um mundo arranjado de outra maneira: “siga aqueles que se preocupam e são políticos, julgam que a vida não vale a pena ser vivida.

Modifica-se o mundo tão pouco modificando os homens dele, quanto se muda uma organização ou associação”, começando a influenciar os membros de um modo, ou de outro (ARENDDT, 1998, p. 8).

Cada um desses espaços tem sua própria estruturabilidade que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na social, em convenções; e na pública, em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes. Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles e nesse interespaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos. O espaço entre os homens que é o mundo, com certeza não pode ter existência sem eles (ARENDDT, 1998, p. 9).

Esse mundo, realça Arendt, é o mundo dos homens, quer dizer, o resultado do fazer humano e do agir humano, como se queira entender isso (ARENDDT, 1998, p. 10). É o resultado em que a mulher também se faz presente e de forma muito atuante. Permitir que essa atuação seja melhor reconhecida, principalmente quando ocorre no território político-partidário, é um dos olhares que esta pesquisa pretende despertar e é um dos aspectos que podem ampliar o significado de liberdade para o público feminino.

3.2 O SENTIDO DA LIBERDADE E A DEMOCRACIA

No fragmento "Introdução: tem a política ainda algum sentido?", existe uma resposta tão simples e, ao mesmo tempo, tão desejada. O sentido da política é a liberdade, sustenta Arendt (1998). Sobre o sentido da política, em essência, a partir das experiências não políticas ou até mesmo antipolíticas, a pergunta atual surge de experiências bem reais que se teve com a política.

A política e a liberdade são compatíveis entre si, se a liberdade não começa apenas onde cessa a política, de modo a não existir mais liberdade onde a coisa política não encontra seu fim e seu limite em parte alguma.

Na ótica do desenvolvimento consumista e desenfreado, o que está em jogo não é apenas a liberdade, mas sim a vida em si, a continuidade da existência da humanidade. E é possível perguntar, sendo as condições modernas, se a política e a conservação da vida são compatíveis entre si, sugere a filósofa alemã (1998).

Todos têm o mesmo direito à atividade política e essa atividade na pólis era de preferência uma atividade de conversa mútua entre os iguais. Isto é: os que não tinham necessidades sociais de sobrevivência, os que tinham condições de vida, os que não eram escravos. Portanto, para a liberdade não se precisava de uma democracia igualitária no sentido

moderno, mas sim de uma esfera limitada de maneira estritamente oligárquica ou aristocrática na qual, pelo menos, os poucos ou os melhores se relacionam entre si como iguais entre iguais. A liberdade não tinha mais nenhum espaço. Isso significa que não havia mais liberdade política e o cidadão era desterrado em suas casas e isolado no espaço no qual se realizava o livre trânsito entre os iguais. “A ágora era a praça da democracia” (ARENDDT, 1998, p. 14).

A política não é necessária em absoluto, seja no sentido de uma necessidade imperiosa da natureza humana, como a fome e o amor, seja no sentido de uma instituição indispensável do convívio humano. Entretanto, se é uma direção de escolha, ela sempre acontece, inclusive para todos e todas, nas diferentes condições. “Aliás, ela só começa onde cessa o reino das necessidades materiais e da força física” (ARENDDT, 1998, p. 14). O mais importante dessas ideias que também para nós pertencem, inegavelmente – o conceito da política e que sobreviveu a todas as mudanças históricas e a todas as transformações teóricas –, é a liberdade.

Surge aqui uma outra relação entre liberdade e história. Encontramos uma identificação entre liberdade e necessidade. É a parte dos contrastes que substitui a liberdade de intervenção. Tem sua justificativa secreta nesse modelo em todos os casos ou o moderno conceito de história substitui o conceito de política qualquer que seja a sua natureza. “[...] acontecimentos políticos e agir político são diluídos no acontecer histórico e a história é compreendida no sentido mais textual como um fluxo da história. [...] no pensamento dos novos tempos o conceito de história substitui o conceito de política” (1998, p. 16), explica a filósofa.

Ser livre nada mais significava que poder ir onde se desejasse, mas isso continha mais do que aquilo que hoje entendemos como liberdade de ir e vir.

Significava não apenas que não se estava subordinado à coação de nenhum homem, mas também que era possível distanciar-se de todo âmbito da obrigação da casa de sua família. Mas tal liberdade só tinha o senhor da casa e ela não consistia em ele dominar os demais membros da casa, mas que, em função desse domínio, ele podia abandonar sua casa, sua família, no sentido da antiguidade (ARENDDT, 1998, p. 16).

Segundo a autora, a ideia da coragem permanece como uma das virtudes cardeais, pois, entrar na política, no espaço público, exige deixarmos nossa vida privada e da conexão familiar a que estamos ligados. E, será que as nossas mulheres eleitas sentiam ou sentem que a coragem é uma virtude necessária para ter liberdade e passar da vida privada para a vida pública, em mandatos?

A liberdade de opinião e o direito de ouvir opiniões de outros e ser ouvido também são partes indispensáveis da liberdade política, que suplantou a liberdade não em contradição com ela, mas que possui uma natureza bem diferente, característica do agir e do falar desde que seja

uma ação. Essa liberdade consiste naquilo que chamamos espontaneidade e que, segundo Kant, se baseia no fato de que cada homem pode ser capaz de começar uma série de novo, por si mesmo. O fato de que a liberdade de agir é equivalente a estabelecer o início e começar alguma coisa é ilustrado da melhor maneira dentro do âmbito político grego, porque a palavra tanto significa começar como dominar (ARENDDT, 1998, p.19).

A liberdade de esperar distingue-se da liberdade característica do aviso do fazer um novo começo, porque, numa medida muitíssimo maior, não pode prescindir da presença de outros e de não ser confrontado com suas opiniões. “A própria liberdade da espontaneidade é por assim dizer pré-política se bem que sem ela toda liberdade política perderia seu melhor e mais profundo sentido. Contudo, muitas atividades do homem só podem realizar-se longe da esfera política e essa distância é até, como veremos mais tarde, uma condição essencial para determinadas produtividades humanas” (ARENDDT, 1998, p. 20).

Nesse sentido, a política e a liberdade são idênticas, acrescenta a autora, ressaltando que sempre onde não existe essa espécie de liberdade tampouco existe o espaço político no verdadeiro sentido (ARENDDT, p. 21). “Para nós, só importa que o fato de entendermos liberdade como algo político e não como o objetivo mais elevado dos meios políticos e que pressão e violência sempre foram na verdade meios para proteger o espaço político ou para fundá-lo e ampliá-lo, mas sem serem políticos em si” (ARENDDT, 1998, p. 22).

A autora acrescenta ainda a relação entre academia e pólis (cidade) na ágora, o espaço central da pólis. Esses dois espaços incluem na política todos os que estavam aptos para a liberdade. Nasce dessa nova condição, dessa reflexão, a evidência de que a coisa política em sua plenitude, em sua totalidade, é apenas um meio para um objetivo mais elevado, fora de si mesmo. Um degrau para baixo que faz parte da política da pólis, da conservação da vida, torna-se uma necessidade, por um lado, em contradição à liberdade; mas, por outro, forma seu pressuposto. Conforme Arendt: "A liberdade enquanto o objetivo final da política estabelece as fronteiras políticas, mas o critério do agir dentro do próprio ato político não é mais a liberdade, mas sim a competência e a capacidade de assegurar a vida" (ARENDDT, 1998, p. 25).

A autora nos remete à ideia de entendermos por política tudo aquilo necessário para o convívio dos homens, a fim de lhes possibilitar, enquanto indivíduos ou em comunidade, uma liberdade situada além da política e da necessidade. Justifica-se de fato que se mexe ao grau de liberdade de cada corpo político pela liberdade acadêmica e religiosa por ele tolerada, ou seja, pela extensão, por assim dizer, do espaço de liberdade não política que contém e mantém (ARENDDT, 1998, p. 26). Foi então que o corpo político também aceitou a concepção de que a

política é um meio para um objetivo mais elevado e que se trata da liberdade dentro da política apenas:

porque a coisa política tende libertar determinadas áreas só que a liberdade da política não é mais uma questão da minoria. Mas sim ao contrário tornou-se uma questão que não devia nem precisava preocupar-se com os negócios do governo ao passo que foi imposto à minoria o fardo de se preocupar com a ordem política necessária aos assuntos humanos (ARENDR, 1998, p. 28).

E, dentre as políticas religiosas, a autora afirma que a política cristã esteve sempre diante da dupla tarefa de, por um lado, assegurar-se por meio da influência sobre a política secular, “de que o local de reunião não política dos fiéis esteja protegido de fora e, por outro lado, impedir que um local de reunião se torna um espaço de aparição e com isso que a igreja se torna um poder secular, um mundano entre outros [...]” (ARENDR, 1998, p. 29). A filósofa ainda considera que a Igreja Católica realizou, durante longos anos após, o declínio do império romano e se tornou um espaço substituto para a cidadania da antiguidade na Idade Média.

Na opinião de Arendt, a Igreja necessita da política tanto mundana dos poderes seculares como da própria política religiosa ligada ao âmbito eclesiástico para conseguir manter-se e afirmar-se na Terra, enquanto Igreja visível, ou seja, ao contrário da invisível, cuja existência acredita que segue “sem ser molestada em absoluto pela política e a política precisa da Igreja não apenas a religião, mas sim da existência espacial palpável das instituições religiosas a fim de provar sua razão de ser mais elevada por causa da sua legitimação” (ARENDR, 1998, p. 29).

Nos tempos modernos, o que mudou foram as esferas nas quais a política parecia ser necessária. Exemplo: o âmbito religioso recaiu no espaço do privado ao passo que o âmbito da vida e de suas necessidades recebeu uma nova dignidade, passando também ao público (ARENDR, 1998, p. 30). A autora sustenta que a relação entre política e liberdade, em outras palavras, também é entendida nos tempos modernos de modo a ser a política o meio de liberdade. Assim, seu objetivo mais elevado, portanto.

Embora não tenha mudado o conteúdo, houve mudanças na extensão da liberdade, que tem se modificado de forma bastante extraordinária (ARENDR, 1998, p. 31). Segundo a autora, só o fato da emancipação das mulheres e da classe operária – ou seja, grupos de homens e mulheres que nunca antes podiam mostrar-se na vida pública e que em toda história pré-moderna foram submetidos à força – dá um rosto radicalmente novo a todas as questões políticas.

Nesse contexto, a autora mostra a relação entre liberdade e sobrevivência não só das pessoas, mas da humanidade, pois não risca do mapa a oposição entre liberdade e vida na qual se assentou tudo, inclusive a coisa política, e que continua decisiva para todas as virtudes. Daqui, tiramos uma relação entre a política e a força de Estado e a liberdade. Trata também o tema da política interna e a política externa e o Estado como portadores de força não importando se os objetivos dos meios da força eram destinados e determinados pela vida ou pela liberdade.

Em tal quadro, torna-se relevante voltar a perguntar se, nos tempos modernos, o que se oferece na política nos faz saber se o sentido da política tornou-se tranquilo ou duvidoso (ARENDRT, 1998, p. 33). Essa dúvida também nasce pelo fato de que a política institucional passa a ser um espaço de poder, como em toda parte onde os homens agem em comum há poder e “como o agir em comum dos homens acontece essencialmente no espaço público, o poder potencial inerente a todos os assuntos humanos se fez valer em espaço dominado pela força”.

Com isso, manifesta-se a ilusão de que poder e força seriam uma mesma coisa nas condições modernas e se é realmente o caso em amplas áreas, pois “[...] o poder e a força não são a mesma coisa quanto à sua origem e sentido original. Em certos sentidos, chegam a ser antagonismos” (ARENDRT, 1998, p. 34). Sob esse tema da força e do poder, depreende-se uma nova questão: a da violência na vida da sociedade. Essa violência pode ser equiparada de fato até a uma grande liberdade. Eis aí uma grande contradição.

Em todo caso, no sentido da tradição política, o não ser livre é duplamente determinado. “Ele existe quando se é submetido à força de um outro, mas também existe e até mesmo originalmente quando se está sujeito a nua e crua necessidade da vida” (ARENDRT, 1998, p. 35). No rastro desse raciocínio, a autora puxa outra reflexão prudente. De acordo com ela, a vida da sociedade é dominada não pela liberdade, mas pela necessidade.

Arendt inclui, ainda, outra ideia oportuna. Para poder existir sem força cotidiana, o homem fortaleceu a força da mão pública do Estado da qual acreditava poder continuar. Todavia, o Estado não cumpriu o seu papel e se tornou uma força especificamente improdutiva como um fenômeno parasitário justamente porque se limitou à força no âmbito estatal. Em tempos de paz e menos violentos, conforme Arendt, houve os períodos mais terríveis para o desenvolvimento de meios de forças. Isso só é um paradoxo aparente, o que não se calculou foi a combinação específica de força e poder que só poderá realizar-se na esfera estatal pública porque é nela que homens agem em conjunto e geram poder.

O Estado então tornou-se uma organização onde a força é o poder que ameaça pela política da destruição e não da preservação da vida, gerando mais dúvidas do que certezas e seguranças. "A crise reside em que o âmbito político ameaça aquilo por cuja causa ele parecia

justificado". Nessa situação, modifica-se a pergunta sobre o sentido da política, sugere a autora. Hoje, a interrogação não seria qual o sentido da política. A interrogação torna-se outra e muito mais natural ao sentimento dos povos que por toda parte se sentem ameaçados pela política e nos quais os melhores se distanciam da política de maneira consciente. A nova pergunta então seria: tem a política ainda algum sentido? (ARENDR, 1998, p. 37).

Mudaram os conteúdos de juízos, que se tornaram preconceitos. Nenhum homem pode viver sem preconceito porque exigiria um estado de alerta sobre-humano. Uma prontidão que não podemos ter de forma constante. Os preconceitos sempre desempenham um grande e legítimo papel no espaço público. Eles dizem respeito ao que todos compartilhamos sem querer uns com os outros. É só não julgarmos mais.

Justamente quando os preconceitos entram em evidente conflito com a realidade que começam a se tornar perigosos, e os homens que não se sentem mais protegidos deles em seu pensamento começam a fantasiá-los e transformá-los em fundamento daquela espécie perversa de teorias em geral chamada de ideologias ou de mundividências. Contra tais formações de ideologias surgidas e de preconceitos, de nada adianta a apresentação de uma visão de mundo oposta à ideologia corrente, mas sim a tentativas de substituir por juízos, insinua a autora.

Arendt vai concluir seu raciocínio dizendo que o juízo e seus preconceitos nascem de uma desconfiança contra a política em si não justificada porque nós tivemos grandes problemas sociais e humanos em função do poder de Estado. Seria esse Estado o responsável por usar a política como uma forma de dominação e de exploração da sociedade. Mas é essa desconfiança, diz a autora, que se transformou no preconceito atual contra política, só que, por trás dela, está desde a invenção da bomba atômica. O medo justificado poderia sair do mapa por meio da política e dos meios de força que estão à sua disposição. É desse medo que nasce a esperança da humanidade. Ter juízo e, ao invés de se eliminar, elimine a política.

Essa esperança não é menos justificada do que aquele medo. Pois a concepção de que a política existiu sempre houve, em toda a parte onde existiu e existem homens. E ela própria é um preconceito. Das reflexões que surgiram a partir da pergunta sobre o sentido da política, acendem-se novas indagações em torno da ameaça ao homem que é feita através da guerra, das armas atômicas e, atualmente, também das armas biológicas e da violência cotidiana, incluindo a que diferencia direitos entre homens e mulheres, privilegiando-os.

Nessa linha, a autora conclui afirmando que discutir e refletir sobre a guerra é uma questão essencial. Em outras palavras: não podemos fugir de mais esse debate, pois é também político, e acaba dando uma direção de escolha aos processos de desenvolvimento dos países.

Para exemplificar, vale a opção por uma economia centrada na indústria armamentista (EUA) ou por uma economia distributiva e inclusiva da humanidade (Cuba, Dinamarca, Noruega, Butão). São as reflexões e ações humanas que interferem na decisão.

3.3 A AÇÃO HUMANA É SEMPRE POLÍTICA

Ao falar sobre a prática ligada à educação, uma educação que também interfere na direção de escolha, Freire (1993, p. 68) explica que toda atuação educativa implica: **a)** presença de sujeitos: educador(a) e educando(a); **b)** objetos de conhecimento: a serem ensinados e a serem aprendidos; **c)** objetivos mediatos e imediatos: a que se destina e se orienta à prática educativa, dando diretividade da educação, pois, “não permitindo a neutralidade da prática educativa, exige do educador a assunção, de forma ética, de seu sonho, que é político”, observa o teórico.

Quando o autor ressalta os objetivos que ajudam a dar uma direção (**letra c**), nota-se que assim é possível identificar na diretividade da educação a política da educação, em outras palavras, a direção à escolha da educação. O que, então, é a política na prática educativa? É a escolha, ou melhor, a direção da escolha, que, em termos gerais, pode ser pela reprodução das relações existentes ou pelo rompimento dessas relações ou a constituição de outras relações em outra(s) direção(ões) dada a escolhas, que podem ser concomitantes ou contraditórias às vigentes.

Freire (1993) afirma que a educação é um ato político (portanto, tem direção de escolha), pois está a serviço de uns e não de outros. Política aqui é a direção dada à escolha, quer seja para conservar e aperfeiçoar as relações capitalistas, neoliberais e globalizantes; ou para romper com essas relações de competição, de individualismo, de lucro, de mercado; ou para um modelo de relações que, desde o local, busque transformar o global, na visão da solidariedade local e universal (com a humanidade, a vida do planeta, da mãe terra, a ética da solidariedade planetária).

Em Freire, percebe-se a ideia do ser humano como um ser que tem permanentemente condutas políticas. Diz o autor brasileiro que a educação é uma ação humana e toda ação humana é um ato político, sendo assim, todo ato educativo também é político, enfatiza. A política é a direção dada à escolha, mas o que é uma escolha? É uma opção, é uma posição, é não estar neutro, é ser sujeito do viver, é conduzir sua própria ação que se dá nas relações.

Dussel (1990) ressalta que homem e mulher são, antes de tudo, pessoas humanas, indistintamente de seu sexo. Portanto, são pessoas, são seres políticos. O filósofo argentino

aborda essa questão numa obra que centraliza a atenção na trajetória de opressão na qual, principalmente, as mulheres foram sendo inseridas. Antes de sublinhar a ideia de pessoa humana, entretanto, Dussel faz todo um enunciado, recuperando as manifestações de alguns pensadores em relação ao feminino. E esse percurso torna-se imperioso revisitar.

Ao imprimir suas reflexões em *Liberacion de la Mulher y Erotica Latino Americana*, em uma parte que trata da metafísica da feminilidade, Enrique Dussel (1990) inicia com a afirmação: “A mulher: ser oprimido”, confirmando que é maior a opressão sobre a mulher. O autor se manifesta como filósofo e parece querer dizer: ‘Esta não é toda a análise possível sobre a questão. É somente uma exposição filosófica’. Mesmo sugerindo ser um recorte entre tantas reflexões possíveis, Dussel nos abre os olhos, dando a entender que a opressão a que a mulher veio sendo submetida oprime muito mais gente. “[...] quando nos remete ao fundamento de ser pessoa, nos indaga na totalidade e nos possibilita vislumbrar uma crise, que não é somente da mulher, senão também do homem, ou melhor, da pessoa como espécie histórica” (1990, p. 11).

Ao descortinar a cultura da dominação, o autor mostra posicionamentos de filósofos sobre o feminino. Inicia destacando Friedrich Nietzsche⁶¹, em *Além do bem e do mal*. Nas palavras do filósofo alemão, “[...] Um homem que possui profundidade no espírito como nos desejos e também na profundidade da benevolência que é capaz de severidade e dureza, não poderá ter na mulher outra opinião que a opinião ‘oriental’”. Assim, deverá considerar a mulher como propriedade, objeto que se pode guardar como algo destinado à domesticação, nela realiza sua missão. Na verdade, essa posição reflete uma compreensão social da época no mundo europeu, para a qual Nietzsche não fez críticas em relação a esse tema.

Dussel continua e diz que a questão vai além, pois “numa sociedade opressora, a mulher é a primeira oprimida”, só que essa opressão é muito mais profunda. O homem também é oprimido e oprime a mulher (oprimido/opressor), explica o autor. A totalidade opressora, segundo Herbert Marcuse⁶², no livro *O homem unidimensional*, referência também mencionada por Dussel (1990, p. 12-13), se configura nesse sentido: “O opressor se governa por si e a partir de si mesmo, e domina a outra parte da sociedade. Essa totalidade é unidimensional, no sentido de que não existe o outro, aquele que governa a totalidade impede que aquele que é oprimido se lhe ponha à sua frente como o outro”.

⁶¹ **Friedrich Wilhelm Nietzsche** (1844-1900) é considerado um dos mais influentes e importantes pensadores modernos do século XIX. Filósofo, escritor e crítico alemão, estendeu sua influência para além da filosofia, penetrando na literatura e os demais âmbitos das belas artes. Entre suas obras de destaque: *Assim Falava Zaratustra*.

⁶² **Herbert Marcuse** (1898-1979) nasceu em Berlim, Alemanha, no dia 19 de julho de 1898. De família judia, em 1919, entrou na Universidade de Berlim e em 1920 transferiu-se para a Universidade de Friburgo, onde estudou Literatura Alemã. Tornou-se sociólogo, filósofo e um intelectual de destaque no século XX. Alguns de seus livros: *Eros e Civilização*, *Marxismo Soviético* e *O fim da Utopia*.

Filósofo também citado por Dussel é Platão⁶³, que, em *A República*, destaca que governar as cidades cabe aos homens. As mulheres, para que outra coisa servem, senão para ter filhos? Em *O banquete*, a grande Afrodite do Amor, do Eros, era o amor entre “semelhantes”. É amor a si mesmo: “varones a los varones”. A mulher, disse o filósofo grego, somente se justifica para ter filhos, e o filho, o que é? É o mesmo que o pai; esta mesmidade permite a subsistência da espécie. A partir daí, Dussel pontua que a ideia que o filho é igual ao pai é o fundamento da “Pedagogia da dominação”, pois, cabe repartir o ideário do seu pai: a dominação pedagógica, isto é, a dominação da mulher.

De *Política*, de Aristóteles⁶⁴, Dussel (1990, p. 15) extrai o seguinte excerto: “[...] Com efeito, o homem livre governa o escravo, o homem governa a mulher, e o pai governa os filhos e todos eles de maneira distinta, própria. Todos possuem as distintas partes da alma, porém as possui de distintas maneiras. A mulher a tem, porém, sem plenitude de autoridade”. Pelo relato de Dussel, ainda com base no entendimento aristotélico, o varão, o homem livre, é o único que realmente é pessoa e os demais são governados, dominados por ele: a mulher, os filhos, os escravos e os bárbaros. Para ser plenamente humano, era preciso ser livre. E a mulher não era livre, pois a liberdade passava pela mediação do varão, por isso marcada por menor autoridade e humanidade.

No caso de Descartes⁶⁵, ele diz: “eu penso, logo existo”. Esse penso (ego cogito) é o pensar do varão, e a esse varão se impõe uma toda sociedade moderna europeia e, por influência, uma sociedade latino-americana. Sobre o sociólogo e economista alemão Werner Sombart⁶⁶, Dussel (1990) observa a ideia de que o luxo e o capitalismo mostram que da mulher/amante é que brota a sociedade europeia e para ela nasce a indústria da seda, constroem-se palácios e o capitalismo moderno acaba sendo o filho ilegítimo do nobre e do burguês.

Mais uma surpresa veio de outro teórico trazido por Dussel (1990): Jose Ortega Y Gasset⁶⁷, tendo em vista que já foi dos mais significativos para entender quem somos e nossas relações com os outros. Em *O homem e a gente*, falando da mulher, o filósofo espanhol diz:

⁶³ **Platão** (428 a.C.-348 a.C.) foi um dos mais importantes filósofos da Grécia Antiga. Nasceu em Atenas e foi discípulo de Sócrates. Entre os títulos escritos pelo filósofo: *Fédon* e *O Banquete*.

⁶⁴ **Aristóteles** (384-322 a.C.) foi também importante filósofo grego discípulo de Platão. Discorreu sobre os mais diversos temas. Nascido em Estagira, na Macedônia, colônia grega, recebeu sólida formação em Ciências Naturais. Entre os livros de sua autoria: *Arte Poética*, *Fragmentos dos Diálogos* e *Obras Exortativas*, e *A Política*.

⁶⁵ René Descartes (1596-1650) nasceu na cidade de La Haye (França), em 31 de março de 1596. Foi filósofo, matemático e físico no século XVII. Fez estudos nas áreas da Epistemologia e Metafísica. É considerado o pioneiro no pensamento filosófico moderno. Entre os livros de sua autoria: *Discurso sobre o Método* e *Geometria*.

⁶⁶ **Werner Friedrich Wilhelm Carl Sombart** (1863-1941) foi um sociólogo e economista alemão. Atuante no campo das Ciências Sociais, no século XX, foi figura de destaque da escola historicista alemã.

⁶⁷ **José Ortega y Gasset** (1883-1955) nasceu em Madri, na Espanha. Foi filósofo e atuou como jornalista e ativista político. Sua mãe, Dolores Gasset, era herdeira do jornal *El Imparcial*. Entre os livros que publicou, destaque para *Rebelião das Massas*.

“No mesmo instante em que vemos uma mulher, nos parece ter diante de nós um ser cuja humanidade íntima se caracteriza em contraste com a nossa, varonil e a dos outros varões, por ser essencialmente confusa”. Ressalta o autor que ela se apresenta desde já como uma forma de humanidade inferior à varonil. “É de um ranking vital, algo inferior ao nosso [...]. Podemos afirmar que o destino da mulher é ser vista através dos homens” (ORTEGA Y GASSET, 1961, p. 165-169).

Diante dessa pequena amostra de algumas reflexões filosóficas acerca da mulher e do homem e do ser humano em alguns pensadores europeus, Dussel (1990, p. 21) indaga: “O que é a mulher nessa situação, milenar na opressão?”. E arrisca a considerar algumas possibilidades e respectivas compreensões a respeito de cada uma:

- Objeto: a sexualização da mulher em todas as relações como uma manifestação de sua opressão;

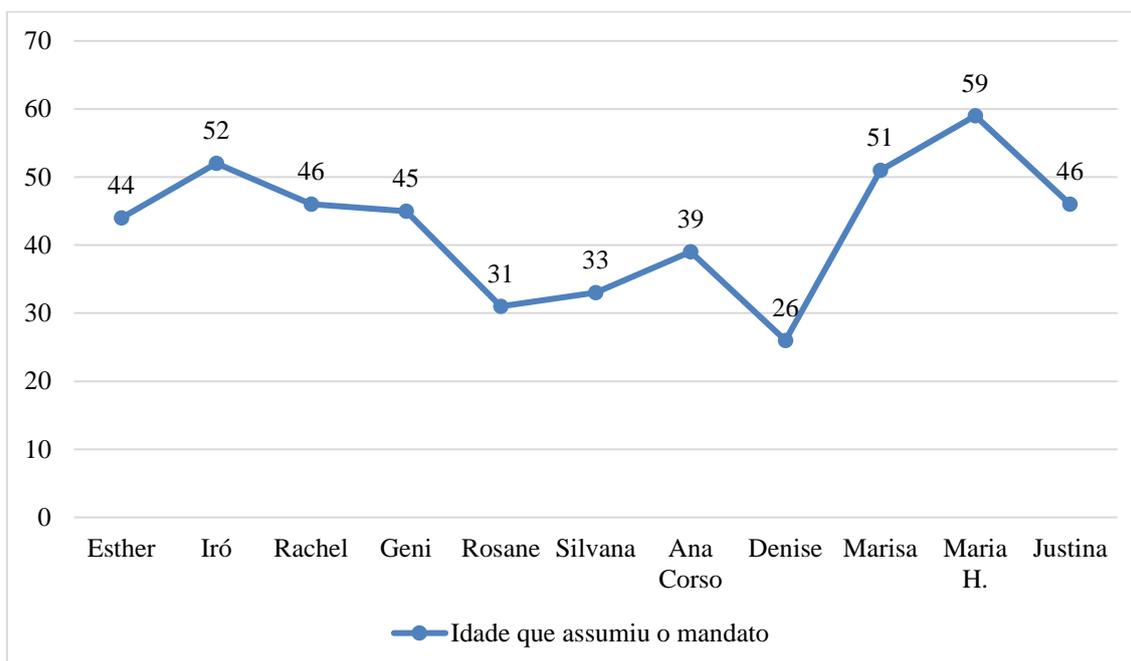
- Mãe e educadora dos filhos: tarefa 99% sua, mais um sinal de sua opressão;

O gráfico a seguir confirma em parte o que Dussel constatou e expressou em algumas das suas reflexões filosóficas acerca da mulher e do homem. Mas, também, evidencia as mudanças sociais no papel da mãe com o passar do tempo. Em Caxias do Sul, a maioria das mulheres que foram eleitas não tinha filhos pequenos. Isso confirma, de alguma forma, o que aponta Dussel e podemos dizer que as mulheres que foram para cargos públicos já tinham um pouco mais de idade e as que tinham filhos, eles já eram, no mínimo, adolescentes. Mas o passar do tempo mostra, por exemplo, que, em 1996 e em 2008, as então vereadoras Silvana Piroli e Ana Corso tinham filhos pequenos, com menos de sete anos.

O papel social construído a partir da sexualização da mulher mãe e educadora tem sido um dos motivos que vários autores utilizam para justificar a ausência da mulher na política. Ou seja: por esse papel social na família, de mãe e educadora dos filhos. E constatamos que, a partir da idade e da condição civil das mulheres quando assumiram seu primeiro mandato, é possível perceber, no gráfico a seguir, a confirmação em parte desta condição cultural e prática social.

Mas, também, os dados mostram as mudanças do papel da mulher como mãe com o passar do tempo. Apenas duas, das onze mulheres eleitas, tinham filhos pequenos, portanto, mais de 80% eram solteiras, divorciadas ou tinham filhos adolescentes e/ou adultos. É possível perceber também que as que foram eleitas para o cargo de deputadas e vice-prefeitas são as jovens há mais tempo. Parece que a função executiva, além de excluir mais a oportunidade de mulheres, pois há nessa função um poder fortemente definido pela cultura machista, pois dá um poder de decisão institucional, econômico, financeiro e cultural para toda a sociedade, desde os excluídos aos grandes empreendedores e ao próprio sistema financeiro vigente.

Gráfico 14 – A idade em que as mulheres assumiram o primeiro mandato



Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

A idade das mulheres eleitas varia de 26 (Denise Pessôa, vereadora) a 59 anos (Maria Helena Sartori, deputada estadual), quando assumiram o primeiro mandato. As vereadoras assumiram mandatos, respectivamente, com 44, 52, 46, 45, 31, 33, 39 e 26 anos, sendo elas Esther Troian Benevenuti, Iró Nabinger, Rachel Grazziotin, Geni Peteffi, Rosane Hambsch, Silvana Piroli, Ana Maria Corso e Denise Pessôa.

As vice-prefeitas foram eleitas aos 51 e 46 anos, Marisa Formolo e Justina Onzi, respectivamente. A deputada estadual Maria Helena Sartori, aos 59. É possível perceber que há uma diferença de idade entre as que foram eleitas para o Executivo municipal e o Legislativo estadual em relação aos mandatos de vereadoras.

As mais jovens estão entre as eleitas a vereadora e a com mais idade foi eleita deputada estadual. O gráfico mostra que, para os cargos do Executivo e do Parlamento, nas instâncias estadual e federal, têm sido eleitas mulheres com maior tempo de vida.

As duas vice-prefeitas e a deputada estadual não tiveram cargos eletivos anteriores. Vendo suas trajetórias de vida, pode-se observar que suas histórias profissional e de militância social e partidária lhes deram esse lugar na política institucional.

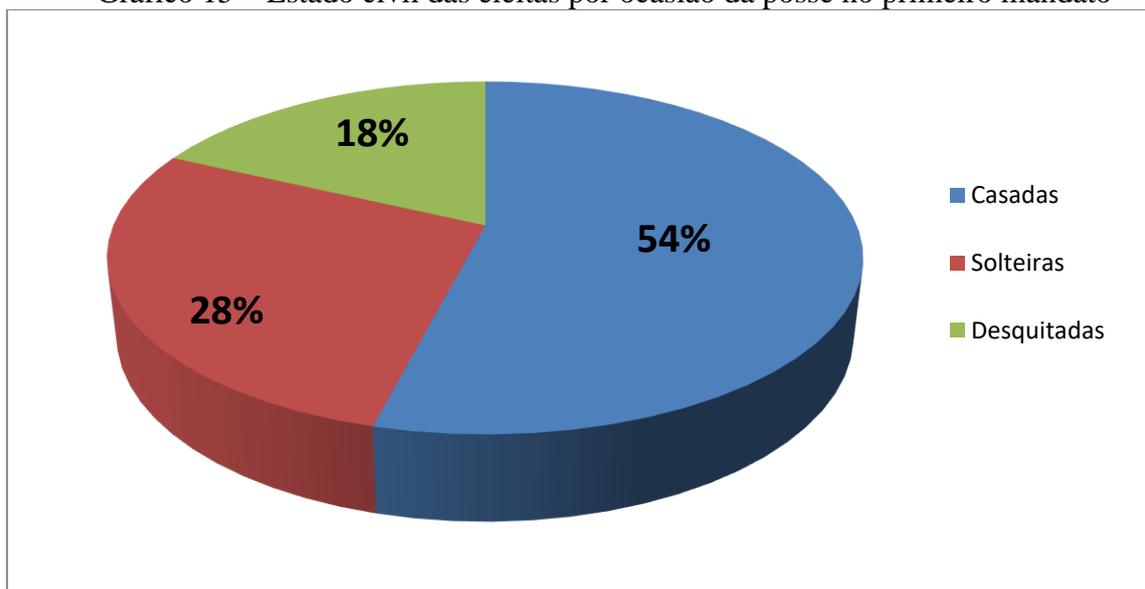
Dussel segue, acrescentando mais papéis em que as mulheres são tradicionalmente vistas, como:

- Ama da casa: senhora possadora daquilo que está no espaço fechado, ou seja, sua casa;

- Ela é pela mediação do varão. Na medida em que ele se realiza, ela também se realiza. A espécie humana é o homem. A mulher é o segundo sexo, como diz Simone de Beauvoir, lembra Dussel.

O filósofo argentino analisa ainda outro sinal claro de opressão: ao casar-se, a mulher, via de regra, coloca o sobrenome do marido. Isso é um símbolo que reproduz e enfatiza a possessão.

Gráfico 15 – Estado civil das eleitas por ocasião da posse no primeiro mandato⁶⁸



Fonte: Entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

O estado civil⁶⁹ das mulheres eleitas em Caxias do Sul, de 1960 a 2014, é predominantemente de mulheres casadas (54%, correspondente a 6 mulheres) e apenas Esther Troian Benvenuti não tinha filhos. São elas: Esther Troian Benvenuti, Silvana Piroli, Ana Maria Corso, Marisa Formolo, Maria Helena Sartori e Justina Inez Onzi. Duas divorciadas correspondendo a 18%, Iró Nabinger e Rachel Grazziotin.

As solteiras são 28%, correspondente a três mulheres eleitas, sendo elas as vereadoras Rosane Hambsch, Geni Peteffi e Denise Pessôa. Além disso, duas delas também são as que assumiram cargo eletivo com menor idade entre todas as eleitas, Rosane Hambsch (31 anos) e Denise Pessôa (26 anos).

Dussel (1990, p. 23) ainda pergunta como a mulher alienada tem respondido a tais circunstâncias e lista duas condições:

⁶⁸ A primeira mulher eleita como vereadora por um mandato foi Esther Troian Benvenuti, que não tinha filhos. Iró Nabinger tinha quatro filhos. Rachel Grazziotin, quando assumiu como vereadora, tinha uma filha. Geni Peteffi e Rosane Hambsch não tiveram filhos. Silvana Piroli e Ana Corso têm dois filhos cada uma. Denise Pessôa não tinha, mas agora tem um filho. Marisa Formolo tem três filhos. Maria Helena e Justina Onzi, com dois filhos.

⁶⁹ Atualmente, Rosane e Denise estão casadas. E cinco delas já faleceram.

a) Mistifica sua própria alienação e sublima sua debilidade;

b) Produz uma introjeção por meio da pedagogia dominadora do opressor – desde a infância nos empenhamos a pré-determinar as diversas funcionalidades (social, histórica e política), ou seja, uns a serem dominados e outros a serem dominadores.

Nesse sentido, é que a educação reproduz tal discurso. Isto é: a mulher, a mãe educa a menina como “oprimida que ela é”, contra sua própria consciência de aliená-la. Parece que a mulher mãe acrescenta à mulher professora que educa os filhos seus e dos outros contra si mesma. Sendo alienada, reproduz a possessão e a dominação mesmo dizendo que educa para a liberdade e para a autonomia. Isso fica visível em pequenos gestos e situações em casa, na escola, na comunidade, nas igrejas... Filas separadas por sexo; cores estigmatizando o sexo (rosa para menina e azul para menino); meninos para liderar grupos, fazer atividades de força, meninas se enfeitando e chorando; meninos brigando e soqueando. É a naturalização da alienação sem analisar os conteúdos aprendidos em todos esses espaços pedagógicos.

Dussel avalia fatores determinantes de opressão. Conforme ele, a mulher não é a única oprimida. Há muitos varões oprimidos por estruturas totalizantes, por isso entende que a libertação da mulher não se dará somente pela mulher. É preciso haver uma libertação integral do homem. “[...] pois ele também está alienado” (DUSSEL, 1990, p. 23). Ambos têm de libertar-se, defende o filósofo argentino. De acordo com ele, uma sociedade totalitária não permite a explosão do “outro” como outro e é natural ser assim, nessa estrutura dominadora, por isso, não se move.

Para romper essa totalidade a sociedade tem que mover-se, não só a mulher. O autor prossegue, dizendo que, na pedagogia do viver, antes o caçador matava animais para sobreviver, hoje, passou a caçar pessoas nas guerras. Caso continuar assim, necessitando de armas para fazer entender nossas razões, seremos presas para os leões, e não teremos razões para convencer o contrário. E as mulheres e homens não terão condições de libertarem-se. Por outro lado, se houver adoção de outro pensamento, poderão ocorrer modificações.

Dussel aborda o pensamento de Azorin, que salienta que a força é um conceito mutável. Inicialmente, estava apoiada na matéria, depois, foi sendo sucedida pela inteligência. Pode parecer insignificante essa mudança. Mas é estruturante de uma possibilidade de desalienação da mulher enquanto ser humano com menor força material, física, muscular, mas com força de pensar e de criar soluções à sociedade. Esse horizonte conceitual é um caminho para ir provocando rompimentos com opressões milenares.

Ao passar do tempo, Dussel (1990, p. 24) verifica que vários movimentos de feminismo foram se constituindo, desde os povos originários latino-americanos a outros no

ocidente e no oriente. Na visão do autor, para abordar tais questões, não há necessidade de se eliminar o varão para tratar do feminismo, nem usurpar o seu lugar ou negar as diferenças. Para a liberação da mulher, uma alternativa seria distinguir suas diferentes participações na vida pessoal e social, incluindo sua ação no campo político-partidário, a exemplo do que se propõe nesta tese.

Para colaborar nesse processo de libertação feminina (e também masculina, pois tanto a mulher quanto o varão são vítimas da opressão), Dussel apresenta um relevante raciocínio. Conforme ele, não se pode confundir “feminilidade” com “mulher”, nem ambas com pessoa humana, pois essa é a mesma para homem e para mulher. Esclarece o autor argentino:

Quero dizer que a mulher também porta algumas notas de masculinidade, e também o homem de feminilidade, mas tem que se entender bem claro que, primeiro, homem e mulher são pessoas humanas e nisso são idênticos, mas também são portadores de certas notas distintas, que temos de descrever. [...] Por exemplo: se digo que é da feminilidade ser mãe. Um homem que cria uma ideia ou um livro, não é também mãe de sua obra? A fecundidade não é exclusiva da mulher. A mulher é portadora privilegiada da feminilidade, mas não exclusiva, e o homem é portador privilegiado da masculinidade, mas não exclusivo (DUSSEL, 1990, p.30).

Assim sendo, na perspectiva de mulher e homem como pessoas humanas e para dar um fechamento a suas análises, Dussel elenca algumas conclusões. Entre as quais, a de que a libertação da mulher supõe a libertação do homem como espécie. Num contexto de postura política, que acompanha o humano, vale interpretar que o contrário também é verdadeiro: a de que a libertação do homem supõe a libertação da mulher como espécie. Os dois são pessoas humanas e como tal, realça o próprio Dussel, deveriam agir no caminho da irmandade (*los hermanos e las hermanas*), da solidariedade, que é um caminho político.

Vale considerar, ainda, que Dussel, em suas reflexões sobre a opressão da mulher, explorou apenas uma parte do pensamento filosófico. Acreditamos que, se tivesse percorrido as demais áreas do conhecimento, como a sociologia, a política, a antropologia, a teologia, a economia e a própria psicologia, entre outras, teria encontrado posicionamentos semelhantes em torno da questão: “A mulher: um ser oprimido”. Afinal, essa é uma percepção que ajuda a justificar a baixa participação do público feminino, por exemplo, na política partidária e nas esferas de poder governamental eletivas.

Ao mesmo tempo em que fundamenta sua dimensão histórico-filosófica, considerando a mulher um ser oprimido, Dussel destaca que a superação dessa opressão passa, também, por uma resignificação do ethos feminino e do ethos masculino. A superação dessa dicotomia, dessa contradição, pressupõe categorizar o feminino e o masculino enquanto ethos e não enquanto característica de portador de um sexo, de ser homem ou ser mulher, mas é uma questão

de gênero humano, em que o ethos feminino não é só característico da mulher e o ethos masculino não é só característico de homem. O ser humano está além do ser homem e/ou do ser mulher.

Esta reflexão filosófica de resgatar o ser humano nas pessoas, independente do sexo, não faz parte da conduta histórica da humanidade, pois o colonialismo, o patriarcado, e a escravidão como elementos presentes nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais (destacando aqui as religiões, as artes, as ciências, a filosofia) marcaram profundamente as relações de dominação, de opressão, de dependência de parte da humanidade. Notam-se as características próprias da idade primitiva, escravista, feudal, capitalista, socialista, comunista, que não considera o “bem viver” como nova possibilidade de humanização, mesmo vivendo dentro de um capitalismo neoliberal globalizado, excludente, concentrador de classe e massificador.

A libertação, pois, da mulher, em Dussel, não é só uma questão de sexo, mas é necessária a libertação da própria humanidade de todas as formas de dominação, mesmo que modernizadas, tentando confundir a sociedade como se estivesse em estado democrático. No Brasil, com o golpe de 2016, tiraram a primeira mulher eleita presidenta no país e passaram a vender as grandes riquezas naturais, como o petróleo, a indústria estratégica e a Embraer, ao grande capital financeiro internacional.

Nessa reflexão, constata-se que, pelo fato de as entrevistas com as mulheres da pesquisa terem sido feitas em tempos diferentes, não poderemos trabalhar na análise conceitual com categorias conjunturais. Entretanto, as categorias filosóficas do ethos feminino e do ethos masculino nos ajudarão a compreender e a explicitar os fatores determinantes para o ingresso na política partidária, a participação em processos eleitorais e o exercício de mandatos públicos eletivos.

Reverendo autores com quem convivi nessa luta política partidária, destacamos colegas militantes que sistematizaram práticas políticas que contribuíram para fortalecer a luta por reconhecimento das mulheres nas religiões, nos movimentos sociais, nos partidos. Destaco aqui Leonardo Boff⁷⁰ e sua esposa Márcia Miranda, com quem trabalhei e trabalho desde a década de 1980. Dentre muitas produções, para esse tema, cito *Masculino Feminino*, de Boff, que, junto com Lucia Ribeiro⁷¹, produziu o livro.

⁷⁰ **Leonardo Boff** (1938) teólogo, escritor e professor brasileiro. Nasceu em Concórdia, Santa Catarina, no dia 14 de dezembro de 1938. Neto de imigrantes italianos, da região de Vêneto, os quais vieram para o Brasil no final do século XIX, Boff é um dos maiores representantes da Teologia da Libertação, corrente progressista da Igreja Católica. Entre os vários títulos que já publicou: *Saber cuidar(...)* e *a Águia e a galinha*.

⁷¹ **Lúcia Ribeiro** é socióloga e integrante do Iser Assessoria (Rio de Janeiro – RJ), que é uma associação criada no Instituto de Estudos da Religião, sem fins lucrativos e cuja missão é fortalecer a democracia participativa nos

Trazendo a abordagem para o problema de estudo desta pesquisa, fica explícito nas entrevistas das mulheres eleitas e no exercício dos mandatos que há opção de ir além da atuação no espaço familiar, assumindo militância na comunidade, na atuação social de sua religiosidade, nos partidos políticos, na militância estudantil. Respondemos a esse desafio tendo como determinantes a nossa opção de fé, de vida profissional, de consciência que somos *animus* e *anima*, isto é, masculino e feminino como princípios estruturadores da pessoa humana.

A necessidade do movimento feminista não é só porque boa parte da humanidade é composta por mulheres e a mulher é um ser oprimido, pois há o predomínio de uma cultura social, patriarcal, machista, colonial e escravista que precisa ser superada. Como diz Boff (2007, p. 49): “Elas nos mostram que as grandes instituições de nossa cultura são criações do patriarcado como o Estado, as leis, a burocracia, o exército, as guerras, o tipo de ciência e tecnologia que desenvolvemos e a competição que investimos em nossas atividades” (BOFF, 2012, p. 49). Além disso, Bachelard⁷² (epistemólogo das ciências), referido por Boff, constata que “a ciência moderna é uma produção masculina e masculinizante”. Contribuir para mudar esse viés implica uma análise mais profunda sobre o processo democrático e maior abertura de espaços para o público feminino, pois a mulher já foi protagonista de importantes fatos históricos⁷³.

campos político e eclesial, com vistas à superação das desigualdades sociais, à ampliação da esfera dos direitos, à afirmação da cidadania, à participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas, no estabelecimento de um novo paradigma de desenvolvimento e na busca do Bem-Viver (FonteAcesso: 20 out. 2020).

⁷² **Gaston Bachelard** nasceu em 1884, na França, e morreu em 1962. Foi epistemólogo, filósofo da ciência, crítico, cientista e poeta. Alguns de seus livros: *A poética do espaço*, *A psicanálise do fogo*, *A água e os sonhos* e *A poética do devaneio*.

⁷³ A história costuma receber a ênfase que o sistema dominante estabelece, mas há exemplos que quebram com essa tradição e precisam ser referenciados. No caso do Brasil, um país em que o modelo patriarcal lidera as decisões, a figura masculina sempre esteve sobrepondo-se à feminina. Nesse sentido, é raro ouvir as pessoas falando a respeito da verdadeira responsável pela independência do país. Mas, na verdadeira história, em vez de Dom Pedro I – com o grito de independência, em 7 de setembro de 1822, às margens do córrego do Ipiranga, em São Paulo –, entra em cena a princesa Leopoldina, que mais tarde tornou-se imperatriz. Foi ela que estava regente do país, em 1822, e tomou a atitude de decretar a separação do Brasil de Portugal, para evitar que o país fosse recolonizado pelo império português. Graças à sua habilidade política, convenceu o marido sobre a necessidade de ele liderar um movimento de independência capaz de tornar o Brasil uma monarquia sob o comando do próprio Dom Pedro I. Foi Leopoldina, princesa de origem austríaca, em conjunto com o então ministro José Bonifácio, que assinou uma carta que dizia ser preciso declarar a independência do Brasil. A correspondência foi entregue com urgência para o então príncipe Pedro, que se encontrava em território paulista, e compreendeu ser o melhor encaminhamento, permanecendo no país e tornando-se imperador. No entanto, quem até hoje leva os louros por tal ato? Caso Leopoldina tivesse subido num cavalo com uma espada na mão, a nossa proclamação da Independência de Portugal seria reconhecida como ato de uma mulher? Difícil é a história oficial brasileira substituir a figura simbólica do homem sobre o cavalo e de espada em punho pela imagem de uma mulher com caneta e papel em mãos decidida a melhorar a vida dos habitantes e garantir a autonomia do povo que a acolheu. Difícil, mas seria necessário que essa mudança fosse implementada o quanto antes até mesmo para compensar um reconhecimento que deveria ter acontecido em 1822. É o mesmo tom de reconhecimento pátrio que falta a muitas mulheres que ajudaram e têm ajudado a desenvolver nosso país e tantas outras nações. A autora norte-americana Nancy Fraser (2006, p. 233) explica que as lutas de reconhecimento precisam acontecer até por uma questão de justiça. Ela discorre a respeito evocando três políticas necessárias para constituir justiça: política de

3.4 DEMOCRACIA E REDISTRIBUIÇÃO NO RECONHECIMENTO DA MULHER

Em diversos espaços, como na vida familiar, na escola, na universidade, nos grupos sociais, nos movimentos populares, nas pastorais sociais, nos partidos políticos, nas associações comunitárias, nos sindicatos, entre outros, somos desafiadas a uma consciência social e criamos sobre nós expectativas e autoimagem que nos encorajam e convencem que o espaço público, com mandatos eletivos, é mais um lugar para cuidarmos da vida, das pessoas e do ambiente. Entretanto, o poder no espaço privado é diferente do poder no espaço público acessado por meio de mandatos eletivos, onde há, permanentemente, profundas disputas numa constante correlação de forças em função dos aspectos econômicos, políticos e sociais.

E essa luta, que se subentende democrática, é mais que necessária, principalmente porque pode sinalizar avanços tanto no campo político quanto em outras áreas, e ajudar na busca de reconhecimento às mulheres, as quais são colocadas em segundo plano nas sociedades que reproduzem modelos patriarcais.

Montironi evoca o que chama democracia necessária como a única capaz de regular/controlar o sistema. De acordo com o pesquisador, das características de um sistema político democrático, é possível extrair um caráter comum e fundamental do ponto de vista da sociedade, que é o de regulação com participação dos cidadãos:

a democracia, quer se explique como controle ético e normativo do poder constituído, quer atue como comunicação interna entre estratos e subsistemas da sociedade, quer satisfaça a exigência de "fazer falar os cidadãos" e de "responsabilizá-los" como sujeitos, quer, enfim, que produza equilíbrios do direito o do contexto micro e macroeconômico, se apresenta sempre como uma função de regulação da sociedade (2001, p. 23)

Com base em Arendt (1998), observa-se democracia como um exercício de cidadania ativa e acessível a todos. Nessa linha, também reflete Santos (2016). No texto "Politizar a política e democratizar a democracia", o autor sugere uma atividade: indagar que política há para politizar, quando, na sua essência, a política é para estar politizada; e por que democratizar

reconhecimento, política da redistribuição e política da participação democrática. No que se refere aos atos de reconhecimento, quando não ocorrem no tempo presente, devem se dar a qualquer tempo, indica a autora. São inegáveis a participação e a influência de Carolina Josefa Leopoldina Fernanda Francisca de Habsburgo-Lorena na decisão que mudou o destino do Brasil, transformando-o em uma terra autônoma, mudança que foi oficializada em 7 de setembro de 1822. Por isso, esta grande mulher precisa ser reconhecida na história como peça fundamental de nosso país. Salve, imperatriz Leopoldina, uma mulher estrangeira que adotou o Brasil e fez dele uma nação independente e capaz de caminhar com autonomia e decisões próprias.

a democracia, quando o substantivo já tem na etimologia da palavra a raiz do verbo, ou seja, também é da essência da democracia democratizar.

Ao fazer essas observações, Santos constata que as práticas políticas perderam seu sentido originário. E vai além: analisa elementos da história latino-americana e a democracia da representação ou representativa, trazendo exemplos de democracia participativa. O autor lembra, no entanto, que a democracia representativa (DR) é também uma criação do próprio capitalismo. Tem seu grau de importância, e foi implantada sob a seguinte divisão: representativa, participativa e comunitária.

O sociólogo confere que, na América Latina, há uma evidente incompatibilidade entre capitalismo e democracia, mas essa democracia descompromissada e não a que o autor deseja para a comunidade. A relação é conturbada e o fascismo vem para piorar, explica. E, de acordo com o autor, a democracia foi institucionalizada na Europa sob a condição de o socialismo deixar de ser o horizonte das lutas democráticas. Entretanto, enfatiza Santos: "socialismo é democracia sem fim" (2016, p. 133) e ressalta: "a democracia é todo processo de transformação".

Como exemplo de democracia participativa, o sociólogo português se aproxima do território brasileiro e cita o Orçamento Participativo, em Porto Alegre/RS-Brasil. No que se refere à mobilização popular, menciona o Fórum Social Mundial (FSM), cuja primeira edição aconteceu em 2001, também em Porto Alegre/RS.

Mas o impulso democrático das últimas três décadas teve outras dimensões que foram além da DR. Distingo duas delas. A primeira foram as experiências de democracia participativa em nível local que emergiram no final da década de 1980 com os orçamentos participativos municipais de que Porto Alegre foi a cidade pioneira. O êxito da experiência foi surpreendente mesmo para seus protagonistas, reproduziu-se em muitas cidades do Brasil e de toda a América Latina, suscitou a curiosidade dos líderes municipais de outros continentes – nomeadamente da Europa –, que sob diferentes formas foram adotando a prática do orçamento participativo, e acabou por levar o Banco Mundial a chamar a atenção para as virtudes dessa forma de democracia participativa e a recomendar sua adoção (SANTOS, 2016, p. 123-124).

Na ótica do autor, a democracia só é revolucionária na medida em que ampliar e aprofundar a democracia social, “ao conduzir eficazmente a luta contra o fascismo social, e defende com igual eficácia a democracia política contra as tentativas de desestabilização do fascismo político” (SANTOS, 2016, p. 134). Nesse percurso, pode haver confusão que precisa ser evitada, como trocar "tomada do poder com exercício do poder". Segundo o escritor, emancipação social é o efeito agregado das lutas contra as diferenças. E, em país múltiplo como o Brasil, mais que oportuno é pensar a democracia sob o eixo da representação e do respeito à

diversidade social, sugere, dando sinal da necessidade de maior abertura para a atuação das mulheres.

Assim como em outras áreas do conhecimento e da organização social, Fornet-Betancourt (2008, p. 238) levanta questão semelhante à de Santos na área da filosofia. O filósofo cubano defende a ampliação dos espaços para o feminino. "Queremos propor para continuar o caminho: uma transformação da filosofia desde as mulheres - como sujeitos! - que requer uma transformação dos métodos para o desenvolvimento da razão assim como dos hábitos no uso da razão".

Entre seus estudos, o pesquisador observa a necessidade de um maior reconhecimento do protagonismo das mulheres. Além disso, apresenta um panorama das filósofas feministas que, com suas obras, colaboraram ou vêm colaborando para modificar a difícil relação entre mulher e filosofia na América Latina. No livro *Mulher e filosofia no pensamento ibero-americano: momentos de uma relação difícil*, ele faz uma síntese da história e do estudo de filósofas de diferentes países do referido território. Entre elas, está a porto-alegrense Magali Mendes de Menezes, professora na Faculdade de Educação da UFRGS, que, segundo o autor, tem uma voz que começa a ser escutada.

Nesse mesmo texto, Fornet-Betancourt (2008, p. 238) cita reflexões que Enrique Dussel faz sobre o contexto feminino no livro *Liberacion de la mujer Y erótica latino americana* (1990). Vale retomar o que já mencionamos: logo no início do texto, o filósofo argentino constata que, historicamente, "a mulher é um ser oprimido" (DUSSEL, 1990, p. 9-17). E dá exemplos dessa condição:

[...] la mujer era política y ontológicamente dependiente en el pensamiento griego. No podía ser de otra manera, porque como ellos no tenían experiencia del "Outro" como outro fuera de la totalidad unívoca, el "varón" era libre, y ese libre era el ser humano. La mujer "no-era" libre, sino que lo era por mediación del varón, y esto sigue sendo actual: la realización de la mujer estriba em la realización de su esposo, de tal manera que si él es un gran pintor ou un gran fotógrafo, ella es la esposa del gran pintor, etc. [...]

Também nesse livro de Dussel, nos surpreende uma citação de Ortega y Gasset (1973), extraída do livro *O homem e a gente – Inter-comunicação humana*, demonstrando a parcial visão de humanidade de um filósofo na medida em que exclui a mulher da condição de sujeito – surpreende-me mais ainda porque trabalhava com sua obra desde 1979, o que mostra o quanto a gente vai aprendendo ao retomar as mesmas leituras em distintos momentos da vida. O filósofo e escritor espanhol afirma que "[...] o destino da mulher é 'ser em vista do homem'" (1973, p. 168). São palavras que alienam ainda mais o público feminino, o qual, culturalmente,

vem sendo secundarizado. Ortega y Gasset (1973, p. 166) também associa o homem à claridade de ideias e a mulher, à confusão delas.

Dussel calcula que a dominação do homem sobre a mulher vem desde quatro ou cinco mil anos antes de Cristo, originando uma sociedade patriarcal. O filósofo argentino lamenta as disparidades resultantes do patriarcalismo. “En concreto, en nuestra sociedade milenariamente patriarcalista, el varón se há atribuído de tal manera ‘la espécie humana’ que le ilamamos em castelhano: il hombre. Se disse: ‘el hombre e la mujer’, no ‘varón y la mujer’” porque tudo se atribui primeiramente ao homem, ficando para a outra parte, no caso a mulher, a denominação de “segundo sexo” (DUSSEL, 1990, p. 13-14).

Paralelamente a esse direcionamento da mulher a um segundo plano, culturalmente, atribuíram a ela multitarefas. Assim, raramente deixa de lado as atividades ligadas ao lar, à família, para priorizar a liderança social ou o exercício de funções públicas eletivas, diferentemente do que faz o homem. Por isso, os índices de participação delas em cargos eletivos e também em áreas de gestão é inferior ao do público masculino. A historiadora caxiense Maria Abel Machado (1998) confere que, quando decide entrar na vida pública ou realizar ações para além de seu cotidiano tradicional, a mulher acaba acumulando as funções.

Embora incompatíveis entre si, a mulher as assume, procurando desempenhá-las da melhor forma possível. Cheia de remorsos por não poder dar mais a mesma atenção e dispensar os mesmos cuidados aos filhos e ao marido, sente-se como se fosse a única responsável pela situação e sofre um grande desgaste físico e mental (MACHADO, 1998, p. 72).

Nesse sentido, para este estudo, uma outra questão se coloca: Como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade, foram constituídos? (SCOTT, 1994, p. 19). A socialização pode influenciar nesse processo, incorporando referências que potencializam algumas expressões ou sentimentos, como as crenças, os valores, as disposições e o reconhecimento humano.

4 RECONHECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS ELEITAS EM MANDATOS PÚBLICOS

O reconhecimento é uma das maneiras de abrir mais espaço para o público feminino e de estimulá-lo a se colocar em territórios em que sua expressão permanece ainda muito ínfima diante da participação masculina, a exemplo do que ocorre na política. Por sua relevância no contexto feminino, o reconhecimento, na conexão com a justiça, ganha ênfase neste capítulo.

Para que se reconheça alguém por sua trajetória profissional, por sua importância na sociedade, por sua atuação política ou em outras tantas áreas, torna-se necessário conhecer tal percurso e liberdade para valorizá-lo. Um dos obstáculos que ainda inibem esse reconhecimento, porém, é a opressão. Quando a mulher é oprimida, independentemente da circunstância, ela tende a se enclausurar e evita se colocar em exposição pública.

Lembramos aqui um livro do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, intitulado *Pedagogia do oprimido* (1983). Nele, o autor considera a opressão uma situação de violência instaurada por quem tem poder e “que gera toda uma forma de ser e comportar-se nos que estão envolvidos nela. Nos opressores e nos oprimidos. Uns e outros, porque concretamente banhados nesta situação, refletem a opressão que os marca” (FREIRE, 1983, p. 48). E por que essa opressão acaba tão enraizada, especialmente, quando a realidade abrange as questões de gênero?

Uma resposta possível, inspirada nas reflexões freireanas, seria pelo fato de que tal violência, “como um processo, passa de geração a geração de opressores, que se vão fazendo legatários dela e formando-se no seu clima geral”, o que cria nos opressores uma consciência possessiva, reduzindo tudo a objeto de comando dos homens (FREIRE, 1983, p. 48-49), incluindo, neste caso, infelizmente, as mulheres. Assim, a opressão acaba se impondo e impedindo que o reconhecimento aconteça.

Em *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, a filósofa estadunidense Judith Butler (2018) enfoca mais a questão política do reconhecimento e da ação política em si, apresentando uma discussão interessante entre suas ideias e as de Hannah Arendt, tendo como referência a mulher (*entre outros grupos do espectro de sujeitos em situação precária de reconhecimento na esfera pública*).

A autora explica que o objetivo de uma política democrática não é estender o reconhecimento igualmente a todas as pessoas, mas, em vez disso, compreender que, modificando a relação entre o reconhecível e o irreconhecível, a igualdade pode ser entendida e buscada e o povo pode se abrir para uma elaboração mais profunda. “[...] Existe uma vasta

região daqueles que permanecem irreconhecíveis [...]. Paradoxalmente, conforme certas formas de reconhecimento são estendidas, a região do irreconhecível é preservada [...]" (2018, p. 11).

Conforme Butler, as formas explícitas e implícitas de desigualdade, que algumas vezes são reproduzidas por categorias fundamentais, como inclusão e reconhecimento, têm de ser entendidas como parte de uma luta democrática temporariamente aberta. "[...] Nem todas as ações discursivas relativas envolvidas no reconhecimento e no reconhecimento equivocado do povo são explícitas" (2018, p. 12).

Para a filósofa (2018, p. 42), o reconhecimento é importante porque "se dizemos acreditar que todos os sujeitos humanos merecem igual reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos humanos são igualmente reconhecíveis" (BUTLER, 2018, p. 42). A autora verifica que ser radicalmente privado de reconhecimento pode ameaçar a própria possibilidade de existir e persistir (BUTLER, 2018, p. 47). "Minha hipótese é que modos de reconhecer e mostrar certas formas de interdependência têm a possibilidade de transformar o próprio campo do aparecimento" (BUTLER, 2018, p. 50).

Enquanto assessor de Habermas, Axel Honneth defendeu sua tese de livre-docência em 1992, tendo o reconhecimento como tema e mencionando três formas de reconhecimento: amor, direito e estima – vale destacar aqui o entendimento do autor de que o reconhecimento do amor é o núcleo da moralidade.

Com base em teóricos que estudou, seguiu e/ou em partes contestou, nessa perspectiva, traça suas reflexões, considerando o reconhecimento algo que exige um autorreconhecimento e um reconhecer-se no outro e nos conflitos sociais que as relações ou o próprio desrespeito geram, dentro de um contexto simétrico entre os indivíduos e que leva em conta a moralidade e a ética.

O reconhecimento, as situações de conflito, as emoções e os conhecimentos advindos do ambiente em que se vive podem influenciar na tomada de decisões e nas escolhas de mulheres e de homens. Honneth (2009) avalia que podem "os conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, serem capazes de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior" (HONNETH, 2009, p. 18).

Conforme o autor, conflito social é o fundamento da Teoria Crítica e estruturante da Intersubjetividade (2009, p. 17). Honneth insere a centralidade do conflito social em sua análise sociológica e filosófica. Também inclui o conceito de desrespeito e de outras pequenas sínteses sobre conflitos sociais e a metodologia de análise crítica transformadora. Os conflitos de violação de direitos e de desrespeito em suas diferentes graduações desencadeiam reações

capazes de a pessoa lutar para conseguir a identidade e o reconhecimento como ação transformadora.

Continuando nas reflexões de Honneth (2009), num viés solidário, ele apresenta uma visão do reconhecimento que implica respeito, tolerância e interesse para com as particularidades do outro (2009, p. 211). Isso, porém, não quer dizer afastar o desrespeito da cena dos estudos. Pelo contrário, é por causa do desrespeito e de suas formas de manifestação, com consequentes inferências no campo subjetivo das pessoas, que Honneth amplia seu raciocínio. O autor menciona diversas maneiras de desrespeito: as que atingem o corpo e a confiança no outro, como os maus-tratos; a submissão ao rebaixamento moral; a privação de direitos; a exclusão social; a privação do alcance material e político estabelecido sobre as mulheres; a negação das capacidades femininas; a negação do reconhecimento que deveria ser designado a elas; a humilhação social.

Interessante que o olhar do autor sobre o desrespeito não é de condenação e nem de condescendência. Honneth vê no desrespeito também uma possibilidade de motivação, de uma volta por cima, da recuperação da autoestima, do impulso às capacidades do indivíduo e, principalmente, do despertar da luta pelo próprio reconhecimento. Tal reação, no entanto, dependerá de uma estrutura e de um entorno social e coletivo que favoreça essa retomada, sugere o autor. Segundo o filósofo e sociólogo alemão:

[...] saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende sobretudo de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política (HONNETH, 2009, p. 224).

Mesmo que o autor tenha renunciado ao envolvimento com a temática das mulheres em sua obra, em dado momento, admite que a teoria do reconhecimento se cruza com os propósitos dos trabalhos feministas sobre filosofia política. Nesse sentido, trazendo seus posicionamentos para o projeto que elaboramos para a tese, sobre as mulheres na política, torna-se oportuno questionar: Será que a história de vida das mulheres eleitas tem a ver com os conflitos sociais vivenciados no contexto, bem como situações de ataque à construção da identidade? E quais são os conflitos e suas configurações para estudar as mulheres na política? Que reconhecimento elas viveram nos mandatos e no campo profissional, cuja maior parte com formação no magistério? Será que houve algum reconhecimento que lhes foi motivador nessas áreas?

Honneth (2017) apresenta uma experiência necessária na formação onde resume a estrutura das relações intersubjetivas sociais de reconhecimento. O reconhecimento intersubjetivo é experiência necessária na formação prática da identidade e se dá em diversas etapas. A psicologia social de Mead⁷⁴ foi incluída por Hegel⁷⁵ na compreensão do reconhecimento social. Seu propósito foi esclarecer “os processos de mudança social, reportando-se às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco, enquanto foi condutor de uma teoria social de teor normativo” (HONNETH, 2017, p. 155).

Com base em Hegel, Honneth lista amor, direito e solidariedade como padrões de reconhecimento intersubjetivo, e destaca a luta social como força estruturante. Ainda guiado por Hegel, o autor considera a essência do reconhecimento recíproco, tendo como foco as relações amorosas, sejam elas bilaterais ou unilaterais, e as reflexões de Winnicott. Tendo em vista o amor como primeira etapa do reconhecimento, pergunta-se: será que as mulheres eleitas se sentiram reconhecidas em casa, na família? A confiança e a segurança em si fazem diferença nesse contexto, sugere Honneth:

[...] visto que essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede, tanto lógica quanto geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental e uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito (HONNETH, 2017, p. 177).

Sobre a autoconfiança que foi necessária às mulheres eleitas saírem da vida privada rumo à pública, Hegel, citado por Honneth, tem um pensamento que pode se encaixar nesse âmbito. O de que só a ligação simbioticamente alimentada cria a medida de autoconfiança do indivíduo, “que é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública” (2017, p. 178). Tem-se, ainda, o reconhecimento social como portador de direitos, independentemente a quem ou de quem se refira.

⁷⁴ **George Herbert Mead** foi um sociólogo norte-americano pioneiro na teoria da interação simbólica e é considerado o fundador da psicologia social.

⁷⁵ **Georg Wilhelm Friedrich Hegel** (1770-1831) foi um filósofo alemão de destaque e um dos criadores do sistema filosófico chamado idealismo absoluto. Nascido em Stuttgart, Alemanha, no dia 27 de agosto de 1770, deixou várias publicações, ente as quais: *A Razão na História*, *Fenomenologia do espírito (Parte I)*, *Fenomenologia do espírito (Parte II)*, *Princípios da Filosofia do Direito* e *Sobre o ensino de Filosofia*.

“[...] independentemente das diferenças no grau de disposição econômica, cabem a todo membro da sociedade todos os direitos que facultam o exercício igual de seus interesses políticos” (HONNETH, 2017, p. 190). Para além do indivíduo, a convivência em grupo influencia no exercício dos direitos, pois ser membro de um grupo tem relação com o valor da coletividade e “a todo membro de uma coletividade política deve caber o direito igual à participação no processo democrático na formação da vontade” (HONNETH, 2017, p. 191). O reconhecimento de que toda pessoa é uma pessoa de direito torna-se extremamente relevante.

Reconhecer-se mutuamente como pessoa de direito significa hoje, nesse aspecto, mais do que podia significar no começo do desenvolvimento do direito moderno; entretantes, um sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso (HONNETH, 2017, p. 193).

Ao lado do reconhecimento, persiste o respeito. E, conforme Honneth, é necessário respeitar a si mesmo para merecer o respeito dos outros. Talvez resida aqui também a condição de reconhecimento para as mulheres serem candidatas, como sujeitas de direito que sabem se autorrespeitar. Como sujeitas humanas que são, “precisam, ainda, além da experiência de dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2017, p. 198).

Pontualmente em torno da estima social das pessoas, o sociólogo ressalta que os critérios pelos quais ela se orienta são predeterminados pela autocompreensão cultural de uma sociedade. E os movimentos sociais também revelam empenho, pois, “quanto mais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social [...]” (HONNETH, 2017, p. 207).

Tratando de reconhecimento no caminho lexicográfico, Ricoeur (2004, p. 26) pergunta: “Como se passa do regime de polissemia regrada dos vocábulos da língua natural para a formação de filosofemas dignas de figurar em uma teoria do reconhecimento?”. É preciso, no entanto, abandonar o caminho lexicográfico, pois, senão, estaremos só buscando novas significações e reescrevendo o novo dicionário. Pois a filosofia não provém do “aperfeiçoamento léxico”, mas da “emergência de problemas filosóficos”, que vão além da “regulação da linguagem ordinária”. Isto é: “o afastamento entre os valores do uso do vocábulo de uma língua natural e as significações geradas em seu âmbito pela problemática filosófica constitui em si mesmo um problema filosófico” (RICOEUR, 2004, p. 26).

Pegamos, agora, o reconhecimento no plano do discurso filosófico, que é um debate mais recente do que a teoria do conhecimento, em torno da qual há várias teorias. O tema do reconhecimento é diferente. É fato que não existe uma teoria do reconhecimento, digna desse nome, diz Ricoeur (2004). O tema da tese que trato também é expresso em estudos mais recentes, tendo, pois, alguns desafios epistemológicos e empíricos para tratá-lo: as mulheres na política. O parco conhecimento político, social e cultural existente em torno do tema tem a ver com o reconhecimento possível nesse contexto ou com as teorias científicas que explicitam a vida das mulheres na política.

Na verdade, o autor inicia dizendo que a teoria do reconhecimento é complexa para a filosofia. Até por isso dá para entender porque não há uma densa obra filosófica sobre o tema. Ele aparece “como um diabo inoportuno”, “ora bem acolhido”, até mesmo esperado. A origem léxica do “reconhecimento”, diz Ricoeur, “é como se o vocábulo ‘reconhecimento’ tivesse uma estabilidade lexical que prestificasse seu lugar a título de verbete léxico, na ausência de qualquer apadrinhamento filosófico que estivesse à altura da amplitude do campo de suas ocorrências” (RICOEUR, 2004, p. 14). Essa é uma das razões pelas quais Ricoeur faz todo um estudo léxico em autores diferentes e tempos diferentes. Mas não basta isso. Ele fortalece e explicita a importância da prática linguística. Além do que, os usos da língua têm passagens de sentido que se dão “por saltos imperceptíveis”, residindo no “não dito” da definição anterior, na polissemia regrada (RICOEUR, 2004, p. 14).

Ricoeur diz que o percurso do reconhecimento tem uma dinâmica que guia a “promoção do reconhecimento-identificação, em segundo lugar a transição que conduz da identificação de algo em geral ao do reconhecimento por si mesmas de entidades especificadas pela ipseidade e o reconhecimento de si mesmo ao reconhecimento mútuo até a última equação entre reconhecimento e gratidão” (RICOEUR, 2004, p. 10). Simplificando, o próprio autor explicita: “eu reconheço ativamente alguma coisa, pessoas, eu próprio, e eu peço pra ser reconhecido pelos outros”.

Mesmo descrevendo e argumentando o percurso e não a teoria do reconhecimento, Ricoeur identifica que, na dinâmica, o que guia a identidade está presente em todo percurso, permanece em “cena até o fim”, mesmo passando constantemente por transformações. Essa questão, a da identidade das mulheres eleitas na política e o exercício em seus mandatos públicos, poderá ser constituída a partir da análise e da interpretação de suas histórias de vida, expressas nas entrevistas, análises e/ou em outras fontes. Qual será essa identidade, o grau do tipo de reconhecimento de si mesmas e o reconhecimento mútuo serão elementos que farão parte de nossa pesquisa.

Os vários estudos entre o dicionário de Grand Robert e sua comparação com o Littré evidencia as inovações decisivas de uma obra num século posterior à sua irmã mais velha [...]. O centro vital de um dicionário de língua continua a ser qualquer que seja a importância dos exemplos, a definição (RICOEUR, 2004, p. 21).

Essas definições pretendem cobrir todo o definido, esclarecendo-o e exemplificando-o, “fazendo do dicionário uma imensa rede representativa das relações semânticas no léxico de nossa língua” (RICOEUR, 2004, p. 21). Descreve o autor, detalhadamente, o que é, como usar e o que encontrou entre os dois dicionários, com anos de diferença, autores diferentes sobre a palavra “re-conhecimento”.

No que diz respeito ao vocábulo “reconhecer”, que serve aqui como prova para as compreensões lexicográficas, as ideias-mãe são reduzidas a três: 1) Apreender (um objeto) pela mente, pelo pensamento, ligando entre si imagens, percepções que se referem a ele, distinguir, identificar, conhecer por meio da memória, pelo julgamento ou pela ação; 2) Aceitar, considerar verdadeiro (ou como tal); 3) Demonstrar por meio da gratidão que se está em dívida (sobre alguma coisa, uma ação)... Vejamos, pois, que o autor busca nos dicionários o sentido etimológico e nos diferentes momentos e fontes na história. “O afastamento entre os valores de uso de um dos vocábulos de uma língua natural e as significações geradas em seu âmago pela problemática filosófica constitui em si mesmo um problema filosófico” (RICOEUR, 2004, p. 2).

Quando optamos pela problematização filosófica parece possível produzir um certo “deslocamento” da ordem em relação ao que Ricoeur chama de derivação lexicográfica, como a do exercício que fez com os dicionários de Grand Robert e Littré. Afirma ainda a não existência de três focos que não têm referência comum. O foco de sentido kantiano (Rekognition) na crítica da razão pura; o bergsoniano no “reconhecimento das lembranças” e o hegeliano na palavra “Anerkennung” (RICOEUR, 2004, p. 27).

A ideia de reconhecimento é um dos fios condutores desta investigação científica porque tornou-se uma lacuna no contexto de vida de muitas mulheres que têm se empenhado pela sociedade em cargos eletivos, porém que não conseguem ampliar seu contexto porque persiste uma tendência cultural, econômica e social de ocultar o devido merecimento ao público feminino que decide avançar dos espaços domésticos para os lugares públicos e de decisão social.

4.1 DO RECONHECIMENTO MÚTUO À ALTERIDADE E AO RESPEITO

Ricouer passa da luta para o reconhecimento de si e do outro para a ideia de luta substituída pela ideia não violenta da troca de dons, em que se respeitam e se reconhecem uns com os outros. “Minha hipótese é a de que os usos potenciais do verbo reconhecer podem ser ordenados segundo uma trajetória que vai do uso na voz ativa para o uso na voz passiva” (RICOUER, 2004, p. 28). Há, pois, variação de usos e de significados do “reconhecer”.

Destacamos alguns: 1) “Reconhecer alguma coisa como o mesmo, como idêntica a si mesmo, e não como diferente de si mesma, implica distingui-la de todas as outras” (RICOUER, 2004, p. 30). Nessa primeira concepção, o conhecer e o reconhecer estão juntos: identificar/distinguir. A pesquisa que faremos deverá conhecer cada uma das mulheres na política e distinguir cada vereadora, vice-prefeita, deputadas, sujeitas da pesquisa; 2) Reconhecer as transformações significativas na trajetória da identidade, onde estaremos constituindo o reconhecimento de si; 3) Reconhecimento mútuo – a identidade sob o “reconhecimento mútuo”: é a nossa identidade mais autêntica, a que nos faz ser o que somos, que solicita ser reconhecida (RICOUER, 2004, p. 30).

Ricouer encontra fundamentos nas diferentes ciências e diz que, dentro da filosofia, não existe uma teoria capaz de sustentar a ideia do reconhecimento como teoria filosófica. A partir disso, dá para perceber que o conhecimento/reconhecimento de si e o reconhecimento mútuo são orientações teóricas para seguir na prática metodológica da pesquisa. Assim, verificar-se-á, nas trajetórias de vida das mulheres desta pesquisa, a autoidentidade, a diferença que fazem de si, se se reconhecem como sujeitas na política e como é ou foi o reconhecimento que a sociedade, através de pessoas e instituições, efetuou e como elas se reconhecem nessa relação com o outro, a outra.

É também em Hegel que Paul Ricouer busca referências sobre essa dimensão do reconhecer. De Kant⁷⁶, traz a primeira publicação do vocábulo “recognitio”, num glossário filosófico, datado de um sentido específico no campo filosófico. Revendo, o sentido descrito anteriormente, no primeiro caso, identificar é distinguir: um não é outro. No segundo, a identificação tomou o lugar de si, isto é, identidade entre “mesmidade e ipseidade”, entre eu e o outro. No terceiro (Ricouer), o reconhecimento mútuo na reciprocidade e a mutualidade em seu espaço de manifestação.

⁷⁶ **Immanuel Kant** (1724-1804) foi um filósofo alemão e fundou a Filosofia Crítica, sistema que buscou determinar os limites da razão humana. A obra de Kant é considerada a base da filosofia moderna. Alguns de seus textos: *A Paz Perpétua*, *A Religião nos Limites da Simples Razão* e *Crítica da Razão Prática*.

Já a filósofa norte-americana Fraser (2007) explica que a política progressista se dividiu em dois campos: redistribuição e reconhecimento. A autora salienta que as reivindicações redistributivas igualitárias forneceram o caso paradigmático para a maior parte da teorização a respeito da justiça social no último sesquicentenário. Já a atração pelo reconhecimento é recente. “[...] atraiu o interesse dos filósofos políticos e, alguns entre eles, têm buscado desenvolver um novo paradigma normativo que coloca o reconhecimento em seu centro” (FRASER, 2007, p. 102). Ao abordar sobre moralidade e ética, no contexto da justiça e do reconhecimento, a autora conduz seu olhar mais para a moral. Na opinião de Fraser, o problema central é “saber se os paradigmas de justiça usualmente alinhados com a ‘moralidade’ podem dar conta de reivindicações pelo reconhecimento da diferença – ou se é necessário, o contrário, voltar-se para a ‘ética’” (FRASER, 2007, p. 103).

A filósofa avalia como oportuno elaborar um conceito amplo de justiça e igualdade social e de reconhecimento da diferença. “Justiça, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente” (FRASER, 2007, p. 103). Porém, são temas que suscitam distintos entendimentos. No caso da justiça, por exemplo, a direita entende como uma questão de equidade, entretanto, as pessoas não partem de mesmo ponto, portanto, como tratar diferentes de forma igual? Como podem coexistir?

Contrária a suposições de incompatibilidade, a autora diz que é possível integrar ambos sem sucumbir à esquizofrenia. Nesse sentido, não liga o reconhecimento à ética e trata reivindicações por reconhecimento como “*reivindicações por justiça*, dentro de uma noção ampla de justiça” (FRASER, 2007, p. 105). A filósofa traz a política do reconhecimento de volta para o campo da moralidade mesmo que, em alguns casos, a avaliação ética se torna inevitável. Também rompe com o modelo padrão de reconhecimento, que é o da identidade observada do ponto de vista do indivíduo e abre espaço para o coletivo. Propõe constituir a identidade coletiva por meio de criação de uma cultura própria autoafirmativa. Nesse caso, ver nessa identidade coletiva um modelo de reconhecimento de identidade, enquanto uma política de reconhecimento que significa “política de identidade”.

Em relação ao estudo aqui proposto, qual será a política de identidade existente entre as mulheres eleitas? Fraser observa que, em geral, o modelo de identidade como política de identidade coletiva “aproxima-se muito facilmente de formas repressivas de comunitarismo”. Por isso, a autora sugere uma análise alternativa do reconhecimento, tratando-o como uma questão de status social. A autora chama de “modelo de status”. O que exige reconhecimento não é a identidade específica de uma pessoa ou de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social. Para Fraser, no modelo de status, interação

social significa uma política que visa superar a subordinação, fazendo do sujeito falsamente reconhecido (o modelo de identidade) como sendo um membro integral da sociedade (não apenas de um grupo) capaz de participar com os outros membros como igual (FRASER, 2007, p. 107).

O reconhecimento no modelo de status exige “examinar os padrões institucionalizados de valorização cultural em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais”. O argumento de Fraser é de que a justiça requer tanto a redistribuição de bens quanto o reconhecimento valorativo das diferenças. Numa analogia com nosso estudo, as mulheres eleitas são as atrizes sociais. Será que foram capazes de participar como iguais, com os outros membros, na vida social? Se sim, podemos falar em reconhecimento recíproco e igualdade de status. Quando os padrões institucionalizados de valoração cultural constituem alguns atores como excluídos inferiores ou ficam invisíveis, podemos falar de não reconhecimento e subordinação de status. O não reconhecimento se dá quando as normas culturais impedem a paridade de participação. Posso mostrar que busco o reconhecimento das mulheres na política, pois estão entre as invisíveis, as excluídas, mesmo sendo maioria no país.

O modelo de status visa a superar a subordinação, vendo se as mulheres na política foram sujeitas subordinadas a uma parceria integral na vida social. O modelo em destaque, conforme Fraser, busca “desinstitucionalizar os padrões que impedem a paridade de participação e os substituem por padrões que a promovam” (FRASER, 2007, p. 110). No rastro dessa reflexão, colocando-a em referência à pesquisa que estamos desenvolvendo, mais um questionamento se apresenta: quais os padrões que promovem as mulheres da esfera familiar à eleição na vida pública?

A filósofa ressalta que o modelo de status permite que se combine reconhecimento com redistribuição. Essa integração, acrescenta ela, exige: 1) O entendimento de que o reconhecimento é uma questão de justiça; 2) A justiça distributiva e o reconhecimento constituem paradigmas normativos distintos; 3) A justiça demanda reconhecimento daquilo que distingue [...]; 4) Distinguir reivindicações por reconhecimento. Logicamente que tudo vai depender do conceito de reconhecimento que for assumido. No caso de Fraser, ela realça assumir o modelo de status numa abordagem deontológica (*na linha do estudo do dever*).

A autora cita dois teóricos que estudam o reconhecimento: Axel Honneth e Charles Taylor, os quais entendem que ser reconhecido por outro sujeito é necessário para a formação de uma subjetividade integral. “Negar a alguém o reconhecimento é privá-lo dos pré-requisitos fundamentais para o pleno desenvolvimento humano”, salienta Fraser (2007, p. 111). A autora, entretanto, diferencia seu posicionamento num aspecto. Enquanto os dois teóricos afirmam que

o reconhecimento é uma questão de ética, Fraser propõe ser uma questão de justiça (direito, lei e justiça, um tripé que não fecha).

Ferreira detalha o entendimento de Fraser, a qual:

Traça relevante debate teórico na seara da teoria do reconhecimento com Axel Honneth. Tanto ela quanto Honneth desejam colocar a categoria do reconhecimento como central para a reconstrução de um pensamento crítico em relação às lutas sociais contemporâneas, teorizando o lugar da cultura no capitalismo e pensando padrões de justiça. Honneth, seguindo a tradição hegeliana, defende que o reconhecimento intersubjetivo é a condição para o desenvolvimento de uma identidade positiva necessária para a participação na esfera pública. Fraser, ao contrário, deseja enxergar o reconhecimento não como uma categoria central da Sociologia e da Psicologia Moral baseada na idéia de que o reconhecimento está ligado à auto-realização individual, mas, sim, como uma questão essencialmente de justiça. Ao contrário de Honneth, ela segue a tradição kantiana, daí querer mostrar, portanto, que a categoria do reconhecimento pode ser mais bem explicada de acordo com um padrão universal de justiça (FERREIRA, 2002, p. 2).

Conforme Fraser, o não reconhecimento é moralmente⁷⁷ inaceitável porque nega a indivíduos e grupos a chance de participar como iguais com os demais na integração social. A questão das mulheres na política, na ótica do modelo de status, não tendo reconhecimento, é moralmente inaceitável, pois tem sido negada a possibilidade de participar como iguais com os demais na interação social. E, dentre as mulheres, as negras, as índias, as que não se enquadram nos padrões de cultura institucionalizada são ainda menos reconhecidas e mais injustiçadas também nas desigualdades distributivas. O número de mulheres candidatas e o de mulheres eleitas e sua relação com o número de homens em igual situação pode ser explicitado na prática social pelos dados públicos existentes e pelos depoimentos e trajetórias de vida.

Fraser (2007, p. 114) verifica que o modelo de status evita a “psicologização”. Ainda segundo a autora, uma sociedade cujas normas institucionalizadas impedem a paridade de participação é injusta mesmo que não inflija danos psíquicos àqueles que ela subordina. Até esta tese sobre mulheres na política talvez não teria o mesmo status que se fosse sobre homens na política. Como será que seria o aceite dessa outra tese?

⁷⁷ Segundo Miklos (2014, p. 128): “a moral está associada ao agir concreto”, à conduta e aos hábitos dos cidadãos/trabalhadores/profissionais/empresas, envolvendo exclusivamente a prática. Já a “ética vincula-se também à teorização sobre os valores e a vida morais”, ou seja, pode referir e refletir tanto sobre a prática quanto sobre a teorização dos valores, hábitos e condutas humanas, os quais podem ser expressos nos mais variados ambientes, desde o espaço familiar, o bairro ou entre amigos até o trabalho, a empresa, os poderes públicos (MIKLOS, 2014, p. 128). “Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal, e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforçá-la ou transformá-la”, complementa Miklos (2014, p. 127). Fonte: MIKLOS, Jorge. **Cultura e desenvolvimento local – ética e comunicação comunitária**. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2014.

Quando padrões institucionalizados de valoração cultural depreciam o feminino, o não branco, a homossexualidade na conquista da estima social, não está havendo igualdade de oportunidades e, por isso, se encontram sob condições não justas. De acordo com Fraser, “todos têm o direito de não serem desestimados em função das classificações institucionalizadas de grupo que atacam a sua condição de ser parceira(o) integral na interação social” (2007, p. 115). No caso de uma teoria da justiça, a autora defende que deve ir além da distribuição de bens e da conquista de direitos e examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural. Deve ir além dos padrões de valoração cultural e analisar a estrutura do capitalismo. “Ela deve considerar se tais padrões impedem a paridade de participação na vida social” (FRASER, 2007, p. 116). As mulheres que foram para a política tiveram a dimensão econômica e legal respeitadas, com justa distribuição de recursos e direitos? Quais os padrões institucionalizados de valoração cultural?

As teorias de reconhecimento existentes podem subsumir adequadamente os problemas de distribuição?, questiona Fraser, lançando ela própria a resposta: não. A autora ressalta que o centro normativo da sua concepção de reconhecimento e redistribuição é a noção de paridade de participação, a qual se dá com: 1) Distribuição de recursos materiais de modo que assegure a independência (autonomia) e voz dos participantes (condição objetiva); 2) Condição intersubjetiva de paridade participativa “requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito a todos os participantes e assegurem igual oportunidade de alcançar estima social”.

A condição objetiva se focaliza com a teoria da justiça distributiva e a condição intersubjetiva se focaliza em preocupação com a ordem de status da sociedade e com as hierarquias de status culturalmente definidas. Tanto uma condição quanto a outra são necessárias para a paridade de participação social. “Dessa forma, uma concepção ampla da justiça, orientada pela norma da paridade participativa, inclui tanto redistribuição quanto reconhecimento, sem reduzir um ao outro” (FRASER, 2007, p. 120). No entanto, vale questionar: as mulheres têm renda, capital econômico, participação pública, oportunidades de participação paritária? E em que circunstâncias uma política de reconhecimento pode apoiar uma política de redistribuição? Essa última pergunta foi lançada por Ferreira (2002, p. 5), com base nas reflexões de Fraser, a qual se preocupa em explicitar a relação entre reconhecimento da diferença cultural e a desigualdade social.

Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação igual na fabricação de cultura em esferas públicas e no cotidiano. O resultado é

frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica (FRASER, 2001, p. 251 apud FERREIRA, 2002).

No caso das mulheres, assim como negros e homossexuais, são vistas como uma casta política. Com isso, transformou-se as mulheres em subproletárias e supérfluas, excluídas do sistema produtivo e da propriedade. Forma-se, assim, uma estrutura político-econômica que origina modos de exploração, marginalização e privação específicos de mulheres, dotando de certas características de classe.

Continuando na defesa do reconhecimento, Fraser entende-o como “remédio para a injustiça social e não a satisfação de uma necessidade humana” (2007, p. 121). Colocando questões de justiça em posição central, ela entende que o reconhecimento de atores subordinados difere de atores dominantes. E, por que será que ocupantes de posições de vantagem na ordem de status, tais como os homens e os heterossexuais, geralmente, evitam o reconhecimento de suas particularidades (de gênero e sexual), afirmando a universalidade e não a especificidade?

Nesse sentido, a justiça pode pedir o reconhecimento de particularidades em alguns casos, pontua a filósofa, considerando uma interpretação deontológica ao reconhecimento e compreendendo-o, mais a redistribuição, como dimensões irreduzíveis da justiça. O que então justifica uma reivindicação pelo reconhecimento da diferença? Como julgar as reivindicações por reconhecimento? O que é um critério adequado para acessar os seus méritos?

Fraser explica que “os reivindicantes do reconhecimento devem mostrar que os padrões institucionalizados de valoração cultural lhes negam as condições intersubjetivas necessárias. Em ambos os casos, portanto, a norma da paridade participativa é o padrão para justificar a reivindicação” (FRASER, 2007, p. 125). Seguindo nessa linha de reflexão, será que a paridade participativa pode servir para justificar reivindicações deontologicamente sem recorrer à avaliação ética das práticas culturais e religiosas em questão?

A pesquisadora menciona que a paridade participativa entra por dois níveis distintos: entre grupos e intragrupo. No contexto, configuram uma dupla exigência pedidos por reconhecimento cultural. Conforme a teórica, reivindicantes devem mostrar, primeiro, “que a institucionalização das normas culturais da maioria nega-lhes a paridade participativa e, segundo, que as práticas cujo reconhecimento eles buscam não nega a eles mesmos a paridade participativa, a alguns membros do grupo bem como a não-membros” (FRASER, 2007, p. 129). No modelo de *status*, entretanto, essas duas exigências são necessárias e as reivindicações que atendem à dupla exigência merecem o reconhecimento público.

Em geral, o padrão da paridade participativa não pode ser aplicado monologicamente, à maneira de um procedimento de decisão. Ao invés, ele deve ser aplicado dialogicamente e discursivamente, por meio de processos democráticos de debate público. Em tais debates, participantes discutem se os padrões institucionalizados de valoração cultural existentes impedem a paridade de participação e se as alternativas propostas a fomentariam, sem exacerbar outras disparidades. Para o modelo de status, então, a paridade participativa serve como um idioma de contestação e deliberação públicas sobre questões de justiça. Mais fortemente, ela representa o principal idioma de razão pública, a linguagem preferida para conduzir a argumentação política democrática sobre questões tanto de distribuição quanto de reconhecimento (FRASER, 2007, p. 131).

Como identificar se há paridade participativa na vida das mulheres eleitas na sociedade e na política do seu tempo? E, numa ótica mais voltada ao cuidado ambiental, como institucionalizar orientações respeitadoras e exploradoras da ecologia numa mesma sociedade? Observa-se que há, em diferentes instituições, tendências de institucionalizar padrões que respeitem a natureza e, por outro lado, que a explorem. De acordo com Fraser, reivindicações antiecológicas violam o padrão deontológico da paridade participativa bem antes da avaliação ética ter entrado em ação. Em meio a isso, “suponhamos que os arranjos sociais nessa sociedade institucionalizem padrões de valoração cultural respeitadores da ecologia” (FRASER, 2007, p. 133).

Caso essa suposição vigorar, a contradição para tratar ecologia será superada, pontua a filósofa, enfatizando que, na visão da justiça geracional, a reivindicação dos antiecológicos é reprovada no teste da paridade participativa. A categoria chave é o teste de paridade participativa em sua deontologia, e “deve-se tomar cuidado para exaurir todos os recursos de raciocínio deontológico antes de algum passo” para a ética (FRASER, 2007, p. 135).

No entendimento da teórica, “deve-se construir o reconhecimento como uma questão de justiça, em oposição à ‘boa vida’. Isso, por sua vez, requer a substituição do modelo padrão de reconhecimento da identidade pelo modelo alternativo, o modelo de status” (FRASER, 2007, p. 136), inclusive em termos de reconhecimento das mulheres. Também deve-se “ampliar o conceito de justiça para incluir distribuição e reconhecimento como duas dimensões mutuamente irreduzíveis”, pois justiça para todos, somente com redistribuição e reconhecimento. Assim, torna-se relevante observar os contextos sociais influenciadores nos percursos femininos, em especial das mulheres desta investigação.

4.2 A ESPIRITUALIDADE E A PARTICIPAÇÃO CONTÍNUA NAS LUTAS

Discutir o papel da espiritualidade na cultura local é um elemento importante, pois a religiosidade engajada esteve presente na trajetória de vida das mulheres eleitas sujeitas desta

pesquisa, conforme informações encontradas nas autobiografias, entrevistas e outras fontes de informação relacionadas. Verifica-se que a cultura local é fortemente marcada pela igreja, inicialmente a católica e depois várias cristãs. Faz-se, pois, necessário trazer elementos bíblicos e religiosos para entender as raízes culturais que fazem parte da ação privada, da atuação familiar e da nossa vida pública. Vale mencionar personagens bíblicos como Maria, mãe de Jesus, Raquel, Sara e Madalena. Que relações podem ser explicitadas a partir dessa visão mais religiosa?

Iniciamos trazendo uma afirmação do evangelista Matheus (1:20): “Maria foi grávida do Espírito Santo” (BÍBLIA, 1997). E Lucas dirá que “o espírito fixou morada sobre ela, o que equivale dizer que ela foi alçada à altura divina. Por isso, o que nasce dela é Santo e Filho de Deus” (LUCAS, 1:35). “A sabedoria amada como uma mulher é apresentada como esposa e mãe e é também identificada com o Espírito Santo” (ECLESIÁSTICO, 14:22; 14:26; 15:25), coisa comum nos teólogos da igreja antiga. “A pomba do batismo de Jesus é comparada com a mãe de Cristo, que dá o leite com as mamas de Deus”. Gregório Nazareno (329-389), chamado por Antonomásia pela igreja ortodoxa de “o teólogo”, diz que Deus não é masculino e nem feminino (CRATIO 31: 36, p. 140-146), mas que, entretanto, o valor do feminino e do masculino encontra nos atributos das divinas pessoas sua base e arquétipo. Por causa disso, o ser humano, enquanto homem e mulher, se apresenta como imagem e semelhança de Deus (GENESIS 1: 26).

Boff (2009) explica como a Santíssima Trindade não é somente masculina, embora apareça nominada em “Pai, Filho e Espírito Santo”. “A virgem Maria, mãe de Deus e dos homens, realiza, de forma absoluta e escatológica, o feminino porque o Espírito Santo fez dela o seu templo, o seu tabernáculo, de maneira tão real e verdadeira que ela deve ser considerada tão unida hipostaticamente à terceira pessoa da SS. Trindade” (BOFF, 1996, p. 261). Ele desceu primeiro e diretamente sobre uma mulher: Maria de Nazaré. E, a partir de seu sim, o Espírito Santo divinizou Maria. Inaugura-se a Era do Espírito Santo como aquele momento da história e se dá um equilíbrio teológico. Não somente o masculino, através de Jesus, mas também o feminino, através da mulher Maria. Masculino e feminino juntos à imagem criacional de Deus no universo (GENESIS, 1:26).

“Foram feitos Deus pela verbificação e pela espiritualização” (BOFF, 1996, p. 263). O teólogo continua refletindo o sentido bíblico e explícito que, num momento de história da humanidade, uma mulher ocupa o centro de tudo. Eles poderiam ter outro nome, estar em outro momento da história, em outro lugar do planeta. “O importante é saber e celebrar que o

masculino e o feminino foram feitos sujeitos portadores de Deus, reveladores de Deus, a partir de dentro do processo cósmico e que foram assumidos por Deus” (BOFF, 1996, p. 264).

Trazemos essas reflexões a fim de ter elementos de análise da vida política das mulheres, nos partidos, na sociedade. Também buscamos perceber se as Igrejas locais trabalham a perspectiva do feminino e do masculino como explicitado acima e, se a política das Igrejas reforça ou se contrapõe às políticas de reconhecimento do humano das mulheres em seu ethos feminino e masculino, na compreensão de Deus Pai e Deus Mãe e na divinização do feminino no Espírito Santo, como na Santíssima Trindade, e na relação com a mãe natureza.

Como a maioria das entrevistadas é de etnia italiana, de acordo com Formolo et al., caracterizou-se, ao longo do tempo, como um elo do imigrante com o mundo sobrenatural. "O imigrante italiano delegou, na sua hierarquia de valores, um lugar especial que unia a sua visão de mundo com os seus objetivos de vida" (1998, p. 250).

4.3 A MULHER E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELO FEMINISMO E PELO ECOFEMINISMO

A luta pelas causas ligadas às mulheres tem ganhado força e também chegado às ruas e às plataformas virtuais, tentando efetivar os nossos direitos e a necessidade urgente de reconhecimento, redistribuição e equidade de participação. Corpos nas ruas e corpos que não aparecem, mas estão se expressando virtualmente. A filósofa Judith Butler (2018) ressalta que ações corporificadas de diversos tipos significam, de forma que não são, estritamente falando, nem discursivas nem pré-discursivas. Segundo ela, nem todos aparecem em forma corpórea, e muitos dos que não aparecem ou que operam por meio das redes virtuais são parte do “povo”.

Butler observa que, por um lado, contestações são representadas por assembleia, greves, vigílias e ocupação de espaços públicos; por outro, corpos são objeto das manifestações. “Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político [...]” (2018, p. 17).

Fotografia 2 – Mulheres se mobilizam no Brasil



Coreografia de "Um estuprador em seu caminho" contra a violência sexual.

Local: Largo da Batata, em São Paulo (SP), em 4/12/2019

Fonte: https://www.youtube.com/watch?time_continue=190&v=zaN0tIHBmkw&feature=emb_title.

Fotografia 3 – Mulheres no Chile pedem o fim da violência de gênero



Fonte: Javier Torres/AFP

Fotografia 4 – Mães da Praça de Maio buscam filhos desaparecidos na ditadura argentina (1976-1983)



Fonte: Propuesta | <https://www.politize.com.br/ditadura-argentina-maes-praca-maio/>

Sobre a política de gênero e o direito de aparecer, Butler (2018, p. 33) pontua que, quando corpos se unem para expressar indignação e representar existência plural no espaço público, também estão fazendo exigências mais abrangentes: “estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida”. O corpo exhibe sua linguagem individual ou coletivamente. E, na ótica de Butler (2018, p. 35-36), a questão não é apenas que a linguagem atua, mas que atua de maneira poderosa.

No caso do gênero, a pesquisadora observa como objeto de discussão política e não como evidência da natureza. Ela salienta que as inscrições e as interpelações primárias vêm com as expectativas e fantasias dos outros que nos afetam, em um primeiro momento, de maneiras incontroláveis: trata-se da imposição psicossocial e da inculcação lenta das normas (BUTLER, 2018). “O gênero que alguém sente ser se torna o gênero pelo qual essa pessoa é reconhecida, e essa retidão é a precondição de uma vida vivível, [...] mesmo que o reconhecimento completo seja uma fantasia” (BUTLER, 2018, p. 47).

No contexto da nova e atual onda do feminismo, a autora acredita que não vai parar e ainda ensinará os mais velhos. “Os esforços para suprimir os movimentos não serão fáceis” e, eventualmente, falharão. “Acho que a violência contra a mulher é uma forte razão para mobilização, mas também é a diferença de renda, e as demandas por educação e igualdade”. Butler segue, destacando que o feminismo também tem sua crítica ao militarismo e ao

autoritarismo, que em geral são formas masculinas de poder. Nesse sentido, avalia que “o feminismo não é uma política identitária, mas também uma visão poderosa de liberdade e igualdade” (BUTLER, 2020, p. 6).

O ecofeminismo, por exemplo, realça de várias maneiras a crítica da ecologia profunda sobre o ambientalismo. E, ao mesmo tempo, o ecofeminismo faz uma análise mais vasta por incorporar uma preocupação sobre o problema da injustiça em relacionamentos entre seres humanos. Na opinião da filósofa argentina Alicia H. Puleo⁷⁸, o feminismo e a ecologia enquanto métodos de pensamento são complementares e uma alternativa para a crise de valores da sociedade individualista e consumista atual. São formas de pensamento que oferecem a oportunidade de enfrentar a dominação das mulheres nas sociedades de cultura patriarcal.

Em termos de origem, Puleo (2020) explica que foi Françoise d’Eaubonne a criadora do termo “ecofeminismo”, em meados de 1970, entendendo o problema da superpopulação global como um ponto em comum relevante entre reivindicações feministas e preocupações ambientais. Em decorrência disso, reivindicou a liberdade das mulheres para decidir ter ou não ter filhos, quando as leis da França ainda não reconheciam. Os anos se passaram e Puleo observa que essa liberdade ainda é uma questão pendente em diversos países.

Assim, a partir de sua proposta de ecofeminismo — ou seja, um ecofeminismo que faz parte da tradição de crítica à opressão e defesa da igualdade —, considera de importância fundamental que os direitos sexuais e reprodutivos sejam aceitos pelo que são: direitos humanos.

No artigo “Mulher, feminismo e ecologia” [entre 2010 e 2021], ela realça a necessidade primordial de cuidar do meio ambiente. “Se a população chinesa tivesse acesso aos automóveis como a ocidental, a atmosfera da terra seria irrespirável. Há limites físicos, estudados pela ciência da ecologia, que impõem um rumo ecologista ao nosso modelo civilizatório”, realça, reforçando que o ecofeminismo responde a essa e a outras questões. Segundo a filósofa, atualmente, não há um único feminismo, mas várias tendências diferentes em confronto.

Puleo salienta que a mulher, quando mais próxima da natureza, é a esperança de conservação da vida: “A ética do cuidado é feminina (da proteção dos seres vivos). Se opõe, assim, à essência agressiva da masculinidade”. A pesquisadora informa que, na América Latina, particularmente no Chile, Brasil, México, Uruguai, Bolívia, Argentina, Peru e Venezuela, a

⁷⁸ Natural de Buenos Aires, na Argentina, **Alicia Helda Puleo** nasceu em 30 de novembro de 1952. Com formação na área de Filosofia, é professora da Cátedra de Estudos de Gênero da Universidade de Valladolid, na Espanha.

partir da Teologia da Libertação, está se dando o início da elaboração de um pensamento teológico ecofeminista.

Assim, a teóloga brasileira Yvone Gevara afirma que hoje em dia a justiça social tem implícita a ecojustiça. Este ecofeminismo latino-americano se caracteriza pelo seu interesse nas mulheres pobres e pela sua defesa dos indígenas, vítimas da destruição da Natureza. Ela propõe deixar de lado a imagem patriarcal de Deus como dominador e o dualismo da antropologia cristã tradicional (corpo/espírito). A transcendência já não estaria baseada no menosprezo da matéria senão que se definiria como a imersão no mistério da Vida, pertenceria a um todo que nos transcende. Seria concebida como uma “experiência da beleza, da grandiosidade da natureza, de suas relações e de sua interdependência”. Nesta teologia latino-americana, o ecofeminismo é uma atitude política crítica da dominação, uma luta anti-sexista, anti-racista, anti-elitista e anti-anropocêntrica [...] (PULEO, entre 2010 e 2021).

Na opinião da filósofa, as contribuições dos pensamentos críticos – feminismo e ecologismo – oferecem a oportunidade de enfrentar não somente a dominação das mulheres na sociedade patriarcal, mas também a uma ideologia e a uma estrutura de dominação da natureza relacionadas ao paradigma patriarcal do varão guerreiro e senhor. “[...] Acredito na validade de um feminismo ecologista crítico que apresentará uma alternativa à crise de valores da sociedade consumista e individualista atual”, defende. Nesse sentido, explica ser preciso uma visão mais realista da espécie humana como parte de uma continuidade da natureza e um tratamento respeitoso os seres vivos não-humanos. “Superar o sexismo, o androcentrismo, o racismo e o antropocentrismo” é uma das metas dessa nova forma de feminismo, ensina Puleo.

No artigo “Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico” (2019), a filósofa argentina explica que o surgimento do ecofeminismo como ponto de contato das reivindicações das mulheres com as metas do nascente movimento ecologista se deu nos anos de 1970, envolvendo fatores de ordem social e intelectual. “[...] Pode se considerar determinante para o surgimento das teorias ecofeministas a preocupação ecologista com a insustentabilidade do crescimento descontrolado da população mundial e a impossibilidade da expansão econômica indefinida em um planeta (PULEO, 2019, p. 165-166). Entre os vários vieses do movimento, Puleo considera o ecofeminismo biocêntrico, o qual apela ao sentido do sagrado aplicado à natureza, “altamente problemático para o feminismo”. Por isso, sugere um outro aspecto:

Propus um ecofeminismo de raiz ilustrada baseado no princípio da qualidade de vida, que permite rejeitar a hybris tecnocientífica favorecida pela globalização neoliberal sem renunciar aos benefícios da ciência e da técnica quando se cumpre o princípio de precaução e se atende à dignidade, ao bem-estar e à diminuição do sofrimento (PULEO, 2019, p. 166).

A filósofa analisa que a crítica ecofeminista pode colaborar para o reencontro das ciências sociais com as ciências naturais, sem recair no biologicismo nem na dissolução nominalista radical. Segundo Puleo, a teoria ecofeminista possui um potencial inestimável de impulsionar um conhecimento menos antropocêntrico e mais ajustado à diversidade do ser. “Para além da epistemologia, sua crítica ao andro-antropocentrismo é um convite a que a ciência e o conhecimento estreitem laços com a ética para que um mundo sem dominação seja possível” (PULEO, 2019, p. 169).

E, para que a dominação de uns e outros seja colocada de lado, a estudiosa conjuga um encontro entre o olhar feminista e ecológico, fenômeno comum de grupos de reivindicação de mulheres na luta pela “soberania alimentar”. Eis outro conceito bastante observado por outra ecofeminista bem conhecida mundialmente: a ativista Vandana Shiva. Defensora da preservação de sementes nativas, capazes de produzir alimentos mais saudáveis e resilientes, que sobrevivem na natureza sem agrotóxicos, ela já criou mais de mil bancos de sementes comunitárias na Índia. “Ecofeminismo é colocar a vida no centro da organização social, política e econômica”, afirma Vandana Shiva⁷⁹ (2012), em uma entrevista concedida à Revista Instituto Humanitas Unisinos (IHU).

Para a ativista, a ecologia e o feminismo garantirão a sobrevivência e a igualdade entre homens e mulheres. “Penso que a ação e a reflexão devem caminhar juntas”, defende Shiva. Ao seu ver, não existe uma ideologia perfeita, mas uma política de responsabilidade. “A diversidade não é o problema, é a solução para as crises políticas da intolerância, as crises ecológicas da não sustentabilidade e as econômicas da exclusão e da injustiça”, opina.

A filósofa indiana pontua que o ecofeminismo reconhece “que a natureza não só está viva, mas também é a base de toda a vida e que somos parte dela”. Também compreende que as mulheres têm um potencial diferente, não violento, de dominação e morte, mas de cuidado e partilha. De acordo com Shiva, a criatividade e a compaixão das mulheres é possível em todos os humanos: “Você está viajando pela Índia numa jornada budista. É disso que trata o budismo, que todos tenham compaixão. Então, este é realmente o poder do ecofeminismo”.

Com formação em filosofia e física, a ativista aposta na colaboração, no cuidado e no compartilhamento como antídotos contra a brutalidade do capital. Shiva diz que o capitalismo não é modelo de crescimento como vem sendo apresentado, mas sim “um modo de pobreza”, que tem na globalização o seu clímax. E prossegue: “o patriarcado capitalista dominante é uma

⁷⁹ Nascida no ano de 1952, em Dehradun, ao Norte da Índia, **Vandana Shiva** é formada em Física e Filosofia pela Universidade de Western Ontario, no Canadá. Considerada pioneira nas pesquisas sobre biodiversidade e etnociência nativa, é militante feminista e ativista ambiental.

ideologia baseada no medo e na insegurança. Medo de tudo o que está vivo, já que qualquer liberdade e autonomia são ameaçadoras para eles”. Como alternativa, defende o ecofeminismo sendo uma “filosofia da segurança, da paz, da confiança”

Para exemplificar a força destruidora do capital unido ao patriarcado, Shiva (2018) volta-se a seu próprio território. Ela explica que nas diversas nações há divisões entre homens e mulheres, mas nem sempre de forma hierarquizada. Por vezes, pode se dar horizontalmente, como acontece na realidade indiana. Ela informa que, na Índia, as tribos nunca tiveram desigualdade, por outro lado, as mulheres não podiam fazer certas coisas, embora fosse as produtoras de comida: “Elas tinham o controle, eram as guardiãs das sementes”.

Atualmente, lamenta a filósofa, há uma fusão da dominação patriarcal com a violência militarizada, combinada com o poder econômico, uma “convergência do que eu chamo capitalismo e patriarcado, colonialismo e patriarcado” que está destruindo o planeta. A isso, une-se a violência contra as mulheres, os feminicídios, e a violência contra todos os seres, crianças, idosos, que estão morrendo. [...] É o poder que vem da morte, o poder de matar”, interpreta, preocupada com a destruição das sociedades, do planeta.

Cientistas produzem constantemente estudos que falam da extinção das espécies, das mudanças climáticas, da desertificação e falta de água. O que temos neste século, em que os agrotóxicos estão presentes, é ecocídio e genocídio. Então, se nós não detivermos essa convergência de capitalismo e patriarcado, não vamos ter um futuro. Eles têm essa ideia de que matando todos vão ser vencedores, enquanto todos os demais serão perdedores. Assim, vamos estar extintos como espécie humana no próximo século. Por isso, é melhor terminar com o patriarcado antes que ele termine com a vida (SHIVA, 2018, p. 3).

Uma maneira de observar o ecofeminismo é “vê-lo como uma integração das perspectivas do feminismo e da ecologia profunda [...]” (BOFF e HATHAWAY, 2012, p. 116). Pois um “feminismo radical é uma crítica de todos os sistemas que perpetuam a opressão e a exploração”. Essa visão ecofeminista consegue estabelecer uma conexão dinâmica entre patriarcado e antropocentrismo, pois evidencia que não é por acaso “que o pensamento patriarcal ocidental tenha identificando a mulher com a natureza e visto que ambas são domináveis e inferiores” (BOFF e HATHAWAY, 2012, p. 117). Essa mesma lógica usada para oprimir as mulheres e a natureza é também usada para a opressão de raças, classes, orientação sexual.

De acordo com Boff, para as ecofeministas, “laços emocionais com lugares e pessoas reais são necessários para inspirar ações em favor da justiça e da harmonia ecológica” (2012, p. 117). Assim, estudos dessas trajetórias femininas são relevantes para motivar outras mulheres a lutarem pela vida do planeta e pela justiça nas relações sociais, econômicas e culturais, a partir

da visão de como a natureza se autodetermina, com relações internas de equilíbrio dos ecossistemas.

Assim como as mulheres têm uma humanidade e suas diferenças dos homens, o equilíbrio da sociedade vai se fazendo com a justiça e a dignidade do humano em cada pessoa e na cosmovisão de sustentabilidade da mãe terra, superando a ganância, a exploração e a dominação que se encontram na maioria das sociedades humanas, através da superação do antropocentrismo para o antropocentrismo.

Na história da sociedade, encontramos diversos acontecimentos na agricultura. “Quando as mulheres usavam enxada ou pá, produziam cerca de 80% dos alimentos, havia relacionamentos e maior justiça, apesar da diferença de papéis e muitas divindades eram femininas” (BOFF e HATHAWAY, 2012, p. 121). E quando, na produção agrícola, passaram a usar o arado, nas relações sociais, passaram a ser dominadas por homens e as divindades acabaram sendo primariamente masculinas.

A contemporaneidade é um tempo resultado de todos os tempos. Um dos desafios que vêm crescendo na história da humanidade é a busca do ser, do sentido de ser. E Boff chama o ecofeminismo de oportunidade da humanidade fazer uma nova aliança entre homem e mulher para servir a algo maior: a preservação da vida, do planeta, do humano da humanidade, superando o antropocentrismo masculino e feminino, com uma visão cosmicocêntrica e planetocêntrica, pois, hoje, a vida, no concreto, ainda se rege pela guerra dos sexos, pela guerra de dominação e concentração dos grandes capitais e pelo domínio do capital financeiro.

Sobre o capital na produção, ressaltamos a dominação entre nações que, sem fronteiras, também estão sem soberania. Vemos o norte do mundo querendo continuar a colonização e o imperialismo norte-americano sobrevivendo com a maior dívida externa e fechando fronteiras, prendendo imigrantes em jaulas, separando crianças de seus pais, como se a vida da terra e de toda a humanidade devesse aceitar a naturalização da exclusão, da exploração e da dominação. Como se devesse aceitar que a riqueza acumulada por 1% mais abastado da população mundial é equivalente, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes. Como se as crenças de cada pessoa pudessem ser facilmente ignoradas.

Diante dessa discrepância de realidades mostrada por tais números e abraçando, entre outros movimentos, o ecofeminismo, vem despontando o ecossocialismo, movimento que busca harmonizar a sociedade, impedindo as degradações impostas pelo capital. É um caminho que fortalece a relação humana num contexto de bem viver. O texto do “Primeiro Manifesto do Fórum para o Ecossocialismo”, de fevereiro de 2013 e traduzido por Bruno Fialho e José João

Louro, traz a concepção do ecossocialismo como uma alternativa concreta e radical e não uma utopia em que a realidade se deve conformar.

O ecossocialismo “é a resposta humana racional para o duplo impasse no qual a humanidade está agora bloqueada por causa de padrões de produção e de consumo do nosso tempo que empobrecem o ser humano e o ambiente”. Nesse sentido, o ecossocialismo elenca como métodos: a radicalidade no concreto, o planejamento ecológico e a revolução cidadã”, incluindo, nesse contexto, o respeito à natureza, o convívio coletivo, o cumprimento de direitos às minorias e a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

4.4 DISPOSIÇÕES NA TRAJETÓRIA DAS MULHERES DESTA PESQUISA

A partir da sociologia empírica e da sociologia do indivíduo, as disposições de crer e de agir estão na base de conteúdo desta pesquisa. As mulheres eleitas percorreram um processo de vida. Suas trajetórias são compostas de uma teia de relações entre acontecimentos, crenças e disposições.

Nossas trajetórias de vida familiar, movidas por crenças de diferentes naturezas, como a crença na força do conhecimento, na luta, na participação, e também a crença sob o ponto de vista religioso, ético, partidário, influenciaram na nossa formação para a vida pública. Essa influência levou-nos a assumir uma prática social por vezes muito maior do que exercíamos.

No estudo que fizemos dos acontecimentos, percebemos que seria necessário ir além deles. Então, encontramos elementos permanentes e que têm relação com esses acontecimentos. E podem ser interpretados como disposições, por Lahire (2015); e de atitude contínua entre o tempo estudado, por Ricouer (1968). Por isso, nosso estudo está indo além dos acontecimentos, pois encontramos nas trajetórias a possibilidade de identificarmos disposições e atitudes que nos permitiram ampliar a análise e a interpretação, para além do problema inicial, que eram os acontecimentos.

A diferença de postura inclusive entre as próprias mulheres pode ter conexão com as distintas disposições vividas e com o que o sociólogo francês Bernard Lahire (2004) enfatiza na relação indivíduo-totalidade. Nenhum existe sem o outro na realidade em que se apresentam, sugere o autor, justificando a presença de suas reflexões em nosso estudo. O pesquisador destaca que as reações individuais são explicadas pelo contexto externo passado, que foi incorporado, e o indivíduo não se constitui somente do que se foi, mas sim do que se sonha, se quer, se crê, se aspira, se sente, se vive. “O homem existe – *existere* – no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje

permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se”, complementa Madalena Freire⁸⁰ (1983, p. 41).

Pontualmente sobre a crença, Lahire afirma ser “uma disposição para agir”. Está conectada a sentimentos de esperança e, conseqüentemente, com o que se quer para o amanhã. Citando Elias (1991, p. 14), o sociólogo se diz convencido de que “o mais singular dos traços de uma pessoa só se pode compreender se reconstruirmos o ‘tecido de imbricações sociais’ no qual ela está inserida, e de que apreender os comportamentos de um indivíduo supõe a reconstrução dos desejos que ela tenta satisfazer e que ‘não estão inscritos nele antes de qualquer experiência’”.

Segundo Moser⁸¹ et al. (2004, p. 47), a crença é uma condição necessária para o conhecimento: “Um simples traço lógico do conhecimento”, “um estado psicológico complexo”. Assim, se não se compreender o que é crença, fica praticamente impossível compreender o que é conhecimento.

As funções epistêmicas têm relação com as características das crenças. Ao analisar os estados de representação das crenças, os autores dizem que elas “são sempre representativas e funcionam como mapas pelos quais retratamos o mundo que nos cerca e nos quais navegamos” (MOSER et al., 2004, p. 48). Outros estados mentais existem, mas não são crenças, como desejos, esperanças, coragens e outros exemplos propositivos. “As crenças são intrinsecamente propositivas, pois exigem um objeto propositivo [...]. A crença parece semelhante a certos hábitos que temos, pois envolve a tendência da pessoa a se comportar de determinado modo em determinadas circunstâncias” (MOSER, et al, 2004, p. 48).

Neste estudo sobre as mulheres na política, acredita-se que a passagem da vida familiar à vida eleitoral pública passa pela crença enquanto hábito de atuar em lutas sociais e em um campo partidário. Essa crença é uma força mobilizadora, com tendência à ação, ao vivenciar um cotidiano de esperança na ação transformadora da sociedade, através da luta com reconhecimento no campo institucional partidário.

As atribuições às crenças e a crença em si mesma precisam ser distinguidas. Isto é: pode-se atribuir a alguém, por exemplo, que a crença religiosa a fez participar e acreditar que sua ação na política partidária é um lugar de viver, de pôr em prática sua fé. Pois, como São Tiago (BÍBLIA, 2:14-26) nos lembra: a “fé sem obras é morta”. Essas mulheres, então, vão para o campo da política institucional porque é um espaço de se reproduzir resultados concretos

⁸⁰ **Madalena Freire** é professora, arte-educadora e pedagoga. Filha de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, segue o legado do pai no campo da educação, além de dar ênfase à formação docente.

⁸¹ **Paulo Moser** é professor de filosofia e presidente na Loyola University Chicago.

de inclusão social e garantia de cidadania e de justiça social. Nesse tocante, Moser et al. (2004, p. 48) afirmam, entretanto, que “atribuir crenças a certas pessoas não se deve levar a concluir simplesmente que elas de fato têm essas crenças. A crença é uma coisa, a atribuição útil é outra [...]”.

Nesse aspecto, como se percebe, na trajetória de vida das mulheres atuantes na política partidária, qual sua crença ou suas crenças e qual a minha crença para que não faça da minha a delas? “As crenças não são ações, mas estados de disposição, como um hábito: pode existir, mas nem se manifestar. Não havendo a transparência como nos estados inconscientes, só pode ser explicado nosso comportamento por desejos, esperanças [...] e crenças inconscientes” (MOSER, et al., 2004, p. 55).

Lahire (2004), na socialização, também afirma que disposição de crer não é necessariamente uma crença para o agir. Desse modo, a transparência e a acessibilidade imediata como fatores importantes nos conteúdos das preferências epistêmicas e acessíveis à introspecção levam a analisar a importância da percepção e da cognição.

Os autores continuam destacando os ideais teóricos e as crenças, pois “o discurso epistemológico é cheio de idealizações” (MOSER, et al., 2004, p. 57), tais como “crenças justificadas e injustificadas”, “verdadeiras”, “aproximadamente verdadeiras”, “imprecisas”. Nas suas reflexões, os autores retornam à ideia de que “as crenças são representativas e implicam disposições” (MOSER, et al., p. 61), assim como Lahire também nos mostra em seus escritos já mencionados.

Conforme Moser et al. (2004), os filósofos se ocupam de delinear noções epistemológicas gerais, como as de crença e justificação ao passo que os psicólogos se dedicam a especificar pelo menos em certa medida os mecanismos que, de fato, são responsáveis pela formação e justificação das crenças” (MOSER, et al., 2004, p. 63). E a crença é um fenômeno psicologicamente complexo e, na gnoseologia, um conhecimento propositivo. As crenças são intrinsecamente representativas e, portanto, não podem ser confundidas com uma mera atribuição de crença. Como estados de disposição, não são sempre imediatamente acessíveis.

As disposições do crer e do agir na prática das mulheres que tiveram mandatos eletivos em Caxias do Sul no intervalo de 1960 a 2014, com base no pensamento de MOSER, et al. (2004), e de Lahire (2004), provavelmente, contribuam para explicitar a construção sociológica e as disposições individuais e institucionais no contexto.

Os indivíduos, realça o sociólogo, podem incorporar crenças, e as instituições interferem na vida deles assim como eles na existência das instituições. Ou seja, temos nossa relevância enquanto ser único e também temos atitudes com base nas instâncias socializadoras

e nas “normas sociais produzidas, sustentadas e difundidas por instituições tão diversas quanto a família, a escola, a mídia, as igrejas, as instituições médicas, judiciárias, políticas, etc.” (LAHIRE, 2004, p. 333). A influência das instituições também é considerada por Bourdieu (2015) na herança cultural e nas relações entre homens e mulheres, tendo em vista a submissão delas e a “superioridade” ou mesmo “opressão” deles.

Lahire complementa o pensamento de Bourdieu, mostrando que estudar o social individualizado, ou seja, o social refratado num corpo individual com particularidade de atravessar instituições, grupos, organizações, campos de forças ou de lutas ou cenas diferentes é estudar a realidade social na sua forma incorporada, na sua forma individualizada. Entretanto, esse processo também abarca uma socialização múltipla.

A constatação sociológica que somos obrigados a tirar do nosso conhecimento actual do mundo social é que o indivíduo é multissocializado e demasiado multideterminado para que possa estar consciente dos seus determinismos. Deste ponto de vista, é (socio)lógico ver os indivíduos resistirem tanto à ideia de um determinismo social. É porque tem grandes hipóteses de ser plural e porque se exercem sobre ele “forças” diferentes dependendo das situações sociais nas quais se encontra, que o indivíduo pode ter o sentimento de uma liberdade de comportamento (LAHIRE, 2005, p. 37).

O sociólogo mostra que as disposições interferem na constituição desse homem ou dessa mulher que pode ser singular e plural ao mesmo tempo. Para potencializar ainda mais a reflexão, o teórico lança algumas perguntas: “Como as experiências socializadoras múltiplas podem (co)habitar (n)o mesmo corpo? Como [...] se instalam de modo mais ou menos duradouro em cada corpo e como é que elas intervêm nos diferentes momentos da vida social ou na biografia de um indivíduo?” (LAHIRE, 2005, p. 13).

As respostas das mulheres, cujos depoimentos recebem análise neste estudo, são singulares, mas também configuram expressão da socialização vivida porque homens e mulheres são plurais. E, nesse âmbito, ingressa a investigação científica tendo como fonte a experiência empírica e sua posterior teorização e sistematização. Afinal, como sugere Lahire, seria bem mais oportuno trabalhar pesquisas empíricas que visam “comparar sistematicamente as disposições sociais postas em prática segundo o contexto de ação [...] considerado” (2005, p. 13), pois as experiências não ocorrem num vácuo ou vazio social por livre decisão do indivíduo, mas nos contextos sócio-históricos em que ele atuou. É na vida em sociedade que a direção de escolha se insurge.

Nesse sentido, vemos que as circunstâncias coletivas e sociais contribuem para a tomada de decisão de mulheres e homens para exporem seus nomes a pleitos político-eletivos.

No entanto, a individualidade gera reações divergentes e distintas de uma pessoa para outra. Como à mulher, tradicionalmente, foram sendo atribuídos muitos papéis domésticos, é sintomático que haja maior resistência de parte dela (e da sociedade conservadora) em encarar ou assumir funções mais externas. Para romper com esse tipo de aprisionamento, torna-se necessário avançar nos estudos e numa política de representação de gênero, buscando respostas sobre a invisibilidade das mulheres. Uma das propostas de Scott é reconhecer as exclusões existentes:

Historizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias mulheres e homens, e o modo pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da maneira em cada momento (SCOTT, 1994, p. 25-26).

Outras indagações que vêm à tona neste momento são: Por que e desde quando as mulheres são invisíveis enquanto sujeitos históricos e passíveis de reconhecimento? Quais arranjos e quais conflitos teriam contribuído para a construção, a manutenção e o questionamento de gênero ao longo do tempo em Caxias do Sul na nossa vida e das outras poucas mulheres eleitas, por exemplo?

4.5 RUPTURAS PARA A EMANCIPAÇÃO E A AUTONOMIA À VIDA PÚBLICA

A tomada de decisão na esfera política pode ser resultado de algo que foi sendo construído aos poucos ou pode ser um acontecimento rápido e necessário por causa do contexto. Em ambos os percursos, no caso das candidaturas de mulheres, tende a ser um momento de ruptura e, ao mesmo tempo, demonstração de autonomia. Em outras palavras: é um instante em que ecoa uma ação política do mundo privado para o mundo público institucional.

A educação é um processo que, ao lado da atividade política, pertence à tarefa conjunta de atuar sobre a promoção da vocação humana na sociedade, ou seja, sobre a humanização progressiva do ser humano. Ela existe porque mulheres e homens são seres em constante construção, realça Paulo Freire (1982), autor que nos guia nesse conceito. “A educação é uma forma de intervenção no mundo e uma resposta da finitude da infinitude” (FREIRE, 1982, p. 27; e 1996, p. 98). Ou seja, nunca se acaba e é um território de esperança, pois “uma educação sem esperança não é educação”, sentencia o estudioso (1982, p. 30). Segundo o pesquisador brasileiro, na sua proposta pedagógica de equilíbrio e dialogismo entre teoria e práxis, a

educação é possível porque o humano é “inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição”, desde que seja sujeito e não objeto de sua própria educação.

Ao significar educação como uma intervenção no mundo, Freire ressalta que essa intervenção, além dos conteúdos ensinados ou aprendidos, bem ou mal, “implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*” (1996, p. 98). “Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora, nem apenas desmascaradora da ideologia dominante”, atenta Freire (1996, p. 98).

Acredito, pois, no caráter processual permanente da educação que contribui para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade, acontecendo em torno de valores próprios em cada tempo e lugar, em meio a diferentes culturas e realidades socioeconômicas e ambientais. Há clara relação entre o projeto de desenvolvimento de uma sociedade com o projeto de educação. Na história das sociedades, é possível perceber que há elementos comuns e contraditórios que sustentam as relações entre o modelo de desenvolvimento e o de educação.

O modelo de desenvolvimento de um povo pode estar alicerçado em várias estruturas. Entre elas, há sempre uma que conduz com mais força, que direciona o processo de desenvolvimento, mesmo sendo muitas relações complexas. E é desse ponto de vista que a prática do modelo se manifesta. Mas será que a educação tem força para mover o desenvolvimento? Será que é a economia, a cultura, a política e suas relações internas e externas que dominam a direção do desenvolvimento de um país e de uma sociedade? Dizer que a educação por si só é capaz de promover a mudança na direção do desenvolvimento de um povo é uma afirmação que parece simplista e messiânica. Mas, por outro lado, afirmar que sem educação é possível pensar o desenvolvimento também é uma reflexão que não se sustenta.

Como pontua Freire (1979), a educação não é por si só alavanca e motor da transformação social e política. Ela também reproduz mecanicamente a sociedade. Combater essa segunda postura e propor uma nova visão de possibilidades, tendo ciência das limitações da ação educativa escolar, são observações iniciais de um projeto de desenvolvimento de uma nação e da educação enquanto um processo de desenvolvimento das pessoas e da sociedade que acontece diferentemente segundo o tempo e o lugar. Daí a constatação de que, no espaço, no tempo e em meio a diferentes culturas, encontra-se relação profunda entre os projetos de sociedade e de educação.

Em primeiro lugar, há uma base comum que sustenta projetos relacionados e contraditórios de educação e desenvolvimento. Portanto, são pressupostos para que possamos compreender, por exemplo, que profissional é necessário formar para o modelo de

desenvolvimento social em questão. Nesse sentido, vale cogitar “um pensamento pedagógico que leva o educador e todo profissional a se engajarem social e politicamente a perceberem as possibilidades da ação social e cultural, na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade classista” (FREIRE, 1979, p. 10).

Quando o processo educacional contribui apenas para o que já existe, ela, a educação, é limitadora das condições humanas, pois, assim, apenas faz a conservação das relações sociais existentes. Com base nos autores que estamos estudando e que fundamentam este trabalho, a educação tem a tarefa dos condicionamentos populares e dos condicionamentos oficiais, com vistas a um protagonismo individual e comunitário ou de coletividades. Ao mesmo tempo em que a educação inclui as pessoas nos referenciais sociais, também tem que libertá-las deles. Precisa servir tanto à conservação do existente como à construção do aperfeiçoamento das relações humanas, com empenho forte para a transformação social, com vistas a um avanço da consciência ingênua para a crítica, conduzindo os cidadãos para sua autonomia. Tal processo se dá numa visão dialética.

A educação pode ser processo que busca garantir a igualdade de oportunidades para o desenvolvimento individual e coletivo, desde que as condições políticas e materiais assim o possibilitem. Sobre a escola e a universidade, entendidas enquanto integrantes do campo educacional, são *locus* de produção e de reprodução de novas relações sociais. Santos (2011, p. 57) diz que: “a universidade tem um papel crucial na construção do lugar do país, num mundo polarizado entre globalizações e contraditórios”. É um desafio, mas é necessário recuperar sua hegemonia, legitimidade e identidade institucional num mundo globalizado e transnacional. Assim, escola e universidade tornam-se um espaço de articulação de saberes de muita força, porque “a injustiça social contém no seu âmago a injustiça cognitiva” (SANTOS, 2011, p.76).

Na América Latina, a universidade “esteve defrontada diante de várias encruzilhadas, pois as classes populares colocaram em pauta, de forma mais clara e politicamente articulada, um projeto de sociedade diferente do projeto das elites dominantes [...]” (ZITKOSKI, 2013, p. 17-18). Os trabalhadores questionam os modelos de formação e a intenção política dos saberes universitários. Pois, parece haver um compromisso histórico da universidade com as elites.

O Estado brasileiro, numa perspectiva contrária à da reprodução tradicional, de 2003 a início de 2016, recuperou e ampliou políticas de acesso à Educação Superior, dispondo à sociedade programas como o Ciência Sem Fronteiras e a Universidade para Todos (ProUni), e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)⁸². A contar do segundo semestre de 2016, essa

⁸² O Programa Ciência Sem Fronteiras (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>), do governo federal, busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da

realidade começou a voltar ao modelo anteriormente dominante, reduzindo tais acessos e contingenciando recursos que seriam garantidos à área educacional, inclusive para a Ciência. No caso do Programa Ciências Sem Fronteiras, no ano de 2017, o Palácio Planalto, sede do governo nacional, informou que não contemplaria mais a graduação, apenas a pós-graduação. Indicativo de que a iniciativa, antes potente e transformadora no contexto do Ensino Superior, já começa a ser desconstituída.

Sob o efeito do cenário acima citado, que parece desconexo das verdadeiras necessidades cidadãs, e fazendo um enlace com a proposta de estudo que estamos defendendo, será que as mulheres eleitas a cargos públicos e sujeitas dessa pesquisa, sendo professoras licenciadas em universidade, na época em que estiveram em formação, construíram uma visão política desse mundo das elites dominantes ou de um projeto delineado pelas classes populares?

Chegar ao poder político com uma história de educadores/opressores, com consciência ingênua ou com consciência crítica e ações libertadoras, faz diferença no exercício dos mandatos (GUTIÉRREZ, 1985). O olhar mais crítico exige, por exemplo, uma vivência multidisciplinar, que abarca o ambiente social e também o universitário. Aliás, um desafio que se apresenta às instituições universitárias, na formação de quaisquer profissionais, incluindo fortemente a docência é avançar do campo fragmentado para um processo formativo holístico, que tenha clareza política e que envolva a interconexão das distintas áreas. O sociólogo, filósofo e antropólogo Edgar Morin (2000) exemplifica essa ideia a partir do planeta Terra, que é o todo organizado e desorganizado do qual os seres fazem parte. “O todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes, se estas estiverem isoladas umas das outras, e certas qualidades ou propriedades das partes podem ser inibidas pelas restrições provenientes do todo” (MORIN, 2000, p. 37), esclarece o pesquisador francês.

Quando nos direcionamos à formação, esse todo deveria ser mais observado, num caminho de transformação, de mudança em relação aos modelos sociais que se repetem. Para ilustrar: percebemos que há uma força simbólica da figura da professora no contexto social caxiense e a prevalência do gênero masculino em postos políticos definidos pelo voto. Essa observação nos conduz, ao mesmo tempo, a uma outra: à tendência da sociedade à reprodução dos modelos dominantes. É também a tendência de muitas instituições de ensino, que reforçam

competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Previa bolsas para intercâmbio a alunas(os) de graduação e pós-graduação. Entretanto, desde 2017, passou a ofertar bolsas apenas para a pós-graduação. O Programa Universidade para Todos (ProUni) concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de Ensino Superior privadas. Criado pelo governo federal em 2004, virou lei (nº 11.096/2005) e atende a estudantes egressos de Ensino Médio de escolas públicas ou bolsistas oriundos de escolas privadas (Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br>). O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na Educação Superior (<https://www.mec.gov.br>).

essa reprodução, em vez de, por exemplo, fortalecer a relevância da igualdade, da diversidade e da interculturalidade como eixos transversais para um convívio mais democrático e equânime. Talvez porque a preocupação que temos para com isso ainda muito é fragmentária. Nesse sentido, se faz mais interpretativa ainda a análise de Freire (1982), de que a educação (seja ela formal ou não, básica ou universitária) pode seguir dois caminhos: um transformador e progressista e outro predominantemente conservador.

Santos (2007) acrescenta que pensar os processos do Ensino Superior é pensar num projeto de nação. Nesse âmbito, há espaço para os diferentes saberes e não apenas para aqueles tradicionalmente convencionados (por interesse específico de um grupo, de uma classe ou de um único nicho social). Quando realça a diversidade de saberes, Santos leva em conta as variações vindas do senso comum e o saber científico, cuja disseminação por meio de universidade ocorreu tarde no Brasil, na primeira metade do século XX⁸³.

A partir da ecologia de saberes, o sociólogo afasta o domínio de um saber e respalda os vários saberes que constituem o homem/mulher, a sociedade, a natureza. Essa multiplicidade, inclusive, pode auxiliar as comunidades a ampliarem suas escolhas, fortalecendo a presença feminina nos espaços públicos eletivos, com novos nomes e posições, num sinal de respeito a quaisquer gêneros. De acordo com Santos (2007), todos os sistemas de saber são locais e globais ao mesmo tempo, inclusive, as Ciências. Portanto, não faz sentido centrar o olhar em apenas determinados saberes. Na opinião do estudioso:

é preciso passar do colonialismo à autonomia solidária. Na matriz da modernidade ocidental, há dois modelos, dois tipos de conhecimento que podem se distinguir da seguinte maneira: o conhecimento de regulação e o conhecimento de emancipação. A tensão política é, também, epistemológica. [...] é necessário reinventar o conhecimento – emancipação, porque, de alguma maneira, a ciência moderna se desenvolveu no quadro do conhecimento –, regulação que recodificou, canibalizou, perverteu as possibilidades do conhecimento – emancipação. É por isso que o conhecimento emancipação tem de ser ecologia de saberes mais ampla. A ecologia de saberes propõe que possamos aprender outros conhecimentos, sem esquecer nossos próprios conhecimentos (SANTOS, 2007, p. 53).

⁸³ Embora houvesse debates em torno da implantação de universidades, o colonizador (Império Português) não colocou em prática essa demanda. Restringiu-se à criação de cursos e faculdades de Ensino Superior muito depois da chegada ao Brasil. No texto "Primeira Faculdade de Medicina do Brasil", doutor Sandro Fenelon explica que a Faculdade de Medicina da Bahia foi a primeira escola superior do Brasil, criada por D. João VI, em 18 de fevereiro de 1808 (<http://www.imaginologia.com.br/dow/Primeira-Faculdade-de-Medicina-do-Brasil.pdf>). Já cursos jurídicos passaram a ocorrer em São Paulo e Olinda, conforme lei de 11 de agosto de 1827, decretada por Dom Pedro I (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-11-08-1827.htm). No caso das instituições públicas, a primeira universidade federal do Brasil nasceu em 7 de setembro de 1920: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também denominada Universidade do Brasil. Vista como um dos centros brasileiros de excelência no ensino e na pesquisa, a UFRJ foi criada pelo decreto nº 14.343, assinado pelo então presidente do país, Epitácio Pessoa.

Como vimos, universidade e escola – integrantes do campo educacional e lugares de construção de distintos conhecimentos – são locus de reprodução e de produção de novas relações sociais. Tornam-se espaços de articulação de saberes e de debates sobre os mais variados temas e movimentos (a exemplo dos assuntos em ênfase nesse estudo: mulheres na política), sendo para uns mais relevantes que para outros. São espaços de educação e espera-se que transformadora, isto é, seja capaz de desacomodar constantemente os envolvidos, tendo cada pessoa a oportunidade de exercer o papel de sujeito emancipador de seus limites, integrando-se na humanização desde cada lugar que ocupa, para que a humanidade possa, em grande escala, também se humanizar. Tais decisões, entretanto, dependem de posturas políticas, atitude, direitos assegurados no papel e na prática.

As disposições de crer e de agir vividas pelas mulheres eleitas e que motivam essa pesquisa têm a ver com valores e hábitos vividos na família, na comunidade, nas igrejas, nos partidos políticos, nos movimentos sociais, no trabalho e também nos ambientes de ensino e aprendizagem institucionalizados (escolas e universidades). Esses espaços referendam modos de ser e de agir conservadores e/ou transformadores que tendem a se refletir nos posicionamentos que mulheres e homens assumem quando exercem funções públicas. Lahire observa, entretanto, que a disposição de crer não necessariamente pode implicar uma disposição de agir.

Porém, não raras vezes, a passagem do privado para o público, do familiar para o social/coletivo, pode configurar especialmente para as mulheres um salto de coragem, uma conquista de suas crenças. Pode contribuir para a redução dos medos que se substancia com a fé e com a possibilidade de garantir direitos aos excluídos. Segundo Honneth (2009, p. 192), “como os direitos políticos de participação, os direitos sociais de bem-estar também surgem na sequência de uma ampliação, forçada ‘a partir de baixo’, do significado que se associa à ideia de ‘igualdade de valor’”. E essa igualdade de valor, acrescenta o teórico, é própria da condição de membro de uma coletividade política.

Dessa reflexão, subentende-se que a luta social organizada na base torna-se um caminho para a conquista de igualdade de valor guiada pela inteligência em detrimento da força. É um percurso que conscientiza para se tratar as diferenças em seus contextos, pois, no caso das mulheres na política, tratar a diferença existente em relação aos homens é a condição para se obter essa igualdade de valor. Honneth (2009, p. 190) considera que “independentemente das diferenças no grau de disposição econômica, cabem a todo membro da sociedade todos os direitos que facultam o exercício igual de seus interesses políticos”. É possível aqui evidenciar que a condição econômica das mulheres na sociedade é diferente da dos homens, o que reflete

nos partidos políticos, por exemplo. Portanto, para assegurar o equilíbrio das diferenças, torna-se necessária uma mudança de estrutura no espaço político-partidário e nos lugares de poder eletivo.

Inegavelmente, o poder político contribui para a prática de direitos. E tende a ser mais significativo ao povo quando o prioriza e promove a justiça social. Essa possibilidade joga ainda mais luzes para a direção de escolha que homens e mulheres, mas, especialmente, elas tendem a tomar no campo político-partidário. Daí o propósito deste estudo de conhecer melhor a trajetória do público feminino que optou, em dado momento de suas vidas, sair do território privado para participar de uma disputa eletiva e de vivenciar novos compromissos sociais em um mandato público tendo como ponto de partida a cidade de Caxias do Sul.

5 ACONTECIMENTOS QUE NOS CONSTITUÍRAM MULHERES ELEITAS

Cada uma das mulheres eleitas que integram esta pesquisa constituíram ou constituem um percurso que se destacou ou se destaca mais em uma ou outra área, ou em uma ou outra etapa da sua própria vida – e, que, por ter se tornado representante da comunidade por um período –, o que ajudou (ou continua ajudando) a compor a história da cidade e da região. Afinal, como explica Bourdieu (1986, p. 183), “uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história [...]”.

Em outras palavras, a vida é “um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas” (BOURDIEU, 1986, p. 183) que merece ser contada e reconhecida a partir de sua “sequência de acontecimentos com significado e direção” (BOURDIEU, 1986, p. 185). Ao estudar a trajetória das 11 mulheres eleitas, entre as quais, me incluo, foi possível conhecer as similitudes e as diferenças que nos ajudaram a chegar a um ou a vários cargos eletivos. Algumas dessas características estarão descritas neste capítulo, que traz gráficos com números e informações que as aproximam ou distanciam; e o perfil com dados biográficos da cada uma.

5.1 AS ELEITAS EM CAXIAS DO SUL: DE 1960 A 2014

Sob o propósito de investigar as mulheres eleitas com mandatos políticos em Caxias do Sul, no intervalo de 1960 a 2014, o conteúdo a ser visualizado e analisado dialeticamente está situado em diferentes momentos e contextos de nossas vidas, em que emergem acontecimentos significativos, potentes, e que movimentaram indivíduos, grupos sociais e instituições.

Como descrito acima, o método de pesquisa é aqui entendido como o modo básico de articular os atos de conhecer, o discurso e o chamado acesso ou a construção do real (PAVIANI, 2013). Nessa perspectiva de que nenhum método é puro e neutro, faremos uso da dialética e da hermenêutica, buscando interpretar as contradições, as mediações e o significado no contexto.

Estamos explicitando conteúdos extraídos das histórias de vida das eleitas, a partir das entrevistas que concederam ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA) e também de outras fontes e documentários, além de questões complementares realizadas para esta pesquisa com aquelas que puderam contribuir.

Apresentamos os dados coletados em diferentes etapas e instrumentos de organização das informações pesquisadas. Através de um quadro básico, trazemos a identificação de cada

uma das mulheres de Caxias do Sul, com informações dos mandatos eletivos, partidos e período em que exerceram as funções para as quais foram eleitas: Câmara de Vereadores, Prefeitura, Assembleia Gaúcha e Câmara dos Deputados.

Quadro 2 - Mulheres de Caxias do Sul que exerceram mandatos de 1960 a 2014

Nome	Mandatos eletivos	Partido	Período(s)
Esther Troian Benvenuti	Vereadora	PTB	1960 a 1963
Iró Nabinger Chiaradia	Vereadora	Arena	1973 a 1976
Rachel Calliari Grazziotin	Vereadora	PDT	1983 a 1988; e presidente da Câmara em 1985 e em 1986
Geni Peteffi	Vereadora	MDB	1989 a 1992; 1993 a 1996; 1997 a 2000; 2001 a 2004; 2005 a 2008; 2009 a 2012 (presidente da Câmara, em 2012, ano que também assumiu por um período como prefeita em exercício)
Rosane Fátima Hamsch do Nascimento	Vereadora	PDT	1989 a 1992
Silvana Teresa Piroli	Vereadora	PT	1997 a 2000
Ana Maria Corso	Vereadora	PT	1997 a 2000, 2001 a 2004, 2005 a 2008, 2009 a 2012
Denise da Silva Pessôa	Vereadora	PT	2009 a 2012; 2013 a 2016
Marisa Formolo Dalla Vecchia	Deputada Estadual	PT	2007/2010 e 2011/2014
Maria Helena Sartori	Deputada Estadual	MDB	2011/2014 e, anteriormente, chegou a ser suplente
Ana Maria Corso	Deputada Federal	PT	2001/2002 como suplente
Marisa Formolo	Vice-prefeita	PT	1997/2000 e prefeita em exercício por um período em 2000
Justina Onzi	Vice-prefeita	PT	2000/2004

Fontes: Entrevistas do Banco de Memória Oral do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA); e Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Iniciamos descrevendo o cargo de vereadora entre 1960 e 2014. Tivemos a primeira mulher eleita vereadora, a professora Esther Troian Benvenuti, pelo PTB, de 1960 a 1963. A professora Iró Nabinger Chiaradia, de 1973 a 1976, pela Arena. Entre 1983 e 1988, a professora e advogada Rachel Calliari Grazziotin, pelo PDT, que também assumiu a presidência do Legislativo em 1985 e em 1986. A economista Geni Peteffi, eleita por seis mandatos entre os anos de 1989 e 2012, pelo PMDB, também assumindo a presidência da Casa, chegando a ser prefeita em exercício. Pelo PDT, entre os anos de 1989 e 1992, a advogada e educadora popular Rosane Fátima Hamsch do Nascimento. A professora Silvana Teresa Piroli, eleita pelo PT no período de 1997 a 2000. A professora licenciada em Artes Ana Maria Corso, que ocupou o

cargo por quatro mandatos entre os anos de 1997 e 2012. E a professora e arquiteta Denise da Silva Pessôa, que foi eleita por duas vezes entre os anos de 2009 e 2016.

A grande concentração de mulheres eleitas está no cargo de vereadora, junto à Câmara Municipal de Caxias do Sul. A vereadora que mais teve mandatos, entre todos os eleitos (homens e mulheres), foi Geni Pettefi, pelo PMDB, sendo eleita a primeira vez em 1989, tendo exercido, como presidente da Casa, também o cargo de prefeita em exercício.

O partido que mais elegeu mulheres ao longo do tempo foi o PT e também obteve o maior número de mandatos eletivos na Câmara de Vereadores. De 1997 a 2014, exerceu sete mandatos, através das vereadoras Silvana Piroli, Ana Corso e Denise Pessôa.

Nas eleições municipais de 1996, apresentaram, através do PT, a candidatura de uma mulher à vice-prefeitura, sendo eleita junto com o prefeito Pepe Vargas, de 1997 a 2000, a professora Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia. Foi também a primeira mulher que assumiu o cargo de prefeita por várias vezes, tendo exercido de forma contínua, por licença temporária do prefeito durante período eleitoral, repassando o cargo ao prefeito em 2001.

A professora e assistente social Justina Inez Onzi, filiada ao PT, foi eleita vice-prefeita junto com Pepe Vargas (prefeito) para o período de 2001 a 2004. Por diversas vezes, também exerceu o cargo de prefeita em exercício.

As mulheres eleitas a vice-prefeitas filiadas ao PT foram as únicas que conseguiram ocupar tal mandato eletivo. Cabe destacar que, dentre os diferentes partidos, o PT foi o único que teve prefeito e vice-prefeito do mesmo partido e por dois mandatos consecutivos.

O cargo de deputada estadual foi conquistado pela primeira vez por uma mulher de 2006 a 2010, tendo sido eleita a professora Marisa Formolo, filiada ao PT. Nesse mesmo processo eleitoral, a professora Maria Helena Sartori ficou na suplência, pelo PMDB, tendo atuado como tal de 2003 a 2006.

No mandato de 2011 a 2014, Caxias do Sul teve a representação de duas mulheres, eleitas como deputadas estaduais: Marisa Formolo e Maria Helena Sartori. Nesse período, a Assembleia do Rio Grande do Sul tinha, em Caxias do Sul, a cidade com a maior representação feminina do Estado.

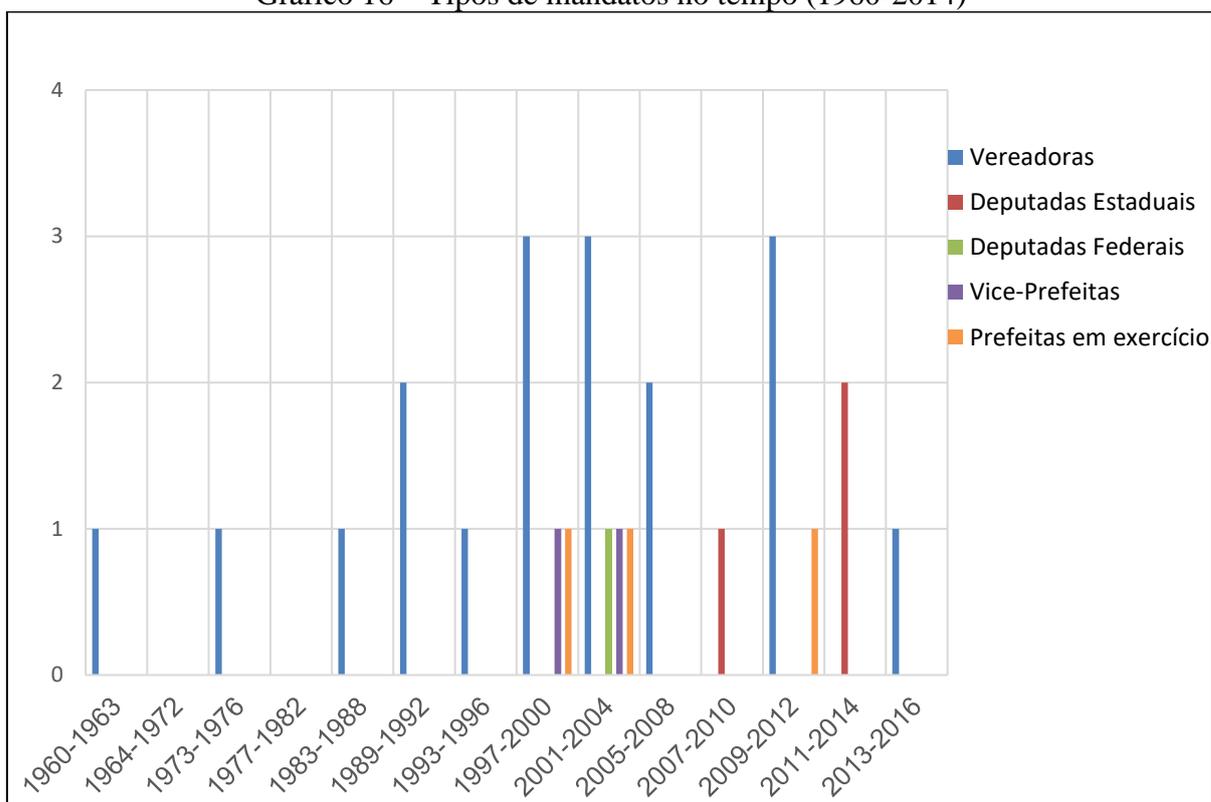
A primeira que ocupou o cargo de deputada federal como suplente foi Ana Corso, do Partido dos Trabalhadores (PT), como suplente nos anos de 2001 e 2002, pois Caxias do Sul ainda não elegeu como titular uma deputada federal.

É possível afirmar que a maior diversidade de tipos de mandatos, isto é, vereadoras, vice-prefeitas, prefeita em exercício, deputada estadual e deputada federal, foi de mulheres eleitas filiadas ao PT.

Observa-se, também, que, somados os mandatos de vereadora, deputada estadual e prefeita em exercício, dos partidos PTB, Arena, PDT e PMDB, conquistaram, ao todo, 13. Sendo que somandos os mandatos de mulheres filiadas ao PT também totalizam 13.

O Gráfico a seguir, extraído dos dados do Quadro 2, tem o objetivo de tornar visível o número de mulheres e o tipo de mandatos para os quais foram eleitas em ordem cronológica, de 1960 a 2014.

Gráfico 16 – Tipos de mandatos no tempo (1960-2014)



Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul; entrevista com as eleitas e familiares; Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSa); e Câmara dos Deputados.

5.2 ALGUNS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO PERFIL DAS ELEITAS

As 11 mulheres pesquisadas neste estudo têm características próprias e uma trajetória de envolvimento comunitário ou profissional que pode ter potencializado o ingresso na política partidária e a participação em pleitos e conquistas eleitorais. Elas ampliaram as condições e a representatividade feminina na sociedade caxiense, gaúcha e brasileira. Novos acontecimentos da trajetória das eleitas compõem os perfis a seguir, com registros da luta pelo reconhecimento, identificados na história de vida e na autobiografia de cada mulher; e com dados complementares de diferentes fontes de pesquisa, priorizando extrair dessas fontes a percepção dessa subjetividade.

5.2.1 Esther Troian Benvenuti

*“Se vocês querem votar em mim, muito que bem e, senão,
paciência, perche é la prima dona que se candidata”*

Quem abriu as portas em Caxias do Sul e mostrou ao público feminino que a política também é espaço de mulheres foi Esther Troian Benvenuti, a primeira vereadora da cidade. A filha dos agricultores Francisco Troian e Angelina Corso Troian, descendentes de imigrantes italianos, tinha uma irmã, que foi mãe de 11 filhos; e um irmão, que faleceu pequenino. Seu tempo de criança teve como palco o interior. “Passei a minha infância em Ana Rech e aprendi as minhas primeiras letras na então Escola Governamental, que se chamava na época de Ana Rech, com a professora Ercília Petry, que também era imigrante, oriunda de Milão (*Itália*) e que foi a primeira educadora daquela região. Recebia alunos não só da região de colonização italiana, como da Região de Cima da Serra” (AHMJSA, 1983, p. 1).

Na adolescência, quando tinha 13 anos, para ser aprovada como professora na rede municipal, no interior de Ana Rech, a avó a vestiu de forma a aparecer mais adulta (meia rosa e sapato de salto alto) e orientou a neta. “[...] Me recomendou: ‘Responda apenas o que te perguntarem, o resto deixa por minha conta’. Recebeu-nos o então Intendente Municipal Thomas Beltrão de Queirós. Ele olhou pra mim meio desconfiado e me perguntou: ‘Tu sabes ler e escrever’? – ‘Sei!’ ‘Tu sabes redigir uma carta’? – ‘Sei!’ ‘Tu sabes resolver os quatro problemas da aritmética’? ‘Sei!’ ‘Mas tem que ser a de Souza Lobo!’ - ‘É isso mesmo, aritmética Souza Lobo’. ‘Certo - respondi -, e também sei toda a Seleta em Prosa e Verso. Estudei no Colégio Elementar’. Perguntou à minha avó: ‘Esta menina tem a idade suficiente para assumir essa responsabilidade’? E a minha avó mais do que depressa respondeu: ‘Sim, tem, tem sim, tem, tem, tem’. Apenas eu tinha 13 anos naquela época [...]. Incompletos, ainda. E de uma hora pra outra, estava eu nomeada, com mensalidade de 100 mil réis em março de 1930” (AHMJSA, 1983, p. 1-2).

Conseguiu a vaga e passou a lecionar na localidade. Mais tarde, participou do intenso trabalho que a escola articulava com as famílias e a igreja, morando, inclusive, junto com uma das famílias da comunidade. Mas seus estudos básicos já não eram suficientes. Precisava terminar o 3º ano do Normal, frequentando as aulas. Para isso, solicitou ser transferida para a cidade. Depois de ter assistido a uma peça de teatro em que Esther promoveu com os alunos, o

prefeito da época, Luciano Corsetti, autorizou a transferência. Daí em diante, ela começou a trabalhar na prefeitura.

Formou-se na Escola Complementar/Escola Normal Duque de Caxias, em 1941. Foi para o Magistério do Estado em 1942. Passou no concurso para orientadora do ensino e, em 1947, assumiu a direção administrativa e a direção da Instrução Pública Municipal, onde ficou até 1960. Foi convidada para concorrer ao cargo de vereadora pelo PTB, sendo que o candidato a prefeito da época (Armando Biazus, que acabou eleito) pediu antes ao marido dela se a autorizava a ser candidata. Ela aceitou concorrer com o objetivo de contribuir com a eleição do prefeito e acabou sendo eleita, pois tinha muito reconhecimento, confiança e credibilidade em todas as comunidades com as quais trabalhou.

“Bem, em 1959, por motivos que nem justificaria eu citar, eu me candidatei a um cargo político, né? E eu pensei assim: bem, ninguém vai eleger uma mulher, né? Bem, aí então tá. Eu tinha um primo, Armando Biazus, que se candidatou a prefeito e ele era muito conhecido na cidade. [...] Então, um dia ele chegou lá em casa e disse assim: ‘Esther, vem cá! Olha, eu falei com o Henrique, teu esposo, e ele disse que ele concorda. Quem sabe tu te candidata à vereância e nós vamos percorrer a zona rural? E tu me apresenta!’. Porque, afinal, eu tinha relações de amizade com todos os agricultores e, eles já tinham, em mim, assim depositado confiança, né? [...] Eu disse: Bom, então eu aceito. Então me candidatei. Ali acompanhava a caravana, né? Que era do Partido Trabalhista Brasileiro [PTB], né? Acompanhava a caravana e era funcionária da prefeitura de confiança do Hermes João Webber, prefeito maravilhoso, né? Um Prefeito assim muito esforçado, que ele sempre foi. Então, eu chegava assim nas colônias e dizia: Bem, nós temos dois candidatos. Um é o senhor Hermes João Webber/PSD, que é o meu chefe. É um homem muito honrado, capaz, um ótimo candidato [...]. E quêl altro le quá [inaudível], el Biazus” (1983, p. 11-12).

Na entrevista que concedeu ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSA (1983, p. 12), Esther conta que, naquela época, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no interior, não tinha muitos adeptos. Tanto é que foi se “enfronhar” nessa sigla só na hora em que foi candidata. “Por isso que eu digo que foi uma condição toda especial que eu entrei na política [...]. E eu dizia: Eu sou candidata a vereadora. Se vocês querem votar em mim, muito que bem e, senão, paciência, perche é la prima dona que se candidata. No só! [risos] E assim foi a minha campanha! E o senhor sabe que, por grande surpresa minha, falo assim com toda a sinceridade da alma, com grande surpresa minha, eu fui a segunda mais votada. O primeiro foi o padre Giordani e a segunda fui eu” (1983, p. 12).

Entre os envolvimento que cultivava, estimulava o voto feminino (inclusive acompanhou as campanhas que ocorreram em 1932, a partir de quando as mulheres puderam votar no Brasil) e tinha forte relação com a Igreja, a exemplo de muitos dos demais moradores do interior e das instituições de ensino que existiam no início da segunda metade do século XX. “[...] A escola e a igreja eram os elos que unia(m) os agricultores. E, quando tinham as festas, por exemplo, do padroeiro, a escola cooperava em tudo, né? A professora rezava o terço aos domingos; a professora preparava as crianças pra Primeira Comunhão; a professora mais esclarecida, inclusive, ela redigia cartas, lia as cartas dos que estavam longe. Até em questões de herança, ela cooperava. Até encomendava alma dos moribundos e fazia enterros. Sem dúvida nenhuma. E as procissões, e arrumava. Eu, quando via os desfiles da Festa da Uva, adorei, me comovi, porque aquela procissão, eu cansei de ver na colônia. Cansei de ver! E quantas vezes eu fiz asinhas daqueles anjos de papel crepom pras procissões! E faltou ali os cestinhos que a gente fazia, sabe, das caixas de sapatos, todos enfeitados de papel e depois picoteava o papel e botava pétalas de rosas. Então, a padroeira ou padroeiro ia indo assim, e as crianças abrindo o caminho com uma estrada de rosas e de papel, não é? Quer dizer que a igreja foi uma grande incentivadora. Eu, por exemplo, devo muito ao sucesso do meu trabalho como professora no interior à cooperação que eu sempre tive dos sacerdotes e, principalmente, dos padres Josefinos” (1983, p. 11).

O viés da religiosidade lhe acompanhou também na representação de outras entidades, como a Associação dos Professores Católicos que presidiu por muitos anos em Caxias (1983, p. 16). Ainda desenvolveu ações em entidades ligadas à cultura. Quando foi instalada a Escola Municipal de Belas Artes, integrou o grupo e presidiu o conselho. Também comandou o conselho de instalação do museu na cidade e fez parte da Academia Caxiense de Letras. Havia, ainda, recorda Esther, o serviço de educação de adolescentes e adultos. “[...] A gente fazia as provas de alfabetização dos operários nas empresas porque naquela os empresários não podiam..., houve um movimento, não sei se hoje persiste, ele não podia empregar ninguém se não fosse alfabetizado. Então, eu ia nas fábricas fazer essas provas. E presidi dois anos a Fundação Alberto Pasqualini” (1983, p. 17-18).

Após ser eleita vereadora de Caxias do Sul, em 1959, a professora precisou tomar posse na função no ano seguinte. “Em 1960, eu tinha que assumir na Câmara, e o meu marido disse: ‘Agora, tu não podes decepcionar os teus eleitores, né? Agora, você vai ter que assumir. Se elegeu’. Quando foi, nessa época que iniciou a vida política Pedro Simon, foi nesta época. Ele era jovem ainda, né? Então, tá, assumi. Que eu tive que pedir exoneração do cargo de diretora da Instrução Pública, porque era cargo de confiança, pra assumir no Legislativo. Então,

assumi a minha cadeira no Legislativo e fiquei só como Orientadora do Ensino. Essa eu podia ficar. Aí eu fui até em 1963...” (1983, p. 12). Esther decidiu não concorrer mais porque considerou a política algo espinhoso. “[...] Não é fácil militar na vida pública, não. Não é fácil. Então, a pessoa que se dispõe ou por amor, ou por interesse particular, ou por orgulho, não interessa a razão, ele se candidatou, porque eu, por exemplo, não me candidataria outra vez jamais. Então eu louvo aqueles que ainda se candidatam” (AHMJSA, 1983, p. 19).

As causas educacionais e culturais seguiram com Esther para a Câmara Municipal. Para exemplificar, idealizou e organizou o Estatuto do Magistério em Caxias do Sul, que virou a lei 1143/1962. “Bem, eu batalhei pelo magistério. Eu tive padrões, porque as professoras todas ganhavam da mesma maneira. Tinha um ano, tinha dez anos, tinha quinze anos. Então, batalhei pelos professores, como agora tem o Estado, né? Sempre me baseando com a orientação da Secretaria da Educação. Primeiro, segundo, terceiro, conforme o tempo de serviço, o que ganhavam. Batalhei pela gratificação das que dirigiam as escolas, porque, embora a maioria era de escolas isoladas, quando tinham dois turnos, que tinham alunos suficientes pra dois turnos, tinha que ter uma direção. Então, depois, bem nos últimos anos, nós já tínhamos vários grupos escolares municipais. Então as diretoras, para que eles recebessem uma gratificação pelo desempenho do cargo, consegui o Estatuto do Magistério Público Municipal, que elas se regiam pelo estatuto do funcionário público e o magistério tem características diferentes? Então, tem o estatuto do magistério público, o programa de ensino nas escolas, que foi aprovado pela Câmara. Quer dizer que, dentro do magistério, eu realizei alguma coisa” (1983, p. 16), relatou Esther às entrevistadoras do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA).

E sobre o fato de ter sido a primeira mulher a ingressar no Legislativo, Esther conta que foi bem recebida: “[...] Foi com uma certa temeridade que eu assumi na Câmara, né? Mas eu só posso assim louvar a todos os vereadores de todos os partidos, porque, inclusive, quando eu me licenciei uma..., um ano antes, um período antes, fizeram uma comemoração de encerramento das atividades da Câmara. E falou, naquela ocasião, Manoel Ramos de Castilhos, que era um político ferrenho, né, defendendo seu partido, Manoel Ramos de Castilhos. Mas um grande cidadão! E, naquela época, ele saudou o presidente da Câmara, [...] saudou todos os vereadores e a mim ele me ofereceu um buquê de flores, dizendo que eu era a representante, como mulher, de todos os partidos que tinham atuado na Câmara e não só do partido que me elegeu. Eu acho que dizendo isso..., digo tudo, né?”.



Fonte: Galeria das Vereadoras da CMCS.

ESTHER TROIAN BENVENUTTI

Cargo: Vereadora

Partido: PTB

Mandato: 1960 a 1963

Naturalidade: Travessão Cremona, Santo Anselmo, Interior do então distrito de Ana Rech, em Caxias do Sul/RS.

Origens: Filha dos agricultores Francisco Troian e de Angelina Corso Troian, descendentes de imigrantes italianos. Tinha uma irmã, mãe de 11 filhos; e um irmão que faleceu pequenino.

Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso): Nasceu em 16 de maio de 1916 e faleceu em 17 de outubro de 1983. Casou em 1956 com Henrique Benvenuti.

5.2.2 Iró Nabinger Chiaradia

“Quando a gente gosta do que faz, consegue-se fazer muito” (1998, p. 83).

A educação fez Iró Nabinger Chiaradia ficar conhecida em Caxias do Sul, principalmente por sua atuação no comando de uma das instituições públicas de ensino mais tradicionais do território caxiense: a Escola Estadual Santa Catarina. Montenegro/RS foi sua

cidade natal, de onde acabou vindo ainda criança com a família para Caxias do Sul. Filha de Pedro Felipe Nabinger e Elma Ana Joana Nabinger, tinha dois irmãos (Décio e Delio).

Enquanto adolescente, seguiu dentro da normalidade para essa fase da vida, conta ela em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). Iró relatou que fazia o que toda garotada costumava fazer em sua época, com travessuras típicas da idade, mas não comprometedoras (AHMJSA, 1992, p. 35).

Assim como na infância, ao chegar à juventude, Iró seguia tendo adoração por esportes, área em que registrava bom desempenho. Quando fez a escola complementar continuou se dando bem nesse segmento. Depois, como professora também. “[...] Quando levava em excursão [...], os adolescentes, o Santa Catarina, a princípio, começou meio fraco com professores e, depois, os professores se dedicavam muito, muito e ele (o colégio) se destacou, por exemplo, tirou o terceiro lugar em basquete e vôlei; era com o professor Pedrão. Então eu ia junto; eu levava, eu ia, incentivava, eu cuidava [...]. Até, eu me lembro que, muitas vezes, não ia ninguém do Cristóvão e eu cuidava da turma do Cristóvão, que também se destacava. O [Colégio Nossa Senhora do] Carmo e o Cristóvão eram uma força tremenda em esportes, [...]. O que jogavam! Mas, no fim, o Santa passou, pela dedicação dos professores, dedicação dos próprios alunos e o amor que se tinha pela escola, sabe?”.

Ao decidir cursar o Ensino Superior, Iró optou pela Escola de Belas Artes, formando-se em Artes Plásticas e Pintura. A Pedagogia veio mais tarde, em 1970. “[...] Como eu estava já na administração escolar, né, como diretora, [...], então eu resolvi tirar Administração Escolar (I e II) [...], após tirando Pedagogia” (AHMJSA, 1992, p. 2). Depois de passar, por anos, pela direção da Escola Estadual Santa Catarina (comandou o estabelecimento de 1968 a 1974), Iró foi Delegada de Educação (1974-1975). Ela também desempenhou a docência por 22 anos na Escola Estadual Henrique Emílio Meyer.

Em 1972, entretanto, ingressou na política pela Arena. Tornou-se vereadora, com mandato de 1973 a 1976. O ingresso na política veio de um convite que Mario Ramos lhe fez, informa a filha, Anelise, em entrevista complementar a esta pesquisa. Um dos grandes companheiros de partido (Antes Arena, hoje PP) foi Ovidio Deitos. A filha conta que a mãe nunca havia pensado em se candidatar na política, mas o então prefeito precisava de mulheres que tivessem destaque para o processo eleitoral ser vitorioso. Ela acabou aceitando, se candidatou e chegou à vereança muito pelo trabalho educativo feito no Cristóvão e no Santa. No período em que ela foi vereadora, os legisladores eram eleitos, mas não recebiam salário. Então, ao mesmo tempo que trabalhava como professora, exercia a função solidária com a cidade na Câmara de Vereadores.

Iró foi para a política, mas nunca deixou a educação. Manteve as lembranças de sua atuação como professora e diretora e de seus alunos: “Cada um tinha os seus ideais, desde que respeite a ideia do outro, [...]”. À entrevista do AHMJSA, recordou da manifestação de um estudante, que disse a ela: “A senhora sempre nos acompanhou em tudo, sempre entrava na sala dando bons conselhos[...]” (AHMJSA, 1992, p. 26). Esse estudante viu sua atuação no comando do Colégio Cristóvão de Mendoza, em 1983, quando assumiu a instituição de ensino a convite da então delegada de Educação Gilda Nora e um ano e meio após ter se aposentado.

Foram 38 anos dedicados ao Magistério, chegando a trabalhar três turnos. Se se cansava? Em uma publicação feita pelo Jornal Pioneiro e pela Editora da Universidade de Caxias Sul (Educs), intitulada *Personagens da história de Caxias do Sul* (1998), Iró responde convicta: “Quando a gente gosta do que faz, consegue-se fazer muito” (1998, p. 83).

Independentemente da função que ocupou e apesar de ter nascido em outra cidade, Iró conta que considerava-se uma cidadã caxiense. Em relação à docência, nesse mesmo material editado pela Educs, ela disse perceber que ainda existiam poucas professoras dedicadas ao ensino com exclusividade e amor. Eis aí seu legado e exemplo, os quais merecem reconhecimento.

Em 1998, por meio do decreto 39.150, datado de 18 de dezembro de 1998, Iró recebeu do governo do Estado do RS o título de Educadora Emérita. Na metade do ano seguinte, em 24 de junho de 1999, com 81 anos, a professora morreu. Uma das homenagens póstumas foi concedida pela lei N° 6.533, de 1° de junho de 2006, que denominou via pública do Loteamento Colina Sorriso, no Bairro Nossa Senhora da Saúde, Setor 2, em Caxias do Sul, com o nome de Professora Iró Nabinger Chiaradia. O projeto para a denominação partiu do então vereador Getulio Demori/PP, foi acolhido pela Câmara e sancionado pelo então prefeito José Ivo Sartori/PMDB.



Fonte: Galeria das Vereadoras da CMCS.

Iró Nabinger Chiaradia

Cargo: vereadora

Partido: Arena

Mandato: 1973 a 1976

Naturalidade: Montenegro/RS

Origens: Filha de Pedro Felipe Nabinger e Elma Ana Joana Nabinger. Tinha dois irmãos: Décio e Délia Nabinger.

Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso): nasceu em 4 de março de 1921 e morreu em 24 de junho de 1999, aos 81 anos. Havia casado com Ampílio Chiaradia, em 1938, depois separou. Teve quatro filhos: Marguet, Anelise, Luiz Carlos e João Augusto, sendo que os dois homens já faleceram.

5.2.3 Rachel Calliari Grazziotin

*“Desconheço violência maior que a violência coletiva,
que é a ausência de pão na mesa do trabalhador”*

Era uma mulher jovem quando partiu. Rachel Calliari Grazziotin tinha 49 anos e foi vítima de infarto. Foi em 1º de fevereiro de 1996 e estava em Passo de Torres/SC, no litoral catarinense, na divisa entre os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, informa o irmão Mário Grazziotin, que concedeu entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), para deixar no Banco de Memória Oral as informações sobre essa que foi a primeira mulher presidente da Câmara Municipal de Caxias do Sul. E desempenhou a função por dois momentos: em 1985 e em 1986.

Nascida em 21 de agosto de 1937, em Antônio Prado/RS, era a mais velha de cinco irmãos. Terminou o primário e depois foi estudar em um colégio de freiras em Videira/SC. “Os meus pais queriam nos deixar como única herança um pouquinho de estudo, não queriam que nós fossemos funileiros, como ele foi, barbeiro, como ele foi, comerciante, ele queria que, ele dizia: ‘Olha, vocês vão ganhar o estudo!’”, relata Mário (AHMJSA, 2012, p. 4).

O irmão conta que Rachel era uma jovem de destaque. Bonita e inteligente, dá a entender em sua narrativa. Chegou a ser rainha do Esporte Clube Juventude. Em seguida, teria refletido e mudado o foco. Com as mãos na cabeça, teria dito: ‘O que eu estou inventando de ser rainha de beleza’. E decidiu se transformar, passando a atuar na política (AHMJSA, 2012, p. 15). Essa posição de Rachel, a qual contava com a parceria de Mário, começou a repercutir no ambiente familiar. “[...] Éramos olhados na ponta da mesa do almoço do meio-dia lá em casa [risos] como dois pequenos terroristas, porque nós – eu estou exagerando, eu estou figurando, na verdade, éramos amados e amávamos a nossa família, não tinha... Mas tinha assim um espanto porque nós tínhamos uma mesa de fartura, de muito sacrifício do meu pai e muita dedicação da minha mãe, mas nós tínhamos tudo: roupa, comida, estudo pago, tudo. Mas nós éramos rebeldes” (AHMJSA, 2012, p. 7-8).

Tal postura já sinalizava que mais tarde Rachel seguiria na militância social e na luta pelos direitos humanos. Mário conta que, quando a irmã voltou para Caxias para cursar universidade, optou pelo curso de História. Concluiu essa formação e foi atuar como professora de História. “Depois, ela virou a mesa, se separou, começou a se rebelar contra aquilo que as mulheres naquela época diziam, com justa razão, que era subordinação e submissão ao marido e tal. E ela optou por ser livre, por fazer aquilo que espantou meia família; a outra meia fugiu pra não se espantar. Quando eu digo família é todo mundo da família. Ela se separou e começou a fazer o curso de Direito, que eu já estava fazendo, eu já tinha feito o curso de Economia Política e eu estava fazendo... (AHMJSA, 2012, p. 6)”, recorda o irmão.

Mário conta que Rachel dizia o seguinte sobre a combinação da História e do Direito: “Quem estuda Direito, se já fez o curso de História, vai entender melhor as leis, porque as leis

são feitas de acordo com o momento histórico” (AHMJSA, 2012, p. 7). Antes de concluir o segundo curso universitário, porém, como não podia ter filhos, Rachel adotou uma menina: Márcia. Segundo Mário, que é padrinho da hoje também advogada, como ele e a irmã, Rachel tinha efetuado a adoção e logo “fez a separação e aí foi viver independente” (AHMJSA, 2012, p. 7). Havia sido casada com Nilo Domingues Mano.

A independência e a autonomia lhe direcionaram ainda mais à atuação social, percorrendo bairros da cidade de forma permanente. “[...] Sábado e domingo, ela nunca estava em casa, nunca estava em casa, estava sempre fazendo reuniões em clubes de mães, com professoras, com operárias, orientando, sugerindo. Ela era incansável!” (AHMJSA, 2012, p. 16). Teve destaque na defesa do menor, sendo presidente da Comissão Municipal de Amparo à Criança (Comai), com atuação em programas sociais, voltados às meninas-mães solteiras.

“[...] Depois que ela terminou o curso de Direito, aí ela foi exercer a vida, eu digo até, porque ela passou a se preocupar com os menores, com as meninas de rua, as pequenas prostitutas exploradas, ela se dedicou de corpo e alma. Eu me lembro que ela saía, de vez em quando, com a Tere Gollo [Thereza Domingas Gollo, militante da causa das mulheres em situação de prostituição e dos meninos de rua], pela rua, à noite – eram chamadas de loucas”, ressalta. Conforme Mário, ela decidiu montar uma casa voltada a acolher as meninas em situação de rua, com comida, roupa e possibilidade de estudar. “E aí ela ia de porta em porta, em gabinetes de vereadores, de prefeitura, onde tivesse que ir, ela ia e não tinha vergonha”, relembra o irmão.

De acordo com ele, Rachel militou forte nas políticas de igualdade de gênero, e se preocupava com meninas de famílias migrantes, a quem dava acolhida, por vezes na própria casa. Tentou atuar em favor delas junto às associações de bairros, mas o foco dessas entidades eram as reivindicações das comunidades. Concluiu que a ajuda às meninas e às mulheres em conflito com os companheiros seria eficiente se ela tivesse suporte em um partido.

“Partiu para uma campanha eleitoral e daí para a Comai, a Casa Viva Rachel.... Marino Kury foi um grande incentivador. Ele a conheceu quando era Juiz e cuidava das questões de jovens e adolescentes. Ela foi pura consciência sociopolítica”, afirmou Mário Grazziotin, em 2019, na entrevista complementar sobre Rachel dada para compor esta pesquisa. Antes, ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), informou que: “Quando ela foi pra atuação política, ela fez aquela casa das meninas, depois ela idealizou, e o Pepe [Gilberto Spier Vargas/PT, prefeito de Caxias do Sul de 1997 a 2004] fez aquela casa das mulheres espancadas pelos maridos, é a Casa Viva Rachel, foi o Pepe quem fez, mas em reconhecimento

de um trabalho que ela realizou. Ela foi vereadora durante quatro anos, depois ela foi secretária-geral (diretora-geral) da Câmara por outros quatro anos” (AHMJSA, 2017, p. 48).

Em seus discursos, ressoava a defesa por quem mais necessitava. Na sessão ordinária de 3 de março de 1983, se solidarizou com a família de um motorista que havia sido morto de maneira violenta. “A violência é abominável sob qualquer de suas formas e indesejável, não é, e não deveria ser uma característica da sociedade brasileira como o é, mas quero lembrar também que desconheço violência maior que a violência coletiva, que é a ausência de pão na mesa do trabalhador” (CMCS, 1983, p. 7).

E, por meio de projeto de sua autoria, nasceram leis como a de número 2.813/1983, que autorizava o ingresso de mulheres grávidas pela porta da frente dos ônibus; e a de número 2873/1984, que criou o Dia da Mulher Caxiense (16/5). O ex-vereador Edio Elói Frizzo foi muito amigo de Rachel e se reunia com ela seguidamente: “Contávamos com ela pra tudo o que era atividade política na cidade”, recorda, em depoimento o Arquivo Histórico Municipal João Spaari Adami/AHMJSA (2017, p. 18). Ele destaca o empenho e a luta dela em prol do público feminino. Tanto que, com o envolvimento direto de Rachel, surgiu a União Caxiense de Mulheres (UCM), da qual foi a primeira presidente. “[...] nasce do trabalho, da relação dela com a mulheres do PCdoB, com a Leda Menegussu, com a Abigail, com a Eulades e tal, que montam então a primeira união de mulheres caxienses e que cumpriu um papel importante na cidade durante um determinado tempo[...]”, detalha Frizzo.

Para homenagear e eternizar os feitos da ex-presidente do Legislativo, cerca de duas décadas após sua morte, a Ordem dos Advogados do Brasil Caxias do Sul (OAB/RS) criou a biblioteca local do sodalício que tem o nome de Rachel Calliari Grazziotin. Existem também a Avenida Rachel Calliari Grazziotin, no bairro Cidade Nova, e a Escola Estadual de Ensino Médio Rachel Calliari Grazziotin, no bairro Fátima, situada à Rua Amadeo Rossi, 921, e inaugurada pelo então governador Olívio Dutra/PT (1999-2002).



Fonte: Galeria das Vereadoras da CMCS.

Rachel Calliari Grazziotin

Cargo: Vereadora

Partido: PDT

Mandato: 1983 a 1988. E foi a primeira mulher presidente da Câmara em 1985 e em 1986.

Naturalidade: Antônio Prado/RS.

Origens: filha de Laurindo Grazziotin e Maria Calliari Grazziotin, comerciantes. Tinha cinco irmãos: Mário, Roberto, Mércio, Ana Maria e Laurindo.

Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso): nasceu em 21 de agosto de 1937, em Antônio Prado/RS; e faleceu em 1º de fevereiro de 1996, em Passo de Torres/SC. Foi casada com Nilo Domingues Mano, e teve uma filha: Márcia.

5.2.4 Geni Peteffi

“Me sinto privilegiada porque sei que fiz parte de uma construção pensando no benefício de todos”

O semblante sério de Geni Peteffi, por vezes, ofuscava seu lado solidário. Era uma vereadora que não esquecia de reconhecer quem a acompanhava no trabalho e no meio familiar. E a única a conquistar seis mandatos consecutivos na Câmara partiu justamente no dia em que o poder Legislativo completou 121 anos, em 26 de setembro de 2013.

Natural de Travessão Barata Goes, interior de Caxias do Sul/RS, Geni Peteffi nasceu no dia 27 de abril de 1944. Filha do empresário Alfredo Belizário Peteffi e da dona de casa Olinda Pontalti Peteffi, esteve, desde pequena, muito ligada ao núcleo familiar e disposta a ajudar quem precisasse, conta a sobrinha Renata Gaio em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSA (2014). “Eles sempre foram muito família, então, na verdade, como eles eram cinco irmãos, as brincadeiras eram meio que entre os amigos ali da rua [...]. Depois que eles vieram pra Caxias, aí eles ampliaram... Pegaram o pessoal adolescente do bairro. Eles eram muito de fazer, de sair, de se encontrar no final da tarde na igreja, eles gostavam muito de participar das coisas da igreja. Ah, meus tios eram coroinhas, ela era envolvida com aquelas festas que faziam as barraquinhas na frente da igreja” (AHMJSA, 2014, p. 2).

Geni era solteira e não tinha filhos. Acompanhava com zelo o crescimento dos sobrinhos. Segundo Renata, entre as amigas de infância e adolescência com quem Geni costumava sair, estava Marisa Formolo. “Então, era o grupinho do bairro que se reunia e saía pra aprontar, entre aspas, como se dizia na época, que eles faziam as molecagens de gurizada”. Renata informa que a família da tia era uma espécie de referência na região. “Então, os filhos acabaram, por consequência, mantendo essa referência (2014, p. 2-3). Em termos de mobilização estudantil, na época da universidade, Geni já participava dos diretórios acadêmicos e centros acadêmicos (2014, p. 3). Começou a trabalhar com o pai ainda adolescente.

“Na verdade, apesar de ser mulher, e na época a mulher ter de ficar em casa, quando ela fez os seus quatorze, quinze anos, resolveu ir trabalhar com o vô. Então, ela foi trabalhar no frigorífico. Trabalhava diariamente no frigorífico, ela nunca foi de ficar em casa, sempre gostou dessa coisa de trabalho, do dia a dia de sair de manhã e ir pra algum lugar e voltar no final do dia com a sensação de que fiz o meu trabalho, fiz o meu dever” (2014, p. 3).

E Geni não se voltava apenas ao trabalho e à família. Ela gostava muito da SER Caxias (Sociedade Recreativa Caxias), revela sua ex-assessora Rosane Azevedo, também em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA): “Ajudou por demais o Caxias” (2014, p. 9). Geni participou como dirigente do clube após a conquista do campeonato gaúcho (2000). Também foi conselheira do clube.

No universo partidário, exerceu a presidência do PMDB de Caxias, além da atuação comunitária. “Então, ela começou a se envolver mais com a comunidade no geral, e aí ela foi convidada (a concorrer). Em 1987, para ser candidata a vereadora pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), em função daquela necessidade de ter mulheres candidatas e coisa e, também, porque ela era envolvida, ela sempre foi militante do PMDB e

acabou sendo convidada. Foi aí que iniciou a carreira dela”, recorda Renata (AHMJSA, 2014, p. 3). Na prática, o início do contato de Geni com o poder público ocorreu antes, em 1983, como assessora administrativa, na Secretaria Municipal da Educação.

“Lembro que... Ela sempre foi assim: se ela se determinava a fazer alguma coisa, ela queria que fosse bem feito, fazer por fazer, assim, já que eu entrei, vou entrar pra ganhar. Então ela foi, ela batia de porta em porta, a gente sempre gozava porque ela sempre foi uma pessoa muito retraída. Apesar daquele jeito, vai e conversa com todo mundo, ela não chegava assim nos lugares chegando, né, ela chegava e ficava esperando, se vierem falar comigo eu vou, se não, não vou. E, na época de campanha, ela tinha que assumir que ela era uma candidata e ela tinha que ir atrás das pessoas, as pessoas não iam vir atrás dela”, salienta a sobrinha.

De acordo com Renata, brincavam com Geni, que tinha que se reinventar na época das campanhas, porque ela ia ter que fazer uma coisa que não estava acostumada a fazer. Ela sempre foi muito de chegar nos eventos, mesmo depois de anos de política, e nunca gostava de ser citada em protocolo. Não gostava de subir em mesa, para participar da parte mais solene, recorda a sobrinha.

"Ela sempre foi mais assim: eu vou, participo, mostro eu estou ali, vou fazer a minha parte, mas eu não quero aparecer com aquilo. Eu vou porque acho que tenho que ir, porque eu concordo com aquele programa, porque eu concordo com aquilo que está sendo inaugurado, alguma coisa assim, tinha sempre um fundamento naquilo que ela estava indo fazer, não era eu vou por ir ou pra mostrar que eu tô presente. Ela não gostava de estar nos holofotes, como a gente diz e, na época de campanha, tem que ir pros holofotes. Ela tinha que ir pra televisão...", lembra. Quando começou a TV na Câmara, as sessões eram transmitidas e ajudou bastante, pois a vereadora tinha de se manifestar diante das câmeras, conta a sobrinha, que também foi sua assessora, uma espécie de braço direito da parlamentar.

"Fazia as coisas de forma bem sutil, não era uma coisa assim a eu vou fazer pra ganhar em cima, o termo que eles usam ali no meio pra chamar atenção ou pra dizer que eu estou... Se ela não concordava, ela não ía e ponto", prossegue a sobrinha.

E a veia voluntária sempre pulsava: "Acontecia uma chuva, tinha um alagamento lá, tinha um acidente, queimava uma casa ou morria alguém, ela saía. Lembro que a minha avó ficava louca, porque ‘imagina, uma mulher sair dirigindo de madrugada!’. Ela ía” (AHMJSA, 2014, p. 12).

A ex-assessora Tania Fochesatto, também em depoimento ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSA (2014), recorda que Geni queria participar de todo o processo no Legislativo. Começou a se envolver com as Comissões Permanentes, e logo nos

primeiros anos assumiu a Comissão de Finanças. Até ela se tornar presidente da Câmara, presidiu presidente a Comissão de Fiscalização e Finanças por várias vezes. "Ela gostava muito de ajudar, sabe? Aqui dentro da Câmara também, ah. Os funcionários, os vereadores. Ela se preocupava muito em fazer algo útil pra sociedade, pro município, independente do prefeito que se encontrasse" (AHMJSA, 2014, p. 2-3).

Tânia e Rosane acrescentam o poder de negociação e de preparação de Geni. "Ela era uma grande negociadora, porque, em benefício dos munícipes, ela sabia como chegar no prefeito e ela sabia que podia até dar a sua própria ideia do que podia ser alterado ou, quando viesse pra Câmara, se ela podia acrescentar alguma coisa que ela achava que era útil, ou já mandava de lá...", descreve Rosane (2014, p. 2-3).

Mulheres e desenvolvimento econômico foram duas das pautas que receberam mais atenção de Geni. Criou o Dia de Combate ao Câncer de Mama (18/7), foi líder da bancada do PMDB e do governo (2005-2011). Em parceria com vereadora Ana Corso, criou o Troféu Mulher Cidadã. "Não tinha assunto que ela não tivesse conhecimento, sobre educação, sobre trânsito, sobre orçamento, tudo", resume Tânia (AHMJSA, 2014, p. 5).

Em 2012, quando decidiu não concorrer em razão de sua saúde que estava um pouco fragilizada, Geni concedeu várias entrevistas à imprensa. Ao jornal *Ponto Inicial*, fez uma análise de sua trajetória política, nos seguintes termos:

"Foi muito importante, um aprendizado que não sei como mensurar, uma vivência que poucos tiveram. Foram muitos anos e as pessoas talvez não saibam medir o que é ficar 24 anos concorrendo e fazendo parte da vida dos outros, de anônimos, de estranhos que aprendemos admirar e respeitar ao longo de todo esse tempo. Me sinto privilegiada porque sei que fiz parte de uma construção pensando no benefício de todos. A gente poderia ter feito mais com certeza, mas a complexidade das coisas, o tempo exíguo e os trâmites burocráticos tornam impossível realizar aquilo que queremos. A cidade é muito grande, são muitas demandas e não temos como acompanhar todo esse crescimento".



Fonte: Galeria das Vereadoras da CMCS.

Geni Peteffi

Cargo(s): vereadora e prefeita em exercício

Partido: PMDB

Mandatos: 1989 a 1992; 1993 a 1996; 1997 a 2000; 2001 a 2004; 2005 a 2008; 2009 a 2012 (presidente da Casa, em 2012, ano em que assumiu como prefeita em exercício)

Pais: filha do empresário Alfredo Belizário Peteffi e da dona de casa Olinda Pontalti Peteffi.

Irmãos: 4

Origens: natural de Travessão Barata Goes, interior de Caxias do Sul/RS.

Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso): Nasceu no dia 27 de abril de 1944.

Morreu em 26 de setembro de 2013. Era solteira e não tinha filhos.

5.2.5 Rosane Fátima Hamsch do Nascimento

"Eu acreditava que poderíamos mudar o mundo"

Inquieta desde pequena, Rosane Fátima Hamsch do Nascimento sentiu cedo as responsabilidades da vida e do mundo. Para que os pais (mãe de descendência italiana, Lúcia Dani, e pai de origem alemã, Frederico Florentino Hamsch) pudessem trabalhar e garantir o sustento da família, ela e uma irmã precisavam ficar com os avós durante a semana. Eram pequenas. Ela permanecia com os avós paternos enquanto a irmã, com os maternos. "[...] tive

sorte, meus avós paternos eram liberais. Minha avó era uma mulher dura, trabalhava muito e educava a mim e meus primos de forma igual. Todos faziam tudo, todos brincavam e brigavam com todos. Como só eu era menina, as brincadeiras eram masculinas", relembra.

Conforme a ex-vereadora, naquele período, em sua família, não tinha muita demonstração de afeto, mas todos a queriam bem. "Quando tinha uns quatro anos, fui para casa da irmã de meu pai (Tia Natalina), ficava mais perto da casa de meus pais. Minha tia cuidava de quatro crianças, eu era a mais velha. Então eu ia no armazém e ajudava a cuidar das outras (o que é impensável para nossos dias). Eu ia fazer algumas compras e todos me conheciam (todos conheciam todos no Rizzo). Eles, né, chamavam de empregadinha (porque era pequena e fazia algumas tarefas, fazia as compras, cuidava das outras três meninas)", recorda.

Rosane foi crescendo. Aos seis anos, começou a ir para a escola. Então, retornou à casa dos pais. "Não foi nada bom pois eu não convivia muito com minha irmã. Ela e minha mãe eram educadas, caprichosas. Eu era gritona e gostava mais dos serviços da roça do que de casa. Então era uma briga só. Tanto que nos sábados eu ia para a roça com meu pai. Na escola, eu conversava demais e brigava com os meninos. Para minha mãe, era um horror, pois as professoras só reclamavam. Se tivesse a famosa "ritalina", eu seria a primeira...".

Ainda na infância, a pequena experimentou os compromissos do mundo do trabalho. Quando tinha 11 anos, Rosane aprendeu corte, costura e crochê. Embora não tenha apreciado esses dotes manuais, pôde ganhar algum dinheiro com eles. Já, aos 13 anos, passou a trabalhar na firma Rizzo. "Trabalhávamos todos da minha idade e todas as famílias do Rizzo. Eu conhecia e me relacionava com todos. Paralelo à vida do trabalho, tínhamos a igreja, o grupo de jovens e os amigos mais próximos (que eram praticamente todos que moravam no meu bairro)", conta.

O chamado ginásio (hoje, séries finais do Ensino Fundamental) Rosane fez em Forqueta, ampliando o número de relacionamentos. Pela igreja, participou de cursos, encontros e seminários. Conheceu os padres Jones, Danilo e Roque Grazziotin, que a convidaram para participar da Juventude Operária Católica (JOC). "Isso me proporcionou sair de minha zona de conforto, conhecer outras ideias, outras pessoas e pessoas ligadas aos partidos. Meus finais de semana não eram mais na roça. Eram, agora, em reuniões. Eu acreditava que poderíamos mudar o mundo", revela Rosane.

Como fez o Ensino Médio no Colégio São Carlos, mantinha contato com políticos. Aos 16 anos, participou da primeira campanha política a um candidato desconhecido no Desvio Rizzo. Lembra que visitou todas as casas do bairro e, no dia da eleição, se colocou em frente da Escola Estadual Alexandre Zattera, das 7h às 17h. "Passei o dia entregando os famosos

santinhos. O candidato se elegeu e então passei a conhecer a Câmara de Vereadores e a reivindicar as coisas para minha comunidade".

Ao ingressar na universidade, o envolvimento com a política estudantil foi automático. Isso sem se afastar das atividades comunitárias. Casou, mas não teve filhos.

Profissionalmente, Rosane se formou em Direito e passou a atuar como advogada dativa (como chamavam advogados que representavam, gratuitamente, pessoas sem recursos financeiros). Trabalhou ao lado de outra advogada que foi também vereadora pelo PDT: Rachel Grazziotin. E foi no PDT que Rosane se filiou.

Com apoio do grupo da paróquia do Rizzo e do frei Antônio Mulasani, as lideranças da região fizeram uma prévia interna. Todos os moradores do Rizzo poderiam votar e serem votados. O resultado apontou Rosane como candidata do bairro ao Legislativo municipal. Região bem articulada, mobilizou-se e conquistou a eleição. "A campanha foi feita exatamente da mesma forma como fiz e como vivi, desde que me conheço, foi importante e definitivo para este resultado. A eleição decorreu do conhecimento da comunidade, da articulação das lideranças, do movimento da igreja, da generosidade das pessoas que me cuidavam aos quatro anos, dos meus avós que me criaram sem medo, dos meus pais que entenderam e respeitaram minhas diferenças, do aprendizado nos encontros da JOC, dos embates partidários".

Em 2000, Rosane foi convidada a trabalhar na Universidade de Caxias do Sul (UCS), onde foram implementados vários programas de inclusão social. Em 2007, atuou em conjunto com professores, funcionários e acadêmicos nas atividades do projeto de reassentamento do bairro Fátima Baixo, acompanhando as famílias até seu assentamento no Loteamento Victório Trez, em Caxias do Sul. Desde 2012, atua com a equipe da UCS, também em convênio com a Prefeitura, junto às 1.160 famílias beneficiadas pelo Programa Caxias, Minha Casa, no Loteamento Campos da Serra.

Embora tenha trabalhado com dedicação pelo bairro e pela comunidade enquanto vereadora, Rosane revela não ter gostado da experiência parlamentar. Por isso, não se candidatou novamente. "Avalio que a dinâmica da vida partidária não é democrática e nem clara. Cada partido tem seus caciques que usam e abusam da militância. Muitos corrompem as estruturas partidárias. Criam discursos para o público e desenvolvem práticas nefastas. Aos 61 anos, tenho a convicção que não é nos e pelos partidos que virão as mudanças que nossa nação precisa", afirmou Rosane, em uma das respostas dadas em 9 de janeiro de 2020, por ocasião desta pesquisa.



Fonte: Galeria das Vereadoras da CMCS.

Rosane Fátima Hamsch do Nascimento

Cargo: vereadora em Caxias do Sul

Período: 1989-1992

Partido: PDT

Nascimento: Caxias do Sul, em 11 de novembro de 1958.

Profissão: advogada

Origens: filha de Lúcia Dani e de Frederico Florentino Hamsch. Tem três irmãos: Renita Beatriz Hamsch Borges, Rosângela Lourdes Medeiros e Roni Carlos Hamsch.

Casamento: casada com Waldir Jesus Lemos do Nascimento e não tem filhos.

5.2.6 Silvana Teresa Piroli

"Eu sempre tive muita curiosidade"

Uma retórica de destaque faz parte do cotidiano de Silvana Teresa Piroli, desde pequenina. Com coragem, sempre aceitou os convites de se apresentar em público na escola ou na igreja, no interior de Flores da Cunha, na Capela Nossa Senhora do Carmo, Travessão Rondelli, onde nasceu, em 15 de maio de 1964, e cresceu.

“A dona Júlia (catequista) escrevia as poesias à mão em várias folhas de papel e me dava pra decorar, eu pequenininha, cinco, seis anos, encima de um banquinho, encima de uma mesa, declamava a poesia naquela época. Bom, ali eu perdi a vergonha de falar em público, né? [risos] E o meu pai incentivava muito, meu pai gostava de cantar, gostava de ir pra igreja, tinha sido coroinha, ele tinha muito orgulho dessa minha facilidade de expressão. E a dona Júlia, em toda a apresentação, lá ia a Silvana decorar às vezes páginas e páginas de coisas, eu tinha muita facilidade de decorar e de declamar também. Então as pessoas dizem, ‘Você tem uma oratória boa’. A minha oratória vem desses ensaios de criança, e isso foi até eu fazer a primeira comunhão, tinha que estar no quinto ano, depois eu fui fazer a crisma, eu devia ter uns treze, quatorze anos...” (2017, p. 5).

Filha mais velha de três irmãos, conviveu com a lida da colônia, tendo os pais, os agricultores Maria Mioranza Piroli e Gelmino Piroli, e a família no seu todo como referências.

Lia a Bíblia para a avó e se interessava em aprender, tendo a escola, a casa e a religião como bases de conhecimento. “[...] eu sempre tive muita curiosidade e meu pai, de noite, como nós éramos quatro crianças, ele ficava conversando conosco” (p. 2). Também obteve grande apoio de uma professora chamada Odaly Fontana e de um catequista: Júlia Bolsan. “Então eu tive essa professora que me incentivou muito e uma outra professora que deu aula pra mim no quarto ano, pra ver como a escola é importante nesses lugares, que ela era uma carioca que casou com um Zamboni, de Flores da Cunha, acho que é Tânia o nome dela. Imagina, ela veio pra Flores da Cunha porque esse Zamboni era goleiro, casou com ela no Rio [de Janeiro] e veio morar em Flores da Cunha” (2017, p. 4).

A adolescência foi marcante porque Silvana precisou trocar Flores da Cunha por Caxias do Sul. Tinha 14 anos. Naquele tempo, havia diferente tratamento entre filhos meninos e filhas meninas, recorda, em entrevista para o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). “O capital ia pros meninos e as meninas que se virassem, então vieram pra Caxias estudar e algumas trabalhar e tinham que se manter. A minha avó já tinha vindo, já fazia alguns anos que ela estava aqui com a tia Clara, com a tia Prisca, a minha avó Antônia e a tia Leonor. Nesse meio tempo, a tia Leonor casou e eu vim morar aqui, nós pagávamos aluguel ali no Bairro São José”. [...] “Eu queria estudar, esse era o meu objetivo” (2017, p. 9 e 11).

Silvana ingressou no Magistério no hoje chamado Instituto de Educação Cristóvão de Mendoza. Depois, foi para o Ensino Superior e cursou Filosofia. Formada em Magistério e em Filosofia, tornou-se professora da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul. Casou-se com Renato Mascarello, com quem tem dois filhos (Renata e Germano). “Escolhi ser professora pois era o que me fizeram conhecer e como alcançável. Não foi fácil. Mas fiz a escolha que podia.

As possibilidades eram muito limitadas pra uma menina pobre do interior. Fiz o quase impossível. O imponderável para alguns. Pois ser mulher e estudar já eram uma afronta, imagina concorrer e se meter em política. Ainda bem que muitas fizeram o mesmo”, disse Silvana, em março de 2020).

Na militância partidária, aderiu ao PT em 1983. Concorreu a vice-prefeita em Flores da Cunha, mas não se elegeu. Em seguida, se dedicou à atuação sindical. Foi eleita presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul enquanto professora da rede municipal.

Mais tarde, concorreu a uma vaga na Câmara caxiense, época em que viveu momentos de resistência e outros de conquistas, os quais a fizeram lembrar da primeira candidatura, revela: “Sempre teve isso, sempre teve. Eu me lembro que na campanha de 1988 eu fui candidata em Flores da Cunha. A gente fazia aqueles comícios, teve comunidades que não abriram as portas pra fazer o comício do PT, porque imagina se iam abrir pra esse bando de gurizada comunista e ainda com uma bandeira vermelha! E tinha uns lugares que nos ouviam, poucos que participavam, os corajosos que iam nas reuniões, diziam, “Ela fala bonito, pena que ela é uma mulher!” (2017, p. 29).

Silvana era jovem e já mãe quando elegeu-se parlamentar. Carregava os filhos para as diferentes atividades políticas, onde também eram cuidados por companheiros e companheiras de partido. Fez um mandato em defesa de melhores condições aos docentes e aos servidores públicos. Sempre reforçando sua habilidade discursiva e de diálogo. “Fui pra Câmara e apresentei projetos que considerava importantes: os conselhos escolares e o sistema municipal de educação. Estes temas me eram caros. Como eram projetos com vício de origem, o governo da frente popular assumiu os projetos e enviou pra Câmara para serem votados [...]. Sempre estive disposta a fazer o que coletivamente era proposto e combinado” (2020).

Depois da atuação legislativa e de anos dedicada ao serviço público, foi outra vez eleita presidente do Sindicato dos Servidores Municipais. “Presidir novamente uma entidade de classe nesta conjuntura é muito desafiador”, considera Silvana, sinalizando para a coragem que precisa neste, paradoxalmente, novo mas conhecido percurso.



Fonte: Galeria das Vereadoras da CMCS.

Silvana Teresa Piroli

Cargo: vereadora

Partido: PT

Mandato: 1997 a 2000

Naturalidade: Capela Nossa Senhora do Carmo, Travessão Rondelli, Flores da Cunha/RS.

Origens: filha dos agricultores Maria Mioranza Piroli e Gelmino Piroli, com dois irmãos.

Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso): nasceu em 15 de maio de 1964. É casada com Renato Mascarello, com quem tem dois filhos (Renata e Germano).

5.2.7 Ana Maria Corso

*"Tive a felicidade de ser eleita e reeleita
por quatro mandatos consecutivos"*

Graduada em Artes pela Universidade de Caxias do Sul, a caxiense Ana Maria Corso iniciou sua militância política no final dos anos 70, lutando contra a ditadura militar, integrando o movimento estudantil. Tornou-se líder sindical, presidindo por duas gestões (1990-1993/1993-1996) o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem. Fez parte da direção Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT), participando da Comissão de

Mulheres Trabalhadoras da Central. Fundadora do PT, fez parte do primeiro Diretório Municipal em Caxias do Sul.

Elegeu-se vereadora em 1996, 2000, 2004 e 2008 com excelentes votações pelo Partido dos Trabalhadores. Em 2016, assumiu o mandato por dez meses e, em 2017, como suplente, mais cinco meses. Foi líder da bancada por várias ocasiões e também integrou a Executiva do Partido. De 2017 a 2019, foi presidente do PT. Nas eleições de 1998, concorreu a deputada federal e recebeu a maior votação obtida por uma mulher em Caxias e região. Foram mais de 60 mil votos, assumindo o mandato como suplente em janeiro de 2001. Atuou também como Coordenadora Regional/Serra do Sistema de Participação Popular e Cidadã do Governo do Estado do RS, na gestão do governador Tarso Genro.

Ana Corso, seu nome político, é casada com Pepe Vargas, ex-prefeito, ex-deputado federal, ex-ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) e atual deputado estadual. A militância estudantil serviu de alavanca para Ana Maria Corso envolver-se na política partidária. Embora conhecida por seu perfil combativo, de pequena, sempre se mostrou uma menina calma e comprometida com as tarefas escolares. "Eu tive uma infância normal, fui uma menina estudiosa e comportada, tranquila, não tive maiores preocupações na infância e na adolescência. Eu não me recordo de ter qualquer tipo de problema, também não era uma menina rebelde e nem nada. Eu era muito cordata. [risos]", relata em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSA (2009).

Natural de Caxias do Sul/RS, Ana cresceu na zona urbana com os pais e os dois irmãos, mas mantém ligações com o interior, principalmente do distrito de Criúva, origens do pai, o caminhoneiro Pedro Irony Corso. A mãe, a dona de casa Luísa Natalina Mattioda Corso, também tem familiaridade com a área rural, mas do lado oeste de Caxias, hoje Bairro Mattioda.

Na cidade, Ana estudou o primário na Escola Madre Felicidade, bem perto de sua casa, que ficava na Rua Visconde de Pelotas, em frente à Cantina [Eduardo] Mosele, ao lado da Marumby, onde hoje funciona o INSS[...]. Depois, estudou na Escola Estadual João Triches e, posteriormente, nos Colégios Madre Imilda e Santa Catarina (AHMJSA, 2009). Ana nasceu em 15 de outubro de 1958, data que coincide com outra, de grande relevância, o dia do professor e da professora, e também com a própria formação profissional: Licenciatura Plena em Educação Artística/Artes Plásticas. Mas Ana não seguiu na docência. Preferiu outros nichos. "O meu pai, apesar de ser um motorista de caminhão, ele conseguiu dar estudo para todos os filhos dele. Então, o meu irmão se formou médico, eu passei na Universidade aqui de Caxias do Sul para Artes Plásticas, para professora, mas nunca lecionei. Acabei, depois de formada, indo trabalhar

na empresa Pettenati. Era malharia na época, depois virou fiação e tecelagem, indústria têxtil Pettenati [Pettenati S. A. Indústria Têxtil]" (2009, p. 1), explica.

Antes de concluir o Ensino Superior, foi na universidade que Ana passou a ter participação política, lutando contra a ditadura militar. Também conheceu Pepe Vargas (PT) que se tornou seu marido e seguiu na vida pública, sendo prefeito, por duas gestões de Caxias do Sul e, atualmente (2020), deputado estadual no Rio Grande do Sul. Ana e Pepe têm duas filhas: Isadora e Gabriela. Elas cresceram vendo a mãe (e o pai) fazendo política na Câmara Municipal e na Federal, e na sociedade como um todo. E Ana conciliou a atuação parlamentar com as atribuições e as vivências maternais.

No movimento estudantil universitário, ela acompanhou em 1980 as primeiras reuniões com os estudantes na luta pela democratização da Universidade e por eleições diretas para reitor. Foi nessa época que ajudou a fundar o PT e, mais tarde, depois de formada, ingressou na empresa Pettenati. “Dez anos depois que eu estava trabalhando na Pettenati, e havia assumido minha segunda gestão frente ao Sindicato da categoria, o Partido me chamou, para concorrer a vereadora. Eu entrei na Pettenati em 1986, daí participei da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) interna, porque tinha toda essa vinculação partidária, de organizar os trabalhadores. Me elegi para a CIPA, até para ganhar estabilidade e concorri às eleições para o Sindicato de Trabalhadores da Fiação e Tecelagem aqui de Caxias do Sul. Na época o Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem, que era um sindicato presidido por mais de vinte e oito anos pelo mesmo presidente, o Renato Viero, numa categoria quase essencialmente de mulheres [...]. E nunca tinha tido uma mulher presidente do sindicato. Então o que ocorre? Em 1987 foi a primeira oposição cutista ao Sindicato da Fiação e Tecelagem, depois de vinte e oito anos sem ele ter qualquer tipo de oposição. Daí nós ganhamos a eleição com a Catarina [da Rosa] de presidente. E em 1990 eu concorri e me elegi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem”.

A experiência no movimento sindical Ana conta que teve quando entrou na Pettenati, em 1986. E a potencialização ocorreu com o envolvimento partidário, conduzindo-a à candidatura e à eleição para a Câmara Municipal de Caxias do Sul, em 1996. Na atuação parlamentar, diz que colaborou a experiência sindical, com a luta por melhores salários e por direitos dos trabalhadores, como o auxílio creche. “[...] Quando eu entrei na Câmara, foi meio que natural eu me direcionar para essa área dos direitos humanos por toda luta que fazia no movimento sindical pelos trabalhadores(as). Então, em 1997, eu presidi a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores. E, a partir daí, me dediquei a essa questão da luta das mulheres, que já vinha da minha luta sindical, da luta pelos direitos, também, dos trabalhadores,

dos negros, dos portadores de deficiências, das crianças e adolescentes do sistema prisional [...]".

No período que esteve no Congresso Nacional, como suplente de deputada federal, também atuou na área dos Direitos Humanos, principalmente com a volta do menino Iruan (que fez parte de uma disputa entre suas famílias no Brasil e em Taiwan). Ana teve aprovado neste período um Projeto de Resolução que criou a Galeria das Ex-Deputadas Federais resgatando o papel das mulheres na política. Ela acredita que sua participação nos direitos humanos e na defesa das minorias oprimidas e discriminadas fortaleceu sua permanência e reeleição como parlamentar (2009, p. 11). "Com a disposição de ajudar a construir uma cidade melhor, tive a felicidade de ser eleita e reeleita por quatro mandatos consecutivos", recorda em entrevista complementar realizada para esta pesquisa (2019).

Entre as propostas que fez e se transformaram em lei, estão: a criação da Procuradoria Especial da Mulher, organismo que luta pelos direitos das mulheres no âmbito do Legislativo; e da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente; o Dia Municipal de Luta Contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, lembrado, anualmente, em 18 de maio; as penalidades para estabelecimentos que exploram e abusam sexualmente de crianças e adolescentes; o passe livre no transporte coletivo aos portadores de HIV; emenda à Lei Orgânica incluindo a não discriminação de homossexuais; convênio de mão de obra prisional e reintegração social entre a Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca) e Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), entre outros.



Fonte: Galeria das Vereadoras da CMCS.

Ana Maria Corso**Cargo(s):** vereadora e deputada federal (suplente)**Partido:** PT**Mandato(s):** 1997 a 2000, 2001 a 2004, 2005 a 2008, 2009 a 2012 (vereadora); 2001 a 2002 (suplente de deputada federal)**Naturalidade:** Caxias do Sul/RS**Origens:** Filha do caminhoneiro Pedro Irony Corso (de Criúva, Caxias), e da dona de casa Luísa Natalina Mattioda Corso (Bairro Mattioda, Caxias), juntamente com dois irmãos.**Nascimento:** 15 de outubro de 1958**Casamento:** casada com Pepe Vargas, com quem tem duas filhas, Isadora e Gabriela.**5.2.8 Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia***“Fui aprendendo a reagir, a não me submeter à opressão”*

Uma menina cheia de perguntas se constituiu no interior caxiense, em uma localidade chamada Nossa Senhora da Rocca, na 6ª Léguas, Travessão Hermínia, Caxias do Sul/RS. Nascida em 9 de novembro de 1946, muitas inquietações conduziram Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia ao longo de sua infância. Algumas lhe permitiram estudar mais cedo do que era permitido. “Chegou uma época, quando eu tinha seis anos, a dona Esther [Troian] Benvenuti era diretora da Diretoria Municipal de Ensino [hoje Secretaria Municipal da Educação] e ela visitava as escolas, e eu lembro que, numa das vezes que ela foi pra escola, a professora Dirce Corrente, que era a professora de lá, né, ela disse: ‘Dona Esther, eu estou cansada de ver essa menina que sempre quer entrar, ela queria estudar e ela não tem idade!’.

E aí ela disse: “Olha, se a senhora quiser que ela estude, só não dá pra matricular porque ela não tem idade, a lei impede”. E ela me aceitou, eu entrei na escola, comecei a estudar, fui estudar com seis anos, eu não tenho registro de matrícula no primeiro ano e não tenho nota no primeiro ano porque não tinha como ser registrada. Eu lembro a alegria de eu poder entrar [...]”, conta Marisa, na entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSA (2008; 2013, p. 2).

A filha dos agricultores Laurindo e Thereza Formolo, e irmã de Armando, Velocino, Celestina, Odina, Valdoino e Jacir, desejava mais e estava sempre envolta nas vivências da

família, que, com descendência italiana, era muito ligada à religião católica. “Queria aprender catequese na Igreja da Rocca para fazer a primeira comunhão. Como sabia tudo do catecismo, fui escolhida para segurar a patena na hora da comunhão em São Vigilio. Era só menino que fazia parte desse rito na missa. Senti que o conhecimento e o saber me davam reconhecimento” (2019, p. 1), relata Marisa em depoimento complementar a esta pesquisa.

Quando terminou a 4ª série, não tinha escola na colônia para novas etapas. Aí, ela queria estudar na cidade. Mais uma vez, Ester Troian Benvenuti (*que respondia pela Educação à época*) autoriza a professora Jandira Lorandi Formolo a prepará-la para a admissão ao Ginásio. “Fui para a cidade na casa do tio João com a Aldina, minha irmã, que já estudava na cidade, e fiz a admissão e passei”, recorda Marisa, no questionário complementar feito especificamente para esta pesquisa.

“Ingressei no Instituto (orfanato) Santa Terezinha (Madre Imilda, hoje) e fui vencendo a vergonha de falar, depois de ficar muito corada e receber “flautas” de colegas por misturar o português e o dialeto italiano. Fui sendo respeitada, pois não me encolhi. Achava injusto que os da cidade fossem melhores que eu só porque nasci e vivi na colônia. Ficava indignada e reagia aos deboches, piadas e risos. Com estudos, passei a saber muito e assim superava o deboche dos colegas... Lembro que um dia eu disse: ‘Vocês acham que são melhores de quem nasceu na colônia?’ Eu quero ver o que vocês vão comer se não tiver quem planta! Assim fiz do desrespeito um sentimento de indignação e de justiça. Fui aprendendo a reagir, a não me submeter à opressão da fala urbana”, prossegue (2019, p. 1).

Na adolescência, a grande marca foi essa saída da colônia rumo à cidade, para estudar. Marisa começou a integrar o grupo de alunos que eram estimulados à formação de lideranças na escola pela Irmã Berta. Em seguida, fez parte da criação do Grêmio Estudantil e da Juventude Católica (JEC). “Terminei o ginásio e queria ser professora. O meu pai queria que eu fosse técnica em contabilidade. Fiz os dois cursos. Um de manhã e outro, no vespertino, em escolas diferentes. Madre Imilda, o primeiro, e o segundo, no Colégio São Carlos. Acabei sendo líder de classe durante todo o Magistério. Estava também na JEC, na UCES e no São Carlos, fazendo parte da Revista da Escola, da JEC e do Grêmio. Tudo isso foi me forjando a aprender a liderar e formar equipes de lideranças” (2019, p. 1-2).

A passagem do Ensino Médio para a universidade foi uma escolha difícil, define Marisa, informando que queria cursar Psicologia. Como não existia esse curso em Caxias do Sul, optou por Filosofia. Depois, cursou também Pedagogia, fez especializações e concluiu o Mestrado em Planejamento na UFRGS. Foi professora e uma das fundadoras da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), além de docente e pró-reitora de Pesquisa e Extensão

na Universidade de Caxias do Sul (UCS), coordenando grandes eventos, como as Semanas de Educação e o Ciclo de Debates em que Paulo Freire palestrou para educadores e para a comunidade caxiense, em maio de 1984.

A academia de Ensino Superior ajudou a torná-la mais conhecida na cidade no campo científico, paralelamente à luta em que sempre participou por direitos, através do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Essa trajetória gerou mais visibilidade e também contribuiu para sua entrada na política partidária, em 1994, no PT, e a consequente primeira conquista eleitoral de sua vida: a vice-prefeitura de Caxias do Sul em 1996, assumindo em 1997.

“[...] Preciso recordar como efetivamente fui alçada à candidatura de vice-prefeita. Em 1996, as pastorais sociais da igreja decidiram no Conselho Diocesano de Pastoral apresentar nomes à vereança local. Na época, a Campanha da Fraternidade estimulou leigos a participarem da vida político-partidária e a concorrerem a postos públicos. O padre Roque Grazziotin liderou esse processo. Fomos escolhidos o Elói Galon e eu para sermos candidatos para vereador e vereadora nas eleições de 1996. O padre Roque era o escolhido a ser candidato a vice-prefeito. Já tinha sido candidato em 1988, constituindo a Frente Popular, formada pelo PT, PCdoB e PSB, mas não quis sê-lo. Lançou meu nome junto com muitos outros companheiros e companheiras” (2019, p. 4).

Além de prefeita em exercício e vice-prefeita de Caxias do Sul (1997 a 2000), Marisa foi secretária municipal da Educação e secretária da Segurança Alimentar e Inclusão Social (2002 a 2004). Também chegou ao cargo de deputada estadual na Assembleia gaúcha, permanecendo por duas legislaturas (2007 a 2014). Antes dos mandatos eleitorais, Marisa sempre esteve envolvida com a comunidade, desde pequena, no interior, e depois, na Igreja de Lourdes, na área urbana de Caxias. Presidiu o Diretório Acadêmico de Filosofia; foi uma das fundadoras e integrou o Centro Pastoral dos Direitos Humanos e ações em defesa da agroecologia e das mulheres.

Nos exercícios eletivos, atuou muito em áreas relacionadas à educação, às mulheres, à agricultura, aos direitos humanos e à soberania alimentar. Na prefeitura de Caxias e na Assembleia Gaúcha, elaborou vários projetos nesses campos. Eis alguns deles, que viraram legislações: Lei de Licença Maternidade na Assembleia gaúcha, para deputadas; Lei que estabelece o fornecimento de peruca pelo SUS às mulheres em tratamento de câncer; Resolução 3.096/12, que institui o Prêmio Pioneiras da Ecologia, em reconhecimento pela atuação para a sustentabilidade socioambiental no RS.

Como a busca por mais conhecimentos e por diferentes saberes nunca cessou na vida de Marisa, ela seguiu envolvida com pesquisa e produções científicas. Tanto que prepara, neste momento, com este estudo, esta tese de doutoramento em Educação pela UFRGS.

Nesse breve recorte de sua trajetória, constam alguns atos de maior destaque, mas ainda há muitos outros. Enquanto eles ocorriam na vida da ex-vice-prefeita, ex-prefeita e ex-deputada que nunca parou de perguntar, um suporte a acompanhou de forma constante e segue a acompanhando: a família que formou com o marido Vilson Pascoal Dalla Vecchia, tendo os filhos Thiago, Carolina e Giovana, as netas Manuela e Verônica, os genros Pablo e Eduardo e a nora Yael.



Fonte | Crédito da foto: Joel Jordani.

Marisa Formolo Dalla Vecchia

Cargo(s): vice-prefeita; prefeita em exercício e deputada estadual

Partido: PT

Mandato(s): 1997 a 2000 (vice-prefeita) e prefeita em exercício por um período em 2000; e de 2007 a 2010 e de 2011 a 2014 (deputada estadual).

Naturalidade: em Nossa Senhora da Rocca, na 6ª Léguas, Travessão Hermínia, Caxias do Sul/RS.

Origens: filha dos agricultores Laurindo e Thereza Formolo

Irmãos: seis irmãos (Armando, Velocino, Celestina, Odina, Valdoino e Jacir)

Nascimento e casamento: nasceu em 9 de novembro de 1946. É casada com Wilson Pascoal Dalla Vecchia, com quem tem três filhos: Thiago, Carolina e Giovana.

5.2.9 Justina Inez Onzi

"As mulheres foram fundamentais nessa luta toda"

Justina Inez Onzi nasceu em casa, na localidade de Forqueta Baixa, à época município de Feliz, hoje, Vale Real, em 18 de junho de 1955. Suas raízes vêm da agricultura. O pai, Adolfo Germano Onzi, além de produtor rural, mantinha uma queijaria. A mãe, Lourdes Maria Bonalume Onzi, além de ajudar na lida agrícola, desempenhava a função de costureira.

A família, muito unida, procurou sempre manter um convívio justo entre todos. O trato vindo dos pais em relação à prole manteve-se igual para as quatro filhas Justina, Juvelina, Jiraci e Geni, e Antenor, o único filho homem, relata Justina, na entrevista que concedeu ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). “Então, quando nasceu o meu irmão eu disse: agora ele vai ser tratado diferente, porque ele é o único homem, e nós cuidando, cuidando se ele tinha alguma regalia. Mas ele nunca teve, nem teve chance de ter porque nós todas, se ele tivesse, íamos reclamar. Ele nunca teve, sabe? Então nós sempre fomos tratados iguais. Se a minha mãe, costureira, fazia um vestido, ela fazia pra todas” (AHMJSA, 2015, p. 6).

Esse ambiente propiciou uma infância alegre e com constantes brincadeiras a ela e aos irmãos. “A gente brincava muito de casinha, também de futebol com os guris, era guria contra guri, a gente ia nos campos de futebol e jogava. A gente brincava muito, quando era menor, antes de crescer um pouco mais e jogar futebol guria contra guri, a gente brincava de casinha com a natureza, que nós [...]” (AHMJSA, 2015, p.9). “Então foi uma infância assim muito feliz, muito infância mesmo, não faltou brincadeira, não faltou espaço [...]” (AHMJSA, 2015, p. 9). Nós fomos crianças muito felizes, muito brincalhonas, a gente brincava muito. A mãe sempre diz que nós brincávamos muito, ela ficava preocupada e até perguntou pra irmã dela, que era freira, se era normal. E ela disse: “Deixa brincar, deixa” (AHMJSA, 2015, p. 6).

Além de brincar, estudar foi um grande desejo de Justina. Mas, como no interior de Feliz não tinha todas as etapas de estudo, precisou vir a Caxias. Foi ela que pediu para prosseguir na escola e acabou matriculada no Convento das Freiras Murialdinas, em Fazenda Souza. Por seu espírito meio rebelde, foi praticamente obrigada a sair da escola por desobediência e indignação.

“Eram professores leigos. Tinha irmãs também, irmãs e professores leigos. [...] A maioria era as irmãs mesmo, as principais, né? Fui muito feliz lá também, fui bem feliz, fui bem infantil, foi a minha infância. Continuou a minha infância da minha casa, da minha terra, eu fui muito feliz. Fui expulsa porque eu fui muito desobediente, comecei com muita rebeldia, com razões, né! Na minha opinião na época, tinham vários motivos pra gente se rebelar. Mas eu fui bem feliz lá, quero deixar bem claro isso. Elas me ajudaram muito, as irmãs me ajudaram muito, mas só que eu não tinha vocação pra ser...” (AHMJSA, 2015, p. 12-13).

Posteriormente, frequentou o Colégio São José, área Central de Caxias. Terminou o então chamado Ginásio e fez o Curso Normal. Em seguida, Justina passou no vestibular e ingressou no Curso de Nutrição da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), entretanto, desistiu por ser difícil o deslocamento até o município de São Leopoldo. Prestou, então, vestibular para Serviço Social na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Iniciou o curso e logo integrou o Diretório Acadêmico de Serviço Social, dando início à sua militância estudantil. Já a militância social despontou quando atuou como professora e estagiária de Serviço Social na Escola Estadual Melvin Jones. Criou e coordenou o “Grupão da Comunidade” (com lideranças institucionais e de movimentos sociais), envolvendo o bairro Planalto, onde a instituição de ensino funcionava e funciona até hoje.

A comunidade escolar elegeu prioridades e as mulheres se destacaram nessa conquista, recorda Justina. “E as mulheres foram, foram fundamentais nessa luta toda. Essa luta pela merenda, pelo Ensino Médio, pela creche, pelo posto de saúde. Tinha a associação de moradores, tinha o grupo comunitário todo, mas quem levou e não desistiu foi o grupo do clube de mães, vamos dizer, das mulheres, que não desistiram, mesmo que a luta tenha durado três anos pra conseguir todas essas prioridades que tinham sido elencadas. Foi uma maravilha!” (AHMJSA, 2015, p. 19).

Também como docente, Justina contribuiu para a criação do Grêmio Estudantil desse colégio, colaborando para que os jovens tivessem mais voz e vez na instituição. Antes de ser transferida pelo Estado para essa Escola Melvin Jones, trabalhou como professora em Forqueta Baixa e na parte urbana de Feliz. Também atuou na prefeitura de Feliz como secretária municipal, e procurava auxiliar quem mais precisava.

“Nunca me conformei, nunca aceitei que alguém passasse fome, que uma criança estivesse desnutrida, sabe? Aquele pai que trabalhava e a mãe que também tinha que trabalhar, que amarrava a criança no pé da mesa, que a gente encontrou, isso não era justo, não era justo. Então foi pelo o que eu fui encontrando na vida, eu fui fazendo as minhas opções. Primeiro, eu via justiça na minha casa, depois eu fui para um colégio que, na minha opinião, tinha coisas que

não eram, não estavam certas, brigamos por elas. Depois eu fui fazer o magistério e ali eu senti um pouquinho as diferenças, digo ‘Bom, não está me fazendo mal’. Depois, eu fui dar aula lá em Feliz, mas não tinha muito que, não tinha muito que fazer uma reflexão maior, os alunos que eu dei aula eram quase todos do mesmo nível. Mas, quando eu vim fazer o estágio no Melvin Jones, no Bairro Planalto, eu vi que tinha coisa muito errada, que aquilo que a gente estudava na Sociologia era muito verdade, na Sociologia e em outras matérias, Realidade Brasileira, era muito, era muito... Eu nunca me queixei porque eu tinha que caminhar, nunca achava ruim que tinha que caminhar cinco quilômetros pra pegar o ônibus pra ir pra faculdade, porque isso não me fazia mal, também não me passou pela cabeça que tinha gente com carro pra ir até lá, também não me fazia mal, porque era uma questão individual minha, não me fazia mal, eu gostava de caminhar, me fazia bem, os meus alunos me chamavam, ia porque eu queria, era uma luta minha. Mas, quando eu era os outros, quando eu via os outros é que me doe” (AHMJSA, 2015, p. 27-28).

Essa alma solidária, com seu envolvimento comunitário e a atuação voluntária que ajudaram na estruturação do bairro Planalto, inseriu-lhe na militância partidária. Justina ingressou no PT em 1982, a convite dos militantes Geci Prates e Pedrinho Bondan. O primeiro mandato eleito veio em 2000, para a vice-prefeitura de Caxias do Sul, tendo Pepe Vargas (PT) como prefeito em segundo mandato. Antes, no primeiro mandato da sigla na cidade (1997-2000), havia sido secretária municipal de Saúde, cargo que conciliou com a vice-prefeitura caxiense, num período seguinte (2002-2004).

Na vice-prefeitura e no comando da Secretaria Municipal da Saúde, estabeleceu a gestão plena para Caxias do Sul. Nesse caso, a cidade passou a atender mais demandas e a receber mais recursos. Justina fez a estruturação do Sistema Municipal de Saúde e foi coordenadora regional de Saúde. Nesse caminho, ocorreram melhorias no campo da saúde, que, diretamente beneficiaram a mulher, como o funcionamento do Hemocentro e a instalação da Central de Exames.

Isso tudo, além dos programas específicos voltados à saúde da mulher. Entre os quais: testagem do HIV/AIDS nas Unidades Básicas de Saúde para identificação de gestantes infectadas para o seu acompanhamento e do bebê; Programa “Acolhe o Bebê”, para a captação precoce e o monitoramento das gestantes e crianças recém-nascidas; Comissão de Prevenção e Controle dos Óbitos Infantis; Protocolo das Ações Básicas de Saúde; Rotinas em Clínica e Rotinas em Pediatria do Pronto Atendimento 24 Horas; exames de radiodiagnóstico, como a mamografia; e exames de ultrassonografia no Centro à Vida, como ultrassonografia obstétricas, de mama e ecografia.

Justina era casada com Delmir Sergio Portolan, com quem teve duas filhas (Karen e Vitória). Também tiveram um filho que morreu aos quatro dias, devido a uma intercorrência hospitalar. Vítima de câncer de mama, que se espalhou pelo corpo, Justina morreu em 18 de abril de 2020, em sua casa, em Caxias do Sul.



Fonte: Arquivo Pessoal da entrevistada.

Justina Onzi

Cargo: vice-prefeita

Partido: PT

Mandato: 2001/2004

Naturalidade: em casa, na Forqueta Baixa, à época município de Feliz, hoje, de Vale Real.

Origens: filha de Adolfo Germano Onzi (agricultor e dono de uma queijaria) e de Lourdes Maria Bonalume Onzi (costureira), com quatro irmãos: Juvelina, Jiraci, Geni e Antenor.

Nascimento e casamento: nasceu em 18 de junho de 1955. Era casada com Delmir Sergio Portolan, com quem teve duas filhas (Karen e Vitória). Também tiveram um filho (Gustavo) que morreu aos quatro dias, vítima de intercorrência hospitalar. Justina morreu em 18 de abril de 2020, em sua casa, em Caxias do Sul, devido a um câncer de mama, que se espalhou pelo corpo.

5.2.10 Maria Helena Sartori

"Comecei a trabalhar com 16 anos. Trabalhava de dia e estudava de noite"

Maria Helena Sartori nasceu quando Caxias do Sul começava a despontar como polo metalmeccânico. Assistiu à evolução da cidade de um ponto estratégico: a área central, onde sempre morou com os pais, o pedreiro Pedro Antônio Migot e a costureira Adelina Teresa Scotta Migot, e quatro irmãos.

Nessa parte da cidade, próxima ao Estádio do Esporte Clube Juventude e ao Parque Mato Sartori, Maria Helena brincou muito, inclusive se banhou no Arroio Tega, que passava perto. E as brincadeiras envolviam meninos e meninas, indistintamente, conta ela, em entrevista à equipe do AHMJSa (2014). Pela imaginação, chegavam a montar um circo e formar fogueira na época de festa junina, entre outras diversões tradicionais: "Nós brincávamos de polícia e ladrão, jogávamos bolinha de gude, aqui não era calçado, a gente participou de toda a aventura do calçamento da rua. Aqui ao lado também não tinha calçada, então a gente fazia o campinho pra jogar bolinha de gude ali" (AHMJSa, 2014, p. 6-7).

Entre os colégios que frequentou enquanto criança e adolescente, lista os seguintes: Escola Estadual Abramo Eberle, Madre Felicidade, Presidente Vargas e Cristóvão de Mendoza. Ainda cursando o Ensino Médio, ingressou no mercado de trabalho. Depois, veio o Ensino Superior: "[...] comecei a trabalhar com dezesseis anos, eu estava fazendo o segundo ano do Clássico, então eu trabalhava de dia e estudava de noite. Daí fiz vestibular, passei, fiz faculdade, também fiz a faculdade de noite e trabalhava de dia".

A opção foi pela Filosofia. Na faculdade, Maria Helena se aproximou do movimento estudantil e também daquele que seria seu marido e se tornaria prefeito de Caxias do Sul, deputado estadual e federal e governador do Rio Grande do Sul: José Ivo Sartori (MDB). "Na faculdade, a gente foi muito tempo amigos, mais de anos, pra depois começar a namorar. Na verdade, nós começamos a namorar quando o Zé já estava quase se formando, já largando a presidência do DCE [Diretório Central de Estudantes], já tinha até largado, eu acho, ou estava largando, porque ele se formou uns dois anos antes do que eu. Eu continuei a minha faculdade, trabalhei no DCE, fui secretária lá no DCE, quando eu saí do Circulo Operário, comecei a lecionar com contrato, em Nova Roma do Sul" (AHMJSa, 2014, p. 13-14).

Mais tarde, deu sequência aos estudos cursando pós-graduação em História da América Latina. Enquanto docente, Maria Helena se envolveu na luta por melhores condições aos professores. Participou da greve de 1979. Na mobilização seguinte, essa atuação se tornou

mais intensa. "Foi logo em seguida, eu assumi junto com a Flávia Baldisserotto, nós inclusive assumimos o núcleo do CEPERS [Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul], porque, na primeira greve, o núcleo nem aparecia, não entrou. Na segunda, o próprio CEPERS organizou [...]. Eu fiquei de vice da Flávia por três anos eu acho, dois anos mais ou menos foi aquilo, cumprimos o mandato, daí eu concorri à diretora pelo núcleo do CEPERS, fiquei mais um mandato e teve outra greve, depois eu saí. Eu saí porque..., [Pedro Jorge] Simon ganhou, o Zé foi ser secretário. [...] eu já estava na diretoria do CEPERS quando o Marcos nasceu, e teve uma assembleia que nós fizemos lá no Araújo Viana e que voltei pra casa com sangramento, foi um susto, mas não aconteceu nada, deu tudo bem, o Marcos veio" (2014, p. 15). Além de Marcos, tem com Sartori uma filha mais nova: Carolina.

Na década de 1980, então, Maria Helena foi vice e depois diretora do Núcleo do Centro dos Professores do Estado do RS (Cepers), em Caxias. Ingressou na política partidária desde que se casou, em 9 de julho de 1976, acompanhando o marido nas atividades do PMDB, hoje MDB. Essas vivências contribuíram para que decidisse se candidatar à Assembleia gaúcha, ficando como suplente na primeira tentativa, em 2002, e tornando-se titular em 2005. Na eleição de 2006, ficou suplente novamente, vindo a se eleger efetivamente em 2010. No ano de 2006, foi escolhida líder de governo e se tornou a primeira mulher a exercer a liderança de governo na Assembleia Legislativa do RS

Em meio às principais bandeiras de campanha e mandato, em entrevista complementar a esta pesquisa (2020), Maria Helena menciona a defesa do papel da mulher na sociedade, políticas de prevenção, cultura da paz, melhoria da qualidade de vida das pessoas e fortalecimento da democracia. Ao avaliar as ações de campanha e acontecimentos que contribuíram para chegar à vitória eleitoral e foram empoderadores, tornando-se prioritários para a eleição, a ex-deputada cita: o trabalho que executou no PMDB Mulher Estadual, a discussão do papel da mulher na política e a atuação nos movimentos que fez parte.

No mandato como titular, que se estendeu de 2011 a 2014, defendeu, principalmente, causas como das mulheres, da educação e do desenvolvimento econômico. Como deputada, foi líder do governo, líder de bancada, presidente de comissões das comissões de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle (2005-2006 e 2011-2013) e de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo (2014-2016). Também passou pelo Executivo estadual, como primeira-dama e secretária de Estado (2015-2018).

Entre os projetos de lei que apresentou como parlamentar e tem relação direta com o público feminino, está o PL 131-2011, que institui o período do dia 18 de julho como Semana Estadual de Combate ao Câncer de Mama. E, indiretamente, beneficiando esse mesmo público,

o PL 150-2011, que institui nas Escolas Estaduais as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (Cipaves). Como secretária de Estado (no comando da Secretaria de Políticas Sociais e da de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos), Maria Helena destaca o projeto “Escolha o Destino”, que incentivou pessoas físicas e jurídicas a destinarem parcela do Imposto de Renda para os Conselhos da Criança e do Adolescente e para o Conselho do Idoso; e a implantação de seis Centros da Juventude em Parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

De sua lembrança também retira ações do período em que foi primeira-dama em Caxias do Sul, onde viveu a primeira experiência de acompanhar de perto o exercício de um poder Executivo: “[...] foi na condição de primeira-dama que tive as possibilidades de participar de projetos de políticas públicas, como a implantação do PIM, Primeira Infância Melhor, das Cipaves nas escolas municipais, do programa Vigimama, do programa Bebê tem hora certa, de acompanhar a melhor qualidade de vida oportunizada aos moradores do bairro Fatima Baixo quando foram morar no loteamento Victório Trez, de participar da criação do Banco do Vestuário e do Banco do Alimentos e ver a mudança de vida que ocorreu com os usuários, de ver o envolvimento da coordenadoria da mulher inclusive com as mulheres do meio rural, valorizando a participação comunitária nas definições do orçamento, entre tantas outras ações que me provaram que é possível fazer política com seriedade e criar melhores condições de vida”, descreve Maria Helena, na entrevista complementar concedida a esta pesquisa (2020).

Quanto à sua trajetória, que também soma diversos reconhecimentos, como Troféu Mulher Cidadã da Assembleia Legislativa do Estado (2006), Troféu Mulher Cidadã da Câmara de Vereadores de Caxias (2014), Troféu Sescon, Destaque CRC-RS (2017), Troféu Mulher Nota 1000 UAB Caxias do Sul e Medalha Ministério Público Estadual 2018, ela observa que demandou muita luta, conquistas e crença. “Sempre acreditei que é possível construir uma sociedade melhor, com mais equidade. Isso sempre foi uma crença e uma meta. A política foi o instrumento pra construir políticas públicas com essa finalidade [...]. Sinto-me gratificada pelas oportunidades e realizações e continuo acreditando na fala da ex-presidente do Chile Michelle Bachelet: ‘Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas mulheres entram na política, muda a política’”.



Fonte: <https://www.eleicoes2014.com.br>

Maria Helena Sartori

Cargo: deputada estadual

Partido: PMDB

Mandato(s): candidatou-se à Assembleia gaúcha, ficando como suplente na primeira tentativa, em 2002, e tornando-se titular em 2005. Na eleição de 2006, ficou suplente novamente, vindo a se eleger efetivamente em 2010. No ano de 2006, foi escolhida líder de governo e se tornou a primeira mulher a exercer a liderança de governo na Assembleia Legislativa do RS

Naturalidade: Centro, área urbana de Caxias do Sul/RS

Origens: filha de Pedro Antônio Migot (pedreiro) e Adelina Teresa Scotta Migot (costureira, dona de casa e chegou a lavar roupa para fora) e quatro irmãos.

Nascimento, casamento e data de morte (se for o caso): Nasceu em 23 de outubro de 1952. Em 9 de julho de 1976, casou com José Ivo Sartori, com quem tem dois filhos (Marcos e Carolina).

5.2.11 Denise da Silva Pessôa

"Eu pensava, meu Deus... Imagina eu ser candidata... Eu era uma guria"

A defesa dos direitos da juventude e das mulheres sensibilizou Denise da Silva Pessôa e a alçou ao posto de vereadora mulher mais jovem a assumir como titular no Legislativo caxiense, em 2009, aos 25 anos. A mobilização na luta pelos anseios da comunidade já veio de casa, com o pai Oscar da Silva Pessôa, construtor civil e líder comunitário, e a mãe Benta das Graças Pessôa, professora. “Desde criança, eu participei de reuniões. Desde o berço, o meu pai e minha mãe iam para as reuniões e eu ia junto como criança, né, eu e minha irmã. Eu tenho uma irmã gêmea (Márcia) e tenho um irmão mais velho (Rodrigo), eles sempre levavam todo mundo” (p. 1), relata Denise, em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA, 2014).

Moradora do loteamento Garbin, zona Norte de Caxias do Sul, foi desse lugar que iniciou sua militância política. A infância, a adolescência e o ingresso no ambiente escolar também começaram ali, pois a escola chamada Padre Antônio Vieira ainda fica muito próxima da residência da família. Já não bastasse, a mãe era diretora da instituição pública e ligada ao município à época em que Denise frequentou o Ensino Fundamental. “Era muito exigido, muito..., ali praticamente eu só estudei, eu era a aluna quietinha da turma, a CDF (inteligente) da turma, que não conversava, eu e minha irmã tínhamos que ser exemplo, por ser(mos) filha(as) da diretora. Depois, no magistério, daí sim” (AHMJSA, 2014, p. 2).

Denise nasceu em 17 de junho de 1983, sempre foi representante de turma e, desde os 15 anos, participa de ações no PT. No Ensino Médio fez a opção pelo Magistério. Para o Ensino Superior, inicialmente, prestou vestibular para o curso de Direito, mas não se adaptou ao curso. Um ano depois, mudou para Arquitetura e Urbanismo. Chegou a presidir o Diretório Acadêmico de Arquitetura e integrou a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (Fenea), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a Pastoral da Juventude. Paralelamente, sempre esteve envolvida nos movimentos de bairro.

Também assessorou a então deputada estadual Marisa Formolo/PT, período em que se envolveu mais com movimentos sociais e teve uma “professora” de militância e conselheira: Geci Prates. “Ela sabia, digamos, os erros da vida e, também, os acertos, ela não queria que errasse como ela errou, o que ela sofreu. Isso ela me disse até morrer, ela sempre me dizia isso assim: 'Tu tens que cuidar da tua vida. Tu tens que ter a tua vida'. [emoção] E ela se arrependia de não ter tido um filho. Então, esse é o lado, a política ainda é muito masculinizada, as necessidades femininas parecem que ainda não são aceitas na política, né? Ainda. Então, eu acho que é um pouco isso, o que ela sofreu, toda a mulher, na política, acaba sofrendo um pouco, né?” (AHMJSA, 2014, p. 8).

Denise concorreu a uma vaga no Parlamento municipal em 2008 e se elegeu já na primeira tentativa. “E eu pensava, meu Deus, eu sem... Imagina eu ser candidata, com..., estava com quase vinte e quatro anos, eu ser candidata, sem dinheiro, eu era uma guria. Naquele momento eu pegava..., peguei um carro pra ajudar na campanha, um carrinho velho [...], muitas vezes eu disse vamos ver [...], não tinha outro carro na campanha, eu era motorista naquela campanha, único carro que eu tinha na campanha era aquele, e eu disse vamos tocar a campanha desse jeito. Nisso me chamam pra prefeitura. Eu assumi e na prefeitura, licença pra concorrer é remunerada, eu disse: salvaram a minha vida!” (AHMJSA, 2014, p. 6).

Servidora concursada do município de Caxias do Sul no cargo de agente administrativo, se licenciou da função e assumiu o mandato eletivo no ano seguinte. Além da atuação na comunidade, envolvendo-se com ações da igreja e dos movimentos sociais, procurou participar ativamente dos movimentos sociais, como LGBTs, de mulheres, entre outros. Casada com Danilo da Silva, com quem tem um filho, Eduardo, que nasceu em 2017, e costuma visitar a Câmara e o plenário desde bebezinho. Denise foi a primeira mulher vereadora na titularidade do cargo a ser gestante, permanecendo no Parlamento ao longo de toda a gestação, e a ter seu filho durante o mandato. Ou seja, seguiu na função legislativa em plena fecundidade materna.

Questionada para esta pesquisa sobre os elementos que foram de grande destaque e impulsionadores/determinantes na sua vida pessoal, profissional e política, Denise responde de forma a agrupar momentos e pessoas que fizeram diferença em sua história. Diz ela (2020, p. 2):

“Meus pais me deram o sentido de viver coletivamente e em solidariedade com o outro. Minha vivência na Pastoral de Juventude reforçou minha compreensão e meu compromisso com as juventudes. O Magistério me auxiliou na organização e construção de ideias e de conhecimento, na postura de coordenação de sala de aula, desenvolvendo habilidades de oratória, postura, segurança e de conexão com os estudantes. A Arquitetura e o Urbanismo me deram uma compreensão macro dos problemas sociais, suas causas e efeitos na cidade. O trabalho com a deputada Marisa me deu a compreensão da institucionalidade sem perder a relação com a sociedade. Reforçou a luta pelo empoderamento das mulheres e a necessidade de ocupar espaços de poder. Foi como assessora da deputada Marisa Formolo que passei a me entender como feminista. O Curso Escola Aberta (em São Paulo) me fez valorizar momentos de reflexão interna e cuidados pessoais, que busco fazer com a prática de meditação. Essa prática me auxilia a ver as situações da melhor forma e fazer escolhas mais condizentes com as lutas que defendo”. Outra importante influência política foi o Padre Roque Grazziotin com quem compreendeu a solidariedade na política e o princípio da fé viva através de obras.

Como vereadora, no terceiro mandato, apresentou e tem apresentado propostas que se voltam aos trabalhadores, às mulheres, aos direitos humanos e à convivência e à arquitetura da cidade. É “uma trajetória de muito aprendizado e trocas. Ser a vereadora mais jovem de Caxias do Sul, ser a única vereadora de uma legislatura com 22 homens, atuar em lutas como direitos humanos, defesa dos PCDs, dos negros e negras, das mulheres, da população LGBT, dos novos imigrantes e defender a democracia são marcas do nosso trabalho”, avalia a parlamentar (2020).

Seu primeiro projeto protocolado como vereadora foi para coibir o assédio moral no ambiente público. Outra proposta tratou do impacto de vizinhança. Emenda de sua autoria e que depois virou lei foi estender o passe livre de estudantes também para os finais de semana.

Entre as iniciativas mais recentes, viu ser sancionada a Lei complementar 559/2018, que permite a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, bem como nas consultas e exame pré-natal, sempre que solicitado pela parturiente, em maternidades, estabelecimentos de saúde e hospitais. Tal legislação partiu de uma proposta de sua autoria. Também de uma proposição sua, surgiu a lei 8.414/2019, que cria a política contra o machismo nas escolas municipais, buscando valorizar as mulheres. Denise ainda foi e é a primeira mulher à frente da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara caxiense.

Embora participe ativamente com projetos e manifestações em plenário, é do contato com a comunidade que retira energia e ânimo para seguir e lutar pela sociedade em que acredita. “[...] o que mais me motiva é a organização do povo, sabe? De tu estar fomentando as articulações nos bairros, criar lideranças, fazer com que o povo se empodere, que ele fale por ele, que lute por ele, pra ele ter mais força, é aí que tu vai sentir mais força. Então, aí, me faz bem, aí me motiva, aí me dá esperança, me dá gasolina e assim seguir, porque se tu fica só no plenário, tu te frustra um pouco, se tu fica só naquela do plenário, vai, não vai, vai, não vai, mas quando tu começa a organizar o povo. Isso também veio da minha formação, venho do meu pai, e depois de todas as pessoas que eu convivi, dos movimentos sociais, fazer o povo lutar por ele, que daí a gente tem mais força” (AHMJSA, 2014, p. 17).

A parlamentar observa que, no planeta, tudo tem relação e, portanto, “também sou responsável pelas mudanças que quero” (2020). Outra de suas crenças é de que o trabalho coletivo e o despertar das pessoas para a luta por um mundo melhor são ações importantes para alimentar a transformação constante, essa transformação pela qual luta cotidianamente.



Fonte: Galeria das Vereadoras da CMCS.

Denise da Silva Pessôa

Cargo: vereadora

Partido: PT

Mandato(s): 2009 a 2012; 2013 a 2016 (sendo que a pesquisa vai até 2014)

Naturalidade: Caxias do Sul, no loteamento Garbin, bairro São José

Origens: filha de Oscar da Silva Pessôa (pedreiro, construtor civil e líder comunitário) e de Benta das Graças Pessôa (professora), e dois irmãos (Márcia e Rodrigo).

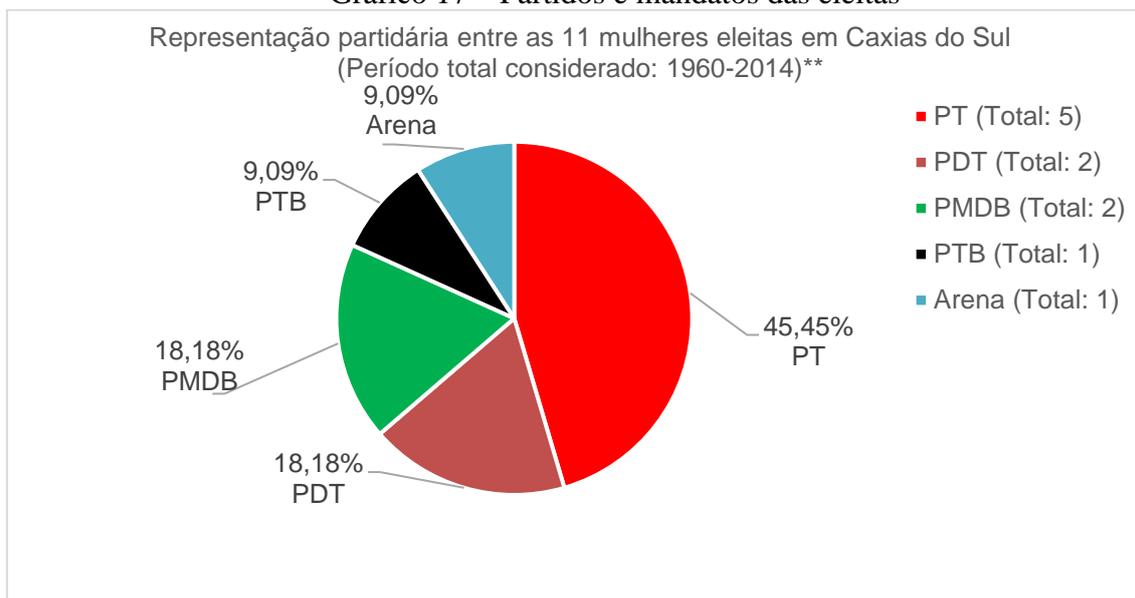
Nascimento e casamento: nasceu em 17 de junho de 1983. É casada com Danilo da Silva, com quem tem um filho: Eduardo.

5.2.12 Dados complementares aos perfis

Alguns gráficos elaborados com dados sobre as mulheres estudadas explicitam mais elementos de nossa trajetória para romper barreiras, ingressando na vida da política institucional de Estado⁸⁴. No caso do gráfico a seguir, dá visibilidade aos partidos em que estavam filiadas as 11 mulheres eleitas, em diferentes cargos.

⁸⁴ Alguns dados foram extraídos das entrevistas que as 11 mulheres eleitas e estudadas nesta pesquisa concederam ao Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMISA), de Caxias do Sul. Outras informações foram complementadas com entrevistas realizadas recentemente pela pesquisadora.

Gráfico 17 – Partidos e mandatos das eleitas



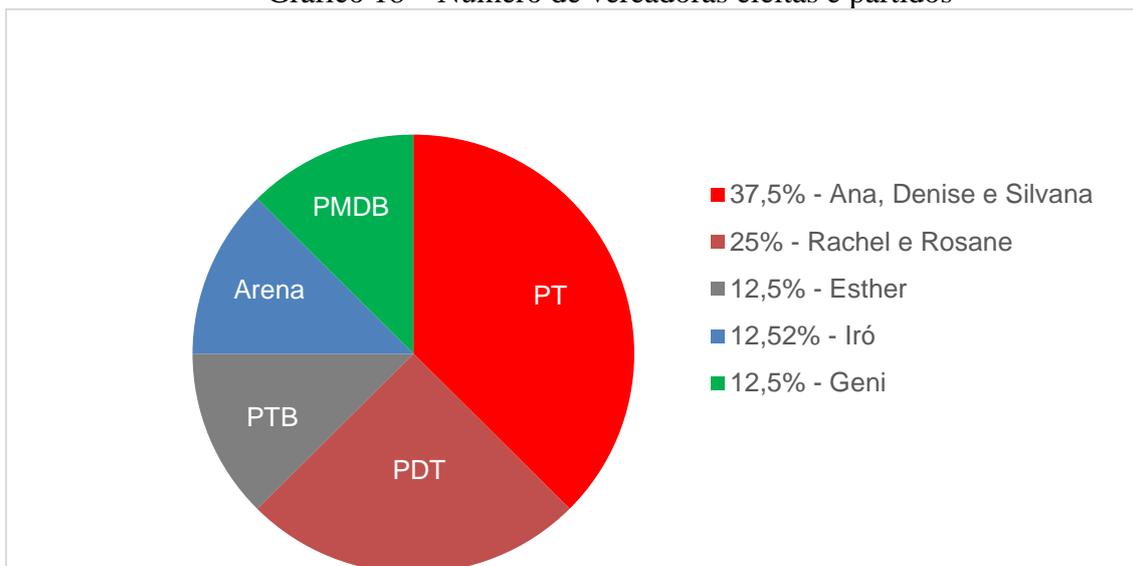
Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul; entrevista com as eleitas e familiares; e Arquivo Histórico João Spadari Adami (AHMJSa).

Cinco partidos conseguiram eleger mulheres. O número de mulheres eleitas em cada partido, independentemente dos mandatos para os quais foram eleitas, temos a seguinte constatação: o PT elegeu cinco mulheres, entre vereadoras, deputadas estaduais e federal e vice-prefeitas, que também assumiram a prefeitura por determinados períodos. São elas: Silvana Piroli, Ana Corso, Denise Pessôa, Marisa Formolo e Justina Onzi. A seguir, o MDB foi o partido que elegeu, além de vereadora (Geni Petefi), uma deputada estadual (Maria Helena Sartori), sendo que teve uma prefeita em exercício enquanto presidente da Câmara de Vereadores (Geni Petefi), com 18,18% de representação partidária.

O PDT, com 18,18%, mesma representação numérica do MDB, elegeu apenas duas vereadoras (Rachel Grazziotin e Rosane Hambusch). No caso da Rachel, também ocupou a presidência da Casa. O PTB e a Arena tiveram igual percentual de representação, com 9,09%, porém é ao PTB que cabe o mérito e a honra de ter tido a primeira vereadora eleita em Caxias do Sul (Esther Troian Benvenuti), que assumiu o mandato em 1960. A Arena elegeu também uma vereadora (Iró Chiaradia) por um mandato.

O partido que mais elegeu mulheres foi o PT, seguido do PDT, PMDB e PTB. Os partidos PMDB, PTB e, às vezes, PDT têm se posicionado ora aliados de partidos de esquerda, ora feito coligação partidárias para processos eleitorais, tanto de Executivo como de Legislativo, com os partidos conservadores de direita e extrema-direita.

Gráfico 18 – Número de vereadoras eleitas e partidos

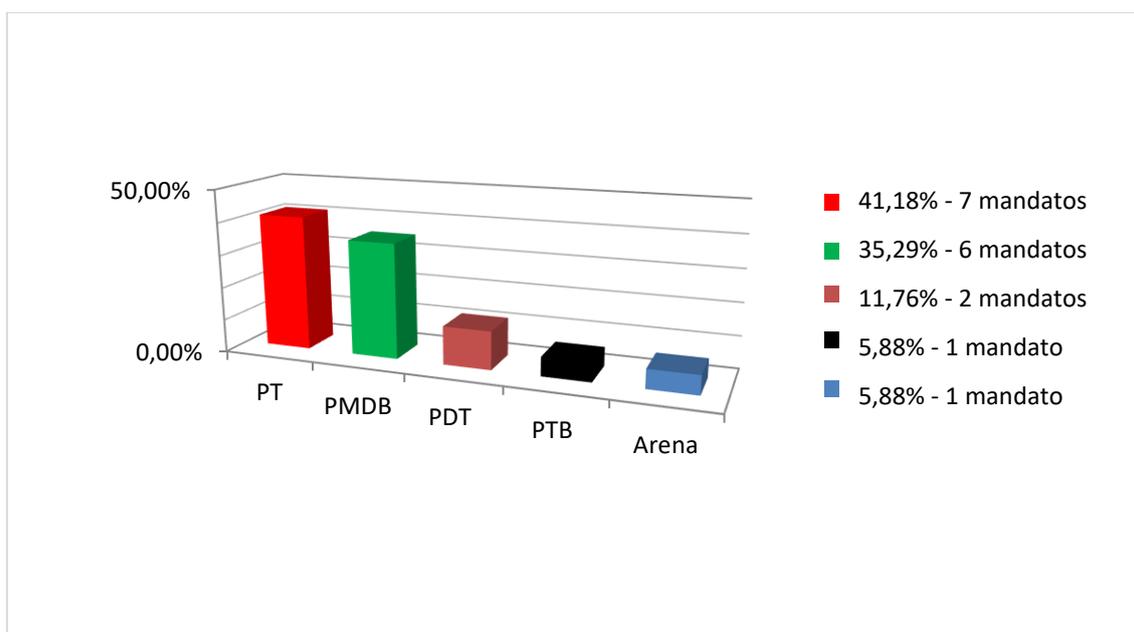


Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul e entrevistas com as eleitas e seus familiares.

Ao descrever a relação entre o número de pessoas eleitas e os partidos aos quais estão filiadas, o gráfico nos mostra que 37,5% das mulheres eleitas são filiadas ao PT, 25% ao PDT, 12,5% à Arena, 12,5% ao PMDB e 12,5% ao PTB. Conclui-se que a bancada com maior número de mulheres na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul foi do PT, com três pessoas eleitas; depois, o PDT, com duas, seguido do PMDB, Arena e PTB, todos com apenas uma.

Há relação de data de origem dos partidos. Essa análise permitiria entender melhor por que partidos tradicionais, com muitos anos de existência, não têm em seu quadro político um reconhecimento eleitoral das mulheres.

Gráfico 19 – Vereadoras e número de mandatos e partidos



Fonte: Câmara Municipal de Caxias do Sul e entrevistas com as eleitas e seus familiares.

O número de mandatos por partido no período de 1960 a 2014 mostra que o PT obteve sete mandatos (41,18%), com Ana Corso, Silvana Piroli e Denise Pessôa. O PMDB (35,29%) registrou seis mandatos, com Geni Peteffi. O PDT (11,76%), com dois mandatos, tendo Rachel Graziotitin e Rosane Fátima Hamsch como vereadoras. O PTB (5,88%) com um mandato, de Esther Troian Benvenuti. E a Arena (5,88%) com um mandato, elegendo Iró Nabinger Chiaradia.

É necessário destacar que o partido Arena que elegeu uma mulher no período da ditadura não repetiu vitórias eleitorais na Câmara Municipal de Caxias do Sul. E os partidos criados após a anistia e a reorganização partidária nos levam a observar que o PTB permanece tendo sua única eleita em 1960. O PMDB elegeu a mesma pessoa, Geni Peteffi. O PDT elegeu sua última vereadora em 1992. O PT tem o maior número de mandatos, bem como maior número de mulheres eleitas, tendo suas primeiras vereadoras eleitas em 1996.

A primeira vereadora eleita foi Esther Troian Benvenuti (PTB) e assumiu o mandato de 1960 a 1963. Para o mesmo período, Armando Biazus, também do PTB, foi eleito prefeito de Caxias do Sul. Para o mandato seguinte, que se iniciou em 1964, o prefeito foi do PDC, Hermes Veber. Ele venceu o pleito através de uma coligação, formada pelos partidos PDC, PRP, PSD, PL e UDN. Em 1969, venceu como prefeito Victório Trez, do PMDB, que governou até 1972. Nesse período, nenhuma mulher foi eleita. Em 1973, foi eleita Iró Chiaradia, da Arena, isto é, do mesmo partido do prefeito eleito, Mário Bernardino Ramos, de 1973 a 1976.

Por mais um período de cinco anos, entre 1977 e 1982, Caxias do Sul não elegeu vereadoras para a Câmara Municipal. O prefeito desse período foi Mansueto de Castro Serafini Filho (PMDB), que, com a reestruturação partidária⁸⁵, filiou-se ao PDT. Em 1983, é eleita a terceira mulher vereadora, a professora e advogada Rachel Calliari Grazziotin, filiada ao PDT, até 1988. Ela também foi a primeira presidenta da Câmara Municipal nos anos de 1985 e 1986. O prefeito desse período foi Victório Trez, do PMDB.

Houve um aumento de 100% no número de vereadoras eleitas no mandato de 1989 a 1992, com a eleição da economista Geni Peteffi e da advogada Rosane Fátima Hamsch. Este é o período em que não foram eleitas vereadoras professoras, porém Geni Peteffi trabalhou junto à Secretaria de Educação no período de 1983 a 1988, tendo estabelecido fortes relações com a Rede Municipal de Educação, que foi também sua base eleitoral. E Rosane Hamsch (PDT) tinha um trabalho comunitário de educação e organização popular junto à população do seu bairro, Devio Rizzo, que a indicou como candidata e também lhe deu sustentação eleitoral no voto. Em 1989, é eleito Mansueto de Castro Serafini Filho, PDT, que constituiu a coligação União Democrática por Caxias (UDC), formada pelo PFL, PSDB, PL e PTB. Rosane não se candidatou novamente.

De 1993 a 1996, houve a redução de 50% no número de vereadoras eleitas, retornando para apenas uma representante, Geni Peteffi (PMDB). Tendo sido eleito para prefeito Mario David Vanin (PDS).

Entre 1997 e 2000, o número de vereadoras eleitas subiu para três, sendo reeleita Geni Peteffi (PMDB) e eleitas Ana Corso e Silvana Piroli, ambas pelo PT. Nesse período, o prefeito eleito foi Pepe Vargas (PT), através da coligação Frente Popular, composta pelos partidos PT, PCdoB e PSB. Pela primeira vez, Caxias do Sul elegeu duas vereadoras do mesmo partido e, assim, se teve a primeira mulher vice-prefeita.

No período de 2001 a 2004, as vereadoras Ana Corso (PT) e Geni Peteffi (PMDB) se reelegeram, contando também com a reeleição do então prefeito Pepe Vargas (PT), tornando-se o primeiro prefeito a atuar no cargo por dois mandatos consecutivos. Entre 2005 e 2008, não houve alteração no quadro de vereadoras.

⁸⁵ Em reportagem de Cristiane Bernardes, com edição de Patricia Roedel, a Agência Câmara de Notícias informa que, "de 1966 a 1979 a legislação partidária no Brasil permitiu a existência de apenas dois partidos: Arena e MDB" (2006, p. 1). No caso da Arena, apoiava o regime militar, e o MDB era o partido de oposição ao governo. Em razão desse bipartidarismo do regime, as duas siglas congregavam políticos com diferentes origens e projetos. Entretanto, ao perceberem que a existência de apenas dois partidos dava um caráter plebiscitário às eleições, "os militares modificaram novamente o sistema partidário em 1979, permitindo a criação de outros partidos e extinguindo Arena e MDB. A maioria dos atuais partidos tem origem nesse processo de abertura no início dos anos 80" (BERNARDES, 2006, p. 1).

No período de 2009 a 2012, tivemos três vereadoras atuando na Câmara Municipal de Caxias do Sul. Foram reeleitas Geni Peteffi (PMDB) e Ana Corso (PT) e eleita, Denise Pessôa (PT). Essa última foi a mulher vereadora mais jovem eleita na história da cidade até então. Geni Peteffi não concorreu mais ao cargo. Entre 2013 e 2016, ocorreu a reeleição da vereadora Denise Pessôa (PT).

Parece haver relação entre o número de vereadoras eleitas e o partido do candidato a prefeito que venceu as eleições. Vejamos: Esther era do mesmo partido do prefeito eleito (PTB); e Iró Chiaradia pertencia ao mesmo partido do prefeito eleito (Arena). De 1989 a 1992, foram eleitas Geni Peteffi (PMDB) e Rosane Fátima Hambsch (PDT), sendo que o partido de Rosane coincide com o partido do prefeito eleito, Mansueto Serafini (PDT); Ana Corso e Silvana Pirolí eram filiadas ao PT, mesmo partido de Pepe Vargas, eleito prefeito; Geni Peteffi era do mesmo partido do candidato que ficou em segundo lugar na mesma eleição; de 2005 a 2008, inverte-se a ordem, sendo que o PMDB assume a prefeitura, e são eleitas novamente vereadoras do PMDB e PT. De 2009 a 2012, ocorre a mesma situação que na eleição anterior, sendo a vereadora mais votada Geni Peteffi, continuando com o PT em segundo lugar na disputa a prefeito.

Não encontramos relação entre o partido do prefeito eleito e/ou sua coligação com a eleição de Rachel Graziottin (PDT), de 1983 a 1988, sendo que o prefeito eleito era do PMDB; e de 2013 a 2016, com Denise Pessôa (PT), a única eleita, sendo o prefeito eleito do PDT.

6 DA VIDA PRIVADA À VIDA PÚBLICA DAS MULHERES ELEITAS

Onze mulheres. Onze histórias. As únicas a terem sido eleitas por Caxias do Sul a cargos no Legislativo e Executivo municipal e nos Parlamentos gaúcho e federal. Esta pesquisa as reconhece, ao registrar, do ponto de vista histórico, suas respectivas trajetórias e ao analisar o percurso que fizeram ao ampliar a atuação desde a vida privada dirigindo-se à vida pública, por meio de conquistas eleitorais. Nesta etapa do trabalho, trazemos análises pontuais das entrevistas que as eleitas ou seus familiares e amigos concederam ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) como memória de quem conseguiu representar e trabalhar pela sociedade com o aval das urnas, em meio a contradições, desafios e conquistas, ou de quem testemunhou este percurso.

É uma análise que tem o aporte teórico de estudiosos cujas reflexões ajudaram a compor os capítulos anteriores e que adota a técnica usada por Bardin (2011) no que se refere a conteúdos. Assim, uma categorização foi planejada (Quadro 3, em anexo) e tanto as entrevistas ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) quanto as concedidas a esta pesquisadora foram lidas e tiveram trechos selecionados a partir da lista de categorias.

Essa lista apresenta três categorias que são espécies de palavras-chave, por sua amplitude e correlação com o estudo, e há subdivisões abaixo de cada uma dessas categorias. Assim: Democracia e lutas sociais (participação/presença/representação); A mulher na política (A primeira/A única/Luta feminista/No exercício dos mandatos eletivos); e Reconhecimento (Condições objetivas (classe social, renda, escolaridade, religião, trabalho e família)/Ação Social (Fins, valores e razão)/Identidade/Status). Os excertos foram dispostos em tabelas para melhor visualização do conteúdo e posterior análise, que foi feita tendo o referencial teórico como sustentação.

Paralelamente à parte documental e bibliográfica, na metodologia, a proposta busca produzir conhecimento numa perspectiva hermenêutica e dialética.

As eleitas cujas trajetórias são estudadas nesta pesquisa totalizam 11 mulheres, sendo que algumas chegaram a ser escolhidas pelo voto da população para ocupar diferentes cargos em distintos momentos de suas vidas e da vida da sociedade, no período de 1960 a 2014. São elas: Esther Troian Benvenuto/PTB, Iró Nabinger Chiaradia/Arena, Rachel Calliari Grazziotin/PDT, Geni Peteffi/PMDB, Rosane Fátima Hamsch do Nascimento/PDT, Silvana Teresa Piroli/PT (ex-vereadoras); Ana Maria Corso/PT (ex-vereadora e ex-deputada federal/suplente); Denise da Silva Pessôa/PT (vereadora); Marisa Formolo Dalla Vecchia/PT

(ex-deputada estadual e ex-vice-prefeita); Maria Helena Sartori/PMDB (ex-deputada estadual); e Justina Inez Onzi/PT (ex-vice-prefeita).

Começamos as análises, de forma cronológica, pelas primeiras mulheres que tomaram posse desde a década de 1960 até 2014, grupo no qual me incluo, por ter sido eleita e ter exercido os cargos de vice-prefeita, prefeita em exercício e deputada estadual no Rio Grande do Sul.

Na Câmara Municipal de Caxias do Sul, foi Esther Troian Benvenuti/PTB quem abriu as portas para o público feminino entrar enquanto representação oficial, no ano de 1960. A primeira vereadora de Caxias do Sul conquistou 1.068 votos à época. E é com sua história que iniciamos o quadro de análises desta tese, que estuda a trajetória político-partidária de mulheres eleitas em e por Caxias do Sul, no intervalo de 1960 a 2014. Na sequência, numa linha cronológica-temporal, são analisadas as outras 10 mulheres eleitas que compõem a história legislativa da cidade, do Estado e do país.

6.1 DA INVISIBILIDADE FEMININA À LUTA POR ESPAÇOS DE PODER PÚBLICO

O ingresso das mulheres eleitas por Caxias do Sul na esfera partidária deu-se por diferentes motivos internos, de contexto e de período histórico. No caso de Esther Troian Benvenuti/PTB, a primeira vereadora eleita em Caxias do Sul foi como se as oportunidades ganhassem espaço a cada novo movimento de sua trajetória. Não que ela tivesse planejado, mas pelo percurso dos acontecimentos. A exemplo do instante em que sua avó a estimulou a procurar o intendente municipal para tentar uma vaga de professora no interior. Ele fez questionamentos, que ela respondeu adequadamente, contando com a ajuda da própria avó. “Perguntou à minha avó: ‘Esta menina tem a idade suficiente para assumir essa responsabilidade?’ E a minha avó mais do que depressa respondeu: ‘Sim, tem, tem sim, tem, tem, tem’. Apenas eu tinha 13 anos naquela época [...]. Incompletos, ainda. E de uma hora pra outra, estava eu nomeada, com mensalidade de 100 mil réis em março de 1930” (1983, p. 1-2), detalha ela na entrevista que concedeu ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJS), que também ouviu a maioria das demais eleitas para registro em seu Banco de Memória.

Esse acesso à vida profissional ainda muito nova e pelo exercício do magistério foi que lhe deu visibilidade para, mais tarde, ser convidada a candidatar-se à vereança, mesmo que as intenções fossem outras. No caso, um dos candidatos a prefeito da época precisava conseguir votos com a empatia que Esther acabou conquistando enquanto docente junto aos moradores do interior caxiense. “Eu tinha um primo, Armando Biazus, que se candidatou a prefeito e ele

era muito conhecido na cidade. [...] Então, um dia ele chegou lá em casa e disse assim: ‘Esther, vem cá! Olha, eu falei com o Henrique, teu esposo, e ele disse que ele concorda. Quem sabe tu te candidatas à vereância e nós vamos percorrer a zona rural? E tu me apresenta!’”. E, assim, acabou se transformando na primeira mulher parlamentar de Caxias do Sul.

O primo candidato a prefeito, para que ela se candidatasse procurou antes dela o consentimento prévio do marido, expressando, assim, a visão machista de ambos. Em vez dela antes ser consultada e embora duvidasse de seu direito de decidir e da potência eleitoral feminina (“E eu pensei assim: bem, ninguém vai eleger uma mulher, né?”), Esther não tinha perfil de pessoa ingênua. Sabia de suas responsabilidades e do peso da trajetória de educadora construída até então. Nesse sentido, na seara em que se encontrava, sabia “[...] a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê” (FREIRE, 1984, p. 27) estava a desenvolver sua atividade política. E foi pelo magistério que ela mais batalhou enquanto legisladora. Entre as conquistas, o estatuto da categoria, com espécie de plano de carreira.

Vale aqui uma reflexão a partir da dúvida apresentada pela própria Esther em relação à capacidade eleitoral feminina. Esse ceticismo surge em um contexto de exceção da presença da mulher em pleitos e de uma centralização na exposição masculina. Herança de uma cultura em que o patriarcado era (e ainda é) dominante e que os atributos eram sustentados “no poder, na autoridade, na disciplina e na obediência ao pai” (HERÉDIA; RELA, 2017, p. 65). Em outras palavras: ao homem, era delegada a condição de representação político-partidária-governamental. A própria Esther, ao ficar em segunda colocada no número de votos obtidos ao Parlamento caxiense em 1959 (*contou com o aval de 1.068 eleitores, enquanto o mais votado, que era padre e se chamava Eugênio Giordani, conseguiu a adesão de 2.824 pessoas*), começa a quebrar com esse tradicional entendimento.

Ao dizer que foi surpresa esse placar, talvez nem Esther tinha dimensão de sua densidade eleitoral e carisma junto aos eleitores. Entretanto, não corria dos desafios e oportunidades que lhe chegavam, desde o avanço de status em cargos públicos ligados à educação e que foi ocupando por meio de concursos públicos que iam surgindo e ela fazia, passando nas provas, até convites feitos por prefeitos para funções estratégicas ou representações civis a que era conduzida (*integrou a Academia Caxiense de Letras, presidiu a Fundação Alberto Pasqualini, capitaneou diversos projetos no eixo educacional*).

Também não tinha receio de externar suas posições: “[...] uma vez que o meu partido quis até me expulsar, porque eu fui contra uma votação e eles queriam que eu me retratasse do plenário e eu não quis. Votei contra e era questão fechada” (AHMJSA, 1983). Possivelmente,

tal postura a auxiliou a ser ainda mais reconhecida na sociedade tanto na esfera da docência quanto na sua atuação parlamentar.

Ao mesmo tempo, pode ter fortalecido a capacidade de se reconhecer enquanto pessoa e mulher com direito de expressar e defender as próprias ideias, como sinaliza Honneth (2017, p. 193). Segundo o autor, “reconhecer-se mutuamente como pessoa de direito significa hoje, nesse aspecto, mais do que podia significar no começo do desenvolvimento do direito moderno”. Assim, o sociólogo alemão detecta que “um sujeito é respeitado e encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso” (HONNETH, 2017, p. 193).

A intensidade de seus posicionamentos políticos também fica nítida na defesa que fez da participação da igreja católica nos diferentes contextos sociais, mais pontualmente na relação com o ambiente escolar. “Eu [...] devo muito ao sucesso do meu trabalho como professora no interior à cooperação que eu sempre tive dos sacerdotes e, principalmente, dos padres Josefinos”, disse Esther ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) (1983).

Enquanto a religião teve papel influenciador nas atitudes e trajetórias de algumas das mulheres eleitas, para outras, não registrou tanta presença. É o caso da segunda vereadora escolhida para assumir vaga no Legislativo caxiense: Iró Nabinger Chiaradia (1973-1976). Iró, inclusive, procurava fugir das aulas de ensino religioso à época em que era estudante.

Mesmo que a questão religiosa esteja atrelada à vida de Iró de forma sutil, vemos o quanto suscetível a mulher era e, não raras vezes, ainda é às escolhas masculinas. Ela seguiu inicialmente a preferência paterna – seu pai era protestante (AHMJSA, 1992, p. 35) –, mudando, mais tarde, por conta do casamento, para a religião que o marido seguia: a católica. “Naquela época não casavam de religiões diferentes. Então a família dele era toda católica, a minha mãe era católica, mas o meu pai era protestante. E uma das coisas que ele exigiu é que os filhos fossem protestantes, né? Então, os meus irmãos e eu éramos protestantes”, explica, acrescentando que mudou para o catolicismo diante do fato de o marido ser católico e das exigências da sociedade (AHMJSA, 1992, p. 35). Verifica-se aí mais um braço manipulador do patriarcado – visto simbolicamente na opção religiosa do marido – na vida das mulheres. Torres (2015) ajuda a compreender melhor essas dependências, lembrando que o patriarcado atua como uma organização social, influenciando nos discursos e representações sociais.

Entretanto, a religião não definiu a trajetória de Iró. Assim como ocorreu para Esther, foi o exercício docente que a levou a ser bastante conhecida onde mais atuou em Caxias do Sul:

o bairro Santa Catarina. É nessa região em que se encontra até hoje a instituição de ensino pela qual trabalhou para construir: a Escola Estadual Santa Catarina. Iró tinha na educação seu sustento e atuação política. Tanto que, na entrevista concedida ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), praticamente não fala do desempenho na Câmara Municipal de Caxias do Sul, concentrando-se na prática docente e de direção escolar, eixos que, inegavelmente, a conduziram à vereança por meio das urnas.

O ingresso na política veio de um convite que Mario Ramos lhe fez, informa a filha de Iró, Anelise, em entrevista complementar a esta pesquisa. Um dos grandes companheiros de partido (Antes Arena, hoje PP) foi Ovidio Deitos. A filha conta que a mãe nunca havia pensado em se candidatar na política, mas o então prefeito precisava de mulheres que tivessem destaque para o processo eleitoral ser vitorioso. Ela acabou aceitando, se candidatou e se elegeu muito pelo trabalho educativo feito no Cristóvão e no Santa Catarina. No período em que ela foi vereadora, os legisladores eram eleitos mas não recebiam salário. Então, ao mesmo tempo que trabalhava como professora para se manter, já que era separada e tinha quatro filhos, exercia a função solidária com a cidade na Câmara de Vereadores.

Mas por que será que ela deixou de concorrer, se se saiu tão bem na primeira eleição e, provavelmente, se sairia bem na segunda porque conseguiu melhorias na escola e tinha liderança? Sua filha Anelise explica que, para concorrer novamente, a mãe tinha que escolher entre continuar professora ou ser vereadora, porque vereadores passaram a ter salário para exercer a função. E ela optou por continuar sendo professora e não quis mais concorrer.

A filha Anelise acrescenta que a mãe foi discriminada não somente no processo eleitoral e nas atividades partidárias, mas na própria escola. Ao ser uma das primeiras mulheres a ter visibilidade pública, as colegas a isolaram e, por exemplo, nem a convidavam para passear por causa da visão moral (que imperava). Isso a fez sofrer, recorda Anelise.

Algumas palavras de amorosidade pela educação revelam a sintonia que Iró edificou com seu fazer profissional e com os estudantes, alcançando novos horizontes a todos. Dizia que gostava da escola como se fosse sua casa. Por isso, não media esforços para fazer essa casa progredir e ampliar a oferta de estudos aos educandos: “[...] depois, eu comecei a sonhar mais alto: ‘Vamos começar, vamos pedir o segundo grau’”(AHMJSA, 1992). E conquistou, indicando que “uma educação sem esperança não é educação” (FREIRE, 1982, p. 30).

Talvez tenha sido essa esperança seguida de ações que a tenha impulsionado a galgar caminhos pelo Legislativo e depois voltar ao universo educacional. “Eu podia ter me aposentado aos trinta, né, porque eu gostava da educação, gostava de estar junto com esta

juventude. [...] Tinham necessidade de alguém que os orientasse, que desse carinho, que estivesse ali nas coisas que eles faziam [...]" (AHMJSA, 1992, p. 30).

Enquanto a juventude dos estudantes dava ânimo à Iró e a fazia seguir atuante na área profissional que escolheu para a vida, foi na juventude que Rachel Calliari Grazziotin despertou para a participação política. Era bastante envolvida socialmente. Chegou à rainha do Esporte Clube Juventude. Em seguida, teria refletido e mudado o foco. Com as mãos na cabeça, teria dito: 'O que eu estou inventando de ser rainha de beleza'. E decidiu se transformar, passando a atuar na política, informa o irmão Mario Grazziotin, em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSA (2012, p. 15).

Tal postura sinalizava que mais tarde Rachel seguiria na militância social e na luta pelos direitos humanos. Mário conta que, quando a irmã voltou para Caxias para cursar universidade, optou pelo curso de História. Concluiu essa formação e foi atuar como professora de História.

"Depois, ela virou a mesa, se separou, começou a se rebelar contra aquilo que as mulheres naquela época diziam, com justa razão, que era subordinação e submissão ao marido e tal. E ela optou por ser livre, por fazer aquilo que espantou meia família; a outra meia fugiu pra não se espantar. Quando eu digo família é todo mundo da família. Ela se separou e começou a fazer o curso de Direito, que eu já estava fazendo, eu já tinha feito o curso de Economia Política e eu estava fazendo... (AHMJSA, 2012, p. 6)", recorda o irmão.

"Partiu para uma campanha eleitoral e daí para a Comai, a Casa Viva Rachel..., Marino Kury foi um grande incentivador. Ele a conheceu quando era Juiz e cuidava das questões de jovens e adolescentes. Ela foi pura consciência sociopolítica", afirmou Mário Grazziotin, em 2019, na entrevista complementar sobre Rachel dada para compor esta pesquisa. Ao considerar a irmã "incansável" (AHMJSA, 2012, p. 16) em suas lutas políticas, Mário nos conduz à relevância da reflexão do sociólogo alemão Honneth (2009, p. 190), que considera caber a "todo membro da sociedade todos os direitos que facultam o exercício igual de seus interesses políticos". No caso de Rachel, os interesses políticos eram exercidos de maneira a beneficiar e se solidarizar com os outros, conta Mário.

Essa entrega ajudou Rachel a criar vínculos com a sociedade, assim como fez Rosane Fátima Hamsch do Nascimento, outra vereadora caxiense que, quando jovem, por meio das ações da igreja católica, começou a se interessar por política. "[...] Meus finais de semana não eram mais na roça. Eram, agora, em reuniões. Eu acreditava que poderíamos mudar o mundo", revela (2020, p. 2). E essa crença a conduziu à participação partidária. Na primeira campanha

que apoiou, estava com 16 anos. Foi para um candidato desconhecido do bairro em que se forjou: Desvio Rizzo (à época, um dos distritos da cidade).

A propósito: o envolvimento político e partidário mais direto de Rosane ganhou fôlego nas lutas comunitárias que travou em conjunto com os moradores do Rizzo, como carinhosamente esse bairro, um dos maiores da cidade em termos populacionais (supera 20 mil habitantes) era e é chamado até hoje. “[...] Vínhamos daquele movimento da JOC (*Juventude Operária Católica*), do movimento de igreja e tínhamos também um grupo forte de jovens do Rizzo que fazíamos muitas coisas na comunidade. Então, se uma família não conseguia ter o acesso da rua, não tinha dúvida, no final de semana a gente montava um mutirão, ía lá, botava as pedras, botava terra, ou seja, era tudo feito manualmente, hoje não tem mais muito isso de fazer manual”, relata ela ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) (2017, p. 24).

Assim, buscando melhorias, assistência e infraestrutura para a localidade em que residia que Rosane entrou para uma disputa eleitoral. Mas não foi por livre e espontânea vontade, e sim pela vontade da maioria dos moradores. O nome de Rosane recebeu o aval da maior parte dos moradores do Rizzo, em uma prévia “interna” em que todos poderiam votar e serem votados. Assim, o resultado a apontou como candidata do bairro ao Parlamento municipal.

A mobilização deu tão certo que a região conseguiu eleger, pela primeira vez, uma mulher vereadora. “[...] fizemos a campanha bem focada no bairro”, “de casa em casa”, disse ela em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSA (2017, p. 20-21). De acordo com Rosane, cada um do grupo de jovens que existia na paróquia via na rua as famílias mais antigas, visitava e pedia para família reunir os vizinhos. Essa aproximação da comunidade com a igreja e a política ocorre, ensina Arendt (1998): “[...] Sem ser molestada em absoluto pela política e a política precisa da igreja não apenas a religião, mas sim da existência espacial palpável das instituições religiosas a fim de provar sua razão de ser mais elevada por causa da sua legitimação” (ARENDR, 1998, p. 29).

Sua eleição à Câmara, ou seja, seu passaporte a um cargo eletivo, entende Rosane, decorreu “do conhecimento da comunidade, da articulação das lideranças, do movimento da igreja, da generosidade das pessoas que, né, cuidavam aos quatro anos dos meus avós que me criaram sem medo, dos meus pais que entenderam e respeitaram minhas diferenças, do aprendizado nos encontros da JOC, dos embates partidários” (2020).

Além da igreja, ela elenca outras articulações comunitárias e que seguem um viés político. Também vão ao encontro do que menciona Bobbio a respeito das finalidades da

política. Diz o filósofo e historiador italiano que são tantas quantas são as metas que um grupo organizado propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias (BOBBIO, 1998, p. 957). Foi o que o grupo que escolheu Rosane para representá-lo fez desde antes, durante e após a campanha, ou seja, no mandato.

A própria Rosane detalha os procedimentos: “[...] a gente delimitou as coisas, a campanha seria feita no Desvio Rizzo porque a gente tinha que mostrar essa ideia de que o nosso bairro era esquecido, que a nossa comunidade era esquecida. Nós fizemos a campanha com desfiles, com desfiles nas ruas, então todo mundo se fantasiava, mostrando as perdas que nós tínhamos tido. Então, nós perdemos o Clube Esportivo São José, nós perdemos o cinema que nós tínhamos, nós perdemos isso, nós perdemos aquilo. Então, era a temática, cada quadro mostrava, ah, como um desfile, no domingo nós fazíamos os desfiles pras pessoas. À noite, nós reuníamos as pessoas, então nós começamos a campanha assim, cada um do grupo de jovens via na rua as famílias mais antigas, visitava e pedia pra família reunir os vizinhos [...]” (AHMJSA, 2017, p. 20-21).

Nem sempre a busca de um lugar no campo político institucional e, conseqüentemente, a geração de maior visibilidade feminina nesse segmento acompanha uma linha reta. No caso da vereadora que mais mandatos consecutivos teve no Parlamento caxiense, a peemedebista Geni Peteffi, sempre esteve ligada à empresa da família (*um frigorífico*) até receber um convite da nora do prefeito Victório Trez/MDB, a então secretária municipal da Educação (Smed), Marta Gobbato Trez, de quem era amiga. O convite foi aceito em meados de 1980 (*este segundo mandato de Trez como chefe do Executivo se estendeu de 1983 a 1988*), para trabalhar na assessoria administrativa da Secretaria Municipal da Educação.

Geni aceitou e, ali, nesse momento, iniciava o trabalho de agente pública, que se estendeu praticamente ao longo dos demais anos de sua vida. Geni morreu de falência múltipla de órgãos em 26 de setembro de 2013, dia em que o poder Legislativo da cidade, do qual participou em seis legislaturas (24 anos como parlamentar), completava 121 anos de história. “Então ela começou se envolver mais com a comunidade no geral, e aí ela foi convidada, em [19]88 foi quando ela iniciou o mandato, em 1987, pra ser candidata a vereadora pelo PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], em função daquela necessidade de ter mulheres candidatas e coisa e, também, porque ela era envolvida, ela sempre foi militante do PMDB e ela acabou sendo convidada. Foi aí que iniciou a carreira dela”, informa a sobrinha Renata Gaio, em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) (2014, p. 3).

Ao mesmo tempo, Renata recorda que, anteriormente, quando jovem, Geni havia registrado presença no movimento estudantil, possivelmente, um dos primeiros contatos dela com a mobilização política. “Na época da escola, eu não vou saber te precisar, mas eu sei que, na época da universidade, ela já participava dos diretórios acadêmicos, dos centros acadêmicos, nisso ela sempre foi envolvida. Então, na parte da universidade, sim; na época da escola, ela nunca comentou nada” (AHMJSA, 2014, p. 3).

Embora tenha estado ligada ao MDB, após a filiação em 1985, com regramentos que tradicionalmente os partidos estabelecem e com as barreiras que costumam apesentar às mulheres, mesmo que digam o contrário, Geni conseguiu garantir certa liberdade de atuação em meio aos correligionários e até mesmo na relação com lideranças de outras siglas. Tanto que muitas decisões não eram tomadas sem que ela fosse consultada. No último mandato como vereadora (2009-2012), além de presidente do PMDB, comandava a Mesa Diretora da Câmara. Por conta disso e pelo fato de a cidade estar sem vice-prefeito, que havia deixado o cargo porque foi eleito deputado estadual, chegou a assumir como prefeita em exercício.

Sob esse aspecto, recordamos o que observa Arendt (1998, p. 19) no que se refere à liberdade de atuação. De acordo com a filósofa alemã, ser livre para agir é equivalente a estabelecer o início e começar alguma coisa é ilustrado da melhor maneira dentro do âmbito político grego porque a palavra tanto significa começar como dominar (ARENDR, 1998, p. 19).

Geni demonstrou domínio no território que decidiu percorrer, mas, no começo, preferiu o papel de observadora, conforme relata em um dos seus últimos discursos no Legislativo local, em 13 de dezembro de 2012: "Quando lá, em janeiro de 1989, iniciei minha carreira política como vereadora nesta Casa, não tinha ideia de que esta história duraria tanto tempo. Foram 24 anos e, olha, parece que foi ontem que tudo começou. Lembro que, nas primeiras sessões, eu quase não falava, apenas ouvia, mas, com o passar dos anos, fui pegando o jeito. Comecei a gostar da coisa. Dizem que quem entra na política se apaixona e não sai mais, pois é, eu me apaixonei, fiz disso minha vida e, desta Câmara, minha casa" (CÂMARA, 2012).

Quem também ingressou na política e nunca a tirou de cena de sua trajetória foi Silvana Teresa Piroli. Ex-vereadora, ex-secretária municipal da Habitação de Caxias do Sul e atual presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, desde pequena, no interior de Flores da Cunha, gostava de se manifestar em público. A experiência de leitura e de declamação na escola e na igreja serviu de aquecimento para alguns desafios da vida adulta e, possivelmente, facilitou seu ingresso e trânsito na política partidária. Assim como a passagem por grupos de jovens. “Lembro das discussões e conversas na Pastoral da Juventude e na Pastoral Universitária.

Nesses espaços, líamos, debatíamos e pensávamos como poderia ser um mundo diferente dentro do que pregava a teologia da libertação” (2020), recorda Silvana.

Sob influência dessa teologia e de um olhar mais voltado às causas humanas, Silvana tornou-se uma referência feminina e uma das primeiras mulheres a se candidatarem a uma chapa majoritária em sua terra natal: Flores da Cunha. Mas foi como vereadora que veio a se eleger pela primeira vez em Caxias do Sul, terra que escolheu para trabalhar, estudar e, mais tarde, constituir família e morar.

Expoente e principal idealizador da teologia da libertação, Leonardo Boff (2007, p. 49), ao frisar o valor do movimento feminista, por conseguinte, e da presença de mulheres como Silvana no campo político, realça a potência do público feminino em um contexto macroestrutural de sociedade e, ao mesmo tempo, lamenta a forma competitiva que o mundo foi moldando por não ouvi-las como deveria: “Elas nos mostram que as grandes instituições de nossa cultura são criações do patriarcado como o Estado, as leis, a burocracia, o exército, as guerras, o tipo de ciência e tecnologia que desenvolvemos e a competição que investimos em nossas atividades” (BOFF, 2012, p. 49).

Com coragem para tentar modificar essa realidade patriarcal, Silvana concorreu pela primeira vez a vice-prefeita em Flores da Cunha no ano de 1988. De acordo com ela, nessa etapa, a militância na Pastoral da Juventude contribuiu para encarar a disputa, que não lhe foi exitosa, mas deixou lições, especialmente em torno do preconceito que ainda perdura em relação à participação feminina em instâncias mais deliberativas. “Aprendi que, para as mulheres, mesmo que soubessem se expressar, diziam até fala bem, pena que é uma mulher. Isso dói na alma. Mas fizemos uma boa campanha” (2020, p. 1, entrevista complementar respondida por Silvana à pesquisadora).

As reações no sentido vivenciado por Silvana podem direcionar decisões para linhas distintas: por exemplo, provocando a desistência de muitas mulheres que tinham, inicialmente, mostrado desejo de participar do campo político; ou estimulando ainda mais quem estava com um pouco de dúvida para encarar o desafio. A decisão efetiva, indica Honneth (2009), poderá depender também de uma estrutura e de um posicionamento do entorno social:

[...] saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende sobretudo de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política (HONNETH, 2009, p. 224).

Independentemente do caminho, as reações opressoras observadas por Silvana indicam, segundo reflexões de Dussel (1990), uma crise que envolve a humanidade não somente o universo feminino. Sugere o autor que circunstância assim, “[...] quando nos remete ao fundamento de ser pessoa, nos indaga na totalidade e nos possibilita vislumbrar uma crise, que não é somente da mulher, senão também do homem, ou melhor, da pessoa como espécie histórica” (1990, p. 11).

Embora desapontada com o que acompanhou no primeiro pleito em que se fez presente como candidata, Silvana não baixou a cabeça. Seguiu com atuação, principalmente, nas causas relacionadas ao serviço público e à educação. Ela conta que a entrada no serviço público oportunizou o início na militância sindical. “Passei a me envolver na luta por melhores salários e, em 1986, participei da primeira diretoria da Associação dos Servidores Municipais [...]. Construímos o estatuto, plano de cargos e salários e o plano de carreira do magistério, em vigor até hoje” (2020).

As vivências sindicais e os papéis desempenhados posteriormente na esfera pública, acrescenta ela, aconteceram e sofreram influência direta de seu percurso como docente. “Fui professora, vereadora, secretária municipal da Habitação e coordenadora do Orçamento Participativo. Essa trajetória tem como marca a participação e o processo de construção coletiva, o que se deve, em muito, pela minha formação de professora” (2020).

Silvana Piroli e a ex-vereadora Ana Maria Corso exerceram o primeiro mandato no Legislativo caxiense no mesmo período (1997-2000) e pela mesma sigla partidária: PT – Compartilharam a Bancada Feminina da época com a peemedebista Geni Peteffi. Ambas com formação para dar aula (Silvana como professora de Filosofia e Ana, de Artes) e com presença no campo sindical. Só que, enquanto para Silvana a atuação educacional foi fundamental nesse processo, para Ana o que contribuiu foram o envolvimento com os colaboradores de uma industrial têxtil em que trabalhava e, principalmente, a militância universitária estudantil do período em que ainda frequentava a Universidade de Caxias do Sul/UCS e sua eleição à presidência do Sindicato.

“Ali foi que eu comecei a ter as primeiras reuniões, né, com os estudantes, enfim, pela luta, pela democratização da Universidade, por eleições diretas para reitor, era bem o surgimento... Eu entrei na Universidade em 1980, então era bem o período em que o PT [Partido dos Trabalhadores] estava surgindo. Então, assim, eu comecei a participar das reuniões dos estudantes universitários e tal e acabei me filiando no Partido lá nos anos de 1980. Sou fundadora do PT em Caxias do Sul”, afirma em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSA (2009, p. 1-2).

O depoimento de Ana Corso na questão da participação universitária nas lutas populares e por mais democracia no Ensino Superior torna-se emblemático, ainda mais por ter sido uma das primeiras bases em que atuou politicamente. É a voz de uma mulher buscando melhorias para quem almeja conhecimento teórico e prático para tocar a vida profissional. Nas análises sobre esse território educacional, Zitkoski (2013) destaca que, na América Latina, a universidade “esteve defrontada diante de várias encruzilhadas, pois as classes populares colocaram em pauta, de forma mais clara e politicamente articulada, um projeto de sociedade diferente do projeto das elites dominantes [...]” (ZITKOSKI, 2013, p. 17-18).

Ana foi se forjando na política estudantil universitária. A reivindicação pela escolha dos comandos das universidades por si só configura uma luta por direito ao exercício do voto por parte de quem faz os espaços de estudo acontecerem efetivamente: os estudantes. Juntamente com outros acadêmicos, Ana encabeçou essa defesa, que vai ao encontro do que Santos (2007) enfatiza: que pensar os processos do Ensino Superior é pensar num projeto de nação, onde há lugar para os mais diversos saberes e não apenas aos das chamadas classes dominantes.

Desse passo inicial e depois, já atuando na indústria, no ramo têxtil, Ana se empenhou na mobilização de quem trabalhava no setor para garantir os direitos básicos no exercício profissional. Compôs a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), o que lhe proporcionou mais conhecimento da luta dos trabalhadores e maior envolvimento político. No ambiente da empresa, costumava incentivar o público feminino à participação nas esferas de representatividade e de decisão. A postura semelhante deu continuidade ao assumir mandatos eletivos:

[...] Quando eu entrei na Câmara, foi meio que natural eu me direcionar para essa área dos direitos humanos. Então, assim em 1997, eu participei, pela primeira vez, e presidi a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores. E, a partir daí, essa questão da luta das mulheres, que já vinha da minha luta sindical, da luta pelos direitos, também, dos trabalhadores, dos negros, dos portadores de deficiências, das crianças e adolescentes do sistema prisional [...] (AHMJSA, 2009).

Falando em mandatos, Ana conta que seu ingresso na política não foi planejado. Diante da trajetória até então constituída, segundo ela, foi natural concorrer a um cargo público. “Não imaginava nem eleger e sim ajudar coletivamente meu partido nas eleições de 1996”, revela na entrevista complementar concedida para esta tese (2020).

Colocando-me na dupla condição de pesquisadora-autora desta tese e de uma das eleitas aqui estudadas, eu, Marisa Formolo Dalla Vecchia, posso dizer que, assim como Ana se

manifestou, sou uma mulher cuja trajetória anterior me conduziu a uma eleição e a um cargo público de grande relevância em Caxias do Sul. A eleição como primeira vice-prefeita da cidade ocorreu em 1996, após mais de duas décadas de atuação como docente na rede pública estadual de ensino e na Universidade de Caxias do Sul, onde respondi por cargos de gestão, como pró-reitora chefe de departamento, coordenadora de pesquisa, candidata à reitoria, militante de Direitos Humanos e coordenadora de projetos na periferia urbana. Cheguei a ser a primeira mulher eleita vice-prefeita em Caxias do Sul, sem ter estabelecido isso como meta de vida, opção de vida, mas fui sendo constituída (2019).

Mas como houve essa aproximação com a militância política? Os primeiros sinais se manifestaram ainda no movimento estudantil, desde as séries iniciais. Comecei a integrar o grupo de estudantes que eram estimulados à formação de lideranças na Escola Madre Imilda, pela Irmã Berta. O tempo foi passando. Fiz parte da criação do Grêmio Estudantil e da Juventude Católica (JEC) [...]. Acabei sendo líder de classe durante todo o Magistério. Estava também na JEC, na UCES e no São Carlos, fazendo parte da Revista dessa Escola, da JEC e do Grêmio Estudantil. Tudo isso (além da persistência vinda ainda do tempo de criança, filha de agricultores do interior caxiense) foi me forjando a aprender a liderar e formar equipes de lideranças (2019).

O período que Marisa cursou o Ensino Superior foi de ditadura. Resistência e luta por democracia fizeram parte do seu cotidiano, frequentando os clubes de cinema, foi presidente do Diretório Acadêmico Pio XII, ajudou a criar o DCE, fez parte da Juventude Universitária Católica (JUC). Todas organizações sociais fortes da luta democrática (2019). Mais tarde, já como professora universitária, auxiliou em lutas nacionais, como a criação do Monumento Nacional dos Direitos Humanos, e a participação no Sinpro, entre outras entidades mais regionais, como a de constituir a Associação de Docentes e de Funcionários da UCS, mais uma estância que veio para amparar um reduto de grande influência social: a docência.

“Estar na profissão de professora e na universidade facilitou o reconhecimento público na política partidária e nos processos eleitorais. Pois, ao mesmo tempo em que produzia conhecimento científico, trabalhava em projetos de extensão em educação popular e pesquisa – ação” (2019), avalia Marisa, que também foi deputada estadual por dois mandatos (2007-2014). Essa minha constatação vai ao encontro, de certa forma, do que Butler analisa. Para a filósofa (2018, p. 42), o reconhecimento é importante porque “se dizemos acreditar que todos os sujeitos humanos merecem igual reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos humanos são igualmente reconhecíveis” (BUTLER, 2018, p. 42).

Na prática, o nome de Marisa foi levado às discussões partidárias para figurar na eleição de 1996. Era para integrar a nominata de concorrentes à Câmara Municipal de Caxias do Sul. Porém: “De candidata à vereadora, virei vice-prefeita eleita. Ao padre Roque, devemos muito, pois era ele o mais capacitado e preparado... Sua renúncia deixou espaço para ser a primeira mulher eleita para o Executivo em Caxias do Sul” (2019), recordo como se fosse hoje. Marisa se tornou primeira vice-prefeita, tendo como chefe do Executivo o médico Pepe Vargas, ambos filiados ao PT.

Na eleição seguinte, outra mulher concorreu de vice na chapa com Pepe Varga: Justina Inez Onzi, conquistando a eleição para comandar a segunda maior cidade do interior do Rio Grande do Sul. Assim como Marisa, Justina nasceu na zona rural, em um município próximo de Caxias, hoje chamado Vale Real. Cresceu em meio às lidas da agricultura e da união da comunidade. Também deu os primeiros passos na mobilização política em meio ao movimento estudantil, só que universitário e não escolar. Assim que prestou vestibular para Serviço Social na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e passou, iniciou o curso e logo integrou o Diretório Acadêmico de Serviço Social (AHMJSa, 2015).

Formou-se nessa área, além da atuação docente na rede estadual de ensino, com destaque ao trabalho realizado na Escola Estadual Melvin Jones, no bairro Planalto, em Caxias do Sul. A alma solidária, o envolvimento comunitário e a atuação voluntária lhe estimularam a lutar pela estruturação desse bairro, atitudes que a inseriram na militância partidária, ingressando no Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982.

“Desde criança, tive exemplos, testemunhos vivos, trabalhos comunitários e dedicação concreta de meus bisavós, avós, pais, tios, enfim, de todos os familiares na nossa comunidade de Forqueta Baixa e localidades vizinhas. Sempre acompanhei meus pais nos trabalhos comunitários”, contou Justina, em entrevista complementar para essa pesquisa, no início de 2020 (p. 1), antes de falecer.

Essa influência familiar é explicada por Lahire (2004) quando o sociólogo francês lembra da relevância do indivíduo enquanto ser único e também enquanto ser que se socializa a partir de “normas sociais produzidas, sustentadas e difundidas por instituições tão diversas quanto a família, a escola, a mídia, as igrejas, as instituições médicas, judiciárias, políticas etc.” (LAHIRE, 2004, p. 333). Por vezes, tais ações se transformam em normas que facilitam a vida dos cidadãos, outras nem tanto. Podem até mesmo oprimir.

Na experiência comunitária, Justina relata que encontrou cenas que a moveram a fazer escolhas. “Nunca me conformei, nunca aceitei que alguém passasse fome, que uma criança estivesse desnutrida, sabe? Aquele pai que trabalhava e a mãe que também tinha que trabalhar,

que amarrava a criança no pé da mesa, que a gente encontrou, isso não era justo, não era justo. Então foi pelo que eu fui encontrando na vida, eu fui fazendo as minhas opções” (2015).

Entre essas opções, esteve a de dizer sim para o desafio de chefiar a Secretaria Municipal da Saúde, na segunda metade dos anos de 1990 e, posteriormente, para candidatar-se à vice-prefeitura de Caxias do Sul. “Quando a gente foi pra reeleição, que o Pepe foi pra reeleição e que eu fui pra eleição como vice-prefeita, nós chegávamos nos bairros, eles diziam assim: “Eu vou votar no senhor, por causa da saúde.” Aí ele dizia: “É a Justina aqui que foi a secretária”. O pessoal não me conhecia, porque a gente não..., eu tenho esse estilo de não...” (AHMJSA, 2015; 2019, p. 35-36).

Justina também soube dizer não, atitude que nem sempre é tranquila mas que denota uma direção de escolha, como nos ensina Freire (1996). O não foi emitido em resposta a um segundo convite feito para a disputa à majoritária. “Em 2004, quando encerrávamos oito anos de administração municipal da Administração Popular, liderada pelo PT na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, depois de ter exercido os cargos de secretária Municipal da Saúde por seis anos e vice-prefeita por quatro anos, fui incentivada a concorrer ao cargo de prefeita. Na ocasião, não aceitei esse novo desafio por optar em cuidar mais de perto e intensivamente de minhas filhas [...]”, revelou Justina na entrevista que concedeu ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSA (2015; 2019, p. 36).

Entre as eleitas, Justina e Marisa nunca concorreram à vereança, indo direto à candidatura na chapa majoritária. Já Denise Pessôa/PT registra disputas apenas no âmbito legislativo, para o Parlamento municipal e para o estadual. E até 2020 foi a mais jovem vereadora a sentar em uma cadeira legislativa como titular na Câmara Municipal de Caxias do Sul. Conta que esteve envolvida com movimentos comunitários e reuniões políticas praticamente desde o berço, pois a família sempre foi bastante atuante. “O meu pai e minha mãe iam para as reuniões e eu ia junto como criança, né, eu e minha irmã” (AHMJSA, 2014).

Quase inevitável seria o envolvimento de Denise com a mobilização estudantil, meio em que pôde exercer seu poder de comando. Liderou turmas na época da escola, inclusive mostrando desenvoltura e retórica no Ensino Médio, período em que optou por fazer Magistério. Depois, na universidade, presidiu o Diretório Acadêmico de Arquitetura e integrou a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (Fenea), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a Pastoral da Juventude. Paralelamente, sempre esteve envolvida nos movimentos de bairro. “Meus pais me deram o sentido de viver coletivamente e em solidariedade com o outro. Minha vivência na Pastoral de Juventude reforçou minha

compreensão e meu compromisso com as juventudes [...]”, registra ela em depoimento complementar concedido a esta pesquisa (2020).

Denise disputou uma vaga no Parlamento municipal em 2008 e se elegeu já na primeira tentativa. “E eu pensava, meu Deus, eu sem... Imagina eu ser candidata, com..., estava com quase vinte e quatro anos, eu ser candidata, sem dinheiro, eu era uma guria” (AHMJSA, 2014). Mas como ousar também é um atributo do ser humano, ela seguiu em frente, enfrentando, principalmente, as barreiras típicas que as mulheres enfrentam em uma campanha eleitoral, como a ausência de recursos e o juízo de valor. Inclusive essas barreiras prosseguiram, mas foram sendo derrubadas no decorrer dos mandatos. Denise, por exemplo, foi a primeira mulher vereadora na titularidade do cargo a ser gestante, permanecendo no Parlamento ao longo de toda a gestação, e a ter seu filho durante o mandato. Ou seja, seguiu na função legislativa em plena fecundidade materna.

Por meio de sua posição, Denise converge com o olhar de Honneth (2017). Para o teórico, as mulheres, como sujeitas humanas que são e diante da realidade difícil que têm de enfrentar, muitas vezes, “precisam, ainda, além da experiência de dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2017, p. 198).

Na própria avaliação sobre sua entrada na política e a posterior trajetória, Denise acredita que são os reflexos do esforço e do comprometimento, além do atestado de que o trabalho realizado por ela é reconhecido pela comunidade. “Entrar e, sobretudo, permanecer no cenário político é uma forma de resistir; e ocupar esse espaço sendo uma mulher, mãe, em meio a um histórico político que costuma restringir esses espaços a homens brancos, defendendo a luta pelos Direitos Humanos, pelos negros e negras, em defesa dos PCDs, da população LGBT, dos novos imigrantes e defendendo a democracia, são minha forma de permanecer na militância que cresci acompanhando e, principalmente, minha contribuição para as mudanças que desejo ver na sociedade” (2020).

Esse percurso conta com o amparo de grupos sociais, percebe a vereadora que se encontra em terceiro mandato. Num contexto de presença da mulher na política, Honneth (2017) também realça a força dos movimentos sociais. Conforme ele, “quanto mais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social [...]” (HONNETH, 2017, p. 207). Entre as bandeiras de luta de Denise, está a mulher e seu valor social no contexto de vida da humanidade.

O público feminino também aparece na plataforma de inserção de Maria Helena Sartori no âmbito da política. “Acredito que o trabalho realizado no PMDB Mulher Estadual, a discussão do papel da mulher na política e a participação nos movimentos que sempre tive foram fundamentais nas minhas eleições”, afirma a ex-deputada estadual emedebista em depoimento complementar para esta pesquisa (2020).

A mobilização estudantil também foi ponto de partida para sua imersão na política. Na faculdade, na década de 1970, ela se aproximou do movimento estudantil e, mais tarde, da defesa da docência, no âmbito da rede estadual de ensino. “Fui militante estudantil no período do decreto 477, que reprimia a participação estudantil. Ali aprendi a lutar pela democracia”, recorda. Ingressou na política partidária desde que se casou, em 9 de julho de 1976, acompanhando o marido nas atividades do PMDB, hoje MDB.

“Minha participação política vem desde os tempos estudantis, época de cerceamento de direitos e liberdades, de luta pela democracia e de grande aprendizado. Na luta pela redemocratização, aprendi a importância da união entre os que, apesar das diferenças ideológicas, priorizavam o Estado Democrático, e isso serviu para outras situações de participação comunitária e classistas”, ressalta, fazendo lembrar o raciocínio de Chauí (2016) em torno do conceito de democracia.

A filósofa brasileira considera a democracia campo de criação dos direitos e a ética como afirmação dos direitos fundamentais. Conforme a autora, a compatibilidade entre ética e política existe na possibilidade de dar à ética um conteúdo público e dar à política um conteúdo moral, que ocorre na democracia. “Sempre acreditei que é possível construir uma sociedade melhor, com mais equidade. Isso sempre foi uma crença e uma meta. A política foi o instrumento pra construir políticas públicas com essa finalidade [...]. Sinto-me gratificada pelas oportunidades e realizações” (2020), sublinha Maria Helena, ao realçar as motivações que a guiaram na esfera político-partidária.

Nos anos de 1980, então, Maria Helena foi vice e depois diretora do Núcleo do Centro dos Professores do Estado do RS (Cepers), em Caxias. Recebeu incentivo da família para continuar mobilizada. “No âmbito pessoal, sempre tive uma base familiar sólida e minha formação em filosofia sempre me ajudou a questionar o mundo e a vida. Quanto à profissão, a vontade de ensinar e ajudar a construir um mundo melhor foi determinante para que eu escolhesse ser professora. Já no que se refere à atuação política, acredito que a participação no DCE e na direção do Primeiro Núcleo do CPERS e a filiação no setor jovem do MDB me impulsionaram a seguir carreira política. Participei da fundação e criação do PMDB Mulher no RS”.

Tais vivências contribuíram para que decidisse se candidatar à Assembleia gaúcha, ficando como suplente na primeira tentativa em 2006, e elegendo-se em 2010. No mandato, que se estendeu de 2011 a 2014, defendeu, principalmente, causas como das mulheres, da educação e do desenvolvimento econômico. Como deputada, foi líder do governo, líder de bancada, presidente de comissões das comissões de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle (2005-2006 e 2011-2013) e de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo (2014-2016). Também passou pelo Executivo estadual, como primeira-dama e secretária de Estado (2015-2018).

Maria Helena e as demais eleitas estudadas nesta pesquisa saíram do anonimato e foram construindo seu percurso desbravando espaços, a maioria delas em período de regime democrático no Brasil. Em meio à democracia, a participação das mulheres na política caxiense foi se ampliando e começa a ser valorizada pela comunidade e institucionalmente. Ainda é incipiente. Falta muito para chegar à equidade em relação ao público masculino, mas esta investigação científica já é um passo relevante em termos de reconhecimento, e consciência do problema aqui estudado.

6.2 A PARTICIPAÇÃO E O RECONHECIMENTO PÚBLICO INSTITUCIONAL

Embora tenha alguns traços semelhantes, a atuação político-partidária das 11 mulheres que compõem o universo de estudos desta tese se dá de forma singular, de acordo com suas respectivas realidades, comunidades e planos de mandato. Algumas bandeiras são parecidas e até iguais, mas a maneira de defendê-las acaba diferenciando-as.

A temática da educação caminha por quase todos os mandatos, mas algumas a realçam mais. A então vereadora Esther Troian Benvenuti/PTB foi a maior articuladora da criação do Estatuto do Magistério no âmbito de Caxias do Sul. Tanto que os professores da cidade são os únicos servidores públicos municipais a terem plano de carreira, muito em função dos movimentos puxados por Esther: “[...] batalhei pelo magistério. Eu tive padrões, porque as professoras todas ganhavam da mesma maneira”, conta ela (AHMJSA, 1983, p. 12).

Tendo a educação como ato político, como aborda Freire (2003), Esther foi trabalhando não somente em prol dos alunos, como fez principalmente no interior, onde se mobilizou, inclusive, para construir uma escola – “Ora uma mulher aparecer lá, dizendo que se doa um terreno, constrói uma escola! Mas depois eles foram adquirindo confiança, porque a escola saiu, né?” (AHMJSA, 1983, p. 12). Aproveitou sua passagem pela Câmara de Vereadores para lutar pela docência e teve êxitos: “[...] consegui o Estatuto do Magistério Público Municipal”, comemorou (AHMJSA, 1983, p. 12).

Como já ressaltamos, foi muito ativa no âmbito da religiosidade, marcando presença nas ações da Igreja Católica em comunhão com a educação. Chegou a liderar um grupo de professores adeptos do catolicismo: “Eu exerci por muitos anos a presidência da associação dos professores católicos aqui em Caxias”. E procurou meios de ampliar o número de educadores na região: “Batalhei muito pra conseguir a Escola Normal Regional” (AHMJSA 1983, p. 12), enfatiza Esther, demonstrando uma autoconfiança em torno de si, a qual lhe favoreceu nas empreitadas que apareciam pela vida, pois as conquistas a levaram a ser reconhecida.

Honneth (2017) é quem ajuda a explicar o efeito do reconhecimento. De acordo com o filósofo, a “relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos [...]” (HONNETH, 2017, p. 177). Se a autoconfiança e o empenho enquanto vereadora ajudaram Esther na conquista da Escola Normal Regional, essa mesma conquista, voltada à formação docente para trabalharem no interior, e seu amor pela educação fizeram-na se afastar mais cedo do Legislativo, antes mesmo da conclusão do mandato:

Eu tinha que me..., pedir licença da Câmara, porque era cargo de confiança, a Escola Normal era cargo de confiança. Aí, no último ano, eu me licenciiei da Câmara e assumi a direção da Escola Normal, em junho de 1961, e fiquei até junho de 1963 na direção lá da Escola. E, naquela época, eu criei a Escola Normal Regional, consegui junto da Secretaria de Educação. Batalhei muito pra conseguir a Escola Normal Regional, que era para formar professores para a zona rural, objetivando a fixação do homem na terra. Ela funcionou três anos aquela escola. Depois, acharam que era cafona, que já tinha passado a época e tal, eu sei que a escola foi fechada. Mas, ainda hoje, encontro professores que se formaram naquela época, e sei do trabalho maravilhoso que depois elas fizeram na zona rural. Bom, ali então eu saí da Escola Normal, que assumiu a Terezinha Pezzi, e voltei, regressei à Prefeitura no meu cargo de orientadora, porque eu era, eu era hóspede em casa de noite, era hóspede de vinte e quatro horas por dia na Escola Normal, né? Porque eu entrava de manhã e só saía de noite, né? E, inclusive, onde tem aquele viaduto agora, era muito perigoso o ônibus trafegar (AHMJSA, 1983, p. 13).

Apesar de ter saído antes de completar a legislatura, Esther demonstra posicionamento, tomada de decisão. Em seu depoimento, deixa clara a direção de sua escolha, que foi política e pela educação, território em que foi bem recebida e reconhecida porque sempre defendeu recursos para a área. “[...] o investimento mais proveitoso que a prefeitura pode fazer é na educação. E o dinheiro onde ela melhor investe. Eu sempre fui muito, nesta questão de verbas, nós criávamos biblioteca circulante nas escolas, os alunos levavam os seus livros para casa” (AHMJSA, 1983, p. 11).

Também ousou bastante enquanto docente para sua época. “Nós tínhamos bibliotecas circulantes para professores municipais [...]. Instituímos prêmios para as crianças que se distinguiram [...] em colaboração no jornal ‘O Despertar’, não é? Não sei se eu respondi a tua pergunta? Porque eu sou muito sonhadora, eu devaneio” (AHMJSA, 1983, p. 11). Freire destaca que todo ato político carrega uma intencionalidade. Nessa ótica, Esther sinaliza que sua intenção não era prosseguir na vereança, embora tivesse realizado diversas ações enquanto parlamentar, sendo a maioria justamente no eixo da educação.

Sua opção, então, foi pelo que dava mais sentido à sua vida, ou seja, pela política educacional, onde sempre se colocou com muita competência. Tal decisão pode ser repercutida pelas palavras de Arendt (1998). A filósofa alemã mostra que a "liberdade enquanto o objetivo final da política estabelece as fronteiras políticas, mas o critério do agir dentro do próprio ato político não é mais a liberdade, mas sim a competência e a capacidade de assegurar a vida" (ARENDR, 1998, p. 25). Ao desistir do Legislativo, onde sua imagem ocupa lugar de destaque na Galeria de Ex-vereadoras, e seguir como servidora da rede municipal de ensino, Esther preferiu ajudar a garantir a vida e a aprendizagem a muitas gerações. Tanto que seu nome identifica uma das mais de 81 escolas municipais de Caxias do Sul: a Escola Municipal Professora Esther Troian Benvenuti, que fica no bairro Fátima.

Quem também escolheu o reconhecimento oriundo da docência em detrimento de prosseguir como legisladora foi a então veredora Iró Chiaradia Nabinger/Arena. Não fica muito claro o tempo de permanência de Iró no Legislativo, embora seu mandato seria de quatro anos (1973-1976). Entretanto, ela não permaneceu todo esse tempo, pedindo licença por mais de uma vez entre 1974 e 1976. Além disso, em 1974, recebeu o convite para comandar a Delegacia Regional de Educação e aceitou.

[...] eu recebo um telefonema da Secretaria de Educação e disseram: ‘Nós precisamos conversar com a senhora, então vamos mandar o carro lhe buscar’. Aí eu disse: agora é Cristóvão de Mendoza, não posso negar ao Secretário de Educação, né? Aí eu fui. Quando cheguei, eu disse? ‘É o Cristóvão de Mendoza?’ Diz ele: ‘Não, não é o Cristóvão de Mendoza, a senhora vai pra Delegacia’. Era o Coronel Mauro e, naquela época, era o Coronel Triches o governador: ‘É um pedido muito especial do governador’ (AHMJSA, 1992, p. 2).

Ao discorrer sobre reconhecimento, Ricoeur auxilia na compreensão da escolha de Iró. Diz o autor que “eu reconheço ativamente alguma coisa, pessoas, eu próprio, e eu peço pra ser reconhecido pelos outros” (RICOEUR, 2004, p. 10). Possivelmente, no âmbito educacional, a professora Iró sentia-se mais reconhecida do que no campo legislativo. “Eu gostava da escola como se fosse a minha casa, né?” (AHMJSA, 1992, p. 2).

Essa ausência de afinidade pela atuação como vereadora pode estar identificada no silêncio que Iró faz a respeito da vereança na própria entrevista concedida à equipe do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Ao longo de uma conversa que rendeu 43 páginas de material escrito, não há menções à Câmara de Vereadores, à campanha, às propostas para o mandato, à eleição, ao poder Legislativo ou ao exercício parlamentar. Na nominata de 21 legisladores que integraram o Parlamento caxiense à época, somente Iró representou o público feminino. Foi a única mulher a se eleger. Em outras palavras: foi soldada de um exército só, como ocorreu com Esther e em outras legislaturas seguintes.

O fato de estar solitária numa trincheira em que os homens sempre dominaram e ainda são a grande maioria também pode ter influenciado Iró a não seguir na política partidária, assim como a falta de um reconhecimento maior na área legislativa. Ricoeur (2004, p. 10) atenta para o fato de o reconhecimento ter um modo de acontecer. É uma dinâmica que guia a “promoção do reconhecimento-identificação”. Depois, vem “a transição que conduz da identificação de algo em geral ao do reconhecimento por si mesmas de entidades especificadas pela ipseidade e o reconhecimento de si mesmo ao reconhecimento mútuo até a última equação entre reconhecimento e gratidão” (RICOEUR, 2004, p. 10).

Da educação, mais especificamente da Escola Estadual Santa Catarina, Iró recebeu agradecimentos e homenagens, por isso também deixou seu legado, o qual, inicialmente, foi dado sequência por uma das filhas. Quando foi convidada a assumir a Delegacia de Educação (DE) à época, a filha Anelise era sua vice-diretora, na Escola Santa Catarina. Então, ao se desligar da direção para assumir a DE, convidou os professores para fazer a escolha de quem poderia substituí-la. Houve uma votação e, por unanimidade, os docentes escolheram a própria filha de Iró: Anelise, que respondeu pela direção de 1973 a 1975. De acordo com a filha, foi gratificante poder continuar o trabalho da mãe que, mesmo distante, sempre lhe foi um suporte e uma referência.

Não foi no Parlamento, mas sim na Escola Santa Catarina, que Iró implementou suas principais lutas: a maioria em prol da ampliação do acesso e do ensino aos estudantes. “Pra pedir o segundo grau, o que que nós fizemos de viagem a Porto Alegre! E tinha uma equipe de pais, o professor Benetti e muitos outros que foram dedicadíssimos. Era uma gente que arregaçava as mangas e ia comigo. Pegávamos uma Kombi e íamos”, relata a docente (AHMJSA, 1992, p. 7).

Em contrapartida ao esforço de Iró como diretora, a comunidade escolar não economizou carinho. Na Escola Estadual Santa Catarina, há um quadro com medalhas e honrarias que Iró recebeu enquanto atuava na instituição. No Legislativo, sua imagem se

encontra na Galeria das Ex-vereadoras. Também existe na cidade uma rua com o nome da ex-parlamentar, que fica no loteamento Colina Sorriso, zona oeste de Caxias do Sul.

Enquanto Esther e Iró resistiram e não retornaram ao Parlamento, Rachel Calliari Grazziotin/PDT mostrou-se desenvolta e à vontade na Câmara Municipal de Caxias do Sul. Chegou a ser conduzida por dois anos consecutivos à presidência da Mesa Diretora (1985 e 1986), em uma legislatura em que, na titularidade, apenas ela esteve como representação feminina. Após concluir o mandato, exerceu o cargo de diretora-geral da Casa por outros quatro anos.

Por sua defesa firme na área dos direitos humanos, com destaque às mulheres e às meninas desamparadas e vítimas de violência, Rachel angariou respeito da sociedade e também de seus pares no Legislativo. Dedicou-se, principalmente, a esse grupo marginalizado, conta seu irmão: “[...] depois que ela terminou o curso de Direito, aí ela foi exercer a vida, eu digo até, porque ela passou a se preocupar com os menores, com as meninas de rua, as pequenas prostitutas exploradas, ela se dedicou de corpo e alma” (AHMJSA, 2012, p. 7). Nesse contexto, retomamos reflexões de Honneth (2017), para quem, ao lado do reconhecimento, persiste o respeito, e é necessário respeitar a si mesmo para merecer o respeito dos outros. Rachel, por meio de suas ações, sinaliza que tinha tal compreensão.

Paralelamente, o Ensino Superior nas áreas de Direito e de História também contribuíram para a desenvoltura de Rachel na condução da Câmara, devido à proximidade com a produção legislativa. “Ela me dizia sempre: ‘Quem estuda Direito, se já fez o curso de História, vai entender melhor as leis, porque as leis são feitas de acordo com o momento histórico’”, relata seu irmão, Mário Grazziotin em entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), no ano de 2012.

A experiência de Rachel à frente do Parlamento Municipal ratifica a influência do conhecimento para as mulheres, na garantia de espaços e de mais voz e vez. Ao mesmo tempo, parece favorecer o reconhecimento, aspecto que Fraser (2007) trata como uma questão de status social. A autora chama de “modelo de status”. O que exige reconhecimento é a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social. Para Fraser, no modelo de status, interação social significa uma política que visa a superar a subordinação, fazendo do sujeito falsamente reconhecido (o modelo de identidade) como sendo um membro integral da sociedade (não apenas de um grupo) capaz de participar com os outros membros como igual (FRASER, 2007, p. 107). Rachel fez valer a equidade, derrubando o domínio dos homens na liderança do Legislativo caxiense, sabendo ocupar o lugar de governança, pois foi reconduzida ao cargo por mais um ano.

O modelo de status, acrescenta Fraser, procura “desinstitucionalizar os padrões que impedem a paridade de participação e os substituem por padrões que a promovam” (FRASER, 2007, p. 110). É um entendimento que vai ao encontro dos atos de Rachel antes e durante sua vida pública. Como cidadã e como profissional, estimulava a participação feminina e a igualdade de direitos em relação ao público masculino, indica seu irmão Mário, que acrescenta o posicionamento da irmã e dele, adeptos ao socialismo. Conforme ele, na época que a ditadura se insurgiu no país (1964-1985), “[...] tinha assim um espanto porque nós tínhamos uma mesa de fartura, de muito sacrifício do meu pai e muita dedicação da minha mãe, mas nós tínhamos tudo: roupa, comida, estudo pago, tudo. Mas nós éramos rebeldes” (AHMJSA, 212, p. 7-8).

Essa rebeldia, mais tarde, se traduziu em iniciativas parlamentares que trouxeram retorno à sociedade. Por meio de projeto de autoria de Rachel, nasceram leis como a de número 2.813/1983, que autoriza o ingresso de mulheres grávidas pela porta da frente dos ônibus; e a de número 2873/1984, que cria o Dia da Mulher Caxiense (16/5, inicialmente, e, depois, mudou para 11/05). E a sociedade retribuiu.

Na sessão extraordinária do dia 22 de dezembro de 1998, na Câmara Municipal, foi aprovada por unanimidade a criação da Casa de Apoio Viva Rachel Calliari Grazziotin, homenageando a ex-parlamentar. O local promove ações assistenciais e serve de abrigo para mulheres vítimas de violência e seus filhos.

Para ajudar a eternizar os feitos de Rachel, cerca de duas décadas após sua morte, a Ordem dos Advogados do Brasil Caxias do Sul (OAB/RS) criou a biblioteca local do sodalício que tem o nome de Rachel Calliari Grazziotin. Existem também a Avenida Rachel Calliari Grazziotin, no bairro Cidade Nova, e a Escola Estadual de Ensino Médio Rachel Calliari Grazziotin, no bairro Fátima, à Rua Amadeo Rossi, 921, inaugurada pelo então governador Olívio Dutra/PT (1999-2002). O respeito e o status social alcançados pela ex-legisladora se transformaram em iniciativas que a reconheceram e a fazem ser lembrada constantemente na cidade caxiense.

Assim como Rachel, Rosane Fátima Hamsch do Nascimento também compôs a bancada pedetista no Legislativo local e atuou como diretora-geral da Câmara, sete anos após ter deixado o mandato parlamentar, a convite do então vereador Waldemar Biglia/PDT. Entretanto, igualmente a Esther e Iró, não quis mais concorrer. Limitou-se a um mandato e, em entrevista complementar dada a esta pesquisa em janeiro de 2020, deixa clara sua decepção com a passagem pela Câmara Municipal: “Também preciso dizer que não gostei da experiência no Legislativo e que é algo que não penso repetir”.

No entendimento de Rosane, os espaços partidários não são democráticos, por isso um pouco de seu desgosto, além de uma situação em que foi exposta por conta de um episódio envolvendo o marido. E, como estava exercendo uma função pública, acabou quase que a mais atingida, fato lamentável, mas que ajuda a compreender a constatação de Dussel (1990), de que “numa sociedade opressora, a mulher é a primeira oprimida”. Para Rosane, os fatos negativos, que agridem e fazem sofrer, também compõem o humano e “fazem com que a gente seja o que é. Afinal de contas, houve, houve processo jurídico relacionado, não teria sido nada se eu não estivesse como vereadora, teria sido uma briga de sócio, resolvida e tudo, mas ela virou, foi mancheteada porque eu era vereadora, então política” (AHMJSA, 2017, p. 25).

Mas, para quem tinha como desejo mudar o mundo, desanimar não estava entre as opções. Por isso, durante o mandato (1989-1992), conta que trabalhou muito, principalmente porque foi um tempo de atualização da constituição municipal, ou seja, da lei orgânica, tendo como obrigatoriedade o recebimento de sugestões da população:

Em 1992, tinha o prazo para que o município, a Constituição é de 1988, para que o município refizesse a sua lei orgânica, eu era formada em Direito, o trabalho na Câmara foi muito intenso porque a gente estava fazendo a lei orgânica do município, que tinha de ser ajustada à Constituição de 1988. Então eu me dediquei muito a isso, eu presidi a comissão de sistematização de todas as propostas da lei orgânica municipal, isso demandava trabalho de manhã, de tarde, de noite, porque a gente fez um movimento muito grande pra que a comunidade conseguisse também levar as suas propostas e a sistematização ficou sob o meu encargo. Então foi também um tempo de dedicação muito grande, dedicação jurídica muito grande pra adequar a proposta que vinha da comunidade na letra da lei, que ficasse o mais fiel possível. Então a gente trabalhou muito nisso (AHMJSA, 2017, p. 24).

Aliás, abrir espaço à comunidade fez parte do jeito de agir de Rosane mesmo antes de conquistar a eleição. Diante da maneira que foi escolhida para ser candidata, com uma prévia no bairro em que a família residia, o Desvio Rizzo, dá para dizer que sua candidatura foi forjada graças à participação comunitária. Enquanto composição de uma ética não neutra, essa exigência da participação, da democracia e da liberdade, segundo Paulo Freire (2000), é necessária para a transformação da realidade.

Então, apesar de algumas decepções e barreiras, o compromisso de Rosane com o público que a conduziu ao Parlamento foi superior a quaisquer agruras: “[...] de qualquer forma o mandato foi cumprido conforme o prometido na época da campanha comunitária e durante esses quatro anos nós conseguimos construir no Desvio Rizzo, então com aqueles 30% da verba do vereador [...]” e do valor integral de um assessor, que passou a ser chamado de assessor comunitário, recorda Rosane.

[...] Esses valores ajudaram a construir, porque depois foram feitas jantas, almoços, rifas, dinheiro público também, que a gente foi buscar, nós construímos a sede onde funciona a creche Santa Rita de Cássia lá no Desvio Rizzo, que atende cem crianças hoje, encima da creche nós construímos o espaço do clube de mães Santa Rita de Cássia, é um espaço enorme com salão, nós construímos o espaço físico para a implantação do posto da UBS [Unidade Básica de Saúde], porque nós tínhamos conquistado essa UBS no começo do governo Mansueto, mas ela estava num espaço alugado, então a gente construiu o prédio, aí a gente foi buscar também recursos públicos que foram geridos pelo clube de mães, mais ou menos como o município repassava o dinheiro pra entidade e ela prestava conta. Então a comunidade gerenciou a construção da UBS, da primeira UBS do Rizzo (AHMJSA, 2017, p. 25).

A responsabilidade, o apoio e a própria cobrança dos moradores instigaram Rosane a levar o trabalho adiante e a gerar bons retornos ao bairro. Não foi a figura da mulher e vereadora Rosane que se destacou, mas o resultado de um trabalho coletivo, o qual foi simbolicamente lembrado recentemente, em 2017, quando ela recebeu homenagem em nome das mulheres vereadoras da história da cidade pelos 125 anos do Legislativo caxiense. É na sede legislativa que também se encontra o quadro com a imagem de Rosane, eternizada na Galeria das Ex-vereadoras.

Foi ao lado da então vereadora Rosane Hambsch/PDT que, em 1989, a primeira parlamentar eleita pelo PMDB, Geni Petefi, constituiu a bancada feminina. Diferentemente de Esther, Iró e Rosane, Geni sempre se sentiu em casa, enquanto esteve no Legislativo. E foram 24 anos no cargo de vereadora (1989 a 2012), isto é: uma eleição e cinco reeleições. Foi a mais longa permanência até hoje registrada com mandatos consecutivos (seis) na Câmara caxiense. Geni era reservada e, ao mesmo tempo, uma boa negociante quando o assunto era política partidária ou apreciação de matérias legislativas.

Pelos depoimentos de ex-assessoras e de uma das sobrinhas concedidos ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), pelo desempenho que demonstrava e em noticiários, parecia compreender o mesmo que diz Arendt (1998), ao considerar que livre agir e agir em público é o espaço original do político. Segundo a filósofa alemã, nesse espaço, o homem deve mostrar sua liberdade e espontaneidade e se afirmar no trato político com outros.

A liberdade parecia acompanhar a emedebista em plenário, onde se sentia bem, descreve a sobrinha Renata Gaio: “Ela gostava daquilo que ela fazia, ela não fazia assim por fazer, a vida dela era em função da Câmara, então, como ela gostou, todos os outros mandatos foram assim” (AHMJSA, 2014, p. 6). Possivelmente, esse gosto pelo ambiente e pelos trâmites legislativos impulsionaram Geni a não perder uma oportunidade sequer de ocupar espaços de

comando que foram sendo abertos. Quebrou com a tradicional e injusta invisibilidade que recai sobre muitas mulheres por exclusão e opressão, o que acaba afastando-as da possibilidade de disputar cargos eletivos ou mesmo ocupar postos políticos-partidários.

Por diversas vezes, esteve à frente das lideranças da bancada do PMDB e do governo municipal (de 2005 a 2011, durante a administração do ex-prefeito José Ivo Sartori/PMDB). Nas legislaturas, presidiu, constantemente, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Fiscalização e Controle Orçamentário da Casa. E, na condição de presidente da Câmara, chegou ao posto de prefeita em exercício, em 2012, quando também estava à frente do PMDB de Caxias.

Em paralelo à atividade parlamentar, Geni, que era formada em Economia e Administração, continuava participando da chefia da empresa de laticínio da família. Foi uma mulher que viveu para essas duas áreas: a profissional e a parlamentar, em detrimento da vida pessoal, verifica a sobrinha. “[...] ela se sentia realizada na parte profissional, na parte política, porque ela achava que ela tinha feito o que ela tinha que fazer, ela deu a contribuição dela. Que ela se arrependia, entre aspas, muito na vida, era ter largado a vida pessoal dela [...]. Ela era vereadora de domingo a domingo” (AHMJSA, 2014, p. 6).

Pelo relato da sobrinha, Geni parece ter vivido uma opressão às avessas, diferentemente do que observa Dussel (1990), da mulher que acaba tendo como tarefas 99% sua a de ser mãe e a de ser educadora dos filhos. A emedebista, pelo contrário, abdicou da maternidade e do casamento, preferindo dedicar-se à gestão na empresa da família e ao serviço público, no desempenho da vereança por durante um terço de sua vida.

As causas das mulheres e o reconhecimento em relação a elas, entretanto, marcam algumas propostas que Geni apresentou e viu virarem lei a contar da aprovação no plenário legislativo. Entre as quais: a criação do Dia Municipal de Combate ao Câncer de Mama (18 de julho), instituído pela lei 6.391/2005; e do Troféu Mulher Cidadã, esse em conjunto com a então vereadora Ana Corso/PT.

Por sua trajetória política, Geni obteve diversas distinções, sendo algumas em vida e outras póstumas. Algumas delas: Medalha do Centenário da Imigração Italiana; Prêmio Top of Mind, em 2004, 2005 e 2006; Troféu Destaque Político da Região Nordeste da Revista Imagem News; e Troféu Ana Terra. Em 2013, foi homenageada pelo Legislativo caxiense com o Troféu Mulher Cidadã na categoria de promoção da participação política, entregue pela Câmara a mulheres que contribuem com a comunidade.

Após seu falecimento – que ocorreu coincidentemente em 26 de setembro de 2013, data em que o poder Legislativo da cidade completou 121 anos –, por meio de decreto

legislativo aprovado nesse mesmo ano, a principal Sala das Comissões da Câmara foi denominada Vereadora Geni Peteffi.

Silvana Teresa Piroli/PT, que se elegeu em 1996 com 1463 votos, foi outra parlamentar a buscar a reeleição à Câmara de Vereadores, em 2000, e ficou na suplência, conquistando 1.422 eleitores. Mesmo assim não parou de se colocar em evidência no campo político-partidário e no movimento sindical, dando continuidade às lutas que a auxiliaram a chegar no Parlamento em 1997. O conceito de coletividade acabou se transformando em uma espécie de marca de Silvana no contexto do serviço público. Foi a primeira professora a presidir a organização dos funcionários públicos municipais de Caxias do Sul à época em que a entidade era considerada associação e voltou ao comando depois, quando passou a sindicato.

Antes e ao longo do mandato legislativo trilhou um percurso que sugere compreender essas unidades da maneira que Arendt (1998) as observa como espaços que têm “sua própria estruturabilidade que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na social, em convenções; e na pública, em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes”. Para melhor abstração, a filósofa alemã emenda: “Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles e nesse interespaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos. O espaço entre os homens que é o mundo, com certeza não pode ter existência sem eles” (ARENDDT, 1998, p. 9).

Esse convívio e a habilidade de retórica contribuíram para que Silvana assumisse a liderança de governo na Câmara, onde gostou ter atuado. “[...] tenho um carinho muito grande por esse período, eu aprendi muito, embora, como eu digo, eu fui a primeira líder de governo, antes foram só homens, a primeira líder de governo fui eu, depois a Geni foi líder do governo Sartori”, relembra, ao explicar que ser líder do governo significa negociar os projetos e dialogar com os vereadores. É também uma responsabilidade que exige exposição e tomada de decisões. Por isso, tem seus bônus e ônus. Além disso, Silvana nota que, por ser mulher, essa visibilidade acaba tendo um custo alto porque a sociedade ainda retroalimenta a figura masculina nos lugares de poder.

[...] quando a gente ocupa esses espaços que exigem um diálogo maior com outros, via de regra, a gente acaba sendo desqualificada por esse mesmo coletivo no sentido de que, ah, “não anda, a articulação não é boa”, com minoria imagina! Se é um homem que está ali, ninguém faz nenhum comentário. Agora mesmo nós temos, é um homem o líder do governo, no passado também foi, se a gente for observar não existe nenhum comentário. Então sempre a atuação das mulheres tem um olhar para a desqualificação do seu trabalho, não basta ser boa, tem que ser muito boa pra conseguir ter espaço, tem que ser muito, muito, muito melhor do que a média (AHMJSA, 2017, p. 28).

Esse depoimento de Silvana vai ao encontro das observações de Dussel (1990), que percebe o quanto as mulheres ainda são seres oprimidos e que é maior a opressão sobre o público feminino. Dussel dá a entender, também, que a opressão a que a mulher veio sendo submetida oprime muito mais gente. “[...] quando nos remete ao fundamento de ser pessoa, nos indaga na totalidade e nos possibilita vislumbrar uma crise, que não é somente da mulher, senão também do homem, ou melhor, da pessoa como espécie histórica” (1990, p. 11).

Seguir rompendo com essa opressão é um desafio, aponta Silvana: “[...] não é fácil ser mulher nem no movimento sindical, nem no partido político, em lugar nenhum, a gente tem que ser muito firme, muito forte, não pode se abater [...]” (AHMJSA, 2017, p. 22). E ela prosseguiu e até hoje milita na área sindical. Na Câmara, deixou projetos que considerava importantes, envolvendo os conselhos escolares e o sistema municipal de educação. “Esses temas me eram caros. Como eram projetos com vício de origem, o governo da frente popular assumiu os projetos e enviou pra Câmara para serem votados [...]. Sempre estive disposta a fazer o que coletivamente era proposto e combinado”, recorda, em entrevista recente a esta pesquisadora (2020).

Por sua história e participação política, foi agraciada com o prêmio de Personalidade Destaque de 2002 da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (ACOMAC); com o troféu Mulher Cidadã, na categoria promoção da participação política, da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul em 2010; e com o prêmio Destaque Comunitário do Bairro Milenium, concedido pela Associação de Moradores, em 2013” (2020). As distinções estão aí, mas a ex-vereadora acredita que “o maior reconhecimento é poder lembrar com alegria das coisas em que participamos” (2020).

Ana Maria Corso/PT também destaca as iniciativas em que participou ou desenvolveu durante seus mandatos parlamentares, especialmente no eixo dos direitos humanos. Eis a bandeira que se transformou quase que numa identidade para a então vereadora petista. “[...] Quando eu entrei na Câmara, foi meio que natural eu me direcionar para essa área dos direitos humanos. Então, em 1997, eu participei, pela primeira vez, e presidi a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores” (AHMJSA, 2009, p. 11), relembra. Nesse âmbito, Ana situa sua defesa em relação às mulheres, à luta sindical e pelos direitos dos trabalhadores, dos negros, dos portadores de deficiências, das crianças e adolescentes, e do sistema prisional.

Esse jeito de fazer política expresso por Ana converge com conceitos abordados por Chauí (2016), de que a política pode ser voltada à ação coletiva ou como um modo de organização institucional, sindical, profissional. A autora acrescenta, claro, que pode ser pensada, ainda, a política que caracteriza governos, sendo exercida por políticos.

Mesmo sem a pretensão inicial de ser governo, de ser eleita – “Meu ingresso na política não foi planejado [...]”, disse em recente entrevista complementar para esta pesquisa (2020) –, a ex-vereadora angariou, no primeiro pleito, a adesão de 2.985 eleitores. Foi a segunda candidata mais votada à época, em 1996. O envolvimento sindical de trabalhadores do segmento têxtil, o movimento estudantil e a atuação político-partidária colaboraram para essa conquista, dá a entender Ana, que, posteriormente, registrou três reeleições.

[...] De 1997 até hoje, eu sempre participei da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, presidi ela por cinco anos, eu estou no meu quarto mandato, sempre com excelentes votações. Isso só fortalece que eu estou no caminho certo, que eu estou fazendo a coisa certa, senão, não teria sempre, né, me reeleito, porque é sempre mais difícil se reeleger e sempre com boas votações. Essa última também eu fui a mais votada do partido. E sempre assim atuando nesta linha dos discriminados, dos oprimidos, buscando melhorar a vida deles, buscando assim projetos que deem conta dessa demanda (AHMJSA, 2009, p. 11).

Ana classifica como motivo de felicidade suas conquistas eleitorais e a possibilidade de trabalhar principalmente pelos mais necessitados e excluídos da sociedade. Entre as ações que idealizou ou apoiou, menciona: ônibus especial para portadores de deficiências como projeto da sua autoria que depois acabou sendo incluído pelo poder público na licitação para o transporte; indicação de convênio entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca] para receber mão de obra prisional; propostas de cotas em concurso público para negros, sendo 10% de vagas para afrodescendentes; de cadastro para portadores de HIV para poder fazer seu tratamento; de passe livre nos ônibus; da Comenda Percy Vargas de Abreu e Lima, que é uma premiação para quem se destaca, seja pessoa ou entidade, na área dos direitos humanos, que foi criada em 2003; e da premiação “Empresa, Criança e Amigo da Criança”, para pessoas que contribuem para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entre as propostas de Ana que se transformaram em lei na área da mulher, uma delas ocorreu em parceria com a então vereadora Geni Peteffi/PMDB: a criação do Troféu Mulher Cidadã. Enquanto militante sindical, a petista se destacou na luta pelas operárias, já que onde trabalhava a grande maioria era de funcionárias mulheres e, na região, historicamente, elas sempre receberam menos que os homens, embora fizessem até mais trabalhos que eles. “Quando se tratava de trabalhadoras do sexo feminino os deveres eram mais pesados ou, pelo menos, as mulheres eram menos compensadas pelo seu trabalho. Ocupando as posições mais baixas na escala de tarefas dentro da fábrica, recebiam também salários inferiores aos dos trabalhadores do sexo masculino”, relata a historiadora Maria Abel Machado (1998, p. 140).

Na condição de parlamentar, Ana também aprovou o Dia de Luta contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18/5). A vereadora ainda destacou em sua entrevista ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) a participação na fundação do movimento pelo fim da exploração sexual de crianças e adolescentes aqui de Caxias do Sul.

Para além do legado deixado no Legislativo municipal, Ana realizou um feito marcante na história política da região: foi a primeira mulher a representar Caxias do Sul na Câmara Federal, mesmo na suplência e por pouco menos de um ano e meio: “[...] estive na Câmara Federal como suplente, em 1998, eu acabei assumindo, quando o Olívio Dutra ganhou o Governo do Estado (RS). Eu estava na suplência, eu fiquei um ano e meio em Brasília e, também, lá eu atuei nessa área dos direitos humanos com a volta do menino Iruan” (AHMJSA, 2009, p. 11). Mesmo não se reelegendo mais, Ana, que é formada em Artes, segue envolvida na política partidária. Foi presidente municipal do Partido dos Trabalhadores e sua imagem está gravada na história caxiense, na Galeria das Ex-vereadoras, no Parlamento municipal.

Antes de Ana Maria Corso chegar ao Congresso Nacional, outra caxiense conquistou três marcos históricos na cidade e no Estado: Marisa Formolo Dalla Vecchia/PT. Foi a primeira vice-prefeita da cidade (eleita em 1996, ao lado do prefeito Pepe Vargas, com 90.792 votos, e tomando posse em 1997), chegando a assumir interinamente como prefeita, e a primeira mulher caxiense a conquistar uma vaga como titular na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (eleita em 2006 e em 2010, e assumindo o cargo em 2007).

“De candidata à vereadora, virei vice-prefeita eleita. Ao padre Roque⁸⁶, devemos muito, pois era ele o mais capacitado e preparado... Não aceitou e propôs ao PT que eu fosse a candidata para ser a primeira mulher eleita para o Executivo em Caxias do Sul”, detalha Marisa, em entrevista complementar para esta pesquisa (2019).

Ao lembrar de como acabou na política partidária, relata que foi algo que não estava em seus planos. “Cheguei a ser a primeira mulher eleita vice-prefeita em Caxias do Sul, sem ter estabelecido isso como meta de vida, opção de vida, mas fui sendo constituída. Estou sempre sendo, em transformação constante. Sabia que estava remando em direção ao sol, mas não imaginava encontrar, também, outras estrelas!”, poetiza a entrevistada (2019), demonstrando um sentimento de realização.

Ao mesmo tempo observa que o conhecimento que adquiriu ao longo dos anos por meio de estudos e nas funções de gestão no campo acadêmico pavimentou um chão fértil a

⁸⁶ Roque Grazziotin, ex-deputado estadual e ex-militante petista que faleceu em 2019, por complicações decorrentes de um Acidente Vascular Cerebral/AVC.

disputas eleitorais, que a cativaram. Na universidade, entre tantas ações, junto com o Sindicato dos Professores, ajudou a criar a Associação dos Docentes da Universidade de Caxias do Sul (Aducs). Nessa entidade, segundo Marisa, passaram vários líderes e, em 1986, professores e alunos chegaram a parar a instituição de ensino, em uma das greves mais longas. “[...] nós vivemos debates na década de 1980 de grande qualidade política que a Universidade tinha. Na década de 1990, isso já foi sendo reduzido na medida em que a reitoria começou a demarcar ideologicamente a conduta dos professores”, lamenta.

Em sua trajetória, desde pequena, Marisa parece que foi logo sintonizando-se no exercício político da vida, interpretando a política com um sentido de liberdade, a exemplo do que sinaliza Arendt (1998), e como meio de indagação. Ela conta que, desde quando residia na Capela de Nossa Senhora da Rocca, no interior caxiense, sempre foi curiosa e tinha o apelido de Zé Perguntinha porque adorava perguntar. Assim:

Eu acabei indo pra Filosofia como uma forma de buscar mais capacidade de refletir. Aí não bastava a reflexão, precisava organizar a aprendizagem, aí eu fui pra Pedagogia. Mas não bastava, eu precisava investigar, aí eu fui pra Metodologia da Pesquisa pra me capacitar mais profissionalmente. Mas não bastava indagar, achar respostas organizadas por uma visão metodológica de pesquisa, mas tinha que planejar para dar resultados, aí eu fui pro mestrado de planejamento pra cumprir um pouco o ciclo organizativo da minha própria vida profissional e pessoal (AHMJSA, 2012, p. 23).

Depois desse percurso acadêmico, em 1994, veio a política partidária e os mandatos no Executivo municipal e no Parlamento gaúcho. Entre suas bandeiras, ao lado da educação, a participação popular. Estando na vice-prefeitura, agregou outras funções, como de secretária Geral do Governo e de secretária da Educação. Na Secretaria de Governo, Marisa fez um trabalho com a Câmara de Vereadores e de aplicação do Orçamento Participativo em Caxias do Sul. “E essa implantação do Orçamento Participativo foi nos dando uma marca forte, o povo se surpreendendo que podia governar conosco, decidindo o que era prioridade no seu bairro” (AHMJSA, 2012, p. 29).

Esse exemplo de iniciativa que Marisa colocou em prática com sua equipe gera um efeito de emancipação social, avalia Santos (2016). Ao mencionar o Orçamento Participativo como um recurso de democracia participativa, o autor comenta que o “êxito da experiência foi surpreendente mesmo para seus protagonistas, reproduziu-se em muitas cidades do Brasil e de toda a América Latina, suscitou a curiosidade dos líderes municipais de outros continentes – nomeadamente da Europa” (SANTOS, 2016, p. 123-124). Prossegue o estudioso português, dizendo que, sob diferentes formas, as lideranças foram adotando a prática do orçamento

participativo que “acabou por levar o Banco Mundial a chamar a atenção para as virtudes dessa forma de democracia participativa e a recomendar sua adoção” (SANTOS, 2016, p. 123-124).

Na pasta da Educação, Marisa recorda que também promoveu inovações, juntamente com sua equipe. Uma dessas ações foi a instalação de um sistema de planejamento e controle financeiro de todas as despesas. A atitude rendeu menção do Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois recebeu da conselheira Terezinha Irigaray o reconhecimento com honra e mérito pela qualidade da gestão.

Como que seguindo a concepção de Chauvi (2016) de que somente a política é capaz de evitar a guerra e tornar a civilização mais civilizada, Marisa continuou no campo político-partidário. Agora, já com a experiência acumulada na passagem pelo Executivo, disputou o pleito à Assembleia Legislativa, tendo aval dos correligionários da sigla e conquistando a vaga com o apoio de 54.496 eleitores.

[...] fui a primeira mulher caxiense eleita deputada só por Caxias, eu tive esse presente da vida. E acredito que isso também se deve não só ao trabalho de professora, que foi a minha profissão toda a vida, mas também à gestão pública que nós fizemos na Administração Popular. Tanto o Pepe quanto eu, fomos eleitos no nosso primeiro mandato, só pela cidade de Caxias. Eu não precisei de nenhum voto fora de Caxias pra ganhar a primeira eleição, e nem o Pepe, eu acho que foi um pouco o reconhecimento que o povo nos deu enquanto eleitos no primeiro mandato, que ajudamos a mudar um pouco o jeito de fazer política (AHMJSA, 2012, p. 34).

Como deputada estadual (em seus dois mandatos: 2007-2010; 2011-2014), reforçou a defesa pela educação, pelas mulheres, por justiça e direitos humanos, confiante nesses pilares como sustentáculos para uma humanidade efetivamente mais integrada: “[...] optei por assumir problemas que o povo me demandou como prioritários na educação, trabalhei muito pela educação profissional, e continuo; trabalhei na derrubada dos pedágios como forma de garantir o direito de ir e vir” (AHMJSA, 2012, p. 39), ressalta, acrescentando que protocolou projetos consistentes e manteve a permanente responsabilidade de fiscalizar os atos do Executivo estadual.

Entre os projetos que como parlamentar Marisa conseguiu transformar em legislação, estão: Lei de Licença Maternidade na Assembleia gaúcha, para deputadas; Lei que estabelece o fornecimento de peruca pelo SUS às mulheres em tratamento de câncer; e Resolução 3.096/12, que institui o Prêmio Pioneiras da Ecologia, pela atuação para a Sustentabilidade Socioambiental no Estado gaúcho. E, como forma de reconhecimento, entre vários retornos recebidos por sua atuação político partidária e social, a petista foi agraciada com o Troféu Mulher Cidadã, no Legislativo caxiense. Marisa não exerce, no momento, mandato

parlamentar, mas prossegue atuando politicamente junto às lideranças e às bases partidárias, e segue estudando: retornou à Academia, para a produção desta tese, no âmbito do doutorado em Educação da UFRGS.

Além de Marisa Formolo Dalla Vecchia, Caxias do Sul só teve mais uma mulher eleita vice-prefeita em 130 anos de emancipação (comemorados em 20 de junho de 2020): Justina Inez Onzi/PT. Recebeu 103.015 votos, tendo na cabeça de chapa o prefeito Pepe Vargas/PT, em disputa à reeleição. Assistente social e professora, Justina ganhou destaque em sua atuação na área da saúde, no primeiro mandato de Pepe Vargas (1997-2000), quando respondeu pela pasta. “[...] como eu tinha ajudado em Feliz, ajudado a municipalizar a saúde lá, o Pepe me convidou e eu disse: ‘Pepe, eu não sou médica. Vai ser a primeira grita’. Ele disse: ‘Mas não tem problema, vamos lá, vamos lá’. Eu dei uma pensada, disse: ‘Tá, vamos lá!’”, lembrou Justina na entrevista que concedeu ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) em 2015.

Quando assumiu a Secretaria Municipal de Saúde, Justina sofreu protesto e corporativismo de alguns médicos, teve que tolerar nota de repúdio do Sindicato Médico, dizendo que ela não era médica, e ainda sofreu preconceito. “[...] na rádio, inclusive, um líder do sindicato disse que eu não era médica e ainda por cima eu era mulher”, conta ela (AHMJSA, 2015, p. 31). O episódio não obteve sua atenção, pois o objetivo que carregava era trabalhar pela comunidade. “Eu fui à luta. A imprensa me questionava, eu dizia ‘vamos deixar isso pra outro tempo e nós estamos trabalhando’. E continuamos trabalhando, nunca dei bola pra isso, nenhuma vez, vou fazer o meu trabalho, né? E fizemos um trabalho muito grande na área da saúde” (AHMJSA, 2015, p. 31).

Em relação ao preconceito por ser mulher que Justina enfrentou e que tantas mulheres enfrentam diariamente, refletimos como um ato desumano e que precisa ser melhor pensado à luz da teoria. Como salienta Arendt (1998), o perigo do preconceito reside no fato de estar sustentado no que já passou. Dessa maneira, torna impossível uma experiência verdadeira no presente. Por isso, precisa ser observado com cautela e coibido, se chegar a níveis agressivos.

No comando da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Justina prosseguiu forte com sua voz mansa e acolhedora. Após a eleição para a vice-prefeitura, continuou à frente da unidade, acumulando as funções. Estabeleceu a gestão plena da saúde para Caxias do Sul, levando a cidade a atender demandas crônicas e a obter mais verbas. Fez a estruturação do Sistema Municipal de Saúde, o que possibilitou melhorias no atendimento à população.

Criou projetos novos, juntamente com a equipe da SMS, muitos deles contemplando o público feminino, como testagem do HIV/AIDS nas Unidades Básicas de Saúde para

mulheres grávidas, com a possibilidade de atender melhor o nascituro; programa “Acolhe o Bebê”, para monitoramento de gestantes e crianças. “[...] nós fomos, fomos trabalhar, o pessoal até dizia assim: ‘A gente até fica constrangido de ver o quanto tu trabalhas! Então nós temos que trabalhar também, né?’”, rememora. Em seu depoimento, Justina enfatiza que a entrega ao trabalho foi quase que total:

[...] a gente trabalhava manhã, tarde, noite, aquele telefone tocando meia-noite, duas da manhã, quatro da manhã: “Justina, o hospital não atende, o hospital não deixa entrar!” Então a gente fez todo um trabalho da periferia pro centro, a gente fez um plano mesmo de fortalecer os bairros, então todas as unidades básicas de saúde, construímos novas, grandes, totalmente diferentes, se chamavam “postinhos”, eram nos porões das casas, eram lugares assim com escadas, os idosos nunca conseguiriam subir, por exemplo, lá no [Bairro] Fátima, coisas assim muito... O pessoal que nos antecedeu já tinha tido uma iniciativa de construir o Centro a Vida, mas não tinha nada instalado, o projeto era pequeno, a gente remodelou todo o projeto [...] (AHMJSA, 2015, p. 34).

Diante de seu empenho e dos bons resultados no eixo da saúde, em 2004, foi incentivada a concorrer ao cargo de prefeita de Caxias do Sul. No entanto, não aceitou porque preferiu cuidar de perto as filhas Karen e Vitória. Mais tarde, já não mais em mandato eletivo, concordou ser coordenadora regional de Saúde. “Os cargos que exerci me exigiram muito tempo e optei em oferecer a elas (filhas) minha presença física, meus cuidados, na medida que sentia que necessitavam naquele momento”, justificou na entrevista. Eis mais uma decisão política: a de saber o momento de parar em termos de candidaturas e por que parar.

Nesse ato político de não mais concorrer, Justina toma posição por sua vida. É a direção de escolha que vem de um ato político, portanto, educativo (FREIRE, 1993). Até então, o cuidado para com os outros lhe mobilizaram, mas chegou o momento de zelar ainda mais pelo entorno, por sua família:

Gostei do que fiz, a opção foi certa para aquele momento. São escolhas que precisamos fazer em cada momento de nossa vida. Fui feliz em todas as minhas escolhas. Amo minha família, tanto a que nasci, como a que formei com o Delmir Sergio Portolan. Tive muitas oportunidades e procurei fazer o máximo em cada uma delas para que todas as pessoas tenham o direito à vida com felicidade (AHMJSA, 2015, p. 36).

E, assim, Justina deixou seu legado na política partidária caxiense e no serviço de saúde local, o qual acabou conquistando diversas premiações entre 1997 e 2004. Como agradecimento ao esforço da segunda vice-prefeita da cidade, especialmente na liderança da saúde pública

municipal, entre as distinções que o povo lhe concedeu, em 2009, está o Troféu Mulher Cidadã, entregue pela Câmara de Vereadores, na categoria “Saúde”.

Esse troféu também chegou, anos depois, às mãos da servidora licenciada da Secretaria Municipal da Saúde e até hoje vereadora Denise da Silva Pessôa/PT, só que por sua atuação no campo político. Denise encarou o Parlamento municipal, em 2009, inicialmente, com receio e ousadia. Receio por ser jovem, colocando os pés em território pouco conhecido: “[...] no início eu pensava assim: bom, eu estou aqui num lugar onde muitas pessoas gostariam de estar, então eu tenho que fazer o melhor que eu posso” (AHMJSa, 2014, p. 9-10). E seguia adiante, reconhecendo lacunas e ultrapassando obstáculos. “[...] Tenho dificuldade ainda de falar em público, mas eu vou ter que falar em público, então [...], na primeira sessão mesmo, eu falava [...]. Estou num lugar que muita gente gostaria de estar, que muita gente lutou para que existisse, então eu tenho que honrar esse lugar”, conta em depoimento ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami/AHMJSa (2014, p. 9-10).

Ousadia, porque foi eleita, tendo como um de seus compromissos a causa da juventude, sem deixar de contemplar os outros públicos. “Minha trajetória profissional e estudantil me encaminharam para a vida política, assim como também minhas vivências na Pastoral da Juventude, no magistério e na assessoria da Deputada Marisa Formolo”, pontua Denise (2020, p. 1). Em entrevista complementar a esta pesquisa, a até hoje vereadora avalia que essas experiências lhe permitiram:

uma maior compreensão da vida coletiva, do comprometimento com a juventude, da conexão com os estudantes, dos problemas sociais e da importância de ocuparmos espaços de Poder. Além disso, ter a oportunidade de acompanhar comícios com Lula, participar dos processos eleitorais municipais e de panfleteações em bairros me fizeram ter um contato direto com a sociedade, ao mesmo tempo em que compreendia os processos administrativos que uma vida política envolve (2020, p. 1).

Paralelamente ao incentivo da juventude à liderança – “[...] tento ir nas escolas tentar conversar com a gurizada, motivar a gurizada pra política, sabe? Tentar motivar para a participação, pro grêmio, eu tento, eu faço seguidamente visitas às escolas pra tentar fazer um pouco desse diálogo, tentar montar alguma coisa” (AHMJSa, 2014, p. 20) –, costuma abraçar lutas feministas e ecológicas, deixando que permeiem as ações de seu gabinete. Primeira mulher à frente da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara caxiense, Denise acolhe e pensa propostas que venham a beneficiar esse público, auxiliando-o no combate à violência doméstica e na valorização feminina nas diversas áreas, e no bem-estar social e ambiental, pelo planejamento e adoção de práticas mais sustentáveis.

Nesse aspecto, a filosofia de mandato da parlamentar parece se aproximar do ecofeminismo, para cujos e cujas integrantes, segundo Boff (2012), “laços emocionais com lugares e pessoas reais são necessários para inspirar ações em favor da justiça e da harmonia ecológica” (2012, p. 117).

Por ter se forjado na mobilização social, Denise também tem procurado levar a participação popular para sua atuação. Quando não consegue reunir a população ou trazê-la para perto, procura ir até ela, estimulando movimentos que Butler (2018) avalia como necessários. Ou seja: estar ou ir pra rua, para expor sua voz e presença e reivindicar o cumprimento de direitos.

“Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político [...]”, analisa Butler (2018, p. 17). Denise revela apreciar esse movimento: “[...] tento buscar isso, tentar organizar, fazer com que o povo se motive, né? Isso me faz bem. Tentar fomentar as mulheres pra presidente do bairro, eu procuro motivar as mulheres para a liderança, [...] é uma tarefa nossa [...], a atuação de ajudar as lutas do povo é a parte melhor” (AHMJSA, 2014, p. 17).

Em terceiro mandato consecutivo na Câmara Municipal de Caxias do Sul (2009-2012; 2013-2016; 2017-2020), a legisladora atribui ao trabalho essa permanência no cargo. “Minha primeira eleição e as reeleições que se sucederam são, em minha opinião, o reflexo do meu esforço e comprometimento e, sobretudo, são o atestado de que meu trabalho é reconhecido pela comunidade”, disse em entrevista complementar, no ano de 2020. Em 2016, por sua contribuição na “Promoção da participação política”, Denise foi agraciada com o Troféu Mulher Cidadã, concedido pelo Legislativo caxiense.

Enquanto Denise Pessoa/PT solidifica em três mandatos sua trajetória no Parlamento municipal, Maria Helena Sartori/PMDB foi direto à disputa de vaga para o Parlamento gaúcho, em 2002. Na primeira tentativa, ficou na suplência e chegou a assumir o posto (2003-2006). Em 2010, conquistou a titularidade, contabilizando 38.958 votos e dando sequência ao trabalho parlamentar que havia começado enquanto suplente.

Como deputada estadual, foi líder do governo, líder de bancada, presidente de comissões, como das comissões de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle (2005-2006 e 2011-2013) e de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo (2014-2016). Na condição de líder de governo, em 2006, foi a primeira mulher a assumir esse cargo nos, à época, mais de 170 anos de história do Parlamento. E enfrentou críticas.

[...] fui a primeira mulher a ser líder de governo, com 175 anos de história, na época a Assembleia tinha 175 anos de assembléia, fui a primeira mulher a ser líder de governo. Alguns viram com uma cara muito feia, eu sei que teve deputado que disse para os meus colegas, eles me contaram, “O que deu na cabeça do Rigotto? Ele está louco botar uma mulher de líder de governo [...]. Tem. Tem. Tem (esse preconceito), tu ainda sentes. Não no sentido de te relacionar como deputado-deputada, mas na hora que tu vais assumir uma coisa, eles ficam olhando se é coisa pra mulher, se é, sabe?”

Ao aceitar tal desafio, Maria Helena colabora para estancar o modelo patriarcal, em que somente o homem ocupa determinados espaços. Como explica Lagarde (1955, p. 13), o patriarcado como “uma ordem de poder, um modo de dominação, cujo paradigma é o homem”. Estando na liderança de governo, Maria Helena mostra a capacidade feminina e evita a superioridade dos homens e do masculino sobre o que muitos equivocadamente chamam de inferioridade das mulheres e do feminino. Assim, coíbe também que ocorra “domínio de uns sobre os outros e da alienação entre as mulheres”.

A peemedebista voltou-se, também, a bandeiras da educação e da juventude.

[...] participei da Comissão de Políticas Públicas para a Juventude e participei da Subcomissão para Assuntos Universitários, da reforma universitária. Lá nós discutimos e apresentamos inclusive para o MEC, não digo que a origem da ProUni [Programa Universidade para todos], mas a conclusão do nosso trabalho indicava exatamente isso, que o governo federal em vez de construir mais universidades, comprasse vagas nas universidades existentes e desse vaga para os alunos pela carência, essa era uma das conclusões do nosso trabalho (AHMJSA, 2014, p. 23).

A agricultura e temas tributários também integraram sua plataforma de atuação. Entre as propostas que apresentou, o projeto de lei (PL) 291/2003, que busca alterar dispositivos do Código Florestal do RS relativos ao regramento do corte e ao conceito de capoeira. Já o PL 156/2013 estabelece regras para cassação de registro no cadastro de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para quem transportar ou vender leite adulterado. Tem o PL 349/2003, que visa a alterar lei complementar 10713 e a regulamentar crédito educativo e concessão de bolsa de estudos. Também protocolou o PL 53-2005, que procura definir regras para cassação de inscrição no cadastro de ICMS a quem transportar ou vender combustível adulterado. E o PL 131-2011 objetiva instituir a Semana de 18 de julho como Semana Estadual de Combate ao Câncer de Mama, enquanto o PL 150-2011 cria no âmbito das Escolas Estaduais as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (Cipaves). Além da atividade parlamentar, Maria Helena assumiu pastas no Executivo estadual.

Em contrapartida à sua atuação, obteve diversas premiações. Eis algumas: Troféu Mulher Cidadã da Assembleia Legislativa do Estado (2006); Troféu Mulher Cidadã da Câmara de Vereadores de Caxias (2014); Troféu Sescon; Destaque CRC-RS (2017). Para Maria Helena, a comunidade reconheceu seu empenho parlamentar. “Acredito que sim (que o trabalho como representante eleita foi reconhecido pela comunidade/cidade/Estado), em função de homenagens, troféus e medalhas recebidas ao longo do caminho e do reconhecimento das pessoas através de programas de prevenção que implantamos no município e no Estado e se tornaram referências”, comemora, sinalizando que o reconhecimento é necessário até mesmo para a perpetuação de iniciativas sociais transformadoras. Entre as quais, recorda da criação do projeto Vigimama, que ajudou a reduzir o número de óbitos de mulheres com câncer de mama. Outras iniciativas mencionadas pela ex-deputada foram: O Bebê tem hora certa, que possibilitou a redução dos índices de gravidez na adolescência; e a participação na criação do Banco de Alimentos e do Banco do Vestuário.

7 CONCLUSÕES

Este capítulo destaca o significado dos acontecimentos e sua relação com atitudes e com as disposições de crer e agir no processo de luta pelo reconhecimento das mulheres eleitas para instituições públicas, a partir de Caxias do Sul, no período de 1960 a 2014. Guiamo-nos pelo entendimento de Fraser (2006; 2007), que divide a política progressista em dois campos para buscar o reconhecimento como questão de justiça: redistribuição e reconhecimento. Mais tarde, a autora acrescenta a participação. Para ampliar a fundamentação, recorreremos a Ricoeur (1968; 2004). O autor destaca que, na filosofia, não há como sustentar "a ideia do reconhecimento como teoria filosófica", mas tem a identidade que auxilia a ver, nas eleitas, o que é permanente e característico em suas trajetórias.

Assim, como base desta etapa final, complemento essas reflexões com categorias da Sociologia, especialmente em Fraser, e parte em Bourdieu, Honneth, Ricoeur e Dussel, ressaltando a luta contra o patriarcado e o machismo por meio também do pensamento de outros estudiosos: na educação, com Freire; nas dimensões do feminismo, com Scott, Butler, Torres, Fraser; e a força das crenças sociais em Honneth e Boff. Todos já referenciados nos capítulos anteriores.

7.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Em meio a uma sociedade em que a decisão sempre esteve em predomínio do poder masculino, nós, as mulheres eleitas, fizemos parte da história da cidade, mas não temos pesquisas dando-nos visibilidade. Como eleitas à vida pública estatal, ao longo da trajetória, buscamos explicitar as lutas pelo reconhecimento. Somos sujeitas desta pesquisa: Esther Troian Benvenuti, Iró Nabinger Chiaradia, Rachel Calliari Grazziotin, Geni Peteffi, Rosane Fátima Hamsch do Nascimento, Silvana Teresa Piroli (ex-vereadoras), Ana Maria Corso (ex-vereadora e ex-suplente de deputada federal), Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia (esta pesquisadora, que já foi vice-prefeita e deputada estadual), Justina Onzi (ex-vice-prefeita), Maria Helena Satori (ex-deputada estadual) e Denise da Silva Pessôa (vereadora)⁸⁷.

Tantas são as perguntas em torno de nossas vidas, lutas e crenças... Diante das tantas possibilidades, optamos por uma questão: quais os acontecimentos (e os seus significados) que constituíram a trajetória das mulheres eleitas em Caxias do Sul, desde a esfera familiar ao reconhecimento na vida pública e no exercício de seus mandatos, no período de 1960 a 2014?

⁸⁷ Os nomes na sequência disposta seguem, cronologicamente, a ordem em que foram eleitas.

É o questionamento que instigou e norteou esta tese, tendo como cenário a realidade inquietante apresentada desde o início do texto, ou seja, de um número ínfimo de representatividade feminina durante a história política do maior município do interior gaúcho, onde somente na titularidade para a Câmara de Vereadores, de 1892 a 2014, elegeu 249 homens (96,89%) e apenas oito mulheres (3,11%).

A primeira mulher a chegar ao cargo de vereadora foi em 1960. Por dois períodos posteriores (1964 a 1972 e 1977 a 1982), as cadeiras legislativas ficaram sem a presença feminina, pois nenhuma mulher foi eleita para integrar o Legislativo caxiense. E, por cinco mandatos, Caxias do Sul só elegeu uma mulher. O percentual de mulheres na Câmara de Vereadores nunca chegou a 20%, sendo que a maior representação feminina, dentro do recorte temporal desta pesquisa, ocorreu entre 2009 e 2012, com três mulheres (17,6%) num total de 17 legisladores. Já fora do intervalo da pesquisa, registrou-se, em 2016, quando a Câmara contava com número maior de parlamentares, 23 ao todo, a presença de três vereadoras, que acabou aumentando para quatro (17,39%) porque um vereador se elegeu deputado estadual e a suplente que assumiu a titularidade após sua saída era uma mulher. Até hoje, mulheres eleitas para o Executivo foram duas vice-prefeitas. Para a Câmara, uma suplente e, para o Legislativo Estadual, duas deputadas.

Extraímos das histórias de vida os acontecimentos relevantes na nossa trajetória. Apresentamos a sua interpretação, que constitui o eixo desta tese. Encontramos, na linha de pesquisa da sociologia do indivíduo, base empírica para irmos além dos acontecimentos e interpretarmos o que foi contínuo e continuado no processo vivido por todas as eleitas.

Apresentamos a pesquisa produzida em sete capítulos. “1. Introdução” é o primeiro deles, onde situamos o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e o percurso metodológico, que estudou o acervo de entrevistas que as eleitas ou familiares e assessores concederam ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA) e também documentos e matérias jornalísticas referentes às respectivas trajetórias. Os dados extraídos e estudados foram interpretados sob o olhar da teoria crítica, com seu significado; “2. Os elementos principais do contexto desta pesquisa”, com um amplo mapa eleitoral e alguns conceitos, como de patriarcado e de racismo, e a desigualdade entre homens e mulheres nos ajudaram a enxergar melhor as eleitas em seu tempo e lugar; “3. Mulheres em mandatos públicos: condição para democracia” tem a sustentação em áreas como sociologia, filosofia, cultura e educação e suas possibilidades de fundamentação, o que pode ter influenciado direta ou indiretamente as decisões das mulheres pesquisadas; “4. Reconhecimento da participação feminina em instituições” também sinaliza teórica e historicamente o quão distante o

reconhecimento coletivo ainda se encontra do público feminino, mas que há sinais de resistências. As eleitas, aqui estudadas em suas trajetórias, nos permitem afirmar que é possível traçar, nesta investigação científica, o caminho da sua autonomia e a relação da mesma conjuntura e a nossa eleição.

“5. Os acontecimentos que nos constituíram mulheres eleitas”. Nesse capítulo, apropriamo-nos melhor da história de vida das mulheres com participação na política, foco desta pesquisa, tendo em vista que expomos o perfil de cada uma; “6. Da vida privada à vida pública das mulheres eleitas”. Este apresentou as análises que fizemos da trajetória das eleitas, tendo como pano de fundo a base teórica até então consultada, e que revelaram um pouco sobre como saímos da invisibilidade social rumo à luta por espaços e poder e como conseguimos ser reconhecidas em contextos predominantemente masculinos; por fim, estas “Conclusões”, que seguem melhor detalhadas daqui por diante, começando pela confirmação do objetivo geral e dos específicos e pelo processo adotado em busca de respostas ao problema em estudo.

Foi possível interpretar, na trajetória das ‘poucas’ mulheres eleitas a mandatos públicos, os acontecimentos que nos constituíram para o reconhecimento à vida pública, em Caxias do Sul/RS (*objetivo geral*), como a formação e a atuação prévia da maioria no campo da educação. Através das entrevistas feitas pela equipe do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, identificamos os acontecimentos vividos nas esferas familiar, escolar, religiosa, cultural e de trabalho, que fortaleceram o empoderamento pessoal das mulheres eleitas para ir à esfera pública (*objetivo específico*), como uma das mudanças que a maioria enfrentou: sair do meio rural para o meio urbano com o propósito de estudar e buscar espaços novos para os sonhos individuais e os da família.

Interpretamos os acontecimentos vividos na trajetória familiar, comunitária, nos movimentos sociais, na religiosidade, na profissão, nos partidos políticos e nossa participação na luta pelo reconhecimento público (*objetivo específico*), para a conquista eleitoral. Ainda analisamos algumas ações de campanha e os acontecimentos empoderadores que nos levaram à vitória (*objetivo específico*), como a desenvoltura discursiva/retórica e o empoderamento do nosso eu. Por fim, identificamos, a partir da política exercida pelas mulheres em seus mandatos, que a maioria fortaleceu a visão feminista nas instituições em que atuamos, evidenciando o que fizemos de diferente dos homens no sentido de priorizar a justiça para as mulheres em seu contexto (*objetivo específico*).

Várias tentativas metodológicas foram sendo testadas para compor as categorias de interpretação das trajetórias e extrair os acontecimentos da história de cada uma. As planilhas que contêm essa seleção de acontecimentos estão em anexo. Delas, extraímos elementos para a

interpretação. Muito mais pode ser interpretado. Nossa opção foi encontrar a especificidade e a diferença de cada uma e a presença de algo em comum a todas ou em parte, nos acontecimentos de cada fase de vida. Encontramos, também, elementos sempre presentes na trajetória e os consideramos disposições de crer e de agir, com base em Honneth (2017) e Lahire (2004).

As opções teóricas estudadas sustentam vários olhares. Temos que fazer opções para encontrar as identidades e as disposições como alternativas para entender o que nos levou ao reconhecimento à vida pública institucional. Há o desejo e a necessidade de identificar e interpretar o sentido da luta pelo nosso reconhecimento na política partidária a partir da biografia e da autobiografia, e da trajetória que foi e continua constituindo nossa história. Conforme Bourdieu (1996), há uma propensão de nos tornarmos ideólogos da própria vida e, no caso desta tese, também da vida das mulheres eleitas, entre as quais, faço parte enquanto pesquisadora e sujeita da pesquisa.

Queríamos encontrar, a partir dos acontecimentos, elementos significativos que estabelecessem relações e conexões que nos ajudassem a ver coerência em relação à vida de cada uma e de todas as mulheres eleitas. Na busca do sentido que gostaríamos de dar, porém, foi preciso uma leitura, uma interpretação, um olhar, a partir do vivido por cada eleita, e assumir riscos de interpretação, de acordo com os limites do estudo e do meu conhecimento. Não houve alternativa. Foi necessário dar-nos conta de quais os limites e quais os riscos dessas interpretações. Mas muitos conflitos foram encontrados na trajetória de cada uma de nós, mulheres eleitas. Há também algumas contradições na nossa prática. Não conseguimos explicitar as dimensões necessárias para uma totalidade.

Preciso afirmar, ainda, que houve a passagem do limite de interpretar os acontecimentos para entender a trajetória. A tese precisou interpretar os acontecimentos, mas indo além deles. Buscamos interpretar o que fez esses acontecimentos produzirem resultados diferentes nessas mulheres. Pois muitas, na sociedade, nasceram no interior, de famílias pobres ou de classe média baixa. Saíram de casa para estudar e trabalhar, tiveram liderança estudantil, comunitária, formaram-se professoras, estabeleceram relações sociais além da família e da comunidade, filiaram-se a partidos, algumas concorreram e fomos eleitas. O que aconteceu de diferente que fomos empoderadas em cargos eletivos?

Encontramos acontecimentos na disposição de crer e de agir que não são visíveis: as crenças nos acontecimentos e nas atitudes de vida. Nesta tese, não analiso os pressupostos inconscientes e também não consegui abarcar todas as relações entre os acontecimentos. Há, ainda, limites, para mim, do tempo e do significado enquanto investigada, pois também sou mulher eleita e pesquisadora das trajetórias de todas nós, mulheres eleitas.

Entendendo os acontecimentos como fatos relevantes ou fenômenos significativos na trajetória de cada uma e que se interligam na intersubjetividade da nossa experiência, não foi possível, nesta investigação, objetivar as relações contínuas entre eles, a partir da trajetória individual e de todas as mulheres, por sua extensão e sua diversidade. Optei por limitar a seleção dos acontecimentos e das atitudes contínuas, das disposições presentes, do início ao fim do período estudado.

Tudo indicava que, ao explicitar os acontecimentos em suas relações, na trajetória de cada eleita, poderíamos dizer por que chegamos lá, por que tão poucas e por que foram as professoras e as educadoras populares as que foram eleitas. Reinterpretando as perguntas que expressaram as reflexões produzidas para responder ao problema e aos objetivos, percebi no não dito uma dimensão da prática em todas as eleitas: presença na luta social. Essa presença não é um acontecimento, mas uma identidade comum a todas, segundo Ricouer (1968). Essa presença contínua se constitui num elemento comum de identidade. Ao analisar e não conseguir explicitar as inter-relações entre os acontecimentos na vida de cada uma e de todas, passei a reler o material levantado e a ver se algo interligava a nossa conduta, mais do que interpretar os acontecimentos.

Assim, uma das tarefas que me coube foi fazer uma releitura dos acontecimentos vividos pelas mulheres eleitas. Encontrei uma identidade, uma disposição de crer e agir, participando com um forte olhar para a construção da justiça, à coibição e à superação da submissão e da opressão e à busca da equidade de participação na política.

Esta tese trata de uma teorização sobre a trajetória das mulheres eleitas não só pelo conteúdo das práticas sob o ponto de vista temático (acontecimentos), mas pela atitude na trajetória, que é a da participação nas lutas, por vezes, visando à conservação do *status quo*, outras, à construção da justiça com práticas transformadoras. Parece coerente afirmar que coexistem e se tensionam continuamente em nossa prática social. Posso dizer que é uma tese testemunhal porque quem conduz é sujeita desta pesquisa. Há interpretações autobiográficas também em razão da minha participação. Encontrei em todas as eleitas a disposição de crer e agir na luta social, participando sempre em diferentes temas e diferentes contextos. Explicitarei essa categoria, pois acredito na necessidade de participação contínua na luta, para superar a invisibilidade e conquistar reconhecimento.

Nesse sentido, a luta de reconhecimento como questão de justiça nos faz dizer o que entendemos por participação. Participação cidadã, com método de trabalho, a exemplo da estruturação sugerida por Montironi (2004). A participação que significa ato político desenvolvida no processo e que traz um olhar crítico e não ingênuo na tomada de decisões,

como nos ensina Freire (2000). Segundo o Patrono da Educação Brasileira, é uma participação interligada com a liberdade e que, enquanto composição de uma ética não neutra, é pressuposto para transformar a realidade.

Mas qual a participação necessária para um reconhecimento com justiça? A que se dá na equidade de participação e exige justiça distributiva, de acordo com Fraser (2002). Entretanto, a participação que tivemos, nós, as eleitas, foi sem equidade. Fomos participativas na luta e conquistamos a vitória eleitoral, como exceções na sociedade patriarcal, racista e dominadora.

A participação não significa transformação. Mas, sem ela, uma sociedade não se transforma. Ela tem uma direção política. Participar é um ato de fazer político (Freire, 2000). A conceituação de política que trago aqui é a da direção dada à escolha. A escolha de nossas vidas expressas em vontade de aprender, de sair de casa para estudar (no caso das nascidas no meio rural), de fortalecer a nossa curiosidade epistemológica, o nosso eu interior, também, pela educação escolar. Essa energia é alimentada pela nossa crença subjetiva, até inconsciente, que nos moveu a participar, a ter uma escolha de vida atuante no meio em que vivemos, desde a família, confirmada pelos acontecimentos em que participamos e pela contínua presença nas lutas sociais ou em mudanças pessoais (sair de casa para estudar, morar na casa de outros para ir na escola, ser expulsa de pensionato por não aceitar injustiças com as outras pessoas da escola, ser professora aos treze anos de idade, trabalhar como diarista e doceira para se sustentar, superar discriminação pela fala “rural” versus a fala do mundo urbano).

Interpretar os acontecimentos foi necessário, mas ficou insuficiente para responder aos objetivos, numa visão integrada. Encontramos no não dito a existência de uma identidade expressa em atitudes contínuas da trajetória de vida que possibilitaram responder ao problema e aos objetivos de forma mais consistente e integradora de cada trajetória, através do que chamamos, conforme a sociologia empírica, de disposição de crer e de agir.

Os acontecimentos foram necessários, pois nos possibilitaram constituir, pela prática, uma visibilidade pública, tornando-nos visíveis com possibilidade de reconhecimento. Os acontecimentos que produziram desrespeito também serviram para nos fortalecer. Nós, as eleitas, passamos por vários acontecimentos dessa natureza. E, como diz Honneth: esses podem servir para fortalecimento da crença e da luta e para a afirmação da identidade interior (autoestima) e pública. Mas, para que esses acontecimentos se tornem estimuladores de luta de reconhecimento, é necessário mais que um ato individual. É necessário haver na sociedade uma luta organizada. Nós, as eleitas, tivemos a disposição pessoal de participar, mesmo no contexto

conservador e discriminador, mas foi uma força coletiva organizada que possibilitou a vitória eleitoral.

Os pesquisadores Miguel e Biroli (2014) afirmam que a ambição política começa por um interesse subjetivo. Nesse caso, a ambição política surgiu, embora não se manifeste em ações, no que a literatura chama de ambição expressiva, mas também a ambição nascente, sendo a inclinação de considerar possível uma candidatura. É provável que isso tenha ocorrido, mas nenhuma das eleitas afirmou que tinha essa ambição ao participar em contínuas lutas sociais. Isto é, nossa participação não fazia parte de uma disputa eleitoral, mas essa disputa se tornou necessária para um novo espaço de luta social.

7.2 ACONTECIMENTOS NA LUTA PELO RECONHECIMENTO

Os acontecimentos são oportunidades de transformação ou conservação do *status quo*: a crença numa prática. A disposição de crer das mulheres eleitas foi marcada pela disposição de crer na luta pelo reconhecimento, luta pela justiça, luta pela liberdade. A crença na luta como espaço traz em si, entre outras, a crença na exigência da presença, da participação, do corpo no espaço de luta... Esse espaço de luta pelo reconhecimento das crenças pode estar politicamente a serviço da conservação do *status quo*, da transição ou da transformação, do não neutro. Tem direção de escolha. Está a serviço de alguém, e excluindo ou priorizando alguém. Crença como pertença existencial profunda (RICOEUR, 1968) faz parte da leitura de mundo. É um conteúdo de vida essencialmente humano (FREIRE, 1996).

Aos buscar interpretar os acontecimentos, procurei algo que interligasse as eleitas, que fosse contínuo e que não estivesse dito. Fica visível a crença na luta, a partir da trajetória de cada uma e de todas. Pois cada uma viveu, segundo seu depoimento ou de outros, um constante compromisso com as lutas. Esse compromisso com as lutas levou a uma constante presença, com participação contínua na luta pela sua crença (Exemplo: a necessidade indiscutível de estudar, conhecer mais e de agir), visível na cronologia dos acontecimentos vividos.

Percebi que havia algo em constante movimento. Parece prudente dizer que a disposição de crer coloca limites para a disposição de agir. Faço essa referência, pois temos crenças que são, inclusive, inconscientes. Menciono como disposições temáticas as lutas vividas pelas eleitas. Exemplo: luta para estudar, para apropriar-se do saber formal como um meio de sentir-se mais gente na sociedade. As mulheres eleitas que nasceram no meio rural viveram com mais intensidade essa luta, mas conquistaram uma autonomia diante de sonhos de vida, diante de nossas crenças e do poder social do conhecimento formal.

Como já afirmei, pretendia compreender o problema a partir da interpretação dos acontecimentos vividos na trajetória de cada uma das eleitas. Mas, ao identificá-los e ao explicitar o significado na história de cada uma e no contexto, não fiquei satisfeita com seus limites de interpretação.

Muitas mulheres desta cidade nasceram na colônia, saíram de casa para estudar, foram líderes estudantis, formaram-se professoras com licenciatura e trabalharam como educadoras, lutaram pelas educadoras e pela educação, tinham ou têm uma opção religiosa, tornaram-se líderes nas comunidades e na cidade, filiaram-se a partidos políticos, conquistaram autonomia financeira e se dispuseram a processos eleitorais. É possível constatar que esses acontecimentos fortaleceram a identidade de cada uma de nós. Mas, se temos tantas mulheres que viveram acontecimentos similares, por que tão poucas estão nos processos eleitorais e menos ainda são eleitas para esse espaço de poder institucional público?

O que mais dá para interpretar a partir dos acontecimentos e na trajetória? Lendo os acontecimentos na linha do tempo, encontrei um elemento no não dito. Cada mulher eleita teve, na sua trajetória, participação em lutas sociais de diferentes naturezas temáticas, em todo o período de vida estudado nesta pesquisa. Acrescento um elemento novo, que acredito ser mais significativo que os acontecimentos. É a atitude de sempre acreditar na luta e estar participando nela.

Contudo, por mais fortes e significativos que os acontecimentos tenham sido na subjetividade de cada uma, não foram suficientes para explicitarem qual acontecimento definiu o caminho para a opção partidária, para o ingresso em processo eleitoral, na construção da vitória e para o exercício no mandato. Não foi um fato em si, isolado, mas um processo de vida, com muita luta participativa, crença e esperança na possibilidade de contribuir na construção da justiça social.

Entre os achados relevantes, encontramos: (1) a identidade marcada na luta pelo direito de estudar; (2) na luta da vida estudantil pelo compromisso com a transformação da sociedade; (3) na luta pelo compromisso de fé como prática da justiça; (4) nas lutas comunitárias, sindicais, na telologia da libertação e na ação católica; (5) na nossa formação e atuação profissional como educadoras; (6) nas exigências legais e condições partidárias; (7) e o desrespeito e o não reconhecimento coletivo da mulher na política, por parte das instituições e da luta institucional popular conservadora.

Nessas conclusões, explicitamos constatações, alguns resultados científicos possíveis deste estudo, que está longe de se encerrar. Pelo contrário, é um convite a novos pesquisadores para que prossigam nesse percurso que, essencialmente, configura-se como um reconhecimento

às mulheres, não só as caxienses, que encararam pleitos eleitorais e desempenharam seu trabalho político-partidário em instituições públicas.

Para explicitar melhor o que constatei, apresentarei a interpretação de alguns acontecimentos, suas inter-relações no processo de luta pelo reconhecimento e as atitudes e as disposições de crer e de agir presentes na luta com participação contínua.

7.3 DA IDENTIDADE À VIDA NO MANDATO

A identidade construída, individualmente, pelas mulheres eleitas, fortaleceu a nossa participação nas lutas sociais e na vida político-partidária, desde os primeiros passos nas siglas em que nos filiamos até o cumprimento dos mandatos eletivos. De acordo com Bourdieu (1996), a identidade a partir do nome também institui uma identidade humana e social constante e durável que garante identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis. Como em todas as suas histórias de vida possíveis, esse elemento é relevante para as mulheres na política porque a identidade a partir do nome é também a marca que se fortaleceu na identidade partidária.

Em processos eleitorais, muitas das candidatas casadas usaram o nome de solteiras nas campanhas, pois sua identidade social se constituiu quando jovem. Entre as eleitas estudadas aqui, são a maioria: Rachel, Marisa, Justina, Rosane, Silvana, Ana e Denise. Quem usou o nome resultante do casamento: Esther, Iró e Maria Helena.

A Rachel casou, separou-se e continuou com o sobrenome de sua família de origem. Eu reservei o nome de solteira para os processos eleitorais. É uma maneira de manter o vínculo com nossa família de origem e fortalecer a nossa identidade histórica a partir do nome (BOURDIEU, 1996, p. 187). Diz o autor que, assim, se assegura aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças e todas as flutuações biológicas e sociais, a constância nominal no sentido de identidade consigo mesmo. Na verdade, não é só um nome próprio, mas uma unidade de sucessivas manifestações de uma maneira de ser reconhecida socialmente, pois a nossa força de liderança criou nossa identidade de luta antes do casamento. Mas todas nós, nas campanhas, inclusive para estarmos em pleitos eleitorais e exercermos mandatos, apresentamos as famílias como alicerces de nossas vidas. As famílias nos ajudaram a sermos eleitas. Portanto, ficar com o nome de solteira não significa negar a família que construímos, mas preservar o nome que já tinha marca de participação em lutas realizadas na sociedade.

No caso do nome próprio, ele não pode descrever propriedades nem veicular nenhuma informação sobre aquilo que não é (BOURDIEU, 1996). Ele só pode atestar a identidade da

personalidade como individualidade socialmente constituída. O autor lembra, entretanto, que a troca de sobrenome das mulheres no atestado civil pode demonstrar uma fragilização da sua própria identidade e, ao mesmo tempo, um caminho que confirma sua integração prática à concepção da estrutura patriarcal da sociedade.

Criamos um espaço de aceitação social quando efetivamos essa troca, pois a mulher pode ser mais aceita dentro de uma falsa moral dominante, sendo casada e tendo o apoio do marido. Contudo, como a maioria das mulheres eleitas seguiu com seus nomes e sobrenomes, é interessante averiguar que agiram configurando uma ação de rebeldia à estrutura vigente e venceram com seu nome de nascimento.

Bourdieu comenta que o sujeito que tem um nome tem uma história que não pode ser lida linearmente como se fosse uma constância, afinal a vida no sentido experiencial não ocorre em linha reta, pois um ser humano mantém relações com os mais variados grupos ao longo de sua existência. Estudar e analisar uma trajetória pode ocorrer cronologicamente, mas pensar que os fatos se dão em uma perspectiva apenas linear, sinaliza o sociólogo, é “quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede na matriz das relações objetivas entre as diferentes Estações” (BOURDIEU, 1996, p. 189), aqui entendidas essas relações como capital político, capital econômico, capital cultural, capital educacional, entre outros.

Um dos acontecimentos que a pesquisa confirma como relevante, pois dito pelas eleitas, é o lugar de origem: a maioria nasceu na área rural e saiu da colônia para estudar. O lugar do nascimento em si desafiou o desejo de estudar e foi um meio de iniciar nossa autonomia interior e preparar nossa escolha de formação escolar e atuação profissional. Esse desejo foi mais forte que a permanência no lugar. O sofrimento de estar fora da nossa casa, em outras famílias ou em internatos, levou a fortalecer nossa identidade. E provamos sermos capazes de aprender a viver sem a presença contínua da família. Desde cedo, a busca por estudar se tornou um exercício de autonomia. Foi um ensaio de fortalecimento de nossa formação e de nossa identidade. Foi uma ruptura e uma oportunidade de nos constituirmos fortes para os demais desafios que a vida foi nos apresentando ou que fomos criando em nossas relações sociais ou institucionais.

O lugar de origem tornou-se um acontecimento, pois gerou limites para nossos sonhos. E, se gerou limites, é porque também tivemos sonhos, que nos estimularam a buscar mais. Querer estudar mais do que a escola na colônia oferecia foi acontecimento que teve a nossa opção. Foi uma escolha. As famílias apoiaram nossa saída de formas diferentes, mas ninguém

ficou sem amparo familiar, nem que fosse dos avós, dos tios, de outros familiares. Foi uma ruptura e um espaço inicial de autonomia social e formal.

A formação, sendo a maioria com licenciatura, aparece também como um dos elementos definidores para a ampliação de espaço de vida pública às mulheres. Esta tese na área da educação é a concretização da minha disposição de crer e agir tendo o conhecimento como alicerce. Aos seis anos, entrei na escola sem ter o direito a estudar, pois ainda não tinha idade autorizada legalmente, mas tinha uma imensa vontade, e foi o que me abriu portas. E, aos 70 anos, entrei no doutorado para fazer desta pesquisa um instrumento concreto de reconhecimento.

O domínio do conhecimento formal e a titulação universitária são instrumentos que criam status, e capital cultural e científico na luta por reconhecimento. As profissões de professora e de educadora popular foram, segundo todas as entrevistas, um espaço de atuação e organização social de reconhecimento, bem como de ampliação das relações sociais através da profissão. A educação permitiu a nós a passagem da vida familiar à vida pública, também, através da profissão, e essa relação da profissão possibilitou articulações além da escola e a constituição de nosso reconhecimento comunitário, público, institucional e popular.

A formação docente da grande maioria das eleitas (82%) salta aos olhos neste estudo. Nem todas atuaram no segmento escolar, mas as que se dedicaram à área conquistaram visibilidade o que acabou colaborando para serem conduzidas à vida pública eleitoral.

Magistério e licenciatura predominam entre as eleitas: Esther Troian Benvenuti, Iró Nabinger Chiaradia (artes e administração escolar), Rachel Calliari Graziottin (licenciatura em história e bacharel em direito), Silvana Piroli (licenciatura em filosofia e bacharel em direito), Ana Corso (licenciatura em artes) e Denise Pessoa (magistério e bacharel em arquitetura). Rosane Hambsch possui bacharelado em direito e Geni Peteffi era economista e administradora.

As ex-vice-prefeitas possuem licenciatura, Marisa Formolo nas áreas de filosofia e pedagogia, e Justina Onzi, magistério e serviço social. As ex-deputadas estaduais Maria Helena Sartori (licenciada em filosofia) e Marisa Formolo (licenciada em filosofia e pedagogia). E a ex-suplente de deputada federal e ex-vereadora Ana Corso é licenciada em artes.

Como ocorre com a maioria das mulheres, para conquistarmos os espaços eleitorais, temos que provar muito conhecimento formal, capaz de desafiar intelectualmente os homens. Apenas Esther Troian Benvenuti não frequentou curso universitário porque não existia instituição de Ensino Superior em Caxias do Sul no período, mas, por sua disposição e gosto pela área educacional, caso existisse, provavelmente, teria cursado alguma licenciatura. Todas

as demais se formaram, e algumas fizeram mais que um curso superior, como Rachel, Silvana, Geni e Marisa.

O domínio de vários saberes é exigido das mulheres, diferentemente do que ocorre para os homens. O magistério é uma fonte de recrutamento político partidário importante, pois, em si mesmo, possibilita a visibilidade social e a extensão da vida privada à vida pública. Também é uma profissão que proporciona acúmulo de capital político.

As nossas entrevistadas, portanto, as mulheres eleitas, não se desligam da vida privada, familiar. O papel social de cuidadora indica que a responsabilidade social da família é da mulher e não da sociedade e, com isso, a política partidária, que é masculina, acaba não assegurando políticas públicas para as mulheres.

Outro elemento é que para ambicionar crescer na carreira política é preciso deixar a casa, que é uma conduta característica do padrão comportamental masculino. A profissão da professora é também de cuidadora. Ao mesmo tempo, consolida o ingresso para a vida pública, o faz reproduzindo seu papel na família e na sociedade, mas ampliando seu espaço de poder.

A moral e a religiosidade acompanham Caxias do Sul, historicamente, e se destacam quando diz respeito à cultura de maior colonização na região: a italiana, que é a etnia mais presente entre as mulheres eleitas estudadas nesta tese. Como essa visão cultural, privilegia o homem, pois é patriarcal, e cabe à mulher o desafio de liderar a luta por sua autonomia.

Herédia e Rela (2017, p. 65) mencionam a religião como item que contribuiu para o êxito da colonização e também para a valorização da figura paterna. Assim, a família era comandada pelo homem e com atributos sustentados “no poder, na autoridade, na disciplina e na obediência ao pai” (HERÉDIA; RELA, 2017, p. 65). E a necessidade dessa obediência era reproduzida nos discursos religiosos, principalmente na voz da autoridade da igreja local: o padre.

Aos homens, os atos que transgredissem a moral individual pouco pesavam, já para as mulheres o tratamento era diferente. A relação patriarcal do eixo familiar é exposta na pesquisa que já mencionamos sobre cultura e desenvolvimento na região de imigração italiana, incluindo Caxias do Sul e outras cidades de imigrantes italianos e descendentes, transcrita em *Cultura e Sviluppo* [...] ⁸⁸. O levantamento mostra que o adultério e o aborto, ações vinculadas ao público feminino, são condutas moralmente mais negativas, em percentuais variáveis entre 49,3% e

⁸⁸ *Cultura e desenvolvimento: uma investigação sociológica sobre os imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil*, organizada por Renzo Gubert e Gabriele Pollini. Esse livro também foi publicado na Itália, sob o título *Cultura e sviluppo: Un'indagine sociologica sugli immigrati italiani e tedeschi nel Brasile meridionale* (2005).

60,8%. E, aos homens, transgressões da moral pública, como furto, corrupção, sonegação fiscal e falta de socorro, são consideradas transgressões menos graves, conforme a pesquisa feita.

Nas manifestações de algumas das mulheres eleitas, é possível perceber o peso dessa moral e dessa religiosidade, pois acaba aprofundando a desigualdade entre homens e mulheres em vez de reduzi-la. Por outro lado, uma parte da Igreja Católica também cumpriu um papel formador de lideranças sociais femininas, tanto na esfera religiosa, como entre militantes leigos.

Revendo na trajetória, encontramos em Esther uma forte relação com a Igreja, à época. Rosane Hambsch se formou na luta da ação católica (Juventude Operária Católica/JOC) e na Teologia da Libertação. Marisa Formolo, na Ação Católica (Juventude Estudantil Católica/JEC) e na luta pelos Direitos Humanos. Justina Onzi, na Pastoral da Mulher de Periferia e na luta pelos Direitos Humanos. Silvana Piroli, na liturgia da Igreja, aprendeu a falar em público e reforçou o aprendizado na leitura da Bíblia para a avó que era analfabeta. Denise Pessôa, na Pastoral da Juventude, junto com a liderança estudantil. Geni Peteffi, na parte dos grupos de assistência social, na sua comunidade de igreja. Rachel foi fundadora conosco, com padre Roque Grazziotin e com Justina, do Centro de Direitos Humanos e do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Iró não gostava de participar das aulas de religião. Fugia. Seu pai quis que fosse protestante, mas, para casar, precisou tornar-se católica.

Ao mesmo tempo que tínhamos uma religiosidade moralista e patriarcal, tínhamos uma igreja militante da justiça social, da garantia de direitos básicos, de participação popular, com a fé integrada à prática social como questão de justiça, na doutrina social da Igreja Católica. A religiosidade, pois, para nós, foi um elemento fortalecedor da nossa intersubjetividade e nos forjou para o enfrentamento público, e recebemos o apoio de parte da igreja para nossa eleição.

As entrevistas estudadas nesta tese também confirmam que as situações de conflito, as emoções e os acontecimentos de desrespeito e de violência, registrados no ambiente em que vivemos, podem influenciar nas decisões que tomamos e nas escolhas que fazemos. E o desrespeito nos submete e pode fazer naturalizar a situação. Mas as que foram eleitas demonstraram enfrentar as situações. Afirmamo-nos socialmente ainda mais e através delas. Nesse caso, os episódios de desrespeito serviram de estímulo para o fortalecimento da autoimagem, enfrentando o contexto adverso e nos remetendo ao status de nível maior de reconhecimento.

Casos relatados, por exemplo, por Esther, Rosane, Rachel, Silvana, Marisa e Justina mostram que se fortaleceram na intersubjetividade. Os conflitos, o desrespeito, a violação de direitos vividos pelas eleitas provocaram reações capazes de fortalecer a identidade numa ação transformadora e construtora do próprio reconhecimento individual e social. Para ilustrar essa

observação, recordamos que Esther teve seu marido sondado antes de ela própria ser consultada se gostaria de concorrer ao cargo de vereadora. Fez desse desrespeito uma oportunidade para afirmar-se, concorrer e vencer a eleição. E, no meu caso, fui demitida da UCS por perseguição ideológica e, por decisão judicial, readmitida. Isso fortaleceu e publicizou minha imagem pública, como pessoa de coragem, de rigor e força institucional.

Esse reconhecimento vindo das lutas decorrentes do desrespeito, dos conflitos, da exclusão social tem a ver com o contexto político e cultural dos sujeitos envolvidos. "[...] somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência do desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política", nos mostra Honneth (2009, p. 224). Constatamos que não chegamos às vitórias por acontecimentos individuais, mas por sintonia intersubjetiva e coletivização das lutas, em cada contexto eleitoral. No caso de Esther, pelo reconhecimento e pela confiança que as pessoas tinham pelo trabalho e posição consistente no conhecimento exigido para cada acontecimento.

Um dos requisitos legais exigidos para uma pessoa se colocar em uma disputa eleitoral era e é estar filiada a alguma sigla partidária. Tradicionalmente, os partidos e as decisões sobre quem poderia concorrer estiveram nas mãos de homens. Hoje, no país, existem 32 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No universo de eleitas desta pesquisa, apenas cinco legendas conseguiram eleger mulheres em Caxias do Sul de 1960 a 2014 (PTB, Arena, PDT, PMDB e PT). Nas entrevistas analisadas, algumas mencionam a relação com o partido ou demonstram, nas entrelinhas, o sentimento em relação às decisões partidárias.

Esther observa que, à época, o PTB, partido pelo qual concorreu, não era muito expressivo. Rosane Hamsch ressalta que, após o ingresso na militância partidária, seus finais de semana se abriram ao debate. Por outro lado, não acredita que as mudanças necessárias para o país passem pelas siglas partidárias. Não quis concorrer a outro mandato, decisão também tomada por Esther Troian Benvenuti, que optou ficar na diretoria de Ensino do município, e por Iró Nabinger Chiaradia, que preferiu retornar ao trabalho na Delegacia de Educação e na Escola Santa Catarina. Silvana Piroli e Ana Corso recordam que foram fundadoras e presidentes do PT em Caxias. Silvana, juntamente com Rudimar Caberlon e padre Roque Grazziotin, como mencionei na introdução, foi a responsável pelo meu ingresso no partido. Já Maria Helena lembra que ela e o marido decidiram se filiar no PMDB ainda na década de 1970 e constituíram o capital político juntos, na militância social e partidária.

A estrutura dos partidos e as relações das pessoas filiadas tendem a reproduzir as demais estruturas institucionais do contexto. Com isso, o crescimento na carreira política de mulheres é diferente da masculina, pelo tipo de relações e de oportunidades no meio da política

institucional. O que ocorre na participação das mulheres nos partidos e o ingresso em cargos eletivos têm a ver com a história de exclusão das mulheres da condição de cidadãs com poder de decisão, e as questões simbólicas da cultura discriminatória de gênero, que também se dá nos partidos políticos. A lei das cotas eleitorais auxiliou na construção do capital político das mulheres, mas é insuficiente.

Os partidos aqui de Caxias que mais elegeram mulheres são os mais de esquerda, como é o predominante no resto do país. Os partidos tradicionais, conservadores, como vimos, tendem à ausência de mulher nas instâncias partidárias e, assim, também nas disputas eleitorais.

As eleitas colocaram-se em defesa das causas femininas, direta ou indiretamente, antes e durante seus mandatos. Esther defendeu melhorias à categoria do Magistério, que era, na sua maioria, composta por mulheres. O único plano de carreira existente no serviço público municipal de Caxias do Sul até hoje abrange a educação e foi uma luta e uma conquista que Esther abraçou. Rachel Grazziotin atuou na defesa das meninas de rua e das mulheres vítimas de violência doméstica. Tanto que a casa que as abriga hoje em Caxias do Sul é identificada em alusão a seu nome: Casa Viva Rachel. Ana Corso foi a idealizadora do projeto da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal e Denise Pessoa foi a primeira vereadora à frente do órgão, seguindo no posto até hoje. Denise tem leis como a que permite à gestante o acompanhamento de doulas antes, durante e depois do parto.

Na vice-prefeitura, como prefeita em exercício e na Assembleia Legislativa (AL), Marisa Formolo aprovou leis em benefício das mulheres, como a que permite ao SUS viabilizar perucas aos pacientes que lutam contra o câncer e que sofrem a perda de cabelos em razão do tratamento quimioterápico; e a que libera deputadas em período de licença-gestante. Maria Helena Sartori também atuou em defesa de causas femininas tanto na AL quanto em sua passagem como primeira-dama de Caxias do Sul, sendo o Vigimama (programa de atenção, combate e prevenção ao câncer de mama) uma das iniciativas que apoiou, além do programa “Bebê tem hora certa”, para reduzir a gravidez na adolescência.

Ações como as citadas e um maior engajamento da sociedade em torno das lutas feministas têm feito a diferença, mas muito ainda é necessário caminhar, sugere Butler (2020, p. 6). “Acho que a violência contra a mulher é uma forte razão para mobilização, mas também é a diferença de renda, e as demandas por educação e igualdade” (BUTLER, 2020, p. 6). Porém, é radical a visão do ecofeminismo, que deveria ser uma tendência à preservação do planeta. É oportuno ver o ecofeminismo “como uma integração das perspectivas do feminismo e da ecologia profunda [...]” (BOFF e HATHAWAY, 2012, p. 116). Pois um “feminismo radical é uma crítica de todos os sistemas que perpetuam a opressão e a exploração”.

Essa visão ecofeminista consegue estabelecer uma conexão dinâmica entre patriarcado e antropocentrismo, pois evidencia que não é por acaso “que o pensamento patriarcal ocidental tenha identificad a mulher com a natureza e visto que ambas são domináveis e inferiores” (BOFF e HATHAWAY, 2012, p. 117). Essa mesma lógica usada para oprimir as mulheres e a natureza é também usada para a opressão de raças, classes, orientação sexual. Há muito que avançar para chegar à paridade de participação, à distribuição de renda e de bens e ao reconhecimento enquanto questão de justiça.

Os mandatos que exercemos, especialmente os anteriores a 1980, não tinham, por exemplo, a causa feminista na agenda. Eram pautas femininas contra a violência, pelo direito de estudar, de receber assistência social e à saúde. A pauta do feminismo concretiza-se na política institucional da cidade quando vencemos a eleição, em 1996, com Pepe e Marisa na prefeitura caxiense.

Criamos espaços para o fortalecimento do Fórum de entidades de lutas pelos direitos das mulheres. Criamos o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a Casa Viva Rachel, para abrigar mulheres vítimas de violência, a Coordenadoria da Mulher na administração municipal, Caxias sem fome, cozinhas comunitárias, creches, restaurante popular, Conselho de Segurança Alimentar, Caxias em Cena, a partir da vida nos bairros, Escola de Dança, Escola de Música, associação de artesãos, vários programas de saúde da mulher e da família. Todos os programas oferecidos pelo SUS à época foram implantados em Caxias.

É fácil perceber como na gestão de uma prefeitura é possível a sociedade garantir direitos pelas políticas públicas. A capacitação e a conscientização das mulheres, através do programa Promotoras legais, foram ações organizativas na base social, por exemplo.

A luta para explicitar o patriarcado, a desigualdade econômica, as diversas formas de discriminação pelo racismo e a baixa escolaridade foram sendo exploradas por pesquisadoras na universidade local. Porém, não temos linhas e programas institucionalizados de pesquisa sobre o feminismo e as mulheres e a sua liderança nas diferentes áreas de atuação, a fim de entender como se dá o desenvolvimento da ciência, da cultura, da economia das relações interpessoais. Essa linha de pesquisa é exigência para propor um desenvolvimento com poder feminino liderando e as mulheres se construindo como pessoas autônomas, cidadãs de direitos.

7.4 O CONTEXTO ELEITORAL

Nós, as mulheres eleitas, não afirmamos que houve decisão pessoal de estar na luta para competir em cargos eletivos. Pelas entrevistas analisadas, nenhuma mulher revelou desejo

de ser candidata. Foram as circunstâncias nem sempre lineares da vida que nos conduziram a esse caminho. Bourdieu (1996) ressalta que não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos construído “os estados sucessivos do campo no qual se desenrolou” (BOURDIEU, 1996, p. 190). Ele diz que o ser humano tem uma “capacidade de existir como agente em diferentes campos” (BOURDIEU, 1996, p. 190). Nossa própria disposição de crer e agir enquanto participação em diversos campos, inclusive na hora do sim às candidaturas para as quais fomos indicadas, se configurou como uma disposição permanente de vida, pois todas fizemos opções, tivemos direção de escolha em nossas lutas.

Pelas várias análises que apresentamos, desde o mapa eleitoral até as trajetórias de vida de cada eleita, não encontramos, porém, conteúdos que sustentam haver em Caxias do Sul reconhecimento institucional das mulheres na política expresso em padrões quer de natureza cultural, econômica ou do âmbito da democracia de participação. Assim, pela ausência de conteúdo vivido pelas eleitas e pela história local do patriarcado, do racismo e do machismo, não encontramos essa práxis, por isso podemos afirmar a inexistência de "reconhecimento recíproco" de gênero e igualdade de status em Caxias do Sul. Por isso, esta tese, para além de seu valor científico e histórico, torna-se, simbolicamente, uma homenagem e um reconhecimento coletivo que as eleitas até hoje não tiveram.

Na nossa trajetória, tivemos na eleição um entorno articulado política e socialmente. Esther na educação escolar, em especial na área rural. Iró, também na educação, mas no eixo urbano, com a organização da Escola Estadual Santa Catarina e na então chamada Delegacia de Educação; Rachel, no cuidado de adolescentes e mulheres em situação de rua e violência e na luta pela anistia e redemocratização do país. Rosane, na luta comunitária do Desvio Rizzo (distrito no qual residia), na Teologia da Libertação da Igreja e na Ação Católica Operária. Geni, na organização da infraestrutura da Rede Municipal de Ensino e pelo apoio econômico da família, dona de frigorífico – no período em que Paulo Freire veio a Caxias do Sul (1984) e no início da eleição para diretores de escolas municipais, Geni coordenava o Setor de Infraestrutura da Smed.

Ana Corso tinha a articulação da política estudantil e partidária e das mulheres trabalhadoras da área da tecelagem, tendo sido a primeira das mulheres eleitas no sindicato da categoria. Silvana construiu sua trajetória de lutas pelo trabalho, sobrevivência e estudo, mas fortaleceu-se, publicamente, na Igreja, desde a liturgia à ação católica, e na luta sindical do funcionalismo municipal. Denise, a mais jovem mulher eleita vereadora na cidade até o ano final do recorte aqui estudado (1960 a 2014), registra relações constituídas na militância estudantil, na Pastoral da Juventude, na luta comunitária com o pai e na luta pela escola pública,

com a mãe, no apoio da Igreja popular com o padre Roque Grazziotin e com o mandato da deputada Marisa Formolo, de quem foi assessora.

Entre as que foram eleitas para o Executivo municipal, eu, Marisa Formolo, tenho uma trajetória marcada por um entorno político de militância na luta por direitos dos excluídos dos direitos, na vida estudantil secundária e universitária, na Igreja, através da JEC (Juventude Estudantil Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica), na Universidade, pela educação como direito de todos e transformadora, e na organização e articulação do Centro de Direitos Humanos e do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, tendo participado como representante do Brasil da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1993, em Viena. Na ocasião da eleição como primeira mulher para o Executivo caxiense como vice-prefeita e prefeita em exercício, havia muita organização social com movimentos e pastorais na luta por direitos dos trabalhadores e na educação crítica, em toda periferia urbana, com a força da igreja popular. Fui também eleita deputada estadual com 54.496 votos, sendo a maior parte de Caxias, chegando à Assembleia gaúcha como a primeira mulher eleita ao cargo, pela nossa cidade.

Maria Helena Sartori foi a segunda mulher a marcar presença, por Caxias do Sul e região, como titular no Parlamento Estadual do Rio Grande do Sul. Antes, registrou sua passagem como suplente. Ela traz no contexto a força partidária do PMDB, o fato de ser a mulher do prefeito da época e também a liderança partidária feminina de seu partido. Tem uma trajetória de liderança estudantil secundarista e superior, além de classe, como dirigente do Cpers Sindicato. Inclusive foi uma grande parceira para que Paulo Freire viesse a Caxias do Sul na década de 1980, permanecendo na cidade por três dias.

Justina Onzi apresenta uma história de resistência e luta diante de injustiças, desde o direito de estudar ao de ser militante da educação libertadora. Atuou na organização da comunidade escolar, na universidade, e no eixo comunitário para a conquista de políticas públicas, foi pesquisadora internacional e organizadora da categoria de assistentes sociais na região, secretária municipal da Saúde, vice-prefeita, prefeita em exercício e candidata a vice-prefeita, novamente, em 2012, na chapa que teve como candidato a prefeito o à época vereador Marcos Daneluz/PT.

Ingressei em um momento de efervescência cultural e graças à percepção de meus amigos Roque Grazziotin e Geci Prates, que viram o instante propício para a mulher estar presente na política partidária e numa chapa à majoritária. Na primeira vez que encarei as urnas, era para ser candidata a vereadora, mas fui eleita vice-prefeita de minha cidade Natal, Caxias

do Sul, a primeira vice-prefeita e, depois, prefeita em exercício da cidade caxiense, começando, aos 50 anos, me envolver mais efetivamente na política partidária.

No caso de Esther, o candidato a prefeito precisava de votos no meio rural e ela era reconhecida como diretora de ensino e tinha aceitação desse público por sua atuação junto aos agricultores. Sua eleição foi a prova do reconhecimento como educadora, defensora da classe docente e da força da cultura na vida da sociedade. Silvana Piroli concorreu, pela primeira vez, por Flores da Cunha, como candidata a vice-prefeita e contribuiu muito para o fortalecimento do partido, o PT, a marcar presença na disputa majoritária no município vizinho a Caxias do Sul. Já Rosane Hambsch foi alçada à candidatura em um pleito prévio feito no próprio bairro, pela sua liderança nas lutas sociais na comunidade e na Igreja.

Embora não tenhamos sido reconhecidas coletivamente, sempre estivemos participando da construção de nossa comunidade. Constatamos que a disposição mais presente na vida de todas as mulheres estudadas, em seus diferentes tempos e lugares, foi a participação. Mas, apenas por existir, a participação não é transformadora. Isso porque existe uma participação nos processos fascistas, nos totalitários, nos aparentemente neutros e também nos democráticos. A participação só por acontecer não contribui para a transformação. Ela é contraditória porque há uma participação que serve a um processo democrático e há a que serve para um processo dominador, opressivo. Depende a quem está a serviço, para que modelo político de relações ela serve na sociedade, no contexto vivido.

Observando tantas atuações, notamos que nós, as mulheres, ainda estamos em um patamar (status) secundarizado no contexto de poder social. Muitas vezes, não nos reconhecemos como sujeitas de direito. Precisamos da experiência de dedicação efetiva, do reconhecimento jurídico e de uma estima social que permitam referirmo-nos em relação a nossas propriedades e capacidades concretas. Diante da autoconfiança que tivemos para nos encorajarmos a sairmos de casa e ingressarmos na vida pública, torna-se adequado considerar um pensamento de Hegel, citado por Honneth. O de que só a ligação simbioticamente alimentada cria a medida de autoconfiança do indivíduo, “que é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública” (2017, p. 178).

A participação por si só não garante espaços democráticos e igualdade de direitos. Como diz Fraser (2006), na democracia, é necessário equidade de participação nas mais diversas áreas. Afinal, não há democracia quando alguém sente fome ou não tem assegurados direitos, inclusive os constitucionais. Sem acesso à alimentação, por exemplo, não há justiça distributiva e nem reconhecimento enquanto superação da opressão que a fome produz.

Todas temos na participação uma atitude de vida que perpassou a trajetória de cada uma e de todas. E, nesse contexto, o papel dos acontecimentos confirma os motivos concretos, junto com as práticas de participação que foram nos constituindo. Isto é, os acontecimentos se sucedem aparentemente desintegrados em nós, mas vão nos transformando em um movimento permanente de forças que se movem nas relações que constituímos e que nos constituíram na intersubjetividade.

Os acontecimentos em si e por si mesmos parecem insuficientes para interpretar uma trajetória de vida, porém, indispensáveis para a visibilidade de uma prática a ser explicitada. Equivale a dizer que o sentido de cada acontecimento está interligado aos anteriores e na constituição de outros. Este estudo interpretou, na diversidade, a multiplicidade de acontecimentos e a reflexão com as atitudes contínuas, presentes do início ao fim das trajetórias estudadas.

Ao rever o conjunto de acontecimentos vividos desde a origem, a infância, a juventude, as relações de família, as relações na comunidade, na formação e na atuação profissional de educadoras, o ingresso partidário, a opção de ingressar no processo eleitoral, tudo foi constituindo nossa vida. Após leituras e reflexões, constato que encontramos um elemento comum e permanente em todas as eleitas: a participação em diferentes lutas, na formação política da prática social, própria em cada uma, em seu tempo e lugar.

7.5 A CRENÇA NA LUTA PARTICIPATIVA E CONTÍNUA

A participação, vivida pelas eleitas, enquanto um critério de presença nos acontecimentos e na prática social existe mais no capitalismo, pois as condições materiais e culturais são desiguais entre os sexos. A estrutura capitalista, em si, é excludente e conservadora, inviabilizando a igualdade de participação, que é condição *sine qua non* para ter democracia para e com todas e todos, enquanto democracia social, cultural, econômica, ambiental, na ciência, na filosofia, na religião... E as mulheres, com sua invisibilidade no poder econômico, democrático e institucional (basta olhar para o baixo índice de eleitas ao longo da história), acaba sendo um argumento da não equidade de participação e da não democracia institucional e popular.

Isto é: a mulher é um ser que, na estrutura do capitalismo e na história cultural e institucional do Estado, nos setores privado e público, está marcada pelo patriarcado, pelo colonialismo, pelo racismo. "La mujer no era libre, sino que lo era por mediasón del varon", indica o pensamento grego/romano que está presente ainda hoje, segundo afirma Dussel (1990).

Partindo das reflexões de Fraser (2006; 2007), para haver equidade entre mulheres e homens, são necessários: reconhecimento, redistribuição e participação do público feminino. Outro argumento é que a construção da justiça passa pelo reconhecimento da participação feminina em instituições públicas. Não significa que a política democrática e justa soube reconhecer ou reconheça igualmente a todas as pessoas, mas que alterou estruturalmente a relação entre os e as irreconhecíveis e os reconhecíveis. Os modos de reconhecimento contribuem para transformar o processo de reconhecimento pelo próprio aparecimento por mostrar certas formas de interdependência.

Tomamos um exemplo recente: será que a morte da vereadora Marielle Franco (assassinada no Rio de Janeiro em 2018) é um acontecimento de origem racista, ideológica, econômica e cultural por ela se opor a quê? À dominação das milícias sobre a vida das comunidades das favelas? Os irreconhecíveis são as favelas e seus habitantes e, nelas, as mulheres, as crianças, os negros e os velhos em suas relações opressoras advindas do poder das milícias. É preciso dar visibilidade a essa realidade invisível na esfera pública do Rio de Janeiro e em outros lugares do país e do mundo, e mostrar uma interdependência dos agentes da vida pública... Será que Marielle teria causado a visibilidade de algo que existe e o Estado tenta esconder, como a sua própria violência institucionalizada, expressa na estrutura e na condução e proteção das milícias?

As diferentes crenças expressas nos acontecimentos permitem afirmar e interpretar a crença na própria luta em si, enquanto presença participativa. Os acontecimentos expressam a prática na luta. Essa presença participativa e contínua a considero relevante, pois é uma atitude objetiva e que permite mais justiça na interpretação de luta pelo reconhecimento de mulheres na política. Nessa ótica, considero a participação contínua na luta um caminho de superação da invisibilidade, pois foi uma atitude comum a todas as eleitas.

A repetição de uma conduta chamada *habitus* por Bordieu (1996), a disposição de crer e agir por Lahire (2004; 2005; 2015), e a construção de uma identidade por Ricouer (1968; 2004) envolvem atitudes que vão do começo ao fim. É contínua e continuada na disposição de crer e na disposição de agir. Ambas se sustentam e se contrapõem numa constante inter-relação. Elas se movem, movendo.

O que foi constatado como permanente é a presença na luta. Nós, as eleitas, explicitamos a nossa disposição de crer na luta, que se expressa nos acontecimentos e na crença de agir. Não paramos de lutar. Participamos, tornando visível a nossa política de vida (participação na luta). É possível dizer que a participação contínua na luta é também a expressão de uma crença em sua força, na presença continuada (disposição de crer) que se expressa

também na disposição de agir visível nos acontecimentos vividos e estudados como trajetória documentada em nossas histórias de vida.

Assim, vemos que a participação contínua nos movimentos e nas lutas sociais se constitui na disposição contínua de crer e agir no contexto socioeconômico e cultural vigente em cada época, convergindo com o que nos diz Ricouer (1968; 2004). De acordo com o autor, o que guia a identidade está presente em todo percurso e permanece até o fim. Por isso, também, em seu entendimento, faz-se necessário tratar essa questão da mulher sujeita de direitos como uma "emergência dos problemas filosóficos" e na prática linguística, levando-se em conta que a língua tem passagens de sentido que se dão "por saltos imperceptíveis", residindo também no "não dito" (RICOEUR, 1968; 2004). O filósofo francês sustenta que é possível identificar que o que guia a identidade está presente em todo percurso e permanece em "cena até o fim", mesmo passando por transformações (crença, religião, subsistência, trabalho, filosofia).

A política da participação não é, necessariamente, a da transformação social. Vale considerar que entendo política como "direção dada à escolha". Em si mesma, a participação não é geradora de liberdade e democracia. A participação em relações contínuas e verticais sustenta a política de opressão, da dominação da desigualdade, da exclusão. Essa direção de escolha sustenta os contravalores à justiça distributiva e ao reconhecimento enquanto visibilidade de existência de um ser-aí de direitos. Já a participação cidadã se constitui de relações horizontais, com iguais possibilidades de existir e ter espaço e condições materiais de existir, decidir coletivamente e constituir-se em espaço e controle social popular. Essa direção de escolha se fundamenta na política de dialogicidade freireana, que pressupõe a relação, o diálogo e a partilha do aprendizado com o outro.

Acredito e tento como pesquisadora dizer o que aparece, para mim, nos acontecimentos. O real, para nós, é discutido e tem rupturas. Por exemplo, a atitude disponível para a participação demonstrada por nós, eleitas, tornou-se visível e é sobre esse elemento que aprofundamos a interpretação das conquistas que alcançamos. Entre as quais, o quanto elas têm a ver com a mudança da estrutura das instituições e das relações sociais existentes como fruto da conduta que adotamos. A disposição de participar é visível, produzindo a identidade, em toda a trajetória das mulheres eleitas, em diferentes tempos, em diferentes temas e em diferentes lutas.

Nós, as eleitas, não tivemos, porém, paridade de participação na sociedade dentro dos circuitos por onde passamos, mas fomos criando status de reconhecimento individual e com uma redistribuição que nos permitiu autonomia de vida e espaço objetivo de voz. Fica visível que em todas as instituições em que atuamos estavam oficializados padrões de valoração

cultural que não expressavam o mesmo poder a homens e a mulheres e que essa visão cultural institucionalizada não assegurou a todos iguais oportunidades de conquistar estima social.

Constato que a nossa participação contínua em lutas institucionais (universidades/transformando o conhecimento em direito de todos; e em lutas nas comunidades, nos movimentos e organizações sociais, como grêmios estudantis, diretórios acadêmicos, sindicatos de trabalhadores) possibilitou um reconhecimento social, e que a condição profissional de professora foi nos dando, além de autonomia de sobrevivência, um lugar social de fala que nos foi constituindo na intersubjetividade e na vida pública pela participação. Mas não tivemos equidade de participação em todo o período de 1960 a 2014. Faço essa constatação também por não haver normas partidárias que confirmem a existência de políticas institucionais e garantia de equidade de participação entre homens e mulheres nos processos eleitorais, desde a estrutura partidária e em todas as demais instituições. No Brasil, está em vigência apenas 30% de representação de gênero (Lei nº 9.504/1997). Para chegar à equidade, como no México, temos muito a transformar nas políticas e nas estruturas institucionais.

7.6 A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NAS OPORTUNIDADES CONJUNTURAIS

As oportunidades conjunturais foram definidoras, junto com nossa trajetória, para as vitórias eleitorais. A existência de elementos coletivos de valorização das mulheres na política também contribuiu. Muitas mulheres viveram o que nós, as eleitas, vivemos. Foi a sensibilidade partidária e o estado local da conjuntura que impulsionaram nossa vitória.

Esther era uma educadora respeitada e conhecida no meio rural. O candidato a prefeito Armando Biazus não era desse meio. E Esther foi chamada para ajudá-lo na campanha, em busca de eleitores, e acabou como a segunda mais votada para a Câmara de Vereadores. Iró tinha liderança educacional, área com grande demanda social. Ela provou que sabia fazer ao conseguir criar a Escola Estadual Santa Catarina. Rosane Hamsch liderava uma comunidade distrital na luta por seus direitos e foi escolhida pela comunidade para disputar a vereança. Rachel Calliari Grazziotin era advogada e professora que militava na área social e na luta pela anistia. Ficou conhecida e reconhecida, apoiada pelo ex-governador pedetista Leonel Brizola e pelo escultor Bruno Segalla, na luta pela democracia. Geni Peteffi expandiu seu reconhecimento como empresária, mas se destacou nas relações que fez ao administrar os serviços de infraestrutura das escolas da rede municipal, de onde foi indicada a ser candidata ao Legislativo.

Ana Corso, líder sindical na área da tecelagem, representava a luta de muitas mulheres por creches, escolas infantis e políticas de saúde, e foi reconhecida também como esposa do

prefeito Pepe Vargas. Silvana Piroli fez sua trajetória ter um salto de reconhecimento como professora e primeira mulher presidenta do Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul, funções que lhe deram muito reconhecimento eleitoral. Denise Pessôa, jovem líder estudantil e da Pastoral da Juventude, tendo trabalho comunitário e educacional com seu pai e sua mãe, que era diretora de escola. Foi escolhida para ser candidata a vereadora a partir do nosso Gabinete, quando fui deputada estadual, e pela Pastoral da Juventude de Caxias do Sul. Esse processo todo de Denise candidata foi conduzido pelo padre Roque Grazziotin, ex-deputado estadual e primeiro candidato a prefeito de Caxias do Sul pela Frente Popular, na década de 1980, e por Geci Prates, primeira mulher candidata a vice-governadora no Rio Grande do Sul. Geci também presidiu o PT e foi amiga pessoal do ex-presidente Lula e do ex-governador gaúcho Olivio Dutra.

Nós que fomos para o Executivo e Legislativos estadual e federal também tivemos momentos conjunturais propícios. Eu tinha sido escolhida pelas pastorais sociais para ser candidata a vereadora junto com Elói Gallon, no Conselho de Pastoral da Diocese, que deveria indicar candidatos, como recomendação da Campanha da Fraternidade, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1996, que orientava os leigos a concorrerem em seus municípios. Mas, depois, fui indicada a ser candidata a vice-prefeita. Maria Helena Sartori assumiu sua candidatura a deputada estadual, tendo seu marido, José Ivo Sartori, como candidato a deputado federal. Ficou de suplente desta vez, mas foi eleita no período seguinte, em que seu marido acabou eleito prefeito da cidade. Justina Inez Onzi, que nunca havia concorrido, aceitou ser vice de Pepe Vargas, como decisão partidária da permanência de uma mulher no Executivo municipal e foi profundamente reconhecida, pois, como secretária da Saúde, implantou a municipalização do Sistema Único de Saúde (SUS), estendendo o atendimento em Caxias também a demandas da região nessa área.

É possível perceber que diferentes foram as circunstâncias, os motivos pessoais e coletivos da entrada no processo eleitoral vitorioso que vivemos. Mas é possível afirmar que todas nós, eleitas, não tivemos como objetivo maior a chegada ao poder político público. Acreditamos na luta. Tivemos um processo de participação na luta. Foi uma de nossas crenças de vida. O desejo do poder institucional acabou sendo interpretado como mais um espaço de luta. Participávamos para contribuir na conquista e no exercício de direitos das pessoas excluídas, como foi a marca da trajetória de todas nós.

Vivemos acontecimentos que foram nos constituindo num processo de crença e de luta participativa. Mas muitas outras mulheres também têm trajetórias de acontecimentos e de

crença na participação ativa em lutas. Assim, por que poucas são escolhidas a concorrer, mesmo com a lei das cotas partidárias?

Aquilo que mostramos desde o início da tese. Há, em Caxias do Sul, uma estrutura cultural marcada pelo patriarcado, pela discriminação de sexo e de raça. Estão constituídos nas instituições partidárias, nas igrejas, no setor econômico, nos órgãos de Estado, nas escolas de todos os níveis. Mas, quem tem o compromisso social de tornar isso tudo visível, aos olhos da ciência, são as universidades, os centros de estudos de pesquisas, as faculdades e as lutas sociais. Mas, em nenhuma delas, encontrei linhas de pesquisa que se ocupem de estudar e dar visibilidade aos rostos femininos, escondidos nas fábricas, nas lojas, na colônia, nos partidos, nas igrejas, nos movimentos sociais e comunitários... Nesse desafio, muitas mulheres cientistas continuam servindo ao machismo científico, até para manterem seus empregos. Várias pessoas têm pesquisado e estão pesquisando individualmente e produzindo trabalhos que desbravam a invisibilidade das mulheres, mas não há programas institucionais, priorizando essa linha de pesquisa.

Espero ainda poder ver políticas institucionais de pesquisas que explicitem a contribuição das mulheres, em Caxias do Sul, na produção científica feminista. Oportuna, neste instante, a pergunta do texto de Attico Chassot⁸⁹: "A ciência é masculina? É, sim senhora!". Gostaria de encontrar um título assim: "A ciência é feminina? É, sim senhor".

A intersubjetividade pode ser considerada uma categoria política de análise da participação, pois, participar não é estar aí, mas estar dialogando, agir no contexto, interagindo com o outro ou a outra, em seu meio. A subjetividade de A e a de B, participando em ações e diálogos no lugar de vida, ou das suas vidas, permite ser, não sendo o mesmo ou a mesma, mas um "ser estar sendo", "um-ser-aí" em contínua mudança, educar-se educando-se, transformar transformando-se com a(o) outra (o), num contexto, e se constituindo liderança na participação da luta, tornando-se uma mulher com rosto visível, com poder público e reconhecível.

A participação, com diálogo social, é condição para se constituir na intersubjetividade. As condições materiais são condições mínimas de sobrevivência, mas indispensáveis à equidade de participação. A justiça se constitui também com a distribuição de bens, a fim de superar a desigualdade de direitos, podendo exercer esses direitos a partir das diferenças, priorizando os invisíveis, os excluídos. Equivale dizer que a sociedade capitalista se estrutura

⁸⁹ **Attico Chassot** é professor licenciado em Química (UFRGS) e mestre e doutor em Educação (UFRGS). Fez pós-doutoramento na Universidade Complutense de Madri. É professor-pesquisador e orientador de doutorado na Rede Amazônica Ensino de Ciência (Reamec) e professor visitante sênior na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará em Marabá (Unifesspa). Fonte: <http://www.afhic.com/wp-content/uploads/2018/12/A-ciencia-e-masculina.pdf>

nas desigualdades socioeconômicas, culturais e ambientais. É possível afirmar que no capitalismo não há justiça social e nem democracia para todos, pois a vida das pessoas acaba restrita a padrões limitados de participação que impedem a equidade econômica, cultural, social e ambiental. A estrutura do capitalismo é um impedimento para a equidade de participação.

Nós, as mulheres eleitas em Caxias do Sul, estamos situadas nesse contexto, nessa estrutura capitalista, patriarcal e machista institucionalizada em padrões analíticos de valoração cultural moral e econômica. A partir dessa interpretação, surge outros questionamentos: o que foi feito, como e o que sentimos dentro de nós que se transformou em força para lutar em processos eleitorais sem equidade de participação, com limitado reconhecimento institucional e redistribuição injusta na sociedade? A paridade de participação exige padrões institucionalizados que assegurem a todos os participantes oportunidades iguais de estima social. Assim, reconhecimento e redistribuição existem na medida da equidade de participação... Portanto: só a equidade de participação é condição para haver reconhecimento enquanto questão de justiça e de redistribuição, enquanto condição de redução das desigualdades socioeconômicas, culturais e ambientais, diz também Fraser.

A paridade de participação é, para a autora (2006; 2007) e também para esta tese, o "centro normativo" para o reconhecimento e a redistribuição. Conforme a autora, esse centro normativo seria um "único princípio normativo que inclua as reivindicações justificadas quer de redistribuição, quer de reconhecimento, sem reduzir umas às outras" (FRASER, 2002, p. 13). A paridade de participação configura-se como esse princípio ou centro normativo e se dá tendo as condições materiais para autonomia e espaço objetivo de voz das participantes. Ao mesmo tempo, a equidade de participação é a expressão da visibilidade e pressupõe reconhecimento e redistribuição, enquanto condições estruturantes de participação cidadã, enquanto poder de decisão e controle social do Estado.

Uma condição intersubjetiva de paridade exige padrões institucionalizados que possibilitem a todos participantes ter oportunidades iguais de estabelecer inter-relação, a fim de conquistar a estima social. A autora faz uma reflexão que nos permite conduzir essas conclusões, encontrando a participação como um elemento permanente na vida das mulheres eleitas. Mas fomos eleitas mesmo não tendo paridade de participação no conjunto da sociedade. Por isso, também somos poucas que conseguimos ter visibilidade, reconhecimento e conquistas de espaço de poder público estatal.

A nossa participação nem sempre esteve explícita em uma luta pela democracia, mas muito mais voltada a uma luta pela justiça, entendida, às vezes, no ponto de vista do direito, às vezes, dentro do próprio senso comum enquanto conduta cotidiana comunitária. Ou seja: muitas

lutamos como uma questão de justiça e outras como um meio de desestabilização das estruturas sociais vigentes na economia, na política institucional, na educação escolar, na preservação ambiental.

A equidade de participação exige um processo dialógico horizontal do povo, desde o seu lugar, a sua vida individual e coletiva. O outro processo de participação, o vertical, é manipulador e alienante, centralizado hierarquicamente, ou seja, de cima para baixo. E a participação buscando confirmação ou negação da proposta dominante. As lutas conservadoras de direita manipulam as crenças, tornando o processo alienante, enquanto na esquerda buscamos o significado da luta junto com os sujeitos envolvidos, sua autonomia se faz fazendo, na participação. A crença é também pertença e faz parte da leitura do mundo, diz Freire, que a compreende enquanto existencialmente humana, juntos, dialógica e criticamente.

Nós, mulheres eleitas, registramos participações diferentes nessa rede da vida em que nos entrecruzamos. Por muitos momentos, experimentamos uma ilusão biográfica, como na abordagem feita por Bourdieu (1996). O sociólogo francês observa que a identidade é iniciada a partir de algo muito próprio de cada um que é o nome. A partir de uma ideia de identidade, ele conceitua o que é a vida para falar da história de vida. Não é pouco dizer que a vida é uma história e é inseparável dos acontecimentos de uma existência individual concebida. O relato dessa história é exatamente como diz o senso comum: vem em uma linguagem simples que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira com encruzilhadas, reflete o autor.

Ao observar a teia da vida de Esther, vemos que teve uma participação na educação e na cultura; Iró, na educação e no esporte; Rachel, na luta pelo exercício pleno de direitos; Geni, uma participação mais comunitária, assistencial e empresarial; Rosane, participação comunitária e religiosa, no perfil da Teologia da Libertação, que preconiza o envolvimento do povo na busca de direitos; Eu, Marisa Formolo, resalto minha atuação comunitária, nacional e internacional e a de Justina, pela docência. E, no meu caso, assim como nos casos de Ana Maria Corso, Justina Inez Onzi e Denise da Silva Pessôa, vivemos uma participação de luta social pelos direitos humanos e também em uma política de Estado com a participação popular porque governamos Caxias do Sul e/ou fomos vereadoras no período do projeto democrático popular (1997-2004). No caso da Maria Helena Satori, participou da luta pela emancipação das escolas e pela eleição para diretores.

A participação contínua como sujeitas com cidadania, desde o lugar em que vivemos, nos constituiu como uma disposição de crer e agir na luta. Encontrei em todas as eleitas o que também enxerguei em mim. A crença na luta e a crença na participação contínua e continuada.

Somente uma disposição racional de agir não foi suficiente para a permanência contínua nas lutas. Essa afirmação é um novo desafio político para os partidos e para a sociedade. Desumanizamos e privatizamos a luta partidária. A privatização do Estado tirou o encanto e o sonho de um Estado público garantidor de sonhos, da democracia, do respeito às diferenças e da inclusão de todas e todos a uma vida justa com todos e com a vida do planeta.

Recompor os projetos de sociedade, na visão da esquerda, torna-se imperativo. Na visão de esquerda é um desafio local e mundial. O retorno da visão política conservadora, de direita e de extrema direita, está sendo um projeto ultraneoliberal e uma ameaça à democracia da participação, ao reconhecimento como questão de justiça e à distribuição econômica para reduzir a fome com trabalho, renda e direitos básicos a toda a sociedade, priorizando os invisíveis, os sem rosto. Nesses, estão as mulheres, especialmente as negras, que se encontram na periferia e excluídas de direitos.

Embora todas tenhamos sido eleitas, cada uma trouxe e traz diferentes percursos até chegar à vitória nas urnas. Algumas realçam como receberam a conquista da eleição, a exemplo de Esther, que ficou impressionada por ter sido a segunda mais votada para o Legislativo municipal, ficando atrás apenas de um padre, líder na cidade e com influência multi-institucional.

Independentemente da motivação que levou eleitores a depositarem o voto nas onze eleitas, o fato de nos terem conduzido a cargos eletivos pode ser considerado uma forma de reconhecimento explícito, já que nem todo reconhecimento acaba sendo manifesto pela população, como observa Butler: “[...] Nem todas as ações discursivas relativas envolvidas no reconhecimento e no reconhecimento equivocado do povo são explícitas” (2018, p. 12).

Sentindo-se reconhecidas ou não, as eleitas aqui estudadas também adotaram rumos diferentes. Houve quem seguiu e permanece até hoje na política partidária e outras se afastaram das disputas eleitorais.

A direção de escolha da vida partidária à política institucional com cargos eletivos fez com que as vereadoras Esther Troian Benvenuti e Iró Nabinger Chiaradia deixassem os mandatos de vereadora ou decidissem não concorrer mais, porque optaram por fazer a luta na educação formal e na prática cultural. Enquanto Rosane Hamsch não encontrou espaço na política institucional para sua disposição de crer e agir. Decidiu que não queria tentar a reeleição. Já Geni se encontrou nesse espaço e foi a vereadora que mais obteve mandatos consecutivos, num total de seis eleições vitoriosas. Desistiu de concorrer por problemas de saúde e faleceu logo após seu afastamento de processos eleitorais.

E as demais, Silvana, Ana, Denise e eu atuamos na política da participação social e na política institucional pública, fazendo dos mandatos instrumentos para fortalecer nossa luta, com apoio político e participação. Vivemos a redemocratização, a abertura política no país, os fóruns sociais mundiais.

Honneth diz que crer é uma condição de conhecer e viver. Assim, a crença na luta e na participação contínua permeia toda a trajetória das mulheres eleitas. Os acontecimentos estudados serviram para explicitar a prática na política conjuntural e temática de cada eleita. Mas são insuficientes para dizer qual ou quais foram constituidores das eleitas. O processo vivido de participação contínua em lutas próprias de cada tempo e lugar é mais significativo, por ser constante, na constituição das lideranças das eleitas e na sua expressão e visibilidade pública.

Essa conclusão reforça a concepção teórica de que estamos em permanente transformação, vivendo contradições nas relações que constituímos na sociedade. O que permanece é a atitude que nos dá a identidade, a disposição de crer na força da luta, na condição e na participação contínua. Afirmo que a crença na luta e na participação é condição de transformação social ou de conservação do *status quo*. Depende da direção dada à escolha. Isto é: que política estamos construindo, a serviço de quem, à inclusão de quem e para quem? (FREIRE, 1984, p. 27). Nós, as eleitas, sempre nos dispusemos a melhorar as inter-relações na sociedade, tentando garantir direitos. Isso não significa que fomos líderes (no poder político público) transformadoras e críticas ao tipo de sociedade capitalista e excludente que vivemos.

Outros pesquisadores poderão identificar outras disposições e análises dos mesmos acontecimentos, caso derem sequência a esta pesquisa, para enriquecer os estudos da trajetória dessas mulheres. Diante dos achados, além do exemplo de paridade de participação adotado legalmente no México, deixo como alternativas de caminho a nós, mulheres que queremos um mundo nos princípios do ecofeminismo, um modelo de participação metodologicamente construído e pensado pelo educador Paulo Freire, com ênfase na escuta atenta, no diálogo, na criticidade, na leitura de mundo que antecede e qualifica a leitura da palavra; a proposta conceitual e operacional defendida por Nancy Fraser (2006), tendo como fundamento a equidade participativa; e a ideia de adesão ao ecofeminismo, como novo jeito de viver na configuração de um sistema capaz de criar e ampliar relações voltadas a uma nova sociedade.

No caso do modelo sustentado por Freire, vale destacar que organiza o processo de participação embasado no fazer, para que os processos aconteçam de maneira efetivamente cidadã e democrática, dialogando com as pessoas, a fim de se expressarem com coragem, autonomia e poder de decisão.

Parafraseando Guimarães Rosa (1986), o que a vida quer de nós mulheres é ainda mais coragem e, pelo andar desta tese, acrescento: ela também quer de nós uma participação contínua e continuada, como fizemos nós, as onze mulheres eleitas e aqui estudadas, as quais recebem, por meio deste estudo, nosso reconhecimento como questão de justiça, mesmo sem ter vivido a equidade na participação. Relevante lembrar que somos poucas a chegar ao poder político institucional de Estado. Os limites da sociedade patriarcal, racista e misógina permanece na estrutura social, impedindo avanços mais expressivos. Por isso, gostaríamos que esta tese se tornasse expressão própria da disposição de crer e de agir na participação contínua nas lutas sociais, e também um gesto de reconhecimento como questão de justiça a todas as eleitas de 1960 a 2014⁹⁰, bem como um estímulo para que novas mulheres participem da disputa a cargos eletivos, especialmente, as que estão dispostas a participarem das lutas críticas e transformadoras da sociedade.

Ao analisarmos as trajetórias das eleitas, queríamos encontrar nos acontecimentos uma compreensão sobre o motivo que leva tão poucas mulheres disputarem e chegarem a ocupar cargos eletivos. Tivemos que ir além dos acontecimentos. Encontramos nas trajetórias de vida atitudes permanentes que deram uma identidade, a qual foi expressa em pessoas que sempre estiveram presentes e participantes, destacando sua crença na luta e na participação. Foram disposições que contribuíram dentro de determinada conjuntura onde havia possibilidades eleitorais de mulheres envolvidas com temas fortes nos períodos eleitorais.

Daqui para frente, desejamos que outros pesquisadores prossigam, vendo nessas e em outras trajetórias novas possibilidades sociológicas, antropológicas ou históricas que permitam desencadear a luta pela equidade de participação, pela redistribuição das condições de vida e pelo reconhecimento como questão de justiça. E, assim, ajudar a construir um caminho não só de transformação participativa das mulheres em cargos eleitorais, mas, principalmente, de mulheres comprometidas com uma transformação crítica da sociedade e que possam contribuir com o desenvolvimento de um novo modelo, um modelo que não seja excludente, opressivo e patriarcal, um modelo que tenha na sua essência os princípios do ecofeminismo.

⁹⁰ E, para as novas eleitas, de 2016 a 2020, expresso minha alegria por ver, hoje, cinco vereadoras, entre elas, duas negras, que farão parte do Legislativo municipal de Caxias do Sul a contar de 2021. A luta valeu e a participação continua viva, movida pela esperança das meninas que quiseram sair de casa, na colônia, para estudar e enfrentaram um mundo maior, como mostram as trajetórias que contribuíram para a luta por reconhecimento a partir das mulheres eleitas no poder público estatal, de 1960 a 2014. Que novas pesquisas possam surgir, dando continuidade a esta tese e incluindo essa nova realidade que desponta, com mais mulheres assumindo cargos eletivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BERNARDES, Cristiane. *Apenas dois partidos no regime militar*. Agência Câmara de Notícias. 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/90158-apenas-dois-partidos-no-regime-militar>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BBC Brasil. **Conheça as 19 mulheres que lideram países pelo mundo**. 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/conheca-as-19-mulheres-que-lideram-paises-pelo-mundo,5685379d424ea410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada: edição Pastoral*. Trad. Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política I*. Trad. Carmen C, Varriale et al. 1ª ed. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOFF, Leonardo; HATHAWAY, Mark. *O Tao da Libertação: explorando a ecologia da transformação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

_____, Leonardo; RIBEIRO, Lúcia. *Masculino Feminino: experiências vividas*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1996.

BOUERI, Aline Gatto. Pioneira no mundo em adotar cotas femininas para o Congresso, Argentina terá eleições com paridade de gênero daqui a um mês. 2019. Disponível em: <https://www.generonumero.media/paridade-genero-cotas-argentina/>

BOURDIEU, Pierre. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: *Escritos da Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.

_____, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. BOURDDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRAGA, Camila; POZENATO, Kenia Maria Menegotto. *Mudanças em comunidades rurais: ações e tecnologia*. 2009. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tpIJovensPesquisadores2009/pesquisa/jovenspesquisadores2009/trabalhos/poster/h_CamilaLimadeBraga.pdf. Acesso em: 1º jan. 2020.

BRASIL. Decreto-lei n.º 14.343, de 7 de setembro de 1920. *Institui a Universidade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

BRASIL. Lei: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-11-08-1827.htm.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Trad. Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____, Judith. **Judith Butler: O ataque ao gênero emerge do medo das mudanças. Carta Capital**. 6 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/judith-butler-o-ataque-ao-genero-emerge-do-medo-das-mudancas/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL - CENTRO DE MEMÓRIA. *Palavra e Poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul*. Caxias do Sul, RS: Ed. São Miguel, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL; INSTITUTO MEMÓRIA HISTÓRICA CULTURAL/UCS). *Questão de pele*. Vídeo historiográfico. 2013. Caxias do Sul/RS.

CAMPANERUT, Camila. Dilma sanciona lei que cria Comissão da Verdade e lei de acesso à informação. 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/11/18/dilma-sanciona-lei-que-cria-comissao-da-verdade-e-lei-de-acesso-a-informacao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CAREGNATO, Lucas. *A outra face: a presença de afrodescendentes em Caxias do Sul: 1900 a 1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2010.

CAREGNATO, Célia; GENRO, Maria Elly. Educação na e para a diversidade: nexos necessários. In: CAREGNATO, Celia; BOMBASSARO, Luiz Carlos (org.). *Diversidade cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação*. Erechim: Novello & Caronelli, 2013.

CHAUI, Marilena. *Que Democracia?*. Vídeo publicado no YouTube em 7 de jun de 2016. Autoria da publicação: Fundação Perseu Abramo. Referente ao evento II Salão do Livro Político. São Paulo/SP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t7beRgXSePY>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

CHIES, Guiomar. *Os poderes fazem história*. Caxias do Sul: Evangraf, 1999.

DA REDAÇÃO. **Nova UDN, corinthianos e até piratas: os 76 partidos na fila do TSE.** *Veja*, 18 out. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/nova-udn-corinthianos-e-até-piratas-os-76-novos-partidos-na-fila-do-tse/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DALLA VECCHIA, Marisa V. F.; NÚÑEZ, Tarson. ***Continuidades e descontinuidades: os processos participativos à luz das mudanças político-eleitorais.*** Assembleia do Rio Grande do Sul, dez. 2007.

DALLA VECCHIA, Marisa Formolo; HERÉDIA, Vania B. Merlotti; e RAMOS, Felisbela. ***Retratos de Um Saber: 100 anos de história da Rede Municipal de Ensino em Caxias do Sul.*** Caxias do Sul: EST, 1998.

DI FAZIO, Gerardo. Feminismo invisible e histórico: la vida de 20 mujeres cruciales en la construcción y el desarrollo de la patria. **Infobae**. 2021. Disponível em: <https://www.infobae.com/sociedad/2021/03/06/feminismo-invisible-e-historico-la-vida-de-20-mujeres-cruciales-en-la-construccion-y-el-desarrollo-de-la-patria/>. Acesso em: 20 abr 2021.

DIPPAHC. **Relação dos Bens Tombados pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul.** Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal da Cultura. Prefeitura de Caxias do Sul. 4 nov. 2019, p.1-8. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/dipphac>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DUSSEL, Enrique. ***Liberacion de la mujer y erótica latino americana.*** 4 ed. Editora Nueva America: Bogotá, 1990.

FERREIRA, Wallace. ***Justiça e reconhecimento em Nancy Fraser: interpretação teórica das ações afirmativas no caso brasileiro.*** Disponível em: <http://docplayer.com.br/15359969-Justica-e-reconhecimento-em-nancy-fraser-interpretacao-teorica-das-aco-es-afirmativas-no-caso-brasileiro-walace-ferreira.html>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. ***Bancada de mulheres cresce no Congresso.*** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/18/brasil/21.html>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. ***Filosofar para nuestro tempo em clave intercultural.*** Wissenschaftsverlag Mainz, Aachen, 2004.

_____. ***Mulher e filosofia no pensamento ibero-americano. Momentos de uma relação difícil.*** Trad. Angela Tereza Sperb. São Leopoldo: Oikos/Nova Harmonia, 2008.

FRASER, Nancy. ***Reconhecimento sem ética.*** Lua Nova, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós socialista. ***Cadernos de campo.*** São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006. Disponível em: www.revistas.usp.br/cadernosdecampo. Acesso em: 10 jan. 2019.

FREIRE, Madalena. ***A paixão de conhecer o mundo.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.*** São

Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *A Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974, p. 161-182.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Organização escolar e democracia radical*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.

_____. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

GARCIA, Hamilcar. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Vol. IV. 3. Ed. Editora Delta: 1974.

GIRON, Loraine. *Dominação e subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: Edições Est, 2008.

GIRON, Loraine Slomp; RADUZ, Roberto. *Invisíveis: negros nas memórias dos brancos*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. vol. 4 N. 7, jul. de 2012.

GOVERNO DO BRASIL. *Pesquisa internacional revela perfil de professor e diretor*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/06/pesquisa-internacional-revela-perfil-de-professor-e-diretor>. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

GRANDELLE, Renato. *Mulheres são maioria nas universidades, mas não coordenam estudos científicos*. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-sao-maioria-nas-universidades-mas-nao-coordenam-estudos-cientificos-23440708>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GUBERT, Renzo; POLLINI, Gabriele; BERTELLI, Bruno (orgs.). *Cultura e desenvolvimento: uma investigação sociológica sobre os imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil*. Porto Alegre: Est Edições, 2005.

GUTIÉRREZ, Rachel. *O Feminismo é um Humanismo - O Sentido Literário da Luta da Mulher*. São Paulo: Edições Antares, 1985.

HABERMAS, Jürgen. *Democracia e direito: entre a facticidade e validade*. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Vol. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RELA, Eliana. Empreendedorismo feminino: vozes do passado e do presente. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; TESSARI, Anthony Beux (Orgs.). *Mulheres empreendedoras: a construção de uma caminhada*. Caxias do Sul: Educ, 2017.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

IBGE. *Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem*. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de>

noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem. Acesso em: 10 jan. 2020.

IBGE. *Brasil em números*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_1995_1996_v4.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

IBGE. *Brasil em números*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

INDEX MUNDO. *Mundo Perfil População 2017*. Disponível em: https://www.indexmundi.com/pt/mundo/populacao_perfil.html. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

KOPNIN, P.V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LAGARDE, Marcela. *Universidad y democracia genérica*. Claves de genero para una grand alternativa. “in Encuentro de especialista en educación superior. – conociendo a la universidad, sus transformaciones y su por-venir. Tomo I. Estado, universidad, sociedad: entre la globalización e la democracia, by Daniel Cazés Menache, Eduardo Ibarra Colado and Luis Poter Galater [Coordenadores], 145-160. México: UNAN-CEICH. Colección: Educación superior 2000.

LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos*. Trad. Didier Martim e Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre, Artmed, 2004.

_____. *Patrimônios individuais de disposições – Para uma sociologia à escala individual*. Sociologia, problemas e práticas, n. 49, 2005, pp. 11-42. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n49/n49a02.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

_____, Bernard. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n. 38, jan/abr 2015, p. 280-302.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Coimbra/Portugal: Edições 70.

LERNER, Guerda. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Crítica, 1990.

LLORENTE, Analía. "Isabel Perón era o oposto de Evita": a enigmática história da terceira esposa e primeira mulher presidente de Juan Domingo Perón na América Latina. **BBC News World**. [S.l.]: 28 de maio, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57028857>. Acesso em: 2 jul. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 1998.

MENEZES, MAGALI M. *O pensamento de Emmanuel Lévinas: uma filosofia aberta ao Feminino*. Estudos Feministas. Florianópolis, jan-abril de 2008, p. 13-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a02v16n1.pdf>. Acesso em: 24 março de 2018.

MELNIKOFF, Elaine Almeida Aires Melnikoff; Melnikoff, Ricardo André Aires.

Professora, professora primeira profissão que legitima a mulher do século XIX. In: IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE. 2015. Aracaju, 2015, p. 1-13. Disponível em: http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424132806_ARQUIVO_RicardoAndreAireseElaineAlmeidaAires.pdf. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILLET, Kate. **Política Sexual.** Madrid: Cátedra, 2010.

MIKLOS, Jorge. **Cultura e desenvolvimento local: ética e comunicação comunitária.** 1ª ed. São Paulo: Érica, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso: 26 de janeiro de 2018.

MONTIRONI, G.B. **Comunidade local e economia globalizada,** 2001. In: Seminário “Os modelos de gestão e intervenção para a reabilitação dos centros históricos urbanos, a partir de uma perspectiva integral de emprego e território”. Caxias do sul, 2001, 27 p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Trad. Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

MOSER, Paulo K.; MULDER, Dwayne H.; Trout, J. D. **A teoria do conhecimento: uma introdução temática.** Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ORTEGA Y GASSET, José. **O homem e a gente: inter-comunicação humana.** Trad. J. Carlos Lisboa. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1973.

PAVIANI, Jayme. **Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico.** 2ª. ed. Caxias do Sul: Educs, 2013.

_____, Jayme. **Platão, a educação e o cuidado de si – a recepção de Foucault.** *Hypnos*, São Paulo, n. 24, p. 37-51, 1º sem/2010.

_____, Jayme. **Conhecimento científico e ensino: ensaios de epistemologia prática.** Caxias do Sul: Educs, 2006.

PINEAU, Gaston. As histórias de vida como artes formadoras da existência. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.) **Tempos, Narrativas e Ficções: a invenção de si.** Porto Alegre: EDPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006, p. 42-59.

PORTUGAL, Ana Maria. Feminismo. In: AUSTRALIN SALAS, Ricardo. **Pensamiento crítico latino-americano.** Santiago de Chile: Ediciones Universidad Católica Silva Henríquez, 2005.

PRÁ, Jussara Reis. *Mulheres, feminismo e ação política no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2016.

PRIMEIRO MANIFESTO do Fórum para o Ecosocialismo. Trad. Bruno Fialho e José João Louro. Fev. 2013. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1343744/primeiro-manifesto-do-f%C3%B3rum-para-o-ecosocialismo--pt---jean>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PULEO, Alicia H. Mulher, feminismo e ecologia. *Revista ECO•21*. ed. 97. Rio de Janeiro: [entre 2010 e 2021]. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=982>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PULEO, Alicia H. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. *Em construção*. N. 5. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/emconstrucao/article/view/41236>. Acesso em: 15 fev. 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. *Percurso do reconhecimento: três estudos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RISSO, Natali. *O Estado é machirulo e nós estamos transformando*. Entrevista com a diretora nacional de Economia, Igualdade e Gênero do Ministério da Economia da Argentina, Mercedes D'Alessandro. Página 12. Argentina, 28 jul. 2021.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROUSSEFF, Dilma. *Democracia: o lado certo da história*. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761562-democracia-o-lado-certo-da-historia.shtml>. Acesso em: 10 ja. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Universidade no século XXI*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Politizar a política e democratizar a democracia. In: *A Difícil Democracia: Reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil para análise histórica*. Trad. Cristiane Rubino Debrat e Maria Betania Avila. In: SCOTT, Joan. *O Enigma da Igualdade*. Princeton University. The conundrum of Equality. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, 13(1) 216, jan/abril de 2005.

SCOTT, Joan. *O papel da história na construção das relações de gênero*. Trad. Tatiana Lima Siqueira. Revista Artemis, vol. 8. Jan/2008.

SEGATO, Rita. "O alarme está se espalhando sobre a possibilidade do fim da ordem patriarcal", disse Rita Segato à DW, em entrevista concedida a Maricel Drazer, com data

informada de 8 de março de 2021. In: DRAZER, Maricel. **DW**, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/es/cunde-la-alarma-ante-la-posibilidad-del-fin-del-orden-patriarcal-dijo-rita-segato-a-dw/a-56809492>. Acesso em: 20 abr 2021. Acesso em: de jun 2021.

SHIVA, Vandana. “Ecofeminismo é colocar a vida no centro da organização social, política e econômica”. Entrevista concedida à Revista Instituto Humanitas Unisinos (IHU). **Instituto Humanitas Unisinos (IHU)**. São Leopoldo/RS: 18 fev. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506679-ecofeminismo-e-colocar-a-vida-no-centro-da-organizacao-social-politica-e-economica-afirma-vandana-shiva>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SHIVA, Vandana. Vandana Shiva aposta no Ecofeminismo. **Outras Palavras**. Entrevista concedida ao site Outras Palavras, 21 jul. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/vandana-shiva-aposta-no-ecofeminismo/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SHULTZ, Rosangela e MORITIZ, Maria. **Mulheres vitoriosas na política: a deputada estadual**. RS/POA: 2010. Sociologia, vol. 17, n. 39.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. **Revista Fórum Identidades**. Ano 2, vol. 4, p. 37-50, jul-dez de 2008.

STECANELA, Nilda; FERREIRA, Pedro Moura. **Mulheres do campo e aprendizagens culturais de gênero**. Curitiba, PR: CRV, 2015.

TORRES, Eva Raquel Güereca. **Mujeres, conocimiento y poder: femenino(s) em México ante las sociedades de la información y el conocimiento**. 2015, 527 p. Tese (Doutorado em Ciencias Políticas y Sociales com orientación en Sociología) – Universidad Nacional Autónoma de México, México.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições 2014: número de deputadas federais cresce 13,33% em relação a 2010. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Outubro/eleicoes-2014-numero-de-deputadas-federais-cresce-13-33-em-relacao-a-2010>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

ZITKOSKI, Jaime; MORIGI, Valter. **Experiências Emancipatórias e educação: a docência e a pesquisa**. Porto Alegre: Corag, 2013.

ZITKOSKI, Jaime José. **Contextos emergentes na licenciatura do campo da UFRGS: refletindo sobre a docência numa perspectiva interdisciplinar**. In: ZITKOSKI, Jaime José; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; FRANCO, Sérgio Roberto Kieling (Org.). **Educação superior e contextos emergentes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.

ANEXO A – O que elas dizem do que viveram e sonharam

Pelos perfis anteriormente descritos, é possível conhecer um pouco da história das eleitas que integram esta pesquisa. Nos quadros a seguir, mais informações e excertos retirados das entrevistas que tais mulheres ou seus familiares e amigos concederam a profissionais do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSa) ou para esta tese.

Quadro 3 – O que elas dizem

		CATEGORIAS		
		Democracia e lutas sociais (participação/presença/representação)	A Mulher na Política A primeira/A única/Luta feminista/No exercício dos mandatos eletivos	Reconhecimento Condições objetivas (classe social, renda, escolaridade, Religião, trabalho e família)/Ação Social (Fins, valores e razão)/Identidade/Status
MULHERES ELEITAS	Esther Troian Benvenuto/PTB	<p>1) “E o senhor sabe que, por grande surpresa minha, falo assim com toda a sinceridade da alma, com grande surpresa minha, eu fui a segunda mais votada. O primeiro foi o padre Giordani e a segunda fui eu” (AHMJSa, 1983, p. 12).</p> <p>2) “Batalhei muito pra conseguir a Escola Normal Regional”</p> <p>“[...] batalhei pelo magistério. Eu tive padrões, porque as professoras todas ganhavam da mesma maneira”</p> <p>“[...]consegui o Estatuto do Magistério Público Municipal”</p> <p>3) “Eu exerci por muitos anos a presidência da associação dos professores católicos aqui em Caxias”.</p>	<p>1) “E eu pensei assim: bem, ninguém vai eleger uma mulher, né? Bem, aí então tá”.</p> <p>2) “[...] eu e a minha mãe fomos as duas primeiras mulheres que vieram fazer o seu título eleitoral, que eu ainda conservo o velho [...].</p>	<p>1) Classe Média</p> <p>2) Era professora concursada do município e exerceu funções de gestão</p> <p>3) Magistério;</p> <p>4) Católica;</p> <p>5) Servidora pública/professora;</p> <p>6) Família: filha dos agricultores Francisco Troian e de Angelina Corso Troian, descendentes de imigrantes italianos. Tinha uma irmã, mãe de 11 filhos; e um irmão que faleceu pequeno.</p> <p>7) “[...] Quando eu me licenciei uma..., um ano antes, um período antes, fizeram uma comemoração de encerramento das atividades da Câmara. E falou, naquela ocasião, Manoel Ramos de Castilhos, que era um político ferrenho, né, defendendo seu partido, Manoel Ramos de Castilhos. Mas um grande cidadão! E, naquela época, ele saudou o presidente da</p>

		<p>4) “Ora uma mulher aparecer lá, dizendo que se doa um terreno, constrói uma escola”!Mas depois eles foram adquirindo confiança, porque a escola saiu, né?”</p>	<p>Câmara, que era..., saudou todos os vereadores e a mim ele me ofereceu um bouquet de flores, dizendo que eu era a representante, como mulher, de todos os partidos que tinham atuado na Câmara e não só do partido que me elegeu. Eu acho que dizendo isso..., digo tudo, né?”</p> <p>8) “Fui sempre [respeitada]. Só uma vez que me reti..., não, só uma vez que o meu partido quis até me expulsar, porque eu fui contra uma votação e eles queriam que eu me retratasse do plenário e eu não quis. Votei contra e era questão fechada”</p> <p>9) Contribuir com magistério: “[...]consegui o Estatuto do Magistério Publico Municipal”</p> <p>10) Empenho pela educação: “Na academia de letras, também atuei [...]. A gente fazia as provas de alfabetização dos operários nas empresas [...]. E presidi dois anos a fundação Alberto Pasqualini”.</p> <p>11) Adesão à religião: “Eu [...] devo muito ao sucesso do meu trabalho como professora no interior à</p>
--	--	---	--

			cooperação que eu sempre tive dos sacerdotes e, principalmente, dos padres Josefinos” (AHMJSA, 1983).
Iró Nabinger Chiaradia/Arena	<p>1) “Cada um tinha os seus ideais, desde que respeite a idéia do outro[...]. Eu sempre conversava: ‘Vocês podem ter os seus partidos, mas respeitem a opinião dos teus colegas!’ [...] Encontrei com um aluno, até advogado ele é: ‘Dona Iró, a senhora nos deu uma lição de democracia naquela época em que não havia democracia [...]’. (AHMJSA, 1992, p. 26).</p> <p>2) Na escola, em tempo de ditadura: “Então, não foi fácil segurar por causa disso, né? Mas eu sempre permiti que eles fossem a esses encontros [estudantis] e depois transmitisse, né? Mas no transmitir, sempre tinha essa conselheira deles, que eles aceitaram, que eu via as coisas. Quer dizer, eles não poderiam estar querendo fazer um levante de coisas assim, que eu tinha que controlar isso muito[...]. Hoje, já não tem isso. Não tem isso porque nós estamos numa, numa</p>	<p>1) Em conversa com um futuro diretor: “Então, tu és homem, pode faltar. Agora, se fosse mulher, eu acho que não daria mais. Este é o meu conselho. Porque tu tens que ter, ter uma visão do que está acontecendo na tua escola[...]”.</p> <p>2) “Naquela época não casavam de religiões diferentes. Então a família dele era toda católica, a minha mãe era católica, mas o meu pai era protestante. E uma das coisas que ele exigiu, é que os filhos fossem protestantes, né? Então, os meus irmãos e eu éramos protestantes”.</p>	<p>1) Classe Média 2) Era professora nomeada do Estado e exerceu funções de gestão 3) Licenciatura em Artes e Magistério; 4) Protestante e, para casar, passou a ser católica; 5) Ser vidora pública/professora; 6) Família: Filha de Pedro Felipe Nabinger e Elma Ana Joana Nabinger. Tinha dois irmãos: Décio e Délia Nabinger. Havia casado em 1938, depois divorciou. Teve quatro filhos: duas meninas e dois meninos.</p> <p>7) Sentiu a diferença pelas condições financeiras: “[...] A mãe foi lá e disse: “Olha, eu vou ter que tirar a Iró da escola, porque eu não posso mais pagar isso, eu tenho dois filhos, né, não tenho condições”. – ‘Não, nós gostamos muito da Iro, - a Irozinha, até me chamavam –, pode deixar ela aqui’. Mas eu via a diferença de tratamento, sabe?”</p>

		<p>democracia em que o aluno pode falar, pode pensar, dizer o que ele pensa, né, e sente [...].</p>	<p>8) Chefiar a Delegacia de Educação: “[...] eu recebo um telefonema da Secretaria de Educação e disseram: ‘Nós precisamos conversar com a senhora, então vamos mandar o carro lhe buscar’. Aí eu disse: agora é Cristóvão de Mendoza, não posso negar ao Secretário de Educação, né? Aí eu fui. Quando cheguei, eu disse? ‘É o Cristóvão de Mendoza?’ Diz ele: ‘Não, não é o Cristóvão de Mendoza, a senhora vai pra Delegacia’. Era o Coronel Mauro e, naquela época, era o Coronel Triches o governador: ‘É um pedido muito especial do governador’.</p> <p>9) Magistério: “[...] foi a minha vida, pois foram trinta e oito anos e meio dedicados à educação.</p> <p>10) Escola Estadual Santa Catarina: “Eu gostava da escola como se fosse a minha casa, né?”</p> <p>“E, depois, eu comecei a sonhar mais alto: ‘Vamos começar, vamos pedir o segundo grau.’”</p> <p>11) Pelos alunos: “Eu podia ter me aposentado aos trinta, né, porque eu gostava da educação, gostava de estar junto com esta</p>
--	--	---	--

			juventude. [...] Tinham necessidade de alguém que os orientasse, que desse carinho, que estivesse ali nas coisas que eles faziam [...]”.
			12) Tem uma rua do bairro Colina Sorriso com seu nome.
Rachel Calliari Grazziotin	<p>1) Chegou a ser rainha do Esporte Clube Juventude. Em seguida, teria refletido e mudado o foco. Com as mãos na cabeça, teria dito: ‘O que eu estou inventando de ser rainha de beleza’. E decidiu se transformar, passando a atuar na política (AHMJSA, 2012, p. 15).</p> <p>2) Pela luta em torno dos direitos das mulheres e das adolescentes, a quem foi defensora de uma casa de acolhida àquelas violentadas, teve seu nome batizando o espaço quando ele se efetivou na cidade: Casa Viva Rachel.</p> <p>3) “[...] Sábado e domingo, ela nunca estava em casa, nunca estava em casa, estava sempre fazendo reuniões em clubes de mães, com professoras, com operárias, orientando, sugerindo. Ela era incansável!” (AHMJSA, 2012, p.</p>	<p>1) Na sessão ordinária de 3 de março de 1983, se solidarizou com a família de um motorista que havia sido morto de maneira violenta. “A violência é abominável sob qualquer de suas formas e indesejável, não é, e não deveria ser uma característica da sociedade brasileira como o é, mas quero lembrar também que desconheço violência maior que a violência coletiva, que é a ausência de pão na mesa do trabalhador” (CMCS, 1983, p. 7).</p> <p>2) Por meio de projeto de sua autoria, nasceram leis como a de número 2.813/1983, que autoriza o ingresso de mulheres grávidas pela porta da frente dos ônibus; e a de número 2873/1984, que cria o Dia da Mulher Caxiense (16/5, inicialmente, e, depois, mudou para 11/05).</p>	<p>1) Classe Média</p> <p>2) Era advogada e professora;</p> <p>3) Advocacia e História;</p> <p>4) Católica;</p> <p>5) Servidora/prof./advogada;</p> <p>6) Família: filha de Laurindo Grazziotin e Maria Calliari Grazziotin, comerciantes. Tinha cinco irmãos: Mário, Roberto, Mércio, Ana Maria, Laurindo. Nasceu em 21 de agosto de 1937, em Antônio Prado/RS; e faleceu em 1º de fevereiro de 1996, em Passo de Torres/SC. Foi casada com Nilo Domingues Mano, e teve uma filha: Márcia.</p> <p>7) Foi a primeira mulher presidente da Câmara Municipal de Caxias do Sul. E desempenhou a função por dois momentos: em 1985 e em 1986.</p>

		<p>16). Teve destaque na defesa do menor, sendo presidente da Comissão Municipal de Amparo à Criança (Comai), com atuação em programas sociais, voltados às meninas-mães solteiras.</p> <p>4) Para homenageá-la e ajudar a eternizar seus feitos, cerca de duas décadas após sua morte, a Ordem dos Advogados do Brasil Caxias do Sul (OAB/RS) criou a biblioteca local do sodalício que tem o nome de Rachel Calliari Grazziotin. Existem também a Avenida Rachel Calliari Grazziotin, no bairro Cidade Nova, e a escola Estadual de Ensino Médio Rachel Calliari Grazziotin, no bairro Fátima, à Rua Amadeo Rossi, 921, inaugurada pelo então governador Olívio Dutra/PT (1999-2002).</p>		
<p>Rosane Fátima Hamborsch</p>		<p>1) Contato com a igreja: na Juventude Operária Católica (JOC), pôde “[...] sair de minha zona de conforto, conhecer outras ideias, outras pessoas e pessoas ligadas aos partidos. Meus finais de semana não eram mais na roça. Eram, agora, em reuniões. Eu acreditava que poderíamos mudar o</p>	<p>1) Escolhida pelo bairro: em uma prévia “interna”, os moradores do Rizzo poderiam votar e serem votados. O resultado apontou Rosane como candidata do bairro ao Legislativo municipal.</p> <p>2) A região se mobilizou e elegeu Rosane vereadora, a primeira mulher da região do Rizzo a</p>	<p>1) Classe Média; 2) Era advogada; 3) Advocacia; 4) Católica; 5) Educadora/advogada; 6) Família: filha de Lídia Dani e de Frederico Florentino Hamborsch. Tem três irmãos: Renita Beatriz Hamborsch Borges, Rosângela Lourdes Medeiros e Roni Carlos Hamborsch. É casada com Waldir Jesus Lemos do</p>

		<p>Revela mundo", revela Rosane (2020, p. 2).</p> <p>2) Aos 16 anos, participou da primeira campanha política a um candidato desconhecido de seu bairro.</p> <p>3) Voluntária: como advogada, representou, gratuitamente, pessoas sem recursos financeiros.</p>	<p>chegar no Parlamento municipal: “nós fizemos a campanha bem focada no bairro”, contou ela (AHMJSA, 2017, p. 20).</p> <p>3) Dedicção: Em 1992, “o trabalho na Câmara foi muito intenso porque a gente estava fazendo a lei orgânica do município, que tinha de ser ajustada à Constituição de 1988”.</p>	<p>Nascimento e não tem filhos.</p> <p>7) “Eu ia fazer algumas compras e todos me conheciam (todos conheciam todos no Rizzo). Eles, né, chamavam de empregadinha (porque era pequena e fazia algumas tarefas, fazia as compras, cuidava das outras três meninas)” (2020, p. 1), recorda;</p> <p>8) Em 1999, foi convidada pelo então vereador-presidente Waldemar Biglia a ser diretora da Câmara Municipal de Caxias do Sul, local em que tinha exercido a vereança de 1989 a 1992.</p> <p>9) Nos 125 anos do Legislativo caxiense, recebeu homenagem em nome das mulheres vereadoras da história da cidade.</p>
<p>Geni Peteffi</p>		<p>1) Além de vereadora e prefeita em exercício, registrou atuação partidária, presidindo o PMDB;</p> <p>2) Também integrou a Sociedade Esportiva e Recreativa (SER) Caxias, seu time do coração;</p> <p>3) Sobre a política: disse na plenária de 13/12/2012: "Quando lá, em janeiro de 1989, iniciei minha</p>	<p>1) Foi a vereadora que alcançou o maior número de mandatos consecutivos no Parlamento caxiense: seis.</p> <p>2) Em 2012, também assumiu como prefeita em exercício.</p> <p>3) Era presidente do PMDB de Caxias.</p> <p>4) Por diversas vezes, esteve à frente das lideranças da bancada</p>	<p>1) Classe Média;</p> <p>2) Era empresária;</p> <p>3) Formada em Ciências Econômicas e Administração de Empresas;</p> <p>4) Católica;</p> <p>5) Administradora/economista;</p> <p>6) Família: filha do empresário Alfredo Belizário Peteffi e da dona de casa Olinda Pontalti Peteffi. Teve quatro irmãos, era solteira e sem filhos.</p>

		<p>carreira política como vereadora nesta Casa, não tinha ideia de que esta história duraria tanto tempo. Foram 24 anos e, olha, parece que foi ontem que tudo começou. Lembro que, nas primeiras sessões, eu quase não falava, apenas ouvia, mas, com o passar dos anos, fui pegando o jeito. Comecei a gostar da coisa. Dizem que quem entra na política se apaixona e não sai mais, pois é, eu me apaixonei, fiz disso minha vida e, desta Câmara, minha casa". Essas palavras também estão grifadas em uma placa em sua homenagem na Câmara.</p>	<p>do PMDB e do governo municipal (de 2005 a 2011, durante a administração do ex-prefeito José Ivo Sartori).</p> <p>5) Nas legislaturas, presidiu, constantemente, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Fiscalização e Controle Orçamentário da Casa.</p> <p>6) Entre suas propostas: a criação do Dia Municipal de Combate ao Câncer de Mama (18 de julho), instituído pela lei 6.391/2005; e do Troféu Mulher Cidadã, esse em conjunto com a então vereadora Ana Corso/PT.</p> <p>7) No seu primeiro mandato, Geni formou a bancada feminina ao lado da então vereadora Rosane Hambsch/PDT.</p>	<p>7) Em sua trajetória, recebeu a Medalha do Centenário da Imigração Italiana; o Prêmio Top of Mind, em 2004, 2005 e 2006; o Troféu Destaque Político da Região Nordeste da Revista Imagem News; o Troféu Ana Terra.</p> <p>8) Em 2013, foi homenageada pelo Legislativo caxiense, com o Troféu Mulher Cidadã, entregue pela Câmara a mulheres que contribuem com a comunidade.</p> <p>9) Por meio de decreto legislativo aprovado em 2013, a principal Sala das Comissões da Câmara foi denominada Vereadora Geni Peteffi.</p>
<p>Silvana Teresa Piroli</p>	<p>1) "Foi na eleição de 88 que concorri pela primeira vez. Como tinha militância na pastoral da juventude concorri a vice-prefeita em Flores da Cunha. Desta jornada, aprendi que para as mulheres, mesmo que soubessem se expressar, diziam até</p>	<p>1) "[...] As possibilidades eram muito limitadas pra uma menina pobre do interior. Fiz o quase impossível. O imponderável para alguns. Pois ser mulher e estudar já eram uma afronta, imagina concorrer e se meter em política. Ainda bem que muitas fizeram o</p>	<p>1) Classe Média; 2) Professora; 3) Formanda no Magistério e em Filosofia; 4) Católica; 5) Servidora pública/Prof.; 6) Família: filha dos agricultores Maria Mioranza Piroli e Gelmino Piroli, tem dois irmãos. Nasceu em 15</p>	

		<p>fala bem, pena que é uma mulher. Isso doi na alma. Mas fizemos uma boa campanha” (2020, p. 1, entrevista complementar respondida à pesquisadora).</p> <p>2) “Lembro das discussões e conversas na Pastoral da Juventude e na Pastoral Universitária. Nesses espaços, líamos, debatíamos e pensávamos como poderia ser um mundo diferente dentro do que pregava a teologia da libertação” (2020).</p> <p>3) “A entrada no serviço público também me abriu a oportunidade de iniciar minha militância sindical. Passei a me envolver na luta por melhores salários e, em 1986, participei da primeira diretoria da Associação dos Servidores Municipais [...]. Construímos o estatuto, plano de cargos e salários e o plano de carreira do magistério, em vigor até hoje” (2020).</p> <p>4) “Fui professora, vereadora, secretária municipal da Habitação e coordenadora do Orçamento Participativo. Essa trajetória tem como marca a participação e</p>	<p>mesmo”, disse Silvana, em março de 2020).</p> <p>2) “Fui pra Câmara e apresentei projetos que considerava importante: os conselhos escolares e o sistema municipal de educação. Estes temas me eram caros. Como eram projetos com vício de origem, o governo da frente popular assumiu os projetos e enviou pra Câmara para serem votados [...]. Sempre estive disposta a fazer o que coletivamente era proposto e combinado” (2020).</p> <p>3) “Fui a primeira professora a presidir a associação e a primeira presidente do sindicato” (2020).</p>	<p>de maio de 1964. É casada com Renato Mascarello, com quem tem dois filhos (Renata e Germano).</p> <p>7) “A dona Júlia (catequista) escrevia as poesias à mão em várias folhas de papel e me dava pra decorar, eu pequeninha, cinco, seis anos, encima de um banquinho, encima de uma mesa, declamava a poesia naquela época. Bom, ali eu perdi a vergonha de falar em público, né? [risos] E o meu pai incentivava muito, meu pai gostava de cantar, gostava de ir pra igreja, tinha sido coroinha, ele tinha muito orgulho dessa minha facilidade de expressão” (AHMJSA, 2017, p. 5).</p> <p>8) “Fui agraciada com o prêmio de Personalidade Destaque de 2002 da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (ACOMAC); com o troféu Mulher Cidadã, na categoria promoção da participação política, da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul em 2010; e com o prêmio Destaque Comunitário do Bairro Milenium, concedido pela Associação de Moradores, em 2013” (2020).</p> <p>9) “O maior reconhecimento é poder</p>
--	--	---	---	--

	o processo de construção coletiva, o que se deve, em muito, pela minha formação de professora” (2020).		lembrar com alegria das coisas que participamos” (2020).
Ana Maria Corso	<p>1) “Eu comecei a ter uma participação mesmo política quando eu entrei na Universidade. O meu contato primeiro, assim, de organização e tal foi no movimento estudantil universitário. Ali foi que eu comecei a ter as primeiras reuniões, né, com os estudantes, enfim, pela luta, pela democratização da Universidade, por eleições diretas para reitor, era bem o surgimento... Eu entrei na Universidade em [19]80, então era bem o período em que o PT [Partido dos Trabalhadores] estava surgindo. Então, assim, eu comecei a participar das reuniões dos estudantes universitários e tal e acabei me filiando no Partido lá nos anos de [19]80. Sou fundadora do PT em Caxias do Sul” (AHMJS, 2009), p. 1 e 2).</p> <p>2) “Dez anos depois que eu estava nesse emprego. Então, assim, o Partido me chamou, porque eu entrei na Pettenati em [19]86, daí participei da CIPA [Comissão Interna de Prevenção de Acidentes] interna</p>	<p>1) “[...] Quando eu entrei na Câmara, foi meio que natural eu me direcionar para essa área dos direitos humanos. Então, assim em [19]97, eu participei, pela primeira vez, e presidi a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores. E, a partir daí, essa questão da luta das mulheres, que já vinha da minha luta sindical, da luta pelos direitos, também, dos trabalhadores, dos negros, dos portadores de deficiências, das crianças e adolescentes do sistema prisional [...]”</p> <p>2) “Com a disposição de ajudar a construir uma cidade melhor, tive a felicidade de ser eleita e reeleita por quatro mandatos consecutivos”, recorda em entrevista complementar realizada para esta pesquisa (2019). Entre as propostas que fez e se transformaram em lei na área da mulher, uma delas ocorreu em parceria com a vereadora Geni Peteffi: a criação do Troféu Mulher Cidadã. Também aprovou o Dia de Luta contra a Violência e a</p>	<p>1) Classe Média; 2) Formada em Artes; 3) Licenciatura em Artes; 4) Católica; 5) Trabalhadora têxtil; 6) Família: Filha do caminhoneiro Pedro Irone Corso (de Criúva, Caxias), e da dona de casa Luísa Natalina Mattioda Corso (Monte Bérico, Caxias), juntamente com os dois irmãos Carlos Otávio e Paulo. Nasceu em 15 de outubro de 1958. É casada com Pepe Vargas, com quem tem duas filhas, Isadora e Gabriela.</p> <p>7) “Com a disposição de ajudar a construir uma cidade melhor, tive a felicidade de ser eleita e reeleita por quatro mandatos consecutivos”, recorda em entrevista complementar realizada para esta pesquisa (2019).</p> <p>8) “Eu tive uma passagem, que eu também acho fundamental falar, eu estive na Câmara Federal como suplente, em [19]98, eu acabei assumindo, quando o Olívio Dutra ganhou o Governo do Estado, eu estava na suplência, eu fiquei um ano e meio</p>

		<p>porque tinha toda essa vinculação partidária, de organizar trabalhadores e tal. Daí fui para a CIPA, até para ganhar estabilidade e daí concorri às eleições para o Sindicato de Fiação e Tecelagem aqui de Caxias do Sul, na época o Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Caxias do Sul [...]” (2009).</p> <p>3) “Então, o primeiro diretório do partido [PT] em Caxias do Sul foi em 1980. E eu sou uma das fundadoras do partido” (AHMJSA, 2009, p. 2).</p>	<p>Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18/5).</p> <p>3) “Eu e a Silvana Piroli fomos as duas vereadoras eleitas do PT em 96” (AHMJSA, 2009, p. 8).</p> <p>4) [...] De 1997 até hoje, eu sempre participei da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, presidi ela por cinco anos, eu estou no meu quarto mandato, sempre com excelentes votações. Isso só fortalece que eu estou no caminho certo, que eu estou fazendo a coisa certa, senão, não teria sempre, né, me reeleito, porque é sempre mais difícil se reeleger e sempre com boas votações. Essa última também eu fui a mais votada do partido. E sempre assim atuando nesta linha dos discriminados, dos oprimidos, buscando melhorar a vida deles, buscando assim projetos que deem conta dessa demanda” (AHMJSA, 2009, p. 11).</p>	<p>em Brasília e, também, lá eu atuei nessa área dos direitos humanos com a volta do menino Juan [Iruan], enfim alguns casos que eu me envolvi” (AHMJSA, 2009, p. 11).</p> <p>9) “Meu ingresso na política não foi planejado, foi natural concorrer a um cargo público, pois era, como falei, presidente de um sindicato de trabalhadores. Não imaginava nem eleger e sim ajudar coletivamente meu partido nas eleições de 1996” (2020).</p>
<p>Marisa Formolo Dalla Vecchia</p>	<p>1) “Ingressei no Instituto (orfanato) Santa Terezinha (Madre Imilda, hoje) e fui vencendo a vergonha de falar, depois de ficar muito corada e receber “flautas” de colegas por misturar o português e o dialeto</p>	<p>1) “Assumi a docência no colégio La Salle, em 1967, fui a primeira mulher a dar aula na escola só de alunos homens e professores homens. Foi mais um desafio que me naturalizou, no ambiente educativo masculino, a relação de</p>	<p>1) Classe Média; 2) Professora/Servidora Pública aposentada; 3) Formada em Filosofia e Pedagogia; 4) Católica; 5) Família: filha dos agricultores Laurindo e Thereza Formolo, com seis irmãos (Armando, Velocino, Celestina,</p>	

		<p>italiano. Fui sendo respeitada, pois não me encolhi [...]” (2019).</p> <p>2) “Comecei a integrar o grupo de estudantes que eram estimulados à formação de lideranças na escola pela Irmã Berta. O tempo foi passando. Fiz parte da criação do Grêmio Estudantil e da Juventude Católica (JEC)” (2019).</p> <p>3) “Acabei sendo líder de classe durante todo o Magistério. Estava também na JEC, na UCES e no São Carlos, fazendo parte da Revista da Escola, da JEC e do Grêmio. Tudo isso foi me forjando a aprender a liderar e formar equipes de lideranças” (2019).</p> <p>4) Na faculdade de Filosofia, em plena ditadura, tivemos que aprender a fazer resistência e lutar pela democracia. Os clubes de cinema, o Diretório Acadêmico Pio XII, o DCE, a JOC foram organizações sociais fortes para a luta democrática” (2019).</p> <p>5) “[...]. Conseguimos, com muita luta e organização, criar a Associação de Docentes e de Funcionários.</p>	<p>não ter medo de enfrentar o convívio machista de muitos na sociedade, nas famílias, nas igrejas e nas escolas” (2019-2020).</p> <p>2) “Em 1967, participei de uma seleção para uma bolsa-estágio de 30 dias para conhecer melhor a proposta de reforma do Ensino Superior, para os Estados Unidos. Fui a única mulher gaúcha aprovada. Aí me disseram que não dava para uma mulher e 39 jovens homens. Eu não ficaria à vontade” (2019).</p> <p>3) “De candidata à vereadora, virei vice-prefeita eleita. Ao padre Roque, devemos muito, pois era ele o mais capacitado e preparado... Sua renúncia deixou espaço para ser a primeira mulher eleita para o Executivo em Caxias do Sul” (2019).</p> <p>4) “Cheguei a ser a primeira mulher eleita vice-prefeita em Caxias do Sul, sem ter estabelecido isso como meta de vida, opção de vida, mas fui sendo constituída. Estou sempre sendo, em transformação constante. Sabia que estava remando em direção ao sol, mas não imaginava encontrar,</p>	<p>Odina, Valdoino e Jacir). Nasceu em 9 de novembro de 1946. É casada com Vilson Pascoal Dalla Vecchia, com quem tem três filhos: Thiago, Carolina e Giovana.</p> <p>6) “Queria aprender catequese na Igreja da Rocca para fazer a primeira comunhão. Como sabia tudo do catecismo, fui escolhida para segurar a patena na hora da comunhão em São Vigilio. Era só menino que fazia parte desse rito na missa. Senti que o conhecimento e o saber me davam reconhecimento” (2019, p. 1).</p> <p>7) “[...] a Diocese de Caxias do Sul resolveu criar um Centro de Direitos Humanos para defender os trabalhadores explorados no mundo do trabalho e fui escolhida para representar o setor da educação (2019-2020)”.</p> <p>8) “Em 1991, quando fui eleita, no Encontro Nacional, em Brasília, para fazer a coordenação nacional de formação em Direitos Humanos” (2019-2020).</p> <p>9) Estar na profissão de professora e na universidade facilitou o</p>
--	--	---	--	---

	Fortalecemos o sindicato dos professores, a ANDES, lutamos contra o acordo MEC/USAID, fora FMI, o petróleo é nosso” (2019).	também, outras estrelas!” (2019).	reconhecimento público na política partidária e nos processos eleitorais. Pois, ao mesmo tempo em que produzia conhecimento científico, trabalhava em projetos de extensão em educação popular e pesquisa – ação (2019).
Justina Inez Onzi	<p>1) Prestou vestibular para Serviço Social na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Iniciou o curso e logo integrou o Diretório Acadêmico de Serviço Social, dando início à sua militância estudantil (2015).</p> <p>2) A militância social despontou quando atuou como professora e estagiária de Serviço Social na Escola Estadual Melvin Jones. Criou e coordenou o “Grupão da Comunidade” (com lideranças institucionais e de movimentos sociais), envolvendo o bairro Planalto, onde a instituição de ensino funcionava e funciona até hoje (2015).</p> <p>3) “Nunca me conformei, nunca aceitei que alguém passasse fome, que uma criança estivesse desnutrida, sabe? Aquele pai que trabalhava e a mãe que também tinha que trabalhar, que amarrava a criança no pé da mesa, que a</p>	<p>1) O primeiro mandato veio em 2000, para a vice-prefeitura de Caxias do Sul, tendo Pepe Vargas (PT) como prefeito em segundo mandato.</p> <p>2) Antes, no primeiro mandato da sigla na cidade (1997-2000), havia sido secretária municipal de Saúde, cargo que conciliou com a vice-prefeitura caxiense, num período seguinte (2002-2004).</p> <p>3) Na vice-prefeitura e no comando da Secretaria Municipal da Saúde, estabeleceu a gestão plena para Caxias do Sul. Nesse caso, a cidade passou a atender mais demandas e a receber mais recursos. Justina fez a estruturação do Sistema Municipal de Saúde e foi coordenadora regional de Saúde. Nesse caminho, ocorreram melhorias no campo da saúde, que, diretamente beneficiaram a mulher, como o funcionamento do Hemocentro e a instalação da Central de Exames.</p>	<p>1) Classe Média;</p> <p>2) Professora e assistente social/Servidora Pública aposentada;</p> <p>3) Formada em Magistério e Serviço Social;</p> <p>4) Católica;</p> <p>5) Família: filha de Adolfo Germano Onzi (agricultor e dono de queijaria) e de Lourdes Maria Bonalume Onzi (costureira), com quatro irmãos: Juvelina, Jiraci, Geni e Antenor. Nasceu em 18 de junho de 1955 e morreu em 18 de abril de 2020, em Caxias do Sul, vítima de câncer de mama. Era casada com Delmir Sergio Portolan, com quem teve duas filhas (Karen e Vitória). Também tiveram um filho (Gustavo) que morreu aos quatro dias, vítima de intercorrência hospitalar.</p> <p>6) “Quando a gente foi pra reeleição, que o Pepe foi pra reeleição e que eu fui pra eleição como vice-prefeita, nós chegávamos nos bairros, eles diziam assim: “Eu vou votar no senhor, por causa da saúde.” Aí ele dizia: “É</p>

		<p>gente encontrou, isso não era justo, não era justo. Então foi pelo o que eu fui encontrando na vida, eu fui fazendo as minhas opções” (2015).</p> <p>4) A alma solidária, o envolvimento comunitário e a atuação voluntária que ajudaram na estruturação do bairro Planalto Ihe inseriu na militância partidária. Ingressou no PT em 1982.</p> <p>5) “Desde criança, tive exemplos, testemunhos vivos, trabalhos comunitários e dedicação concreta de meus bisavós, avós, pais, tios, enfim de todos os familiares na nossa comunidade Forqueta Baixa e localidades vizinhas. Sempre acompanhei meus pais nos trabalhos comunitários” (2020, p. 1).</p>	<p>4) Isso tudo, além dos programas específicos voltados à saúde da mulher. Entre os quais: testagem do HIV/AIDS nas Unidades Básicas de Saúde para identificação de gestantes infectadas para o seu acompanhamento e do bebê; Programa “Acolhe o Bebê”, para a captação precoce e o monitoramento das gestantes e crianças recém-nascidas.</p>	<p>a Justina aqui que foi a secretária”. O pessoal não me conhecia, porque a gente não..., eu tenho esse estilo de não...” (AHMJSA, 2015; 2019, p. 35-36).</p> <p>7) “Em 2004, quando encerrávamos oito anos de administração municipal da Administração Popular, liderada pelo PT na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, depois de ter exercido os cargos de secretária Municipal da Saúde por seis anos e vice-prefeita por quatro anos, fui incentivada a concorrer ao cargo de prefeita. Na ocasião, não aceitei esse novo desafio por optar em cuidar mais de perto e intensivamente de minhas filhas [...] (AHMJSA, 2015; 2019, p. 36)</p> <p>8) Em 2009, recebeu do Legislativo caxiense o Troféu Mulher Cidadã, pela atuação no campo da saúde.</p>
<p>Denise da Silva Pessoa</p>		<p>1) “Desde criança, eu participei de reuniões. Desde o berço, o meu pai e minha mãe iam para as reuniões e eu ia junto como criança, né, eu e minha irmã” (AHMJSA, 2014).</p> <p>2) Sempre foi representante de turma e, desde os 15 anos, participa de ações no PT.</p>	<p>1) Foi a vereadora mulher mais jovem a assumir como titular no Legislativo caxiense, em 2009, aos 25 anos.</p> <p>2) Concorreu a uma vaga no Parlamento municipal em 2008 e se elegeu já na primeira tentativa. “E eu pensava, meu Deus, eu sem... Imagina eu ser candidata, com...,</p>	<p>1) Classe Média; 2) Professora e arquiteta e urbanista; 3) Formada em Magistério e Arquitetura e Urbanismo; 4) Católica; 5) Família: filha de Oscar da Silva Pessoa (pedreiro, construtor civil e líder comunitário) e de Benta das Graças Pessoa</p>

		<p>3) Chegou a presidir o Diretório Acadêmico de Arquitetura e integrou a Federação Nacional dos estudantes de Arquitetura (Fenea), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a Pastoral da Juventude. Paralelamente, sempre esteve envolvida nos movimentos de bairro.</p> <p>4) “Meus pais me deram o sentido de viver coletivamente e em solidariedade com o outro. Minha vivência na Pastoral de Juventude reforçou minha compreensão e meu compromisso com as juventudes [...]” (2020).</p> <p>5) Atuou no Conselho Municipal do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural, de 2007 a 2008; assumiu a direção da Amob Garbin e foi assessora nos temas Juventude e Mulheres no Gabinete da Deputada Estadual Marisa Formolo.</p>	<p>estava com quase vinte e quatro anos, eu ser candidata, sem dinheiro, eu era uma gurria” (AHMJSa, 2014).</p> <p>3) Foi a primeira mulher vereadora na titularidade do cargo a ser gestante, permanecendo no Parlamento ao longo de toda a gestação, e a ter seu filho durante o mandato. Ou seja, seguiu na função legislativa em plena fecundidade materna.</p> <p>4) Foi e é a primeira mulher à frente da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara caxiense.</p> <p>5) “Ser a vereadora mais jovem de Caxias do Sul, ser a única vereadora de uma legislatura com 22 homens, atuar em lutas como direitos humanos, defesa dos PCDs, dos negros e negras, das mulheres, da população LGBT, dos novos imigrantes e defender a democracia são marcas do nosso trabalho” (2020).</p> <p>6) Entre suas iniciativas mais recentes: a lei complementar 559/2018, que permite a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato em maternidades,</p>	<p>(professora), tem dois irmãos (Márcia e Rodrigo). Nasceu em 17 de junho de 1983. É casada com Danilo da Silva, com quem tem um filho.</p> <p>6) “Minha primeira eleição e as reeleições que se sucederam são, em minha opinião, o reflexo do meu esforço e comprometimento e, sobretudo, são o atestado de que meu trabalho é reconhecido pela comunidade. Entrar e, sobretudo, permanecer no cenário político é uma forma de resistir; ocupar esse espaço sendo uma mulher, mãe, em meio a um histórico político que costuma restringir esses espaços a homens brancos, defendendo a luta pelos Direitos Humanos, pelos negros e negras, em defesa dos PCDs, da população LGBT, dos novos imigrantes e defendendo a democracia, são minha forma de permanecer na militância que cresci acompanhando e, principalmente, minha contribuição para as mudanças que desejo ver na sociedade” (2020).</p> <p>7) Em 2016, Foi homenageada com o Troféu Mulher Cidadã pelo Parlamento caxiense por sua contribuição na</p>
--	--	--	--	--

		estabelecimentos de saúde e hospitais; e a lei 8.414/2019, que cria a política contra o machismo nas escolas municipais, buscando valorizar as mulheres.	“Promoção da participação política”.
Maria Helena Sartori	<p>1) Na faculdade, aproximou-se do movimento estudantil.</p> <p>2) Na década de 1980, então, Maria Helena foi vice e depois diretora do Núcleo do Centro dos Professores do Estado do RS (Cepers), em Caxias. Ingressou na política partidária desde que se casou, em 9 de julho de 1976, acompanhando o marido nas atividades do PMDB, hoje MDB.</p> <p>3) Tais vivências contribuíram para que decidisse se candidatar à Assembleia gaúcha, ficando como suplente na primeira tentativa em 2006, e elegendose em 2010.</p>	<p>1) Ao avaliar as ações de campanha e acontecimentos que contribuíram para chegar à vitória eleitoral e foram empoderadores, tornando-se prioritários para a eleição, a ex-deputada cita: o trabalho que executou no PMDB Mulher Estadual, a discussão do papel da mulher na política e a atuação nos movimentos que fez parte (2020).</p> <p>2) No mandato, que se estendeu de 2011 a 2014, defendeu, principalmente, causas como das mulheres, da educação e do desenvolvimento econômico.</p> <p>3) Como deputada, foi líder do governo, líder de bancada, presidente de comissões das comissões de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle (2005-2006 e 2011-2013) e de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo (2014-2016).</p> <p>4) Também passou pelo Executivo estadual, como primeira-dama e</p>	<p>1) Classe Média;</p> <p>2) Professora;</p> <p>3) Formada em Filosofia;</p> <p>4) Católica;</p> <p>5) Família: filha de Pedro Antônio Migot (pedreiro) e Adelina Teresa Scotta Migot (costureira, dona de casa e chegou a lavar roupa para fora), tem dois irmãos. Nasceu em 23 de outubro de 1952. Em 9 de julho de 1976, casou com José Ivo Sartori, com quem tem dois filhos (Marcos e Carolina).</p> <p>6) Foi homenageada com o Troféu Mulher Cidadã da Assembleia Legislativa do Estado (2006) e o Troféu Mulher Cidadã da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul (2014)</p> <p>7) Também recebeu o Troféu Sescon, Destaque CRC-RS (2017), o Troféu Mulher Nota 1000 UAB Caxias do Sul e a Medalha Ministério Público Estadual 2018</p> <p>8) “Sempre acreditei que é possível construir uma sociedade melhor, com mais equidade. Isso sempre foi uma crença e uma meta. A política foi</p>

		<p>secretária de Estado (2015-2018).</p> <p>5) Entre os projetos de lei que apresentou como parlamentar e tem relação direta com o público feminino, está o PL131-2011, que institui o período do dia 18 de julho como Semana Estadual de Combate ao Cancer de Mama.</p> <p>6) Foi primeira-dama de Caxias (2005-2012: “[...] foi na condição de primeira-dama que tive as possibilidades de participar de projetos de políticas públicas, como a implantação do PIM, Primeira Infancia Melhor, das Cipaves nas escolas municipais, do programa Vigimama, do programa Bebê tem hora certa [...]” (2020).</p>	<p>o instrumento pra construir políticas públicas com essa finalidade [...]. Sinto-me gratificada pelas oportunidades e realizações” (2020).</p>

Fonte: Autora (2019-2020); e entrevistas concedidas pelas mulheres eleitas ou seus parentes e amigos(as) ao AHMJSA.

ANEXO B – Síntese extraída das autobiografias

MARISA FORMOLO	
Cargo(s)	Vice-prefeita; prefeita em exercício e ex-deputada.
Partido	PT
Mandato(s)	1997/2000 (vice-prefeita) e prefeita em exercício por um período em 2000. 2007/2010 e 2011/2014 (deputada estadual)
Naturalidade e (deixar claro o local)	Nossa Senhora da Rocca, na 6ª Léguas, Travessão Hermínia, Caxias do Sul/RS.
Origens	Filha de Laurindo Formolo e de Thereza, agricultores. Irmã de Armando, Velocino, Celestina, Odina, Valdoino e Jacir (seis irmãos).
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	Nasceu em 9 de novembro de 1946, na Nossa Senhora da Rocca, 6ª Léguas, Travessão Hermínia. É casada com Vilson Pascoal Dalla Vecchia, com quem tem três filhos: Thiago, Carolina e Giovana; as netas Manuela e Verônica, os genros Pablo e Eduardo e a nora Yael.
ACONTECIMENTOS	
INFÂNCIA	<p>- Impacto da morte de uma das avós: “Eu lembro, aos dois anos e meio, faleceu a minha avó, a Carolina Peteffi Formolo, casada com o nonno Luiggi, eu lembro inclusive a roupa que eu tinha, porque foi tão marcante a morte dela, e a morte era sempre uma experiência muito dura, muito cultivada na família rural, né...” (2008; 2013, p. 1).</p> <p>- Insistiu para ingressar na escola: “Eu estudei na Nossa Senhora da Rocca, lá, a minha casa e a escola eram cinquenta metros de distância uma da outra, porque não havia escolas na região, havia muitas crianças. Meu pai e os vizinhos se organizaram e construíram uma escola perto da minha casa, no terreno nosso, e eu via as crianças irem pra escola e eu não tinha idade pra estudar, mas eu brincava, ficava esperando que eles chegassem, brincava no intervalo, acompanhava a saída, e eu sempre queria entrar pra estudar e não tinha chance porque eu tinha pouca idade. Chegou uma época, quando eu tinha seis anos, a dona Esther [Troian] Benvenuti era diretora da Diretoria Municipal de Ensino [hoje Secretaria Municipal da Educação] e ela visitava as escolas, e eu lembro que, numa das vezes que ela foi pra escola, a professora Dirce Corrente, que era a professora de lá, né, ela disse: ‘Dona Esther, eu estou cansada de ver essa menina que sempre quer entrar, ela queria estudar e ela não tem idade!’. E ai ela disse: ‘Olha, se a senhora quiser que ela entre, só não dá pra matricular porque ela não tem idade, a lei impede’. E ela me aceitou, eu entrei na escola, comecei a estudar, fui estudar com seis anos, eu não tenho registro de matrícula no primeiro ano e não tenho nota no primeiro ano porque não tinha como ser registrada. Eu lembro a alegria de eu poder entrar, sentar no banco, aqueles bancos de madeira duplos, e poder curtir a leitura, porque eu via os livrinhos de história que a escola tinha e eu só entendia as figurinhas, eu queria entender o texto, eu queria ler coisas da igreja, que a gente era muito estimulada à oração, além do terço, aquelas orações que acompanhavam a capelinha, né, e eu não conseguia porque não entendia as palavras. E com isso foi..., pra mim, foi uma grande vitória e, aliás, eu descobri, Sônia [entrevistadora do</p>

	AHMJSA), eu aprendi que a gente tem possibilidade de conquistar direitos e lutar pelos direitos lá, na minha infância” (2008; 2013, p. 2).
ADOLESCÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> - Saiu da colônia para estudar na cidade, no Colégio Madre Imilda; - Integrou o Grêmio Estudantil e as liturgias na Igreja Nossa Senhora de Lourdes; - Fez o curso de técnica em Contabilidade no Colégio São Carlos, já que o pai queria. E fez o Magistério no Madre Imilda, pois “eu queria”; - Presente no Curso de Formação de Lideranças e, na escola, passou a ser líder na sala de aula.
JUVENTUDE	- Participou da Juventude Estudantil Católica (JEC): “um compromisso social cristão permanente de minha prática da fé”; no Grêmio Estudantil e na União Caxienses de Estudantes.
MILITÂNCIA SOCIAL	- Coordenou a Juventude Estudantil Católica (JEC) em Caxias do Sul e na Diocese.
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROF. (Ens. Superior)	<ul style="list-style-type: none"> - Formou-se em Magistério; e em Técnico em Contabilidade. No Ensino Superior, em Filosofia e Pedagogia, com Mestrado em Planejamento em Educação. - Foi a primeira da família que ingressou no Ensino Superior; - Implantou e dirigiu o jornal Philos, no curso da Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS); - Elegeu-se, em uma disputa acirrada contra a juventude da Arena/oposição, presidente do Diretório Acadêmico (DA) de Filosofia e compôs o conselho de DAs que criou o Diretório Central dos Estudantes (DCE), com o colegiado de DAs; - Foi a primeira mulher a lecionar no Colégio La Salle, que era somente alunos e professores homens; - Aceitou o convite do professor Jayme Paviani, sendo aprovada pelo reitor Virvi Ramos, para ser docente na UCS em 1969; - Assumiu a coordenação do primeiro Programa de Pesquisa da UCS, obtendo bolsas de pesquisas do MEC até então somente destinadas a universidades federais; <p>A partir da atuação na UCS, destaca três grandes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação Socioeconômica dos Menores em Caxias do Sul (Sisem); - Educação na periferia urbana: uma metodologia participativa de educação e cultura; - Semanas de Educação em Caxias do Sul; - A história da educação em Caxias do Sul - Rede Municipal: "Retratos de um saber"; - Grandes debates na base nacional e grandes eventos integradores de todas as redes e níveis de educação. Entre os palestrantes que participaram: Paulo Freire, Moacir Gadotti, Maurício Tragtenberg, Frei Matias... - Participei do Conselho Diocesano e das Assembleias de Pastoral da Diocese de Caxias.
Atuação na comunidade (igreja, movimentos sociais...)	<ul style="list-style-type: none"> - Na Nossa Senhora da Rocca, no interior, e na Igreja de Lourdes, na área urbana de Caxias, participou e participa das atividades comunitárias. - Integrou o Centro Pastoral dos Direitos Humanos e ações em defesa da agroecologia e das mulheres. - “O local da cidade em que mais atuei foi através da Igreja e do Centro de Direitos Humanos, na liturgia, na formação de jovens para militância

	<p>engajada na prática social, na comunidade de vigílias de oração, nas organizações de jovens da prática esportiva, nas reuniões dançantes de domingo à tarde. Na década de 1990, tínhamos seminários locais e regionais com temas sobre a violência, a exclusão de direitos, a luta pela anistia, a proteção aos perseguidos políticos. Nessa mesma década, assumi a coordenação nacional de formação em Direitos Humanos. Foi um período de trabalhos publicados na Itália, participação em congressos internacionais e apresentação de pesquisas. Representei o Brasil na Conferência da ONU, em 1993. Nessa ocasião, estive ministrando um curso para militantes italianos (Milal), em Padova. Estive também visitando entidades em sete países da Europa para buscar recursos para a formação em Direitos Humanos no Brasil. Conseguimos criar um Banco Nacional de Dados sobre a violência visível na imprensa em 26 estados brasileiros. Produzimos várias sistematizações e as publicamos com apoio do Ceal, do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) e do Centro de Direitos Humanos de Caxias do Sul”.</p>
<p>Ingresso na política partidária</p>	<p>- Em 1994, no PT, mas, desde a década de 1970, militava na educação e nos direitos humanos. - “Após minha demissão e readmissão na UCS, por determinação jurídica, fiquei um tempo até a aposentadoria. Fui convidada a entrar no PT por Silvana Piroli, Rudimar Caberlon, Roque Grazziotin e Geci Prates”.</p>
<p>CAMPANHA ELEITORAL</p>	<p>- Campanha de 1996, à vice-prefeitura: “Lembro que eu considerei pitoresco, mas bem expressivo em 1996 em campanha, foi quando um jornalista de um meio de comunicação chegou perto de mim e disse-me “Apesar da senhora ser mulher” – ele queria saber como eu estava sentindo a política nessa conjuntura que estávamos disputando, quando ele diz “Apesar da senhora ser mulher”, eu olhei pra ele e disse: “O quê?” E ele repetiu. Quando ele repetiu, ele se escutou e se deu conta que de fato ele mesmo expressava a visão preconceituosa, discriminatória que há na conduta da sociedade sobre a mulher na política. Havia, porque acredito que de 1996 a 2013, são dezessete anos, e com o que já avançou na história da humanidade, como têm várias mulheres fortes no mundo, como até a Presidenta Dilma hoje, foi se assumindo, e eu fui lentamente sentindo isso, quando eu assumi a prefeitura, a primeira vez então como vice-prefeita, o Pepe saiu, eu acabei sendo a prefeita, então no dia que eu assumi como prefeita da cidade, também foi um outro fato histórico: era a primeira vez que uma mulher, sendo vice-prefeita, se torna prefeita. E eu sentia que na imagem das mulheres isso ajudava a fazer élan da força feminina também na política. Então, eu não me sentia eu, a Marisa assumindo a função de vice-prefeita, sendo a primeira prefeita também da cidade, mas as mulheres que fizeram a história dessa cidade eu estava carregando uma a uma, e queria que todas se sentissem juntas, porque é isso, quem tem o privilégio de estar nas funções tem que assumir o sentimento e a força das pessoas que ela representa. E, ao mesmo tempo que eu senti alegria, senti a emoção e senti o orgulho e a responsabilidade de fazer bem, de fazer com rigor, de superar a discriminação que era comum” (AHMJSA, 2012; 2015, p. 31).</p> <p>- Influência do conhecimento acadêmico: “O fato de ter reconhecimento científico em várias áreas me permitiu dialogar com setores conservadores da sociedade, como foi no caso da CIC, que, quando fui fazer campanha</p>

	<p>em 1996, vários empresários disseram: ‘Ela é inteligente’, ‘Ela domina vários temas da economia e do desenvolvimento’” (2019, p. 4).</p> <p>- Rede de apoios:</p> <p>“Voltando para minha primeira eleição, preciso recordar como efetivamente fui alçada à candidatura de vice-prefeita. Em 1996, as pastorais sociais da Igreja decidiram no Conselho Diocesano de Pastoral apresentar nomes à vereança local. Na época, a Campanha da Fraternidade estimulou leigos a participarem da vida político-partidária e a concorrerem a postos públicos. O padre Roque Grazziotin liderou esse processo. Fomos escolhidos o Elói Galon e eu para sermos candidatos para vereador e vereadora nas eleições de 1996. O padre Roque era o escolhido a ser candidato a vice-prefeito. Já tinha sido candidato em 1988, constituindo a Frente Popular, formada pelo PT, PCdoB e PSB, mas não quis sê-lo. Lançou meu nome junto com muitos outros companheiros e companheiras [...]. De candidata à vereadora, virei vice-prefeita eleita. Ao padre Roque, devemos muito, pois era ele o mais capacitado e preparado... Sua renúncia deixou espaço para eu ser a primeira mulher eleita para o Executivo em Caxias do Sul.</p> <p>Sei que tantos privilégios a vida me permitiu viver. Mas, a vida na casa e o apoio que tive na família e nos amigos e amigas me possibilitaram uma trajetória forte, diversificada e intensa” (2019, p. 4).</p>
MANDATO POLÍTICO	<ul style="list-style-type: none"> - Ter sido eleita primeira mulher como vice-prefeita de Caxias do Sul (1996) e prefeita em exercício; - Ter sido eleita primeira professora deputada estadual representando Caxias em 2006; - Ter sido liderança do encerramento do modelo de pedágio existente no Estado até 2014; - Ter conseguido a aprovação da lei das Pioneiras da Ecologia e não ter conseguido aprovar o projeto que implantaria o Selo de Identificação dos Alimentos Produzidos com Agrotóxicos; - Ter conseguido homenagear na Assembleia Gaúcha, em 8 de março, mulheres líderes em diferentes áreas de atuação no RS, paralelamente às homenageadas pela Assembleia; - Ter tido enfrentamento ideológico com deputados de oposição, especialmente em programas televisivos como “Conversas Cruzadas” (TV COM) e no “Polêmica”, com Lauro Quadros.
Atuação no mandato (temas e localização)	<p>- Em áreas relacionadas à educação, às mulheres, à agricultura, aos direitos humanos e à soberania alimentar. Na prefeitura de Caxias e na Assembleia Gaúcha, elaborou muitos projetos nesses campos.</p>
Leis, projetos/propostas e ações voltadas à defesa da mulher	<p>Na atuação parlamentar, apresentou diversos projetos. Entre eles, alguns viraram leis, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Lei de Licença Maternidade na Assembleia gaúcha, para deputadas * Lei que estabelece o fornecimento de peruca pelo SUS às mulheres em tratamento de câncer

	<p>* Resolução 3.096/12, que institui o Prêmio Pioneiras da Ecologia, em reconhecimento pela atuação para a Sustentabilidade Socioambiental no RS</p> <p>Homenagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todos os anos, no mês de março, o gabinete promovia no plenário da AL-RS uma homenagem a cinco mulheres que se destacavam na luta pelos direitos das mulheres no RS; - Lançamento de diversas publicações voltadas aos direitos das mulheres; <p>- Deixou como projetos protocolados na Assembleia Legislativa:</p> <p>* Projeto de Resolução que dispõe sobre a representação proporcional de gênero nas Comissões Técnicas Permanentes, de que trata o artigo 51 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa/RS (PR 12/2010).</p>
<p>O que fiz, como vivi, o que foi mais importante para entrar na política partidária e chegar a ser eleita?</p>	<p><i>“Escrevendo e reescrevendo a resposta a essa questão, fui percebendo que foram vários acontecimentos que me prepararam para chegar a ser eleita. Fui aprendendo a ser, sempre... Somos, pois, fruto de muitos acontecimentos que se integram em nós e nos fazem ser... Ou tentarmos ser...”</i></p> <p><i>Fui eleita vice-prefeita sem ter esse desafio nos meus planos iniciais de vida. Mas, sempre fizeram parte dos meus sonhos e dos horizontes de vida a luta para estudar e o direito ao conhecimento; a participação na vida da família e comunitária; a luta por situações de mais justiça e inclusão social, sendo tudo isso condição de viver a prática da justiça.</i></p> <p><i>Como cheguei onde cheguei, se o que buscava era saber da vida da cidade? Indagava os irmãos que vinham à cidade para saber como era a vida urbana. Diferente da colônia? Em quê? O que faziam as pessoas, como eram as escolas? Na colônia, queria estudar, mas não tinha idade. Queria aprender a ler e escrever. Consegui mesmo sem a idade exigida. A professora me aceitou sem matricular-me. Queria também brincar e jogar com as crianças da escola, participar dos filós com a família, jogar baralho com os amigos do meu pai, sentada no colo dele, pois tinha entre seis e sete anos. Queria aprender catequese na Igreja da Rocca para fazer a primeira comunhão. Como sabia tudo do catecismo, fui escolhida para segurar a patena na hora da comunhão em São Vigilio. Era só menino que fazia parte desse rito na missa. Senti que o conhecimento e o saber me davam reconhecimento.</i></p> <p><i>Quando terminei a 4ª série, não tinha mais escola na colônia. Aí, queria estudar na cidade. Mas mais uma vez, Ester Troian Benvenuti (que respondia pela Educação à época) autoriza a professora a me preparar para a admissão ao Ginásio. Fui para a cidade na casa do tio João com a Aldina, que já estudava na cidade, e fiz a admissão e passei.</i></p> <p><i>Ingressei no Instituto (orfanato) Santa Terezinha (Madre Imilda, hoje) e fui vencendo a vergonha de falar, depois de ficar muito corada e receber “flautas” de colegas por misturar o português e o dialeto italiano. Fui sendo respeitada, pois não me encolhi. Achava injusto que os da cidade fossem melhores que eu só porque nasci e vivi na colônia. Ficava indignada e reagia aos deboches, piadas e risos. Com estudos, passei a saber muito e assim superava o deboche dos colegas... Lembro que um dia eu disse: “Vocês acham que são melhores de quem nasceu na colônia”? Eu quero ver o que vocês vão comer se não tiver quem planta! Assim fiz do</i></p>

desrespeito um sentimento de indignação e de justiça. Fui aprendendo a reagir, a não me submeter à opressão da fala urbana.

Comecei a integrar o grupo de estudantes que eram estimulados à formação de lideranças na escola pela Irmã Berta. O tempo foi passando. Fiz parte da criação do Grêmio Estudantil e da Juventude Católica (JEC). Terminei o ginásio no Colégio Madre Imilda e queria ser professora. O meu pai queria que eu fosse técnica em contabilidade. Fiz os dois cursos. Um de manhã e outro, no vespertino, em escolas diferentes. Madre Imilda, o primeiro, e o segundo, no Colégio São Carlos. Acabei sendo líder de classe durante todo o Magistério. Estava também na JEC, na UCES e no São Carlos, fazendo parte da Revista da Escola, da JEC e do Grêmio. Tudo isso foi me forjando a aprender a liderar e formar equipes de lideranças. Hoje, encontro alguns desses amigos de fé de cabelos brancos ou sem cabelo, avôs e avós. Outros já partiram como Irmão Odylo Stimetz, Déa Lermen, Lígia Correa, Madre Virginita (dominicana), Madre Teodorina (São José).

A passagem do Ensino Médio para a universidade foi uma escolha difícil. Queria cursar psicologia. Não havia aqui. Fiz vestibular e cursei Filosofia. Valeu, mas, fiz depois Pedagogia; Orientação Educacional; Especialização em Métodos e Técnicas de Pesquisa e Mestrado em Planejamento na UFRGS.

Na faculdade de Filosofia, em plena ditadura, tivemos que aprender a fazer resistência e lutar pela democracia. Os clubes de cinema, o Diretório Acadêmico Pio XII, o DCE, a JOC foram organizações sociais fortes para a luta democrática.

Em 1967, participei de uma seleção para uma bolsa-estágio de 30 dias para conhecer melhor a proposta de reforma do Ensino Superior, para os Estados Unidos. Fui a única mulher gaúcha aprovada. Aí me disseram que não dava para uma mulher e 39 jovens homens. Eu não ficaria à vontade. Na entrevista final, fui contra a robotização no mundo do trabalho, pois deixaria mais gente desempregada. Mas o acordo MEC/USAID saiu em 1968 e a reforma desestruturou o sistema seriado e o sistema por disciplina inviabilizou a continuidade de formação de líderes nas universidades como foi na década de 1960 no Brasil. Dom Benedito Zorzi nos tirou do exército (DOPS) por sermos jovens cristãos do bem (carta).

A vida acadêmica era intensa e o medo da repressão nos obrigava a criar estratégias de resistência e proteção. Mas a atuação na criação do Jornal da Faculdade (PHILOS), a presidência no Centro Acadêmico Pio XII e a atuação na criação do DCE foram espaços educativos que constituíram reconhecimento.

Assumi a docência no colégio La Salle, em 1967, fui a primeira mulher a dar aula na escola só de alunos homens e professores homens. Foi mais um desafio que me naturalizou, no ambiente educativo masculino, a relação de não ter medo de enfrentar o convívio machista de muitos na sociedade, nas famílias, nas igrejas e nas escolas.

Vivi na universidade num tempo politicamente conservador, mas dentro dele muitos espaços conservadores e outros de democracia e crescimento coletivo. Fiz parte do grupo que seguiu a linha política de transformação da crítica. Conseguimos, com muita luta e organização, criarmos a Associação de Docentes e de Funcionários. Fortalecemos o

sindicato dos professores, a ANDES, lutamos contra o acordo MEC/USAID, fora FMI, o petróleo é nosso...

Em 1972, fui convidada a fazer curso de mestrado, já que não aceitei a primeira vez, em 1970, de ir para EEUU fazer mestrado. Preferi e priorizei casar em 1970. Já são 50 anos! Bah! As várias publicações que fizemos nas revistas da Universidade, na década de 1970, foi demarcando posições e agregando líderes. A década de 1970 foi preparando estruturas e bases organizativas e lideranças para que, na década de 1980, houvesse um salto democrático e participativo na sociedade brasileira e local. Iniciamos, em 1981, fazendo da educação um tema da cidade, juntando as redes e níveis de ensino com seus alunos e professores, pais e comunidade. Para mim, as Semanas de Educação foram um marco político de cidade e a UCS, através de uma equipe institucional, coordenava esses eventos e ações decorrentes. Fui a coordenadora, inclusive quando estive conosco Paulo Freire, por quase três dias.

O reconhecimento público com demarcação de campo político-crítico ficou visível, de tal forma que a coordenadora da 4ª CRE à época não liberou os professores e as escolas da rede pública estadual a participarem dos eventos com Freire. O conservadorismo cultural foi ficando visível nas instituições educativas, inclusive na Universidade. Muitos “educadores transformadores, libertadores” fugiram de Paulo Freire com medo de serem identificados de “intelectuais de esquerda”. Acredito que esse conjunto de grandes eventos foi fortalecendo minha imagem e liderança intelectual de esquerda na cidade, mesmo estando sem filiação partidária. A obra “O Acendedor de Esperança – Paulo Freire em Caxias do Sul em 1984”, publicada em 2019, confirma e documenta as percepções expressas.

A confirmação dessa afirmação deu-se quando a Diocese de Caxias do Sul resolveu criar um Centro de Direitos Humanos para defender os trabalhadores explorados no mundo do trabalho e fui escolhida para representar o setor da educação. Todos os escolhidos pela equipe da Diocese tinham um perfil e prática de esquerda, sendo a grande maioria sem filiação partidária, mas vinculada à doutrina social da igreja e à Teologia da Libertação, com Leonardo e Clodovis Boff e Dom Elder Câmara.

Nessa década, avançamos nos compromissos institucionais e de lutas sociais na cidade e região. Várias pesquisas feitas com setores sociais e a UCS, como SISEM (Situação Socioeconômica dos Menores em Caxias do Sul), o programa e os projetos de educação no meio rural, o programa e os projetos de educação na periferia urbana, foram consistentes e rigorosos na atuação e formação das lideranças críticas, a partir do seu lugar de vida e de trabalho. Isso se confirma na publicação “Santa Fé de Capim a bairro”, expressão e prova de trabalho crítico e conjunto a partir da escola e da comunidade do lugar.

Ainda, nessa década, assumi a chefia de Gabinete da reitoria, coordenei a 1ª Comissão de Regionalização da UCS e, depois, em 1989 fui a primeira mulher pró-reitora de Pesquisa e Extensão. Essa função permitiu que aprendesse a conhecer e dialogar com várias e diferentes áreas do conhecimento e com diferentes setores da sociedade local. O saber tem em si um poder e cria espaços de reconhecimento para quem atua e se manifesta com um saber que tem rigor, argumentos, sensibilidade,

em especial, uma mulher que trata de temas de domínio até então tradicionalmente masculino.

A década de noventa foi um período de expressão e fortalecimento de lideranças. Desde Caxias, várias pessoas assumiram lutas sociais nacionais, latino-americanas e internacionais. Uma amostra disso ocorreu em 1991, quando fui eleita, no Encontro Nacional, em Brasília, para fazer a coordenação nacional de formação em Direitos Humanos. A coordenação desse programa estava junto ao Centro de Direitos Humanos de Caxias, coordenado pelo padre Roque Grazziotin, que era conselheiro Nacional de Direitos Humanos e coordenador Latino Americano da Pastoral Operária. Na UCS, trabalhava com pesquisas sobre a "violência contra as mulheres" e "a história da educação em Caxias". Também atuava com seminários com Paulo Freire, com eventos interinstitucionais e transdisciplinares que tinham como eixo explicitar a realidade educacional e social em suas contradições e buscar conhecimento empírico e científico. Ainda tratávamos de educação popular, da relação com a ciência e da nossa crença de uma sociedade com menos desigualdade, com inclusão e com crítica.

Foi tão intenso e público esse período que a Reitoria, o Departamento de Educação e o Centro de Educação lideraram excluir parte dos professores nestas ações educativas de caráter crítico. Fomos demitidos 14 professores e professoras pelo correio. Estava na Paraíba, coordenando uma oficina de Educação e Direitos Humanos, num evento internacional sobre Universidade e Direitos Humanos, com a passagem paga com recursos do MEC, aprovados para os palestrantes convidados desse evento social. Consegui provar perseguição ideológica, e não tinha filiação partidária, e a justiça local me deu direito à reintegração ao trabalho na UCS. Esse reconhecimento jurídico do meu rigor profissional me deu maior reconhecimento social. Foi criada na sociedade caxiense a imagem da "Marisa forte". Venceu até o Reitor da UCS na Justiça. "Ela não tem medo". "Ela tem coragem". "A demissão não foi justa". A sentença do juiz, a readmissão e as notícias veiculadas na imprensa ratificam reconhecimentos no espaço público, formando imagem mesmo que no inconsciente coletivo da cidade e região.

A readmissão foi um período de exílio, sofrimento e amadurecimento. Não fui autorizada a retornar à sala de aula ou às equipes de pesquisa e extensão. Trabalhei sob as ordens do chefe de Gabinete e do reitor, numa sala contígua ao gabinete, sem telefone e sem colegas de trabalho. Tinha que assinar o ponto no gabinete e usar o telefone desse mesmo espaço. Nesse período, aceitei fazer filiação partidária e comecei uma assessoria à Secretaria Municipal da Educação onde a professora Beatriz Bigolin acertou com o secretário, para darmos continuidade à pesquisa da história da educação, publicada depois na obra "Retratos de Um Saber: 100 anos da Rede Municipal de Educação". Fui autorizada pela UCS a usar os estudos já existentes e ir concluindo as pesquisas. A Secretaria da Educação recuperou e transcreveu a grande maioria das entrevistas realizadas e dos dados institucionais com a colaboração especial das professoras Vânia Heredia e Felisbela Ramos.

A persistência, a responsabilidade e o rigor desse trabalho fortaleceram o reconhecimento científico e social da minha história de luta pelo direito à educação escolar, educação popular e comunitária, pela

justiça e inclusão de todos. Contando sempre com a força e o apoio da família.

Estar na profissão de professora e na universidade facilitou o reconhecimento público na política partidária e nos processos eleitorais. Pois, ao mesmo tempo em que produzia conhecimento científico, trabalhava em projetos de extensão em educação popular e pesquisa – ação. O fato de ter reconhecimento científico em várias áreas me permitiu dialogar com setores conservadores da sociedade, como foi no caso da CIC, que, quando fui fazer campanha em 1996, vários empresários disseram: “Ela é inteligente”, “Ela domina vários temas da economia e do desenvolvimento”. A prova dessa amplitude deveu-se, também, ao fato de que, após a saída da UCS, integrei a Comissão Estadual de Ciência e Tecnologia e fizemos discussões regionais e estadual para o primeiro Programa Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, onde o coordenador deste projeto foi o Dr. Foster, também primeiro secretário de C&T do Estado. Também passei pela FAURGS, na implantação do Curso de Enologia em Bento, e pela disciplina de Direitos Humanos no Curso de

Direito da FSG. Foram períodos curtos, mas me mantiveram viva #Vania

na luta social, institucional, ao lado da luta do Centro de Direitos Humanos e fortaleceu na luta popular por inclusão e justiça.

A academia de Ensino Superior foi um lugar de um tempo de vida que consolidou reconhecimento público pelo saber científico integrando a luta da parte excluída de direitos, através do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Voltando para minha primeira eleição, preciso recordar como efetivamente fui alçada à candidatura de vice-prefeita. Em 1996, as pastorais sociais da igreja decidiram no Conselho Diocesano de Pastoral apresentar nomes à vereança local. Na época, a Campanha da Fraternidade estimulou leigos a participarem da vida político-partidária e a concorrerem a postos públicos. O padre Roque Grazziotin liderou esse processo. Fomos escolhidos o Elói Galon e eu para sermos candidatos para vereadora e vereador nas eleições de 1996. O padre Roque era o escolhido a ser candidato a vice-prefeito. Já tinha sido candidato em 1988, constituindo a Frente Popular, formada pelo PT, PCdoB e PSB, mas não quis sê-lo. Lançou meu nome junto com muitos outros companheiros e companheiras, como Silvana Piroli, Rudimar Caberlon, Miguel Dallalba, Angelista Granja, Cecilia Berno, Justina Onzi, Gelci Sorgato, Cremi Vitor... A Angelista disse “eu vou tocar violão, cantar para fazer campanha”... De candidata à vereadora, virei vice-prefeita eleita. Ao padre Roque, devemos muito, pois era ele o mais capacitado e preparado... Sua renúncia deixou espaço para ser a primeira mulher eleita para o Executivo em Caxias do Sul.

Sei que tantos privilégios a vida me permitiu viver. Mas, reitero que a vida na casa e o apoio que tive na família e nos amigos e amigas me possibilitaram uma trajetória forte, diversificada e intensa. Consegui viver muitos anos de militância profissional e social, pois, mesmo com os filhos pequenos tive a felicidade de ter a Fátima Dalla Vecchia, minha cunhada que viveu conosco os dez anos dos filhos pequenos. As amigas: Elisa Veronese, amiga companheira e cuidadora das filhas e do filho; a

Leonilde, cuidando da casa e da vida da família; a Júlia, que por quase 50 anos acompanhou em nossa vida de família dando-nos a tranquilidade na nossa ausência, cuidando do pai Laurindo e da mãe Thereza. A Vitória, mãe do Wilson, sempre ajudando apaziguar os desafios da vida da família e integrando-a aos meus pais que me acolheram com toda família na sua casa e a mãe que, mesmo me querendo perto, me deixou partir e me apoiou no mundo do público.

Aos meus irmãos e irmãs que, mesmo sofrendo pressão social e religiosa, me apoiaram e, ao Jacir e à Cristina, que sempre estiveram em todas as campanhas, mas em especial em 1996; ao Armando, que ia para as casas nas colônias, tendo coragem de me defender, mesmo sendo PT e que era chamado de comunista. Ao Wilson, meu companheiro de 50 anos de casamento que soube lidar e enfrentar os desafios numa sociedade machista e conservadora apoiando a sua esposa, sendo a primeira mulher eleita para o Executivo caxiense. Assim, tornou-se o primeiro homem a ser chamado de “Primeiro-Damo”. Bem, a Giovana, a Carolina e o Thiago, meus filhos, que sofreram, mas conseguiram entender e superar as dores causadas pela ausência ou pela discriminação social sofrida pela mãe.

Sei que sou um pouco todos os que me cercaram nesse tempo de vida. Mas sei que dependeu das minhas aprendizagens, das minhas crenças, do desejo de superar as injustiças, o cultivo à indignação, as lutas sociais e sua organização como ações coletivas, onde estava participando e/ou liderando esses processos educativos com as organizações de educação popular, com os movimentos sociais, com a universidade e as lutas sociais na extensão, pesquisa e ensino.

A família que me cuidou, criou condições na escola sem direito, vindo morar na cidade para realizar nosso sonho de estudar. A escola Santa Terezinha e Madre Imilda que trabalhavam como política educacional a formação de líderes estudantis na ação institucional, social e religiosa junto com a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, a JEC que fortaleceu a indignação perante a injustiça e capacitou para atuação na formação de outros líderes estudantis nos Grêmios. A faculdade de Filosofia que, através da JUC, do Diretório Acadêmico e do Diretório Central e da sua cobertura, possibilitou a continuidade do amadurecimento político e crítico na ditadura militar. Ao Dom Benedito, que nos protegia formalmente do controle do DOPS para os eventos da ação católica.

Essas relações foram construindo reconhecimento na família e na comunidade, nas escolas, na universidade, advindo da luta social e da atuação profissional tanto na educação popular como na construção da ciência para vários setores e problemas culturais, sociais, econômicos e ambientais. Mesmo tendo origem rural, da pequena propriedade, fomos constituindo na cidade mais ações empreendedoras, criando empresas. Assim, a família a que pertencemos ocupou e ocupa uma condição econômica privilegiada de classe média no processo eleitoral, pela representação econômica familiar.

Agora, no doutorado, escrevendo e reescrevendo a resposta à questão inicial fui percebendo mais que um acontecimento, a influência de alguém, ou uma política institucional. Como já mencionei, fui aprendendo a ser, aliás, estou aprendendo a ser, sempre. Somos, pois, fruto de muitos acontecimentos que se integram em nós e nos fazem ser ou tentar ser.

	<p><i>Somos um conjunto de conhecimento que foi se ampliando e ampliando relações, graças à diversidade, as quais foram se solidificando com a comunidade, partindo do meu interior como pessoa e integrante de um universo familiar e comunitário se manifestando para a visibilidade pública.</i></p> <p><i>Cheguei a ser a primeira mulher eleita vice-prefeita em Caxias do Sul, sem ter estabelecido isso como meta de vida, opção de vida, mas fui sendo constituída. Estou sempre sendo, em transformação constante. Sabia que estava remando em direção ao sol, mas não imaginava encontrar, também, outras estrelas!”</i></p>
--	--

ROSANE FÁTIMA HAMBSCH DO NASCIMENTO	
Cargo(s)	Vereadora
Partido	PDT
Mandato(s)	1989 a 1992
Naturalidade e (deixar claro o local)	Então distrito de Desvio Rizzo, em Caxias do Sul/RS.
Origens	Filha de mãe italiana, Lúcia Dani e de pai de origem alemã, que se chama Frederico Florentino Hambsch. PAIS: Trabalhadores/operários IRMÃOS: NASC.
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	Nasceu no dia 11 de novembro de 1958. É casada e não tem filhos.
ACONTECIMENTOS	
INFÂNCIA	<p>- Momentos de infância: “[...] a minha mãe mandava nós ao armazém desde pequeninhos, com quatro, cinco anos nós íamos ao armazém, o Rizzo era tão seguro que a gente ia e voltava tranquilo e todo mundo da rua cuidava das crianças dos outros. Então a gente dizia, “Vou escrever”, e a minha falava, “Quem não tem cabeça, tem pernas”, se a gente esquecia, voltava pro armazém pra comprar de novo” (AHMJSA, 2017, p. 7).</p> <p>- Transição da infância para a adolescência: - “Então, eu, com treze anos, consegui um trabalho na “safra do abacaxi”. Uma coisa engraçada, a “safra do abacaxi”, porque todas as crianças, agora chamam de criança, mas nós já nos considerávamos adultos porque estávamos trabalhando, nós saíamos de casa às quatro e meia da manhã, era uma leva de criança, pensa com treze, quatorze anos, nós saíamos de casa às quatro e meia da manhã, levávamos sempre junto conosco uma garrafa escura, aquelas garrafas escuras de cerveja com café e leite, a merenda e às cinco horas batíamos o ponto no frigorífico. Ali já estava gente descarregando os caminhões de abacaxi que vinham lá de Terra de Areia, então eram quatro, cinco caminhões enormes cheios de abacaxi. O</p>

	<p>que que nós fazíamos? Descarregávamos o caminhão, colocávamos os abacaxis encima das mesas, descascávamos, depois tirávamos aquele miolinho, depois cortávamos, depois enlatávamos, depois botávamos numa panela enormes que ficavam lá, claro, tampávamos, todo o processo, as tampas eram feitas dentro do frigorífico, a lata era feita dentro do frigorífico, tudo, todo o processo de produção. E nós, os jovens, íamos passando de um lugar pra outro, primeiro descarregávamos o caminhão, depois íamos descascar o abacaxi, depois tirar o miolo, depois enlatar, depois fazer as latas, quando não tinha abacaxi, fazíamos as latas, fechávamos, recravávamos, chamavam recravar as latas. Então trabalhávamos até às onze e meia, às sete horas sempre tinha a hora do café, então sentávamos em grupos, porque sempre o trabalho continuava, então o grupo sentava, tomava o café, fazia umas fofocas, era um tempo maravilhoso, de partilha, de compartilhamento das coisas nossas. Íamos nos criando junto, meninas e meninos, sem que tivesse nenhuma, ah, nenhum medo, nenhuma..., ou seja, nós tínhamos uma liberdade, uma confiança na vida que era extraordinária” (AHMJSA, 2017, p. 2 e 3).</p>
<p>ADOLESCÊNCIA</p>	<p>- Responsabilidades desde cedo: “[...] quando eu completei treze anos, a mãe já dizia pra nós aos doze anos, ‘Chega de folga, o ano que vem vocês já começam a trabalhar’. Mas a nossa folga, na época da minha geração, a nossa folga significava cuidar dos outros irmãos, fazer a comida, lavar a roupa, fazer a horta de casa, ou seja, a folga das crianças naquela época era isto, dar conta dos cuidados da casa enquanto a mãe e o pai trabalhavam ganhando um salário mínimo cada um, sustentado quatro filhos, eu tenho outros três irmãos maravilhosos...” (AHMJSA, 2017, p. 2).</p> <p>- “[...] pra mim, ela conseguiu trabalho no frigorífico, porque a vida era muito muito difícil, então, quando eu fiz treze anos, eu consegui um trabalho temporário, aonde todos os jovens do Desvio Rizzo trabalhavam, que se chamava “a safra do abacaxi” (AHMJSA, 2017, p. 2).</p>
<p>JUVENTUDE</p>	<p>- Envolvimento com a igreja: “Terminei o ginásio, bom, nessa trajetória eu era representante de classe, da comissão de formatura, ba, ba, ba, afinal, eu era metida. Sônia: ‘Eu só queria perguntar, esse é o período da ditadura, tu tinhas consciência do que estava acontecendo no país, como isso chegava na escola e como isso chegou na tua formação?’ Rosane: Então, na escola acho que não chegava muito, mas chegava através da nossa participação na igreja, ah, porque a minha família era muito dedicada à igreja católica, então nesse período todo, quando eu entrei no ginásio, eu também já participava dos grupos de jovens da nossa igreja, da igreja do Desvio Rizzo [...], a São José do Desvio Rizzo. Nessa igreja, nós tínhamos um grupo de jovens que sempre era convidado pela matriz, pela catedral pra participar de encontros, capacitações e movimentos. Eu era muito engajada, porque lá a minha bisavó era cozinheira da igreja, a minha avó era cozinheira, o meu avô ficava no churrasco, meu pai ficava..., então todo mundo trabalhava na igreja, quando tinha festa de igreja, toda a nossa família ia trabalhar na igreja, eu só não fui cozinheira porque eu era melhor vendedora de rifa do que cozinheira. Então a gente era do grupo de jovens, eu preparava as missas, sempre a trajetória da igreja e a da escolaridade, ah... [...] Andavam juntas, era a nossa vida. A questão da política veio com a consciência dos</p>

	<p>grupos de igreja, que naquela época era a JOC, que era Juventude Operária Católica, então no ginásio e no ensino médio, paralelo a isso, eu frequentava esses grupos” (AHMJSA, 2017, p. 7)</p>
<p>MILITÂNCIA SOCIAL</p>	<p>- Começou nos movimentos da igreja: “Eu frequentava a JOC e a JEC, mas o meu grupo ficou mais ligado ao padre Roque Grazziotin, ao padre Danilo, nós nos reuníamos sempre aqui no [Bairro] Bela Vista numa casa que os padres tinham ali, e vinha gente de tudo o que era lugar do mundo. Quando eu estava com dezesseis, dezessete anos, a gente se reunia no COM [Centro de Orientação Missionária], que era lá na frente do Hospital [Nossa Senhora de] Fátima pra discutir o combate à ditadura e montávamos os núcleos dentro do trabalho da gente, como representante dessa juventude. Eu não sei se a gente tinha muita consciência disso, uma vez até vinham pra gente poder estar participando de movimentos nacionais, enfim, uns se engajavam bem e outros não. Então, o meu grupo nessa época era o Elói Frizzo, a Vanda Marchioro lá de Galópolis, o Delmir Portolan, deixa ver..., eu não vou lembrar o nome de todos, mas enfim, eram esses. E os nossos primeiros mentores na política era o Tódero, João Tódero, o Drago, Clóvis Drago, que naquela época era do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], não existia isso de..., o Régis Prestes, a Rachel Grazziotin, que depois a gente ficou muito ligada à Rachel Grazziotin, eu acho que por causa daquele jeito de mãezona que ela tinha, então a gente se vincula mais, eu me vinculei mais a essa questão da Rachel. Mas foi aí, um pouquinho mais adiante que a gente começou o engajamento político mesmo, porque antes era uma formação religiosa contra a opressão, a igreja trabalhava essa questão e era engajamento político também porque um segmento da igreja estava no combate à ditadura, mesmo que isso não se revelasse muito explicitamente porque tudo era proibido” (AHMJSA, 2017, p. 7-8).</p> <p>- Mobilização estudantil: “Então o ginásio transcorreu bem, o São Carlos transcorreu bem com esse sacrifício da minha família, no São Carlos também nós tínhamos núcleos bem fortes de esquerda, de resistência, lá eu tive esse acompanhamento do DOPS, porque eu acho que conseguia me expressar melhor e demonstrava essa minha prática também muito engajada no grêmio estudantil que tinha lá, depois na UGES [União Gaúcha dos Estudantes], depois na... Sônia:’ Na UCES [União Caxiense dos Estudantes], tu atuaste na UCES?’ Rosane: Ham-ham. A gente sempre estava vinculada aos movimentos estudantis, sempre engajada, trabalhando e se elegendando nesses movimentos estudantis. Sônia” (AHMJSA, 2017, p. 10-11).</p>
<p>FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROF. (Ens. Superior)</p>	<p>- Advogada e atuante na área do Ensino Superior: “Eu fui lá, abri o jornal, criatura, o meu nome estava lá! Eu quase não acreditei e estava bem classificada dentro do Curso de Direito. E aí me perguntei, “Meu Deus, como eu vou pagar isso?” Porque a Universidade era particular. Então eu mostrei pra minha mãe, não tinha isso de faixa, mostrei pra minha mãe, todos, nossa, eles ficaram muito felizes, e depois, com essa felicidade, como nós vamos pagar isso? Porque eu era a primeira filha dela, a minha irmã tentou medicina muito tempo, depois desistiu, pensou em fazer administração, foi deixando de um ano pra outro, mas eu era a primeira filha que poderia entrar na Universidade, e pra uma família onde ninguém tinha feito nem o ensino médio, quanto mais, nossa, pra</p>

	<p>minha mãe e pro meu pai isso significou muita coisa. Daí, de novo, eu já estava vindo com a minha família se sacrificando pro ensino médio, pagando o São Carlos, a escola do São Carlos, que eu fiz a terminologia, na época chamavam de terminologia, em contabilidade, então eu sou daquela turma que podia assinar balanço de LTDAs, me formei então técnica em contabilidade...” (AHMJSA, 2017, p. 15).</p>
<p>Atuação na comunidade (igreja, movimentos sociais...)</p>	<p>- Atuação no segmento comunitário e na igreja do Desvio Rizzo: “[...] víamos daquele movimento da JOC, do movimento de igreja e tínhamos também um grupo forte de jovens do Rizzo que fazíamos muitas coisas na comunidade. Então, se uma família não conseguia ter o acesso da rua, não tinha dúvida, no final de semana a gente montava um mutirão, ía lá, botava as pedras, botava terra, ou seja, era tudo feito manualmente, hoje não tem mais muito isso de fazer manual” (AHMJSA, 2017, p. 24).</p> <p>- Presidiu a Associação de Moradores do Desvio Rizzo.</p>
<p>Ingresso na política partidária</p>	<p>Pelo PCB, na década de 1970, depois, foi para o PDT.</p>
<p>CAMPANHA ELEITORAL</p>	<p>- Candidata do bairro: “Ái, começamos a eleição, eu era filiada no PDT, e engajamos todo mundo, quem era da ARENA, quem era do bairro não tinha mais partido político, tinha a candidatura do Desvio Rizzo, então não era eu, era a comunidade. Foi uma coisa maravilhosa, e [...]. A nossa campanha era toda nova, nós fazíamos tudo, das faixas à..., se reunia de noite no domingo, ninguém deixou de trabalhar pra fazer política, nós fizemos tudo, e eu fiz mil e duzentos santinhos, que foi o que o partido me deu, foi isso. Fiz de casa em casa a entrega pessoal daqueles santinhos com cédula única, foi isso que nós fizemos, depois fizemos umas fitinhas, que um amigo meu me deu, enfim, tínhamos música, tínhamos um quadrinho, a campanha era contada todas numa história em quadrinhos [...]. Então a campanha no Rizzo, nós fizemos a campanha bem focada no bairro, nós não saímos do Desvio Rizzo, a gente delimitou as coisas, a campanha seria feita no Desvio Rizzo porque a gente tinha que mostrar essa ideia de que o nosso bairro era esquecido, que a nossa comunidade era esquecida. Nós fizemos a campanha com desfiles, com desfiles nas ruas, então todo mundo se fantasiava, mostrando as perdas que nós tínhamos tido. Então, nós perdemos o Clube Esportivo São José, nós perdemos o cinema que nós tínhamos, nós perdemos isso, nós perdemos aquilo. Então, era a temática, cada quadro mostrava, ah, como um desfile, no domingo nós fazíamos os desfile pras pessoas. À noite, nós reuníamos as pessoas, então nós começamos a campanha assim, cada um do grupo de jovens via na rua as famílias mais antigas, visitava e pedia pra família reunir os vizinhos. Então nós fomos de casa em casa, a gente tem até na agenda isso, a gente ia fazer as visitas mostrando a ideia e pedindo a permissão das famílias mais antigas pra fazer essa campanha, pedindo a permissão e dizendo “Sei que você é desse partido”, ah, era uma proposta de aglutinação. Essas famílias depois receberam dois, três santinhos e daí saíam no bairro pra pedir votos, mas nós, da campanha, não saíamos dos limites do Desvio Rizzo, não fizemos campanha aqui ou lá porque era assim. Então isso foi num crescendo que, às vezes, a gente tinha, imagina pra aquela época ter no Rizzo quarenta carros, caminhões, trezentas, quatrocentas pessoas encima dos caminhões</p>

	<p>ou levando bandeiras nós tínhamos uma rosa grande que era o símbolo do PDT e bandeiras coloridas, depois quando o PT veio com bandeiras coloridas, a gente ria e dizia: ‘Nós fizemos antes, eles estão nos imitando’, a gente tinha essa vaidade assim de..., porque era uma campanha diferente, uma campanha gostosa de fazer, uma campanha maravilhosa, onde as crianças das escolas se engajavam, enfim, o bairro se engajou. E os votos, a campanha tinha cinco candidatos no Desvio Rizzo, e nos fizemos, o nosso grupo também chamou esses candidatos pra avaliar qual de nós tinha mais condições de conseguir mais votos e nunca de se eleger, de conseguir mais votos porque dai os outros renunciariam, eu estava bem disposta a renunciar porque eu achava que era importante, que a ideia era uma coisa magnífica, eu estava apaixonada por aquela ideia, como quando a gente dizia vamos derrubar a ditadura com as mãos enquanto eles tinham o fuzil, era uma paixão, a ideia era uma paixão. E a gente estava disposta a recuar mesmo, mas ninguém recuou, aí, ‘bom, vamos fazer o quê?!. Vamos também tocar, avaliando que a gente poderia ter bem poucos votos cada um e que poderíamos não chamar a atenção. Mas, foi acontecendo isso, então a gente foi fazendo a campanha, no dia da eleição, os votos demoravam três dias para serem contados, eram contados no Rincão da Lealdade e nos capuchinhos” (AHMJSA, 2017, p. 20-21).</p>
<p>MANDATO POLÍTICO</p>	<p>- Atualização da Lei Orgânica: “No mandato de vereadora, que começou em 1989 e terminou em 1991, né, 89, 90, 91, 92, em 92. Em 1992, tinha o prazo para que o município, a Constituição é de 1988, para que o município refizesse a sua lei orgânica, eu era formada em Direito, o trabalho na Câmara foi muito intenso porque a gente estava fazendo a lei orgânica do município, que tinha de ser ajustada à Constituição de 1988. Então eu me dediquei muito a isso, eu presidi a comissão de sistematização de todas as propostas da lei orgânica municipal. E isso demandava trabalho de manhã, de tarde, de noite, porque a gente fez um movimento muito grande pra que a comunidade conseguisse também levar as suas propostas e a sistematização ficou sob o meu encargo. Então foi também um tempo de dedicação muito grande, dedicação jurídica muito grande pra adequar a proposta que vinha da comunidade na letra da lei, que ficasse o mais fiel possível” (AHMJSA, 2017, p. 24).</p>
<p>Atuação no mandato (temas e localização)</p>	<p>- Lutou pela infraestrutura e por serviços à comunidade do Rizzo: “O mandato foi cumprido conforme o prometido na época da campanha comunitária e durante esses quatro anos nós conseguimos construir no Desvio Rizzo, então com aqueles 30% da verba do vereador, do que ganhava o vereador, do valor integral do assessor, que a gente tinha um assessor, nós não chamávamos de assessor político, nós chamamos de assessor comunitário porque assim como a prévia pra eleger o candidato do Rizzo foi feita na igreja, também a escolha do assessor foi dentro da igreja. Então, as pessoas votaram, votaram numa pessoa que acabou sendo o meu assessor, nós chamávamos de assessor comunitário, mas vinculado, claro, como assessor político, o Luís Carlos Rossini, que é o Luís Carlos Rossini, vai receber o título de cidadão emérito no dia 22 de novembro agora desse ano (2017), porque ele é um comunitarista que a gente não tem como descrever. Então ele foi eleito, ele foi eleito também e me acompanhou durante esses quatro anos, e o salário dele ficou pra esses nossos projetos comunitários, as coisas que nós reivindicávamos e 30% daquilo que eu recebia também ficou para a comunidade. Então com esses</p>

	<p>valores, nós construímos, não com esses valores, esses valores ajudaram a construir, porque depois foram feitas jantas, almoços, rifas, dinheiro público também, que a gente foi buscar, nós construímos a sede onde funciona a creche Santa Rita de Cássia, lá no Desvio Rizzo, que atende cem crianças hoje. Encima da creche nós construímos o espaço do clube de mães Santa Rita de Cássia, é um espaço enorme com salão, nós construímos o espaço físico para a implantação do posto da UBS [Unidade Básica de Saúde], porque nós tínhamos conquistado essa UBS no começo do governo Mansueto, mas ela estava num espaço alugado, então a gente construiu o prédio, aí a gente foi buscar também recursos públicos que foram geridos pelo clube de mães, mais ou menos como o município repassava o dinheiro pra entidade e ela prestava conta. Então, a comunidade gerenciou a construção da UBS, da primeira UBS do Rizzo, construímos o espaço pra sede da, nós falávamos... Como se chama agora? Essa descentralização me fugiu, é a memória... que é o espaço, ah, a subprefeitura, perdão, da subprefeitura e construímos duas salas outras, [inaudível] a sala, o banheiro para o funcionamento de um banco, que nós não tínhamos no Rizzo, hoje nem se imagina isso, né, e o posto de correio, porque todo mundo que precisasse buscar uma carta tinha que vir para Caxias do Sul, que era pro centro. Então, era uma estrutura enorme, estava instalada na Rua Romano Zattera. Agora, a Unidade Básica de Saúde foi desativada porque o município construiu um espaço bem grande, bem adequado à nossa comunidade que cresceu enormemente, cresceu enormemente depois daquilo. E também durante este mandato, ah, todas as ações nossas envolviam a comunidade, então, pra construção dessa creche, nós pensamos em trabalhar um pouco as questões ecológicas, eu estou falando de [19]89, 90, e aí a construção da creche a gente pensava como nós vamos começar essa creche, porque nós não tínhamos dinheiro nenhum e o percentual que tanto eu como o assessor comunitário poderíamos colocar não dava nem pra pensar em começar uma construção” (AHMJSA, 2017, p. 24).</p>
<p>Leis, projetos/propostas e ações voltadas à defesa da mulher</p>	<p>NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO DIRETA A RESPEITO NA ENTREVISTA DO AHMJSA</p>
<p>O que fiz, como vivi, o que foi mais importante para entrar na política partidária e chegar a ser eleita?</p>	<p><i>“Eu, com certeza, não tinha noção disto, mas, desde a minha infância, quando meus pais decidiram que eu ficaria com meus avós paternos, uma italiana e um alemão, iniciou minha formação. Meus pais precisavam nos deixar (eu e minha irmã Renita) com nossos avós, pois não tinham condições financeiras de contratar alguém para tomar conta de nós. Eles nos levavam no domingo, no final de tarde, e nos buscavam na sexta-feira, no final do expediente. Meus pais trabalhavam de segunda até sexta, das 5 da manhã até as 10h da noite. Meu pai, na maioria das vezes, trabalhava aos sábados na Rizzo S/A ou nas roças, em terra alugada (a meia), como era o costume na época.</i></p> <p><i>Então, tive sorte, pois meus avós paternos eram liberais. Minha avó era uma mulher dura, trabalhava muito e educava a mim e meus primos de forma igual. Todos faziam tudo, todos brincavam e brigavam com todos.</i></p>

Como só eu era menina as brincadeiras eram masculinas.

Tive sorte, pois minha irmã ficou com meus avós maternos e as relações eram diferentes.

Bom, me criei sem medo, sem me dar conta de diferenças e sem observar desavenças. Só o trabalho e as traquinagens minhas e dos meus primos existiam.

Também, não tinha muita demonstração de afeto, mas, com certeza, posso afirmar que todos eles me queriam bem.

Quando tinha uns quatro anos, fui para casa da irmã de meu pai (Tia Natalina), ficava mais perto da casa de meus pais.

Minha tia cuidava de quatro crianças, eu era a mais velha. Então, eu ia no armazém e ajudava a cuidar das outras (o que é impensável para nossos dias.) Eu ia fazer algumas compras e todos me conheciam (todos conheciam todos no Rizzo). Eles, né, chamavam de empregadinha (porque era pequena e fazia algumas tarefas, fazia as compras, cuidava das outras três meninas).

Quando a comunidade resolveu ter um candidato a vereador, visitei as famílias do meu bairro para pedir a opinião deles e muitos ainda me chamavam de empregadinha. Eu amei isto, pois eles lembravam e então me dei conta, que todos me cuidavam e da importância dos laços comunitários.

Com seis anos fiquei em casa com meus pais, pois fui para a escola. Não foi nada bom, pois eu não convivia muito com minha irmã. Ela e minha mãe eram educadas, caprichosas. Eu era gritona e gostava mais dos serviços da roça do que de casa. Então, era uma briga só, tanto que nos sábados eu ia para a roça com meu pai. Na escola eu conversava demais e brigava com os meninos. Para minha mãe era um horror pois as professoras só reclamavam. Se tivesse a famosa "ritalina", eu seria a primeira...

Esta infância maravilhosa me possibilitou acessar o mundo do trabalho bem cedo. Com onze anos, minha mãe me obrigou aprender corte e costura e crochê (o que odiei) e com isto pude ganhar algum dinheiro, mas foi aos treze anos que pude trabalhar na firma Rizzo.

Lá trabalhávamos todos da minha idade e todas as famílias do Rizzo. Eu conhecia e me relacionava com todos. Paralelo à vida do trabalho, tínhamos a igreja, o grupo de jovens e os amigos mais próximos (que eram praticamente todos que moravam no meu bairro).

Fiz o ginásio em Forqueta e isto ampliou o número de relacionamentos. Pela Igreja, foi participando de cursos, encontros e seminários. Conheci o Padre Jones, o Padre Danilo e o Padre Roque que me convidaram para participar da JOC. Isto me proporcionou sair de minha zona de conforto, conhecer outras ideias, outras pessoas e pessoas ligadas aos partidos.

Meus finais de semana não eram mais na roça eram, agora, em reuniões. Eu acreditava que poderíamos mudar o mundo. Estudei no São Carlos (pobre de minha mãe que precisou sacrificar toda a família para pagar minha escola). No ensino médio, eu tinha contato com políticos. Como eu continuava metida, sempre era convidada para. Com 16 anos, fiz minha primeira campanha política. O candidato era desconhecido no meu bairro. Mas visitei todas as casas do bairro e, no dia da eleição, me coloquei em frente da Escola Alexandre Zattera às 7 horas e só saí às

	<p><i>17 horas. Passei o dia entregando os famosos santinhos. O candidato se elegeu e então passei a conhecer a Câmara de Vereadores e a reivindicar as coisas para minha comunidade.</i></p> <p><i>Fui para a Universidade e, como era natural, me envolvi na política estudantil, no entanto, nunca me afastei das atividades comunitárias.</i></p> <p><i>Formei-me em direito, atuei como advogada dativa (era como chamavam os advogados que representavam, gratuitamente, pessoas sem recursos financeiros). Atuei ao lado de Rachel Grazziotin, acredito ser ela a primeira defensora dos pobres e das minorias. Ingressei no PDT.</i></p> <p><i>A indignação de minha comunidade com a política tradicional nos apontou que nosso bairro era como a Copa do Mundo (só nos viam de quatro em quatro anos). Então, decidimos quebrar esta tradição. Com o grupo de nossa paróquia e com o apoio do Frei Antônio Mulasani, reunimos as lideranças e realizamos uma prévia interna onde todos os moradores do Rizzo poderiam votar e serem votados. O resultado me apontou como candidata do bairro. Nós articulamos e vencemos a eleição.</i></p> <p><i>A campanha foi feita exatamente da mesma forma como fiz e como vivi, desde que me conheço, foi importante e definitivo para este resultado. A eleição decorreu do conhecimento da comunidade, da articulação das lideranças, do movimento da Igreja, da generosidade das pessoas que, né, cuidavam aos quatro anos dos meus avós que me criaram sem medo, dos meus pais que entenderam e respeitaram minhas diferenças, do aprendizado nos encontros da JOC, dos embates partidários. Também preciso dizer que não gostei da experiência no Legislativo e que é algo que não penso repetir.</i></p> <p><i>Avalio que a dinâmica da vida partidária não é democrática e nem clara. Cada partido tem seus caciques que usam e abusam da militância, muitos corrompem as estruturas partidárias. Criam discursos para o público e desenvolvem práticas nefastas.</i></p> <p><i>Aos sessenta e um anos, tenho a convicção de que não é nos e pelos partidos que virão as mudanças de que nossa nação precisa” (2020).</i></p>

DENISE DA SILVA PESSÔA	
Cargo	Vereadora
Partido	PT
Mandato(s)	2009 a 2012; 2013 a 2016; 2017 a 2020 (sendo que a pesquisa vai até 2014)
Naturalidade de (deixar claro o local)	Caxias do Sul/RS, no loteamento Garbin, bairro São José.
Origens	Filha de Oscar da Silva Pessôa e de Benta das Graças Pessôa. A mãe, professora; e o pai, construtor civil, pedreiro, e envolvido com movimento sociais e de bairros. Tem dois irmãos (Márcia e Rodrigo).
Nascimento;	Nasceu em 17 de junho de 1983. É casada com Danilo da Silva, com quem tem um filho.

casamento e data de morte (se for o caso)	
ACONTECIMENTOS	
INFÂNCIA	<p>- Envolvimento comunitário desde pequena: A presença nos movimentos sociais e partidários ocorre desde pequenina, pois os pais a levava, junto com os irmãos. “Desde criança eu participei de reuniões, desde o berço, o meu pai e minha mãe iam para as reuniões e eu ia junto como criança, né, eu e minha irmã. Eu tenho uma irmã gêmea e tenho um irmão mais velho, eles sempre levavam todo mundo” (2020, p. 1).</p> <p>- Influência da escola: A escola era seu reduto, pois a mãe era diretora e moravam próximo. “Era muito exigido, muito..., ali praticamente eu só estudei, eu era a aluna quietinha da turma, a CDF da turma, que não conversava, eu e minha irmã, da diretora, ser filha da diretora. Depois, no magistério daí sim” (2020, p. 2).</p>
ADOLESCÊNCIA	<p>- Sempre foi representante de turma e desde os 15 anos participava de ações no PT. - Ingressou no Ensino Médio.</p> <p>“Como era uma estudante dedicada, já começava a trabalhar informalmente, dando aula particular para crianças e até colegas que tinham dificuldades na escola. Por volta dos 15 anos, eu estudava no Colégio São José, onde fiz o Magistério. Nesse período acompanhei, as campanhas eleitorais do PT com o meu pai e alguns militantes do bairro. Certamente, teve bastante significado ver mulheres fortes concorrendo naquele período. Lembro-me da Marisa Formolo, Ana Corso e a Silvana Piroli. Essa experiência me mostrou que as mulheres podem estar onde quiserem” (2020, p. 2).</p>
JUVENTUDE	<p>- Fez vestibular para o curso de Direito, mas não se adaptou ao curso. Um ano depois, mudou para a Arquitetura e Urbanismo. - Foi presidente do Diretório Acadêmico de Arquitetura e integrou a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (Fenea), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a Pastoral da Juventude.</p>
MILITÂNCIA SOCIAL	<p>- Envolvida nos movimentos de bairro desde a infância, pois o pai foi líder comunitário. - Após o movimento estudantil, assessorou a então deputada estadual Marisa Formolo, período em que se envolveu mais com movimentos sociais e teve uma “professora” de militância e conselheira: Geci Prates. “Ela sabia, digamos, os erros da vida e, também, os acertos, ela não queria que errasse como ela errou, o que ela sofreu. Isso ela me disse até morrer, ela sempre me dizia isso assim “Tu tens que cuidar da tua vida. Tu tens que ter a tua vida”. [emoção] E ela se arrependia de não ter tido um filho. Então esse é o lado, a política ainda é muito masculinizada, as necessidades femininas parecem que ainda não são aceitas na política, né? Ainda. Então eu acho que é um pouco</p>

	isso, o que ela sofreu. Toda a mulher, na política, acaba sofrendo um pouco, né?” (AHMJSA, 2017, p. 8).
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROF. (Ens. Superior)	- Magistério e Arquitetura e Urbanismo. Formada em Magistério (nível Médio) e em Arquitetura e Urbanismo (Ensino Superior), é servidora concursada do município de Caxias do Sul no cargo de agente administrativo, do qual está licenciada para cumprir mandato eletivo como vereadora desde 2009.
Atuação na comunidade e (igreja, movimentos sociais...)	- Participação ativa nos movimentos estudantil, LGBTs, de mulheres, entre outros.
Ingresso na política partidária	- Início dos anos 2000, nos movimentos estudantis e, na sequência, no PT.
CAMPAÑA ELEITORAL	- Desafio que chegou de surpresa: A campanha foi algo inesperado, mas encarada com dedicação, explica Denise: “E eu pensava, meu Deus, eu sem... Imagina eu ser candidata, com..., estava com quase vinte e quatro anos, eu ser candidata, sem dinheiro, eu era uma guria. Naquele momento eu pegava..., peguei um carro pra ajudar na campanha, um carrinho velho, muitas vezes eu disse vamos ver, não tinha outro carro na campanha, eu era motorista naquela campanha, único carro que eu tinha na campanha era aquele, e eu disse vamos tocar a campanha desse jeito. Nisso, me chamam pra prefeitura. Eu assumi e na prefeitura licença pra concorrer é remunerada, eu disse: salvaram a minha vida!” (AHMJSA, 2017, p. 6)
MANDATO POLÍTICO	- Apresentou e tem apresentado propostas que se voltam aos trabalhadores, às mulheres, aos direitos humanos e à convivência e arquitetura da cidade. - Seu primeiro projeto protocolado como vereadora foi para coibir o assédio moral no ambiente público. - Outra proposta tratou do impacto de vizinhança. - Emenda de sua autoria e que depois virou lei foi estender o passe livre de estudantes também para os finais de semana.
Atuação no mandato (temas e localização)	- Direitos humanos e sociais: “Minhas principais bandeiras foram a defesa dos direitos humanos, da educação, do serviço público, da mobilidade urbana e do planejamento urbano[...]. O meu primeiro mandato teve uma marca bem acentuada a defesa dos jovens, buscando melhorar sua vida seja propiciando projetos culturais como Gravaêh que foi um estúdio móvel que trouxemos pra Caxias para gravar músicas de artistas locais e também na ampliação do direito do uso do passe estudantil para domingos e feriados” (2020, p. 3-4).
Leis, projetos/propostas e ações voltadas à	- Lei complementar 559/2018: que permite a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, bem como nas consultas e exames pré-natal, sempre que solicitado pela parturiente, em maternidades, estabelecimentos de saúde e hospitais. - Lei 8.414/2019: que cria a política contra o machismo nas escolas municipais, também buscando valorizar as mulheres.

defesa da mulher	- Primeira titular da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara caxiense.
<p>O que fiz, como vivi, o que foi mais importante para entrar na política partidária e chegar a ser eleita?</p>	<p><i>“Acredito que sou responsável pelas mudanças que quero para a sociedade e minha trajetória político-partidária reflete essa crença. Desde muito pequena, fui inserida na militância através dos meus pais que eram envolvidos com movimentos sociais e lutavam por melhorias para o bairro em que morávamos, Garbin - São José, e pela escola em que minha mãe trabalhava. Fui criada acompanhando-os em muitas reuniões, protestos e manifestações e o começo da minha luta foi instantâneo e natural.</i></p> <p><i>A entrada no mundo da política, portanto, foi praticamente intrínseca e, quando completei 18 anos, me filiei ao PT, partido que já acompanhava por ter participado, junto a meu pai e outros militantes do bairro, das campanhas eleitorais. No momento de entrar na faculdade, sentia uma grande angústia e indignação diante das injustiças e problemas sociais com os quais me deparava e acreditei que ingressar no curso de Direito era uma boa maneira de encontrar soluções para essas situações, porém, essa indignação apenas aumentou quando percebi a relatividade da justiça e muitas práticas positivistas e que não dialogavam com a realidade das pessoas. Assim, optei pela troca de curso e fui estudar Arquitetura e Urbanismo, achando que estaria separando minha militância da minha vida profissional, um engano que tive o prazer de ter ao perceber que, na verdade, a arquitetura possuía diversos aspectos sociais. A paixão pelo meu novo curso me fez enxergar novas possibilidades de juntar minhas crenças com a minha profissão, especialmente na área de habitação de interesse social e do planejamento urbano, além da preservação do patrimônio arquitetônico. Concomitantemente, ingressei no movimento estudantil.</i></p> <p><i>Minhas trajetórias profissional e estudantil me encaminharam para a vida política, assim como também minhas vivências na Pastoral da Juventude, no magistério e na assessoria da deputada Marisa Formolo. Permitiram-me uma maior compreensão da vida coletiva, do comprometimento com a juventude, da conexão com os estudantes, dos problemas sociais e da importância de ocuparmos espaços de poder. Além disso, ter a oportunidade de acompanhar comícios com Lula, participar dos processos eleitorais municipais e de panfleteações em bairros me fizeram ter um contato direto com a sociedade, ao mesmo tempo em que compreendia os processos administrativos que uma vida política envolve. Tudo isso com a presença e apoio constante da minha família e das lideranças referências e históricas da cidade como Geci Prates, Roque Grazziotin e Marisa Formolo, entre outras.</i></p> <p><i>Minha primeira eleição e as reeleições que se sucederam são, em minha opinião, o reflexo do meu esforço e comprometimento e, sobretudo, são o atestado de que meu trabalho é reconhecido pela comunidade. Entrar e, sobretudo, permanecer no cenário político é uma forma de resistir; ocupar esse espaço sendo uma mulher, mãe, em meio a um histórico político que costuma restringir esses espaços a homens brancos, defendendo a luta pelos Direitos Humanos, pelos negros e negras, em defesa dos PCDs, da população LGBT, dos novos imigrantes e defendendo a democracia, são minha forma de permanecer na militância que cresci acompanhando e, principalmente, minha contribuição para as mudanças que desejo ver na sociedade” (2020).</i></p>

MARIA HELENA SARTORI	
Cargo	Deputada estadual
Partido	PMDB
Mandato(s)	2011/2014 e, anteriormente, chegou a ser suplente
Naturalidade (deixar claro o local)	Centro, área urbana de Caxias do Sul/RS.
Origens	Filha de Pedro Antônio Migot e Adelina Teresa Scotta Migot. Ele, pedreiro, e ela, costureira e dona de casa, chegando a lavar roupa para fora. Nasceu em Caxias do Sul e tem cinco irmãos (Terezinha Lourdes, Eulina Ana, Rosa Maria Mingot Scottá, Olmiro Antônio Mingot) e o primeiro filho que sua mãe teve, mas morreu cedo.
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	Nasceu em 23 de outubro de 1952. Em 9 de julho de 1976, casou com José Ivo Sartori, com quem tem dois filhos (Carolina e Marcos).
ACONTECIMENTOS	
INFÂNCIA	<p>“Sônia: [...] E a tua infância foi aqui? Maria Helena: Aqui nessa região. Sônia: Então passava o [Arroio] Tega por aqui... Maria Helena: Eu brinquei dentro do Tega. Sônia: Brincou no Mato Sartori... Maria Helena: No Mato Sartori eu andei de cipó lá dentro. [risos] Sônia: Pode falar um pouquinho disso, Maria Helena. Maria Helena: O Tega, quando eles começaram a canalizar aqui, era o nosso espaço de brincadeira, até que um dia meu pai descobriu que a gente ia lá brincar e ele ficou louco. Nós entrávamos aqui e saíamos lá no Juventude por baixo da..., porque era aberto nas entradas, o Tega sempre foi, não era um grande rio, né? Sônia: É um arroio. Maria Helena: A gente brincava dentro, quando eles estavam construindo [estádio], a gente sempre... Por aqui tudo foi construído depois que nós viemos pra cá, né? Nessa esquina, na diagonal de casa, era um campo aberto, a gente chamava de campinho, era onde vinha o circo, os parques que vinham pra Caxias se colocavam por aí. Sônia: Os ciganos? Maria Helena: Os ciganos. Teve uma família de ciganos que morou mais de anos aí, chegou até comprar uma casa aqui na frente e ficar morando numa casa. Então isso era muito aqui. No Mato Sartori. a gente ia brincar, a gente conhecia aquilo quase como a palma da mão da gente. Tem um morro lá dentro, onde tinha um cipó, a gente se pendurava no cipó ia e voltava. [risos] Até que um dia um menino resolveu se soltar do tal de cipó pra se pendurar na árvore, quase que ele não consegue. Eu nunca me soltei, mas a gente ia lá andar de cipó, roubar laranja dos vizinhos lá encima, que era do outro lado,</p>

mais pro lado da CIC [Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias], ele soltava os cachorros atrás e a gente vinha a toda. [risos]

Sônia: Ia toda gurizada?

Maria Helena: Todo mundo, todos os vizinhos. Fogueira de São João. Fogueira de São João, a gente arrecadava capoeira seca, eu tinha um vizinho, seu Albino Fetter, que era caminhoneiro, ele guardava os restos dos pneus pra nossa fogueira, nós chegávamos a fazer fogueiras de vinte pneus, vinte e tantos pneus.

Sônia: Durava quase dois dias.

Maria Helena: Nós fazíamos. Numa dessas, agora não é mais assim, mas aqui nesse canto tinha uma janela, de noite estava muito frio, nós tínhamos trabalhado um mês arrecadando coisas para fazer a tal fogueira, armar a fogueira, estava muito frio e o pai disse que nós não íamos. Não íamos na hora que acendesse o fogo e brincar na fogueira, não sei o porquê. Ele disse que nós podíamos ver aqui da janela, então a gente via daqui bem na diagonal. Só que a gente não aguentou e abriu a janela, era só pra ver através do vidro. O frio entrou dentro de casa, ele viu e ‘Eu não disse que era pra ver com a janela fechada!’ Foi a primeira vez que eu levei um tapa do meu pai. Porque a minha mãe dizia o seguinte, ela nunca contava, ela resolvia os problemas conosco, problemas de criança, de safadeza, de brincadeira, ela dizia que o meu [pai] era pedreiro e tinha mão muito pesada, então ela não deixava ele bater em nós, se tinha que bater, dar uma chinelada, era ela quem dava. Ela sempre dizia pra nós: ‘Não se queixem, porque a mão do pai de vocês é mais forte e eu não estou levando pra ele! Resolvo com vocês aqui comigo’. Ela sempre nos dizia, né? Ele só deu um tapa em cada um, mas nem era tão assim. Eu me lembro que, depois daquela com o pai, a gente não... Aquela história de criança que briga uma com a outra, perde a paciência e....

Susana: Chega, que eu vou passar o laço!

[...] **Sônia:** Vocês brincavam com meninos e meninas juntos?

Maria Helena: Meninos e meninas.

Sônia: Não tinha preconceito?

Maria Helena: Não. Nós brincávamos de polícia e ladrão, jogava bolinha de gude, aqui não era calçado, a gente participou de toda a aventura do calçamento, da rua. Aqui ao lado também não tinha calçada, então a gente fazia o campinho pra jogar bolinha de gude ali.

Susana: Caçador?

Maria Helena: Tudo o que era possível. De noite a gente brincava na rua, era uma outra época. A gente brincava de circo, porque a gente se envolvia com as histórias do circo. O Perazolo tinha ali atrás um officininha, depois ele fez, a mecânica era embaixo, depois ele foi pra outro lugar, a gente montava trapézio lá, fazia umas coisas assim bem malucas.

Susana: Tu teve uma infância muito boa?

	<p>Maria Helena: Muito. Brincávamos nas construções, a gente brincava em todas, inventava coisas” (AHMJSA, 2014, p. 6-7).</p> <p>“Maria Helena: Eu fui na [Escola] Madre Felicidade; não existe mais[...]. Ela ficava ali pelo Pio X, ali pelo lado da Visconde de Pelotas, um pouquinho adiante, pra baixo de onde tem o Museu da FEB [Museu da Força Expedicionária Brasileira], um pouco mais pra trás, era mais ou menos nessa direção [...], depois eu fui pro Presidente Vargas [Escola Estadual de Ensino Fundamental Presidente Vargas], eu fim [fiz] todo...</p> <p>Sônia: Todo o primário?</p> <p>Maria Helena: Não, estou mentindo. O primeiro ano eu fiz no Abramo Eberle [Escola Estadual de Ensino Fundamental Abramo Eberle], que era ali onde é a prefeitura hoje, ali onde é o estacionamento da prefeitura tinha uma escolinha de madeira, que era o Abramo Eberle. Depois, a escola se mudou e eu já não fui mais. Eu fiz a primeira série lá, a Maria Horn e a Rene D’Arrigo foram minhas professoras. Depois eu fui para o Presidente Vargas, fiz até a quinta série e fiz admissão ao ginásio e fui para o Cristóvão [Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendoza].</p> <p>Sônia: Nessa época, ainda era chamado grupo escolar.</p> <p>Maria Helena: Grupo Escolar Presidente Vargas” (AHMJSA, 2014, p. 8-9).</p>
ADOLESCÊNCIA	NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO NA ENTREVISTA DO AHMJSA
JUVENTUDE	<p>“Eu comecei a trabalhar com dezesseis anos, eu estava fazendo o segundo ano do Clássico, então, eu trabalhava de dia e estudava de noite. Daí fiz vestibular, passei, fiz faculdade, também fiz a faculdade de noite e trabalhava de dia.</p> <p>Sônia: Tu fizeste que faculdade?</p> <p>Maria Helena: Fiz filosofia.</p> <p>Sônia: Filosofia. Daí tu começaste no movimento estudantil na faculdade?</p> <p>Maria Helena: Lá na faculdade, na verdade quando eu conheci o Zé. [risos]</p> <p>Sônia: Ah, tu conhecestes o Zé na Faculdade?</p> <p>Maria Helena: Conheci o Zé na faculdade.</p> <p>Susana: Ele também fez filosofia?</p> <p>Maria Helena: Sim.</p> <p>Sônia: Vocês eram colegas?</p> <p>Maria Helena: Em algumas coisas, porque na época era por créditos, foi quando começou a separar e toda aquela história, então tinha algumas disciplinas que eu fazia com ele, poucas. Ele já estava na minha frente, mas a gente se encontrava e, como todo mundo ia de ônibus, o Zé morava por aqui, a gente pegava o mesmo ônibus pra ir pra faculdade, acabamos nos</p>

	<p>conhecendo. O Zé sempre foi muito gritalhão, brincalhão, ele entrava no ônibus e todo mundo sabia que ele estava dentro do ônibus, ele já entrava chamando um, falando com outro lá do fundo, não sei o quê, não sei o quê. Na faculdade, a gente foi muito tempo amigos, mais de anos, pra depois começar a namorar. Na verdade, nós começamos a namorar quando o Zé já estava quase se formando, já largando a presidência do DCE [Diretório Central de Estudantes], já tinha até largado, eu acho, ou estava largando, porque ele se formou uns dois anos antes do que eu. Eu continuei a minha faculdade, trabalhei no DCE, fui secretária lá no DCE, quando eu saí do Circulo Operário, comecei a lecionar em Nova Roma com contrato, em Nova Roma do Sul (AHMJS, 2014, p. 13-14).</p>
<p>MILITÂNCIA SOCIAL</p>	<p>“Maria Helena: Uma coisa interessante na greve, eu fui pro comando de greve... Susana: A de [19]79? Maria Helena: A de [19]79 eu estava, mas mais discreta, porque eles morriam de medo que o Zé era vereador, podia ter vínculo político, sabe, professor? Susana: Sim. Maria Helena: Estava cheio de cuidados, e com razão. Mas eu estava lá junto, mas assim não aparecia como, né? A Maria, na verdade, comandou, assumiu aquilo. Sônia: A Maria [Horn], a esposa do Régis Ferretti... Maria Helena: A Serenita. Sônia: A Serenita. Maria Helena: A gente fez um grupo. Eu estava junto no grupo, mas nunca o meu nome foi..., assim pra preservar... Susana: O Zé. Maria Helena: Isso aí. Depois, sim, daí, quando, na outra greve, foi logo em seguida, eu assumi junto com a Flávia Baldisserotto, nós inclusive assumimos o núcleo do CEPERS [Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul], porque, na primeira greve, o núcleo nem aparecia, não entrou. Na segunda, o próprio CEPERS organizou. Na primeira, assim, não era assim... A diretora do núcleo era diretora de escola, aí ela abriu mão do núcleo, renunciou porque ela não queria entrar em greve, era diretora de escola e nós assumimos o núcleo. Eu fiquei de vice da Flávia por três anos, eu acho, dois anos mais ou menos foi aquilo, cumprimos o mandato. Daí eu concorri à diretora pelo núcleo do CEPERS, fiquei mais um mandato e teve outra greve, depois eu saí. Eu saí porque... [Pedro Jorge] Simon ganhou, o Zé foi ser secretário, aí já tinha... Pra vocês terem uma ideia, eu já estava na diretoria do CEPERS quando o Marcos nasceu, e teve uma assembléia que nós fizemos lá no... Sônia: Araújo Viana. [Auditório Araújo Viana em Porto Alegre]. Maria Helena: No Araújo Viana e que voltei pra casa com sangramento, foi um susto, mas não aconteceu nada, deu tudo bem, o Marcos veio. Aí, o Adir Rech, que era o delegado [4°</p>

	Delegacia de Ensino], depois, bha, a gente fez muita briga, era muita briga...” (AHMJSA, 2014, p. 15).
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROF. (Ens. Superior)	Professora de Filosofia com pós-graduação em História da América Latina.
Atuação na comunidade (igreja, movimentos sociais...)	Na década de 1980, foi vice e depois diretora do Núcleo do Centro dos Professores do Estado do <u>RS</u> (Cepers), em Caxias.
Ingresso na política partidária	“Me filiei no MDB em 1974, junto com meu marido, na época namorado, José Ivo Sartori, porque queríamos lutar pela redemocratização do Brasil. A escolha do partido se deu por ser o que congregava todas as forças políticas que queriam lutar pela democracia” (2020).
CAMPANHA ELEITORAL	<p>“[...] destaco o ano de 2002, quando eu e o Sartori concorremos juntos, ele Deputado Federal e eu Estadual. Fiquei como suplente, mas acabei assumindo e me tornando titular durante o mandato e fui a primeira mulher a ser líder de governo (Rigotto) na Assembleia. Em 2010 me elegi diretamente pela primeira vez” (2020).</p> <p>“Acredito que o trabalho realizado no PMDB Mulher Estadual, a discussão do papel da mulher na política e a participação nos movimentos que sempre tive foram fundamentais nas minhas eleições” (2020).</p> <p>“Sempre fiz campanhas modestas, com recursos próprios, com a contribuição de amigos e do partido” (2020).</p>
MANDATO POLÍTICO	<p>“Como deputada estadual:</p> <p>PL291-2003 Altera dispositivos do Código Florestal do RS relativos ao regramento do corte e ao conceito de capoeira</p> <p>PL 349-2003 Altera lei complementar 10713 e regulamenta Crédito educativo e concessão de bolsa de estudos</p> <p>PL53-2005 Estabelece regras para cassação de inscrição no cadastro de ICMS a quem transportar ou vender combustível adulterado</p> <p>PL131-2011 Institui a Semana de 18 de julho Semana Estadual de Combate ao Câncer de Mama</p> <p>PI150-2011 Institui no âmbito das Escolas Estaduais as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar CIPAVES</p> <p>PI156-2013 Estabelece regras para cassação de registro no cadastro de ICMS para quem transportar ou vender leite adulterado” (2020).</p>

<p>Atuação no mandato (temas e localização)</p>	<p>Causa das mulheres, da educação e do desenvolvimento econômico. “Defesa do papel da mulher na sociedade, políticas de prevenção, cultura da paz, melhoria da qualidade de vida das pessoas e fortalecimento da democracia” (2020).</p>
<p>Leis, projetos/propostas e ações voltadas à defesa da mulher</p>	<p>- PL131-2011, que institui a Semana de 18 de julho Semana Estadual de Combate ao Câncer de Mama.</p>
<p>Entrevista complementar</p>	<p><i>“Maria Helena Sartori nasceu em 23/10/1952, em Caxias do Sul. Terceira de cinco filhos de Pedro Antônio Migot e Adelina Thereza Migot. Tem como irmãs mais velhas Terezinha Lourdes Migot e Eulina Ana Boschetti e irmãos mais novos, Rosa Maria Migot Scottá e Olmiro Antônio Migot. É casada desde 09/07/1976 com José Ivo Sartori, com quem tem dois filhos, Marcos e Carolina”.</i></p> <p><i>“Passei a infância em Caxias do Sul, área central. Gostava de brincar na rua, inclusive à noite, principalmente no verão. Brincávamos meninos e meninas juntos, sem preconceito. As ruas não eram calçadas. Lembro de acompanhar a colocação de paralelepípedos como uma grande aventura. Na esquina de nossa casa era onde se instalavam circos e parques de diversão naquela época. Além de assistir aos espetáculos, fazíamos amizade com os artistas e suas famílias. Minha família era muito humilde e essas vivências nos ajudavam a conhecer um mundo diferente. Apesar das dificuldades, posso dizer que tive uma infância feliz. Sempre estudei em escolas públicas em Caxias do Sul e, aos 16 anos, comecei a trabalhar com carteira assinada. Trabalhava de dia e estudava à noite. Minha mãe não era alfabetizada, mas sempre colocou como prioridade que todos os cinco filhos estudassem e todos, com muito esforço, possuem formação superior. Fiz minha faculdade trabalhando de dia e estudando à noite. Ali comecei a participar do movimento estudantil, onde conheci meu marido”.</i></p> <p><i>“Foi em Caxias, na Universidade de Caxias do Sul. Seguiu trabalhando de dia e estudando à noite. Foi militante estudantil no período do decreto 477, que reprimia a participação estudantil. Ali aprendi a lutar pela democracia”.</i></p> <p><i>“No âmbito pessoal, sempre tive uma base familiar sólida e minha formação em filosofia sempre me ajudou a questionar o mundo e a vida. Quanto à profissão, a vontade de ensinar e ajudar a construir um mundo melhor foi determinante para que eu escolhesse ser professora. Já no que se refere à atuação política, acredito que a participação no DCE e na</i></p>

direção do Primeiro Núcleo do CPERS e a filiação no setor jovem do MDB me impulsionaram a seguir carreira política. Participei da fundação e criação do PMDB Mulher no RS”.

“Vivíamos um período de ditadura militar e apenas dois partidos políticos existiam. Nossa militância estudantil tinha que se esconder para organizar um mural com notícias sobre a situação do país para os outros estudantes, visto que sofríamos com a repressão militar. Filiei no MDB em 1974, junto com meu marido, na época namorado, José Ivo Sartori, porque queríamos lutar pela redemocratização do Brasil. A escolha do partido deu-se por ser o que congregava todas as forças políticas que queriam lutar pela democracia”.

“A primeira eleição do Sartori, para vereador, em 1976, foi muito marcante. Casamos meses antes da eleição. Lembro de participar ativamente da campanha, mesmo com a dificuldade de trabalhar fora de Caxias, pois lecionava em Nova Roma do Sul. Tínhamos poucos recursos, mas muitos amigos engajados.

Outro momento marcante foi em 1982, quando Sartori se elegeu deputado estadual pela primeira vez. Quatro dias antes da eleição, que era em 15 de novembro, nasceu nosso primeiro filho, Marcos. O envolvimento com a campanha das Diretas Já! também foi muito relevante.

A reeleição do Sartori à Assembleia em 1986 também é especial, porque um mês antes nasceu nossa filha, Carolina. Além disso, destaco o ano de 2002, quando eu e o Sartori concorremos juntos, ele a deputado federal e eu, a estadual. Fiquei como suplente, mas acabei assumindo e me tornando titular durante o mandato e fui a primeira mulher a ser líder de governo (Rigotto) na Assembleia. Em 2010 me elegi diretamente pela primeira vez.

As eleições do Sartori para prefeitura em 2004 e 2008 e para o Governo do Estado em 2014 também possuem um capítulo especial porque, no executivo, conseguimos realizar muitos projetos de melhorar a qualidade de vida das pessoas”.

“Sim, meu marido, porque nos filiamos ao MDB nos anos 70 e sempre militamos juntos, inicialmente em busca da redemocratização do País e depois com o intuito de desenvolver políticas públicas que melhorassem a qualidade de vida das pessoas”.

“Defesa do papel da mulher na sociedade, políticas de prevenção, cultura da paz, melhoria da qualidade de vida das pessoas e fortalecimento da democracia”.

“Acredito que o trabalho realizado no PMDB Mulher Estadual, a discussão do papel da mulher na política e a

participação nos movimentos que sempre tive foram fundamentais nas minhas eleições”.

“Sempre fiz campanhas modestas, com recursos próprios, com a contribuição de amigos e do partido”.

“Antes de me eleger, fui professora de escolas públicas e privadas, auxiliar de escritório, participei da direção do 1º núcleo do CPERS. Fui deputada estadual por 3 mandatos, líder do governo do RS, líder de bancada na Assembleia, Presidente de comissões na assembleia, Primeira Dama Municipal e Estadual e secretária de Estado”.

“Como deputada estadual:

PL291-2003 Altera dispositivos do Código Florestal do RS relativos ao regramento do corte ao conceito de capoeira.

PL 349-2003 Altera lei complementar 10713 e regulamenta crédito educativo e concessão de bolsa de estudos.

PL53-2005 Estabelece regras para cassação de inscrição no cadastro de ICMS a quem transportar ou vender combustível adulterado.

PL131-2011 Institui a Semana de 18 de julho Semana Estadual de Combate ao Câncer de Mama.

PL150-2011 Institui no âmbito das Escolas Estaduais as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar CIPAVES.

PL156-2013 Estabelece regras para cassação de registro no cadastro de ICMS para quem transportar ou vender leite adulterado” (2020).

“Como Secretária de Estado destaco alguns projetos:

Escolha o Destino que incentivou pessoas Físicas e Jurídicas a destinarem parcela do Imposto de Renda para os Conselhos da Criança e do Adolescente e para o Conselho do Idoso Implantação e Criação de 06 Centros da Juventude em Parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento PODE BID” (2020).

Reconhecimentos:

“Troféu Mulher Cidadã da Assembleia Legislativa do Estado (2006)

Troféu Mulher Cidadã da Câmara de Vereadores de Caxias (2014)

Troféu Sescon Destaque CRC-RS (2017)”

“Acredito que sim, em função de homenagens, troféus e medalhas, recebidas ao longo do caminho e do reconhecimento das pessoas através de programas de prevenção que implantamos no município e no Estado e se tornaram referências”.

“Foi uma trajetória de muita luta e muitas conquistas. Criamos projetos como o Vigimama, por exemplo, que ajudou a reduzir o número de óbitos de mulheres com câncer de mama, o Bebê tem hora certa, que possibilitou a redução dos índices de gravidez na adolescência, a participação na criação do Banco de Alimentos e Banco do Vestuário”.

“Sempre acreditei que é possível construir uma sociedade melhor com mais equidade. Isso sempre foi uma crença e uma meta. A política foi o instrumento pra construir políticas públicas com essa finalidade”.

“Minha participação política vem desde os tempos estudantis, época de cerceamento de direitos e liberdades, de luta pela democracia e de grande aprendizado.

Na luta pela redemocratização aprendi a importância da união entre os que, apesar das diferenças ideológicas, priorizavam o Estado Democrático, e isso serviu para outras situações de participação comunitária e classistas.

Na greve do magistério estadual de 1979, participamos do comando com o cuidado de não partidizar politicamente a causa e assim foi na direção do 1º núcleo do Cpers.

Minha participação ativa na fundação do MDB-Mulher no município e no Estado foi me mostrando o quanto era e é importante as mulheres participarem da política, estabelecer cotas foi uma forma de abrir espaço para as mulheres, mas infelizmente não concretizado nos partidos que só lembraram das cotas nas nominatas de eleições.

Como presidente do MDB -Mulher Estadual, incentivamos a criação de núcleos municipais, chegamos a mais núcleos que criaram condições de eleger centena de vereadoras e dezena de prefeitas.

Na eleição de 2002, foi intimada pelo MDB-Mulher a assumir a candidatura a deputada estadual e apesar de ter ficado na segunda suplência assumi o mandato desde os primeiros dias da legislatura e, em 2005, assumi a titularidade e, em 2006, ao ser convidada pelo governador Rigotto para a liderança do governo, passei a ser a primeira mulher a ser líder de governo no Parlamento Gaúcho.

Em 2004, o Sartori foi eleito prefeito de Caxias de Sul e isso nos possibilitou a experiência no poder Executivo e foi na condição de primeira-dama que tive as possibilidades de participar de projetos de políticas públicas como a implantação do PIM, “Primeira Infância Melhor”, das “Cipaves” nas escolas municipais, do programa “Vigimama”, do programa “Bebê tem hora certa”, de acompanhar a melhor qualidade de vida oportunizada aos

	<p><i>moradores do bairro Fátima baixa quando foram morar no loteamento Victório Trez, de participar da criação do “Banco do Vestuário” e “Banco de Alimentos”, e ver a mudança de vida que ocorreu com os usuários, de ver o envolvimento da coordenadoria da mulher inclusive com as mulheres do meio rural, valorizando a participação comunitária nas definições do orçamento, entre tantas outras ações que me provaram que é possível fazer política com seriedade, criar melhores condições de vida, experiência que levei para o Estado quando assumi a Secretaria de Políticas Sociais e a de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos.</i></p> <p><i>Sinto-me gratificada pelas oportunidades e realizações e continuo acreditando na fala da ex-presidente do Chile Michelle Bachelet: ‘Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas mulheres entram na política, muda a política’ (2020).</i></p>

JUSTINA INEZ ONZI	
Cargo(s)	Vice-prefeita e prefeita em exercício
Partido	PT
Mandato(s)	2001/2004
Naturalidade (deixar claro o local)	Em casa, na Forqueta Baixa, à época município de Feliz, hoje, de Vale Real.
Origens	<p>Filha de Adolpho Germano Onzi, era agricultor e tinha uma queijaria. A mãe, Lourdes Maria Bonalume Onzi, era costureira. Quatro irmãos: Juvelina, Jiraci, Geni e Antenor.</p> <p>“Com 12 anos de idade, o pai ia a Caxias negociar o que a família produzia como ovos, galinhas e frutas. Vendia de casa em casa e nos armazéns” (2020, p. 3/complemento à entrevista ao AHMJSa, 2015)</p> <p>“Quando tinha 15 anos, a mãe aprendeu a costurar com a professora Clara e a professora Elisa. Naquela época, não tinha roupa pronta, só tecido em metro. A mãe costurava e bordava para toda a redondeza” (2020, p. 3/complemento à entrevista ao AHMJSa, 2015).</p> <p>“Quando jovem, a mãe queria ser professora, mas não pode sair de casa para estudar. Sabendo a importância dos estudos, ela sempre nos aconselhou: ‘Vocês estudem, que assim vocês vão ser independentes!’. E o pai, sempre preocupado conosco, seguidamente, repetia quando saíamos de casa: “Se</p>

	comportem! Fazem direito! Não fazem bobagem em volta!” (2020, p. 3/complemento à entrevista ao AHMJSA, 2015).
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	Nasceu em 18 de junho de 1955 e morreu em 18 de abril de 2020, em sua casa, em Caxias do Sul, vítima de câncer de mama, que se espalhou pelo corpo. Foi casada com Delmir Sergio Portolan, com quem teve duas filhas (Karen e Vitória). Também tiveram um filho (Gustavo) que morreu aos quatro dias, vítima de intercorrência hospitalar.
ACONTECIMENTOS	
INFÂNCIA	<p>- Recebeu tratamento igual de irmãs e do irmão, pelos pais: “Então, quando nasceu o meu irmão eu disse: agora ele vai ser tratado diferente, porque ele é o único homem, e nós cuidando, cuidando se ele tinha alguma regalia. Mas ele nunca teve, nem teve chance de ter porque nós todas, se ele tivesse, íamos reclamar. Ele nunca teve, sabe? Então nós sempre fomos tratados iguais. Se a minha mãe, costureira, fazia um vestido, ela fazia pra todas” (AHMJSA, 2015; 2019, p. 6).</p> <p>- Brincou muito com jogos tradicionais, como amarelinha, caçador e futebol: “Mas nos finais de semana... a gente brincava era muito de casinha, em casa; também de futebol com os guris, era guria contra guri, a gente ia nos campos de futebol e jogava. A gente brincava muito, quando era menor, antes de crescer um pouco mais e jogar futebol guria contra guri, a gente brincava de casinha com a natureza, que nós, lá em casa[...]. Então foi uma infância assim muito feliz, muito infância mesmo, não faltou brincadeira, não faltou espaço [...] (AHMJSA, 2015; 2019, p.9). “Nós fomos crianças muito felizes, muito brincalhonas, a gente brincava muito. A mãe sempre diz que nós brincávamos muito, ela ficava preocupada e até perguntou pra irmã dela, que era freira, se era normal. E ela disse: “Deixa brincar, deixa” (AHMJSA, 2015; 2019, p. 6).</p> <p>- Ter pedido para estudar.</p>
ADOLESCÊNCIA	<p>- Saiu de casa, na colônia, para estudar no Convento das Freiras Murialdinas, em Fazenda Souza;</p> <p>- Foi praticamente obrigada a sair da escola por desobediência e indignação: “Fui muito feliz lá também, fui bem feliz, fui bem infantil, foi a minha infância. Continuou a minha infância da minha casa, da minha terra, eu fui muito feliz. Fui expulsa porque eu fui muito desobediente, comecei com muita rebeldia, com razões, né! Na minha opinião na época, tinha vários motivos pra gente se rebelar. Mas eu fui bem feliz lá, quero deixar bem claro isso. Elas me ajudaram muito, as irmãs me ajudaram muito, mas só que eu não tinha vocação pra ser...” (2015, p. 13).</p> <p>- “A irmã me chamou, ela disse: “Tu vai nos agradecer um dia, por nos termos feito isso, porque eu acho que não é aqui o teu caminho, não é aqui o lugar. Eu acho que tu tens outras</p>

	<p>qualidades, tem outros lugares”... Eu chorei muito, por que agora o que eu ia fazer? Hoje eu digo: que bom que elas fizeram isso. Esse ato se chamava que a pessoa tinha sido expulsa do colégio” (2015, p. 16).</p> <p>- Mudou para a cidade para terminar o Ginásio e depois fazer o Curso Normal.</p>
<p>JUVENTUDE</p>	<p>- Compôs a última turma de estudante de Magistério da Escola Normal Duque de Caxias: “Desde criança, tive exemplos, testemunhos vivos, trabalhos comunitários e dedicação concreta de meus bisavós, avós, pais, tios, enfim de todos os familiares na nossa comunidade Forqueta Baixa e localidades vizinhas. Sempre acompanhei meus pais nos trabalhos comunitários” (2020, p. 1).</p> <p>- Passou no vestibular e ingressou no Curso de Nutrição da Universidade do Vale dos Sinos, entretanto, desistiu por ser difícil o deslocamento.</p> <p>- Fez vestibular para Serviço Social na Universidade de Caxias do Sul.</p> <p>- Integrou o Diretório Acadêmico de Serviço Social.</p> <p>- Participou do Projeto Rondon, atuando em diversos municípios do país, desde o Nordeste até o Sul. Foi coordenadora de equipe (2020, p. 1).</p>
<p>MILITÂNCIA SOCIAL</p>	<p>- Como professora e estagiária de Serviço Social, criou e coordenou o “Grupão da Comunidade”, envolvendo o bairro Planalto. A comunidade escolar elegeu prioridades e as mulheres foram destaque nessa luta: “E as mulheres foram, foram fundamentais nessa luta toda. Essa luta pela merenda, pelo ensino médio, pela creche, pelo posto de saúde. Tinha a associação de moradores, tinha o grupo comunitário todo, mas quem levou e não desistiu foi o grupo do clube de mães, vamos dizer, das mulheres, que não desistiram, mesmo que a luta tenha durado três anos pra conseguir todas essas prioridades que tinham sido elencadas. Foi uma maravilha!” (AHMJSA, 2015; 2019, p. 19).</p> <p>- Como professora, contribuiu para a criação do Grêmio Estudantil da Escola Estadual Melvin Jovens.</p>
<p>FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROF. (Ens. Superior)</p>	<p>Formada em Magistério e Serviço Social: * Concluiu Magistério na Escola Normal Duque de Caxias em 1975. * Formou-se assistente social pela UCS na década de 1980. * Atuou como professora em Forqueta Baixa e na parte urbana de Feliz, já concursada pelo Estado. Também atuou na prefeitura de Feliz, na área da saúde. * Transferida a Caxias do Sul, assumiu para dar aula na Escola Melvin Jones, onde também fez seu estágio de Serviço Social e se envolveu bastante em ações comunitárias para a escola e para o bairro.</p>

	<p>* Assumi como secretária municipal de Saúde em 1997, cargo que conciliou com a vice-prefeitura caxiense, no mandato seguinte (2001-2004).</p> <p>Começou a trabalhar bem cedo: “Desde o começo, a gente trabalhou, nós participamos do trabalho do pai e da mãe desde que conseguimos ter força física e mente intelectual suficiente. A gente sempre participou, isso foi muito bom. Os vizinhos até diziam assim: “Lourdes, eu acho que essas gurias trabalham demais!” E hoje ela diz assim: ‘Viu, elas trabalharam demais e olha onde elas estão!’. Ela tem muito orgulho que a gente conseguiu estudar, conseguiu estudar e poder se virar na vida. Mas, quando o pai tinha queijaria que era a cavalo, aí chegava o leite a cavalo. Tinha aquelas cangalhas (que a gente dizia cangalhas), encima dos cavalos, pendurava todas aquelas latinhas [...]. Os litros (ou latas) iam separados e eles vinham (até a queijaria, que era na parte inferior, no porão da nossa casa) a cavalo. Quando um dos leiteiros (a gente chamava leiteiro, na época chamavam leiteiro), ficava doente, era eu que ia buscar (o leite) no lugar deles até eles se curarem [...]. A cavalo. Eu ia de manhã cedo, ainda escuro, eu saía de casa ainda escuro e ia buscar...(o leite). Ia longe, andava uns quatro quilômetros, né? E as sete e quinze, sete e meia (no máximo) começava a minha aula. Eu tinha que estar de volta, já tomava café e ia pra escola. Não podia chegar atrasada” (AHMJSA, 2015; 2019, p. 9).</p>
<p>Atuação na comunidade (igreja, movimentos sociais...)</p>	<p>- Atuação voluntária na Forqueta Baixa. Trabalhou com diferentes públicos na Escola Estadual Melvin Jones, no bairro Planalto, contribuindo para a estruturação física e social da região.</p> <p>- O que disse Justina sobre o envolvimento comunitário do avô Henrique Bonalume: “Além de líder comunitário, ele tinha uma tarefa na comunidade, que era quando os vizinhos brigavam, quando os casais brigavam, ele ia conversar pra eles ficarem em paz, pra eles reatarem os laços entre vizinhos ou entre casais. Então isso também é uma coisa que me marcou muito, que ele ia nas famílias que brigavam pra ver se conseguia que eles se dessem bem novamente. [...] Ele também liderava [o trabalho] nas estradas. As estradas eram cuidadas pela comunidade. Roçar na beira nas estradas, melhorar tapando os buracos... Ele também liderava isso. Então, ele era um exemplo pra mim, de que era importante viver em comunidade, que era importante a gente se solidarizar com os outros [...]. E o meu avô, Caetano Onzi, que era o pai do meu pai, por parte de pai, também era líder comunitário. O filho mais velho dele, Armindo Onzi, irmão do meu pai, era ele quem liderava o coral da comunidade, ensaiava duas, até três vezes por semana. Eles tinham um coral grande, participavam desde crianças (daquele coral) até pessoas idosas. Então ele liderava</p>

	<p>as rezas, quando o padre não podia vir, se rezava o terço... Ele também era um líder comunitário. Então, tanto por parte da mãe, como do meu pai, eu tive avós que me deram um exemplo, que eu prestava atenção. Eu dizia: olha como eles fazem, eles não têm medo, eles levam as pessoas para uma coisa boa, era sempre uma coisa boa” (AHMJSA, 2015; 2019, p. 5).</p> <p>“Eu tenho essa história de envolvimento comunitário porque primeiro eu comecei lá na minha família mesmo. Comecei lá com os meus avós e também com meu pai, com o meu pai e minha mãe. Eles tinham essa queijaria e, além da queijaria, começaram essa plantação de uva, que deu certo pra todo mundo. Hoje, se tu vais lá, os morros estão forrados de parreiras, e a uva começa cedo, e ganham um bom preço. Até hoje tem gente que fica lá, jovens que ainda ficam” (AHMJSA, 2015, p. 6)</p>
<p>Ingresso na política partidária</p>	<p>Em 1982, com ingresso no PT, a convite de Geci Prates e de Pedrinho Bondan. O primeiro mandato eleito veio em 2000, na vice-prefeitura de Caxias do Sul.</p> <p>“Em 1982, me filiei ao Partido dos Trabalhadores, onde aprendi muito sobre a prática democrática e política partidária. Participei concretamente das decisões partidárias, fazendo parte do Diretório, enfim das instâncias deliberativas do Partido dos Trabalhadores. Em 1996, participei da campanha do PT, auxiliando na construção do Programa de Governo, quando foi eleito o prefeito Pepe Vargas e a vice-prefeita Marisa Formolo para a Prefeitura de Caxias do Sul. Nesse primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores em Caxias do Sul, assumi por 4 anos a Secretaria Municipal da Saúde, quando foi feita uma verdadeira revolução nessa área, onde o município assumiu a Gestão Plena do Sistema Único de Saúde – SUS. Foi implantado um trabalho articulado do SUS para aproximadamente 45 municípios da região” (2020, p. 2 – <i>Trechos do texto de resposta à pergunta feita para esta pesquisa, assim construída: “O que fiz, como vivi, o que foi mais importante para entrar na política partidária e chegar a ser eleita?”</i>)</p>
<p>CAMPANHA ELEITORAL</p>	<p>“No ano de 2000, final do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores/ Frente Popular, fui convidada a ser candidata a Vice-Prefeita, juntamente com o Prefeito Pepe Vargas, pelo destaque e resultados do trabalho na Secretaria Municipal da Saúde nesse primeiro mandato do PT/Frente Popular [...]. Fomos eleitos [...]” (2020, p. 2 – <i>Trechos do texto de resposta à pergunta feita para esta pesquisa, assim construída: “O que fiz, como vivi, o que foi mais importante para entrar na política partidária e chegar a ser eleita?”</i>)</p> <p>“Quando a gente foi pra reeleição, que o Pepe foi pra reeleição e que eu fui pra eleição como vice-prefeita, nós chegávamos nos bairros, eles diziam assim: “Eu vou votar no senhor, por causa da saúde.” Aí ele dizia: “É a Justina aqui que foi a</p>

	<p>secretária”. O pessoal não me conhecia, porque a gente não..., eu tenho esse estilo de não...” (AHMJSA, 2015; 2019, p. 35-36).</p> <p>“Em 2004, quando encerrávamos oito anos de administração municipal da Administração Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, depois de ter exercido os cargos de secretária Municipal da Saúde por seis anos e vice-prefeita por quatro anos (exerci, por dois anos, em 2003-2004, os cargos de vice-prefeita e secretária municipal de saúde, concomitantemente), fui incentivada a concorrer ao cargo de prefeita de Caxias do Sul. Na ocasião, não aceitei esse novo desafio por optar em cuidar mais de perto e intensivamente minhas filhas Karen e Vitoria. Os cargos que exerci me exigiram muito tempo e optei em oferecer a elas minha presença física, meus cuidados, na medida que sentia que necessitavam naquele momento. Gostei do que fiz, a opção foi certa para aquele momento. São escolhas que precisamos fazer em cada momento de nossa vida. Fui feliz em todas as minhas escolhas (AHMJSA, 2015; 2019, p. 36).</p>
<p>MANDATO POLÍTICO</p>	<p>- Vice-prefeita de Caxias do Sul pelo PT, de 2001 a 2004.</p>
<p>Atuação no mandato (temas e localização)</p>	<p>- Na vice-prefeitura e no comando da Secretaria Municipal da Saúde, estabeleceu a gestão plena para Caxias do Sul. Nesse caso, a cidade passou a atender mais demandas e a receber mais recursos.</p> <p>- Assumi como vice-prefeita e, “[...] além de desempenhar o trabalho de Coordenação do Governo, inclusive passando do Orçamento Participativo para o Planejamento Participativo, fui, concomitantemente, secretária municipal da Saúde por período de 2002 a 2004. De 2001 a 2004, assumi o cargo de prefeita por 193 (cento e noventa e três) dias”.</p> <p>“Enfim, a política partidária foi fruto do trabalho naturalmente levado ao longo da vida profissional, comunitária e política. A vida de cidadã. Não “entrei” na política partidária para ser eleita. Ela se deu naturalmente”.</p> <p><i>(2020, p. 2 – Trechos do texto de resposta à pergunta feita para esta pesquisa, assim construída: “O que fiz, como vivi, o que foi mais importante para entrar na política partidária e chegar a ser eleita?”)</i></p> <p>Conforme currículo repassado por Justina ao AHMJSA (2015; 2019, p. 40-41):</p> <p>“Sob sua gestão, foram criados e implantados serviços e programas tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municipalização Plena do Sistema Municipal de Caxias do Sul conquistado em junho de 1998.

	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Hemocentro Regional (para Caxias do Sul e mais 45 municípios da região). - Criação da Central de Exames Complementares [..] - Criação do SAMU e da Central de Ambulâncias.
Leis, projetos/propostas e ações voltadas à defesa da mulher	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias no campo da saúde, que, diretamente beneficiam a mulher, como o funcionamento do Hemocentro e instalação da Central de Exames. - Na gestão da saúde de Caxias do Sul, coordenou um programa específico voltado à saúde da mulher. <p>Conforme currículo repassado por Justina ao AHMJSA (2015; 2019, p. 41):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantação da testagem do HIV/AIDS nas Unidades Básicas de Saúde para identificação de gestantes infectadas para o seu acompanhamento e do bebê. - Criação do “Programa Acolhe o Bebê” para a captação precoce e o monitoramento das gestantes e crianças recém-nascidas. - Criação da Comissão de Prevenção e Controle dos Óbitos Infantis. - Criação do Protocolo das Ações Básicas de Saúde. - Criação de Rotinas em Clínica e Rotinas em Pediatria do Pronto Atendimento 24 Horas. - Exames de radiodiagnóstico, como a mamografia. - Exames de ultrassonografia no Centro à Vida, como ultrassonografia obstétricas, de mama e ecografia.

SILVANA TERESA PIROLI	
Cargo(s)	Vereadora
Partido	PT
Mandato(s)	1997 a 2000
Naturalidade de (deixar claro o local)	Capela Nossa Senhora do Carmo, Travessão Rondelli, Flores da Cunha/RS.
Origens	Filha de Maria Mioranza Pirolí e Gelmino Pirolí. Agricultores. Mais velha entre três irmãos.
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	Nasceu em 15 de maio de 1964. É casada com Renato Mascarello, com quem tem dois filhos (Renata e Germano).
ACONTECIMENTOS	

INFÂNCIA	<p>- Lia a Bíblia para a avó e se interessava em aprender, tendo a escola, a casa e a religião como bases de conhecimento:</p> <p>“[...] eu sempre tive muita curiosidade e meu pai, de noite, como nós éramos quatro crianças, ele ficava conversando conosco” (AHMJSA, 2017, p. 2). Também obteve grande apoio de uma professora chamada Odaly Fontana e de um catequista: Júlia Bolsan. “Então eu tive essa professora que me incentivou muito e uma outra professora que deu aula pra mim no quarto ano, pra ver como a escola é importante nesses lugares, que ela era uma carioca que casou com um Zamboni de Flores da Cunha, acho que é Tânia o nome dela. Imagina, ela veio pra Flores da Cunha porque esse Zamboni era goleiro, casou com ela no Rio [de Janeiro] e veio morar em Flores da Cunha” (AHMJSA, 2017, p. 4). “A dona Júlia escrevia as poesias à mão em várias folhas de papel e me dava pra decorar, eu pequeninha, cinco, seis anos, encima de um banquinho encima de uma mesa declamava a poesia naquela época. Bom, ali eu perdi a vergonha de falar em público, né? [risos]. E o meu pai incentivava muito, meu pai gostava de cantar, gostava de ir pra igreja, tinha sido coroinha, ele tinha muito orgulho dessa minha facilidade de expressão. E a dona Júlia, em toda a apresentação, lá ia a Silvana decorar, às vezes, páginas e páginas de coisas, eu tinha muita facilidade de decorar e de declamar também, coisas com relação àquela hora. Então, as pessoas dizem: 'Você tem uma oratória boa'. A minha oratória vem desses ensaios de criança, e isso foi até eu fazer a primeira comunhão, tinha que estar no quinto ano, depois eu fui fazer a crisma, eu devia ter uns treze, quatorze anos...” (AHMJSA, 2017, p. 5)</p>
ADOLESCÊNCIA	<p>- Veio de Flores da Cunha para Caxias do Sul aos 14 anos. Naquele tempo, havia diferente tratamento entre filhos meninos e filhas meninas. “O capital ia pros meninos e as meninas que se virassem, então vieram pra Caxias estudar e algumas trabalhar e tinha que se manterem. A minha avó já tinha vindo, já fazia alguns anos que ela estava aqui com a tia Clara, com a tia Prisca, a minha avó Antônia e a tia Leonor. Nesse meio tempo, a tia Leonor casou e eu vim morar aqui, nós pagávamos aluguel ali no Bairro São José” (AHMJSA, 2017, p. 9). “Eu queria estudar, esse era o meu objetivo” (AHMJSA, 2017, p. 11)</p>
JUVENTUDE	<p>- Ingressou no Magistério no hoje Instituto de Educação Cristóvão de Mendoza.</p>
MILITÂNCIA SOCIAL	
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROF. (Ens. Superior)	<p>Professora de Filosofia. Formada em Magistério e em Filosofia. É professora da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul.</p>
Atuação na comunidade e (igreja, movimentos sociais...)	<p>Professora municipal de Caxias. Concorreu a vice-prefeita em Flores da Cunha e presidiu o Sindicato dos Servidores Municipais.</p>

Ingresso na política partidária	Década de 1980, no PT.
CAMPANHA ELEITORAL	<p>- Também ocorreram momentos de resistência e outros alegres:</p> <p>“Sempre teve isso, sempre teve. Eu me lembro que na campanha de 1988 eu fui candidata em Flores da Cunha, a gente fazia aqueles comícios, teve comunidades que não abriram as portas pra fazer o comício do PT, porque imagina se iam abrir pra esse bando de gurizada comunista e ainda com uma bandeira vermelha! E tinha uns lugares que nos ouviam, poucos que participavam, os corajosos que iam nas reuniões, diziam: ‘Ela fala bonito, pena que ela é uma mulher!’ (AHMJS, 2017, p. 29).</p> <p>“Foi na eleição de 88 que concorro pela primeira vez. Como tinha militância na pastoral da juventude concorro a vice-prefeita em Flores da Cunha. Desta jornada, aprendi que para as mulheres, mesmo que soubessem se expressar, diziam até fala bem, pena que é uma mulher. Isso doi na alma. Mas fizemos uma boa campanha” (2020, p. 1, entrevista complementar respondida à pesquisadora).</p> <p>“Com o passar das batalhas dei-me conta que a vida da política estava presente. Me tornara uma liderança com habilidades de negociação, firmeza e trabalho de base. Mas não era suficiente. Tinha coisas que um sindicato não dava conta. Como já era filiada no PT, disputara as eleições de 92. Com uma pequena nos braços era uma epopeia fazer campanha. Principalmente a minha campanha que era dirigida e a candidatura prioritária pra eleger não era a minha. Mas lá fui eu, pra construir. Depois fui eleita presidente do PT. Mas a labuta interna nunca foi fácil” (2020, p. 1, entrevista complementar respondida à pesquisadora).</p>
MANDATO POLÍTICO	<p>“Num mundo masculino, os homens sempre tinham mais voz. Tanto que apesar de ter construído as bases de diálogo com outros partidos e movimentos sociais, quando da sucessão do PT, fui preterida para colocar outra pessoa. Esse foi um momento difícil, de difícil superação. Tinha avaliação que deveria continuar. Mas a maioria não aceitou. Neste momento decidi que só seria ouvida se tivesse mandato parlamentar. Na eleição seguinte me elegi” (2020, p. 1, entrevista complementar respondida à pesquisadora).</p>
Atuação no mandato (temas e localização)	<p>- Defesa de melhores condições aos docentes e aos servidores públicos.</p> <p>“Fui pra Câmara e apresentei projetos que considerava importantes. Os conselhos escolares e o sistema municipal de educação, temas que eram caros. Como eram projetos com vício de origem, o governo da frente popular assumiu os projetos e enviou pra Câmara, pra serem votados. Sempre estive disposta a fazer o que coletivamente era proposto e combinado. Ajudei a levar nosso projeto pra prefeitura e não me eximi em sair da Câmara e ir pra Secretaria de Habitação para ajudar o governo” (2020, p. 1, entrevista complementar respondida à pesquisadora).</p>
Leis, projetos/pr	NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO DIRETA A PROJETOS NA ENTREVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO

<p>opostas e ações voltadas à defesa da mulher</p>	<p>SPADARI ADAMI (AHMJSA) E NEM NA ENTREVISTA COMPLEMENTAR. O QUE TEM É UM COMENTÁRIO SOBRE SUA PRESENÇA ENQUANTO MULHER NO PARLAMENTO CAXIENSE:</p> <p>“[...] na Câmara têm duas coisas que são muito interessantes, pra gente conseguir aprender a conviver num espaço com vinte, trinta parlamentares. Todos os dias é preciso que você tenha um grau mínimo de respeito às diferenças, então não dá pra ser hostil o tempo todo, então as hostilidades ficam muito mais pro plenário, pras disputas políticas do que pro dia a dia. Alguns dizem: ‘Vocês ainda se cumprimentam e depois vão lá e discutem no plenário!’. Não dá pra gente não conviver com as pessoas, né? Mas, além de ser do PT, na época, nós éramos do PT, mulher e um governo que estava começando, que recebia bombardeio de tudo o que era lado porque queria fazer diferente. Algumas políticas que se implementaram naquela época deram grandes debates, então o espaço da Câmara foi um espaço de grandes debates. Todo mundo queria criar a Secretaria da Cultura, mas, quando teve a reforma. Eu vou dar um exemplo, né, a criação da Secretaria da Cultura Esporte e Lazer e todas aquelas reformas que o governo Pepe encaminhou no início do governo foram horas e horas de grandes debates, porque ali também se desenhava o novo modelo que se queria para o futuro da cidade e, claro, o modelo conservador, as pessoas têm opiniões diferentes, não era uma coisa simples. Por isso que eu disse que o Parlamento [...]. No Parlamento, o espaço que eu mais gostava era exatamente o espaço do plenário porque, como eu gostava, tinha muita facilidade em explicar, argumentar e estudava muito os projetos, eu sempre tinha muitos argumentos. Então, fazíamos bons debates, eu acho que foi uma legislatura que tinha muita qualidade de intervenções. Os meus colegas vereadores daquele período eram vereadores muito preparados, com opiniões diferentes das minhas, é verdade, mas com muito preparo no sentido assim de convicções ideológicas” (AHMJSA, 2017, p. 29-30).</p>
<p>Texto complementar</p>	<p><i>“Lembro das discussões e conversas na Pastoral da Juventude e na Pastoral Universitária. Nesses espaços, líamos, debatíamos e pensávamos como poderia ser um mundo diferente dentro do que pregava a teologia da libertação. Foram nessas andanças que conheci meu marido. Nossa convivência se alicerçou numa ideia de mundo melhor, justo e igualitário. Contudo, nem sempre pensar e agir dentro destas ideias era tarefa fácil. Me chamava a atenção como éramos vistos, com desdém e “pouca conta”, tanto na igreja como na sociedade. Pensar diferente e agir de forma menos consumista era motivo de espanto. Essa reação não era só decorrente dos ideais, mas do fato de eu ser uma jovem independente e de opinião.</i></p> <p><i>Minha juventude também foi marcada pelo trabalho, pois, desde muito cedo, precisei trabalhar para sobreviver e estudar. Durante o magistério, dividi a rotina entre as aulas no turno da manhã e dois empregos que me ocupavam até tarde da noite. Nesse período, trabalhei em casa de família (fazendo faxina e doces, além de cuidar de crianças) e em uma agência de loteria esportiva, o que resultava em uma jornada diária de 10 horas de trabalho. Na agência, costumava encerrar meu turno entre oito e nove horas da noite, exceto pelas quintas-feiras, que</i></p>

seguíamos pela madrugada por ser o dia de maior movimento e precisarmos fechar as apostas. Na agência, embora sem carteira assinada, garantia uma pequena fonte de renda; na casa de família, um prato de comida.

Ao terminar o magistério, fui trabalhar na recepção do Centro de Ciências Humanas e Artes da Universidade de Caxias do Sul (UCS), naquele que foi meu primeiro emprego formal. Num meio muito sério e acadêmico, passei a conviver com as professoras e os alunos que lá estudavam e, por conta disso, a receber muitos conselhos e indicações literárias. Dos livros que me foram recomendados, lembro bem de “Mulher: objeto de cama e mesa”, da escritora Heloneida Studart, e de toda a obra de Paulo Freire. As leituras e a convivência com as docentes foram essenciais para o fortalecimento da minha militância na Pastoral da Juventude.

Somada à militância e ao trabalho, o estudo também fez parte da minha juventude, que não se limitou ao magistério. Meu sonho de ser professora de matemática não resistiu à realidade (porque as aulas eram durante o dia, turno em que eu precisava trabalhar), assim, a saída foi fazer um curso à noite. Fiz durante uns anos Relações Públicas e, na UCS, pude trabalhar com cerimonial e protocolo numa série de atividades que me rendiam um recurso extra. Trabalhei em muitas formaturas, lendo as atas e organizando o protocolo. Encerrada essa fase, passei para a vida adulta, onde pude viver outras experiências e iniciar novos ciclos” (2020).

“Da escola ao sindicato: a luta por condições de trabalho

Logo fiz concurso para trabalhar como professora no município. Iniciei na Escola do bairro Fátima. Tinha uma proposta diferente, renovada. Fazíamos teatro, discutíamos o fazer pedagógico. Foram anos muito ricos de experiência pedagógica. Tanto que fui fazer um curso de especialização em alfabetização pelo GEEMPA, em Porto Alegre. Viajava toda semana durante 2 anos. Nesse meio tempo, já tinha militância partidária. Neste período, a militância era muito intensa. Redemocratização, diretas já. Essa militância atrapalhou a possibilidade de ascensão na carreira do serviço público que fosse aproveitada em outra área ou mesmo reconhecida minha capacitação em alfabetização. Por ser do PT, fiquei sempre na escola, sem ter oportunidade de assumir outra atividade em outros governos. Prática comum no serviço público. Mas isso me fez aprender mais sobre o trabalho em sala de aula e valorizar a profissão. Por trabalhar em escola resolvi cursar Licenciatura em Filosofia. Era à noite e poderia ser compatível com meu trabalho, trazia conhecimento e desafio intelectual. Era a licenciatura que havia à noite naquela época.

A entrada no serviço público também me abriu a oportunidade de iniciar minha militância sindical. Passei a me envolver na luta por melhores salários e, em 1986, participei da primeira diretoria da Associação dos Servidores Municipais. Essa participação era junto com as atividades de trabalho. Se trabalhava respeitando a realidade do aluno e construindo junto o saber, também precisava me envolver em ações que melhorassem a qualidade de vida dos trabalhadores. Construimos o

estatuto, plano de cargos e salários e o plano de carreira do magistério, em vigor até hoje.

Fui a primeira professora a presidir a associação e a primeira presidente do sindicato. Somente em 1989, já presidindo a associação e o sindicato, tive tempo liberado das atividades de sala de aula para dedicar-me ao sindicato. No início, eram algumas vezes, depois foram por um período do dia, até ter a liberação formal em 1991 com o novo estatuto. Esse novo estatuto unificou a luta dos servidores e garantiu avanços importantes. Destaco a luta por auxílio-creche durante anos, que finalmente conquistamos.

A religião como ensinamento de justiça, paz e amor ao próximo, sempre esteve presente em minha vida. Foram essas as razões que me fizeram filiar-me ao PT e ir pro movimento sindical. Mesmo sabendo que significaria uma estagnação na ascensão profissional, onde a militância política fecha e abre portas. No meu caso, fechava. Ser do PT significava ser contra, ser contra o sistema, sem compadrios. Ser de esquerda e tudo o que isso representa em termos de preconceito, nos dias de hoje, também existiam no início do PT. Os militantes de um mundo melhor eram colocados de lado, não importasse o quanto poderiam contribuir. Foi nesse ambiente que passei a valorizar a escola como espaço privilegiado de mudança. Pensávamos que podíamos mudar o mundo. Mas até não o mudamos, mas o fizemos girar. Eram grandes mobilizações.

Os professores foram molas impulsionadoras das lutas por direitos no serviço público municipal. Porque eram maior número, mulheres, jovens e cheias de esperança. Outros setores foram importantes por outras razões: os trabalhadores do Samae por seu caráter estratégico no atendimento à população; os servidores que trabalhavam nos serviços de atendimento ao público, pois tinham contato direto; e os servidores do administrativo, pois davam subsídios e elementos para pressionar a burocracia estatal. Nesse contexto de luta e de greves, fomos conquistando nosso espaço como servidores públicos e mostrando a população que existíamos.

Filiar-se a um partido era contribuir com outro instrumento de luta, era complementar à militância. Não teria me filiado no PT se não fosse essa vontade de ter um mundo melhor para todos. Ouvi várias vezes o Lula, li vários textos que diziam que, sem um partido que representasse os trabalhadores, não haveria como fazer mudanças. As informações passadas nas reuniões sobre o movimento operário em São Paulo, a greve no ABC, a morte do Santo Dias, o congresso da CUT, as liturgias e textos nos faziam refletir e tomar partido. O PT era e ainda o considero ser uma alternativa” (2020).

“Os momentos importantes... dentro de uma vida importante.

Penso que sempre vivi muito intensamente e entendo que nenhum dia é em vão, pois eles vão construindo um caminho cheio de experiências – umas melhores, outras nem tanto – em que todas contribuem para você ir se tornando e transformando. Ficam na nossa lembrança alguns eventos. Por sua singularidade, por sua marca de alegria ou sofrimento. A história é contada a partir de eventos. Então, escolho três, que considero marcantes na minha trajetória e me fazem lembrar momentos importantes e de conquistas. Foi muito marcante a

vinda do LULA em Caxias em 89, com a esposa Marisa, e um dos filhos. Foi uma aula de vida. Nem que vivesse mil anos, conseguiria esquecer o cheiro de vida e de povo daquela noite no auditório do sindicato dos reunidos. Depois, na Caravana da Cidadania, em 1993. Na caravana eu era presidente do PT e estava prestes a ter meu segundo filho, Germano. Estava animando a militância no Rincão da Lealdade, com atraso de mais de 2 horas. Quando o Lula chegou, fez uma referência à minha energia e à minha disposição, estando grávida no final da gestação. Foi um momento de sensibilidade e de respeito que ficará sempre na minha memória. Outro momento marcante foi quando aprovamos o estatuto dos servidores, em 1991, numa assembleia, e eu estava com a Renata com dias de vida. Isso porque não deixava de participar e os levava junto sempre. Ser mulher, mãe, e militante só aumentava a responsabilidade, e os filhos, em que pese o cansaço físico, me davam força. Não era só por mim que lutava. Era por eles” (2020).

“O PT não é obra de uma pessoa.

Conheci e conheço a maioria dos militantes. Todos tiveram papéis importantes na minha vida. Seria desconhecer a importância de muitos citar só alguns. Cada fase teve sua história e seus personagens. Mas sou fruto de uma construção coletiva, com os erros e os acertos de muitos. Sempre que falei ou discuti foi a partir de pontos de vistas que representavam muito mais do que a minha opinião. Nem sempre o que defendi era correto aos olhos de outros, mas sempre representaram muitos pensamentos. Acho que o que mais me influenciou foram as ideias, e não as pessoas. As pessoas são suas ideias. E a ideia de justiça, de igualdade, sempre esteve presente. Nossa história partidária em Caxias deu luz a companheiras e companheiros que se destacaram pela capacidade de liderar, pela argumentação, pela história de vida, por uma dessas características ou por todas juntas. Mas, com certeza, em que pese os desacertos da humanidade e do humano, temos que nos orgulhar das batalhas travadas, das lutas iniciadas, das vitórias adiadas, das derrotas evitadas” (2020)

“Para viver melhor, é hora de mudar.

Essa ideia de coletivo, de igualdade, de justiça. Mudança, e viver melhor. E as campanhas também sempre foram coletivas, muito simples e militante. Representaram esse olhar militante e altruísta perante o mundo e a sociedade capitalista. Era a campanha mais coletiva e diferente entre os demais, no moledo capitalista de campanha. Sempre refiro-me a eleições como tem momentos que elegemos e não ganhamos, e ganhamos e não elegemos. Ganhar significa experiência, processo. No processo de convencimento de que a luta de classe é permanente e de sua superação, advirá o mundo justo. Sempre ganhamos quando conseguimos despertar essa ideia nas pessoas. Eleger ou não depende muito de fatores externos, conjunturais, de recursos, de formas de fazer campanha e da influência dos meios de comunicação e do poder econômico na vida das pessoas. A eleição é um momento de semear, semear esperança e novos conceitos. Nem sempre se colhe com a eleição” (2020).

“As vitórias foram novos desafios

Os fatores que levaram à vitória formaram um grande trabalho coletivo, pela base e espraiado na cidade. O sentimento de mudança também foi importante. Minhas campanhas sempre foram financiadas com contribuições militantes, jantares onde fazíamos tudo para poder sobrar dinheiro para os panfletos. Foram campanhas muito modestas e sempre feitas por voluntários”.

“Fui professora, vereadora, secretária municipal da Habitação e coordenadora do Orçamento Participativo. Essa trajetória tem como marca a participação e o processo de construção coletiva, o que se deve, em muito, pela minha formação de professora”.

Reconhecimentos

“Fui agraciada com o prêmio de Personalidade Destaque de 2002 da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (ACOMAC); com o troféu Mulher Cidadã, na categoria promoção da participação política, da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul em 2010; e com o prêmio Destaque Comunitário do Bairro Milenium, concedido pela Associação de Moradores, em 2013” (2020).

“O maior reconhecimento é poder lembrar com alegria das coisas que participamos. Sobre o reconhecimento da sociedade: considero difícil responder. Se levar em consideração que, quando encontro pessoas com as quais convivi em diferentes momentos, conversamos, e falam com alegria de fatos ocorridos que construímos juntas, considero um reconhecimento. Não sei o quanto significa isso na comunidade e muito menos como isso é visto em grande escala. Cada um de nós tem uma imagem construída e reproduzida por um conjunto de fatores, como as relações estabelecidas, as disputas ocorridas, a exposição nos meios de comunicação.

Sem dúvida nenhuma, a história é contada majoritariamente por uma cultura masculina que valoriza o masculino e pelos vencedores, os que detêm meios e poder de influência nos formadores de opinião. Esse poder está muito alicerçado no poder econômico. Principal alicerce de modelo capitalista. Não me espanta em nada dizer que poucas mulheres são lembradas por suas histórias singulares, por suas lutas coletivas ou por suas conquistas. São muito mais lembradas pelo cônjuge que as acompanha, pela família a qual pertencem e pelo poderio econômico que representa. Mas, para além disso, tenho sempre pautado minhas ações buscando construir um mundo melhor que acredito ser possível, em pequenos atos e ações. Não significa de forma alguma que sou isenta de erros, equívocos ou incompreensões. Significa que a dimensão humana me faz errar e acertar, mas principalmente tentar mudar o mundo a partir do lugar onde estou.

Acredito que o diálogo e a mediação de conflitos é o caminho possível. A tolerância com o diferente é sempre muito desafiadora. Buscar conviver e representar meus colegas buscando melhores condições de trabalho e de vida é uma tarefa presente e necessária na minha vida. O maior reconhecimento é o sentimento de ter feito o possível e o impossível para fazer meu melhor.

Depois de muitos anos dedicada ao serviço público fui novamente eleita presidente do sindicato dos servidores municipais. Presidir novamente uma entidade de classe nesta conjuntura é muito

desafiador. Desafiador, pois estamos vivendo uma democracia interdita. Uma liberdade reduzida e direitos subtraídos. Entre a civilização e a barbárie, estamos no caminho da barbárie. Os sentimentos mais primitivos afloraram com a licença para matar, discriminar e condenar. Não é à toa que todo o aparato estatal está em xeque e os servidores são a grande bola da vez.

Atacar o serviço público e os servidores é um componente necessário nesta escalada da negação dos direitos, de um estado democrático e de um convívio civilizatório. Neste cenário de barbárie, as mulheres são as principais vítimas e as primeiras a terem direitos negados, condições desumanizadas e precarizadas de trabalho e a miséria social e financeira. Como fazer e o que fazer. A libertação da sociedade será obra de muitos, mas não pode ser prescindida a responsabilidade de cada um. Neste momento da existência humana, pregar o amor, a solidariedade, a resistência na retirada de direitos básicos é uma tarefa árdua e necessária. Nunca ficar onde se está significou tanto avanço como neste momento. Essa é a contradição.

Não conseguimos avançar em políticas públicas que garantam condições dignas de vida e de existência. Estamos quase que nos submetendo à escravidão com louvor. Libertarmo-nos dessas amarras, voltarmos a ver o sol nascer de novo e com seus raios aquecer nosso coração é o desafio das mulheres e dos homens que não estão aqui por acaso. Estão, neste momento e neste lugar, para marcar o tempo e sua época. Para deixar o calor de seus lábios na face entristecida, para alcançar a mão aos que estão se perdendo e, enfim, trilharmos, juntos, caminhos novos que nos levem a justiça” (2020).

“Ter formação de professora me ajudou a ter método de trabalho mais coletivo, marcado pelo ‘ouvir’ e ‘construir’ em conjunto. Essa característica da profissão sempre foi marca na militância por acreditar que não se faz nada sozinho e que podemos fazer mais se estivermos juntos. Nos anos em que estive na gestão pública, procurei trazer esses pilares para uma melhor atuação.

Nesse sentido, acrescento que, quando fui secretária de Habitação, fizemos um trabalho muito diferente em termos de cidade. A moradia foi vista como um direito e a população era ouvida e tratada com respeito. Destaco as leis de reformulação do Fundo da Casa Popular (FUNCAP) e as leis de Regularização Fundiária e das Áreas de Habitação de Interesse Social como exemplos da nova concepção do morar pleno. Nesse âmbito, também saliento o prêmio Melhores Práticas, concedido pela Caixa Econômica Federal, pelo projeto de urbanização do Marianinha de Queiroz.

No Orçamento Participativo, sublinho o avanço na concepção e forma de participação por meio da criação das plenárias temáticas e do congresso das cidades. Formular e coordenar esse processo me deu a dimensão de que a cidade precisa ser aconchegante como colo de mãe, ouvir o outro e ser um lugar bom para todos viverem, principalmente os que mais precisam”.

Mais complemento enviado em 13/03/2020:

“Olá, fui desafiada a pensar o que é e como a educação contribuiu na opção pela política. Penso que não há um fato isolado, mas a soma de vários fatores faz com que, em determinado momento, nos dispomos a assumir o desafio de concorrer a um cargo público. Sim, pois eu já bem jovem participava da direção do sindicato, à época, associação. Porque só pudemos ter sindicato após a constituição de 1988. Bem, mas assim que passei no concurso e fui nomeada já tivemos uma paralisação. Os salários eram muito baixos e as condições de trabalho precárias. Isso em 1984. Não obtivemos êxito, mas a pressão sobre os professores foi grande. Logo descobri que só a associação não daria conta do desafio de garantirmos mais recursos pra educação. Foi na eleição de 1988 que concorro pela primeira vez. Como tinha militância na Pastoral da Juventude, concorro a vice-prefeita em Flores da Cunha. Desta jornada, aprendi que, para as mulheres, mesmo que soubessem se expressar, diziam: Até fala bem, pena que é uma mulher.

Isso doi na alma. Mas fizemos uma boa campanha. Ao retornar à sala de aula, as represálias foram difíceis. Mas estava começando a vida sindical. Em 1989, seria eleita presidente da ASM. Era vice desde 1986. Esse desafio me colocaria no centro do debate. Tínhamos que fazer emendas à Lei Orgânica, discutir a educação e organizar o sindicato como ferramenta de luta. Com o passar das batalhas, dei-me conta que a vida da política estava presente. Me tornara uma liderança com habilidades de negociação, firmeza e trabalho de base. Mas não era suficiente. Tinha coisas que um sindicato não dava conta. Como já era filiada no PT, disputaria as eleições de 1992. Com uma pequena nos braços, era uma epopeia fazer campanha. Principalmente a minha campanha que era dirigida e a candidatura prioritária pra eleger não era a minha. Mas lá fui eu, pra construir.

Depois, fui eleita presidente do PT. Mas a labuta interna nunca foi fácil. Num mundo masculino, os homens sempre tinham mais voz. Tanto que, apesar de ter construído as bases de diálogo com outros partidos e movimentos sociais, quando da sucessão do PT, fui preterida para colocar outra pessoa. Esse foi um momento difícil, de difícil superação. Tinha avaliação que deveria continuar. Mas a maioria não aceitou. Neste momento, decidi que só seria ouvida se tivesse mandato parlamentar. Na eleição seguinte, me elegi. Fui pra Câmara e apresentei projetos que considerava importante, envolvendo os conselhos escolares e o sistema municipal de educação. Esses temas me eram caros. Como eram projetos com vício de origem, o governo da frente popular assumiu os projetos e enviou pra Câmara pra serem votados.

Sempre estive disposta a fazer o que coletivamente era proposto e combinado. Ajudei a levar nosso projeto pra prefeitura e não me eximi de sair da Câmara e ir pra Secretaria de Habitação para ajudar o governo. De tudo isso, o fato de estar trabalhando na periferia me fez ler o mundo de outra forma... Apostar decisivamente na organização do povo e saber que, seja onde for, a organização e a luta valem a pena. Vivenciamos jornadas mais árduas, mais conflitantes ou MAIS harmoniosas. Mas a jornada maior é aquela que escolhemos para caminhar. A vida é um processo de escolha, sempre solitária. Não podemos atribuir aos outros nossas decisões.

	<p><i>Escolhi ser professora, pois era o que me fizeram conhecer como possível e alcançável. Não foi fácil. Mas fiz a escolha que podia. As possibilidades eram muito limitadas pra uma menina pobre do interior. Fiz o quase impossível. O imponderável para alguns. Pois ser mulher e estudar já era uma afronta, imagina concorrer e se meter em política. Ainda bem que muitas fizeram o mesmo. E por ironia, minha primeira escola no município foi o anexo da Escola Castelo Branco, no Fátima, que veio a se chamar Esther Troian Benvenuti. Nessa escola, fiz música, teatro, me especializei em alfabetização, tentei, tomei e junto com outras grandes colegas, fizemos a diferença na educação. Tu que tá aí vem lutar, vem nos ajudar a educação transformar... Era a estrofe da música que cantávamos no final da encenação sobre educação. Isso fez a diferença nas nossas vidas”(2020).</i></p>

	ANA MARIA CORSO
Cargo(s)	Vereadora e deputada federal suplente
Partido	PT
Mandato(s)	- 1997 a 2000, 2001 a 2004, 2005 a 2008, 2009 a 2012 (vereadora); - 2001/2002 como suplente de deputada federal
Naturalidade de (deixar claro o local)	Caxias do Sul/RS.
Origens	Filha de Pedro Irone Corso (de Criúva, Caxias), e de Luísa Natalina Mattioda Corso (Monte Bérico, Caxias). Pai: motorista de caminhão. Mãe: dona de casa. Dois irmãos (Carlos Otávio e Paulo).
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	Nasceu em 15 de outubro de 1958. É casada com Pepe Vargas, com quem tem duas filhas (Gabriela e Isadora).
ACONTECIMENTOS	
INFÂNCIA	<p>- Era uma menina tranquila: “Eu tive uma infância assim normal, uma menina que não teve problemas assim no estudo, sempre estudei, tranquila, não tive maiores preocupações. O meu pai, apesar de ser um motorista de caminhão, ele conseguiu dar estudo para todos os filhos dele. Então, o meu irmão se formou médico, eu passei na Universidade aqui de Caxias do Sul para Artes Plásticas, em Licenciatura Plena em Educação Artística, né, para professora, mas nunca lecionei. Acabei, depois de formada, indo trabalhar na empresa Pettenati. Era malharia na época, depois virou fiação e tecelagem, indústria têxtil Pettenati [Pettenati S. A. Indústria Têxtil]. Mas, enfim, a minha infância foi muito, eu não me recordo assim de ter qualquer tipo de problema, também não era uma menina rebelde e nem nada. Eu era muito cordata [...]. Eu estudei no Madre Felicidade, foi a minha primeira escola, que era bem pertinho da minha casa. A minha</p>

	<p>família morava aqui na Visconde de Pelotas, em frente à Cantina [Eduardo] Mosele, ao lado da Marumby, que hoje é, são as garagens da Prefeitura. Bem nessa região ali. Esta escolinha acabou depois sendo derrubada. Era próxima, próxima não, era onde hoje estão os prédios da Sulenge. Depois eu estudei no João Triches [Escola João Triches] e, posteriormente, eu fiz o meu ginásio no [Colégio] Madre Imilda, no Madre Imilda. Uma parte dele, até a quarta série, que na época era ainda quarta série e depois eu fui para [Escola Estadual] Santa Catarina e, depois do Santa Catarina, enfim, eu passei para a Universidade [de Caxias do Sul], nesse curso que eu falei. [...] na minha época, assim, não tinham grêmios estudantis. Era um período... (AHMJSA, 2009, p. 1).</p>
ADOLESCÊNCIA	<p>“Era um período assim que os grêmios estavam fechados em face, assim, nessa minha adolescência, não tinha essa, eram os Centros Cívicos. Mas assim em face da ditadura não tinha mais os [grêmios]” (AHMJSA, 2009, p. 1).</p>
JUVENTUDE	<p>“Eu comecei a ter uma participação mesmo política quando eu entrei na Universidade. O meu contato primeiro, assim, de organização e tal foi no movimento estudantil universitário. Ali foi que eu comecei a ter as primeiras reuniões, né, com os estudantes, enfim, pela luta, pela democratização da Universidade, por eleições diretas para reitor, era bem o surgimento... Eu entrei na Universidade em [19]80, então era bem o período em que o PT [Partido dos Trabalhadores] estava surgindo. Então, assim, eu comecei a participar das reuniões dos estudantes universitários e tal e acabei me filiando no Partido lá nos anos de [19]80. Sou fundadora do PT em Caxias do Sul” (AHMJSA, 2009, p. 1 e 2).</p> <p>“Dez anos depois que eu estava nesse emprego. Então, assim, o Partido me chamou, porque eu entrei na Pettenati em [19]86, daí participei da CIPA [Comissão Interna de Prevenção de Acidentes] interna porque tinha toda essa vinculação partidária, de organizar trabalhadores e tal. Daí fui para a CIPA, até para ganhar estabilidade e daí concorri às eleições para o Sindicato de Fiação e Tecelagem aqui de Caxias do Sul, na época o Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Caxias do Sul, que era um sindicato assim que estava sendo presidido por mais de vinte e oito anos pelo mesmo presidente, que era o Renato Viero e numa categoria quase essencialmente de mulheres. As malharias, o grosso, e mesmo a Pettenati assim, o grosso eram mulheres. E nunca tinha tido uma mulher presidente do sindicato. Então, o que ocorre? A primeira oposição ao sindicato ela ocorreu em [19]86 mesmo, 87, se eu não engano foi em 87. Daí quem ganhou, e fez toda uma... Na época, era assim, na época, em [19]83, a Central Única dos Trabalhadores foi criada nacionalmente. Ela era, enfim, era a nossa central, né? Nós não nos sentíamos representados pela, pela [...] CGT [Confederação Geral dos Trabalhadores] que tinha. A CUT foi, no caso, a central que nós nos identificamos. Central Única dos Trabalhadores foi em 10 de fevereiro, se eu não me engano, de 1983, ela foi criada [28 de agosto de 1983]. Então, assim, começaram todas as organizações, em todo o Brasil, para tentar ganhar o sindicato de trabalhadores, de fazer oposição ao sindicato que, historicamente, eram ainda, a maioria deles era ainda do Partidão, do Partido Comunista do Brasil, o próprio Viero tinha um viés, viés não, ele era filiado ao, se eu</p>

	<p>não me engano [...] ao Partido Comunista. E nós surgíamos como os novos ares; os novos ares do sindicalismo. Então, a gente começou a organizar os trabalhadores para tentar ganhar as oposições. Daí, em [19]87, foi a primeira oposição ao Sindicato de Fiação e Tecelagem depois de anos, né, depois de vinte e oito anos sem ele ter qualquer tipo de oposição. Daí nós ganhamos com a Catarina. Catarina [da Rosa].. ah... Ai meu Deus! Eu não lembro o sobrenome dela, mas depois eu consigo para vocês. Bom, a Catarina ganhou com todo o nosso apoio, enfim, né? Daí, em [19]90, era uma nova eleição do Sindicato.</p> <p>“[...] como eu entrei, em [19]80, na Universidade, eu participei de toda aquela organização de [19]84, das Diretas, de organização do Partido, eu só comecei a ter assim uma percepção mais do movimento sindical quando de fato eu entrei na Pettenati, em [19]86. Então, assim, o Partido já começava nessa época a fazer essas oposições. Pelo o que me consta assim, ele fez uma eleição, sei lá eu quando, né? Mas ele estava lá, não sei se por indicação, eu acredito que por eleição, né? [Renato Viero foi tesoureiro de Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem em 1961 e presidente de 1962 à 1988] E...” (AHMJSA, 2009, p. 5-6)</p>
MILITÂNCIA SOCIAL	<p>“Então, o primeiro diretório do partido em Caxias do Sul foi em 1980. E eu sou uma das fundadoras do partido. O Pepe [Gilberto Speer Vargas] se filiou alguns meses depois do que eu. Eu me filiei em maio e ele, cinco meses depois, se filiou ao partido. Então, ele não fez parte dessa primeira composição do diretório do PT. Então, assim, para mim, essa entrada na organização partidária, enfim, isso, com a minha militância no movimento estudantil, nessas lutas pela democratização seja para diretor dos centros e toda, quer dizer, era o final da ditadura militar, a derrubada da ditadura militar, enfim, diretas para presidente logo depois...” (AHMJSA, 2009, p. 2).</p>
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROF. (Ens. Superior)	<p>Licenciatura em Artes Plásticas.</p>
Atuação na comunidade e (igreja, movimentos sociais...)	<p>Participação no movimento sindical pela busca de melhores condições aos trabalhadores. Presidiu o Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Caxias.</p>
Ingresso na política partidária	<p>Em 1980, no PT (como uma das fundadoras).</p>
CAMPANHA ELEITORAL	<p>“Em [19]96, eu e a Silvana que nos elegemos. Eu e a Silvana Piroli fomos as duas vereadoras eleitas do PT em 96. Enfim, daí a gente viu o PT chegar ao governo do Estado. Nós partimos, a primeira vez, através do Olívio e, também, aqui no Rio Grande do Sul. E já vão duas gestões, o Lula nacionalmente. Então, um partido que tem vinte e nove anos, vai fazer</p>

	trinta anos, quer dizer, é um período curto de história para...” (AHMJSA, 2009, p. 8).
MANDATO POLÍTICO	“[...] quando eu vinha para cá, eu vim de uma experiência sindical, de luta por melhores salários, todas essas bandeiras do movimento sindical, dos direitos dos trabalhadores, o direito ao auxílio creche. Então, quando eu entrei na Câmara, foi meio que natural eu me direcionar para essa área dos direitos humanos. Então, assim, em [19]97, eu participei, pela primeira vez, eu presidi a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores e, a partir daí, essa questão da luta das mulheres, que já vinha da minha luta sindical, da luta pelos direitos, também, dos trabalhadores, dos negros, dos portadores de deficiências, das crianças e adolescentes do sistema prisional que, assim, no momento que eu entrei na Comissão de Direitos Humanos, essa demanda do sistema prisional faz parte do cotidiano de uma Comissão de Direitos Humanos. Porque vem familiares, vem..., enfim, é essa demanda. Então a minha atuação se voltou muito para isso. Então, desde que eu estou aqui, eu tive uma passagem, que eu também acho fundamental falar, eu estive na Câmara Federal como suplente, em [19]98, eu acabei assumindo, quando o Olívio Dutra ganhou o Governo do Estado, eu estava na suplência, eu fiquei um ano e meio em Brasília e, também, lá eu atuei nessa área dos direitos humanos com a volta do menino Juan [Iruan], enfim alguns casos que eu me envolvi. Mas, de 1997 até hoje, eu sempre participei da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, presidi ela por cinco anos, eu estou no meu quarto mandato, sempre com excelentes votações. Isso só fortalece que eu estou no caminho certo, que eu estou fazendo a coisa certa, senão, não teria sempre, né, me reeleito, porque é sempre mais difícil se reeleger e sempre com boas votações. Essa última também eu fui a mais votada do partido. E sempre assim atuando nesta linha dos discriminados, dos oprimidos, buscando melhorar a vida deles, buscando assim projetos que deem conta dessa demanda” (AHMJSA, 2009, p. 11).
Atuação no mandato (temas e localização)	- Defesa dos direitos humanos, dos imigrantes, dos jovens e das mulheres. “Vou citar algumas coisas: ônibus especial para portadores de deficiências, é projeto da nossa autoria, que depois acabou na licitação sendo incluído pelo poder público. Mão de obra prisional aos presos que tem convênio da SUSEPE [Superintendência dos Serviços Penitenciários] com a CODECA [Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul] também é indicação do nosso gabinete, cotas para em concurso público para os negros, 10% de vagas para afrodescendentes, no caso os negros, também é da nossa autoria. Enfim, para os portadores de HIV poder fazer o seu tratamento, né. E tem o passe livre nos ônibus, também é um projeto nosso. Então eu sempre procuro assim... A Comenda Percy Vargas de Abreu e Lima, que é uma premiação para quem se destaca, seja pessoas ou entidades, na área dos direitos humanos, foi criada em 2003, e a gente vem dando esse prêmio, também é da nossa autoria e resgata, né, a memória de um humanista fantástico, que foi o Percy Vargas de Abreu e Lima, também é um projeto nosso. E tem uma outra premiação que a gente fez esse ano “Empresa, Criança e Amigo da Criança”, para pessoas que contribuem para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Recebe essa honraria assim por ajudar o fundo. Tem o Dia Municipal de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes,

	<p>que é da nossa autoria. E eu sou, fiz parte também da fundação do movimento pelo fim da exploração sexual de crianças e adolescentes aqui de Caxias do Sul, um movimento que surgiu já faz cinco anos, né, que a gente apoiou e tudo o mais. Então, para ti ver é isso, né? É uma gama de, de...[...] um segmento social, seja criança, seja velho, idosos, portadores de deficiência, homossexuais. E um pouquinho de, da nossa atuação, seja na área das mulheres, das crianças, das audiências públicas, né, que a gente faz” (AHMJSA, 2009, p. 11-12)</p> <p>- Forte atuação na área dos Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos da Câmara; mobilização por infraestrutura para os moradores de bairros da cidade e também no campo.</p>
Leis, projetos/propostas e ações voltadas à defesa da mulher	<p>- Em parceria com vereadora Geni Peteffi, criou o Troféu Mulher Cidadã.</p> <p>- A partir de projeto de sua autoria:</p> <p>- Nasceu lei que estabelece o Dia de Luta contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18/5);</p>
Informação compeltentes enviadas por Ana Corso em 15 de janeiro de 2020	<p><i>“Eu me formei em Licenciatura em Artes Plástica na UCS nos anos 80, e na Universidade comecei a militar no movimento estudantil, que me despertou para a política. Fiz parte do primeiro núcleo do PT na Universidade e também fiz parte do primeiro Diretório do PT/ Caxias. Ao ingressar na Petenatti, após formada, concorri para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem e, a partir daí, sendo uma liderança sindical, surgiu a ideia, após meu segundo mandato, de ajudar meu partido e concorrer à vereadora nas eleições de 1996. Com a disposição de ajudar a construir uma cidade melhor. Tive a felicidade de ser eleita e reeleita por quatro mandatos consecutivos.</i></p> <p><i>Venho de uma família de trabalhadores, meu pai motorista de caminhão autônomo e minha mãe dona de casa, tenho dois irmãos. Uma vida simples onde meu pai dizia que o melhor a dar a um filho era formação universitária, e assim através do seu esforço conseguiu dar estudos aos filhos.</i></p> <p><i>Não precisei trabalhar antes de minha formação universitária e agradeço muito o que meus pais fizeram por mim e meus irmãos com muita dificuldade.</i></p> <p><i>Meu ingresso na política não foi planejado, foi natural concorrer a um cargo público, pois era, como falei, presidente de um sindicato de trabalhadores. Não imaginava nem eleger e sim ajudar coletivamente meu partido nas eleições de 1996” (2020).</i></p>

RACHEL CALLIARI GRAZZIOTIN	
Cargo(s)	Vereadora
Partido	PDT
Mandato(s)	1983 a 1988; e foi a primeira mulher presidente da Câmara em 1985 e em 1986.

Naturalidade (deixar claro o local)	Antônio Prado/RS.
Origens	Filha de Laurindo Grazziotin e Maria Calliari Grazziotin, comerciantes. Tinha cinco irmãos: Mário, Roberto, Mércio, Ana Maria, Laurindo.
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	Nasceu em 21 de agosto de 1937 e faleceu em 1º de fevereiro de 1996, em Passo de Torres/SC. Foi casada com Nilo Domingues Mano, e adotou uma filha: Márcia. “Foi quando ela já (tinha) se desamarrado, digamos assim, ela não podia ter filhos, então ela adotou a Márcia, a filha dela, minha afilhada até. Ela adotou e fez a separação e aí foi viver independente” (Mário Grazzotin, irmão de Rachel, em entrevista ao AHMJSA, 2012, p. 7).
ACONTECIMENTOS	
INFÂNCIA	“Aí a Rachel, que era a mais velha, terminou o primário lá, depois o Roberto, que é o segundo, terminou. A Rachel foi estudar num colégio de freira em Videira; o Roberto terminou o primário, veio estudar em Antônio Prado; eu terminei o primário lá e fazer o quê? O pai queria, os meus pais queriam nos deixar como única herança um pouquinho de estudo, não queriam que nós fossemos funileiros, como ele foi, barbeiro, como ele foi, comerciante, ele queria que, ele diz: ‘Olha, vocês vão ganhar o estudo!’” (AHMJSA, 2012, p. 4)”. NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO NA ENTREVISTA AO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI (AHMJSA)
ADOLESCÊNCIA	
JUVENTUDE	- “Ela teve um começo de vida assim, ela foi rainha do Juventude, ela era uma mulher bonita! Ela foi rainha do Esporte Clube Juventude depois botava as mãos na cabeça “O que eu estou inventando de ser rainha de beleza”! e começou a se transformar. E, quando ela foi pra atuação política (AHMJSA, 2012, p. 15). - “Então, a Rachel e eu, éramos olhados na ponta da mesa do almoço do meio dia lá em casa [risos] como dois pequenos terroristas, porque nós – eu estou exagerando, eu estou figurando na verdade, éramos amados e amávamos a nossa família, não tinha... Mas tinha assim um espanto porque nós tínhamos uma mesa de fartura, de muito sacrifício do meu pai e muita dedicação da minha mãe, mas nós tínhamos tudo: roupa, comida, estudo pago, tudo. Mas nós éramos rebeldes. A Rachel tinha, temporona, ela tinha ingressado nessa discussão, nessa luta ideológica, e foi nesse turbilhão de acontecimentos aí que a gente se relacionou com aquele povo todo, o Bruno Segalla, meu Deus! o Walmor Witecky. A história do Walmor Witecky é maravilhosa! Ele é de um povo ucraniano, que veio pro Paraná... (AHMJSA, 2012, p. 7-8).

MILITÂNCIA SOCIAL	<p>- “[...]a Rachel teve uma vida, olha é uma pena que ela tenha..., ela fumava muito, fumava quatro carteiras de cigarro por dia. Quatro! E não adiantava pregar no deserto pedindo pra ela parar de fumar: “fica conosco, daqui a pouco vai te dar”... Já tinha, né? Já tinha enfisema pulmonar, tinha... Mas ela teve uma vida muito, muito, uma atuação nos bairros, sábado e domingo, ela nunca estava em casa, nunca estava em casa, estava sempre fazendo reuniões em clubes de mães, com professoras, com operárias, orientando, sugerindo. Ela era incansável! E acompanhavam ela, muitas vezes, o Witecky, o Norberto Gubert e... Não, a Irmgard Bornheim não ía com ela nessas reuniões de bairro, mas elas faziam saraus ideológicos, digamos assim, mais reservados. A Rachel é que não estava nem aí pra essas coisas (AHMJSA, 2012, p. 16).</p>
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROF. (Ens. Superior)	<p>- Professora de História e advogada. - “Ela voltou pra Caxias e foi fazer o curso, na Universidade, de História. Ela concluiu o curso de História, ela era professora de História. Depois ela virou a mesa, se separou, começou a se rebelar contra aquilo que as mulheres naquela época diziam, com justa razão, que era subordinação e a submissão ao marido e tal. E ela optou por ser livre, por fazer aquilo que espantou meia família; a outra meia fugiu pra não se espantar. Quando eu digo família é todo mundo da família. Ela se separou e começou a fazer o curso de Direito, que eu já estava fazendo, eu já tinha feito o curso de Economia Política e eu estava fazendo...” (AHMJSA, 2012, p. 6).</p>
Atuação na comunidade e (igreja, movimento sociais...)	<p>- Teve destaque na defesa do menor, sendo presidente da Comissão Municipal de Amparo à Criança (Comai), com atuação em programas sociais, voltados às meninas-mães solteiras. - “E, depois que ela terminou o curso de Direito, aí ela foi exercer a vida, eu digo até, porque ela passou a se preocupar com os menores, com as meninas de rua, as pequenas prostitutas exploradas, ela se dedicou de corpo e alma. Eu me lembro que ela saía, de vez em quando, com a Tere Gollo [Thereza Domingas Gollo] pela rua a noite - eram chamadas de loucas -, pra encontrar e “Meninas: “Não façam isso. Vocês, brrr, brarara. Nós vamos fazer o seguinte: nós vamos montar uma casa - montaram uma casa -, e vocês vão morar lá, não vão precisar fazer o que vocês não gostam de fazer. Vocês vão ganhar comidinha, roupa, vão estudar”. E aí ela ia de porta em porta, em gabinetes de vereadores, de prefeitura, aonde tivesse que ir, ela ía e não tinha vergonha. Foi quando ela já (tinha) se desamarrado, digamos assim, ela não podia ter filhos, então ela adotou a Márcia, a filha dela, minha afilhada até. Ela adotou e fez a separação e aí foi viver independente. Ela me dizia sempre: “Quem estuda Direito, se já fez o curso de História, vai entender melhor as leis, porque as leis são feitas de acordo com o momento histórico” (AHMJSA, 2012, p. 7).</p>
Ingresso na política partidária	<p>- Ingressou na política partidária pelo PMDB e, com o início da reabertura democrática, filiou/se ao PDT. - “Quando ela foi pra atuação política, ela fez aquela casa das meninas, depois ela idealizou, e o Pepe [Gilberto Spier Vargas] fez aquela casa das mulheres espancadas pelos maridos, é a Casa Viva Rachel, foi o</p>

	<p>Pepe quem fez, mas em reconhecimento de um trabalho que ela realizou. Ela foi vereadora durante quatro anos, depois ela foi secretaria geral da Câmara por outros quatro anos.</p> <p>Sônia: Ela foi vereadora por qual partido?</p> <p>Mário: Pelo PDT.</p> <p>Sônia: Pelo PDT.</p> <p>Mário: Pelo PDT.</p> <p>Sônia: E depois ela optou pelo PT ou?...</p> <p>Mário: Não, ela morreu antes de fazer, eu acho que ela ia fazer essa transição” (AHMJSA, 2012, p. 15).</p>
CAMPANHA ELEITORAL	<p>“Ela militou forte nas políticas de igualdade e gênero. Por exemplo: junto com a Teresa Gollo e outras, saía à noite para dialogar com meninas de rua que, por necessidade, faziam “trottoir”. Eram meninas de famílias migrantes, a quem dava acolhida, por vezes na própria casa. Tentou atuar em favor delas junto às associações de bairros, mas o foco destas entidades eram as reivindicações das comunidades. Concluiu que a ajuda a estas meninas e também às mulheres em conflito com os companheiros seria eficiente se ela tivesse suporte num partido. Partiu para uma campanha eleitoral e daí para a Comai, a Casa Viva Rachel.... Marino Kury foi um grande incentivador. Ele a conheceu quando era juiz e cuidava das questões de jovens e adolescentes. Ela foi pura consciência socio-política” (Mário Grazziotin, na entrevista complementar sobre Rachel, concedida para esta pesquisadora em 2019).</p>
MANDATO POLÍTICO	NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO NA ENTREVISTA AO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI (AHMJSA)
Atuação no mandato (temas e localização)	Causas sociais, área da criança e da adolescência e políticas de igualdade e gênero, com ações voltadas aos cuidados da mulher.
Leis, projetos/propostas e ações voltadas à defesa da mulher	<p>A partir de projeto de sua autoria, nasceram leis como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2.813/1983, que autoriza o ingresso de mulheres grávidas pela porta da frente dos ônibus; - 2873/1984, que cria o Dia da Mulher Caxiense (16/5).

GENI PETEFFI	
Cargo(s)	Vereadora e prefeita em exercício
Partido	PMDB
Mandato(s)	1989 a 1992; 1993 a 1996; 1997 a 2000; 2001 a 2004; 2005 a 2008; 2009 a 2012 (presidente da Casa, em 2012, ano em que assumiu como prefeita em exercício)

Naturalidade de (deixar claro o local)	Travessão Barata Goes, interior de Caxias do Sul/RS.
Origens	Filha de Alfredo Belizário Peteffi e Olinda Pontalti Peteffi. O pai empresário e a mãe, dona de casa. Tinha quatro irmãos.
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	Nasceu no dia 27 de abril de 1944 e faleceu em 26 de setembro de 2013. Solteira e sem filhos.
INFÂNCIA	“Eles sempre foram muito família, então, na verdade, como eles eram cinco irmãos, as brincadeiras eram meio que entre os amigos ali da rua, os irmãos e coisa. Ah, eu sei que depois que eles vieram pra Caxias, aí eles ampliaram... pegaram o pessoal adolescente do bairro. Eles eram muito de fazer, de sair, de se encontrar no final da tarde na igreja, eles gostavam muito de participar das coisas da igreja, ah, meus tios eram coroinhas, ela era envolvida com aquelas festas que faziam as barraquinhas na frente da igreja?” (Sobrinha Renata Gaio, em entrevista ao AHMJSa, 2014, p. 2).
ADOLESCÊNCIA	<p>“A Marisa era amiga dela de infância, adolescência, saíam juntas, a Marisa Formolo [Dalla Vechia], elas eram, eram amigas. Então era o grupinho do bairro que se reunia e saía pra aprontar, entre aspas, como se diz na época, que eles faziam as molecagens de gurizada.</p> <p>Sônia: A gente pode dizer assim que a participação, ela começou a sua formação com a participação na vida da comunidade ainda pequena, porque era uma forma de organização da comunidade pra conseguir recursos pra igreja, assim né?</p> <p>Renata: Isso aí. Na verdade, ela meio que tinha, não diria uma liderança, mas eles eram uma referência, a família do meu avô ali da frente. Porque eles contam que até no domingo as pessoas, antes de ir à missa, passavam ali e meio que pediam a bênção e depois iam à missa. Na volta, eles passavam por ali também. Então, a família era uma referência no bairro, então, eles acabaram, os filhos acabaram, por consequência, mantendo essa referência, né?” (Sobrinha Renata Gaio em entrevista ao AHMJSa, 2014, p. 2-3).</p>
JUVENTUDE	<p>“Na época da escola, eu não vou saber te precisar, mas eu sei que, na época da universidade, ela já participava dos diretórios acadêmicos, dos centros acadêmicos, nisso ela sempre foi envolvida. Então, na parte da universidade, sim; na época da escola, ela nunca comentou nada” (AHMJSa, 2014, p. 3).</p> <p>“Na verdade, apesar de ser mulher e na época a mulher ter de ficar em casa, quando ela fez os seus quatorze, quinze anos, ela resolveu ir trabalhar com o vô. Então, ela foi trabalhar no frigorífico, ela trabalhava diariamente no frigorífico, ela nunca foi de ficar em casa,</p>

	<p>ela sempre gostou dessa coisa de trabalho, do dia a dia de sair de manhã e ir pra algum lugar e voltar no final do dia com a sensação de: fiz o meu trabalho, fiz o meu dever. Então, ela sempre trabalhou desde os quatorze, quinze anos por aí, ela trabalhou fora com o vô no frigorífico” (Sobrinha Renata Gaio em entrevista ao AHMJSa, 2014, p. 3).</p>
MILITÂNCIA SOCIAL	<p>“Rosane: Ela gostava muito do Caxias [Sociedade Recreativa Caxias] [inaudível]. Tânia: Ela teve um grande envolvimento com o Caxias. Sônia: E ajudava o Caxias, também? Tânia: Sim. Rosane: Sim, ajudou por demais o Caxias, acho que como todos os que passaram por lá ajudaram” (Assessora Rosane Azevedo, em entrevista ao AHMJSa, 2014, p. 9).</p>
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROF. (Ens. Superior)	<p>Economista e administradora de empresas.</p>
Atuação na comunidade e (igreja, movimentos sociais...)	<p>Participou da Sociedade Esportiva Recreativa Caxias (SER Caxias), sendo dirigente do clube após a conquista do campeonato gaúcho (2000). Foi conselheira do clube e presidente do PMDB de Caxias.</p> <p>“Então, ela começou se envolver mais com a comunidade no geral, e aí ela foi convidada, em [19]88, ah, [19]87, na verdade em [19]88 foi quando ela iniciou o mandato, em [19]87, pra ser candidata à vereadora pelo PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], em função daquela necessidade de ter mulheres candidatas e coisa e, também, porque ela era envolvida, ela sempre foi militante do PMDB e ela acabou sendo convidada. Foi aí que iniciou a carreira dela” (Sobrinha Renata Gaio, em entrevista ao AHMJSa, 2014, p. 3).</p>
Ingresso na política partidária	<p>Em 1983, como assessora administrativa, na Secretaria Municipal da Educação.</p>
CAMPANHA ELEITORAL	<p>“Eu era muito nova na época pra me lembrar, né, pra ter assim na memória, mas eu me lembro que... Ela sempre foi assim: se ela se determinava a fazer alguma coisa, ela queria que fosse bem feito, fazer por fazer, assim já que eu entrei, vou entrar pra ganhar. Então, ela foi, ela batia de porta em porta, a gente sempre gozava porque ela sempre foi uma pessoa muito retraída, né, apesar daquele jeito vai e conversa com todo mundo, ela não chegava assim nos lugares chegando, né, ela chegava e ficava esperando, se vierem falar comigo eu vou, se não, não vou. E, na época de campanha, ela tinha que assumir que ela era uma candidata e ela tinha que ir atrás das pessoas, as pessoas não iam vir atrás dela, então a gente gozava com ela que ela tinha que se reinventar na época das campanhas, porque ela ia ter que fazer uma coisa que não estava acostumada a fazer. Porque ela sempre foi muito de chegar nos</p>

	<p>eventos, mesmo depois de anos de política, ela nunca gostava de ser citada em protocolo, ela nunca gostava de subir em mesa pra fazer mesa, pra participar da parte solene da coisa. Ela sempre foi mais assim: eu vou, participo, mostro eu estou ali, vou fazer a minha parte, mas eu não quero aparecer com aquilo. Eu vou porque eu acho que eu tenho que ir, porque eu concordo com aquele programa, porque eu concordo com aquilo que está sendo inaugurado, alguma coisa assim, tinha sempre um fundamento naquilo que ela estava indo fazer, não era eu vou por ir ou pra mostrar que eu to presente. Ela não gostava de estar nos holofotes, como a gente diz e, na época de campanha, tem que ir pros holofotes. Ela tinha que ir pra televisão... até, quando começou a TV, as sessões serem transmitidas pela TV, todo mundo ficava meio receoso, ah TV e coisa, ali também já deu uma ajuda, né? Mas assim ela sempre fazia as coisas de forma bem sutil, ela não era uma coisa assim a eu vou fazer pra ganhar em cima, o termo que eles usam ali no meio pra chamar atenção ou pra dizer que eu estou..., se ela não concordava, ela não ia e ponto.</p> <p>Sônia: Então o primeiro mandato dela foi em [19]88?</p> <p>Renata: Em [19]88” (Sobrinha Renata Gaio, em entrevista ao AHMJSa, 2014, p. 5).</p>
<p>MANDAT O POLÍTIC O</p>	<p>“Renata: É, acontecia uma chuva, tinha um alagamento lá, tinha um acidente que [inaudível], queimava uma casa ou morria alguém, ela saía. Lembro que a minha avó ficava louca, porque “imagina, uma mulher sair dirigindo de madrugada”! Ela ía” (Sobrinha Renata Gaio, em entrevista ao AHMJSa, 2014, p. 12).</p> <p>“Tânia: Ela queria participar de todo o processo. Logo em seguida ela começou a se envolver com as comissões da Câmara, Comissões Permanentes, e logo nos primeiros anos ela assumiu a Comissão de Finanças.</p> <p>Sônia: Quais eram das Comissões da época?</p> <p>Tânia: Eu não me recorde de todas, mas tinham poucas. Tinha a Comissão de Finanças, Comissão de Obras, Comissão de Petições e Reclamações, como diziam, e... Eu acho que eram basicamente essas e que abrangiam todos os assuntos ligados ao município: Finanças, Obras, Petições e Reclamações, que englobavam todo o restante dos demais assuntos, ah... e ela foi logo pra Comissão de Finanças.</p> <p>Sônia: No primeiro mandato já?</p> <p>Tânia: É, logo no início assim ela começou e, na verdade, ela foi até o final da vida dela nessa comissão...</p> <p>Rosane: Até ela se tornar presidente da Câmara, ela foi presidente da Comissão de Fiscalização e Finanças, né, orçamentos.</p> <p>Sônia: Quantas vezes ela foi presidente da Câmara?</p> <p>Rosane: Uma vez.</p> <p>Sônia: Foi na última, né?</p> <p>Rosane: É, na legislatura passada, né?</p> <p>Sônia: Na última legislatura dela.</p> <p>Tânia: É.</p> <p>Rosane: Ela foi em 2012, não, foi [20]13?</p> <p>Tânia: Não, foi em 2012.</p>

	<p>Rosane: Em 2013, foi o Edson [da Rosa] e agora, em 2014, foi o Toigo [Gustavo Toigo].</p> <p>Tânia: Ela era uma pessoa assim..., ela gostava muito de ajudar, sabe? Aqui dentro da Câmara também, ah...</p> <p>Rosane: Os funcionários, os próprios funcionários...</p> <p>Tânia: Os próprios vereadores. Ela se preocupava muito em fazer algo útil pra sociedade, pro município, então independente do prefeito que se encontrasse...</p> <p>Sônia: Do partido?</p> <p>Tânia: Do partido. Independente do prefeito que se encontrava na prefeitura, ela tinha um bom relacionamento, ela dialogava muito com o prefeito...</p> <p>Rosane: Ela tinha trânsito livre, ela sabia negociar com o prefeito independente do partido que fosse, ela era uma pessoa negociadora, ela sabia negociar. Quando ela ia pro Executivo, não interessava se PMDB ou...</p> <p>Sônia: Ela fazia uma ponte, digamos, ela fazia uma ponte entre o Legislativo e o Executivo?</p> <p>Tânia: Isso.</p> <p>Sônia: Sempre como uma figura de ponte...</p> <p>Rosane: Sempre como uma figura de ponte, de...</p> <p>Tânia: De união, de dialogo, sempre, em todos os sentidos. Tanto que ela não ia pro plenário, por exemplo, se viesse algum projeto polêmico do Executivo, ela não ia pro plenário criticar o prefeito. Antes ela ia até a prefeitura conversar, esmiuçar a matéria, ela gostava de repassar o que ela tinha buscado, as informações que ela tinha buscado, repassar para os demais vereadores pra que a matéria seguisse o seu trâmite normal, sem polêmica, sem muitas discussões.</p> <p>Sônia: Isso vendo a importância do projeto, no caso, em termos de cidade, não em termos pessoais?</p> <p>Tânia: Não, em termos de cidade. Sempre ela buscava primeiro em termos de cidade, em termos assim de ajudar, fazer alguma coisa pela comunidade. Não sei...</p> <p>Rosane: Mais ou menos é isso aí, ela era uma grande negociadora, porque, em benefícios dos munícipes, ela sabia como chegar no prefeito e ela sabia que podia até dar a sua própria ideia do que podia ser alterado ou, quando viesse pra Câmara, se ela podia acrescentar alguma coisa que ela achava que era útil, ou já mandava de lá..." (Assessoras Tania Fochesatto e Rosame Azevedo, em entrevista ao AHMJSA, 2014, p. 2-3).</p>
<p>Atuação no mandato (temas e localização)</p>	<p>- Mulheres e desenvolvimento econômico.</p> <p>- Criou o Dia de Combate ao Câncer de Mama (18/7), foi líder de bancada do PMDB e do governo (2005-2011). Presidiu a Comissão de Desenvolvimento Econômico por várias vezes.</p> <p>- Tânia: Eu entendo assim: a Geni não era muito de apresentar projetos, ela apresentou vários, mas ela não era muito de apresentar projetos. O trabalho dela mesmo era esse que nós comentamos até agora: trabalhar nas comissões, ir no Executivo, receber pessoas, tentar ajudar também, ela recebia pessoas da comunidade que vinha até o gabinete dela. O trabalho dela era mais esse, né, como uma líder. Ela</p>

	<p>apresentou vários projetos, mas eu não sei se teria algum assim que seria...</p> <p>Rosane: Inclusive tem um projeto dela, que ela apresentou e depois teve que retirar, porque ela não poderia apresentar como vereadora, e foi contemplado agora pelo prefeito [Alceu Barbosa] que é o dos táxis para deficientes. Ela apresentou esse projeto e ela teve que retirá-lo porque ela não poderia apresentar... (AHMJSA, 2014, p. 5).</p> <p>- Tânia: A Geni, na Câmara, não tinha assunto que ela tivesse conhecimento, sobre educação, sobre trânsito, sobre orçamento, tudo... Sônia: É que ela se informava, também. Tânia: Se informava muito. Sônia: Ela estudava, se informava, e eu vejo que isso muita gente não faz. Tânia: Sim, tu podias falar com ela sobre qualquer assunto do município, do Estado, qualquer coisa que ela tinha conhecimento. É... Rosane: Ela procurou participar de tudo, não deixou nada de fora da vida dela” (AHMJSA, 2014, p. 9).</p> <p style="text-align: center;">Em 2012, quando decidiu não concorrer em razão de sua saúde que estava um pouco fragilizada, Geni concedeu várias entrevistas à imprensa. Ao Jornal Ponto Inicial, fez uma análise de sua trajetória política, nos seguintes termos:</p> <p style="padding-left: 40px;">“Foi muito importante, um aprendizado que não sei como mensurar, uma vivência que poucos tiveram. Foram muitos anos e as pessoas talvez não saibam medir o que é ficar 24 anos concorrendo e fazendo parte da vida dos outros, de anônimos, de estranhos que aprendemos admirar e respeitar ao longo de todo esse tempo. Me sinto privilegiada por que sei que fiz parte de uma construção pensando no benefício de todos. A gente poderia ter feito mais com certeza, mas a complexidade das coisas, o tempo exíguo e os trâmites burocráticos tornam impossível realizar aquilo que queremos. A cidade é muito grande, são muitas demandas e não temos como acompanhar todo esse crescimento”.</p>
<p>Leis, projetos/propostas e ações voltadas à defesa da mulher</p>	<p>- Em parceria com vereadora Ana Corso, criou o Troféu Mulher Cidadã.</p> <p>- Criou o Dia de Combate ao Câncer de Mama (18/7), que, em 2019, passou a carregar o nome Geni Peteffi.</p> <p>- Rosane: [...] Ela trabalhava muito também encima do câncer de mama, né Tânia? Tânia: É, ela apresentou um projeto que instituiu o dia do câncer de mama. Rosane: E quando chegava essa época do dia que ela tinha instituído, nossa, vinham médicos fazer palestras na Câmara, ela movimentava o mundo” (AHMJSA, 2014, p. 5).</p>

ESTER TROIAN BENVENUTTI	
Cargo(s)	Vereadora
Partido	PTB
Mandato(s)	1960 a 1963
Naturalidade (deixar claro o local)	Travessão Cremona, Santo Anselmo, Interior do então distrito de Ana Rech, em Caxias do Sul/RS.
Origens	<ul style="list-style-type: none"> - Filha de Francisco Troian e de Angelina Corso Troian, descendentes de imigrantes italianos. - Eram agricultores. O pai e os avós vieram da Itália e se dedicavam à agricultura. Após, o pai se especializou em artefatos de couro. O avô materno, Ângelo Corso, dedicou-se à indústria e ao comércio em Boca da Serra, Ana Rech. - Tinha uma irmã, que foi mãe de 11 filhos; e um irmão, que faleceu pequenino.
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	<ul style="list-style-type: none"> - Nasceu em 16 de maio de 1916 e faleceu em 17 de outubro de 1983. - Casou em 1956 com Henrique Benvenuti.
INFÂNCIA	<p>- Lembrança da primeira escola: “Passei a minha infância em Ana Rech e aprendi as minhas primeiras letras na então Escola Governamental, que se chamava na época de Ana Rech, com a professora Ercília Petry, que também era imigrante, oriunda de Milão e, que foi a primeira educadora daquela região, e recebia alunos não só da região de colonização italiana, como da região de Cima da Serra” (AHMJSA, 1983, p. 1).</p>
ADOLESCÊNCIA	- A avó vestia-a de forma a aparecer mais adulta (meia rosa e sapato de salto alto), quando tinha 13 anos, para ser aprovada como professora na rede municipal, no interior de Ana Rech;
JUVENTUDE	<ul style="list-style-type: none"> - Participar do intenso trabalho que a escola articulava junto com as famílias e a igreja, morando, inclusive, em uma das famílias da comunidade; - Precisava terminar o 3º ano do Normal, frequentando as aulas. Para isso, precisava ser transferida para a cidade. Depois de ter assistido a uma peça de teatro que Ester promoveu com os alunos, o prefeito da época, Luciano Corsetti, autorizou a transferência. Aí, começou a trabalhar na prefeitura.
MILITÂNCIA SOCIAL	<p>- Entidade organizada: “Eu exerci por muitos anos a presidência da associação dos professores católicos aqui em Caxias. Uma associação que depois morreu, infelizmente, mas que ela deu seus frutos na época. Fui presidente dessa associação muitos anos [...]” (AHMJSA, 1983, p. 16).</p> <p>- Outras entidades ligadas à educação:</p>

	<p>“[...] exerci outras atividades, né? Quando foi instalada a Escola Municipal de Belas Artes, eu fui um dos membros, eu fui presidente do conselho, quando foi instalado o museu, também fui presidente do conselho de instalação do museu.</p> <p>Liliana: Na Academia de Letra?</p> <p>Esther: Na Academia de Letras, também atuei. Depois, nem me lembro mais, até nem me lembro. O serviço de educação de adolescentes e adultos, que a gente fazia as provas de alfabetização dos operários nas empresas, porque naquela época os empresários não podia..., houve um movimento, não sei se hoje persiste, ele não podia empregar ninguém se não fosse alfabetizado. Então, eu ia nas fábricas fazer essas provas. E presidi dois anos a Fundação Alberto Pasqualini. Mas isso nem precisa” (AHMJSA, 1983, p. 17-18).</p> <p>- Envolvimento com a igreja:</p> <p>“[...] a escola e a igreja eram os elos que uniam os agricultores. E, quando tinha as festas, por exemplo do padroeiro, a escola cooperava em tudo, né? A professora rezava o terço aos domingos; a professora preparava as crianças pra Primeira Comunhão; a professora mais esclarecida, inclusive, ela redigia cartas, lia as cartas dos que estavam longe. Até em questões de herança, ela cooperava. Até encomendava alma dos moribundos e fazia enterros. Sem dúvida nenhuma. E as procissões, e arrumava. Eu, quando via os desfiles da Festa da Uva, adorei, me comovi, porque aquela procissão, eu cansei de ver na colônia. Cansei de ver! E quantas vezes eu fiz asinhas daqueles anjos de papel crepon pras procissões! E faltou ali os cestinhos que a gente fazia, sabe, das caixas de sapatos, todos enfeitados de papel e depois picoteava o papel e botava pétalas de rosas. Então, a padroeira ou padroeiro ia indo assim, e as crianças abrindo o caminho com uma estrada de rosas e de papel, não é? Quer dizer que a igreja foi uma grande incentivadora. Eu, por exemplo, devo muito ao sucesso do meu trabalho como professora no interior, à cooperação que eu sempre tive dos sacerdotes e, principalmente, dos padres Josefinos” (AHMJSA, 1983, p. 11)</p>
<p>FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROF. (Ens. Superior)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Magistério/professora. Formou-se na Escola Complementar/Escola Normal Duque de Caxias, em 1941. Foi para o magistério do Estado em 1942. Passou no concurso para orientadora do ensino e, em 1947, assumiu a direção administrativa e a direção da Instrução Pública Municipal, onde ficou até 1960. - Migração do meio rural para o urbano para fazer Magistério/Normal na Escola Duque de Caxias. - Convidada pelo prefeito da época a trabalhar no Departamento Municipal de Educação. - Passou no concurso para o Estado, lecionou na Complementar. Depois, passou em novo concurso e assumiu de diretora de Inspeção I de Educação Pública. - Convidada para concorrer à vereadora pelo PTB, sendo que o candidato a prefeito da época (Armando Biazus, que acabou sendo

	eleito) pediu antes ao marido dela se autorizava ela a ser candidata. Ela aceitou concorrer com o objetivo de contribuir com a eleição do prefeito e acabou sendo eleita, pois tinha muito reconhecimento, confiança e credibilidade em todas as comunidades com as quais trabalhou.
Atuação na comunidade e (igreja, movimento s sociais...)	- Professora no interior caxiense; integrante da Academia Caxiense de Letras; membro e presidente do Conselho da Escola Municipal de Belas Artes; presidente do conselho de instalação do museu municipal.
Ingresso na política partidária	No período de 1959-1960, pelo PTB. “[...] naquela época o Partido Trabalhista Brasileiro, no interior era mais, não tinha tantos adeptos, né? Tanto é que eu fui me enfronhar neste partido na hora em que fui candidata. Por isso que eu digo que foi uma condição toda especial que eu entrei na política” (AHMJSA, 1983, p. 12).
CAMPANHA ELEITORAL	“E, eu dizia: Eu sou candidata a vereadora. Se vocês querem votar em mim, muito que bem e, senão, paciência, ‘perche é la prima dona que se candidata. No só!’ [risos] E assim foi a minha campanha! E o senhor sabe que, por grande surpresa minha, falo assim com toda a sinceridade da alma, com grande surpresa minha, eu fui a segunda mais votada. O primeiro foi o padre Jordani e a segunda fui eu” (1983, p. 12).
MANDATO POLÍTICO	Primeira professora eleita vereadora de Caxias do Sul, em 1959. “Então, em 1960, eu tinha que assumir na Câmara, e o meu marido disse: “Agora, tu não podes decepcionar os teus eleitores, né? Agora, você vai ter que assumir. Se eleger!” Quando foi, nessa época que iniciou a vida política Pedro Simon, foi nesta época. Ele era jovem ainda, né? Então, tá, assumi. Que eu tive que pedir exoneração do cargo de Diretora da Instrução Pública, porque era cargo de confiança, né, pra assumir no Legislativo. Então, assumi a minha cadeira no Legislativo e fiquei só como Orientadora do Ensino. Essa eu podia ficar. Aí eu fui até em 1963...” (AHMJSA, 1983, p. 12).
Atuação no mandato (temas e localização)	- Áreas da educação e da cultura: “Bem, eu batalhei pelo magistério. Eu tive padrões, porque as professoras todas ganhavam da mesma maneira. Tinha um ano, tinha dez anos, tinha quinze anos. Então, batalhei pelos professores, como agora tem o Estado, né? Sempre me baseando com a orientação da Secretaria da Educação. Primeiro, segundo, terceiro, conforme o tempo de serviço, o que ganhavam. Batalhei pela gratificação das que dirigiam as escolas, porque, embora, a maioria eram escolas isoladas, quando tinha dois turnos, que tinha alunos suficientes pra dois turnos, tinha que ter uma direção. Então depois, bem nos últimos anos, nós já tínhamos vários grupos escolares municipais. Então as diretoras, para que elas recebessem uma gratificação pelo desempenho do cargo, consegui o Estatuto do Magistério Público Municipal, que elas se regiam pelo estatuto do funcionário público e o magistério tem características diferentes, né? Então, tem o estatuto do magistério público, o programa de ensino nas escolas, que foi aprovado pela Câmara. Quer dizer que, dentro do magistério, eu realizei alguma coisa” (1983, p. 16).

Leis, projetos/propostas e ações voltadas à defesa da mulher	- Idealizou e organizou o Estatuto do Magistério em Caxias do Sul, que virou lei (nº 1143/1962), e cuja categoria, na sua grande maioria, envolve mulheres.

IRÓ NABINGER CHIARADIA	
Cargo(s)	Vereadora
Partido	Arena
Mandato(s)	1973 a 1976
Naturalidade de (deixar claro o local)	Montenegro/RS.
Origens	Filha de Pedro Felipe Nabinger e Elma Ana Joana Nabinger. Tinha dois irmãos: Décio e Délia Nabinger.
Nascimento; casamento e data de morte (se for o caso)	Nasceu em 4 de março de 1921 e morreu em 24 de junho de 1999, com 81 anos. Havia casado em 1938, depois divorciou. Teve quatro filhos: duas meninas e dois meninos.
INFÂNCIA	- Apreciava esporte: “Na infância, joguei muito, né, e a gente ia pra fora jogar e tudo. Então, o Carmo e o Cristóvão eram as escolas mais fortes. Era uma rivalidade entre o Cristóvão e o Carmo. Então, nós começamos com o nosso vôlei, com o handebol, e com o basquete. Lógico, que se perdia, né? Quanto tempo nós perdemos, né? Mas, também havia um incentivo da própria Secretaria da Educação, que havia aqueles jogos estaduais, as competições estaduais, que depois, era regional, e depois..., era regional e depois estadual, e depois ainda se ía pra fora” (AHMJSA, 1992, p. 23).
ADOLESCÊNCIA	“Olha, como aluna, eu botei a primeira como a minha convivência com os adolescentes; eles faziam o que eu fazia. Eu não posso jamais esquecer de um padre que dava religião na minha época, que ali era obrigatório, né? Botavam um padre lá e nós tínhamos que ficar, apesar de não sermos da mesma religião, tínhamos que ficar. E tinha um padre, Mânica, muito conhecido, né, ele perguntava as religiões, né? Eu era católica porque tive que casar com um que era católico. Naquela época não casavam de religiões diferentes. Então a família dele era toda católica, a minha mãe era católica, mas o meu pai era protestante. E uma

	<p>das coisas que ele exigiu, é que os filhos fossem protestantes, né? Então, os meus irmãos e eu éramos protestantes. Agora pra casar, eu tive que passar pra religião católica, fui batizada e tudo, como estivesse nascido naquela hora, né? Então, eu não acreditava muito naquela coisa de padre, né? Então, eu sempre procurava fugir, saía, né, saía da aula antes que ele viesse, eu sabia que era a hora dele, eu saía. Mas, um dia, eu e uma outra, nos metemos no banheiro. Mas ele devia ter observado, ou alguém tinha dito que eu sempre fugia, né? Eu sei que nós estávamos lá no banheiro, e daqui a pouquinho abrem a porta, era ele. Ele nos levou de novo, né? Outra vez, nós fugimos de novo, e eu estava na Livraria Saldanha, com outra colega minha [...], quando eu vejo, o padre saiu da aula pra ir lá na Livraria, porque alguém contou que eu estava lá, né, eu e a outra, e nos trouxe tudo de volta. Ele era uma coisa! A gente fazia essas coisas, como qualquer outro adolescente faz, né? Então nós éramos todos iguais, né?” (AHMJSA, 1992, p. 35).</p>
<p>JUVENTUDE</p>	<p>- Era atleta: “Olha, quando eu era jovem, estudante, eu gostava de esporte, como gosto até hoje, né? Então, quando eu fiz a Complementar, eu sempre [...], me destaquei muito nos esportes, gostava de esportes, né, e tudo o que era jogo, como até hoje, eu ainda assisto, né. E, quando, levava em excursão as crianças, o Santa Catarina, a princípio, começou meio fraco com professores e, depois os professores se dedicavam muito, muito e ele se destacou, por exemplo, tirou o terceiro lugar em basquete e vôlei; era com o professor Pedrão. E se destacaram. O basquete era aquela professora ..., hoje ela é professora da Universidade ..., não me recordo o nome. Então eu ia junto; eu levava, eu ia, incentivava, eu cuidava, né? Até eu me lembro que, muitas vezes, não ia ninguém do Cristóvão e eu cuidava da turma do Cristóvão, que também se destacava. O [Colégio Nossa Senhora do] Carmo e o Cristóvão eram uma força tremenda em esportes, né? O que jogavam! Mas no fim, o Santa passou, pela dedicação dos professores, dedicação dos próprios alunos e o amor que se tinha pela escola, sabe? E depois, então, eu fiz, quando eu comecei, eu disse: “Eu quero tirar Educação Física”. Aí, me barrei novamente naquela coisa: Educação Física, a faculdade não tinha, só tinha em Porto Alegre, eu não tinha condições. Aí foi quando eu resolvi lecionar. Porque aí eu estaria em contato com a juventude, porque sempre a juventude foi o que eu mais gostava. Aí comecei a minha vida como professora, né? Tirei, então, a Escola de Belas Artes aqui que, antigamente, era na Biblioteca [Pública]. Naquela época não tinha a Pedagogia. Eu resolvi tirar, mais tarde, em 1970 resolvi tirar, como eu estava já na administração escolar, né, como diretora, como vice-diretora primeiro, depois como diretora, então eu resolvi tirar administração escolar com..., tirando Pedagogia” (AHMJSA, 1992, p. 2).</p>
<p>MILITÂNCIA SOCIAL</p>	<p>NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO NA ENTREVISTA AO AHJSA</p>
<p>FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROF.</p>	<p>Formada em Artes Plásticas e Pintura; e Magistério/Pedagogia-Administração Escolar.</p>

(Ens. Superior)	
Atuação na comunidade e (igreja, movimentos sociais...)	- Diretora e vice da Escola Estadual Santa Catarina de 1968 a 1979; - Diretora do Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendoza de 1983 a 1985; - Delegada de Educação.
Ingresso na política partidária	1973, pela Arena.
CAMPAÑA ELEITORAL	NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO NA ENTREVISTA AO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI (AHMJSA)
MANDATO POLÍTICO	NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO NA ENTREVISTA AO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI (AHMJSA)
Atuação no mandato (temas e localização)	NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO NA ENTREVISTA AO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI (AHMJSA)
Leis, projetos/propostas e ações voltadas à defesa da mulher	NÃO HÁ NENHUMA MENÇÃO NA ENTREVISTA AO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI (AHMJSA)
Outros	

ANEXO C – Complemento

Entrevista-conversa desta pesquisadora com uma das filhas de Iró Nabinger Chiaradia, a Anelise. Data: 24/06/2020:

Iró Nabinger Chiaradia nasceu em Montenegro, sendo filha de João Nabinger e de Delma Rio Nabinger. O pai era comerciante e a mãe, dona de casa. Tinha mais dois irmãos: Dério e Décio. Casou com Ampílio Chiaradia. Separou-se na década de 1960 e teve quatro filhos: Marguet, Anelise, Luiz Carlos e João Augusto, sendo que os dois homens já faleceram.

Marguet trabalhou com Iró no Cristóvão e, hoje, mora no Rio de Janeiro. Anelise também trabalhou com a mãe no Cristóvão de Mendonza e no Santa Catarina. Anelise conta que a mãe era apaixonada pela educação e se dedicou fundamentalmente ao trabalho docente. Entre as escolas que trabalhou: Emílio Meyer, Cristóvão de Mendoza, Santa Catarina, além de ter sido delegada de Educação no período em que Mario Ramos era prefeito. Também foi idealizadora para conseguir a área e a construção do Colégio Santa Catarina, o que a tornou conhecida e reconhecida na sociedade. No tempo em que foi delegada de Educação e diretora recebeu muitos prêmios.

O ingresso na política veio de um convite que Mario Ramos lhe fez, informou Anelise. Um dos grandes companheiros de partido (Antes Arena, hoje PP) foi Ovidio Deitos. A filha conta que a mãe nunca havia pensado em se candidatar na política, mas o então prefeito precisava de mulheres que tivessem destaque para o processo eleitoral ser vitorioso. Ela acabou aceitando, se candidatou e se elegeu muito pelo trabalho educativo feito no Cristóvão e no Santa. No período em que ela foi vereadora, os legisladores eram eleitos mas não recebiam salário. Então, ao mesmo tempo que trabalhava como professora para se manter, já que era separada e tinha quatro filhos, exercia a função solidária com a cidade na Câmara de Vereadores.

Mas por que será que ela deixou de concorrer, se se saiu tão bem na primeira eleição e, provavelmente, se sairia bem na segunda porque conseguiu melhorias na escola e tinha liderança? Sua filha Anelise explica que, para concorrer novamente, a mãe tinha que escolher entre continuar professora ou ser vereadora, porque vereadores passaram a ter salário para exercer a função. E ela optou por continuar sendo professora e não quis mais concorrer.

A filha Anelise acrescenta que a mãe foi discriminada não somente no processo eleitoral e nas atividades partidárias, mas na própria escola. Ao ser uma das primeiras mulheres a ter visibilidade pública, as colegas a isolaram e, por exemplo, nem a convidavam para passear por causa da visão moral (que imperava). Isso a fez sofrer, recorda Anelise.

Outro político, o então deputado Victor Faccioni, foi importante na compra do terreno onde está o Colégio Santa Catarina. Ele também sempre foi companheiro de Iró na política.

Sobre o trabalho legislativo, ela não falava muito na família sobre as sessões na Câmara. Por isso, os filhos têm poucas informações sobre sua atuação legislativa. Agora, quando o assunto era o trabalho de educação na escola, ela chegava em casa e informava tudo e discutia. Então, era vital para ela, um motivo de luta, uma crença forte. Não era apenas obrigação profissional, mas uma missão que se deu.

Anelise lembra que a formação superior inicial da mãe foi bacharelado em Belas Artes. Depois da reforma do ensino de 1971, professores foram estimulados a continuar os estudos tanto para obterem promoções quanto para exercício de outras licenciaturas e instruções. E Iró se matriculou no curso de licenciatura em Administração Escolar. Só fazia disciplinas pedagógicas em complemento ao bacharelado.

Pesquisadora Marisa: “Tenho lembranças que ela, prefeitos e coordenadores estiveram na sala de aula onde eu era professora. Iró tinha conduta de uma pessoa que tinha muita paixão no que fazia e na exigência da prática para que o exercício profissional tivesse importância, significado e ajudasse... Eu lembro que Iró foi minha aluna e também tinha desempenho em sala de aula que fazia refletir muito sobre exigência dessa prática”.

Outro elemento importante que precisamos destacar é que, quando Iró foi convidada a assumir a Delegacia de Educação à época, tinha trabalhando consigo sua filha Anelise como vice-diretora na Escola Santa Catarina. Então, ao se desligar da direção, convidou os professores para fazer escolha de quem poderia substituí-la. Houve uma votação e, por unanimidade, os professores escolheram a própria filha de Iró: Anelise. Ela respondeu pela direção de 1973 a 1975. De acordo com a filha, foi gratificante poder continuar o trabalho da mãe que, mesmo distante, sempre lhe foi um suporte e uma referência.

Segundo Anelise, na Escola Santa Catarina, há um quadro com medalhas e honrarias que a mãe recebeu, mas, como as escolas estão fechadas no momento, não é possível ter acesso. Quando reabrirem, será feito registro desses materiais por meio de foto.

ANEXO D – Mulheres eleitas ou que assumiram como suplentes no Legislativo e no Executivo caxiense até janeiro de 2021:

LEGISLATIVO - AS VEREADORAS

Em 128 anos de história (completados em 26 de setembro de 2020), o Legislativo caxiense registra até hoje a presença de 15 mulheres parlamentares, sendo 13 titulares e duas como suplentes. São elas:

- **Ester Troian Benvenuto (PTB)* †** - 1960 a 1963;
- **Iró Nabinger Chiaradia (Arena)* †** - 1973 a 1976;
- **Gilda Marcon Grazziotin Nora (Arena)* †** - 1979, 1982; 1987 (PDS);
- **Rachel Calliari Grazziotin (PDT)* †** - 1983 a 1988 e presidente da Câmara Municipal em 1985 e 1986;
- **Geni Peteffi (PMDB)* †** - 1989 a 1992, 1993 a 1996, 1997 a 2000, 2001 a 2004, 2005 a 2008, 2009 a 2012 (presidente da Casa, em 2012);
- **Rosane Fátima Hamsch (PDT)*** - 1989 a 1992;
- **Silvana Teresa Piroli (PT)*** - 1997 a 2000;
- **Ana Maria Corso (PT)*** - 1997 a 2000, 2001 a 2004, 2005 a 2008, 2009 a 2012; 2016 (assumiu, em 18 de fevereiro de 2016, como primeira suplente da Frente Popular/PT-PRB-PRTB-PTC-PV, no lugar de Clair de Lima Girardi/PSD, que teve a perda de mandato determinada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, por desfiliação partidária). Em 2017, como suplente, Ana Corso substituiu Denise Pessôa, que tirou licença maternidade.
- **Denise da Silva Pessôa (PT)*** – 2009 a 2012; 2013 a 2016; 2017 a 2020; 1º de janeiro de 2021 e segue no mandato;
- **Gladis Frizzo (PSB)**** – Assumiu como suplente no período de 5 de agosto de 2014 a 1º e setembro de 2014. Em 2016, conquistou uma vaga como titular pelo PMDB (desde final de 2017, passou a ser MDB), exercendo o mandato de 2017 a 2020. Obteve a reeleição em 2020, assumindo pela segunda vez como titular em 1º de janeiro de 2021 e segue no mandato;
- **Daiane da Silva Melo/PMDB (Daiane Mello)** – Assumiu como suplente em 4 de fevereiro de 2015 e ficou no mandato até 4 de abril de 2016. Nesse período de 2016, a peemedebista integrou a Mesa Diretora da Casa como 2ª secretária;
- **Paula Ioris/PSDB**** - Em 2016, conquistou uma vaga como titular, e completou o mandato de 2017 a 2020. Em 2020, concorreu e se elegeu vice-prefeita na chapa do candidato Adiló Didomenico/PSDB, na coligação Levanta Caxias (PSDB, PTB, Solidariedade, PSC e PROS). Assumiu a vice-prefeitura em 1º de janeiro de 2021, sendo a terceira mulher eleita vice-prefeita na cidade.
- **Tatiane Frizzo/SD** – Foi empossada como vereadora titular em 5 de fevereiro de 2019, diante da saída do vereador Neri, O Carteiro/SD, que assumiu como deputado estadual. Em 2020, mudou para o PSDB, concorrendo a vereadora novamente. Conquistou a eleição, sendo reconduzida ao cargo, agora para o mandato 2021-2024.
- **Estela Balardin da Silva/PT** – Elegeu-se em 2020 como a mais jovem mulher a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Caxias do Sul, aos 21 anos. Assumiu em 1º de janeiro de 2021 e segue no mandato, que vai até 2024.
- **Marisol Santos Silva Lazzari/PSDB** – Foi eleita pela primeira vez como vereadora em 2020. Assumiu em 1º de janeiro de 2021 e segue no mandato, que vai até 2024.

Suplente que assumiu no Legislativo caxiense como vereadora por períodos em 1979, 1982; 1987 (PDS):



Gilda Nora/PDS

Suplente que assumiu no Legislativo caxiense como vereadora por um período em 2016:



Daiane Mello/MDB

Vereadoras eleitas em 2016 para primeiro mandato no Legislativo caxiense:



Paula Ioris/PSDB



Gladis Frisso/MDB

Vereadora que era suplente e assumiu a titularidade no Legislativo caxiense em 2019 devido à saída de integrante da mesma coligação:



Tatiane Frizzo/Ex-SD e atual PSDB

Veredoras eleitas em 2020 para primeiro mandato integral:



Estela Ballardin/PT



Marisol Santos/PSDB



Tatiane Frizzo/PSDB

Fonte: *A Casa da Comunidade — História do Legislativo em Caxias do Sul.*

EXECUTIVO – AS VICE-PREFEITAS (eleitas, em exercício ou interina)

- **Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia/PT*** – Foi a primeira vice-prefeita eleita em Caxias do Sul, no ano de 1996, tendo como prefeito Gilberto Pepe Vargas/PT. Também foi a primeira mulher a assumir como prefeita em exercício na história da cidade, durante o mandato 1997-2000.

- **Justina Inez Onzi/PT*** – Foi a segunda vice-prefeita de Caxias do Sul e atuou no mandato de 2001-2004, ao lado do então prefeito reeleito Gilberto Pepe Vargas/PT.

- **Geni Peteffi/PMDB*** – Na condição de presidente da Câmara Municipal de Caxias do Sul, em 2012, respondeu interinamente pela prefeitura caxiense em momentos em que o então prefeito José Ivo Sartori/PMDB esteve ausente da cidade.

- **Paula Ioris/PSDB** – É a terceira mulher eleita vice-prefeita em Caxias do Sul. Em 2020, concorreu e se elegeu vice-prefeita na chapa do candidato Adiló Didomenico/PSDB, na coligação Levanta Caxias (PSDB, PTB, Solidariedade, PSC e PROS). Assumiu a vice-prefeitura em 1º de janeiro de 2021.

DEPUTADAS ESTADUAIS

- **Marisa Formolo Dalla Vecchia/PT*** – Foi a primeira mulher a ser eleita deputada estadual por Caxias do Sul, em 2006. Exerceu o mandato de 2007 a 2010 e foi reeleita em 2010 para o período de 2011 a 2014.

- **Maria Helena Sartori/PMDB*** – Como suplente, foi a primeira mulher a assumir uma cadeira no Parlamento Estadual do RS, em 2003. Assumiu em 4 de fevereiro de 2003, na suplência de Jair Foscarini. Tendo o deputado Marco Alba passado a titularidade do mandato, ela passou a exercer o cargo por força da continuidade do afastamento do deputado Alceu Moreira. Tornou-se titular após a saída de Janir Branco, que assumiu a prefeitura de Rio Grande. Em 2010, concorreu novamente e, agora, conquistou a titularidade do mandato (de 2011 a 2014).

DEPUTADA FEDERAL

- **Ana Maria Corso/PT*** – Como suplente, foi a primeira mulher a representar Caxias do Sul na Câmara Federal, entre 2000 e 2001.

* Eleitas que integram esta pesquisa e que tiveram mandatos em algum período de 1960 a 2014.

** Vale aqui ressaltar que as suplentes não fizeram parte do estudo pois o foco foi a titularidade, exceto para a Câmara Federal porque somente como suplente uma mulher caxiense chegou a uma cadeira de deputada federal. Mas queremos deixar registrado neste anexo todas as suplentes, além das eleitas em 2016 e em 2020. Também desejamos registrar o nosso reconhecimento a todas porque analisamos o crescimento das eleitas por efeitos conjunturais e porque houve medidas institucionais, como o maior apoio financeiro às mulheres, pelos partidos e pela campanha institucional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e as lutas sociais feministas, marcadas pela morte da ex-vereadora carioca Marielle Franco, e a maior participação de mulheres negras no processo eleitoral e suas vitórias eleitorais. Veja que, com maior participação, há mais redistribuição de recursos financeiros e técnicos, expressando uma pequena expansão do espaço de reconhecimento, enquanto questão de justiça.

† In memoriam.

Fonte:

<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=AH5tQySMJUU%3d&tabid=3543>

ANEXO E – Link da sessão de defesa do doutorado de Marisa Formolo Dalla Vecchia

Este é link para acesso do vídeo da sessão de defesa da tese de doutorado da autora deste estudo, Marisa Formolo Dalla Vecchia: <https://youtu.be/wCfMhFuWcnM>